

JANEIRO 2017



AS VOZES DA OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO E A QUESTÃO DE GOA (1950-1961)

Filipa Alexandra Carvalho Sousa Lopes

TESE DE DOUTORAMENTO APRESENTADA
NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
ÁREA CIENTÍFICA DE HISTÓRIA

Orientador: **Professor Doutor Manuel Loff**

AGRADECIMENTOS

Escrever estas páginas significa que ficaram para trás muitos meses de trabalho que, embora solitário, foram partilhados com muitos que me acompanharam neste longo caminho e que, de diferentes formas, me ajudaram na realização desta investigação.

Em primeiro lugar, quero expressar a minha gratidão ao meu orientador, professor Manuel Loff, pela confiança que me transmitiu ao ter acreditado desde sempre neste projeto, pela sua disponibilidade quando o tempo lhe é tão pouco e, sobretudo, pela atenção e minúcia das suas observações na leitura e revisão deste estudo que permitiram definir melhor o rumo a seguir. As suas palavras de amizade e incentivo foram particularmente valiosas nos momentos em que as dúvidas e hesitações toldavam o caminho.

Um especial bem-haja à Sandra Ataíde Lobo de quem o interesse comum pela História de Goa me fez aproximar e se tornou uma importante e valiosa ajuda. Agradeço não só a disponibilização de documentos, as suas sempre oportunas interrogações e sugestões, a leitura atenta e crítica do rascunho, mas sobretudo as palavras de ânimo e encorajamento nos momentos em que deixei de acreditar.

Agradeço a partilha de conhecimentos e de incentivo de todas as pessoas que disponibilizaram o seu tempo quando com elas me cruzei quer em arquivos ou em congressos e, perante as minhas dúvidas ou indecisões, sugeriram caminhos que não teriam sido encontrados sem os seus conselhos. Agradeço, do mesmo modo, a todos quantos responderam ao meu contacto e, sem qualquer reserva, proporcionaram informações, recursos e o apoio necessário. Desejo ainda salientar a partilha de opiniões com vários membros de dois fóruns: o *Goa Research Net* e o *Goa Book Club*, que me permitiram chegar onde a falta de apoios institucionais impossibilitaram-me de chegar.

Agradeço também aos responsáveis e técnicos dos arquivos e bibliotecas onde realizei a pesquisa documental pela simpatia e profissionalismo com que me ajudaram a encontrar documentos fundamentais.

Obrigada a todos a que chamo FAMILIA, por me terem dado o tempo que precisava para trabalhar, pelo interesse constante pelo ponto da investigação, pelas palavras e abraços com que sempre me encorajaram e tornaram possível esta travessia.

Um enorme obrigada aos meus pais que me ensinaram o sentido da perseverança. Ao meu pai que, desde sempre, me incentivou e encorajou a ir mais além. À minha mãe, de quem tenho tantas saudades, que nunca conheceu o significado da palavra desistir, minha força da natureza e meu pilar. Por ti, por nós, termino este projeto que tantas e tantas vezes fez parte das nossas conversas.

A todos, sem excluir ninguém, muito obrigada!

RESUMO

Após a proclamação da independência da Índia, o Governo da União Indiana, solicitou em 1950 ao Governo português a abertura de conversações quanto ao futuro das colónias portuguesas no Indostão. Perante a recusa de qualquer tipo de negociação por parte do governo de Salazar, foi encerrada, em 1953, a Legação da União Indiana em Lisboa, desencadeando-se uma escalada de acontecimentos que irão ter a sua expressão extrema na noite de 17 para 18 de dezembro de 1961, com a invasão de Goa, Damão e Diu pelas tropas da União Indiana.

Com a informação controlada e a opinião pública manipulada de modo a unir os portugueses em torno de um regime que defendia a sobrevivência das fronteiras de um país pluricontinental, as vozes da oposição à ditadura têm dificuldades em ser ouvidas e a sua abordagem no que se refere à questão colonial difere no seu conteúdo e na sua forma num momento em que, sob os efeitos da Guerra Fria, a união da oposição era cada vez mais difícil. O direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e independência tornar-se-ia numa das fontes de diferença mais significativas na luta contra a ditadura. Por um lado, o passado histórico republicano de defesa da integridade do território colonial pesava nas atitudes dos oposicionistas republicanos. Se estes desenvolveram um conjunto de conceções de proteção do Império perante a ameaça de Nehru, igualmente reivindicaram o debate público sobre Goa, de modo a informar e alertar a opinião portuguesa desligada do conflito luso-indiano. Por outro, a questão de Goa e o posicionamento do regime salazarista assumirão particular importância para o PCP que, nos inícios dos anos cinquenta, considerava a luta pela Paz como uma das importantes frentes de batalha no combate antifascista, reafirmando na *Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954* que, para a solução do problema de Goa, se impunha que se iniciasse negociações entre os governos de Portugal e da União Indiana e se garantisse liberdade plena ao povo goês para poder expressar livremente a sua vontade.

Conhecedora a oposição em Portugal da reivindicação por parte do grupo dos autonomistas goeses da elaboração de um novo Estatuto Político que concedesse maior autonomia ao Estado Português da Índia e do desenvolvimento do movimento

nacionalista goês, defensor da integração de Goa na União Indiana, as palavras usadas pelas oposições portuguesas foram sempre cuidadosamente escolhidas - ou omitidas - de modo a não perder o apoio da população, onde existia em torno das colónias um certo consenso nacional. Unida a oposição nas eleições para a Presidência da República de 1958 em torno da candidatura de Humberto Delgado, optou pelo silêncio total sobre o direito à independência para as colónias portuguesas. Este, pelo contrário, já havia sido defendido pelo PCP em 1957, no seu V Congresso.

Para a oposição exilada e para o movimento nacionalista goês os diferentes pontos de vista por parte das oposições portuguesas do interior, provocavam dificuldades e geravam impasse. A questão colonial infligiu, assim, duros golpes na possibilidade de entendimento entre nacionalistas goeses e as oposições portuguesas.

Palavras-chave: Oposição; Salazarismo; Autodeterminação; Independência; Índia e Goa.

ABSTRACT

After proclaiming the independence of India, the Indian Union Government, in 1950, requested the Portuguese Government to begin negotiations regarding the Portuguese colonies in Hindustan. Facing the refusal of any negotiations with the Salazar government, in 1953, the Indian Union Legation in Lisbon closed its doors. An escalation of events occurred, which will have its ultimate expression during the night of the 17th December, until the 18th December 1961, when the Indian Union army invaded Goa, Damão and Diu.

In a time where the information was controlled, and the Public Opinion manipulated to keep a regime which defended the survival of the borders in a pluri continental country the effects of the Cold War divided the opposition to the dictatorship and their approach to the colonial issue differ.

The rights of the Portuguese colonies people to self-determination and independence would become the most significant difference in the struggle against the dictatorship. On the one hand, the republican opposition defended the maintenance of the colonial territory, due to their historical past. Not only defended the protection of the Portuguese Empire from the threats made by Nehru, but also claimed the public debate about Goa, to inform the Portuguese public opinion unaware of the conflict. On the other hand, the question of Goa and Salazar's colonial politics became very important to the Portuguese Communist Party, that in the early 1950's considered the fight for Peace an important part of the antifascist action. In the "Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954" the party reaffirmed that in order to solve the Goa question, it was imperious to start the negotiations between the Portuguese Government and the Indian Union assuring that the people of Goa could express its opinion freely.

The Portuguese oppositions were aware of the claims made by the Goan autonomists to have a new Political Statute, which granted the Portuguese State of India more autonomy. The oppositions also knew the development of the movement that pretended the integration of Goa in the Indian Union. The speech used by the Portuguese oppositions was very carefully chosen - or omitted - in order not to lose the Portuguese population support. When the opposition was united around the candidature

of Humberto Delgado to President of Republic (1958), the silence around the right of the colonial independence was total, in spite of the position stated by Communist Party in its V Congress in 1957, where the independence of the colonies was defended.

To the exiled opposition and the nationalist movement in Goa, the different points of view from the internal oppositions created difficulties and generated impasse. Therefore the colonial issue brought serious difficulties in the understanding between the Goan nationalists and Portuguese oppositions.

Keywords: Opposition; Salazarism; Self-determination; Independence; India and Goa.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. Caracterização do objeto de estudo	15
2. Estado da Questão	22
3. Os métodos e as fontes	28

CAPÍTULO I - A II GUERRA MUNDIAL E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

1. A oposição na década de quarenta.....	35
1.1. “A unidade de todas as forças anti-fascistas e patrióticas”	35
1.2. “Julgávamos que era o fim de Salazar e do fascismo. Eu convenci-me, em absoluto, de que o regime tinha acabado”.	41
1.3. A oposição e o mundo bipolar	44
1.3.1. Da união à divisão	47
2. Uma nova ordem no mundo	50
2.1. “As felizes condições internas de Portugal permitem-me declarar que o meu país não precisa da ajuda financeira externa”	51
2.2. O deslocamento do centro de gravidade da política mundial para oeste	53
2.3. O direito dos povos se governarem	56

CAPÍTULO II - “GOA É UMA JÓIA DE FAMÍLIA ANTIGA, DE GRANDES TRADIÇÕES. TEMOS DE A CONSERVAR NA FAMÍLIA”

1. O Estado Português da Índia.....	61
2. “Grãos de areia engolfados na imensidade do solo indiano”	70
2.1. “A Free Goa in a Free India”	71
2.2. “Quit Goa!”	80
2.2.1. “O povo português pede o mesmo em Portugal e da mesma forma como o povo de Goa pediu”	88
2.2.2. “A política colonial terrorista do salazarismo afasta Goa de Portugal”	95
2.2.3. “Goa para os goeses”	107
2.3. As palavras na Assembleia Nacional	115
3. O Memorando	124

4. Uma pátria pluricontinental e multirracial.....	133
5. Goa, a “Roma do Oriente”	137

CAPÍTULO III – “FÍSICA E POLITICAMENTE NA ZONA DOS GRANDES TUFÕES”

1. As palavras cuidadosamente escolhidas	143
2. A viagem ministerial a Goa	151
3. “As feias verrugas no lindo rosto da Índia”	159
4. Os caminhos da oposição	164
4.1. “Só o povo português, através de órgãos legítimos de expressão, poderia decidir”	169
5. “Pedacos arrebatados ao coração da Mãe-Pátria”	183
5.1. O duelo de palavras	186
5.2. O silenciar da oposição na questão de Goa (1954).....	199
5.2.1. O MUD Juvenil e a “PAZ NA ÍNDIA”	215
5.3. Os goeses na Metrópole.....	223
6. O Estatuto Político do Estado Português da Índia.....	229
7. “...é seguro que a questão se não resolverá por meios pacíficos”	237

CAPÍTULO IV - “POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS”

1. Nova etapa: a ONU	247
2. “A Pátria é de todos, quaisquer que sejam as suas ideias políticas”	256
3. A conjugação das forças contra o inimigo comum	271
4. “Em pleno estridor da tempestade anticolonialista”	287

CAPÍTULO V - A VOZ DA OPOSIÇÃO EXILADA

1. Os exilados e a questão colonial	297
2. O Seminário de Nova Deli (1961)	308

CAPÍTULO VI - “OS PROBLEMAS DE GOA SÃO COMPLEXOS, DIFÍCEIS, PESAM SOBRE ESSES TERRITÓRIOS UM PASSADO DE ABANDONO E UM FUTURO DE INCERTEZAS”

1. O derradeiro esforço.....	327
2. “Uma corajosa picada”	333

3. “Hesitações no tocante a planos de reacção” – O Programa para a Democratização da República.....	335
---	-----

CAPITULO VII - “AS ÍNDIAS ORIENTAIS SÃO UM COLOSSO DO QUAL NÃO POSSO TIRAR QUALQUER PROVEITO; PROUVERA AOS CÉUS QUE EU AS PUDESSE ABANDONAR DUMA MANEIRA HONROSA!”

1. O acender do rastilho.....	343
2. “Chaga aberta no coração dos Portugueses”.....	347

CAPITULO VIII – “CONSTRUIR UM FUTURO EM QUE HOUVESSE JUSTIÇA, LIBERDADE, AUTODETERMINAÇÃO”

1. “O exemplo dos soldados de Goa que se recusaram a combater!”	355
2. “As exigências do tempo presente”	361

CONCLUSÃO.....	375
-----------------------	------------

FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	389
-----------------------------------	------------

ANEXO DOCUMENTAL	411
-------------------------------	------------

Anexo 1 - “À Índia Portuguesa – Aos Excelentíssimos Eleitores”.

Anexo 2 - Boletim do Congresso Goês - “O COMISSIO DE ONTEM”.

Anexo 3 - “Boletim do Congresso Goês - Em protesto da injusta penalidade ao sr. TRISTÃO BRAGANÇA CUNHA”.

Anexo 4 - “Nacional Congresso (Goa) – APELO”.

Anexo 5 - “Tradução da notícia do jornal *Anglo-Lusitano*, intitulada Council of Government Approves «Estatuto Político»”.

Anexo 6 - Humberto Delgado e as Eleições Presidenciais de 1958 - “Portugueses!”

Anexo 7 - Telegrama de António Anastácio Bruto da Costa e de António Colaço de apoio à candidatura de Humberto Delgado [Goa, 1958].

Anexo 8 - *Manifesto ao País* de apoio à candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República [Goa, 1958].

Anexo 9 - Convite do *Indian Council for Africa* a Manuel Sertório (23 de setembro de 1961).

Anexo 10 - “Goa’s Struggle for freedom – By Dr. P.D.GAITONDE - «Portuguese Opposition to Salazar»”.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Resultados do Ato Eleitoral de 18 de novembro de 1945 no Estado Português da Índia.....	84
Quadro 2 - Resultados do Ato Eleitoral de 13 de fevereiro de 1949 no Estado Português da Índia	122
Quadro 3 - Resultados do Ato Eleitoral de 22 de julho de 1951 no Estado Português da Índia.....	149
Quadro 4 - Resultados do Ato Eleitoral de 8 de novembro de 1953 no Estado Português da Índia	168
Quadro 5 - Resultados do Ato eleitoral de 3 de novembro de 1957 no Estado Português da Índia	269
Quadro 6 - Resultados do Ato Eleitoral de 8 de junho de 1958 no Estado Português da Índia	281
Quadro 7 - Resultados do Ato Eleitoral de 8 de junho de 1958 nas diferentes Assembleias de Voto no Estado Português da Índia.....	281

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 - Pundolica e Edila Gaitonde com os presos políticos em Peniche [1948].....	116
Figura 2 - Edila Gaitonde com o preso político Laxmikant Bhembre em Peniche [1948].....	116
Figura 3 - Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954.....	170
Figura 4 – Manifestação à frente do palácio do Hidalcão, Goa [1954].....	194
Figura 5 - As quatro vítimas de Dadrá [1954]	194
Figura 6 - “O Governador - Geral Bénard Guedes a falar da varanda do Palácio” [1954].....	195
Figura 7 - “Outro aspecto do interior do Cine Teatro Nacional” [1954].....	195
Figura 8 e 9 - Manifestação no exterior [1954].....	196
Figura 10 - Multidão à frente do edifício da Câmara [1954].....	196
Figura 11 - “At Banda, satyagrahis listening to Shri V.D.Chitale”, 1955.....	243
Figura 12 - “The firs column of satyagrahis under fires”, 1955.....	243
Figura 13 - Caricatura <i>Quit Goa</i> [1956]	249
Figura 14 - <i>À Nação</i> , 1958.....	276
Figura 15 - Noticiário, ANI - Seminário de Nova Deli, 1961.....	322

LISTA DE ABREVIATURAS

ACPC/BNP	Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea - Biblioteca Nacional de Portugal
ADN/MDN	Arquivo da Defesa Nacional - Ministério da Defesa Nacional
AFPP	Associação Feminina Portuguesa para a Paz
AHD/MNE	Arquivo Histórico Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AHS/ICS	Arquivo de História Social - Instituto de Ciências Sociais
ANTT/AOS	Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Arquivo Oliveira Salazar
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CC	Comissão Central ou Comité Central
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GCC	<i>Goa Congress Committee</i>
GNP/UL	Gabinete dos Negócios Políticos/Ultramar
GPDI	Grupo dos Portugueses Democráticos da Inglaterra
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MND	Movimento Nacional Democrático
MUD	Movimento de Unidade Democrático
MUNAF	Movimento de Unidade Nacional Antifascista
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> – Organização do Tratado do Atlântico Norte
NC(G)	<i>National Congress</i> (Goa)
NDAS	Núcleo de Doutrinação e Ação Socialista
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde
PCI	Partido Comunista Indiano
PCP	Partido Comunista Português
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PRP	Partido Republicano Português
PSO	Partido Social Operário
PSP-SPIO	Partido Socialista Português - Secção Portuguesa da Internacional Operária
SEATO	<i>South East Asia Treaty Organization</i>
UDS	União Democrática Socialista
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
US	União Socialista

“Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica” (QUIVY; CHAMPENHOUDT, 1998: 31).

INTRODUÇÃO

1. Caracterização do objeto de estudo

O presente trabalho de investigação procura estudar o comportamento da oposição ao Estado Novo face à questão de Goa ao longo dos anos de 1950 a 1961, tendo sido nosso propósito desenvolver um estudo comparativo do caminho percorrido pelos diferentes movimentos oposicionistas, com o objetivo mais amplo de analisar os elementos para a problematização das diferentes formas de abordagem assumida pela oposição no que concerne ao problema de Goa perante a mudança do paradigma colonial no pós-guerra, fruto da Carta das Nações Unidas.

Porém, ao abordar o estudo das oposições ao Estado Novo, houve a necessidade de encontrar alguns pressupostos sobre o que devemos considerar como sendo os movimentos de oposição em Portugal durante o período em estudo. Segundo a *teoria dos movimentos sociais*, para o aparecimento de movimentos de oposição é necessária a coexistência e interdependência de três princípios fundamentais: “«um princípio de identidade, um princípio de oposição e um princípio de totalidade». É na busca da identidade que radicam os movimentos sociais, assim como é no conflito que se funda a identidade. Mas, se a identidade não se afirma sem a existência de um conflito, este não se desencadeia sem a visibilidade de um adversário” (FERNANDES, 1993: 789-815). Os grupos na sociedade tendem a afirmar-se pela oposição, segmentando-se e unificando-se. Alain Touraine encara um movimento social como uma forma de luta

que deverá ser organizada, “et ne pas exister seulement au niveau de l’opinion, car il faut qu’existe une certaine organisation pour que le conflit se précise et pour que le mouvement parvienne à une certaine intégration” (1978: 112). Neste sentido recorrendo às palavras de Manuel Braga da Cruz, num artigo sobre a “Oposição eleitoral ao Salazarismo” publicado num número monográfico da *Revista de História das Ideias* dedicado a António Sérgio, consideraremos neste estudo que, em Portugal, “mais do que falar de «oposição», deve falar-se de «oposições», de uma oposição com várias componentes, algumas das quais perfeitamente identificáveis política e ideologicamente, outras porém mais híbridas” (1983: 777). Por esta razão, o I capítulo deste trabalho desenvolve-se em torno da reestruturação da oposição ao Estado Novo após a II Guerra Mundial e até aos anos cinquentas. Ao estudarmos os movimentos de oposição ao Estado Novo e a questão de Goa, começaremos por identificar as diferentes oposições, assim como os seus diferentes comportamentos ao longo dos tempos, tanto no plano legal como nos planos clandestino e semiclandestino. Este estudo, ao incidir fundamentalmente sobre duas forças políticas em Portugal - a oposição republicana e a oposição comunista -, procurou em paralelo estabelecer a ligação não só com o grupo dos autonomistas goeses, que, contrário à política de Salazar, reivindicava um regime de maior autonomia administrativa e financeira através da concessão de um novo Estatuto Político para o Estado Português da Índia, mas também com o grupo dos nacionalistas goeses, defensores da integração de Goa na União Indiana, composto por vários grupos sediados em Bombaim com apoios clandestinos no território de Goa. Destacaremos, ainda, a partir do IV capítulo, o papel de vários opositores que, após as eleições de 1958, se uniram à volta de Humberto Delgado, assim como os que, após estas eleições presidenciais, partiram para o exílio e, a partir do exterior, procuraram estabelecer ligação com os diferentes grupos dos oposicionistas exilados, com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e com a oposição em Portugal.

No estabelecimento dos parâmetros temporais para a delimitação de um trabalho como este surgiram várias hesitações. Primeiro, poderíamos ter escolhido como limite inicial o ano de 1945, pois se na década de trinta os diferentes movimentos políticos, republicanos, socialistas e comunistas conheceram uma fase de desmoralização, fruto da consolidação do regime ditatorial em Portugal, durante o período da II Guerra Mundial iniciou-se uma nova fase na organização da oposição e a união das forças oposicionistas passou a ser o grande objetivo. O fim da guerra e as modificações introduzidas na legislação eleitoral, encorajou a oposição a se unir à volta do Movimento de Unidade

Democrática (MUD) e apresentar listas para as eleições para a Assembleia Nacional em 1945, mas a desigualdade de tratamento demonstrada com o desenrolar da campanha para com a lista do MUD, e ao não serem aceites as condições mínimas para a participação no ato eleitoral colocadas pela oposição, levou, contudo, a que esta desistisse.

Encarada a II Guerra Mundial pela opinião pública como uma guerra pela liberdade das nações, desenvolveu-se a conceção de que o princípio de autodeterminação e independência não se aplicava apenas aos países europeus que haviam estado sob o domínio da Alemanha nazi mas, pelo contrário, tinha um alcance universal, ou seja, deveria ser extensível a todos os territórios sob domínio colonial. Os movimentos emancipalistas que se vinham desenvolvendo desde a criação da Sociedade das Nações (SDN) ganharam não só uma crescente dimensão de massas, como um enquadramento legal no Direito Internacional, tendo o princípio da autodeterminação ficado consagrado no art.º 73º da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), sob o título de “Declaração sobre os territórios não autónomos”.

Transformadas as estruturas do MUD em movimento de apoio à candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, em 1948-49, a divergência quanto à ida ou não às urnas provocou desentendimentos na estrutura unitária da oposição. A divisão do mundo em dois blocos antagónicos refletia-se na oposição, tornando inconciliável a luta de comunistas e republicanos, mergulhando-a numa fase de divisão após as eleições presidenciais de 1949. Dividida a oposição, ela adotará ao longo dos diferentes momentos eleitorais uma estratégia que oscila entre a abstenção e a intervenção, consoante as táticas do momento.

Um outro possível marco cronológico inicial poderia ter sido o ano de 1947, uma vez que, após um longo processo de independência conduzido pelo *Indian National Congress* (INC), fundado em 1885, e fortalecido nos anos 1920 sob a liderança de Gandhi, adepto da não-violência, a Índia tornava-se independente da Grã-Bretanha a 15 de agosto de 1947. Ao não se conseguir solucionar divergências entre hindus e muçulmanos, surgiram duas nações soberanas: a União Indiana, com uma população maioritariamente hindu, e o Paquistão, de população maioritariamente muçulmana. O avanço do movimento independentista no território indiano determinou que o problema do colonialismo fosse colocado, quer pela oposição, quer pelo regime de Salazar. O novo clima ideológico e político do mundo preocupava Salazar, que, fruto da reordenação do mapa do sul da Ásia, receava pela soberania portuguesa em Goa.

Relativamente a estas duas hipóteses - o ano de 1945 ou o de 1947 - como cortes cronológicos para o início do estudo sobre *a oposição ao Estado Novo e a questão de Goa*, consideramos que neste período a política colonial defendida pelo regime era, para os movimentos da oposição, secundária na lista dos grandes problemas nacionais. Após a II Guerra Mundial a luta e reivindicações centravam-se no derrube do regime, na conquista, não só das liberdades fundamentais, como de um sistema democrático e da melhoria das condições de vida do povo português. Permanecendo unida a oposição até ao ano de 1949, neste movimento de unidade contra o governo, as palavras usadas no que concerne ao problema colonial, apesar da independência da União Indiana em 1947, foram cuidadosamente escolhidas para não criar desentendimentos entre os seus diferentes setores, o que representaria a divisão pública do movimento. E se, sob os efeitos da Guerra Fria, não foi possível à oposição manter-se unida e num sistema internacional de rivalidade bipolar, foi possível ao regime sobreviver no pós guerra e ser aceite de um modo ou outro pelos países ocidentais ao ser integrado Portugal nos grandes organismos internacionais do Ocidente, como a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), em 1948, e a NATO, em 1949. Por isso, tendo em consideração o contexto internacional e visto que a questão colonial continuava a ser secundária para os movimentos da oposição, o período cronológico em análise toma como ponto de partida o ano de 1950, o momento em que a União Indiana reivindicou formalmente a soberania sobre as colónias portuguesas no Indostão, completando-se o arco cronológico no ano de 1961 com a invasão de Goa, Damão e Diu pelas tropas da União Indiana.

Passados 4 meses de a União Indiana ter solicitado ao Governo português que comesçassem as conversações quanto ao futuro das colónias portuguesas na Índia, Caeiro da Matta, ministro dos Negócios Estrangeiros, entregou a 15 de junho de 1950 a resposta portuguesa, considerando que as negociações propostas teriam apenas como fim definir a forma como o Estado Português da Índia seria integrado na União Indiana. Por essa razão, o Governo português declarava que “não pode discutir e muito menos aceitar (...) a solução que se lhe propõe” (MNE, 1967a: 219-221)¹.

Consciente dos perigos que ameaçavam a integridade do Império Colonial português, num momento em que os territórios coloniais ficavam abrangidos pelo estatuto de *territórios não autónomos*, Salazar em 1951 procedeu a uma revisão

¹ Memorial entregue pelo ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro da União Indiana em Lisboa, em 15 de junho de 1950, doc. n.º 216.

constitucional tornando as *Colónias* em *Províncias Ultramarinas*. Contudo, Salazar não conseguiu evitar a contestação internacional à política colonial portuguesa suscitada pelas pretensões da União Indiana sobre Goa. Os protestos de Nehru subiam de tom, considerando inaceitável que, tendo a Índia obtido dos britânicos a sua liberdade, continuasse a existir áreas de domínio estrangeiro em território indiano.

Despertar as consciências para o conflito luso-indiano, reclamando o debate público sobre Goa, ou mesmo alertar para o perigo que representava para a posição portuguesa a ação do regime em recusar a negociação com Nehru, foi a batalha da oposição. Alternando a oposição ao longo destes anos com momentos de maior ou menor unidade, nos quais a questão colonial foi motivo das maiores divergências, pretendemos explorar de que modo a oposição republicana e o PCP conciliaram nos movimentos de unidade as suas diferentes posições ideológicas face à questão colonial, mas também demonstrar que as divergências não só dividiram a oposição, como também, dentro de cada força da oposição, os caminhos se separaram quanto ao problema de Goa, tornando cada vez mais difícil o entendimento. Se os republicanos responderam à ameaça de Nehru com a defesa da integridade do território nacional, os comunistas apontaram o “direito do povo dos domínios portugueses da Índia escolher livremente o seu destino” como o caminho a seguir. O PCP, uma das primeiras forças políticas a criticar a repressão exercida pelo regime contra a vontade “do povo dos domínios portugueses na Índia de se libertar da tutela portuguesa para se unir aos povos da União Indiana”², defendia, em agosto de 1953, a “auto-determinação dos povos de Goa, Damão e Diu”, apoiando-os a “poderem dispor dos seus destinos”, lutando contra a atitude do Governo português e exigindo que este aceitasse as negociações propostas pelo Governo indiano³.

Ao abordar o tema em estudo, não só nos propomos esclarecer se os republicanos partilhavam com o regime salazarista a defesa da manutenção dos territórios portugueses, ou se, com a evolução do conflito entre Portugal e a União Indiana, terão defendido o princípio da autodeterminação, ou, ainda, se terão alguns republicanos encontrado na defesa de teses federalistas a visão para o futuro dos territórios portugueses, sem que fossem rompidos todos os laços com Portugal. Da mesma forma procuraremos delinear o trajeto do PCP no apoio demonstrado à luta dos

² “Terror Salazarista na Índia Portuguesa. Que os soldados voltem para casa”, in *Avante!*, VI série, n.º 159, maio de 1951, p. 2.

³ “Pela auto-determinação dos povos de Goa, Damão e Diu”, in *Avante!*, VI série, n.º 179, agosto de 1953, p. 2.

goeses, assim como o dos movimentos que lhe estão associados, o Movimento Nacional Democrático (MND) e o MUD Juvenil. Ao explorar o tema, pretendemos clarificar se terá a linha política preconizada pelo PCP sido seguida pelo MND e o MUD Juvenil, ou se, pelo contrário, terão estes movimentos, em algum momento, demonstrado posições notoriamente anticolonialistas mesmo antes de o fazer o próprio Partido Comunista.

Apesar de delimitarmos cronologicamente o nosso estudo entre 1950 e 1961, para um melhor conhecimento da problemática abordada dar-se-á particular atenção à reação dos goeses ao Ato Colonial de 1930 e, mais tarde, à promulgação da Constituição de 1933. O discurso de 4 de julho de 1930 de Menezes Bragança, membro do Conselho do Governo do Estado Português da Índia, reforçou a contestação à política colonial e a consolidação do debate político em Goa, dado que “a dissociação da unidade política que o Acto Colonial consagra é inaceitável. E o princípio, em que ele se inspira, é humilhante. Nunca a Índia [Portuguesa] o aceitará”⁴.

Reconhecendo a impossibilidade da consulta alargada de fontes goesas, relativamente aos momentos em que os goeses manifestaram a sua discordância com a política colonial (como no comício do dia 18 de junho de 1946 em Margão, em que reivindicaram as liberdades públicas, e nos períodos eleitorais), procuraremos estabelecer, por um lado, uma analogia entre as reivindicações dos goeses e as dos portugueses na Metrópole. Mas tencionamos também, por outro lado, demonstrar que a luta iniciada pelos goeses para o restabelecimento das liberdades fundamentais e pela promulgação de um novo Estatuto Político para o Estado Português da Índia se transformou numa luta pela libertação de Goa do domínio colonial português. Ainda no quadro da investigação, tendo em conta as redes de comunicação entre a oposição ao Estado Novo em Portugal e os nacionalistas e os autonomistas goeses, temos como propósito apurar qual a participação dos goeses nos movimentos da oposição portuguesa e que influência foi exercida em cada um dos movimentos.

Se num esforço de consolidação da luta contra o domínio colonial português foram estabelecidos contactos entre a oposição portuguesa, a oposição exilada e os representantes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, a coordenação tornou-se difícil dado os diferentes pontos de vista quanto à resolução do problema colonial. Manuel Sertório, exilado no Brasil com a vaga de repressão após as eleições de 1958, convidado para participar no Seminário de Nova Deli em outubro de 1961, expôs

⁴ BRAGANÇA, Menezes, [Discurso] in *República Portuguesa – Conselho do Governo do Estado da Índia, Actas*, Ata nº 19, 4 de julho de 1930, p. 275-276.

a sua posição sobre a questão de Goa ao apresentar uma declaração dos exilados e emigrados portugueses contra o colonialismo, “o que se traduziu na *primeira* tomada de posição claramente anticolonialista, por parte de portugueses, a nível internacional”⁵. As divergências relativas ao problema colonial levaram à rutura da unidade da oposição no exílio. Os diferentes pontos de vista dentro da oposição geravam impasse e os movimentos nacionalistas africanos e goeses aguardavam um maior apoio à sua luta. Ou esperaria a oposição portuguesa o fim do regime para resolver o problema colonial?

Estas são algumas das questões que procuraremos esclarecer pretendendo com este estudo contribuir para um conhecimento mais profundo da História da Oposição portuguesa no âmbito da História Colonial, assim como diferenciarmo-nos dos trabalhos até agora realizados ao abordarmos o nacionalismo goês num estudo comparativo com as oposições em Portugal

⁵SERTÓRIO, Manuel. *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*, Lisboa, Alfa, 1990, p. 40 (itálico no original).

2. Estado da Questão

A historiografia referente à Oposição ao Estado Novo enquanto objeto de estudo tem sido relevante ao longo dos anos, pois, como explica Braga da Cruz, o estudo da oposição é decisivo para a caracterização dos regimes políticos em que a “presença ou ausência de uma oposição [legal] é mesmo considerada como a característica mais distintiva entre regimes democráticos e regimes ditatoriais”. Assim, dos limites da sua expressão e atuação pode depender a caracterização das ditaduras (1983: 701). Mário Soares identifica certos períodos do Estado Novo como “Períodos de Liberdade Suficiente”, ou seja, “aquele curto espaço de um mês precedente a cada acto eleitoral, em que o ditador aliviava um pouco a censura e permitia aos opositores que aparecessem à luz do dia” (1974: 97). Para Braga da Cruz, em Portugal, “mais do que falar de «oposição» deve falar-se de «oposições», de uma oposição com várias componentes, algumas das quais perfeitamente identificáveis política e ideologicamente, outras porém mais híbridas” (CRUZ, 1983: 777). Dawn Raby estabelece, na sua obra de referência para o estudo da resistência antifascista entre 1941-1974, uma diferença entre “oposição” e “resistência”. Para Raby, “oposição” “significa uma actividade política reduzida e pacífica, que pode até ser legal ou, pelo menos «tolerada»”, e, por outro lado, “resistência” “implica uma luta activa”, destacando a autora o papel do PCP cujo seu aparelho clandestino lhe permitiu conquistar a hegemonia no movimento da resistência, assegurando-lhe a capacidade para conseguir, por alguns momentos, ao longo da vida de três gerações do povo português, uma luta unitária por parte da oposição (1990: 15-16).

Nos anos noventa uma série de trabalhos sobre a oposição foram inseridos em obras coletivas de carácter generalista, como é o caso do vol. XII da *Nova História de Portugal [O Estado Novo (1930-1960)]*; do volume VII da *História de Portugal (O Estado Novo: 1926-1974)*; do vol. XIII da *História de Portugal (O Estado Novo)*, destacando-se nele a parte II (*Resistências ao Regime Ditatorial: Oposição ao Estado Novo*); do *Dicionário de História do Estado Novo*; ou dos volumes 7, 8 e 9 do *Dicionário de História de Portugal*. Destaque-se mais recentemente a obra de Irene Pimentel, e provavelmente a mais completa, da *História da Oposição à Ditadura em Portugal - 1926-1974*.

Uma alusão mais concreta às diferentes vertentes ideológicas da oposição surge nos anos mais recentes em estudos que se realizaram no âmbito de dissertações de Mestrado e de Doutoramento. Susana Martins anota que o divisionismo interno e a recomposição das forças situacionistas impediu a reorganização da oposição socialista. Para Martins (2005), ao longo da década de 1950 foi possível à oposição socialista estruturar-se, abrindo-se um novo momento do mesmo movimento político, que, no período de 1959 a 1967, procurou afirmar-se como grupo autónomo, delimitando a sua base de apoio e definindo a sua ideologia.

João Miguel Almeida, no seu trabalho sobre a oposição católica (2008), considera que, apesar de não se ter formado um partido católico da oposição ao Estado Novo, existiram sempre católicos em iniciativas da oposição que contestavam o regime em nome de uma interpretação da doutrina social da Igreja Católica.

Se os trabalhos sobre a oposição ocupam um espaço significativo na historiografia, os que abordam o seu posicionamento perante a política colonial do regime remetem-nos, quase sempre, para o período referente à Guerra Colonial (1961-1974), sendo a questão de Goa alvo de pequenos artigos académicos ou entradas de dicionários e abordada fundamentalmente numa perspetiva diplomática, no campo das relações internacionais.

Apesar de Pedro Aires de Oliveira, no seu estudo *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, dedicar grande parte de um capítulo à questão de Goa e ao que denomina o “Vesúvio Goês”, é na perspetiva das relações luso-britânicas que a questão é analisada. Oliveira apresenta uma rápida contextualização do primeiro movimento de desobediência civil contra o domínio português em Goa (1946) e do anacronismo do sistema de governo em Goa e salienta que, de “uma forma geral, os diplomatas britânicos mostravam-se cépticos quanto à possibilidade dos portugueses apaziguarem o nacionalismo indiano através de reformas administrativas liberais; todavia, as autoridades locais não enfrentavam nenhuma «emergência» e pareciam ter a situação controlada” (2006: 85-86). Este autor demonstra que, com o desfecho do contencioso entre Portugal e a União Indiana, em virtude da aliança luso-britânica, “Lisboa continuava a encarar o Reino Unido como uma peça-chave nessa manobra” (2006: 289), na mobilização do apoio dos países ocidentais e a levar a questão ao Conselho de Segurança da ONU caso Nehru abandonasse a sua filosofia de não-agressão.

O papel desempenhado pelos vários países na questão de Goa já havia sido tema de estudo de Maria Manuel Stocker, em *Xeque-mate a Goa*, e de Sandrine Bègue, em *La fin de Goa et de l'Estado da Índia: décolonisation et guerre froide dans le sous-continent indien (1945-1962)*. Nestes livros, uma vez mais, apesar de se estabelecerem algumas conexões com a oposição em Portugal, no exílio e em Goa, e mesmo com os nacionalistas goeses, a questão de Goa é integrada, fundamentalmente, na política internacional.

Já Fernando Rosas, no prefácio ao livro de Orlando Ribeiro, *Goa em 1954 – Relatório ao Governo*, havia reconhecido a existência de debates sobre a questão de Goa, mais ou menos disseminados, quer entre os republicanos, quer dentro do PCP, mas “era uma batalha, convém dizê-lo, sobretudo no plano externo. Uma vez que, internamente, o regime se encarregara de organizar o consenso, aliás sem grandes obstáculos. (...) à exceção da opinião clandestina do PCP e das forças suas aliadas no MND - que corajosa e solitariamente defendem o direito à autodeterminação para os goeses -, a própria oposição não comunista, os seus líderes Cunha Leal ou Norton de Matos, e a sua imprensa legal, como o jornal *República*, vêm a terreiro alinhar na defesa da «Índia portuguesa»” (1999: 19).

No seu estudo biográfico sobre Cunha Leal, Luís Farinha sublinha que este, ao longo da sua vida, nunca abdicou de afirmar corajosamente as suas ideias e princípios, mas reconhece que “o espírito independente e as ideias que professou não facilitaram a sua arrumação em nenhuma das principais famílias políticas que sobreviveram” (2003: 675). Desde as eleições de 1949 que Leal alertava a nação para as consequências da política colonial portuguesa e, pelo menos, desde 1954, nas páginas do *Diário de Lisboa*, no artigo “O caso de Goa - as revoltantes pretensões do Pandita Nehru”, Cunha Leal fixou “os princípios que iriam orientar a sua defesa de uma «terceira via» descolonizadora para o Império português, no que seria acompanhado, poucos anos mais tarde, por homens como Henrique Galvão e organizações como o Comité Pró-Democracia em Portugal (Newark, EUA) ou o Movimento Nacional Independente (MNI), chefiado por Humberto Delgado” (2003: 617-619).

Para João Madeira, seria em torno da questão de Goa, em virtude da prisão de Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, Albertino Macedo e José Morgado, após a publicação da *Nota Oficial do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*, em agosto de 1954, que o “MND entraria num processo de definhamento irreversível” (2011: 233). Salientando, também, que, na realidade,

passados anos, em 1961, poucos meses antes da invasão de Goa, “o PCP não dispunha de margem de manobra interna, a avaliar pela forte propaganda governamental, mas também pelo próprio posicionamento das outras correntes da oposição em matéria colonial, para subscrever uma posição integracionista de Goa na União Indiana, quando o seu discurso se baseava na defesa do direito a independência das colónias, o que colocava o problema de modo substancialmente diferente” (2011: 441).

Já Judith Manyà, no seu trabalho *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921-1974)*, ao abordar as posições do PCP ao longo dos tempos no que concerne à questão colonial, considera que, em nome da unidade antifascista, o PCP colocou em segundo plano a sua política colonial. Manyà, no entanto, lembra “la nature de la concession – les revendications anticoloniales étant éloignées de la réalité et de l’émotion des militants” (2004: 306).

Pezarat Correia, no texto “Descolonização” incluído no livro *Do Marcelismo ao fim do Império*, entende que foram “as mobilizações para a Índia a partir de 1954, depois da ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, que marcaram o início da luta armada de libertação das colónias portuguesas (...). A forma inglória como se encerrou a presença portuguesa nestas paragens, em Dezembro de 1961, mostra como era grande o fosso que separava a política governamental e a motivação dos militares. Mas ainda era apenas o início de um processo que só a guerra em África iria aprofundar” (1999: 158). O mesmo autor referiu, no I Congresso Internacional “Guerra colonial: realidade e ficção”, que, “na realidade, a grande massa da opinião pública portuguesa estava completamente desligada e desinteressada do problema colonial (...). Há várias figuras gradas da oposição republicana e democrática que apoiaram o esforço de Salazar na defesa das colónias. (...) a oposição democrática não compreendeu que havia dois tempos completamente distintos, isto é, que a legitimidade que, em 1914/1918, levou Portugal a participar na guerra para a defesa do Império do Ultramar contra as vontades de outras potências coloniais - isto é, era uma disputa entre potências coloniais - , era uma legitimidade completamente diferente daquela que se verificava depois da guerra de 39/45, em que era uma luta pela independência em relação aos nacionalistas, aos povos das próprias colónias, e identificaram duas legitimidades que não eram identificáveis” (2001: 53-54).

De entre os estudos sobre o nacionalismo goês, destacamos o de Nishtha Tombat (1995), que sublinha o papel de Tristão de Bragança Cunha na fundação, em 1928, do *Goa Congress Committee*, uma secção goesa do *Indian National Congress*. Contudo, a

investigadora Sandra Lobo sublinha a coexistência de vários fatores, que, ao se complementarem, permitiram a criação do *Goa Congress Committee* (2013: 399). Na interpretação desta investigadora, terá sido a vinda de goeses para completar os seus estudos na Europa e na Metrópole a impulsionar a afirmação nacionalista goesa, marcando “o início da ruptura das elites goesas com o projecto de construção duma identidade goesa de nacionalidade portuguesa e da adopção do projecto de construção duma identidade goesa de nacionalidade indiana. Este processo verificar-se-ia particularmente difícil para as elites católicas nas quais nacionalidade, religiosidade e poder social tenderam a confundir-se” (2012: 279). Mas, sublinha, a aprovação do Ato Colonial, em 1930, e, mais tarde, a promulgação da Constituição de 1933, representaram uma “ruptura traumática na percepção do seu lugar no quadro português” (LOBO, 2013: 512).

O investigador goês Seema Suresh Risbud, no seu trabalho comparativo sobre o atuação do *National Congress (Goa)* (NCG) e do *Azad Gomantak Dal* (AZD) no movimento de libertação de Goa, particulariza que “In Goa's struggle for freedom, while the AGD used violence as a means openly [the] NC(G) who had adopted peaceful nonviolence means constitutionally but in the later stages of struggle did extended [sic] its secret support to GLA a revolutionary organisation that also[practiced] terror used by the colonial regime on the people of Goa” (2002: 452). Por seu lado, Anita A. Raut Desai mostra que as restrições colocadas aos movimentos nacionalistas pela natureza do colonialismo português não impediram que estes alcançassem o seu objetivo (2003). Rajan Narayan, na sua obra *Sampoorna Swaraj: The Story of Goa's Liberation Struggle 1928-1961*, dedica algumas páginas à oposição ao Estado Novo e à questão de Goa, destacando a ação do PCP, do MND e do MUD Juvenil. Porém, o nacionalista goês Pundolika Gaitonde considera nas suas memórias que era possível antever as dificuldades no relacionamento entre os diferentes movimentos pois “there was no organized Portuguese opposition except for the Communist Party; for the rest it consisted of a different group with varying different ideologies” (1987: 143).

Apesar da atitude de a oposição perante a questão de Goa ser referenciada em vários trabalhos, ela ainda não foi enquanto tal objeto de um estudo específico, assim como ainda não foi abordada em paralelo com o movimento nacionalista goês, sendo, por outro lado, a questão de Goa tratada fundamentalmente na dimensão da política externa do regime. Este vazio historiográfico decorre, muito provavelmente, do facto de

se considerar secundária a questão de Goa no âmbito da questão colonial, pelo facto de não ter havido conflito armado prolongado.

3. Os métodos e as fontes

Com um olhar analítico sobre a informação coligida das pesquisas bibliográficas e documentais, foram estabelecidas as relações para a reconstrução histórica do período em estudo, permitindo contribuir para a problematização da história da oposição e da história do sistema colonial português contemporâneo. Ciente de que uma investigação aprofundada dos discursos das correntes da oposição goesa contribuiria, não só para o seu conhecimento, como também para perceber a sua articulação com as oposições portuguesas na Metrópole. Contudo, a inexistência de grande parte das fontes documentais sobre esta temática em Portugal obrigaria a prolongadas deslocações a Goa, onde estão sediados os arquivos/bibliotecas relevantes, o que se tornou inexequível pelo facto de, ao longo deste trabalho, ter havido sempre a necessidade de conciliar a atividade profissional, como docente do Ensino Básico e Secundário, com a investigação. Neste âmbito, seria imprescindível obter um apoio que permitisse estadias de média duração na Índia. Esse apoio, designadamente por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia e a da Fundação Oriente, nunca foi concedido, embora o projeto apresentado reunisse as condições de viabilidade metodológica e de evidente relevância na historiografia portuguesa. Esta lacuna relativa foi atenuada com a consulta de uma série de portais com fontes digitalizadas, e, fundamentalmente, com ajuda notável da investigadora Sandra Ataíde Lobo que, aquando das suas deslocações à Índia, teve sempre uma atenção especial pelo desenvolvimento deste trabalho, adquirindo bibliografia sobre o tema e digitalizando algumas das fontes primárias.

Pela análise da informação recolhida nas fontes documentais e históricas, depoimentos e outra documentação de carácter político obtida nos arquivos pessoais, e numa abordagem comparativa dos discursos, pretendeu-se percorrer o caminho traçado pelas diferentes correntes da oposição, reconhecendo os eixos políticos e ideológicos com os quais se identificavam, para assim conhecer qual o posicionamento da oposição antissalazarista face à questão dos territórios portugueses na Índia.

Tendo em conta que foi ao longo dos vários momentos eleitorais, não só para Assembleia Nacional (1945, 1949, 1953, 1957 e 1961), como para a Presidência da República (1949, 1951 e 1958), em que a oposição teve maior oportunidade de se manifestar, analisamos cada um desses momentos eleitorais através dos programas dos

candidatos, dos discursos proferidos e das notícias publicadas, sendo a imprensa uma das fontes mais valiosas. Por este facto percorremos 11 anos não só da imprensa legal, como o *República*, como da imprensa clandestina comunista: o *Avante!* e o *Militante*.

O início do regime ditatorial em Portugal conduziu à quase imediata instauração da censura prévia a toda a imprensa periódica, determinando a extinção de grande parte dos jornais das organizações de que eram porta-vozes. Um selo no qual estava inscrito “visado pela comissão de censura” passava a fazer parte do cabeçalho de toda a imprensa legal, que não podia deixar espaços em branco após os cortes. Apesar de no art. 8º da Constituição de 1933 se reconhecer a “liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma”, um parágrafo especificava que “leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação” de modo a “impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos”⁶. O Decreto-Lei 22.469, de 11 de abril de 1933, dia da entrada em vigor da Constituição Política, reorganizava a censura, abrangendo não só as publicações periódicas como todos os folhetos que versassem assuntos de carácter político ou social (art. 2º), visto que este era o meio fundamental para “uma obra de reconstrução e saneamento moral” (art. 3º)⁷. Ao governo estava reservado definir quais os critérios do que seria a verdade, a justiça e a moral. Em 1936 foi regulamentada a fundação de jornais, assim como a autorização da circulação de livros⁸. Diversos organismos foram criados de modo a impedir que se pusesse em causa na esfera pública a ideologia do Estado. Criada a Direção Geral dos Serviços de Censura, dependente do Ministério do Interior, em junho de 1933, foi criado, em 1940, o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, dirigido pessoalmente por Salazar. Este Gabinete foi integrado, em 1944, no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, de novo sob a alçada do próprio Presidente do Conselho (TENGARRINHA, 1999: 245-247).

Ao elaborar um estudo sobre a oposição e a questão de Goa, de 1950 a 1961, tendo a imprensa legal e a clandestina como fonte, entre outras, para o seu estudo, estamos cientes da grande desigualdade de informação transmitida pelos jornais em análise. Apesar de uma posição mais visível no panorama da imprensa diária portuguesa, abrangendo um maior número de leitores, a imprensa legal estava limitada

⁶ Decreto n.º 22.241, in *Diário do Governo* (Suplemento), I série, 22 de fevereiro de 1933.

⁷ Decreto-Lei n.º 22.469, in *Diário do Governo*, I série, 11 de abril de 1933.

⁸ Decreto-Lei n.º 26.589, in *Diário do Governo*, I série, 14 de maio de 1936.

nas notícias. Sujeita às restrições prévias à liberdade de informação, de forma a “não ofender” a ideologia do regime, não era possível informar de tudo o que se queria e como se queria. Por seu turno, a imprensa clandestina, ainda que tivesse tiragens limitadas e periodicidade irregular, produzida sob condições precárias, não estava coagida pelas mãos dos censores e do seu “lápiz azul”, pelo que tinha maior liberdade de expressão. No entanto, um menor número de pessoas tinha acesso a ela tanto pela dificuldade no acesso a estes jornais, como pelo receio das represálias a que poderiam estar sujeitos.

O *República*, jornal fundado a 15 de janeiro de 1911 por António José de Almeida, distinto protagonista do ideário republicano, desempenhou, pela sua fidelidade aos princípios da Democracia e a sua discordância com a política geral do governo, um papel de destaque no campo da oposição, praticando a luta possível contra a ditadura salazarista⁹. O *Avante!*, órgão central do PCP, fundado a 15 de fevereiro de 1931, expunha no seu primeiro número a sua missão de “protestar contra o desenvolvimento das forças policiais, organizadas tão simplesmente para assassinar os trabalhadores indefesos, que não cometem outro delito, que não seja o de pedir pão para si e para sustentar os seus” e denunciar “ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente”¹⁰. Ao longo da ditadura, o *Avante!* exerceu um papel fundamental na mobilização das lutas da classe operária, como orientou e movimentou uma política de unidade antifascista com o fim de derrubar a ditadura e conquistar a liberdade e a democracia. Para melhor preparação política dos quadros e militantes do PCP, por volta de 1933, foi fundado o *Militante*.

Por considerarmos indispensável para um estudo desta natureza a consulta da documentação produzida pelo PCP, após alguns contactos telefónicos por parte do professor Manuel Loff com Domingos Abrantes, responsável pelo Gabinete de Estudos Sociais do PCP, designação formal do arquivo deste partido, fomos informados que o PCP só divulgava aos investigadores material que já tivesse sido publicado, o que excluiu as notas de reuniões com PCs e outras organizações políticas de outros países. Mesmo com esta reserva, foi agendada uma consulta ao GES, o que permitiu enriquecer o trabalho com alguns dos panfletos do Comité Central do PCP que ainda não tínhamos localizado, como o panfleto *Declaração do Partido Comunista Português - O governo*

⁹ “Esclareçamos...”, in *República*, n.º 7285, 22 de março de 1951, p. 1.

¹⁰ “Ao Proletariado de Portugal”, in *Avante*, VI série, n.º 1, 15 de fevereiro de 1931, p. 1.

de Salazar pretende fazer do caso de Goa um foco de Guerra!, mais conhecido como a *Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954*.

Para o conhecimento da oposição em Goa foi-nos essencial a consulta na Biblioteca Nacional (Lisboa) dos jornais *Bharat* (Nova-Goa, entre 1945 e 1949) e do *Heraldo* (Nova-Goa, de 1956 a 1961). O jornal *Bharat* foi fundamental, não só para o estudo das eleições de 1945, como para as de 1949, graças aos artigos, discursos e manifestos dos candidatos nele publicados, bem como para o estudo do movimento de 18 de junho de 1946, assim como para compreender o contributo da imprensa colonial na divulgação dos princípios democráticos e avaliar o reflexo das suas notícias na imprensa metropolitana. A consulta do jornal *Free Goa* (Bombaim) entre de 1953 a 1961 tornou-se possível graças às digitalizações do mesmo cedidas por Sandra Ataíde Lobo, o que permitiu conhecer a ação dos diferentes grupos do movimento nacionalista goês. A sua consulta foi necessária para detetar e conhecer as relações destes grupos com a oposição portuguesa. Relativamente à ação da oposição exilada portuguesa, não podemos esquecer a consulta no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra dos jornais *Portugal Democrático* (São Paulo), de 1956 a 1962, e *Portugal Livre* (São Paulo), de 1959 a 1961. Para o estudo do ano de 1961, recorreremos ainda à consulta dos jornais do Rio de Janeiro, *Última Hora* e *Diário Carioca*¹¹ por forma a documentar a deslocação de Pundolica Gaitonde ao Brasil.

Entre as fontes arquivísticas, foi indispensável a consulta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo do Arquivo Oliveira Salazar (AOS), do Arquivo da PIDE/DGS e do Espólio Humberto Delgado. No AOS, sendo um dos mais completos fundos dos arquivos portugueses sobre a História do Estado Novo, a pesquisa incidiu essencialmente na série da Correspondência Oficial no que respeita ao Interior, Negócios Estrangeiros, Presidência do Conselho e Ultramar, destacando-se na Correspondência Oficial-Interior a pasta “Diversos” por conter informações acerca da realização de reuniões, de reclamações de democratas e da situação política em alguns distritos, assim como algumas informações da PIDE. Ainda na série Correspondência Oficial-Interior foi possível consultar, na pasta “Polícias”, um grande número de documentos relativos à atividade da oposição do período em estudo.

Da documentação existente na série Correspondência Oficial-Negócios Estrangeiros, tivemos acesso nas pastas “Informações dos Nossos Cônsules-

¹¹ Disponíveis em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

Informações dos Nossos Diplomatas-Diversos” à correspondência do Consulado Português em Bombaim, na Índia (1948), da Legação e Embaixada de Portugal na União Indiana (1949-1955), informações acerca da situação política nos territórios de Goa, Damão e Diu (1954), discursos e comentários sobre o caso de Goa. Na pasta “ONU”, acedemos a vários documentos sobre a posição de diferentes Estados quanto a Portugal e à sua política ultramarina.

Na subsecção da Correspondência Oficial-Presidência do Conselho foram consultadas as duas pastas relativas às “Candidaturas à Presidência da República”, uma dos candidatos da oposição, Norton de Matos, Ruy Luís Gomes e Quintão Meireles, e uma outra relativa às “Eleições Presidenciais de 1958”. Mas foi na Correspondência Oficial-Presidência do Conselho nas pastas “Oposição, Política e Presidência do Conselho-Diversos” que foi consultada a maior quantidade de documentação sobre vários dirigentes e movimentos oposicionistas e a sua atividade. Ainda na Correspondência Oficial-Presidência do Conselho, na pasta “Defesa Nacional”, existem documentos sobre situação política e militar em Nagar-Aveli, Goa, Damão e Diu. A sua consulta apenas interessou no sentido em que, por vezes, era focada a situação política desses territórios.

Na subsecção da Correspondência Oficial-Ultramar foram consultadas diferentes pastas: “Acontecimentos de África”, “Índia Portuguesa”, “Informações da PIDE” e “Diversos”. Nestas pastas podemos consultar variadíssimos documentos com diferentes informações relativos ao caso de Goa: desde as informações da PIDE sobre a situação nas províncias ultramarinas portuguesas à posição da oposição perante os movimentos de libertação (1961), passando pela realização da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em 1961, e pela correspondência sobre diferentes questões da situação em Goa.

O Arquivo da PIDE/DGS, aberto à consulta desde 1994, 20 anos após do 25 Abril, foi um dos mais importantes fundos de documentação para esta investigação. Com a documentação produzida pela própria PIDE/DGS, desde o registo de detenção, fichas de informação e processos individuais, foi possível obter um conjunto de informações sobre os opositores, sem esquecer, contudo, que toda esta informação foi narrada por um conjunto de informadores com o objetivo de controlar e reprimir os movimentos de contestação ao regime. Para além da documentação dos processos referentes às eleições para Assembleia Nacional e Presidência da República e os processos dos candidatos da oposição à Presidência da República, foram ainda

consultados, entre outros, os processos de Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, Albertino Macedo, José Morgado, subscritores da “Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu”, assim como os de Manuel Sertório, António Sérgio, Maria Lamas, Henrique Galvão, Purushottam Kakodkar, Álvaro Loiola Furtado, António Anastácio Bruto da Costa, Telo de Mascarenhas e Melba Dias Costa.

Do espólio de Humberto Delgado foi consultada a documentação produzida por Humberto Delgado no âmbito do desempenho de atividade política, mais precisamente da sua candidatura às eleições de 1958. Este espólio é composto não só por correspondência, listas de apoiantes, discursos, apontamentos, mas também por documentação do período posterior às eleições, como correspondência, relatórios, palestras, apontamentos, artigos e recortes de imprensa portuguesa e estrangeira, panfletos, entre outros documentos. Ainda no âmbito do espólio de Humberto Delgado, foram alvo de consulta a documentação de Artur Mirandela, Cal Brandão, Montalvão Machado e Sérgio Carvalhão Duarte, em virtude de serem destacados oposicionistas do Norte do país, mas pouca informação foi conseguida relativamente ao posicionamento sobre a questão de Goa.

A documentação diplomática portuguesa, conservada no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, também foi um dos principais núcleos de fontes primárias, tendo sido consultados os escritórios de embaixadas e consulados de Portugal em diversos países, enviados ao ministro dos Negócios Estrangeiros, incluindo considerações e/ou recortes de imprensa estrangeira e outros documentos, fornecendo informações sobre os movimentos da oposição no exílio, as suas relações com a oposição no interior do país, assim como a visão da imprensa estrangeira sobre a questão de Goa. Um outro arquivo relevante foi o Arquivo Histórico Ultramarino, onde foi possível consultar a documentação relativa ao Gabinete dos Negócios Políticos/Ultramar que, em 2014, transitou para o Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Neste arquivo foram consultados panfletos que circulavam por Goa, telegramas de e para o ministro das Colónias/Ultramar, assim como cartas oficiais descrevendo o ambiente político.

Da consulta realizada no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo de Defesa Nacional, centrada fundamentalmente em documentação sobre a situação militar do

Estado Português da Índia, foi possível obter alguma informação relevante em relatórios sobre a situação política da Índia.

Do Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no espólio Pinto Quartim; do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal, no espólio Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas; da Casa António Sérgio, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (Lisboa), no espólio de António Sérgio; e do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, nos fundos de António de Figueiredo, de Fernando Piteira Santos, Manuel Sertório e da Comunidade Portuguesa em Inglaterra (CPI), para além de comunicados e panfletos, recortes de imprensa e correspondência, foi possível ter acesso a alguns manuscritos como o de António Sérgio sobre a questão de Goa e os de Manuel Sertório, aquando da sua passagem pela Índia para participar no Seminário de Nova Deli, em outubro de 1961.

No Arquivo Histórico Parlamentar (Lisboa), a consulta do fundo Assembleia Nacional/Comissão de Verificação de Poderes/Processos de parecer de verificação de poderes/círculo n.º 28/Índia, permitiu analisar as eleições no círculo da Índia, não só de 1945 a 1961, como, também, após 1961 e até 1973, dado que o Governo português, após a invasão em 1961, continuou a defender a soberania portuguesa sobre o Estado Português da Índia, mantendo a realização das eleições para a Assembleia Nacional pelo círculo do Estado Português da Índia, com as assembleias e as secções de voto a funcionarem em diferentes partes de todo o território português.

“Os mitos dos descobrimentos, da colonização, da acção civilizadora, da multirraciedade e da multiculturalidade, faziam, e ainda fazem, parte da nossa identidade e do nosso imaginário” (TORGAL, 2002:165).

CAPÍTULO I - A II GUERRA MUNDIAL E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

1. A oposição na década de quarenta

1.1. “A unidade de todas as forças anti-fascistas e patrióticas”¹²

Apesar de Portugal ter conseguido manter a neutralidade ao longo da II Guerra Mundial, não foi possível deixar de sentir, no setor económico e financeiro e mesmo político, os efeitos da guerra que se vão agudizando ao longo dos tempos. A “paz social” dos anos trinta¹³, controlada pelos Sindicatos Nacionais e pela polícia, é quebrada pela conjuntura da guerra. A partir de 1941 devido, sobretudo, à falta de géneros, salários insuficientes, agravamento das condições de vida e de trabalho, surgirá um surto grevista, intensificando-se entre 1942-44. Durante este período o governo de

¹² “Avante, para o derrubamento do governo fascista de Salazar. O Conselho Nacional tem um programa”, in *Avante!*, VI série, n.º 58, 2ª quinzena de julho de 1944, p. 2.

¹³ Nas vésperas da II Guerra Mundial, com a afirmação na Europa dos regimes ditatoriais, a oposição ao Estado Novo conheceu uma fase de desmoralização e desorganização sem precedentes. A consolidação do regime ditatorial em Portugal durante a década de trinta [com a aprovação da Constituição de 1933; a reorganização da Censura; a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE); a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional (ETN); a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), da União Nacional, da Colónia Penal para presos políticos e sociais, no Tarrafal (ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde), da Mocidade Portuguesa (MP) e da Legião Portuguesa (LP)] neutralizou qualquer ação da oposição ao regime. O malogro das insurreições oposicionistas veio mostrar que, não só a oposição carecia de apoios suficientemente fortes para derrubar a ditadura, mas também que o Governo tinha já força suficiente para derrotar incondicionalmente os seus inimigos. Durante este período, Salazar reforçou o seu poder acumulando com as funções de Presidente do Conselho (1932-68) as de ministro do Interior, ministro das Finanças (1928-40), ministro da Guerra (1936-44) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1936-47), ocupando deste modo os ministérios essenciais.

Salazar vive a sua primeira crise séria e sob os efeitos da II Guerra Mundial, a oposição portuguesa ao Estado Novo reestrutura-se. O movimento de agitação social estende-se por todo o país e o Partido Comunista Português (PCP) reorganiza-se com o regresso de alguns dos seus membros das prisões do Tarrafal e de Angra do Heroísmo, em consequência da “Amnistia dos Centenários” (junho de 1940). A Júlio Fogaça, o dirigente mais antigo, associou-se Pedro Soares, Militão Ribeiro, Sérgio Vilarigues, Américo Gonçalves de Sousa, Manuel Guedes e Joaquim Pires Jorge sendo estabelecida, por Júlio Fogaça a “data de Outubro de 1940 para o início da «reorganização»” (Ventura cit. in MADEIRA, 2011: 88). Contudo a reunião só ocorrerá em dezembro de 1940 e, em junho de 1941 surgirá a organização de um *Bureau* Político, “com oito membros, que funcionava na prática como Comité Central e que dispunha de um Secretariado de 3 elementos”. E, como salienta João Madeira “ainda que não se disponha da composição segura destes organismos, o Secretariado pelo menos era composto por Júlio Fogaça, Manuel Guedes e Militão Ribeiro e do Bureau fariam ainda parte José Gregório, Joaquim Pires Jorge e provavelmente Américo Gonçalves de Sousa e Sérgio Vilarigues”. Álvaro Cunhal, depois de sair da prisão, em novembro de 1940, associa-se ao novo partido “numa altura em que os «reorganizadores» já haviam iniciado a sua actividade e a quem Cunhal seria ligado por Piteira Santos, começando a participar apenas numa reunião alargada, que se realiza na serra de Sintra, com a presença de duas dezenas de quadros” (MADEIRA, 2011: 88-89)¹⁴. Porém, em 1942, Júlio Fogaça, Pires Jorge, Pedro Soares e outros quadros do Partido são presos, de novo, e Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP, morre, no Tarrafal, a 2 de setembro desse ano. Mais tarde Militão Ribeiro será preso o “que significava a prisão de dois dos três elementos do Secretariado do *Bureau* Político, que se havia constituído em meados do ano anterior, obrigando a importantes e decisivas alterações na sua composição, com a subida ao Secretariado de Álvaro Cunhal, em cujo organismo e perante o novo partido adquirira rapidamente indiscutível autoridade política, assim como José Gregório” (MADEIRA, 2011: 96).

A reorganização do PCP constitui um verdadeiro processo de rutura com o que até aí existia. A tática altera-se e a clandestinidade passa a ser a grande estratégia de

¹⁴ “Mais tardia, mas provavelmente ainda de 1941, seria a adesão de Álvaro Cunhal ao novo partido, a que não será alheia alguma desconfiança em relação a si, da parte dos que saíam das prisões, pois Cunhal pertencera a um dos últimos secretariados do partido e fora um dos mentores e principais redatores do *Em Frente!*” (MADEIRA, 2011: 89).

influência do Partido¹⁵. O êxito da reorganização reflete-se, a partir de 1942, no surto de greves e protestos populares e na incapacidade da polícia em descobrir o seu modo de funcionamento. Com a queda de Mussolini, em julho de 1943, embora se pensasse que o regime ia ser arrastado pelo desmoronar das potências do Eixo, a agitação social aumentou, registando-se uma explosão grevista em finais de julho e princípios de agosto de 1943 (ROSAS, 1994: 370).

No final do ano de 1942, no jornal *Avante!*, começam a surgir os primeiros apelos à unidade nacional, que era vista como “o único meio para derrubar o fascismo”¹⁶. A ideia consolidou-se, ao longo do ano de 1943, e os desejos para o estabelecimento de acordos “com todas as forças dispersas que hoje trabalham para o derrubamento do governo salazarista” manifestam-se na união, de modo a desenvolver “uma actividade conjunta para a defesa da Liberdade e da Independência”¹⁷. O novo Partido reorganiza-se em claro processo cisionista. Álvaro Cunhal (*Duarte*) no III Congresso do Partido Comunista (I Congresso ilegal) realizado, clandestinamente no Monte do Estoril, a 29 de novembro de 1943, apresenta o *Informe Político do Secretariado do Comité Central* (CC) e referindo-se à organização do movimento de Unidade Nacional com “O **Comité Dirigente da Unidade Nacional**, representando a unidade de todos os grupos e forças antifascistas e os **Comités e Comissões de Unidade**, para dirigirem as mais variadas lutas populares”¹⁸. A palavra de ordem passa a ser: Unidade, englobando os vários setores democráticos da oposição, embora segundo Dawn Raby, esta unidade já fosse defendida, em teoria, desde “1935, seguindo as directrizes do Comintern sobre a «Frente Popular»” (RABY, 1990: 25).

A procura de uma aliança que iria pôr termo ao isolamento do PCP leva-o a desenvolver contactos com todos os grupos e organizações, desencadeando a maior mudança política da oposição.

¹⁵ Pela primeira vez cria-se uma rede clandestina organizada, que abrangia as zonas urbanas e rurais mais importantes do país, fomentando a luta de massas e a agitação social nos grandes centros operários. Como recorda Lino Lima na sua obra, *Romanceiro do Povo Miúdo – Memórias e confissões*, sob o pseudónimo de “José Ricardo”: “as normas que regem a acção de um partido político na clandestinidade como o Partido Comunista Português são extremamente apertadas e todo o militante é educado na ideia de que o seu cumprimento é, não só a melhor defesa do Partido como também é a melhor defesa de si próprio. E uma regra conspirativa fundamental determina que o militante clandestino se afaste de casa da sua família, corte com ela todos os contactos permanentes e directos” (“RICARDO”, 1991: 153).

¹⁶ “O derrubamento do governo de Salazar é o único caminho para evitar a ocupação hitleriana de Portugal. A Unidade Nacional o único meio para derrubar Salazar”, in *Avante!*, VI série, n.º 22, 1ª quinzena de dezembro de 1942, p. 1.

¹⁷ “O caminho da Unidade Nacional”, in *Avante!*, VI série, n.º 24, 1ª quinzena de janeiro de 1943, p. 1.

¹⁸ “Mais uma grande vitória – O I Congresso do Partido Comunista”, in *Avante!*, VI série, n.º 44, 2ª quinzena de novembro de 1943, pp. 1-2 (negrito no original).

No campo socialista face à inatividade do antigo Partido Socialista Português - Secção Portuguesa da Internacional Operária (PSP-SPIO)¹⁹ - surgiu a ideia, no verão de 1942, de promover uma nova organização onde coubessem os que defendiam uma sociedade socialista e se difundisse o seu ideal. Armelim Moura Diniz, Manuel Pires de Matos e José Magalhães Godinho estabeleceram uma série de contactos surgindo assim o Núcleo de Doutrinação e Ação Socialista (NDAS)²⁰. O seu principal objetivo era contribuir para a “destruição do fascismo e do clericalismo” de forma a edificar a democracia socialista, considerando como fins superiores a construção de uma sociedade sem classes, onde imperasse o princípio da liberdade (MARTINS, 2005: 42). Bento de Jesus Caraça foi convidado a integrar o NDAS, mas preferiu não se comprometer com nenhum movimento concreto de oposição antifascista, para melhor poder desempenhar o papel de unidade entre todos os que se opunham ao salazarismo. Segundo José Magalhães Godinho, Bento de Jesus Caraça “devia ser independente para poder ser igualmente ouvido por todos” (1983: 66) e o mesmo se passou com Manuel Mendes (1990: 83).

A unidade das forças socialistas estava, no entanto, longe de acontecer. Impulsionado pelo médico Guilherme de Oliveira, com implantação regional, surgia em Coimbra, em 1943, o Partido Socialista Independente (PSI), que se demarcava do “velho” PSP e assumia a influência do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) da II República. Em finais de 1943, e sem ligação com o NDAS, surgia a União Democrática Socialista (UDS), promovida por Fernando Mayer Garção, Armando Adão e Silva, José Joaquim Gaita e Carlos Sá Cardoso, “vendo na destruição do regime e na restauração das liberdades fundamentais as suas metas primordiais” (MARTINS, 2005: 43). Só em 1944, após os contactos entre as duas organizações, a NDAS e a UDS, assistiremos à fusão das duas forças socialistas, surgindo, assim, a União Socialista (US) que consegue uma influência apreciável nos centros urbanos, implantando-se nas principais capitais de distrito²¹. Nas suas Bases Doutrinárias “declara como seu fim

¹⁹ À frente do Antigo Partido Socialista Português - Secção Portuguesa da Internacional Operária (PSP-SPIO) permaneciam Amâncio de Alpoim, Ramada Curto, Alfredo Franco, Estevão da Silva, Manuel Feijó e Francisco Tendeiro.

²⁰ Como recordou José Magalhães Godinho, designou-se para o Núcleo de Doutrinação e Ação Socialista (NDAS) uma Comissão instaladora “que ficou constituída pelos seguintes: Afonso Costa [filho], Moura Diniz, Pires de Matos, Correia Monteiro e [José Magalhães Godinho]” (1983: 66). O NDAS realizou o seu trabalho em várias zonas do país, recrutando a maioria dos seus membros entre a classe média e concentrando a sua influência nos centros urbanos. As ligações que estabeleceram com o operariado foram através de alguns dos seus membros.

²¹ Entre 1944-49 a Comissão Política da União Socialista (US) era constituída por: Afonso Costa (filho), Vitorino Magalhães Godinho, Correia Monteiro, Pires de Matos, José Joaquim Gaita, Dias Amado, Sá

máximo a «construção da Democracia socialista», uma sociedade sem classes, igualitária, onde a justiça social e a liberdade se estendessem a todos os homens, no respeito pela dignidade pessoal de cada um” (MARTINS, 2005: 45). Juntavam-se a esta causa Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, João Sarmento Pimental, Francisco Keil do Amaral e Hélder Ribeiro.

A base da unidade antifascista, linha defendida por Álvaro Cunhal, começa a estruturar-se. Os partidos movimentam-se e várias personalidades de diferentes quadrantes políticos, Álvaro Cunhal e Fernando Piteira Santos pelo PCP, José Magalhães Godinho e Manuel Mendes pelo novo agrupamento socialista, Bento Caraça e António Sérgio, reúnem-se constituindo, na clandestinidade, o Conselho Nacional de Unidade Antifascista (CNUAF)²², que mais tarde, finais de 1943, se chamará Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), sob a presidência do general Norton de Matos²³. Nele estão representadas várias e prestigiosas personalidades oposicionistas como Bento de Jesus Caraça, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes, o PCP “reorganizado”, a US²⁴, o PSP-SPIO²⁵, o Partido Republicano Português, a Maçonaria (através de Dias Amado), alguns anarco-sindicalistas ligados à Confederação Geral do Trabalho e o grupo dos seareiros (Alberto Candeias)²⁶. Estaria

Cardoso e José Magalhães Godinho. A Junta Diretiva agrupava os delegados das organizações distritais e socioprofissionais, estando representada a maior parte dos distritos do país. Tornou-se a mais forte organização no quadrante socialista com uma influência, que atingiu a escala nacional e uma atividade significativa até à década de 1950. As estruturas socioprofissionais formadas seguem a orientação da Junta Diretiva da US “de incitar os seus filiados a integrarem os sindicatos fascistas, de modo a potenciar uma tomada de poder e canalização de uma grande massa quando as circunstâncias o determinarem” (MARTINS, 2005: 47). A nível da imprensa, a US garante a publicação dos jornais clandestinos: *A Terra* e *A Voz do Trabalhador*. O boletim V, do NDAS, funde-se no boletim *A Terra*. A União Socialista dissolveu-se em 1964, subsumindo-se na Ação Socialista Portuguesa (ASP), (GODINHO, 1990: 84-85).

²² “Constituiu-se o Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista”, in *Avante!*, VI série, n.º 46, 1ª quinzena de janeiro de 1944, p. 1.

²³ José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955). Fez o curso da Escola do Exército e, em 1898, partiu para a Índia, iniciando aí a sua carreira na administração colonial. O seu regresso a Portugal, após a passagem por Macau, coincidiu com a proclamação da República. Em 1912, tomou posse como governador-geral de Angola, período em que funda a cidade de Huambo, a cidade de Nova Lisboa. A ditadura de Pimenta de Castro faz com que volte à Metrópole. É nomeado Alto-comissário de Angola, 1921 a 1924, posto em que procurou salvaguardar os direitos dos indígenas dos abusos praticados pelos colonos, valendo-lhe a alcunha de “Calígula de Angola” que Francisco Cunha Leal lhe deu em 1924. A forte crítica à sua gestão colonial leva-o para Inglaterra como embaixador. Com a revolução de 28 de Maio de 1926, inicia-se um novo período na sua vida: o da oposição, tendo este atingido o seu auge quando apresenta, ao Supremo Tribunal de Justiça, a 9 de julho de 1948, a sua candidatura à Presidência da República (SILVA, 2003: 173-200; FERRÃO, 2010).

²⁴ A UDS, já no seu manifesto quando da sua constituição, expressava vontade de subscrever o *Programa Mínimo* apresentado pelo CNUAF.

²⁵ A US e o PSP-SPIO participaram separadamente no Movimento de Unidade Nacional Antifascista, mas no seu seio (que se agrupava o conjunto das forças antissalazaristas) iniciaram-se os contactos que iriam levar a um pacto de aliança entre as duas organizações em 1948 (GODINHO, 1990: 84).

²⁶ Fazia ainda parte do MUNAF António Macedo, Lobo Vilela, da União Socialista; velhos republicanos, como Hélder Ribeiro, Domingos Pereira, Utra Machado e Jacinto Simões; alguns homens da *Seara Nova*

assim dado o primeiro passo para a união das forças da oposição. Com carácter ilegal e clandestino, o movimento cresceu rapidamente e passado um ano já tinha um importante significado a nível nacional.

Os seus objetivos eram o derrube do regime salazarista e a criação de um Governo Provisório de Unidade Nacional. Redigido, em julho de 1944, pelo Conselho Nacional, o *Programa de Emergência do Governo Provisório* incidia sobre vários pontos: “**destruição da ordem fascista (...) e a instauração duma ordem democrática (...) melhoramento das condições de vida do Povo Português (...) democracia nas finanças, na instrução e na justiça (...) defesa da Nação,** [defendendo] a **Unidade de Portugal com as colónias**” e, no que respeita à política internacional, “estabelecia a colaboração com as Nações Unidas”²⁷. O Conselho Nacional considerava que, após o derrube do governo fascista de Salazar, dever-se-ia formar um Governo Democrático de Unidade Antifascista, com o apoio do povo português, mantendo-se no poder durante o tempo necessário à destruição do Estado fascista e até à realização de eleições livres.

Se no *Programa de Emergência do Governo Provisório* foi possível uma combinação das medidas propostas pelo Partido Comunista com algumas desejadas pelos republicanos, os desentendimentos surgiram relativamente à estratégia revolucionária. Já no *Avante!* de julho de 1944, quando da apresentação do Programa, o Partido Comunista considerava que deveria conter outras medidas, salientando que no seu entender, “o Programa contém assim certas deficiências. Mas o certo é que este programa traduz a unidade de todas as forças anti-fascistas e patrióticas, traduz as aspirações comuns de todas as camadas da população interessadas no derrubamento do fascismo”²⁸. Alertando o PCP para o facto de Salazar querer sobreviver à derrota de Hitler²⁹, considerando o Partido que era uma ilusão a possibilidade da sua dissolução pacífica. Quanto à questão da luta armada, no seio do MUNAF, havia duas posições distintas: a dos velhos republicanos e a do Partido Comunista. Os republicanos eram a favor de uma conspiração militar, tendo em vista um golpe de Estado que derrubasse Salazar e o seu governo. O Partido Comunista defendia o levantamento das massas

(Câmara Reys, Azevedo Gomes, Sérgio, Rodrigues Lapa) e gente da Universidade Popular, como Ferreira de Macedo (Soares cit. in AVILLEZ, 1996: 42).

²⁷ “Avante, para o derrubamento do governo fascista de Salazar. O Conselho Nacional tem um programa”, in *Avante!*, VI série, n.º 58, 2ª quinzena de julho de 1944, pp. 1-2 (negrito no original).

²⁸ *Ibidem*, p. 2.

²⁹ “Salazar quere sobreviver à derrota de Hitler”, in *Avante!*, VI série, n.º 41, 1ª quinzena de outubro de 1943, pp. 1-2.

contra o fascismo, pela intensificação da agitação popular (RABY, 1990: 27-28). Ao contrário de muitos republicanos e democratas que defendiam a concepção de que o derrubamento do fascismo salazarista seria por ação dos Aliados, o Partido Comunista defendia que seria o povo português, pelas suas próprias mãos, a derrubar o fascismo salazarista e a conquistar a liberdade e a democracia. Por isso, em finais de 1944, o Conselho Nacional decidiu, com os militantes ligados aos setores militares, lançar os *Grupos Antifascistas de Combate* (GACs), com o fim de organizar “os portugueses antifascistas e patriotas não integrados nas organizações políticas nacionais” com vontade de participar na luta ativa contra o regime, desencadeando ações rápidas e imprevistas³⁰. Apesar de o *Avante!* defender que “os G.A.C.s devem agir desde já”, não chegaram a desencadear qualquer ação armada³¹.

A preparação de uma conspiração militar continuava a fazer parte da estratégia militar do MUNAF. O general Norton de Matos presidia ao *Comité Revolucionário*, secreto, constituído por algumas figuras militares convidadas por José Magalhães Godinho, como o almirante Cabeçadas, o coronel Tamagnini Barbosa e o tenente-coronel Lelo Portela. Em agosto de 1945, estavam prontos para entrar em ação os oficiais milicianos e elementos da PSP, da GNR e de uma ou duas guarnições da Região Militar de Lisboa, mas a possibilidade de participação no campo legal, após o discurso de Salazar, desmobilizou, a curto prazo, a tentativa de golpe militar³².

1.2. “Julgávamos que era o fim de Salazar e do fascismo. Eu convenci-me, em absoluto, de que o regime tinha acabado”³³

Com a rendição da Alemanha, em maio de 1945, ninguém admitia que Salazar pudesse resistir à derrocada do nazi-fascismo. A população portuguesa acreditava no

³⁰ “Novos organismos de Unidade Nacional. Formemos milhares de G.A.C.!” in *Avante!*, VI série, n.º 68, 2ª quinzena de dezembro de 1944, pp. 1-4.

³¹ “Os G.A.C.s devem agir desde já”, in *Avante!*, VI série, n.º 72, 2ª Quinzena de fevereiro de 1945, p. 1.

³² Mário Soares considera que, provavelmente, nem todos os agrupamentos políticos coexistentes no MUNAF estavam ao corrente do “segredo”: “penso mesmo que a comissão militar que tinha a seu cargo a preparação do movimento, presidida pelo brigadeiro Miguel dos Santos, era qualquer coisa *a latere*, totalmente independente em relação às restantes comissões políticas. Concretamente creio bem que o Partido Comunista - por exemplo - devia estar um tanto fora do que se projetava” (SOARES, 1974: 94).

³³ Soares cit. in AVILLEZ, 1996: 44.

início de uma nova era: a da Liberdade. Sentindo os ventos de mudança, de democracia, que sopravam na Europa, Salazar, discursa na Assembleia Nacional a 18 de maio, observando que “a guerra foi por toda a parte feita com a liberdade *possível* e a autoridade *necessária*” por isso com a “paz acontecerá a mesma coisa” (1951: 113). Nesse sentido, segundo Salazar, a Lei Eleitoral deveria ser modificada depois de aprovadas as emendas à Constituição relativamente à Assembleia Nacional e considerando justificável que se procedesse à sua dissolução e a novas eleições. A 17 de setembro, é publicada a Lei n.º 2009 que introduz alterações na Constituição e no Ato Colonial, passando o número de deputados de 90 para 120 e a 22 de setembro de 1945, o Ministério do Interior promulga o Decreto-Lei n.º 34.938, pelo qual foram determinadas novas condições de elegibilidade dos candidatos à Assembleia Nacional e regulamentado o exercício do direito eleitoral. As eleições deixam de ser feitas por lista única, passando o sufrágio ser feito sobre listas de círculos. Surgem trinta círculos eleitorais em todo o território português - 18 no continente europeu, 4 nas ilhas adjacentes e 8 no Ultramar, e cada círculo eleitoral deveria conter tantos nomes quanto os deputados a eleger, mantendo-se todavia o método de atribuir à lista mais votada a eleição da totalidade dos candidatos. Em consequência das modificações introduzidas na Constituição, a 27 de setembro de 1945, o Conselho de Estado apoia a proposta do governo de dissolução da Assembleia Nacional pelo Presidente da República.

Salazar, no discurso numa das salas da biblioteca da Assembleia Nacional, a 7 de outubro, anuncia a realização de eleições “tão livres como na livre Inglaterra”, por isso ignorando “se indivíduos que a si próprios definem e marcam posições de hostilidade quererão disputar as eleições, concorrer com lista própria – chamemos-lhe, por facilidade, de oposição. Podem e têm o direito de fazê-lo (...)” fazendo-lhes apenas um apelo: “que se dispam do seu facciosismo, se o têm, do seu espírito de partido, se o conservam, das suas ideias feitas, porque nada disso interessa ao País, ou, melhor, ao País interessa decisivamente que nada disso ressuscite” (1951: 185).

O desenrolar dos acontecimentos no país pareciam levar a crer que se poderia esperar uma liberalização gradual e pacífica do regime. Os diversos setores oposicionistas, que pela primeira vez são autorizados a concorrer ao ato eleitoral, reúnem-se, a 8 de outubro, no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, em Lisboa, e apresentam um conjunto de reivindicações: o adiamento até seis meses do prazo para a realização do ato eleitoral e a garantia de um conjunto de liberdades (liberdade individual, de reunião, de expressão, de formação de partidos políticos e a fundação de

jornais). Consideravam necessário algumas alterações à Lei Eleitoral, no sentido de abranger os emigrados por razões políticas e sociais, de modo a que estes pudessem votar, de não cercear a capacidade eleitoral passiva por motivos políticos e o direito à elegibilidade dos funcionários do Estado, sem a necessidade de especial autorização do Estado e, por fim, que fosse aberto novo recenseamento eleitoral. Nascia, deste modo, o Movimento de Unidade Democrática (MUD).

A população, depositando esperanças na democraticidade das eleições, rapidamente adere ao Movimento, subscrevendo as suas listas, que chegam a ter, só em Lisboa, 50.145 assinaturas. O governo, surpreso com a amplitude de apoios ao MUD, suspeita da veracidade das assinaturas e exige a entrega das listas de adesão, a fim de inquirir sobre a autenticidade das mesmas. Deste modo, as numerosas listas caem nas mãos da polícia que atualizou os seus ficheiros, iniciando-se um conjunto de represálias sobre os seus assinantes tais como as demissões de funcionários públicos que tinham manifestado simpatia pelo MUD. Entretanto, a Comissão Central havia decidido suspender as sessões do Movimento e o entusiasmo esmoreceu. O governo não adia as eleições, indefere as outras reclamações e a oposição acaba por desistir de participar no ato eleitoral, por falta de condições. A grande batalha passa a ser o apelo à abstenção.

Frustradas as esperanças eleitorais, as ações do Movimento não pararam, de norte a sul do país. A adesão ao MUD de várias faixas etárias leva ao aparecimento do Movimento Académico de Unidade Democrática (MAUD) mas, havendo por todo o país jovens trabalhadores que queriam fazer parte, transformou-se este em MUD Juvenil, em abril de 1946³⁴. Segundo Octávio Pato, a fundação deste Movimento deu-se quase em simultâneo com o IV Congresso do PCP (II Congresso ilegal), na clandestinidade, realizado em julho de 1946, em que se “resolveu dissolver a Federação das Juventudes Comunistas e integrar os seus militantes no novo movimento. (...) A base com que foi lançado o MUD Juvenil foi a estrutura das Juventudes Comunistas” (Pato cit. in CARVALHO, 1996: 50).

³⁴ A Comissão Central do MUD Juvenil era presidida por Mário Soares e dela fizeram parte entre outros Salgado Zenha, Júlio Pomar, Rui Grácio, Mário de Sacramento e Octávio Pato.

1.3. A oposição e o mundo bipolar

Apesar da unidade da oposição, o difícil entendimento dos diferentes quadrantes políticos era visível. Já em 1946, a autorização concedida ao PSP-SPIO para a reunião de 27 de janeiro, levanta as maiores críticas por parte da oposição. O PCP acusa-os “de estar a jogar o jogo do regime, aceitando as suas restrições e criando uma oposição «mais legal»” (MARTINS, 2005: 51). Existem também as divergências no interior do Partido Socialista. Após a recomposição das forças, obra de uma geração de jovens políticos - Emanuel Feijó, Lafayette Machado, Demétrio Duarte, António de Pádua Silva Pereira, os irmãos Estevão da Silva, Raul Wheelhouse, José Leal da Silva Tendeiro e Alfredo Nordeste - apoiados pelos antigos dirigentes partidários, surgem os desentendimentos. Inicia-se uma campanha de difamação mútua, a luta entre “velhos” e “novos”, a chamada “guerra do carimbo” e a rutura é inevitável. Já quando da representação do Partido no MUD, os dirigentes tradicionais não reconhecem tal representação e o entendimento entre os novos dirigentes é difícil. O setor tradicional expulso do PSP-SPIO inicia uma série de contactos de modo a reorganizar-se e, em 1946, nasce o Partido Socialista Português (PSP), com o apoio de António Sérgio. A aproximação de António Sérgio ao setor socialista vem de trás, já na “reunião de 27 de janeiro de 1946, Ramada Curto faz referência à carta enviada pelo primeiro, em que aquele manifesta o desejo de unificação de todos os socialistas, sem ligação aos comunistas, e apela à elaboração de um programa comum de partido” (MARTINS, 2005: 55). As dificuldades de entendimento nos diferentes quadrantes políticos são notórias. José de Sousa, membro da primeira linha do PCP, vai progressivamente afastando-se do partido por defender tática contrária à preconizada pela direção comunista (MARTINS, 2005: 56). Após o pedido de admissão, ao PSP-SPIO, em 1946, funda, em 1947, um novo partido, o Partido Social Operário (PSO), contando nas suas fileiras com Adolfo Casais Monteiro, Castro Soromenho, Vasco Carvalho, França Borges, Cansado Gonçalves e Grilo, elementos anteriormente na órbita do PCP.

Em maio de 1946, mediante diligências impulsionadas pelo Partido Trabalhista Português (PTP)³⁵ e pelo PSP (grupo dos dirigentes históricos), e Guilherme de Oliveira

³⁵ Partido Trabalhista Português surge em 1940 “procurando colmatar o vazio político deixado pelo desaparecimento dos partidos republicanos e pela ilegitimidade destes para edificar uma nova ordem democrática (...)” (MARTINS, 2005: 49).

(ligado ao PSI), é constituída a Frente Socialista: “dela fazem parte o PSP, o PTP e socialistas não filiados. O desenvolvimento destes esforços conduz à adesão do PSO e do Núcleo de Socialistas Independentes, eventualmente nos primeiros meses de 1947. De fora ficam o PSP-SPIO e a US, com quem as tentativas de aproximação são infrutíferas” (MARTINS, 2005: 60). Mas, em 6 de julho de 1948 o desentendimento é ultrapassado com a assinatura do “Pacto Político Inter-Ligação Socialista”, ao qual, a 11 de agosto de 1948, a Juventude Socialista Portuguesa (JSP)³⁶ declara adesão.

De 1945 a 1949 as divisões no Partido Socialista foram sucessivas, mas, em julho de 1949, a US, o PSP-SPIO, a JSP e o PSP (onde já se reuniam o PTP, o PSO e o PSI) criam a Aliança Socialista (AS) que futuramente deveria dar lugar ao Partido Socialista unificado, propósito constantemente adiado. A 20 de agosto, as mesmas organizações subscrevem o “Pacto de Aliança”, que substituirá a Aliança Socialista.

Após as ilusões legalistas de 1945, a oposição readotará a velha linha dos anos trinta: promover processos conspirativos para a eclosão de um golpe militar que derrubasse a ditadura, com a ajuda dos oficiais e sargentos das Forças Armadas. O vice-almirante Mendes Cabeçadas estará por trás da conspiração preparada para eclodir em todo o país no dia 10 de outubro de 1946, mas que resultará apenas no “golpe da Mealhada”, com a saída de uma única unidade do Porto, o Regimento de Cavalaria 6, comandada pelo capitão Fernando Queiroga é interceptada no cruzamento da Mealhada para o Luso por tropas fiéis ao governo. No ano seguinte, a 10 de abril de 1947, será preparada uma tentativa de insurreição militar contra o Estado Novo. À frente do movimento estavam três oficiais: o general José Marques Godinho, o almirante Mendes Cabeçadas e o brigadeiro António Maia. As remodelações no governo e na União Nacional, atraindo setores descontentes, retiram parte do apoio ao golpe. Os serviços repressivos do regime mantêm-se alerta, e da prisão de civis vão descobrir a extensão da rede conspirativa entre os oficiais. O processo judicial da insurreição do almirante Mendes Cabeçadas irá revelar uma extensa teia de militares envolvidos permitindo ao governo retomar o controlo político-militar sobre os setores hesitantes das Forças

³⁶ A Juventude Socialista Portuguesa, formada em 1946 por um grupo de estudantes universitários que pretende “a instauração universal da democracia socialista, união indissolúvel da democracia, da política e da social” (cit. in MARTINS, 2005: 58). Do primeiro diretório da Juventude Socialista Portuguesa (JSP) faziam parte: Manuel Sertório (como secretário-geral), João Prestes Salgueiro Filho, João Cardoso Ferreira, Alfredo de Sousa Pimentel, Mário Trigueiros, José Domingos Abreu, José Jacinto Simões (filho) e Fernando Maia Lopes Correia (MARTINS, 2005: 59).

Armadas. É durante este processo que Henrique Galvão³⁷ intervém como testemunha de defesa do seu amigo e coautor Carlos Afonso dos Santos, sob o pseudónimo literário Carlos Selvagem. Henrique Galvão e Botelho Moniz foram nomeados, pelo tribunal, defensores oficiosos, não só dos réus que anteriormente representavam, como também dos que tinham deixado de ter advogados. Nas alegações finais, Galvão “defendeu o direito de o exército intervir na política interna, nomeadamente fazendo sentir ao Presidente da República que o descontentamento existia”. Para Galvão, já que o processo não tinha a menor base de fundamento “a absolvição seria não só um acto de reparação e justiça como também um acto de inteligência política” (MOTA, 2011: 150) e, com estas palavras, como recorda Mário Soares, Henrique Galvão comentou “acabo de assinar a minha própria sentença. Salazar não me perdoará mais” (SOARES, 1974: 202).

A ofensiva governamental terá o seu ponto alto em janeiro de 1948, quando sob a acusação de fortes ligações com o PCP ilegaliza o MUD e são presos todos os membros da Comissão Central e da Comissão Distrital de Lisboa. A esta vaga de repressão apenas sobrevive o MUD Juvenil. Assistíamos ao ataque à oposição e à recomposição de forças no interior do regime. Apesar de enfraquecidos os ativistas do MUD vão manter a sua tática política e incorporar-se-ão, à semelhança do que restava do MUNAF, no movimento de candidatura de Norton de Matos à Presidência da República.

³⁷ Henrique Galvão (1895-1970) nasceu no Barreiro, seguiu a carreira militar e participou como apoiante no golpe de 28 de Maio de 1926. No ano de 1927, pela sua participação no golpe realizado nos dias 11 e 12 de agosto, o *golpe dos Fifis*, assim designado por nele participarem Filomeno da Câmara e Fidelino Figueiredo, esteve, seis meses, em Angola como deportado político. Regressado à Metrópole foi administrador nas colónias e deputado à Assembleia Nacional durante o Estado Novo. Será na legislatura de 1945-1949 que vão surgir as primeiras críticas ao governo, quando, em janeiro de 1947, apresentou o “Relatório sobre o Trabalho dos Indígenas nas Colónias” relatando as miseráveis condições de trabalho da população indígena e a falta de serviços de assistência da população. Passado um ano, Galvão apresenta um Aviso Prévio de uma intervenção na qual pretendia abordar o mecanismo da administração colonial, contudo essa intervenção só será efetuada em 1949. A rutura com o regime agudiza-se, quando, em fevereiro, na Assembleia Nacional, anunciava o seu Aviso Prévio sobre a administração de Angola, tecendo sérias críticas à política orçamental para as colónias. Já nas eleições presidenciais de 1949, dirigindo-se pela rádio aos seus eleitores angolanos aconselhava “votar na Situação, apesar dos seus erros e deficiências, para combater o perigo comunista” (RABY, 1999: 171). Segundo Mário Soares, “destituído de todos os seus cargos e irremediavelmente isolado do ponto de vista político, Henrique Galvão inicia o contacto com os meios oposicionistas sendo «recrutado» para as fileiras da oposição moderada não comunista por António Sérgio” (1974: 201-202). Com o fim da IV legislatura publicou no *Jornal de Notícias*, de 6 de novembro de 1949, o artigo “Ídolos de Barro” em que fez um ataque cerrado a Mário Figueiredo sendo-lhe instaurado um processo disciplinar que mais tarde seria arquivado. Será durante a campanha de Quintão Meireles que Galvão passará abertamente para a oposição. Para uma abordagem genérica e, para um estudo mais detalhado e documental sobre Henrique Galvão ver RABY, 1990: 167-174 e MOTA, 2011.

1.3.1. Da união à divisão

Foi o Porto que sugeriu o nome de Norton de Matos como candidato à Presidência da República, em 1949, através de António Macedo, presidente da Comissão Distrital do MUD. A ideia era que as estruturas do MUD se transformassem em movimento de apoio a essa candidatura, mas nem todos estavam de acordo. A primeira dificuldade vinha do Partido Republicano Português (PRP), não por oposição à escolha do candidato, mas pelo facto de se concorrer a umas eleições organizadas por um regime que já havia dado provas que não respeitava as regras eleitorais. Cunha Leal³⁸ e o seu grupo de amigos eram contrários à candidatura de Norton de Matos, devido à inimizade existente desde a questão suscitada pelo opúsculo *Calígula em Angola*, ataque de Cunha Leal à ação de Norton de Matos em Angola. Também António Sérgio era adverso à candidatura de Norton de Matos por considerar que a oposição não devia apresentar uma figura do passado. Mas a campanha para as eleições à Presidência da República de 1949, conseguiu, congregar à volta de Norton de Matos, um amplo conjunto de apoios: PRP, Maçonaria, US, SPIO, PCP, CGT, MUNAF, MUD, MUD Juvenil, intelectuais da *Seara Nova*, organizações femininas e oposicionistas independentes.

Apresentada a candidatura ao Supremo Tribunal de Justiça, a 9 de julho de 1948, após um período de grandes discussões de modo a conciliar todas as correntes políticas oposicionistas, Norton de Matos apresentou o seu *Manifesto à Nação*, redigido, no essencial, por Mário de Azevedo Gomes. Neste Manifesto, o candidato defende a conquista das liberdades fundamentais, o fomento cooperativo, a aceitação do princípio

³⁸ Cunha Leal (1888-1970) militar, publicista e político português. Membro do Partido Republicano Nacionalista fundou a União Liberal Republicana em 1923. Apoiantes do golpe de Estado do 28 de Maio de 1926, cedo passou a opor-se à nova situação política. Enquanto governador do Banco de Angola, critica na conferência na Associação Comercial de Lisboa os efeitos que a política financeira de Salazar, enquanto ministro das Finanças, têm em Angola, assim como a sua interferência no orçamento e nas finanças da província. Acusado de conspirar contra o governo, será preso. Enviado para os Açores evade-se, só regressando a Lisboa em finais de 1932 devido a uma amnistia. Na oposição ao Estado Novo participa, enquanto independente, nas listas do MUD às eleições de 18 de novembro de 1945, por Angola. Será candidato da oposição nas eleições para a Assembleia Nacional de 1949. Em 1950 participa no Diretório Democrato-Social, criado por António Sérgio, Jaime Cortesão e Mário Azevedo Gomes, e, em 1951, é um dos principais apoiantes, com Henrique Galvão, da candidatura de Quintão de Meireles à Presidência da República, in AMARAL, Manuel (s.d). “Francisco Pinto Cunha Leal” in *Portal da História- Biografias*. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/biografias/cunha_leal.html (consulta realizada a 10 de janeiro de 2013). Como obra de referência para um estudo biográfico de Cunha Leal, ver FARINHA, 2003.

das nacionalizações, a reforma do ensino público, o alargamento da assistência e segurança social e a resolução dos problemas de alimentação e habitação do povo português. Da campanha há a destacar dois momentos de grande entusiasmo e apoio, ambos no Porto: a 9 de janeiro, no Campo do Salgueiros, e a 23, no antigo Centro Hípico, à Fonte da Moura.

O governo inquieta-se com a rápida ação da oposição e, no decurso da campanha, ataca o candidato, acusando-o de fazer parte da Maçonaria e alertando para o perigo comunista que a candidatura da oposição representava. Por isso, Salazar no discurso no Palácio da Bolsa, em 7 de janeiro de 1949, alerta os católicos que “a Igreja não tomará, não pode tomar posição num debate político: mas os católicos não podem manter-se indiferentes às suas consequências” (1951: 372). Na Europa sentia-se o sopro da Guerra Fria e nas eleições seguintes não se tratava só de escolher um de entre dois candidatos, mas um de entre dois regimes: comunista e não-comunista. Norton de Matos, perante tal estratégia, viu-se impossibilitado de fazer uma declaração claramente anticomunista, pois tal representaria a divisão pública do Movimento.

Após as dificuldades postas e impostas à candidatura de Norton de Matos (como censura à imprensa, recusa da consulta dos cadernos eleitorais, represálias e pressão policial sobre os oposicionistas) começou a surgir a ideia da desistência do candidato da oposição e o apelo à abstenção. A poucos dias das eleições, a 7 de fevereiro, na sessão da Comissão Central e dos quadros nacionais do Movimento, presidida por Mário de Azevedo Gomes, no Centro Republicano António José de Almeida, as opiniões dividiram-se. A divergência quanto à ida ou não às urnas escondia as verdadeiras diferenças dentro da oposição que, lentamente, começaram a surgir durante a campanha. A divisão do mundo em dois blocos antagónicos refletia-se no seio da oposição e a divisão estava iminente. A atmosfera adensa-se cada vez mais. A decisão pela abstenção é tomada num clima de desmobilização e conflitualidade, agravada pela repressão que se segue.

A rutura da unidade da oposição após as eleições presidenciais de 1949 é uma realidade. A bipolaridade do mundo reflete-se na luta contra o regime, tornando incompatível uma luta conjunta entre comunistas, republicanos e socialistas. Sob os efeitos da Guerra Fria, não foi possível à oposição manter-se unida e mergulhou numa nova fase de refluxo e divisão.

Em 1949, com o que ficara de parte das estruturas da candidatura de Norton de Matos, cria-se o Movimento Nacional Democrático (MND)³⁹ que, “embora as reivindicações de base do novo movimento fossem essencialmente as mesmas dos anteriores (liberdades públicas, «eleições livres», democratização da vida nacional a todos os níveis, substituição da orgânica corporativa, etc) o MND foi obrigado a tomar, no plano interno e em matéria de política externa (em virtude da falta de apoio aos oposicionistas tradicionais), uma feição acentuadamente esquerdista” (SOARES, 1974: 169-170).

O governo, de modo a impedir no país o que considerava ser a subversão comunista, ativa o seu aparelho repressivo e a “limpeza” no aparelho civil do Estado, o que provoca uma forte sangria na oposição. O Partido Comunista sofre uma profunda rutura com a prisão de Álvaro Cunhal e de Militão Ribeiro e a descoberta das instalações clandestinas.

Quando do anúncio das eleições para a Assembleia Nacional, em 13 de novembro de 1949, a oposição encontrava-se fragmentada. A sua capacidade de intervenção e de influência diminuiu consideravelmente e as únicas listas alternativas às das União Nacional para as eleições de 13 de novembro de 1949 surgiram nos círculos de Portalegre (Pequito Rebelo) e de Castelo Branco, onde se apresentam respetivamente republicanos e monárquicos (encabeçados por Cunha Leal, do lado republicano)⁴⁰. O MND, presidido por Ruy Luís Gomes⁴¹, mantém-se numa posição abstencionista, desinteressando-se do ato eleitoral. O resultado não trouxe novidade: 14,39% em Portalegre e de 2,45% em Castelo Branco.

³⁹ Na Comissão Central do Movimento Nacional Democrático (MND) estavam: Ruy Luís Gomes, Maria Lamas, José Morgado, José Alberto Rodrigues, Albertino Macedo, Pinto Gonçalves, Areosa Feio e Virgínia Moura.

⁴⁰ Relativamente à lista do círculo de Portalegre, esta recusava-se de ser apelidada de “lista da oposição” e era exclusivamente constituída por monárquicos e lavradores (VENTURA, 1993: 233).

⁴¹ Ruy Luís Gomes (1905-1984) licenciou-se em Matemática na Universidade de Coimbra e doutorou-se em 1928. Em 1945 foi eleito presidente da Comissão Distrital do Porto do Movimento de Unidade Democrática (MUD), o que levou à sua prisão e em 1947, foi demitido de professor catedrático da Universidade do Porto por motivos políticos. Fruto da sua atividade política foi preso, várias vezes, ao longo dos anos de 1945 e 1957. Participou na candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, como vice-presidente da Comissão Distrital do Porto e foi candidato à Presidência da República em 1951, apesar de a sua candidatura acabar por ser rejeitada pelo Conselho de Estado.

2. Uma nova ordem no mundo

Após a II Guerra Mundial, Salazar e a maioria dos seus colaboradores encarava a nova ordem internacional com grande desconfiança. O mundo fascizado morrera, os ventos de independência que sopravam do sul da Ásia ameaçavam as colónias portuguesas no Indostão e a Grã-Bretanha, o grande aliado português, saía da guerra diminuída, numa completa dependência dos Estados Unidos.

Incomodado com o domínio norte-americano no mundo, com as suas pretensões políticas e económicas relativamente à Europa, às suas colónias e com a ameaça materialista da sua cultura e estilo de vida, Salazar reavalia a situação política internacional, mantendo a política externa portuguesa assente nos seus quatro vetores fundamentais, a Inglaterra e as colónias africanas, a Espanha e o Brasil, como havia já apresentado no seu discurso na Assembleia Nacional, em 22 de maio de 1939: “a nossa feição atlântica e actividade colonial estão na base da aliança inglesa; a vizinhança e solidariedade peninsular cimentam a fraternal amizade com Espanha; o heróico esforço de Portugal, criador de impérios, domina as relações com o Brasil” (SALAZAR, 1943: 146). No fim da guerra, a aproximação a Espanha concretiza-se com a prorrogação do Pacto Peninsular (Pacto Ibérico), em 20 de setembro de 1948. À Inglaterra é apresentada, em 1947, uma proposta de um ambicioso plano de rearmamento, que, a ser concretizada, correspondia a um pacto de defesa mútuo, pois Salazar considerava que a secular aliança com a Inglaterra era a melhor garantia para o Império. A resposta de Londres sugere diligências junto dos Estados Unidos da América (EUA), por falta de recursos, o que obriga Salazar a reavaliar a relação com esse país e a deparar-se, no final da II Guerra Mundial, com longos e complexos processos de decisão que marcarão o futuro do regime. Com o veto da União Soviética para a admissão de Portugal na Organização das Nações Unidas (ONU) o Plano Marshall e a NATO serão as principais portas de entrada e de integração no novo sistema internacional, evitando o afastamento dos assuntos europeus ou mundiais (TELO, 1996a: 769-776). Mas terá o Governo português conseguido acompanhar, ao longo das décadas de 1950 e 1960, a nova ordem internacional? Ou terá apenas realizado uma “renovação” sem que a natureza intrínseca da sua política tenha sido alterada?

2.1. “As felizes condições internas de Portugal permitem-me declarar que o meu país não precisa da ajuda financeira externa”⁴²

No final da guerra, com uma Europa destruída e militarmente incapaz face à poderosa máquina militar da União Soviética, o poderio americano não tinha paralelo. Os países europeus encontravam-se numa situação económica e financeira desastrosa, que para ser solucionada necessitava de meios financeiros gigantescos.

No discurso de 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, o secretário de Estado dos EUA, general Marshall, anuncia o propósito norte-americano de apoiar na sua recuperação económica os países debilitados pela II Guerra Mundial. França e Reino Unido assumem a liderança dos acontecimentos e acordam realizar uma conferência com a URSS, de modo a concretizar e executar os princípios enunciados em Harvard. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos três países reúnem-se em Paris, em junho de 1947, para concertarem a forma de aceitar e utilizar a ajuda dos Estados Unidos. O fracasso da Conferência Tripartida, devido à recusa soviética de participar na elaboração de planos anteriores a qualquer garantia de prestação por parte dos EUA e o consequente abandono da Conferência do ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Molotov, em representação de Estaline, muda o curso das negociações. A URSS impõe aos seus Estados satélites idêntica recusa. Os ministros dos Negócios Estrangeiros francês e inglês irão dirigir um convite aos restantes países europeus, com exceção da Espanha, onde se desse corpo ao plano que a sugestão do general Marshall reclamava (ROLLO, 1994: 843).

Aceite apenas pelos países da Europa, a França e o Reino Unido convocam uma Conferência Europeia a realizar em Paris, em 12 de julho de 1947, de modo a inventariar as necessidades europeias em matéria económica. Portugal respondeu prontamente ao convite franco-britânico, sendo o segundo a fazê-lo entre 22 países, o que “ao ser convidado pela França e pela Grã-Bretanha, Portugal não só era tacitamente aceite e integrado no seio da Europa, colaborando activamente na sua reconstrução, como se sentia reparado pela rejeição do seu pedido de adesão à Organização das Nações Unidas, ocorrida em Setembro de 1946” (ROLLO, 1994: 844).

⁴² Mata cit. in ROLLO, 1996: 735.

Da Conferência Europeia, realizada em Paris, com a participação da Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia, concluiu-se que estes 16 Estados europeus tinham necessidade de auxílio económico e financeiro global de USD 29 mil milhões, a serem recebidos ao longo de 4 anos.

Portugal, participando desde o início, nas diversas atividades destinadas à concretização do auxílio económico e financeiro norte-americano, adere aos diversos mecanismos instituídos no quadro do European Recovery Program (ERP), de gestão dos recursos disponibilizados aos países europeus, fruto da condição imposta pelos EUA de os países europeus gerirem o programa de ajuda solidariamente entre si e em conjunto com os EUA. O Estado português torna-se membro fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), no seio da qual se aprofundaram debates, se concertaram as primeiras medidas e se consagrou a ajuda americana, entretanto aprovada pelo Congresso dos EUA.

Mas a descrença, em relação às organizações internacionais e a desconfiança das posições norte americanas instala, por parte dos responsáveis políticos portugueses, uma posição de desinteresse para a prossecução dos trabalhos relativamente às possibilidades de cooperação interna e à eventual comparticipação da ajuda financeira Marshall, contrariando a celeridade da resposta portuguesa. O Governo português acaba por declinar o auxílio financeiro norte-americano. A decisão portuguesa, apresentada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Mata, no discurso de 22 de setembro de 1947, considerava que “as felizes condições internas de Portugal permitem-me declarar que o meu país não precisa da ajuda financeira externa” (Mata cit. in ROLLO, 1996: 735). Portugal continuará a participar nas reuniões e atividades dos “16 europeus”, mesmo sem usufruir do auxílio americano. Porém, fruto de uma crise, que se mantinha desde 1947, o governo acabou por ceder e alterar a sua posição, surgindo a expectativa de que o auxílio norte-americano pudesse permitir vencer o estado deficitário das finanças, ultrapassar a grave crise económica e fomentar o desenvolvimento económico do País. As autoridades portuguesas viram-se compelidas a solicitar ajuda financeira e nesse sentido, como refere Fernanda Rollo:

“o recurso ao auxílio do Plano Marshall foi, antes de mais, a confirmação dos limites da autarcia, das vulnerabilidades que a guerra deixou à vista e que vinham agravando e dos impasses entretanto gerados; mas foi também a demonstração da

inconsistência da política económica prosseguida, a confirmação da insuficiência da produção nacional e da dependência externa e da inexorável internacionalização da economia portuguesa” (2004: 749).

2.2. O deslocamento do centro de gravidade da política mundial para oeste

A política de neutralidade colaborante utilizada pelo chefe do Governo português, Oliveira Salazar, permitiu que, no fim da II Guerra Mundial, o regime, de um modo ou outro, fosse aceite pelos países aliados. Os Estados Unidos desde 1943 aproximavam-se do regime português, pois o acordo luso-britânico, assinado a 17 de agosto desse ano, concedendo ao Governo britânico autorização para criar nas Lajes uma base naval e aérea durante o período da guerra, não satisfazia as autoridades militares norte-americanas, uma vez que este “não permitia que fossem usadas por unidades militares americanas - podia sim servir para reabastecer aviões em trânsito, que era o seu principal uso” (TELO, 1996b: 900)⁴³. Os americanos pretendiam obter o uso exclusivo e permanente de uma base nos Açores, de modo a assegurar uma escala no transporte das tropas americanas para os continentes europeu e africano e assegurar os direitos de longa duração, o que não seria possível passando pela aliança inglesa. Segundo Luís Nuno Rodrigues “tratava-se de uma mudança radical no modo como até aqui os Aliados tinham conduzido as suas conversações com Portugal. Os Estados Unidos dispensavam a intervenção do Reino Unido como intermediário e como interlocutor privilegiado em Lisboa e passavam a desenvolver uma diplomacia autónoma para com Portugal” (2005: 76).

Lisboa opta por uma estratégia de demora e atraso nas negociações com os americanos. Portugal manteve, até 1944, uma política de distanciamento em relação aos EUA, pois receava que estes procurassem “exportar” os regimes democráticos e

⁴³ Segundo os estudos efetuados por Medeiros Ferreira, “os Aliados só se decidiram pela utilização dos Açores depois de terem a certeza de que os Alemães não tinham possibilidades de invadir a Península Ibérica. Por isso, só após a resolução vitoriosa da campanha do Norte de África se decidem a pedir facilidades nos Açores. Por esta cautela se pode verificar que os Aliados pretendiam, a partir de Novembro de 1942, que os Açores desempenhassem funções estratégicas de articulação entre as margens do Atlântico e não as funções de fronteira entre o continente europeu e o grande oceano que tinham levado à hipótese de invasão unilateral” (2006: 28).

fomentassem a autonomia das colónias dos países europeus. Após longos meses de difíceis e arrastadas negociações, Salazar encara que o avanço dos EUA para a Europa era a única forma de conter os ventos do comunismo no pós-guerra. A 28 de novembro de 1944, os EUA viram as suas pretensões serem atendidas, com a assinatura do acordo entre os dois governos. Foi concedida autorização aos EUA para construir e utilizar uma base naval e aérea na Ilha de Santa Maria, recebendo Portugal, em contrapartida, a garantia de Washington de ajudar a restituir a soberania portuguesa no território de Timor-Leste que se encontrava ocupado pelos japoneses, desde fevereiro de 1942. Salazar preparava o pós-guerra com a consciência da importância da cedência das bases açorianas às tropas anglo-americanas, para o bom relacionamento. A aproximação de Portugal aos Aliados era uma realidade, vendo o Governo português “garantida a sua posição de neutro colaborante que lhe permitirá sobreviver no pós-guerra e, mais do que isso, lhe assegurará o apoio dos Aliados. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos passam a apoiar mais abertamente Salazar, não interferindo nas questões políticas internas” (CASTAÑO, 2005: 104).

Com o fim da guerra, Salazar acredita que o poder inglês se vai manter e coloca até muito tarde, fortes reservas a uma relação bilateral mais estreita com os EUA. Salazar teme pelo Império pois sabe “que, no mínimo, Portugal não vai encontrar nos EUA, o tradicional apoio que a Inglaterra dava para a manutenção do império” (TELO, 1994: 352) e evitará, durante algum tempo, assinar um acordo bilateral com os EUA de concessão de facilidades nos Açores. A data de termo dos acordos de cedência das bases dos Açores era 2 de março de 1946, mas as autoridades americanas, fruto do grande valor estratégico dos Açores, cuja utilização se tornou fundamental no decurso da II Guerra Mundial, solicitaram ao Governo português negociações para a continuação da cooperação mútua, invocando as difíceis situações na Europa e no Extremo Oriente, como resultado do conflito mundial, pedindo o uso de bases permanentes nos Açores, com preferência por Santa Maria. As negociações entre as autoridades diplomáticas portuguesas e norte-americanas são encaradas com fortes reservas, pois os responsáveis portugueses não confiam nas intenções dos EUA “em relação à manutenção do poder europeu, em relação ao livre comércio, em relação ao liberalismo que pareciam querer impor de forma universal e, sobretudo, em relação às intenções de médio prazo quanto aos impérios tradicionais europeus, ponto em que os portugueses eram muito sensíveis” (TELO, 2006: 53). Após três meses de alargamento do acordo para uso de facilidades dos Açores pelos EUA, o aeroporto de Santa Maria regressa ao controlo português, a 2

de junho de 1946. Em contrapartida, Portugal aceita ceder aos EUA direitos de uso da base das Lajes por períodos curtos, sendo estabelecida a continuação de facilidades no aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira, até à data de 2 de dezembro de 1947⁴⁴. Para Nuno Severiano Teixeira, o Acordo Bilateral assinado a 2 de fevereiro de 1948, será o primeiro sinal, apesar da sua tradicional desconfiança em relação aos Estados Unidos da América, de reconhecimento do declínio britânico e a emergência americana como grande potência marítima hegemónica no Atlântico (2006: 150).

As relações com os EUA consolidam-se com o fim da guerra, pois num sistema internacional de rivalidade bipolar, iniciam-se contactos dos EUA com os países do Pacto de Bruxelas para estudar planos para a defesa da Europa. O convite a Portugal, por iniciativa dos EUA, em aderir ao pacto de defesa em preparação é feito pela Inglaterra no verão de 1948, e ficou a dever-se “principalmente às posições das ilhas atlânticas, essenciais nas pontes aéreas para o Sul da Europa e nos planos nucleares americanos” (TELO, 2006: 55).

Num longo e complexo processo de decisão da política externa portuguesa, Portugal adere, em verdadeiro clima de reservas, a 4 de abril de 1949, ao Tratado do Atlântico Norte (NATO), tornando-se membro fundador da Aliança Atlântica⁴⁵. O texto do pacto levantou algumas hesitações, referentes, em primeiro lugar, no que respeita à alusão à Carta da ONU, organização a que Portugal não pertencia, e ao modelo democrático parlamentar que o Estado Novo recusava; em segundo, a recusa de qualquer solução de integração ou supranacionalidade (receando a perda do controle da base dos Açores); em terceiro lugar, o facto de a Espanha ter sido excluída do pacto, considerando Salazar que a unidade estratégica da Península Ibérica⁴⁶ era fundamental para a defesa do Ocidente; e, por fim, o prazo de 20 anos para a vigência do tratado ser considerado excessivamente longo, receando ver-se envolvido num novo conflito depois da neutralidade conseguida na II Guerra (TEIXEIRA, 1995: 806). Mas a consciência de que o apoio dos Estados Unidos era necessário “à segurança dos países ribeirinhos do Atlântico Norte na mesma medida em que as posições atlânticas passaram a ser necessárias à defesa americana”, como foi referido por Salazar em

⁴⁴ A 3 de julho de 1947 principiaram as conversações para o uso da base das Lajes e pelo Acordo Bilateral, assinado, a 2 de fevereiro de 1948, é permitido a continuação do uso das Lajes pelos americanos até 2 de dezembro de 1950.

⁴⁵ Assinaram o respetivo protocolo os representantes da Bélgica, Canadá, Dinamarca, EUA, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

⁴⁶ Para Medeiros Ferreira, a inclusão de Portugal e a exclusão da Espanha na Aliança conferiram à política externa portuguesa um lugar de preponderância no quadro peninsular e de interlocutor privilegiado no quadro extrapeninsular que teria pesado na decisão de Salazar (1987: 395-401).

discurso na sala das sessões da Assembleia Nacional em 25 de julho de 1949, tornou difícil para Portugal, em tais circunstâncias, estar ausente (1951: 413).

A entrada de Portugal na NATO conferiu ao regime uma certa legitimação internacional. O bom relacionamento bilateral com os EUA é marcado pela assinatura de acordos de cooperação militar. À sombra do *Mutual Defense Assistance Act*, de 1949, inicia-se a cooperação em matéria de defesa entre Portugal e os EUA, em termos de treino de pessoal e de fornecimento de equipamentos militares. A NATO fez, em poucos anos, mudar a política de defesa nacional. Ao longo dos anos cinquenta, deu-se a modernização profissional e o reequipamento técnico das forças armadas portuguesas, com a construção de infraestruturas e com a receção de material de guerra. As negociações sobre o uso das Lajes recomeçam numa nova perspetiva, pois trata-se agora de estudar o contributo do país para os planos de defesa da Europa e perante esta nova perspetiva e da necessidade externa de apoios, Salazar explora de forma bastante hábil a questão dos Açores. No quadro do Tratado do Atlântico Norte, os dois países assinaram, a 6 de setembro de 1951, um Acordo de Defesa que prolongava as facilidades na base militar dos Açores, até 1 de setembro de 1956⁴⁷.

2.3. O direito dos povos se governarem

Se, num primeiro momento, a Guerra Fria assegurou as ligações de Portugal às democracias ocidentais, desejosas de encontrarem formas de opor-se à expansão da URSS, será o início da descolonização a origem das grandes questões com que o Estado Novo se depara nas décadas de 1950 e 1960, a partir da independência das colónias britânicas e holandesas na Ásia, levando ao progressivo isolamento do Governo português. Os movimentos emancipalistas que se vinham desenvolvendo ganharam com a II Guerra Mundial, uma crescente dimensão de massas assim como um enquadramento legal.

⁴⁷O Acordo Suplementar de Defesa, de 15 de novembro de 1957, prevê a manutenção das tropas americanas nos Açores em tempos de paz até 31 de dezembro de 1962. Em 1962 não foi assinado um novo acordo, mas as tropas americanas foram autorizadas a permanecer enquanto as negociações não fossem concluídas.

Do encontro ao largo da Terra Nova, a 14 de agosto de 1941, entre o Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt e o Primeiro-Ministro britânico, Winston Churchill resultou a Carta do Atlântico, o primeiro documento que antecedeu a Organização das Nações Unidas. Nela se afirmava que as duas nações não tinham interesse em obter novos territórios no fim da guerra, proclamando oposição a qualquer aquisição territorial que não fosse consentida pelas respectivas populações. Defendia, também, o direito dos povos se governarem da forma que melhor entendessem, prometendo apoio à liberdade de comércio para depois da destruição do nazismo. O princípio da autodeterminação dos povos era entendido por Winston Churchill e Franklin Roosevelt, como a reação às invasões realizadas pelos nazis respeitando o direito dos povos escolherem a sua forma de governo que desejavam, restituindo os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram privados⁴⁸. Unidos no combate contra o eixo, 26 Estados (entre os quais a URSS e a China), a 1 de janeiro de 1942, aderem aos princípios da Carta do Atlântico, assinando em Washington, a Declaração das Nações Unidas que até março de 1945 viriam a associar-se mais 21 Estados.

Para Winston Churchill a aplicação do princípio da autodeterminação estava apenas pensado para a Europa. Porém, com uma Europa destruída, com um poder

⁴⁸ *Carta do Atlântico – 1941*: “Declaração conjunta do Presidente dos Estados Unidos da América, Sr. Roosevelt, e Primeiro Ministro, Senhor Churchill, representando o Governo de Sua Majestade do Reino Unido, os quais tendo se reunido, julgaram conveniente tornar conhecidos certos princípios comuns da política nacional dos seus respectivos países, nos quais se baseiam as suas esperanças de conseguir um porvir mais auspicioso para o mundo; **Primeiro** - Os seus respectivos países não procuram nenhum engrandecimento, nem territorial, nem de outra natureza; **Segundo** - Não desejam que se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expostos pelos povos atingidos; **Terceiro** - Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restitua os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força; **Quarto** - Com o devido às suas obrigações já existentes, se empenharão para que todos os estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias primas do mundo, de que precisem para a sua prosperidade econômica; **Quinto** - Desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as nações, com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social; **Sexto** - Depois da destruição completa da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de existências livres de temor e de privações; **Sétimo** - Essa paz deverá permitir a todos os homens cruzar livremente os mares e oceanos; **Oitavo** - Acreditam que todas as nações do mundo, por motivos realistas assim como espirituais, deverão abandonar todo o emprego da força. Em razão de ser impossível qualquer paz futura permanente, enquanto nações que ameaçam de agressão fora de suas fronteiras - ou podem ameaçar, - dispõem de armamentos de terra, mar e ar, acreditam que é impossível que se desarmem tais nações, até que se estabeleça um sistema mais amplo e duradouro de segurança geral. Eles igualmente prestarão todo auxílio e apoio a medidas práticas, tendente a aliviar o peso esmagador dos armamentos sobre povos pacíficos”. “Carta do Atlântico - 1941”, in *Universidade de São Paulo – Biblioteca Virtual de Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html> (consulta realizada a 14 de maio de 2015). Negrito no original.

político e militar diminuído perante as duas potências vencedoras do conflito, os EUA e a URSS, e entendida a II Guerra como uma guerra pela liberdade das nações, desenvolveu-se a concepção, no fim da guerra, de que o princípio da autodeterminação e independência, não era apenas um direito dos países europeus que haviam estado sob o domínio da Alemanha nazi, mas tinha um alcance universal, ou seja, deveria ser aplicável a todos os territórios sob domínio colonial. Foi da conferência de São Francisco, com o início dos trabalhos a 25 de abril de 1945 e com a sua conclusão a 26 de junho desse ano, que resultou a criação da Carta das Nações Unidas, entrando oficialmente em vigor a 24 de outubro de 1945. No texto da Carta, no capítulo XI, “Declaração sobre os territórios não autónomos”, o art.º 73º, consagra o princípio da autodeterminação: “Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desse territórios” e tinham o dever de fomentar o bem estar dos seus habitantes e, para tal “promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres”, assim como o de “transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis (...)”⁴⁹. O que para algumas potências coloniais o art.º 73º

⁴⁹“**Capítulo XI - DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS - Artigo 73º** - Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim: a) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso; b) Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento; c) Consolidar a paz e a segurança internacionais; d) Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo; e) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII”. Ainda o “*Artigo 74º* - Os membros das Nações Unidas concordam também em que a sua política relativa aos territórios a que se aplica o presente capítulo deve ser baseada, do mesmo modo que a política seguida nos respectivos territórios metropolitanos, no princípio geral de boa vizinhança, tendo na devida conta os interesses e o

era controverso, pois surgiram algumas discordâncias na sua interpretação, no sentido que para estas o artigo não significava estritamente conceder a independência aos seus territórios coloniais.

Com alguma resistência por parte do Governo português, a 3 de agosto de 1946, após decisão do Conselho de Ministros, Portugal apresenta, em Nova Iorque, o pedido de ingresso na ONU. Nas palavras de Peter Garran, funcionário do *Western Department do Foreign Office* Britânico:

“É indubitável que o actual regime português não se «baseia em princípios democráticos», mas o mesmo se aplica a muitos outros regimes presentes nas Nações Unidas, e mesmo que a Rússia soviética pense impedir a entrada de Portugal nas Nações Unidas com o pretexto de que Portugal, como a vizinha Espanha, é uma «nação fascista», acho que um eventual pedido de admissão português deveria receber o nosso apoio. [Portugal] é certamente mais merecedor de uma admissão do que a maior parte dos países sul-americanos” (cit. in OLIVEIRA, 2006: 48-49).

O governo de Lisboa contou com o convite explícito de 3 dos cinco países membros do Conselho de Segurança – EUA, França e Reino Unido. Contudo, o veto da União Soviética, assim como a Polónia se pronunciara contra o pedido português, impediu a admissão de Portugal na ONU. O chefe da delegação indiana na ONU, Vijaya Lakshmi Pandit Nehru, durante este processo, tece sérias críticas ao regime português considerando que “existe um país e apenas um que definitivamente não está qualificado para ser membro das Nações Unidas: Portugal”, no sentido que a sua política colonial é “nitidamente reaccionária” exemplificando que, em Goa, “existe lá uma escassa liberdade de palavra e todo aquele que critica a política da administração portuguesa está sujeito a ser julgado - muitas vezes em tribunal militar e a ser condenado a sentenças inhumanas”⁵⁰.

Com a rejeição do pedido português, a Comissão Central do MUD, através do documento, *Portugal fora das Nações Unidas*, criticou a falta de transparência na condução do processo. Já quando do pedido de ingresso de Portugal às Nações Unidas,

bem-estar do resto do mundo no que se refere às questões sociais, económicas e comerciais”. “Carta das Nações Unidas”, in *Universidade de Coimbra*. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm> (consulta realizada a 14 de maio de 2015). Negrito no original.

⁵⁰ Documento referente a informações da ONU, de 10 de novembro de 1946, in ANTT/AOS/CO/NE 21, p. 100.

o MUD tomou posição através do documento: *O MUD perante a admissão de Portugal na ONU*. Segundo este Movimento, a política praticada pelo “Governo foi prejudicial aos interesses nacionais, confirmando este caso a tese de que só um governo democraticamente representativo pode ser um intérprete da vontade de colaboração de um Povo livre numa Assembleia de Povos Livres”⁵¹. O governo reagiu. Os signatários do documento foram acusados de “Traição à Pátria” e, posteriormente, presos, processados e afiançados⁵².

⁵¹ “O MUD perante a admissão de Portugal na ONU”, 1946, in *Casa Comum - Arquivos* – Pasta: 02587.001.005. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_146195 (consulta realizada a 29 de outubro de 2013).

⁵² Aos professores universitários Bento de Jesus Caraça e Mário de Azevedo Gomes, membros da Comissão Central do MUD, foram instaurados processos disciplinares, tendo os mesmos sido demitidos dos seus cargos, à luz dos artigos 2º e 23º, § 3º, n. 1º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado.

CAPÍTULO II - “GOA É UMA JÓIA DE FAMÍLIA ANTIGA, DE GRANDES TRADIÇÕES. TEMOS DE A CONSERVAR NA FAMÍLIA”⁵³

1. O Estado Português da Índia

O Estado Português da Índia, formado pelo remanescente do antigo Império Português do Oriente estabelecido no séc. XVI na Península Indostânica, era constituído pelos territórios de Goa, Damão e Diu e pelos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Iniciado com a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama (1498), e a ocupação de Goa, em 1510, por Afonso de Albuquerque. É consolidado em 1535, com a Ilha de Diu cedida aos portugueses pelo sultão Bahadur Xá de Guzerate, por recompensa do auxílio prestado na luta com o Grão-Mogol de Deli, com a conquista de Damão em 1539 e em 1548 Garcia de Sá, 14.º Governador da Índia integra no território de Goa as terras vizinhas de Bardês e Salsete ao Sul, correspondendo aos concelhos de Goa, Bardês, Salsete, Mormugão designadas posteriormente por *Velhas Conquista*.

Encetadas as relações entre terras tão distantes deu-se a mudança decisiva no antigo comércio transcontinental e em 1530, Goa substituiu Cochim como capital do Estado da Índia Portuguesa. A criação do Bispado do Malabar, em 1534, com sede em Goa e jurisdição sobre todos os territórios desde o Cabo da Boa Esperança até à Índia e desta até à China, acrescentou a Goa a hegemonia religiosa.

Conquistados os concelhos limítrofes às *Velhas Conquistas*, entre 1763 e 1788, foram acrescentadas ao Estado Português da Índia, as *Novas Conquistas*, incluindo os territórios de Perném, Bicholim, Satari, Pondá, Sanguém, Quepém e Canácona.

Constituindo-se como vizinhos da Índia Portuguesa os ingleses, após quase dois séculos de conflitos, por volta de 1820, conseguem preponderância política em todo o

⁵³Salazar cit. in DUARTE, Miguel Bruno (2013). “Invasão e ocupação de Goa pela União Indiana Liceu” in *Liceu Aristotélico*. Disponível em: http://liceu-aristotelico.blogspot.pt/2013/04/invasao-e-ocupacao-de-go-a-pela-uniao_4.html (consulta realizada a 10 de janeiro de 2013).

litoral e centro sul da Península Indostânica, dominando assim todo o subcontinente indostânico.

Goa, Damão e Diu, os três distritos que integravam o Estado Português da Índia, segundo a divisão administrativa e municipal de 1945, estavam divididos em 14 concelhos: o distrito de Goa, com 11 concelhos, o de Damão, com 2 concelhos e Diu, apenas com um. O distrito de Goa era composto pelos concelhos das *Velhas Conquistas*: Ilhas de Goa, cuja sede era Nova Goa; Bardez (Mapuça); Mormugão (Vasco da Gama); Salsete (cidade de Margão) e os concelhos das *Novas Conquistas*: Satari (Vila de Valpoi); Perném (Vila de Perném); Pondá (Vila de Pondá); Bicholim (Vila de Bicholim); Quepém (Vila de Quepém); Sanguém (Vila de Sanguém) e Canácona (Vila de Chauri) (cf. GALVÃO e SELVAGEM, 1953: 320).

Situada na Costa do Malabar, em plena zona de monções, Goa com 3.611 Km² possuía, em 1950, 547.500 habitantes. O distrito de Damão, com os concelhos de Damão (Cidade de Damão) e Nagar-Aveli (Vila de Paços de Arcos), localizado na Costa do Guzerate na entrada leste do golfo de Cambaia, possuía 27.500 habitantes, distribuídos por 57 km² (BRITO, 1998: 125-126). O distrito de Diu constituía um concelho na cidade de Diu, na Costa do Guzerate situada à entrada oeste do golfo de Cambaia, com 37 Km² e com uma população de 21.100 habitantes (BRITO, 1998: 139).

Dos territórios do Estado Português da Índia, de acordo com o geógrafo Orlando Ribeiro, salientava-se a existência de “dois mundos físicos e humanos, justapostos mas interpenetrados”: o cristão e o hindu (1999: 42). Nas *Velhas Conquistas*, a maioria da população “nativa” convertera-se ao cristianismo, ou emigrara, conservando a estratificação originária de uma sociedade dividida em castas⁵⁴. Apesar de alguns princípios se terem perdido na estratificação da sociedade, subsistiu o seu distintivo essencial: o casamento dentro da casta, onde o europeu não encontra lugar, tendo

⁵⁴ Mariano Feio caracteriza o sistema de castas como: “As castas são agrupamentos endogâmicos a que se pertence definitivamente pelo nascimento. Nasce-se numa casta, como de resto numa classe social, mas enquanto no último caso existe possibilidades de mudança, embora difíceis, na casta essas possibilidades são nulas; pode-se quando muito perder a casta, mas neste caso não se cai noutra inferior, fica-se simplesmente sem casta e escurado da sociedade” (1979: 18). Para Maria de Jesus dos Mártires Lopes no seu estudo, *Goa Setecentista Tradição e Modernidade* “apenas em Goa e nas comunidades goesas espalhadas no mundo existem grupos sociais cristãos estratificados em castas” o que na opinião de Bragança Pereira, segundo a autora “o facto de as conversões terem sido colectivas ou em massa não permitiu que o mecanismo da casta se desconjuntasse” (1996: 99). Das castas primitivas Brâmanes (sacerdotes e letrados), Kxátrias (guerreiros), Váixias (comerciantes e agricultores) e Sudras (trabalhadores braçais), surgiram as castas cristãs agrupadas em quatro grandes divisões: Brâmanes, Chardó, Sudras e castas inferiores.

surgido na rigidez deste sistema uma nova casta, a dos “descendentes”⁵⁵. Considerando o geógrafo Orlando Ribeiro que “a *mestiçagem* foi apenas de ordem espiritual” (1999: 49-50), terá havido, no entanto, algum grau de miscigenação. Nas *Novas Conquistas* o objetivo da assimilação foi relegado para segundo plano, deixando-se intacta a estrutura religiosa e social com uma estratificação social e cultural definida pelo complexo sistema de castas e subcastas, garantindo-se aos seus habitantes o respeito dos usos, costumes, religião, instituições, persistindo, deste modo, a população hindu (RIBEIRO, 1999: 49-58)⁵⁶. Recorrendo ao censo de 1900 nas *Velhas Conquistas* a percentagem de católicos era significativamente superior à de hindus: nas Ilhas – 70,7/28,3 em Salsete – 91,7/7,7 e em Bardez – 76,5/23,3; nas *Novas Conquistas* a população era maioritariamente hindu: Perném, 81,7%; Sanquelim, 90%; Satari, 94,9%; Pondá, 81%; Sanguém, 73,2%; Quepém, 57,7%; Canácona, 75% sendo também em Damão, Nagar-Aveli e Diu a população esmagadoramente hindu (LOBO, 2013: 114).

Se, em 1881, os cristãos constituíam 58% da população, já no censo de 1950 55% da população de Goa era composta do ponto de vista religioso por hindus, 42% por cristãos e apenas 1,6% por muçulmanos (BRITO, 1998: 43). A emigração católica desde a segunda metade do séc. XIX, aumentando significativamente nas últimas décadas desse século e ao longo do século XX, terá sido um dos fatores para o decréscimo da população católica.

Orlando Ribeiro, Chefe da Missão de Geografia que visitou a Índia Portuguesa entre outubro de 1955 e fevereiro de 1956, surpreende-se, não só pela população cristã ser menos de metade da total, como pela pouca difusão que teve o português entre a população cristã, onde a maioria da população falava o concani e o marata (1999: 64). Na década de 1950 o concani era a língua de 82,68% dos habitantes, seguido do guzerate, do marata e do hindi. Com baixo nível de instrução apenas 23,5% da população, em 1950, sabia ler e escrever qualquer língua ocidental, sabendo no entanto grande percentagem da população ler e escrever marata ou qualquer outra língua oriental (BRITO, 1998: 59). Somente de 1950 para 1960 com a ampliação da rede escolar houve uma diminuição de 3,7% no analfabetismo, elevando a taxa de alfabetização em português de 7,4% para 18% (STOCKER, 1999: 256). Sobre o

⁵⁵ Grupo que Maria de Jesus dos Mártires Lopes denomina de Luso-descendentes e que se dedicou, na sua maioria, à carreira militar e ao funcionalismo.

⁵⁶ A inquisição em Goa foi parcialmente extinta ao longo do séc. XVIII, e definitivamente a 31 de março 1821 com as Cortes Gerais Constituintes a decretarem a sua extinção, promovendo o clima de tolerância religiosa, que já se registava desde o pombalismo tornando possível a interpenetração entre o mundo cristão e o mundo hindu.

concani, Orlando Ribeiro observa no seu relatório que “é a fala do lar, da rua e do amor. Dele se servem os sacerdotes nas suas prédicas e os fiéis nas suas orações. Nas próprias escolas paroquiais quase nada se ensina de português: algumas orações decoradas mecanicamente, o alfabeto com que se há-de escrever...o concani”. Ao completar as suas observações, Orlando Ribeiro estabelecia a comparação com as missões africanas considerando que, em Goa, a “Igreja teve aqui largo papel na criação e manutenção de um sentimento *goês*” (1999: 80-81)⁵⁷. Responsabilizando o governo local, lamentava que este não assegurasse a instrução infantil, “pois nenhuma influência portuguesa” se exercia sobre as crianças e estas, antes de tudo, frequentavam as escolas de marata. Para Orlando Ribeiro, o marata tornara-se “um instrumento de propaganda contra Portugal” pois geralmente era “desconhecida das autoridades locais cristãs” (1999: 106-107). Já antes, em 1955, o coronel Afonso Eurico Ribeiro Casais, comandante do Batalhão de Caçadores da Índia nas considerações que redigiu quando da sua permanência na Índia, observava que o Clero em Goa era “mau”, pois estava nitidamente arredado do espírito missionário, o que para este era “chocante ver ali padres que falam melhor uma linguagem sem literatura do que a língua pátria e nela fazerem as suas prédicas, numa transigência com o mal e num abandono dos interesses portugueses que dificilmente podem explicar-me”⁵⁸. Confidenciando Orlando Ribeiro no seu relatório que um dos aspetos que mais feriu o seu sentimento de português foi a reduzida influência cultural em Goa, devido à falta de um ensino bem conduzido “Porque, ou nós conservamos Goa e vale a pena tentar fazer dela uma terra mais portuguesa, ou, no dia em que a perdermos, se poderá invocar ainda este facto contra a legitimidade do nosso domínio” (1999: 102).

As mudanças políticas ao longo do século XX, a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, o golpe militar de 28 de Maio 1926 e a instauração do Estado Novo produziram na organização política e administrativa do Estado Português da Índia transformações em virtude da legislação traduzida nas denominadas Cartas Orgânicas. Em 1911, é criado um Ministério das Colónias, autónomo do da Marinha, e em 27 de julho de 1917 é promulgado o Decreto n.º 3.266, “contendo a Carta Orgânica da Administração Civil e Financeira do Estado da Índia”. A Revisão Constitucional de

⁵⁷ Itálico no original.

⁵⁸ *Apontamentos das coisas da Índia...* do coronel Afonso Eurico Ribeiro Casais, 20 de julho de 1955, in ADN F1/51/238.5, p. 2. Afonso Eurico Ribeiro Casais (1898-1957) para além de ter desempenhado funções no Exército, entre as quais comandante do Batalhão de Caçadores da Índia (1954-1955), foi deputado pelo círculo de Viseu na Assembleia Nacional na IV (1945-1949) e V legislatura (1949-1953).

1920, pela Lei n.º 1.005, de 7 de agosto, introduz o conceito de *colónia*, “clarificando a ruptura, que já vinha ocorrendo na prática legislativa corrente, com a concepção provincial dos espaços ultramarinos” (LOBO, 2013: 359), abrindo a possibilidade constitucional de limitação do acesso dos “indígenas” aos direitos de cidadania em função da adoção dos usos e costumes dos europeus⁵⁹. Foi concedida a autonomia financeira e descentralização administrativa compatíveis com o grau de desenvolvimento das colónias, e estabelecido o regime dos altos-comissários em Angola e Moçambique, com competências legislativas e funções executivas.

Com a Ditadura Militar, um conjunto de medidas são adotadas, iniciando-se uma reforma na administração colonial de modo a reforçar o controlo da Metrópole sobre as colónias. As primeiras medidas de João Belo⁶⁰, com as novas Bases Orgânicas da Administração Colonial, promulgadas pelo Decreto n.º 12.421, de 2 de outubro de 1926, aumentam os poderes de controlo de Lisboa sobre a administração e autoridades coloniais. Pelos decretos n.º 12.485 e 12.886, de 13 e 24 de outubro em 1926, foi aprovado o Estatuto Orgânico das Missões Religiosas, para regular o funcionamento das missões católicas nas colónias, de modo a combater a influência dos laicos e das missões religiosas estrangeiras. A 23 de outubro de 1926 foi promulgado o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, pelo Decreto n.º 12.533, que consagrava a nível jurídico a distinção entre “assimilados” e “indígenas”. Como “indígena”, o art. 3º do Estatuto esclarecia que eram “os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes se não distingam do comum daquela raça”, excluindo-os da aplicação do direito comum:

⁵⁹ Considerando o Decreto n.º 7.151, de 22 de novembro de 1920, “indígena”, os indivíduos naturais da terra em que habitavam esclarecia no “art.1º - As leis que regulam o exercício dos direitos civis dos europeus nas colónias portuguesas são extensíveis aos indígenas que adoptem os usos e costumes públicos dos europeus e se submetam às leis e aos regulamentos impostos aos indivíduos europeus do mesmo nível social”. “Decreto n.º 7.151”, in *Diário do Governo*, I série, n.º 237, 22 de novembro de 1920, p. 1614. Para um estudo sobre as questões da cidadania e da evolução do estatuto político das colónias no período da Monarquia Constitucional e da República ver os trabalhos de Cristina Nogueira da Silva, nomeadamente *Constitucionalismo e Império* (2009) e “As «normas científicas da colonização moderna» e a administração civil das colónias” (2010), in SARDICA, José Miguel (org.). *A I República e as colónias portuguesas*. Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica portuguesa, pp. 87-107, assim como o estudo desenvolvido por Sandra Ataíde Lobo, *O Desassossego Goês: Cultura e Política em Goa do Liberalismo ao Acto Colonial* (2013) no qual foram abordadas as discussões em torno da cidadania e do Estatuto do Estado da Índia até ao Ato Colonial.

⁶⁰ João Belo exerceu o cargo de ministro das Colónias de julho de 1926 até à sua morte, a 3 de janeiro de 1928.

“Não se atribuem aos indígenas, por falta de significado prático, os direitos relacionados com as nossas instituições constitucionais. Não submetemos a sua vida individual, doméstica e pública, se assim é permitido dizer, às nossas leis políticas, aos nossos códigos administrativos, civis, comerciais e penais, à nossa organização judiciária. Mantemos para eles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua vida, sem prescindirmos de os ir chamando por todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior, do seu nível de existência”⁶¹.

Após a morte de João Belo, “para melhor afastar as ameaças que as críticas internacionais fizeram pairar sobre as próprias bases da soberania colonial e para proceder a uma reordenação da administração pública e financeira das colónias”, é promulgado, a 8 de julho de 1930, pelo Decreto n.º 18.570, o Ato Colonial, preparado sob a orientação de Quirino de Jesus e de Armindo Monteiro quando Oliveira Salazar assumia o cargo de ministro das Finanças, mas igualmente ministro das Colónias interino, no novo governo formado pelo general Domingos da Costa Oliveira, a 21 de janeiro de 1930 (LÉONARD, 2000: 541-543).

Institucionalizado o conceito de Império Colonial Português, estabelecia-se assim os princípios do Estado Novo sobre a administração colonial ao definir-se no artigo 2º que era “da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam exercendo também influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”. Mencionando os artigos n.ºs 7º e 8º que o “Estado não aliena, por nenhum modo, qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal” e que “nas colónias não pode ser adquirido por governo estrangeiro terreno ou edifício para nele ser instalada representação consular senão depois de autorizado pela Assembleia Nacional e em local cuja escolha seja aceite pelo Ministro das Colónias”. Ao direito histórico de Portugal possuir colónias era acrescido a sua missão civilizadora das populações como sendo inseparável da Nação Portuguesa, como fazendo parte da identidade da Nação como tal. No que respeita às populações o Título II, (dos Indígenas) há a destacar o artigo n.º 22º pela diferenciação que estabelecia entre a população das colónias, pois como diz o artigo:

⁶¹ “Decreto n.º 12.533”, in *Diário do Governo*, I Série n.º 237, 23 de outubro de 1926, pp. 1667-1670. Passados 3 anos, o Decreto n.º 16.473 de 6 de fevereiro de 1929 reformulava o Estatuto de 1926 estendendo a sua aplicação à Guiné.

“nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanidade”⁶².

Incorporado o Ato Colonial no texto da Constituição de 1933, pelo Decreto-Lei 22.465, de 11 de abril de 1933, meses mais tarde, a 15 de novembro de 1933 é promulgada a Carta Orgânica do Império Colonial Português, pelo Decreto-Lei n.º 23.228 e aprovada a Reforma Administrativa Ultramarina, pelo Decreto-Lei n.º 23.229, reorganizando a administração das colónias, registando-se uma maior centralização e reforço das atribuições do ministro das Colónias. Segundo Fernando Rosas, com o Ato Colonial, inicia-se uma “fase «imperial», nacionalista e centralizadora, fruto de uma nova conjuntura externa e interna e traduzida numa diferente orientação geral para o aproveitamento das colónias” (1994: 285). Foi colocado um fim à autonomia financeira das colónias e foi decretada a unificação administrativa de cada Colónia sob a chefia de um administrador⁶³.

Após a Revisão Constitucional de 1951, a organização política e administrativa do Estado Português da Índia é a de uma Província Ultramarina, como todas as demais colónias. Administrado superiormente por um governador-geral, nomeado por 4 anos pelo Conselho de Ministros na Metrópole, sob proposta do ministro do Ultramar de quem depende diretamente. A sua residência oficial, no Palácio do Cabo, e a secretaria estavam sediadas na capital, Nova Goa⁶⁴. O governador-geral representava o Governo da República e era a suprema autoridade civil e militar, assistido por dois órgãos consultivos: o Conselho do Governo e o Conselho Legislativo. O Conselho do Governo era composto pelo governador e cinco outros membros, escolhidos pelo governador entre os altos cargos da função pública local. Com o novo Estatuto Político do Estado Português da Índia, de 1955, o Conselho Legislativo passou de 12 para 23 membros, cinco nomeados pelo governador, seis representantes das corporações públicas, onze escolhidos pelos eleitores, apenas 20 mil num total de 596 mil habitantes, e um membro

⁶² “Decreto n.º 18.570”, in *Diário do Governo*, I Série n.º 156, 8 de julho de 1930.

⁶³ Sobre o tema ver artigos de ALEXANDRE, 1996: 754-757 e CHORÃO, 1999: 545-546

⁶⁴ Em 1843, Pangim tornava-se a capital administrativa de Goa, passando a intitular-se Nova Goa, continuando a Velha Cidade de Goa a ser o centro religioso do território português.

do Conselho era ainda eleito pelos contribuintes cujo imposto ultrapassasse cinco mil escudos (STOCKER, 1999: 256).

Sob a orientação direta e a ação disciplinar do governador, os serviços burocráticos da Administração dividiam-se pela Repartição do Gabinete e pelas Direções de Serviços e Repartições Técnicas, com as respectivas secretarias em Nova Goa, a cargo de diretores ou chefes de serviços que despachavam com o governador, nomeados, nos termos da Carta Orgânica do Império e da Reforma Administrativa de 1933, pelo ministro do Ultramar (GALVÃO e SELVAGEM, 1953: 319).

No aspeto económico, Salazar, no seu discurso pela rádio de 12 de abril de 1954, procurou demonstrar que o Estado Português da Índia não tinha praticamente valor na economia e demografia portuguesa, sendo uma fonte de encargos financeiros, evidenciando que as importações andavam “por 550 mil contos e as exportações 350 mil” (1959: 183), mantendo-se a balança comercial deficitária. Assim como, o Banco Nacional Ultramarino, considerado por Salazar como “a única empresa metropolitana de relevo” no Estado Português da Índia, apresentava, uma situação deficitária, exceto no ano de 1953, que conseguiu arrecadar lucros mais elevados: “à roda de 10 mil contos, que lá ficaram, constituindo uma reserva de divisas para eventuais dificuldades futuras” (1959: 183-184)⁶⁵. Com o I Plano de Fomento (1953-1958), o Estado Português da Índia beneficiou de obras de irrigação, sanitárias, de melhoramentos no caminho-de-ferro e no porto de Mormugão e, fundamentalmente, de medidas centradas na ativação de prospeção geológica de exploração mineira. Considerando Salazar “que das obras hidráulicas para rega, do abastecimento de águas, dos estudos geológicos, das estradas das pontes previstas, dos melhoramentos a introduzir no porto e no caminho-de-ferro de Mormugão não só hão-de resultar maiores produções e facilidades de vida como decidido incremento de outras fontes de riqueza local” (1959: 264).

A população de Goa era essencialmente rural: 64% da população ativa trabalhava na agricultura, sendo a cultura do arroz, representando 65% da produção agrícola, aquela a que se dedicava maior número da população (STOCKER, 1999: 256). Com uma agricultura precária, com pequenas indústrias domésticas, de fiação e tecelagem manual, ou subsidiárias da exploração agrícola, era da indústria extrativa, de

⁶⁵ Criado em Lisboa em 1864, o Banco Nacional Ultramarino, para além da sua atividade comercial exercia a função de banco emissor nos territórios ultramarinos. Foram criadas sucursais e agências nos diferentes territórios tendo sido a agência de Goa aberta em 1868. Com a criação do Banco de Angola, em 1926, o Banco Nacional Ultramarino perde o monopólio emissor em Angola mantendo-o nos restantes territórios (SANTOS, 1999: 163).

manganés, em Sanguém, de ferro, em várias zonas, e a de laterite, nas pedreiras de todo o território, que se retirava o maior rendimento. A atividade mineira, a exportação de minério e o contrabando de produtos de luxo, representava quatro quintos do PIB. Com uma rede de comunicação e transportes precária era através dos rios e braços de rios que as comunicações se tornaram mais eficazes. Apesar das exportações, em 1951, de 273.030 toneladas de ferro e 7.580 de manganés, fundamentalmente para o Japão e Alemanha (SILVA, 1975: 11), a balança comercial era deficitária. Em 1956, a situação agravava-se uma vez que, com a crise do Canal do Suez, o tráfego era obrigado a fazer um percurso mais longo, prejudicando as exportações de recursos minerais.

2. “Grãos de areia engolfados na imensidade do solo indiano”⁶⁶

Salazar, consciente das dificuldades que a nova ordem internacional poderia trazer para o Império Colonial português, afirma na Assembleia Nacional, a 18 de maio de 1945: “(...) enraizados aqui e em África em largas costas do Atlântico, para onde por fatalidade das circunstâncias se vai mudar o centro da gravidade da política do Ocidente, temos bem garantido o nosso lugar, e o único problema que se nos põe é saber se nos manteremos à altura das responsabilidades” (1951: 169). Porém, não seria em África mas na Ásia que começaria o seu problema. O clima político e ideológico do mundo preocupa Salazar que receia pela soberania portuguesa em Goa, Macau e Timor, fruto da reordenação do mapa da Ásia. Os discursos dos futuros dirigentes da Índia faziam antever as dificuldades. A 27 de setembro de 1946, Nehru, ao tomar posse como ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de transição indiano, lamentou as condições deploráveis da Índia Portuguesa e a necessidade de se proceder à sua integração na futura União Indiana. Salazar, de imediato, escreveu ao seu ministro das Colónias, Marcelo Caetano, convidando-o a “começar a encarar o problema e a preparar elementos de toda a ordem – históricos, jurídicos e estatísticos – para a defesa numa instância internacional qualquer ou mesmo perante o mundo”. A Salazar, não parecia, “que o governo da Índia desenvolv[esse] acção militar ou semelhante contra nós; naturalmente, vai tentar tornar-nos a vida impossível por diversos meios ao seu dispor. Impõe-se a defesa local, como for aconselhável, mas se o problema surgir em qualquer areópago internacional precisamos de ter prontos meios de defesa perante ela”⁶⁷.

Com a proclamação da independência da Índia, a 15 de agosto de 1947, após um longo processo iniciado nos anos vinte sob a liderança de Gandhi, Nehru tornou-se Primeiro-ministro da nação independente - cargo que desempenharia até à morte. Salazar em telegrama felicita-o: “Animado pelo nunca desmentido interesse com que durante séculos tem acompanhado os destinos da Índia, o Governo português, deseja, nesta memorável ocasião, apresentar a Vexa. os seus melhores votos pelo sucesso da

⁶⁶ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 59, 29 de novembro de 1946, p. 17. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

⁶⁷ Carta de Salazar ao ministro das Colónias, 28 de setembro de 1946, cit. in ANTUNES, 1994: 194.

actividade pacífica e pelo bem-estar dos povos da Índia” (MNE, 1967a: 5)⁶⁸. Nehru, a 16 de agosto, responde-lhe, afirmando ter “a Índia alcançado o seu almejado objectivo de soberania” (MNE, 1967a: 5-6)⁶⁹.

A preocupação com o Ultramar, em particular no que diz respeito a Goa, torna-se evidente no discurso de Salazar pronunciado na biblioteca da Assembleia Nacional, a 25 de novembro de 1947. Nesse discurso aproveitara Salazar, embora sem o referir, segundo Franco Nogueira, para responder ao telegrama de Nehru de 16 de agosto (2000a: 87), pois afirmava Salazar, “se geograficamente Goa é Índia, socialmente, religiosamente, culturalmente, Goa é Europa. Se ali habitam ocidentais, indo-portugueses e indianos, politicamente só há cidadãos portugueses, isto é, membros sem distinção duma comunidade civilizada com alguns séculos de existência, e que a servem não apenas onde nasceram, mas na metrópole e em todo o Império”. Deste modo, para Salazar, não se podem deixar de “estranhar algumas afirmações de pessoas responsáveis, que, por o serem, devem conhecer os limites do seu direito” (1951: 306). Salazar lançava, assim as bases ideológicas para a defesa de futuras reclamações indianas. Na realidade, pelo *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das colónias portuguesas de África*, aprovado pelo Decreto n.º 16.473 de 6 de fevereiro de 1929, os habitantes de Cabo Verde, de Macau e do Estado Português da Índia, embora referidos como ‘indígenas’, não estiveram obrigados ao Estatuto do Indigenato, contudo as diferenças nunca deixaram de existir tendo em conta a composição do topo da administração.

2.1. “A Free Goa in a Free India”⁷⁰

Mas terá a questão de Goa, como tantas vezes sugerido, começado no momento em que a União Indiana se tornou independente? Ou terão os goeses manifestado a sua discordância com a política colonial antes de proclamada a independência da Índia?

⁶⁸ Telegrama do Presidente do Conselho ao Primeiro ministro da União Indiana, Lisboa, 15 de agosto de 1947, doc. n.º 4 (Tradução).

⁶⁹ Telegrama do Primeiro ministro da União Indiana ao Presidente do Conselho, Nova Deli, 16 de agosto de 1947, doc. n.º 5 (Tradução).

⁷⁰ Bragança cit. in TOMBAT, 1995: 81.

De modo a conseguirmos responder a estas questões teremos em atenção o estudo desenvolvido por Sandra Ataíde Lobo sobre a intelectualidade goesa, que, ao abordar o período cronológico anterior - desde a Monarquia Constitucional ao Ato Colonial -, é uma das ferramentas fundamentais para a compreensão dos percursos e posicionamentos políticos e culturais das elites intelectuais goesas nas diferentes correntes de pensamento do período que pretendemos estudar⁷¹.

Foi a menos de um ano da criação do *Indian National Congress* (INC), fundado a 28 de dezembro de 1885, que surgiu no jornal *O Anglo-Lusitano*⁷² o primeiro artigo com a referência à “necessidade dos goeses atenderem à nova fase da política indiana”. A 19 de agosto de 1886, “o redactor da secção portuguesa chamava a atenção dos compatriotas católicos, emigrantes e seus descendentes, para a acelerada mudança vivida no Raj. Os novos tempos justificavam que os católicos goeses na Índia, os «goenses» [sic] e os «indo-portugueses» naturais da Índia britânica, se esforçassem para constituir-se em comunidade portuguesa natural da Índia, o que lhes permitiria reclamar o direito de intervir, enquanto indianos, na política do Raj em defesa dos seus interesses” (cf. LOBO, 2013: 302).

Já no período da República, o jornal *Bharat*⁷³, em 1912, “invocava novamente o exemplo vizinho para sugerir que chegara o momento de organizar uma instituição similar” ao *Indian National Congress*, “de carácter genuinamente popular”, para, segundo o *Bharat*, “metodizar os nossos desejos e deixar vibrar indefinidamente a fibra do nosso patriotismo”. Defendendo ainda que o projeto dependia da “completa unificação dos hindus e cristãos confraternizados intimamente, indissolivelmente pelo mesmo fim político: a autonomia administrativa”. A ideia da organização de um Congresso inspirado no funcionamento do *Indian National Congress* seria sugerida por Roque Correia Afonso⁷⁴, quando de um comício realizado em Margão a 14 de novembro de 1912, que, após polémica com António Bernardo de Bragança Pereira⁷⁵ no

⁷¹ Para um estudo mais detalhado sobre o nacionalismo goês, TOMBAT, 1995; RISBUD, 2002; DESAI, 2003 e ainda: BÈGUE, 2007 e LOBO, 2013.

⁷² O jornal *O Anglo-Lusitano*, de Bombaim, foi fundado em julho de 1886.

⁷³ O jornal *Bharat* foi fundado por H.P. Hegdó Dessai, em 1913, com publicações até 1949, ano do seu falecimento.

⁷⁴ João Joaquim Roque Correia Afonso, advogado, jornalista e político, desempenhou um papel importante nos debates políticos e socioeconómicos locais (LOBO, 2013: 54).

⁷⁵ António Bernardo de Bragança Pereira (1833-1955), filho de António Félix Pereira e de Júlia Adelina Bragança, nasceu em Utordá, concelho de Salsete, distrito de Goa. Fez os seus estudos secundários no Liceu Nacional em Pangim e formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi sucessivamente juiz municipal em Mormugão entre 1909 e 1915; Delegado do Procurador da República em Bicholim (1915-1916); juiz de Direito em Damão (1916-1920), Bicholim (1920-1924) e Bardês

jornal *O Debate*⁷⁶, ao longo do ano de 1913, avançou a ideia de Correia Afonso, da “organização de um Congresso Provincial anual que fosse o corolário de uma ampla actividade de debate, propaganda, inquérito e estudo das preocupações goesas” (LOBO, 2013: 309-310).

Caberá, no entanto, a Miguel de Loyola Furtado⁷⁷ apresentar a solução para concretizar a organização de um Congresso local, inspirado em Afonso de Albuquerque, “figura portuguesa que o imaginário histórico goês atribuía o sonho de um império luso-indiano, protector da fusão das «raças», assente em sãos princípios de justiça, tolerância e respeito pelas tradições e autonomia locais” (LOBO, 2013: 314). Couceiro da Costa, governador-geral (1910-1917), um mês após o discurso de Miguel de Loyola, publica, no *Boletim Oficial*, a Portaria de 22 de junho de 1915, convocando o Congresso a reunir na capital do Estado, definindo o encontro como um Congresso Provincial, pois “não se tratava de dar visibilidade a uma nação, como no caso do Congresso Nacional Indiano, ou sequer a uma colónia ou Estado autonomamente concebível, mas de dar voz a uma província portuguesa, afastando qualquer conotação ideológica da iniciativa com o movimento vizinho” (LOBO, 2013: 316). Tratando-se de uma iniciativa pioneira em todo o espaço português, impulsionado pelas elites locais tornou possível, segundo Sandra Lobo, “a discussão dos modelos de governação colonial e de cidadania local, promovidos pelas discussões das leis orgânicas e dos projectos de reforma destas leis”. A existência de órgãos consultivos e deliberativos do Estado Português da Índia facilitou a “discussão política local sobre a descentralização e a autonomia”, ocupando “um espaço central na definição das relações entre a metrópole e as colónias (províncias

(1921); Juiz Desembargador da Relação de Moçambique (1924-1931) e Juiz Desembargador da Relação de Goa (1931-1948), data em que se aposentou. Por volta de 1944, quando o “nacionalismo indiano procurou infiltrar-se em Goa lançando a semente da sua política de absorção, enquanto alguns membros da sua família se compraziam ostensivamente no movimento, Bragança Pereira, com denodo próprio dos valentes do pensamento, com desassombro e energia de almas patrióticas que sacrificam tudo pelo seu ideal, lançou um nobre repto que vibrou como um toque de chamada: **A Índia Portuguesa tem o direito de afirmar a sua personalidade, porque tem outras tradições, outra cultura e outra consciência colectiva. A nossa terra é pequenina, mas é linda**; podemos dizer com Alfred Musset «Mon verre nest [sic] pas grand, mais je bois à mon verre». A Índia Portuguesa é uma criação de Portugal”. MONTEIRO, Francisco, “António Bernardo Bragança Pereira (1883-1955)”, in *SuperGoa*. Disponível em: http://www.supergoa.com/pt/read/news_cronica.asp?c_news=411 (consulta realizada a 10 de agosto de 2014). Negrito no original.

⁷⁶ O jornal *O Debate* foi fundado por Luís de Menezes Bragança em Goa em 1911, tendo sido o principal editor até 1921.

⁷⁷ Miguel António Xavier de Loyola Furtado (1878-1918), médico-cirurgião, diretor e redator do jornal *A Índia Portuguesa*, fundado por Manuel Lourenço de Miranda Franco, a 4 de abril de 1861.

ultramarinas) e das formas de organização do governo nestes espaços, alastrando ao equacionamento da própria forma de Estado português” (2013: 520)⁷⁸.

Se, com o fim da I Guerra Mundial, a inclinação pelo nacionalismo indiano aumenta, o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a implantação da ditadura determinará o novo curso da história de Goa. O impacto da ditadura na política colonial levantou desde logo preocupações. Em julho de 1926, Luís de Menezes Bragança⁷⁹ demonstrava que os protagonistas do golpe militar “não buscavam uma simples mudança violenta de governo mas sim acabar com a República, pelo que não podiam receber o apoio republicano” (LOBO, 2013: 477), sendo urgente despertar a consciência dos goeses para a nova situação política.

A vinda de goeses para completar os seus estudos na Europa e na Metrópole impulsionou a afirmação nacionalista goesa, o que levou a “persistentes afirmações dos estudantes nacionalistas católicos de terem «descoberto» o nacionalismo e a «Índia» na metrópole” (LOBO, 2013: 401), surgindo escritos em vários jornais em prol do movimento indiano, que criticavam o modelo assimilador português. A nível internacional se destacaram os nomes de Joaquim Otto Xavier de Siqueira Coutinho, os irmãos Bragança Cunha (Vicente, Francisco e Tristão)⁸⁰ em esclarecerem a opinião pública europeia sobre o movimento indiano. Na Metrópole, Telo de Mascarenhas, no jornal académico *Gente Nova*, António Furtado em Setúbal, Lúcio de Miranda, colaborando nos Açores com a imprensa regional, Santana Rodrigues, mantendo a ligação à *Seara Nova* e a outros jornais, demonstraram a necessidade de combater a ditadura e de provocar o debate político sobre o futuro português, tornando-se Adeodato Barreto na “consciência crítica desta geração” (LOBO, 2013: 495). Em Coimbra surgiu

⁷⁸ “O debate que acompanhou a sua concepção chegou a promover uma discussão sobre a identidade política goesa e sobre a hipótese de afirmação de uma nação goesa” (LOBO, 2013: 520), mas sem se “confundir as persistentes reclamações destas elites de aprofundamento do autogoverno local, mesmo que não acordassem nos tempos e nos termos da sua configuração, com a afirmação do nacionalismo indiano ou dum nacionalismo goês, apesar de acabar por se assistir ao encontro de parte da corrente autonomista com a corrente nacionalista” (LOBO, 2013: 522).

⁷⁹ Luís de Menezes Bragança (1878-1938) nasceu em Chandor, Salsete. Em 1911, funda *O Debate* e a 1 de dezembro de 1919, funda o *Diário da Noite*. Luís de Menezes Bragança “procurou sempre através das palavras fortalecer a consciência política e a identidade cultural do povo goês”. Colaborador do *Pracasha* (*A Luz*), semanário publicado em concani, onde “escreveu sobre a liberdade de pensamento, a liberdade de expressão e a luta contra a opressão. Os seus escritos foram importantes fontes de informação para o público goês, em particular sobre o nascente movimento de emancipação indiano, fornecendo uma importante ligação para o que acontecia no resto da Índia” (VAZ, 1997: 180-181).

⁸⁰ Tristão de Bragança Cunha (1891-1958) Chandor, Salsete. Completou os seus estudos em França, Pondicherry e Paris, onde frequentou o círculo de Romain Rolland no *Pro-Indian Committee of Information Bureau*. Em 1926, após concluir os estudos em engenharia elétrica, regressa a Goa.

o jornal *Índia Nova*⁸¹, pois “Adeodato apontava o caminho numa intervenção cultural de raiz política, que sendo menos sujeita a polémica no tempo poderia revelar-se mais eficaz”. Ainda na Metrópole destacam-se os nomes de Druston Rodrigues, António José Zacarias Antão, Benedito Fulgêncio de Brito e António Barnabé de Noronha. Estes anos, para Sandra Lobo, “marcam o início da ruptura das elites goesas com o projecto de construção duma identidade goesa de nacionalidade portuguesa e da adopção do projecto de construção duma identidade goesa de nacionalidade indiana. Este processo verificar-se-ia particularmente difícil para as elites católicas nas quais nacionalidade, religiosidade e poder social tenderam a confundir-se” (2012: 271-279).

Passados 2 anos do regresso a Goa de Tristão de Bragança Cunha e apoiando-se no movimento nacionalista indiano, foi fundado em 1928, numa sessão em Calcutá, o *Goa Congress Committee* (GCC), uma secção goesa do INC. Segundo Bragança Cunha, o descontentamento que reinava em Goa com o regime português intensificou o desejo de união dos goeses com os seus irmãos no resto da Índia (Cunha cit. in STOCKER, 2005: 38), para Nishtha Tombat, “the significance of the GCC was that it represented the first attempt to build an enduring organisation which would link the anti-Portuguese struggles in Goa with the nationalist movement that was rapidly gaining ground all over India” (1995:79). Mas, para Sandra Lobo, Tristão de Bragança Cunha, ao ser considerado o pai do movimento independentista goês:

“relega o contributo goês na Europa para a construção de redes de solidariedade nacionalista e a importante tarefa de criar uma opinião pública ocidental favorável ao movimento indiano. Por outro lado, desatende a um ambiente político em Goa, não redutível à reclamação de integração formal das aspirações locais no movimento indiano. Como tal, apaga as evidências dos veios de comunicação político-cultural transfronteiriços do movimento nacionalista e do impacto da luta indiana pelo direito à autodeterminação após a Primeira Guerra Mundial” (2013: 399)⁸².

⁸¹ O primeiro número do jornal *Índia Nova* foi publicado a 7 de maio de 1928 tendo o último saído a 31 de outubro de 1928, num total de cinco números. A 31 de maio de 1929 surgirá um sexto número comemorativo do centenário de Francisco Luís Gomes. O jornal teve como diretores Adeodato Barreto, Telo de Mascarenhas e José Teles e como subtítulo do jornal aparecia a expressão *jornal de expansão da cultura indiana*, inscrevendo-se, segundo Sandra Lobo, “numa estratégia de resistência cultural visando a restauração da identidade goesa, considerando-se que a sua reinscrição na civilização indiana permitiria a devolução do sentimento de comunidade e a sua união em torno de um projecto de futuro” (2009: 239).

⁸² A partir daí e nos anos seguintes, T. B. Cunha colaboraria regularmente com periódicos conotados com a oposição ao Estado Novo, como era o caso do *Bharat* e do *Pracasha*. O último fundado em 1928, por Venctexa Sar Dessai para fazer propaganda do movimento shuddhi, contou pouco depois com Menezes Bragança como seu redactor principal. “O que a cronologia dos acontecimentos sugere e o testemunho da filha de Luís de Menezes Bragança confirma é que terá existido uma acção coordenada nas intervenções

Mas foi a aprovação do Ato Colonial em 1930 e, mais tarde, a promulgação da Constituição de 1933 que terá desencadeado as mais violentas críticas. Desde o Conselho do Governo, Menezes Bragança⁸³, a 4 de julho de 1930, em oposição ao Ato Colonial, aponta que se os estatutos políticos anteriores afirmavam a unidade política da Nação portuguesa, o art.3º do Ato Colonial “quebra essa unidade. Divide-a, fragmenta-a, para constituir duas unidades políticas perfeitamente distintas, desiguais, em valor. Uma, a Metrópole, soberana a mandar e a dominar. E absolutamente subalterna a outra, para fazer dela o Império Colonial Português, para sempre sujeita à primeira” o que envolve “uma discriminação de direitos e garantias políticas”⁸⁴. Classificando o art. 2º de “Singular doutrina!”, Menezes Bragança entendia que, se é “da *essência orgânica*, de Portugal”, como referia aquele artigo: “possuir territórios ultramarinos. Quere isto dizer que é da estrutura orgânica dos povos que constituem o Império Colonial serem essencialmente, sujeitos. Nunca podemos sequer aspirar a ser senhores dos nossos destinos, a governar a nossa terra. Sujeitos, dominados para sempre, por determinismo orgânico!” Terminando, Menezes Bragança dizia ao Conselho do Governo que “a dissociação da unidade política que o Acto Colonial consagra, é inaceitável. E o princípio, em que ele se inspira, é humilhante. Nunca a Índia [Portuguesa] o aceitará”⁸⁵.

Passados quatro dias, precisamente no dia de 8 de julho, em que é publicado no *Diário do Governo* o Ato Colonial (Decreto n.º 18.570), é apresentado pela parte eleita do Conselho do Governo (Luís de Menezes Bragança, António Xavier Gomes Pereira,

em Goa e na metrópole, às quais se seguiu a criação da secção goesa do Congresso Nacional Indiano em 1928. Mas o que as intervenções na imprensa, nomeadamente no *Bharat*, nos atestam é que esta reunião de sensibilidades políticas diversas dificilmente se manteria em acção coordenada” (LOBO, 2012: 271-279).

⁸³ Em novembro de 1928, “(...) Menezes Bragança tomou a iniciativa da lista única de candidatura ao Conselho do Governo, cuja acção perdurou na memória local de resistência à ditadura e de afirmação dos direitos indianos. A ideia de apresentar a eleições uma lista politicamente coesa, que representasse a oposição ao regime em matéria colonial, vinha sendo defendida por Menezes Bragança desde 1926. Na altura não reunira as condições políticas necessárias, mas a situação em Novembro de 1928 revelou-se particularmente propícia. Ao aumento do descontentamento local acresceu o facto de nesse mês Rocha Dinis assumir o governo, tornando concebível a viabilização da eleição. Nestas condições, Luís de Menezes Bragança, António Xavier Gomes Pereira, Cipriano da Cunha Gomes e Narana Ananta Xete Bandorcar apresentaram um manifesto de candidatura, propondo-se representar as vozes do país que recusavam a conivência e consequente responsabilização política e moral pelos actos da ditadura. Vencidas as eleições, Menezes Bragança tomou assento no Conselho, no meio da polémica que rodeou a sua presença no Congresso Nacional Indiano, em finais de Dezembro de 1928” (LOBO, 2013: 499).

⁸⁴ BRAGANÇA, Menezes, [Discurso] in *República Portuguesa – Conselho do Governo do Estado da Índia, Actas*, Ata n.º 19, 4 de julho de 1930, p. 274. O art. 3º do Ato Colonial referia que “Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português. O território do Império Colonial Português é o existente à data da publicação deste diploma. Único. A Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter a qualquer outro território colonial”. “Decreto n.º 18.570”, in *Diário do Governo*, Iª serie, n.º 156, 8 de julho de 1930, p. 1309.

⁸⁵ BRAGANÇA, Menezes, [Discurso] in *República Portuguesa – Conselho do Governo do Estado da Índia, Actas*, Ata n.º 19, 4 de julho de 1930, pp. 275-276.

Cipriano da Cunha Gomes e Narana Ananta Xete Bandorcar) as necessárias modificações ao Ato Colonial. Também na imprensa goesa, o Ato Colonial mereceu a mais viva repulsa e rejeição, sendo o discurso de Menezes Bragança reproduzido e comentado nomeadamente no *Heraldo*⁸⁶, *O Ultramar* e *Bharat* (LOBO, 2013: 506-507).

Um outro momento em que é demonstrada a insatisfação por parte dos goeses, ocorreu no ano anterior à promulgação da Constituição de 1933. O discurso pronunciado por José Inácio de Loyola⁸⁷ a pretexto do aniversário da conquista de Goa, a 25 de novembro de 1932, e publicado no jornal *Diário da Noite* nos dias 26, 28 e 29 de novembro, revelava o descontentamento que lentamente se apoderava da alma dos

⁸⁶ Em 1901 com a partida de Messias Gomes para Lisboa, diretor e proprietário do jornal *O Herald*, António Maria da Cunha, assume a direção do jornal até 1908 data em que funda o seu próprio jornal *Heraldo*. *O Herald* foi o primeiro diário em língua portuguesa editado em Goa, publicado o seu primeiro número a 22 de janeiro de 1900, tendo como diretor e proprietário Messias Gomes, que, com o seu regresso de Lisboa em 1919 retoma a direção do jornal.

⁸⁷ José Inácio Francisco Xavier Cândido de Loyola (1891-1973). “Fanchu” para os seus amigos, nasceu na vila de Orlim, Salsete, Goa, filho de Maria Angelica Conceição Gomes e de Avertano Loyola, sobrinho de José de Loyola, líder do Partido Indiano. Advogado de profissão, José Inácio Loyola desde novo colaborou com vários jornais fazendo parte da direção de *O Popular* em 1912 e *Jornal da Índia* em 1913. A suspensão dos jornais por ordem do governador-geral Francisco Manuel Couceiro da Costa (1910-1917) leva-o a endereçar uma carta ao Governador - *Carta Política* - tendo este invocado a necessidade de defender a segurança do Estado, a ordem e a tranquilidade pública. Após o discurso de 25 de novembro de 1932, Loyola, de modo a não ser preso, parte para Bombaim, onde vai editar um semanário *Portugal e Colónias*. Em 1940, juntamente com Vicente João de Figueiredo, começou um novo diário *Voz da Índia* e escreveu vários artigos a atacar Salazar, onde lembrou, a 9 de julho desse ano, o seu discurso de 25 de novembro de 1932, em frente à estatua de Afonso de Albuquerque, estruturando a ideia de que “our country should be given a political status in accordance with the realities of its historical past rather than be treated as a colony, which she never has been, in the strictest sense of the term. We never accepted and never will accept being placed in the same category as the people of Mozambique or Angola” (Loyola cit. in BORGES, 2000: 99). Preso a 11 de outubro de 1946, é deportado para Portugal, a 14 de dezembro de 1946, cumprindo a pena na prisão de Peniche. Em virtude da amnistia de 1950, a Lei 2.039 de 10 de maio, foi libertado nesse ano sob liberdade condicional em Lisboa. Após a prisão em Portugal, só regressa a Bombaim em 1958, mas volta para Portugal onde veio a falecer em 1973. Dale Luís Menezes ao expressar a sua opinião sobre o livro *Goa's foremost nationalist: José Inácio Cândido de Loyola: the man and his writings*, observa que Fanchu Loyola “was a nationalist, but not like the ones who were fighting for the inclusion of Goa into the Indian Union. He was opposed more to the dictatorial reign of Salazar and, as this book makes it amply clear; he never challenged the sovereignty of the Portuguese over its colonies in India”. MENEZES, Dale Luís (2012). “«Enfant Terrible» or Goa's foremost nationalist”, in *The valley of World*. Disponível em: <http://daleluismenezes.blogspot.pt/2012/06/enfant-terrible-or-goas-foremost.html> (consulta realizada a 17 de agosto de 2014). Segundo Joseph Barros, Inácio Loyola nos seus depoimentos políticos nunca desafiou a soberania portuguesa: “in first instance, he only claimed civil liberties and civil rights for the local people which was, of course, a very legitimate demand, viewed from the point of international law and natural justice. In none of his political statements he gave an ultimatum to the Portuguese to quit Goa, Daman and Diu. He only aspired for economic, social and political autonomy for the Portuguese territories in India. This was the gist of his political credo” (BARROS, 2000: xlv-xlv). Como recorda a sua filha Yona Loyola- Nazareth no seu testemunho intitulado “Loyola: A Man with Honour”: “I never comprehended the depth of his love for Goa till he returned to Bombay in 1958. He returned from a visit to Jawaharlal Nehru in Delhi quite defeated and disconsolate. I could not fathom his distress. He paced restlessly up and down the hallway, sighing until I could not bear it any longer. I questioned him. His answer puzzled me at that time, ‘My child, we have lost Goa. You and I have lost Goa.’ Lost Goa? In 1958? He then proceeded to tell me that although he had done his utmost to persuade Nehru to conduct a plebiscite in Goa, he was convinced that with Krishna Menon at the helm, a ‘military take-over’ of Goa was imminent” (NAZARETH, 2000: xxxvii).

goeses. Usando a figura de Afonso de Albuquerque, já referida por Miguel de Loyola Furtado, em 1915, como sendo um “patriota sincero e espírito altamente esclarecido” (LOBO, 2013: 314), Inácio Loyola, no seu discurso de 1932, repudia o Ato Colonial e a política colonial. Considerando que Afonso de Albuquerque “fascinates us, because he designed politics or the concept of colonization with revolutionary directives. The ideas that he introduced were unheard of before, nor were these liberal ideas conceived by any other man before him. As a statesman and a politician, he was inspired to bestow the dignity of justice on the conquered people. The powerless people are not necessarily an inferior people. Albuquerque understood this truth better than anybody else. At one time, the people of India had a culture, a culture that would have been coveted by the people of Europe. And talking in ethnical terms, they had the same blood in their veins. They were the common descendants of the same Aryan family. Recognizing this, he did not hesitate to give them equal rights of social” (Loyola cit. in BORGES, 2000: 92). O que segundo Sandra Lobo para

“uma parte significativa das elites nativas goesas, sobretudo das elites católicas, o Ato Colonial e os primeiros anos de afirmação da política colonial do Estado Novo representaram uma ruptura traumática na percepção do seu lugar no quadro português. Esta ruptura corroeu a sua esperança sobre o futuro local nesse quadro, alimentada pela tradição constitucional portuguesa e pela forma como, em posições desiguais, os intelectuais e políticos metropolitanos e das colónias debateram e afirmaram desde a revolução liberal as tendências da política colonial” (2013: 512).

Não desistindo de expor as suas ideias sobre o Ato Colonial a comunidade goesa de Bombaim, reunida a 30 de julho de 1933, num comício convocado por *The Goan Union* para o salão do Instituto Luso-Indiano dessa cidade, envia, através presidente do comício, Vicente de Bragança Cunha, uma Moção ao ministro das Colónias, Armindo Monteiro. Nesta Moção o movimento *The Goan Union*, considerava que o que havia acontecido a 11 de abril desse ano, pelo Decreto-Lei n.º 22.465, a integração do Ato Colonial na Constituição da República Portuguesa, restringia “os direitos constitucionais que numa República têm de ser extensivos a todos os cidadãos, quer eles sejam metropolitanos, quer coloniais”, acrescentado que, visto que a Índia Portuguesa era parte integrante da Nação Portuguesa, nessa qualidade “lhe derivaram os direitos e os deveres consignados nos estatutos da Nação”. Considerava-se ainda, que a nova

Constituição Portuguesa, “promulgada por nunca vistos e originais métodos plebiscitários, não lhes garante os seus direitos seculares”, e por isso dispensavam promessas e declarações dos delegados do Governo português na Índia “enquanto num estatuto não estejam novamente integrados os seus direitos de cidadãos”. A Moção concluía, observando que, não podiam aceitar os princípios do Ato Colonial, em especial os Artigos 2º e 32º “que não afrontam apenas a dignidade cívica dos filhos da Índia Portuguesa mas colocam os emigrantes goeses na Índia Britânica, numa situação difícil que, para a Índia Portuguesa, pode trazer graves consequências”⁸⁸.

O descontentamento dos goeses para com a política colonial do governo aumentava e, não foi o facto de em 1934 o *Goa Congress Committee* se ter separado do *Indian National Congress*, por Goa ser território português e não britânico, que a luta dos goeses enfraqueceu⁸⁹. Apesar de Shirodkar considerar que esta ação do *Indian National Congress* “not only excluded Goa from the arena of freedom movement but also discourage the surging tide national consciousness on Goa soil” (1988: 29), mas ouvidas as sugestões de Subhash Chandra Bose, Presidente do *Indian National Congress* eleito em fevereiro de 1938, surgiu o *Provisional Goa Congress Committee*, em Bombaim, a 12 de outubro de 1938⁹⁰. Segundo o nacionalista goês, Pundolika Gaitonde⁹¹, “the new body took up the work of organizing the Goans in Bombay under

⁸⁸ *The Goan Union - Moção*, 30 de julho de 1933, in ANTT/AOS/CO/UL 10A, pp. 98-99. O Art. 32º do Ato Colonial a que se refere a Moção tinha o seguinte texto: “As instituições administrativas municipais e locais são representadas nas colónias por câmaras municipais, comissões municipais e juntas locais, conforme a importância, desenvolvimento e população europeia da respectiva circunscrição. § 1.º A criação ou extinção das câmaras municipais e atribuição do governador da colónia, com voto afirmativo do Conselho do Governo e aprovação expressa do Ministro das Colónias. § 2.º Os estrangeiros com residência habitual na colónia por tempo não inferior a cinco anos, sabendo ler e escrever português, podem fazer parte das câmaras ou comissões municipais e juntas locais, até o máximo de um terço dos seus membros”. “Decreto-Lei n.º 22.465”, in *Diário do Governo*, I série, n.º 83, 11 de Abril de 1933, pp. 650-652.

⁸⁹ “In 1934, with the decision of the party body to derecognize the branch committees in London and New York, too lost its recognition as it functioned in a territory under a different foreign rule” (SHIRODKAR, 1988: 29).

⁹⁰ Estabelecido o *Provisional Goa Congress Committee*, outros grupos foram formados: em 1938, *Gomantakiya Tarun Sangh* foi iniciado em Margão por Shamrao Madkaikar, organizando debates sobre temas da atualidade, não exclusivamente política. *Swayam Sevak Dal*, também fundado por Shamrao Madkaikar, tinha como função gerar consciência política nos jovens. Em 1938, Julião Menezes formou um grupo em Assolna, conhecido como o *Clube Juvenil*, e em Bombaim, em 1939, começou uma organização chamada *Gomantak Praja Mandal*, que em 1942 lançou o semanário *Gomantak* (TOMBAT, 1995: 75-76). Purushottam Kakodkar fundou em 1945 a *Goa Seva Sangh*, uma organização social e política, em Margão “with the definite objective of propagating the Gandhian ideology” (RISBUD, 2002: 87-88). Também após a II Guerra Mundial surge em Bombaim a *Goan Youth League*, fundada por Tristão de Bragança Cunha que “soon had a branch working underground in Goa and proved to be one of the most militant organizations when the movement started” (BRAGANZA, 1992: 12).

⁹¹ Pundolika Dattatraya Gaitonde (Palolem, 1913-1994), cirurgião. Após a sua passagem por Lisboa para completar os estudos, regressou a Goa e participou ativamente em várias ações contra o colonialismo

the banner of Congress. Its immediate object was to work in conjunction with its parentbody in Goa for the restoration of civil liberties, and to agitate for responsible Government in the Portuguese territories of India” (1987: 25). O apoio dos goeses de Bombaim abriu um novo capítulo na luta do povo de Goa pela libertação. Tristão de Bragança Cunha “constantly emphasized that the liberation of Goa was linked with the independence of the Indian nation and would come about with its re-integration into India, as articulated in the slogan: «A Free Goa in a Free India»” (TOMBAT, 1995: 81).

2.2. “Quit Goa!”⁹²

Para o regime as manifestações em Goa de desagrado para com a política colonial passam a ser uma preocupação. No ano de 1942, Jerónimo Salvador C. Sócrates da Costa, presidente da União Nacional e Comissário da Mocidade Portuguesa em Goa alerta sobre o espírito em Goa que “é sem rodeios e ostensivamente anti-português. Os duzentos e cinquenta mil hindus são, cem por cento, anti-portugueses. E os restantes duzentos e cinquenta mil cristãos também o são, quasi na totalidade”. Para Portugal era urgente, segundo este, pensar na situação de Goa, pois, no caso de uma Índia independente, Goa será arrastada “se se não acudir a tempo” e Portugal ficará, “fortemente ferido na sua honra e história”⁹³.

Em junho de 1944, o *Goa Congress Committee*, com sede em Bombaim, ao publicar o panfleto *The Attack on the Indian Rupee* e, mais tarde, o livro de autoria de Tristão de Bragança Cunha com o título *A Desnacionalização dos Goses*, incendiou as relações entre Portugal e a Índia. Tristão de Bragança Cunha considerava que o caminho intolerante e tirânico dos portugueses destruía e desfigurara o caráter nacional do povo de Goa (1961:59). A futura independência indiana originava nos goeses interrogações da sua própria identidade. A pedido do cônsul Português em Bombaim os artigos foram proibidos, em janeiro de 1945, na Índia Britânica, as cópias apreendidas e o editor

português. Preso a 18 de fevereiro de 1954 foi deportado e julgado em Portugal tendo regressado à Índia a 14 de junho de 1955. Em 1960 foi presidente do *National Congress* (Goa).

⁹² Melo cit. in CAETANO, 2006: 609.

⁹³ Extrato de uma carta de Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da Costa, a “João”, Nova Goa, a 22 de outubro de 1942, in ANTT/AOS/CO/UL 23, pp. 1-3.

multado. Mas, em setembro desse ano, o *High Court of Bombay (Justice Chagla)* revogou a ordem do governo de Bombaim, afirmando “the right of the Goans to ventilate their domestic grievances freely in British India” (GAITONDE, 1987: 26).

Não seriam apenas os ventos da Índia Britânica que despertavam e agitavam as consciências em Goa. As alterações à Lei Eleitoral em 1945, pelo Decreto-Lei n.º 34.938, de 22 de setembro, levam a que a Oposição se organize para participar nas eleições, passando o sufrágio a ser feito sobre listas de círculos distritais ou coloniais, devendo conter tantos nomes quantos os deputados a eleger pelo círculo. Dos oito círculos das colónias seriam eleitos treze deputados, cabendo ao Estado Português da Índia a eleição de dois deputados. Aproveitando o período que os goeses julgavam ser de uma possível mudança, “a lista proposta pela União Nacional teve a oposição de outras quatro listas (caso único em todo o Ultramar!), com rótulos que iam desde «esquerdista» ao «popular», ao «independente» e ao «nacionalista indiano»” (BOSSA, 1965: 399).

O jornal *Bharat*, a 25 de outubro, exteriorizava a sua vontade na realização de verdadeiras eleições e que estas não fossem “uma mera ficção mister”. Para tal, defendia que fosse colocado no mesmo campo de ação a “Nacional União [sic] e a restante população e que não se exerça pressão em nenhuma facção”⁹⁴ sendo, por isso, importante que os candidatos que se propusessem a deputados da Assembleia Nacional publicassem os seus manifestos com o respetivo programa para que assim o eleitor pudesse orientar da melhor forma o exercício do direito de voto. Considerando o jornal que a União Nacional “não constitui um único partido político”, era importante que o eleitor concedesse o seu voto aos candidatos que oferecessem a “melhor garantia da defesa da sua liberdade e de outros direitos reconhecidos pela democracia militante da Europa”⁹⁵. Nesse sentido, e de modo a ajudar os eleitores, o jornal manifestava a sua imparcialidade, pois, não pertencendo à União Nacional nem a outro agrupamento político, assim como considerando que a casta, a cor ou a religião não exerciam qualquer influência na vida pública, o importante, para o jornal, era que a candidatura que viesse a apoiar representasse a “garantia segura da exclusiva, desinteressada, corajosa e inabalável defesa dos sacrossantos interesses deste país”⁹⁶.

⁹⁴ “Verdade, verdadeira”, in *Bharat*, 25 de outubro de 1945, n.º 29, ano XXX, p. 1.

⁹⁵ “Voto”, in *Bharat*, 25 de outubro de 1945, n.º 29, ano XXX, p. 1.

⁹⁶ “Acto Eleitoral – Palavras Prévias”, in *Bharat*, 25 de outubro de 1945, n.º 29, ano XXX, p. 1.

Na semana seguinte os eleitores são informados que não tendo ainda, o *Bharat* definido a sua atitude perante as próximas eleições, aproveitava o momento para divulgar algumas palavras do manifesto do candidato da Lista União Nacional, Froilano de Melo:

“As eleições são livres, o voto é um dever de consciência e a consciência é livre porque é um dom de Deus.

Concorrei todos às Urnas! - É o único pedido que vos faço como cidadão que sou. Cumpri o vosso dever.

Votai por quem vossa consciência, livre de pressões de qualquer espécie, vos aponte como digno de pugnar pelos vossos direitos e pelos direitos dos vossos filhos.

E se assim procederdes, livres e desapaixonados – mesmo que eu tenha de perder a eleição perante quem vos pareça mais digno do que eu – ficar-me-á a consolação de saber que os meus Concidadãos souberam usar do seu direito segundo os ditames da sua consciência, livre, desapaixonada, superior a compromissos ou pressões que não sejam ditadas senão pela sua convicção de Cidadãos”⁹⁷.

Os dois candidatos desta lista eram Froilano de Melo e Luís da Cunha Gonçalves. Para o *Bharat*, prestigiavam as suas especialidades, Cunha Gonçalves nas ciências jurídicas e Froilano de Melo nas médicas, sintetizando o progresso jurídico e o desenvolvimento médico. Por isso, entendia, o jornal que se “comete um crime de lesa-pátria quem contribua, directa ou indirectamente, para os distrair do seu precioso e preciso labor cientista: confiar-lhes o mandato de deputado é o mesmo que privar do seu tão desejado avanço a jurisprudência e a medicina”. Concluindo que certamente o eleitorado não “há-de querer enfrear [sic] o engrandecimento científico”, o *Bharat* declinava apoiar a lista da União Nacional⁹⁸. Ainda neste número de 8 de novembro, o jornal dava a conhecer, não só a desistência de uma outra lista, a de Teles-Coissoró, como divulgava o programa da lista Loyola-Figueiredo, assinado por Vicente João Filomeno de Figueiredo. Dividido o programa em duas partes, o candidato, que se colocava ao serviço da sua terra na Assembleia Nacional, iria procurar conseguir concretizar as “justas aspirações e procurar acompanhar, em tempo oportuno, com a maior atenção, a legislação colonial a que o *post-guerra* há-de forçosamente dar lugar”. Vicente João de Figueiredo reconhecia que, apesar de não possuir a melhor capacidade

⁹⁷ “Acto Eleitoral – Palavras Oportunas”, in *Bharat*, 1 de novembro de 1945, n.º 30, ano XXX, p. 1.

⁹⁸ “Acto Eleitoral – Palavras Claras e Sinceras”, in *Bharat*, 8 de novembro de 1945, n.º 31, ano XXX, p. 1.

de oratória, de modo a “empolgar a Assembleia Nacional” ou mesmo “levar qualquer deleite espiritual aos seus membros”, os goeses podiam contar com a sua vontade de fazer tudo, quanto lhe fosse possível em prol da sua terra, “imprimindo às [suas] palavras na Assembleia Nacional não o brilho da frase mas o ardor da [sua] convicção e trabalhando também incansavelmente fora dela”. Mas, o seu compromisso para com os goeses não se limitaria ao facto de ser eleito, pois caso não o fosse estaria, mesmo assim, ao serviço do seu país⁹⁹. O programa da lista Loyola-Figueiredo, apresentado por Vicente João de Figueiredo, refletia a convicção por parte dos candidatos de uma alteração da legislação colonial em resultado do pós-guerra. Datado o programa de 27 de outubro de 1945, apesar da proximidade do fim da guerra e de três dias após da entrada oficialmente em vigor da Carta das Nações Unidas, os candidatos esperavam que o novo paradigma do mundo se refletisse na política colonial portuguesa o que permitiria satisfazer as aspirações dos goeses.

No mesmo dia, 8 de novembro, mas no jornal *O Herald*, surge um comunicado, datado de 30 de outubro, de Francisco Xavier Furtado, candidato da lista Poi-Furtado. Neste comunicado o candidato afirmava que, após 20 anos em que as vozes de Goa não foram ouvidas na Assembleia, vinha expor as razões pelas quais se julgava “fazer chegar até ao coração dos filhos de Portugal os anseios e as aspirações que fazem, palpitar o coração dos filhos da Índia”. Apresentando-se como um homem do Povo, cuja única herança era o trabalho, defendia que por isso conhecia bem os efeitos das leis que o regia. Por isso, considerava-se o mais capaz de exprimir os sentimentos e os desejos do eleitorado, conhecendo por experiência própria as suas condições de vida e como “dar o remédio” aos seus problemas. Assumindo um discurso populista, afirmava que não eram os eloquentes discursos na Assembleia que lhe davam o verdadeiro conhecimento da situação local, mas o contacto com o povo¹⁰⁰.

O *Bharat* comentando sobre a lista Poi-Furtado, considerava que esta, “não possuindo no seu activo elementos concretos e palpáveis, que convençam o eleitorado de que saberão levar a efeito, seguramente, o que estampam nos seus manifestos publicados dentro e fora do país, não podem”, segundo o jornal, “inspirar confiança a esse eleitorado” pois “não comprovaram, todavia, a sua *tenacidade parlamentar*”. Esta lista mais tarde desistirá, assim como a lista de Costa-Azevedo, ficando apenas as listas

⁹⁹ “À Índia Portuguesa – Aos Excelentíssimos Eleitores”, in *Bharat*, 8 de novembro de 1945, n.º 31, ano XXX, p. 1. Ver Anexo 1 - “À Índia Portuguesa – Aos Excelentíssimos Eleitores”.

¹⁰⁰ *O Herald*, 8 [10] de novembro de 1945, Ano XLVI, p. 1.

de Cunha Gonçalves-Melo e Loyola-Figueiredo. Com a desistência das 3 listas e excluindo o *Bharat* o apoio à lista Cunha Gonçalves-Melo, o jornal, a três dias das eleições, manifestava que a única lista em que os candidatos reuniam os requisitos para exercer “condignamente” o papel de deputado “interpretando o sentir e traduzindo as necessidades do povo desta terra” era a lista de Loyola-Figueiredo¹⁰¹.

As eleições realizaram-se e, como de início tinham sido apresentadas cinco listas, estas foram classificadas de A a E. No entanto apenas duas listas, a A (Oposição) e a D (Regime) apresentaram-se ao sufrágio. Interessante é observar que, enquanto na Metrópole a oposição, através do MUD, desistiu da participação no ato eleitoral, apelando à abstenção, no círculo do Estado da Índia, a situação foi diferente. A lista da oposição, a A, a de Loyola-Figueiredo não desistiu e, segundo os resultados oficiais ainda teria obtido 2.493 votos. Vitoriosa a lista D, como deputados do Estado Português da Índia foram eleitos: Luiz Cunha Gonçalves e Indalêncio Froilano de Melo.

Quadro 1

Resultados do Ato Eleitoral de 18 de novembro de 1945 no Estado Português da Índia

Candidatos		Votos	Votos nulos	Resultados
Lista A	José Inácio Loyola	2.493	-	2.493
	Vicente João de Figueiredo			
Lista D	Indalêncio Froilano de Melo	6.894	2	6.892
	Luís da Cunha Gonçalves			

Fonte: *Acta do apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado da Índia*, in AHP/Secção XXX/Cx. 7/n.º 108, pp. 56-59.

Para José Inácio de Loyola, candidato da oposição, da lista A, “the electoral farce of 18th November took away the last hopes that the people of this land had in democracy” (Loyola cit. in SHIRODKAR, 1994: 1), pois o modo como decorreram as eleições levantou interrogações e desconfiança sobre a sua legitimidade. Em dezembro de 1945, José Inácio de Loyola e Vicente João de Figueiredo, em denúncia dos processos de fraude enviaram ao Ministério das Colónias um telegrama de protesto pela

¹⁰¹ “Acto Eleitoral – Palavras Finais”, in *Bharat*, 15 de novembro de 1945, n.º 32, ano XXX, p. 1 (itálico no original).

proclamação dos candidatos eleitos, Luiz Cunha Gonçalves e Froilano de Melo, pelo Estado da Índia, pelo facto de, em algumas secções, os boletins da lista dos signatários terem sido substituídos pelos da lista vencedora, noutras tendo sido lidos os nomes dos candidatos proclamados em vez dos nomes dos signatários, “sendo ainda numa rasgada boletins [da] lista signatária” assim como teriam sido “impedidos de votar eleitores afectos à lista dos signatários”¹⁰². Segundo Shirodkar, “it was an election which was manoeuvred and manipulated by the government with the help of a few businessmen, the landlords and the members of legal and medical professions” (1988: 36).

Quando José Silvestre Ferreira Bossa, governador-geral do Estado Português da Índia (1946-1947)¹⁰³, chegou a Goa, os efeitos da luta política por ocasião das eleições para deputados, de novembro de 1945, ainda se faziam sentir mencionando no seu relatório que “venceu a lista da União Nacional, mas em rescaldo ficaram ressentimentos e ódios, levados até aos tribunais” (BOSSA, 1965: 399-400). Na mesma

¹⁰² Telegrama enviado por Vicente João Filomeno de Figueiredo e José Inácio de Loyola, de Belgaum, 1 de dezembro de 1945, in AHU/584/1H/MU. Em virtude deste telegrama, os poderes dos Deputados Indalêncio Froilano de Melo e Luiz da Cunha Gonçalves pelo círculo do Estado da Índia só foram reconhecidos a 12 de dezembro de 1945, na sessão n.º 9 da IVª legislatura, pois, tendo conhecimento a Comissão de Verificação de Poderes “de um telegrama, vindo da Índia, em que se denunciavam irregularidades de vária ordem praticadas durante o acto eleitoral, sem que, no entanto, se exhibissem quaisquer provas que demonstrassem a sua veracidade”, e só então possuindo a ata da assembleia de apuramento do círculo da Índia, considerava que “a acta autêntica da assemblea de apuramento faz referência aos protestos e reclamações contra muitas daquelas irregularidades e também aos fundamentos por que foram julgados procedentes ou improcedentes. A acta convence de que, mesmo a reconhecer-se a verdade de certos factos apontados, não seria atingido o resultado da eleição”, in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 9, ano de 1945, 13 de dezembro, p. 82. Segundo a ata de apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo círculo do Estado da Índia os protestos apresentados em algumas secções de voto de que “tomaram parte da mesa cidadãos que não eram eleitores”, ou de que tinham sido encontradas “nas urnas listas viciadas”, foram, todos eles, considerados improcedentes. O mesmo se passou com o protesto de que se haveria verificado “que o número de listas entradas na urna era inferior em duas unidades ao número de descargas constantes dos cadernos”. Segundo a ata, a mesa resolveu não atender ao protesto, pois “o que consta em termos de apuramento são as listas e não as descargas”. É ainda mencionado que além destes protestos foi apresentado um outro protesto do mandatário da Lista A, Tomaz Prisónio Furtado, em que, “vaga e imprecisamente se refere a factos não provados acerca da forma como decorreram as operações eleitorais, pelo que esta mesa julgou não dever tomar em consideração”, in *Acta do apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado da Índia*. AHP/Secção XXX/Cx. 7/n.º 108, pp. 56-59.

¹⁰³ A chegada a 27 de maio de 1946, do último governador-geral civil, segundo António Bruto da Costa, gerou expectativas em Goa pois quando José Bossa exercia o cargo de diretor da Administração Política e Civil e secretário-geral do Ministério das Colónias apresentara ao 2º Congresso da União Nacional em 1944, uma memória em “que recomendava um superior grau de descentralização político-administrativa do Estado da Índia” (COSTA, 2013: 60). Reproduzindo as palavras de José Bossa: “(...) Nestas condições, cremos que apenas Angola e Moçambique correspondem tipicamente ao conceito de colónia. Só generalizando este conceito e deformando o seu sentido etimológico, se tem aplicado a outros territórios. Ao menos para a Índia e Macau é totalmente impróprio. Na Índia, existe, e já existia, à data da descoberta e conquista uma antiquíssima civilização, de certo diferente da nossa, mas que não era todavia uma civilização inferior. Ali encontramos e tivemos de submeter ao nosso domínio uma sociedade já organizada politicamente e, por isso, logo desde o estabelecimento desse domínio reconheceu a este país a categoria política de Estado!” (*A Vida*, 12 de março de 1947, cit. in COSTA, 2013: 167).

altura, “o cônsul britânico não tinha dúvidas em considerar, a propósito das eleições para a Assembleia Nacional portuguesa, que o eleitorado de Goa era predominantemente «anti-salazarista» e «anti-Governo»” (cit. in OLIVEIRA, 2006: 82)¹⁰⁴.

A restrição das liberdades individuais semeava o desejo da mudança e “in March 1946, influenced by Gandhi's «Quit India» movement the Goa Congress Committee asked the Portuguese rulers to «Quit Goa»” (RISBUD, 2002: 86)¹⁰⁵. Na sua visita oficial à Câmara Municipal de Salsete, José Bossa, após a sua tomada de posse como governador-geral, ouviu nas palavras de Bruto da Costa¹⁰⁶ as razões do descontentamento do povo goês. Entendia Bruto da Costa que, por erros administrativos

¹⁰⁴ Carta do Major M. O. A. Baig, em Nova Goa, para o subsecretário do Governo da Índia no Departamento de Assuntos Externos, em Nova Deli, 1 de novembro de 1945.

¹⁰⁵ “This emerging consciousness among nationalist Goans is citable in an article entitled «Indian Nationalism» which appeared in *Bandra Review*, a magazine published by the Bandra Goan Institute in Bombay. It observed «Now with the awakening of the national sentiment, the younger generation of Catholics is developing the consciousness of their Indian origin and of the disadvantage of remaining alien to Indian thought and culture»: It further stated that the first duty of the catholic community was to encourage the youth to be conscious of the Indian nationality and to create an atmosphere, which can «develop the real patriotic spirit»” (RISBUD, 2002: 83). “Resolution passed by the Goa Congress Committee during its general meeting on 3rd March 1946. «Although Goa has no further support except India because Goa is only a point on the map of India, even then you cannot forget that Goa is bound to Portuguese Imperialism by chains of physical bondage and separating us from our Indian brethren by that foreign Portuguese Government, a government that is small headed, without conscience and that is ready to hold our hearts for its own needs. This wicked Raj that has gone on for 436 years has made us forget our own consciousness and our past history. This bad fortune of ours has now to be thrown off far. Looking at the whole of India we should make efforts to free our motherland from foreign domination and we Goans should go forward in this task and to march henceforth hand in hand with our Indian brothers and to free our motherland Goa from the Shackles of slavery and that of the whole of India, for unless we achieve freedom we cannot have any improvement in our land. So we say to the Portuguese Government: Quit India—Quit Goa, Damaun and Diu and give into our hands the administration of Government. Goa Congress Committee prays to all our brethren in India as well as outside India to give all possible support in this most important task». No. 17/P. of 1946. Dated the 29th April, 1946”. “The Bharat Jyoti, dated 14th April 1946”, in “Source Material for a History of the Freedom Movement Goa Freedom Struggle Vis-A-Vis Maharashtra (1946-1960)” Vol. VIII, Part I, p. 51, *Gazetteers Department*. Disponível em: <https://cultural.maharashtra.gov.in/english/gazetteer/VOL-VIII-PART-I/Home.html> (consulta realizada a 20 de agosto de 2014). O movimento “Quit Índia” foi lançado em 1942.

¹⁰⁶ António Anastácio Bruto da Costa (1902-1984) nasceu em Goa, Salsete, Margão. Lutou ao longo dos anos pela autonomia de Goa dentro do Império Português, em contínuas tentativas em garantir as reformas administrativas e financeiras de acordo com as aspirações legítimas de Goa. Escreveu várias vezes a Salazar dando a conhecer os seus pontos de vista sobre o Ato Colonial e posteriormente sobre o Estatuto Político. Segundo Constantino Xavier, Bruto da Costa “dedicated his life to a cause forgotten by both Indian and Portuguese historiographies. They bring to light a third force that, prior to 1961, refused both Portuguese colonialism and Indian nationalism by fighting for autonomy and possibly also independence. His papers focus on his battle against Salazar's authoritarian Estado Novo regime and its infamous «Acto Colonial» (1930) through which Goan civil servants were systematically replaced by their metropolitan white colleagues in an attempt to «renationalize» Goa, and Goans downgraded from full citizens to the racial categories of «assimilated» or «indigenous». This abrogated the unprecedented civic liberties and local autonomy that Goans had enjoyed since the Republican Revolution of 1910”. XAVIER, Constantino (2014). “Goa's forgotten third force: António A. Bruto da Costa (1902-1984)”, in *Goanet Reader*. Disponível em: <https://www.mail-archive.com/goanet-news@lists.goanet.org/msg03864.html> (consulta realizada a 10 de setembro de 2014).

de uma administração por vezes incompetente e desorientada, por “estatutos e preconceitos legais eivados de princípio de lesa justiça e de lesa humanidade, cerceamento das grandes liberdades por que se batem todos os povos dignos [e por] preconceitos sociais” que fora criado um estado “de dissociação moral entre os dois povos irmãos, parte integrante um do outro” (Costa cit. in COSTA, 2013: 74-75).

As vozes de preocupação ecoavam. Marcelo Caetano, então ministro das Colónias, era alertado para a situação de desagrado que se vivia em Goa, através de uma carta, datada de 5 de maio de 1946, do deputado Froilano de Melo, escrita em sequência de ter recebido um recorte com a notícia em que se lia a “situação internacional indiana e os seus reflexos na nossa Índia merecem a máxima atenção”. Froilano alertava da existência em Bombaim do *Goa Congress Committee* que insultava Portugal e se mexia a agitar as massas: “Há por toda a Índia jornais nacionalistas que cantam o *slogan*: Quit Goa!, a simile [sic] do Quit India!” (Melo, cit. in CAETANO, 2006: 609). Para Marcelo Caetano a ameaça a Goa surge quando o *Times of India*, de 2 de maio de 1946, publica o telegrama de resposta do Partido do Congresso ao *Goa Congress Committee*, afirmando que “a independência indiana quer dizer a independência de toda a Índia, na qual não pode haver lugar para o domínio estrangeiro. O vosso desejo de se reunirem à Mãe-Pátria (a nascente União Indiana) é compreensível e é natural. O Congresso não vos esquecerá quando chegar a oportunidade de agir” (cit. in CAETANO, 2000: 608).

Já antes, a 16 de janeiro de 1946, Froilano de Melo, na sua primeira intervenção na Assembleia Nacional, “A voz da Índia”, exteriorizou o sentimento do povo goês. Tendo chegado Froilano de Melo a Lisboa em vésperas do Natal, referia que a “Índia de hoje”, pedia-lhe que fosse o “avatar moderno daqueles antepassados (...) que iam ao túmulo de Afonso de Albuquerque pedir-lhe justiça e bradar em altos gritos: Levanta-te, que se perde o que ganhaste”. Para Froilano de Melo, era necessário estar atento a alguma legislação colonial que tem sido a origem das diferentes reações, pois:

“se a gente da minha geração, mais conhecedora da alma amorável da Nação, não vê em certas dissonâncias que não condizem com o sentimento igualitário, temo e justiceiro da gente portuguesa mais que desvios momentâneos que a própria natureza da alma nacional se encarregará de dissipar, na alma da gente moça, mais revolta, mais explosiva ao sabor dos tempos, se vai firmando a convicção de que se vai criando, no

que respeita ao tratamento que a Índia merece hoje à metrópole, uma espécie de dissociação entre o Estado Português e a Nação Portuguesa”¹⁰⁷.

Froilano de Melo considerava seu dever informar a Assembleia Nacional que “à nossa roda lavra o incêndio. Massas revoltas hindus e muçulmanas cantam na Índia Inglesa o Quit India nas estrofes de Bande Matharam”, e por essa razão dispusera-se a interromper a paz serena da sua carreira científica para, na Assembleia Nacional, repetir “o brado dos meus antepassados: Levanta-te Capitão, que se perde o que ganhaste!” Recordava, ainda a lealdade da Índia Portuguesa e a sua aspiração de ser parte integrante do Estado Português, “na plena fruição dos deveres e direitos que competem aos filhos de Portugal”¹⁰⁸.

Na Assembleia Nacional, pela voz de Froilano de Melo era manifestada a preocupação que os acontecimentos da vizinha Índia tivessem consequências irreversíveis num povo que, cada vez mais demonstrava o seu descontentamento com o regime e, reclamava um novo Estatuto Político onde fosse reconhecido a igualdade de direitos.

2.2.1. “O povo português pede o mesmo em Portugal e da mesma forma como o povo de Goa pediu”¹⁰⁹

Será o dia 18 de junho de 1946 que determinará o desenvolvimento da luta em Goa. Quinze dias após a chegada do governador-geral, José Bossa, realizou-se em Margão, uma manifestação organizada por Ram Manohar Lohia¹¹⁰, membro do *Congress Socialist Party* (CSP) e destacado ativista do movimento de independência indiano. O comício num esforço de ação concertada contra a presença colonial

¹⁰⁷ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 15, ano de 1945, 17 de janeiro de 1946, p. 197. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

¹⁰⁸ *Ibidem*, pp. 198-199.

¹⁰⁹ “Aclarando o ambiente - A razão de ser do movimento de Margão”, in *Bharat*, 4 de julho de 1946, n.º 14, ano XXXI, p. 4.

¹¹⁰ Ram Manohar Lohia (1910, Akbarpur, Índia – 1967, Nova Deli) participou em 1934 no *Congress Socialist Party* (CSP), fundado naquele ano como um grupo de esquerda dentro do *Indian National Congress*.

portuguesa em Goa, reuniu pela primeira vez católicos e hindus. Convidado pelo seu amigo Julião Menezes¹¹¹ a passar uns dias em sua casa, Lohia chega a Goa a 10 de junho. A notícia da sua presença foi espalhada por toda Goa quando Evágrio Jorge, antes de se dirigir para Assolna para visitar Lohia, comunicara através de *O Herald* a sua chegada e, no dia seguinte, divulgava as suas notas biográficas¹¹². A casa de Julião Menezes passou a ser um local de paragem inevitável para os goeses que, vivendo num território onde as liberdades eram limitadas, desejavam saber mais. Por lá passaram, Purushottam Kakodkar e Vasant Kare, membros do *Goa Seva Sangh*; Dionísio Ribeiro, António Sequeira, editor do jornal *A Voz da Índia*, e ainda, José Inácio de Loyola e Vicente João de Figueiredo (MENDES, 1989: 175-176). Estes encontros despertaram a vontade de uma ação direta contra o regime português tendo sido agendado um comício para o dia 18 de junho em Margão¹¹³.

Chegando a Margão e decidido a fazer um discurso Lohia foi imediatamente interrogado pela polícia. Segundo as palavras de Rama Hegde:¹¹⁴

“he was approached by Administrator Capt. Miranda who objected to Lohia’s desire of addressing the meeting. Lohia asked «Why?» Miranda replied, «You are a foreigner». «I am a Indian and this is a part and parcel of India. I am here and I will be here». Miranda said, «You are under arrest, come on.» Lohia said, «I am going to speak to my people». Miranda said, «No you cannot». Lohia said, «I will». Then Lohia was arrested and taken to police station” (Hegde cit. in SAMARTH, 1985:11).

A prisão de Lohia marcará não só o início de um conjunto de detenções nos meses seguintes, como também de uma nova fase de luta dos goeses, pois apesar da ausência “of any political organisation in Goa, over 5.000 people are reported to have attended the meeting, which was the largest that had ever taken place in that small town

¹¹¹ Julião Menezes (1909, Assolna-Salsete – 1980, Bombaim). Estudou em Goa até terminar o liceu e licenciou-se em medicina na Universidade de Berlim. Foi em Berlim que travou conhecimento com Ram Manohar Lohia, uma vez que estudava na mesma Universidade e participaram na *Indian Student’s Union*. Quando Julião Menezes regressou a Goa em 1938, fundou o *Club Juvenile* de Assolna mas as suas ideias progressistas determinou o seu encerramento, desiludido parte para Bombaim, onde fundou em 1939 o *Gomantak Praja Mandal*. LEITÃO, Lino (2003) “Dr Julião Menezes (1909-1980)”, in *The Goan Forum*. Disponível em: <http://www.colaco.net/1/leitaoDrJuliao.htm> (consulta realizada a 30 de agosto de 2014).

¹¹² GOAN OBSERVER PRIVATE LIMITED, 2010: 3.

¹¹³ Segundo Evágrio Jorge: “Purushottam Kakodkar, contrary to what others said, asserted that a direct action could yield results in Goa. He was sure of it. There was nothing to discuss. Fix the date and chalk out the programme”, in *Ibidem*, p. 4.

¹¹⁴ Rama Krishna Hegde (Margão-1912), cirurgião. Ativo participante no movimento de 18 de junho de 1946 foi, também, um dos líderes do movimento *Sanghatna Samiti*.

up to that time” (GAITONDE, 1987: 28). Segundo a informação da PIDE, as reuniões nesse dia e nos dias seguintes serão frequentes. A casa do advogado Francisco Paula Ribeiro foi um dos locais de encontro entre António Xavier Gomes Pereira, Bruto da Costa, José Inácio Loyola, Fernando Menezes Bragança, Cunha António Sequeira [sic], Caxinata Damadora Naique, Narinava Damadora Naique, Sambari, Bombi Naique, Balcrisna Sinai Sunctancar e Ramã Egdó [sic]¹¹⁵.

À medida que a notícia da prisão de Lohia vai sendo conhecida, por um maior número de goeses, algumas posições passam a ser assumidas, o que levanta interrogações sobre a razão de ser do movimento iniciado a 18 de junho de 1946. O jornal *Bharat*, tentando clarificar o sentido do movimento, transcreve o artigo de Evágrio Jorge, “A razão de ser do movimento de Margão”, de 23 de junho, publicada em *O Herald*. Nesta notícia Evágrio Jorge considerava que o povo de Goa manifestara, de um modo ordeiro e disciplinado, o que lhe ia na alma para espanto dos governantes locais, pois estes, fechada a voz da imprensa e do povo, estavam “completamente alheios ao que se passava na alma de cada cidadão desta terra”, mas, como observava Evágrio Jorge, de repente, num momento súbito, “o povo, que sempre fora tímido, ele que sempre ruminara em silêncio”, disse o que queria. No entanto, a situação tornava-se grave pois os governantes “não souberam precisamente o que o povo quis com esse movimento”. Por isso seria do interesse do governo e do povo que a Censura permitisse a publicação “desses informes que com certeza vão aclarar o ambiente”. Desde logo, Evágrio esclarecia que os goeses queriam

“as liberdades públicas que numa democracia os povos merecem: liberdade de imprensa (sem depósitos prévios, com [sic] censura, etc.); liberdade de expressão pela palavra falada e escrita, liberdade de reunião sem dependência da autorização prévia das autoridades; liberdade de associação sem necessidade de aprovação de estatutos pelo governo; e finalmente um Governo representativo com Conselho do Governo, Corpos Administrativos, etc, eleitos pelo povo”.

Relembrava, ainda, que o povo não atacava a soberania portuguesa, não falava de independência e não desacatava as leis fundamentais. Por isso, o que tinha

¹¹⁵ Folha solta - Informação recebida com ofício confidencial, de simples remessa, n.º51/56, de 24 de março de 1956, da subdelegação em Goa, in ANTT/PIDE-DGS – António Anastácio Bruto da Costa – SC/SR 1338 - NP 2745, p. 103. O nome indicado nesta informação da PIDE como Cunha António Sequeira deverá ser o de António Sequeira Cunha, assim como o de Ramã Egdó deverá ser o de Rama Hegde.

acontecido no dia 18 de junho de 1946 não se diferenciava muito do que se passava em Portugal pois “o povo português pede o mesmo em Portugal e da mesma forma como o povo de Goa pediu”. Acrescentava que, era necessário “que a Índia e os indianos não sejam desprestigiados na sua terra, que nos discursos e cerimónias oficiais não se [nos] ofendam”, para que “os nossos legítimos brios de indianos, a nossa história, os nossos costumes, as nossas tradições, que os indianos de qualquer parte da Índia que eles sejam, tenham o direito de amar a sua terra (Índia)”¹¹⁶. Por sua vez, o *Bharat* considerava que o movimento de Margão tinha sido súbito e espontâneo, “nem premeditado nem organizado”, o que significava que ninguém estava autorizado a “atribuir-lhe o *móbil*”¹¹⁷. Ele não teve um resultado prático pois não era da “esfera do governo provincial a modificação ou abolição da legislação restritiva em vigor no Império Colonial português” mas sim da esfera da Assembleia Nacional, ou seja, “depende de Portugal e não deste Estado a outorga de todos essas liberdades públicas”. Concluindo que não valia “a pena gastar aqui em vão o latim e o fósforo”¹¹⁸.

Atentos ao que se passava em Goa, da Índia surgiam as palavras de encorajamento para a luta iniciada pelos goeses na conquista das liberdades e para estes não recearem o Governo português. Gandhi, no jornal *Harijan*, esclarecia que, apesar de a política de Lohia diferir da sua, “In a free India, Goa cannot be allowed to exist as a separate entity in opposition to the laws of the state” (Gandhi cit. in GAITONDE, 1987: 29), apesar de o Congresso Indiano, como primeira reação aos acontecimentos, encarar que “ce qui se passe à Goa, c’est aux Goanais d’en décider” (Gandhi cit. in BÈGUE, 2007: 139), considerando, deste modo, Goa como uma terra estrangeira. José Bossa, governador-geral, por seu lado, indignado com as palavras de Gandhi e após ter dado conhecimento ao ministro das Colónias, Marcelo Caetano, escreveu a Gandhi, manifestando que desconhecia qual o chefe político “que se tenha permitido intrometer-se assim na vida interna de outra soberania”, classificando, deste modo, a declaração de Gandhi como uma interferência na vida interna de uma outra nação¹¹⁹.

Tendo em consideração as palavras de Gandhi, para Hegdó Dessai, diretor e proprietário do jornal *Bharat*, era importante estar atento ao momento de mudança política no território vizinho que terá o seu natural reflexo “no nosso paiz, [Goa] que,

¹¹⁶ “Aclarando o ambiente - A razão de ser do movimento de Margão”, in *Bharat*, 4 de julho de 1946, n.º 14, ano XXXI, p. 4.

¹¹⁷ “À margem do movimento”, in *Bharat*, 4 de julho de 1946, n.º 14, ano XXXI, p. 1 (itálico no original).

¹¹⁸ “Aclarando a aspiração”, in *Bharat*, 4 de julho de 1946, n.º 14, ano XXXI, p. 1.

¹¹⁹ “Carta de S.E. o Governador Geral a M. Gandhi”, in *Bharat*, 1 de agosto de 1946, n.º 18, ano XXXI, p. 1.

certamente procurará definir a sua aspiração política”. Por isso, num meio com manifesta heterogeneidade de castas, raças, religiões, partidos e interesses, as opiniões dividir-se-ão, tornando-se necessário que “as cabeças pensantes de todos os sectores dessa heterogeneidade do paiz auscultem, primeiramente, o verdadeiro e genuíno sentir popular deste Estado e sondem, *pari passu*, o ânimo dos governantes e estabeleçam, depois de comum acôrdo, um plano político em que se salvaguardem os legítimos interêsses de tôdas as fôrças vivas desta terra, garantindo-se-lhes o livre gôso de tôdas as liberdades cívicas”¹²⁰.

Para o jornal naquele momento era indispensável “a criação de uma atmosfera de franqueza e sinceridade entre os governantes e governados, para que se compreendam mutuamente e para que se respeitem mutuamente”. Por isso perante a necessidade do momento, o *Bharat* noticia que, “graças à orientação praticamente tolerante de Sua Excia. o Dr. Bossa pode a imprensa do país exprimir o seu pensamento à vontade”, enquanto que no período que antecedeu à chegada do novo governador não lhes “foi permitido o mais ligeiro desabafo”¹²¹. Desde logo, o jornal começava por esclarecer que discordava com a atitude de alguns indivíduos darem “*morras* a Portugal e aos portugueses” e das “expressões desprimorosas à Nação e ao Povo português”, considerando estas atitudes “*selváticas* porque traduzem maus instintos”. Pois, para o jornal, se desejavam que o seu país e o povo fossem prósperos e felizes, deveriam “da mesma forma desejar que não só sejam prósperos e felizes os portugueses e Portugal, mas também todos os países e todos os povos deste mundo”¹²². Por isso, a 1 de agosto, na notícia intitulada “Em pratos limpos”, era defendida a ideia que se deveria auscultar “escrupulosamente, a opinião pública, sonde-se a vontade dos governantes e, só depois, se defina a forma ou o sistema político-administrativo deste Estado”, devendo existir um “espírito retintamente democrático que presida a todas as operações e a todos os actos, que determinarão ou fixarão a vontade popular do povo e do poder constituído deste Estado”¹²³.

Mas as opiniões divergiam. Pedro Correia Afonso, no jornal *A Vida*¹²⁴, de 4 de julho de 1946, publica um artigo com o título “Inquietude goesa – Falou o Mahatma...”, em que, referindo-se às declarações de Lohia nos jornais indianos de língua inglesa,

¹²⁰ “Momento presente”, in *Bharat*, 11 de julho de 1946, n.º 15, ano XXXI, p. 1

¹²¹ “Necessidade do momento”, in *Bharat*, 18 de julho de 1946, n.º 16, ano XXXI, p. 1

¹²² “Aclarando a atitude”, in *Bharat*, 18 de julho de 1946, n.º 16, ano XXXI, p. 1 (itálico no original).

¹²³ “Em pratos limpos”, in *Bharat*, 1 de agosto de 1946, n.º 18, ano XXXI, p. 1.

¹²⁴ O diário *A Vida* foi fundado em 1938 por Sales da Veiga Coutinho, Pedro Correia Afonso, Francisco Correia Afonso, António Colaço, A.F. Peregrino da Costa.

considerava que, “conhecida como é a companhia em que o sr. Lohia andou por estas partes, é lícito deduzir quanta malícia, quanta desonestidade mental, quanto sectarismo apaixonado condimentou picantemente as informações que lhe deram”. Reconhecendo, contudo, Pedro Correia Afonso que naquele momento da história de Goa ao povo goês faltava a liberdade de expressão, no entanto o “Governo Português, ao contrário dos governos contra os quais – na Índia como em África – Gandhi teve de se insurgir, nunca inspirou medo” (Pedro Correia Afonso cit. in COSTA, 2013: 67). O artigo do jornal *A Vida* leva o *Bharat* a considerar, a 18 de julho, “que se estamparam falsas referências insultuosas aos Drs. Lohia, Julião Menezes e Tristão de Bragança Cunha cujo passado de homens públicos só encerra lições cívicas, cujo alto alcance os *vidistas* hipócritas e ambiciosos estão muito longe de aquilatar”¹²⁵.

Passados dias, a 28 de julho, por iniciativa de José Inácio de Loyola e de Vicente João de Figueiredo, realizou-se um novo comício em Margão tendo sido deliberado solicitar ao Governo da República que fosse concedido um Estatuto Político especial à Índia, de acordo com a declaração do ministro Marcelo Caetano “que reconheceu ser este um Estado e não uma Colónia”. Para José Inácio de Loyola e Vicente João de Figueiredo era urgente que os “homens públicos” se focalizassem na necessidade de se unirem “pondo de parte as suas rivalidades pessoais e as suas mesquinhas questiúnculas”¹²⁶. Do comício resulta uma reclamação que, sintetizada por Vicente João de Figueiredo, é publicada no *Bharat*. Nesta reclamação, segundo a notícia, era solicitado:

“1º A autonomia administrativa e financeira com um Conselho Legislativo, com competência exclusiva para a organização do orçamento de receitas e despesas, criação e eliminação de impostos, organização dos quadros de funcionários públicos e a fixação de seus vencimentos e, de um modo geral, para a regularização da vida económica deste Estado.

2º Que quaisquer medidas a serem promulgadas pelo Governo Central fiquem dependentes da audição e voto favorável do Conselho Legislativo;

3º Que a promulgação do Estatuto Político se tenha em vista a moção de Conselho do Governo constante na acta n.º 10 [19], da sessão de 4 de julho de 1930 que deverá acompanhar a representação, que em consequência do deliberado nesta reunião, se fizer aos poderes públicos da metrópole”¹²⁷.

¹²⁵ “Bom proveito”, in *Bharat*, 18 de julho de 1946, n.º 16, ano XXXI, p. 2.

¹²⁶ “O comício de Margão”, in *Bharat*, 8 de agosto de 1946, n.º 19, ano XXXI, p. 1.

¹²⁷ “O comício de 28 de julho de 1946”, in *Bharat*, 8 de agosto de 1946, n.º 19, ano XXXI, p. 1. A Moção do Conselho do Governo referida na reclamação será a constante na ata n.º 19, da sessão de 4 de julho de 1930 e não da ata n.º 10, pois essa refere-se à sessão do dia 11 de fevereiro de 1930. Nessa sessão de 4 de

A promulgação de um Estatuto Político para o Estado Português da Índia, onde fosse consagrada a autonomia administrativa e financeira passa a ser a palavra de ordem. Contudo, nem todos os goeses apoiavam os métodos de luta. Sobre a proposta aprovada no comício, que exprimia a vontade de o povo dirigir o seu destino e, em que se pedia ao Governo a autonomia política, administrativa e financeira, o Congresso Goês entendia que não se devia criar a ilusão “de que só com pedidos se ganha o que se quer. É preciso que se faça sentir a força que vai atrás do pedido”¹²⁸. O boletim do Congresso Goês, possivelmente de julho e início de agosto, refere-se apenas a esta ala do movimento nacionalista goês encabeçado por Purushottam Kakodkar, herdeiro da secção goesa do *Goa Congress Committee* depois de ter sido desfilado pelo *Indian National Congress*.

Na verdade, as notícias tardavam a chegar a Portugal. Relativamente às manifestações em Goa, o silêncio era total na imprensa metropolitana. O *Avante!*, o órgão oficial do PCP, em março de 1947, pronuncia-se pela primeira vez sobre o comício do 18 de junho em Margão e dos acontecimentos subsequentes. Tendo sido o único órgão de comunicação em Portugal a noticiar tais acontecimentos em Goa informava que as reclamações dos goeses limitavam-se às liberdades essenciais (de associação, de imprensa e de reunião) e que não colocavam na lista das suas reclamações o direito à livre separação. No entanto, é de ressaltar que o jornal colocava entre parêntesis que seria legítimo o povo goês reclamar o direito à livre separação, mas sublinhava que os dirigentes do movimento goês não colocavam a hipótese da integração de Goa no resto da Índia. Pela primeira vez, o PCP tomava posição sobre a

julho foram tecidas as mais violentas críticas ao Ato Colonial e a parte eleita do Conselho do Governo declarou o seguinte: “1º A Índia Portuguesa não renuncia ao direito, que tem os povos, de atingirem a plenitude da sua individualidade, até virem a constituir-se unidades capazes de dirigir os seus destinos, visto ser um direito originário, da sua essência orgânica. 2º Preconiza que, mantendo-se a organização unitária do Estado Português, estabelecida na Constituição Política da República. a) Não haja, entre a Metrópole e as Províncias Ultramarinas discriminação dos direitos e garantias individuais, expressos no artigo 3º e seus números, da Constituição e se mantenha a representação da Índia no Congresso da República. b) O regime[n] de descentralização administrativo e autonomia financeira das Províncias Ultramarinas seja restabelecido nos termos definidos nos artigos 67º B e 67ºF, da Constituição, como ponto de partida para instituições representativas de mais larga acção. c) Seja restabelecido na Índia o princípio de maioria eleita no mais alto corpo deliberativo do país, sendo reconhecida a intervenção dessa maioria, por meio de seus representantes, na função especial «exame» e do «visto» do ordenamento de despesas e das contas da gerência. Sala das Sessões do Conselho do Governo, 4 de Julho de 1930 – (as) Luís de Menezes Bragança – A.X. Gomes Pereira – Cipriano da Cunha Gomes- Narana A.X. Bandocar”, in *República Portuguesa – Conselho do Governo do Estado da Índia, Actas*, Ata n.º 19, 4 de julho de 1930, pp. 279-280.

¹²⁸ “Boletim do Congresso Goês – O comissio de ontem”, [final de julho e início de agosto de 1946] cit. in SHIRODKAR, 1996: 37. Por lapso o comunicado do Congress Goês apresenta como data da realização do comício o dia 8 de julho de 1947-46 mas este foi realizado 28 de julho de 1946. Ver Anexo 2 – Boletim do Congresso Goês – “O Comissio de ontem”.

questão de Goa. Apoiando a luta dos goeses pelas liberdades essenciais e considerando legítimo o facto de reclamarem pelo direito à livre separação, denota-se alguma reserva por parte do Partido, em apoiar a integração de Goa no resto da Índia, pois para o PCP essa situação, “não seria a melhor defesa dos interesses dos povos indianos”¹²⁹.

2.2.2. “A política colonial terrorista do salazarismo afasta Goa de Portugal”¹³⁰

A possibilidade de poder “expressar o seu pensamento à vontade”, como noticiado a 18 de julho de 1946, no jornal *Bharat*, foi fugaz. Pois já em telegrama de 6 de julho o governador-geral, José Bossa, informava Marcelo Caetano, ministro das Colónias que, com os últimos acontecimentos, considerava conveniente perante a delicada posição à beira da “convulsão” vizinha, manter uma atitude calma: trabalhar no sentido de melhorar os ramos da administração e resolver os problemas económicos para assim assegurar o “contentamento geral da população”, sem deixar de tornar “endémica” a ação dos agitadores. José Bossa apesar de achar que qualquer ação mais forte podia provocar a imediata “reação [nos] meios políticos além fronteiras”, interrogava o ministro no sentido da conveniência de “submeter quatro ou cinco agitadores que só vivem desta profissão a Tribunal Militar” considerando obrigatório o envio dos “condenados” para Lisboa, pois “a sua permanência [na] prisão aqui [Goa] seria altamente explorada para mais agitação”¹³¹. Desconhecendo a resposta do ministro, pelas fontes consultadas, poderemos concluir que esta foi ao encontro da sugestão de José Bossa, pois as prisões não se fizeram esperar. Tristão de Bragança Cunha foi preso a 30 de junho de 1946, por participar na reunião de Margão, e apesar de ter sido libertado no mesmo dia foi de novo detido a 12 de julho, seis dias após o telegrama de José Bossa a Marcelo Caetano. Julgado pelo Tribunal Militar Territorial, a 24 de julho foi sentenciado a 8 anos de prisão e suspensão dos direitos políticos por 15 anos e, mais tarde foi deportado para Portugal a bordo do navio *Lourenço Marques*.

¹²⁹ “O terror fascista em Goa - O Salazarismo - Afasta Goa de Portugal”, in *Avante!*, VI série, n.º 99, março de 1947, p. 1.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ Telegrama do governador-geral do Estado da Índia ao ministro das Colónias, 6 de julho de 1946, in ANTT/AOS/CO/UL 10A, pp. 248-249.

Conhecida a sentença, o Congresso Goês propôs que o próximo dia 4 de agosto fosse considerado o dia de Tristão de Bragança Cunha, com a realização de reuniões e de “procissões com slogans pedindo liberdade de T.B. Cunha e dando vivas a ele” (SHIRODKAR, 1996: 37)¹³². Quando chegou a Peniche, como Tristão de Bragança Cunha recorda, “I was there the only Indian, all my companions being Portuguese” (1961: 528)¹³³.

Pouco depois foi a vez de José Inácio de Loyola, julgado e sentenciado pelo crime contra a segurança do Estado, na sequência de um artigo publicado no *Free Press Journal*¹³⁴, de 22 de setembro. Nesse artigo, Loyola defendera que a liberdade de pensamento, de reunião e associação são liberdades fundamentais inseparáveis da personalidade humana. Julgado no Tribunal Militar Territorial, a 11 de novembro de 1946, foi condenado a 4 anos de prisão e 15 anos de suspensão de direitos políticos. No seu auto de averiguações afirma que, apesar de ser “simpatizante com o movimento iniciado” por Lohia no que respeita ao estabelecimento das liberdades cívicas, “quanto às reuniões não autorizadas que se realizaram subsequentemente e em que a questão das liberdades cívicas serviu de capa ou pretexto para um movimento tendente à desagregação do Império Colonial Português”, era como afirma, “absolutamente contrário às ideias e ao pensamento que essas reuniões presidiram”. José Inácio de Loyola recordou, ainda, que no seu discurso de 25 de novembro de 1932, os seus sentimentos patrióticos ficaram definidos percebendo-se, segundo as suas palavras que era “apaixonadamente amigo de Portugal e orgulhoso da qualidade de cidadão português” (Loyola cit. in COSTA, 2013: 70-71). Deportado para a prisão de Peniche, a

¹³² Ver Anexo 3 - “Boletim do Congresso Goês - Em protesto da injusta penalidade ao sr. TRISTÃO BRAGANÇA CUNHA”.

¹³³ Tendo sido o primeiro preso político goês a ser deportado para Portugal esteve preso alguns dias na cadeia do Aljube e depois foi enviado para a cadeia no Forte de Peniche. Em virtude da amnistia de 1950 foi libertado nesse ano, permanecendo em Portugal com residência fixa em Lisboa. Em 1953, aproveitando as cerimónias de coroação da rainha Isabel II de Inglaterra, pediu passaporte para aí se deslocar via Paris. Utilizando o seu primeiro e último nome “António Cunha” foi-lhe concedido passaporte e visto francês, embarcando a 1 de maio de 1953 no paquete francês *Lavoisier* e “it was only when he was already on board the French ship, which was to take him to France, that an agent of PIDE discovered that all their vigilance had been of little value” (BRAGANZA, 1992: 13). Apesar de interdito de sair do país, por ofício de 10 de dezembro de 1951, pelo Ministério do Ultramar, a sua ficha foi aberta com o nome de Tristão, conduzindo ao erro de considerar o apelido como nome próprio, por isso, quando este se apresentou com o nome de António, não foi levantado qualquer problema, in ANTT/PIDE –DGS - Purushotham - SC/PC 978/51, NP 6496, pp. 7, 9, 26. Após algumas semanas em Paris, com o seu irmão Francisco de Bragança Cunha, chegou à Índia em setembro de 1953 (BRAGANZA, 1992: 13).

¹³⁴ *Free Press Journal*, jornal diário indiano em língua inglesa, fundado em 1930, por Swaminathan Sadanand, de acordo com “A. R. Desai, The *Free Press Journal* was a strong supporter of the Indian National Congress's «demand and struggle for Independence» from Great Britain”, in Swaminathan Sadanand, Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/S._Sadanand (consulta realizada a 15 de julho de 2015).

14 de dezembro de 1946, foi-lhe concedida liberdade condicional por sentença do tribunal a 10 de janeiro de 1950.

Do movimento iniciado a 18 de junho de 1946 surge a necessidade de uma organização política que pudesse assegurar a continuação da luta. A 18 de agosto de 1946, foi formado em Londa o *National Congress* (Goa), NC(G), pois “the nationalist activities began with the greater strength” (RISBUD, 2002: 32). O NC(G) surgiu pela influência de Ashok Mehta, líder socialista de Bombaim, ao tornar possível a união entre o grupo *Sanghatna Samiti*, mais conhecido pelo *Gomantak Congress*, encabeçado por Rama Hegde¹³⁵, e o *Goa Congress*, encabeçado por Purushottam Kakodkar, que, apesar de terem os mesmos objetivos, funcionavam independentemente, fruto de conflitos pessoais. Risbud defende, no seu estudo, que o:

“Mahatma Gandhi, who had systematically backed Goa's struggle for restoration of basic civil rights, admonished the Goan leaders on their lack of copartnership. He reiterated that this was not the time for the activists to indulge in personal wranglings that would rupture the united efforts. He said, «There should be no political parties struggling for attaining power and position, where the goals and means are common, different parties have no meaning»” (2002: 105).

Formado o NC(G) na reunião de 17-18 de agosto em Londa, a comissão executiva presidida por Rama Hegde criou uma delegação em Bombaim, chefiada pelo advogado S.B.D'Silva, de modo a promover o movimento entre os goeses que habitavam em Bombaim. Decididos a organizar e começar o movimento, ficou assente o início dos *Satyagraha*¹³⁶, “when one was arrested, then another person should do the *satyagraha* and likewise the cycle should go on” (Hegde cit. in SAMARTH, 1985: 13). O que para Peter Alvares “adoption of the method of *satyagraha* itself showed that the

¹³⁵ Os outros membros eram Laxmandrao Sardessai, Balkrishna Borkar, Narayan Prabhu Bhembre, Venketesh Vaidya e Vasant Kare.

¹³⁶ Segundo Gandhi, *Satyagraha* “Truth (satya) implies love and firmness (agraha) engenders and therefore serves as a synonym for force. I thus began to call the Indian movement Satyagraha, that is to say, the Force which is born of Truth and Love or non-violence, and gave up the use of the phrase «passive resistance», in connection with it, so much so that even in English writing we often avoided it and used instead the word «satyagraha» itself or some other equivalent English phrase”. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Satyagraha> (consulta realizada a 8 de agosto de 2016). “Política de resistência não violenta, incluindo boicotes económicos e greves de fome, desenvolvida por Mohandas Gandhi, como meio de pressão que levasse à reforma política. A palavra *satyagraha* vem do sânscrito e significa «força da verdade»” (SELECÇÕES READER'S DIGEST, 1999: 580).

National Congress (Goa) had accepted the historic traditions of the Indian National Congress” (Alvares cit. in RISBUD, 2002: 107)¹³⁷.

Se o objetivo inicial do movimento se prendia com a restauração das liberdades civis negadas pelo regime de Salazar o NC(G) tornou-se, com o aumento da repressão, num movimento que passou a defender a integração de Goa, Damão e Diu na União Indiana por meios não violentos¹³⁸. Segundo Gaitonde “the clashes between the demonstrators and the police brought home to the people of Goa that they did not even enjoy freedom to express their views peacefully” (1987: 29) o que levou que, durante vários dias homens e mulheres iniciassem marchas expressando a sua vontade de liberdade, mas obtendo como única resposta mais repressão. Considerados os acontecimentos em Goa, pelo governo, como sendo um possível perigo para a soberania portuguesa, foram enviadas tropas especiais africanas para Goa¹³⁹, como foram, ao longo do ano de 1946, efetuadas novas prisões de membros da oposição goesa: George Vaz, Evágrio Jorge, assim como Laxmikant Venkatesh Bhembre¹⁴⁰ e Rama Krishna Hegde¹⁴¹. Havia sido decidido pelo *National Congress* (Goa) que Rama Hegde “offered

¹³⁷ Peter Alvares nasceu em Bardez, em 1908. Participou no movimento *Quit India* de 1942, tendo sido preso por 2 anos. Foi “one of the foremost leading workers of the Praja Samajwadi Paksha (the Praja Socialist Party)” e mais tarde participou na luta pela libertação de Goa. Em 1952 tornou-se vice presidente do *National Congress* (Goa) exercendo o cargo de Presidente de 1953 a 1955 (RISBUD, 2001: 230).

¹³⁸ “In 1949, the National Congress (Goa) while adopting its constitution, proclaimed its objective as «the attainment, through peaceful means, of freedom from foreign rule and the entry of Goa into the Indian Union on the basis of selfdetermination»” (RISBUD, 2002: 79).

¹³⁹ O jornal *Bombay Chronicle*, de 27 de julho 1946, dá conhecimento de uma notícia de Lisboa: “the Portuguese Minister for Colonies said last night that the Portuguese Government is sending a warship to Goa in Portuguese India, where a passive resistance movement by the Goa Congress Committee began over a month ago. The Minister added that the statement that Portuguese authorities in Goa were using African Negro troops to put down the resistance movement was «exaggerated». One company of Negro troops numbering 120 men from Lourenço Marques in Mozambique (Portuguese East Africa) were normally stationed in Goa, the Minister declared. He said that Portuguese troops would not be sent to Goa yet”. “Warship To Cope With Goa Resistance”, *Bombay Chronicle*, 27th July 1946, in Source Material for a History of the Freedom Movement Goa Freedom Struggle Vis-A-Vis Maharashtra (1946-1960)” Vol. VIII, Part I, p. 60, *Gazetteers Department*. Disponível em: <https://cultural.maharashtra.gov.in/english/gazetteer/VOL-VIII-PART-I/Home.html> (consulta realizada a 20 de agosto de 2014).

¹⁴⁰ Laxmikant Venkatesh Bhembre, (Sanguém-1906) foi um dos líderes do movimento *Sanghatna Samiti*, mais tarde denominado *Gomantak Congress*, “which was secretly creating political consciousness in Goa” (SHIRODKAR, 1986: 25). Julgado pelo Tribunal Militar Territorial, foi sentenciado a 4 anos de prisão no exílio, deportado para a prisão de Peniche, a 14 de dezembro de 1946, mas em virtude da amnistia de 1950, a Lei 2.039 de 10 de maio, foi libertado nesse ano. Impedido de sair de Portugal, esteve sob vigilância policial em Lisboa, até 19 de dezembro de 1961, data em que foi novamente preso. Permaneceu na prisão de Caxias até 15 de abril de 1962, tendo-lhe sido posteriormente permitido o seu regresso à Índia (SHIRODKAR, 1986: 25-26).

¹⁴¹ Rama Krishna Hegde (1912-Salsete), cirurgião. Julgado a 5 de dezembro de 1946, foi sentenciado a 8 anos de deportação e 15 anos de suspensão de direitos políticos. Foi libertado por ordem do Tribunal Militar Territorial do Estado da Índia no ano de 1950, em virtude da amnistia, a Lei 2.039 de 10 de maio de 1950, mas impedido de regressar à Índia. Foi novamente preso em 1955 por seis meses com

Satyagraha at Madgaon on 18th October 1946, as the President of Satyagraha Committee. While reading publicly his speech in Marathi, in Madgaon he was arrested on the charges of instigating the public to defy the regime with the ultimate aim of ending foreign dominion and for distributing the pamphlets with the general appeal signed by him as the President of National Congress (Goa)” (SHIRODKAR, 1993: v)¹⁴². Purushottam Kakodkar¹⁴³, foi preso também na noite de 9 de agosto de 1946 em Margão, acusado de ter falado em público sem permissão, no dia 21 de junho, de ter incentivado a população a lutar pela conquista da liberdade, de ser o líder do cortejo realizado no dia 23 de junho pelas ruas da cidade, lançando slogans como “Down with Portugal”, “Jai Hind” e de ter pendurado a bandeira do *Indian National Congress* numa árvore junto à Câmara Municipal (SHIRODKAR, 1996: 33-36). Com sentenças impostas pelo Tribunal Militar Territorial de Goa, funcionando como Tribunal Militar Especial do Estado da Índia, de 4 a 9 anos de prisão, suspensão dos direitos políticos por 15 anos. Exceto George Vaz e Evágrio Jorge, foram todos deportados para Peniche, a bordo do navio *Bartolomeu Dias*, a 14 de dezembro de 1946, pois a sua “presença no Estado da Índia se tornava inconveniente”¹⁴⁴. De igual modo, em dezembro de 1947, foram presos Vinayak N. Mahenkar, Pandurang Purushottam Shirodkar, Shri Guilherme D'Souza Ticló, Nilkanth Manguesh Karapurkar, Narayan Naik, Mukund Kamat Dhakankar, Jawant Kunde e Sanjgiri. Eram acusados de tentativa de estabelecer a comissão central do NC(G) em Goa, visando ação clandestina. Julgados pelo Tribunal Militar Territorial foram sentenciados a 15 anos de prisão, tendo sido todos eles, exceto Sanjgiri, deportados para Forte Roçadas, localizado na província de Cunene, em

Purushottam Kakodkar, tendo-lhe sido permitida a saída de Portugal, permaneceu em Lisboa até 16 de maio de 1956 (SHIRODKAR, 1993: v).

¹⁴² Ver Anexo 4 - “Nacional Congresso (Goa) APELO”, Belgaum, 17 de outubro de 1946.

¹⁴³ Purushottam Kakodkar (Quepem-1913) participou no movimento *Quit India* no período de 1942-1945. Preso a 9 de agosto de 1946, foi sentenciado, a 27 de setembro, a 9 anos de prisão no exílio. Foi libertado por ordem do Tribunal Militar Territorial do Estado da Índia em virtude da amnistia, a Lei 2.039 de 10 de maio de 1950, mas impedido de regressar à Índia. Foi novamente preso em Lisboa em 1955 com Rama Hegde, ficando preso durante 6 meses tendo-lhe sido permitida a saída de Portugal. Chega à Índia a 16 de maio de 1956, com Rama Hegde, mas, regressando a Goa, é de novo preso em 1957 e 1961 (SHIRODKAR, 1986: 148-149).

¹⁴⁴ Chegados a Portugal, seguiram para o “depósito de Presos de Caxias, ficando no regime de isolamento” por ordem do Inspetor Adjunto Hipólito, 5 de janeiro de 1947. Folha solta, in ANTT/PIDE-DGS - Purushotham Kakodkar – SC/PC 25/47 - NP 4911, pp. 2-3. Nesse mesmo dia, surge a notícia no jornal *República* sobre os Crimes políticos nas colónias informando que “um decreto publicado ontem pela pasta das Colónias estabelece que são da competência dos tribunais militares territoriais o conhecimento, instrução e julgamento das infracções previstas dos artigos 163º a 176º do Código Penal na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 35.015, de 15 de outubro de 1945, que diz respeito a crimes políticos”. “Crimes políticos nas Colónias”, in *República*, 5 de janeiro de 1947, ano XXXVI, II série, n.º 5811.

Angola. Lutando todos eles pela liberdade de Goa, os seus pensamentos políticos quanto ao futuro de Goa eram diferentes: Rama Hegde, Laxmikant Venkatesh Bhembre, Purushottam Kakodkar, eram favoráveis à separação de Goa do Império Colonial Português (COSTA, 2013: 73), assim como Vinayak N. Mahenkar, Pandurang Shirodkar, Shri Guilherme D'Souza Ticló, Nilkanth Karapurkar e Sanjiri. Em face desta situação de maior repressão, anos mais tarde em 1949, Telo de Mascarenhas, “a member of the Working Committee of NC(G) (Bombay Branch) appealed to Salazar to free political prisoners, to withdraw expeditionary forces, restore civil liberties and concede the attainment of full independence” (Telo cit. in SHIRODKAR, 1988: 68).

Perante as prisões em Goa ao longo do ano de 1946, o PCP denuncia a “política do salazarismo como uma política de opressão e como uma política contrária aos próprios interesses do povo e da nação portuguesa”. Alertava que não era “sufocando os anseios democráticos do povo da Índia Portuguesa” ou mantendo “sistemas racistas e medievais de colonização”, que se estreitavam os laços entre Portugal e Goa para criar condições para “amizade e união entre o povo português e o povo indiano”. Para o PCP, a “política colonial terrorista do salazarismo afasta Goa de Portugal, cria ódios contra a nação portuguesa, gera futuras dificuldades e é assim uma política antinacional”¹⁴⁵.

Froilano de Melo, deputado da Assembleia Nacional pelo círculo do Estado da Índia, encontrando-se em Goa quando do comício de 18 de junho de 1946, escreve a Marcelo Caetano informando-o dos acontecimentos e remetendo por mala aérea uma série de recortes de jornais com a declaração de Nehru de “que Goa e a Índia francesa são pimples (borbulhas numa cara limpa) a que não vale a pena ligar importância e que desaparecerão num instante”. Apreensivo com as palavras de Nehru, pois “se provocaram hilaridade” nos jornalistas causaram em Goa um “certo pânico na população portuguesa”, principalmente porque corria o rumor que após a independência da Índia as terras portuguesas seriam “rendidas, without a shot, à fome dentro de uma semana!” Froilano de Melo perante tais notícias, não só lamentava o silêncio dos cônsules portugueses em corrigir as informações erradas, como considerava que, perante esta situação, caso a Assembleia Nacional estivesse em funcionamento, pediria “que o Governo esclarecesse a nossa posição no meio do embróglio [sic] indiano”,

¹⁴⁵ “O terror fascista em Goa - O Salazarismo - Afasta Goa de Portugal”, in *Avante!*, VI série, n.º 99, março de 1947, p. 1.

referindo a necessidade de uma ação diplomática calma e ponderada, “d’acordo com a França e a Inglaterra (esta, se ainda tiver aqui prestígio)”¹⁴⁶.

Regressando à vida parlamentar, a primeira intervenção de Froilano de Melo, após a reabertura dos trabalhos parlamentares será dominada pelos acontecimentos em Goa. Perturbado, questiona-se sobre “qual o futuro que está reservado à nossa pequenina Índia Portuguesa, perdida no seio desse enorme colosso, que, ostensivamente, sem metáforas nem eufemismos, pela boca dos seus leaders [sic], declara que nos quer absorver?” Pois, como observa Froilano de Melo, o que se passava em algumas das localidades de Goa: “Não é uma revolução aberta, ostensiva, de braços que lutam; é uma revolta recalcada, subterrânea, de mentes que se envenenam”, e o “povo na metrópole desconhece a força do movimento que domina as massas da grande Índia”. Para Froilano de Melo, enquanto a imprensa na Metrópole “tem-se ocupado muito pela rama da convulsão política e social que ameaça ruir a personalidade da Índia Portuguesa”, a imprensa indo-britânica preconiza pela boca dos seus líderes a unificação da Índia livre¹⁴⁷. Froilano de Melo classificava o momento que se vivia como grave. Já antes, a 16 de janeiro de 1946, no seu primeiro discurso na Assembleia Nacional, Froilano de Melo demonstrara preocupação com a repercussão em Goa dos acontecimentos no território vizinho, informando os deputados na Assembleia Nacional “à nossa roda lavra o incêndio. Massas revoltas hindus e muçulmanas cantam na Índia Inglesa o Quit India nas estrofes de Bande Matharam [sic]”¹⁴⁸. Passados seis meses sugeria que o Ministério das Colónias tomasse medidas para que fosse enviado pelo governo de Goa ao Ministério, por mala aérea, recortes de jornais anglo-indianos - *Times of Índia*, de Bombaim, *Statesman*, de Calacutá, *Hindu*, de Madrasta – e, ainda, de um ou outro jornal extremista. Sugeria, ainda, que pusesse a imprensa da Metrópole em contacto com o que se passava em Goa, assim como com a evolução da política indiana, pois para Froilano de Melo “temos de lutar unidos em frente única - um por todos, todos por um - no momento que passa!”¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Carta de Froilano de Melo a Marcelo de Caetano, Goa, 17 de julho de 1946, in ANTT/AOS/CO/UL 10A, p. 676 (sublinhado no original).

¹⁴⁷ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 59, 29 de novembro de 1946, pp. 17-25. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

¹⁴⁸ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 15, ano de 1945, 17 de janeiro de 1946, pp. 197-199. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

¹⁴⁹ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 59, 29 de novembro de 1946, pp. 17-25. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

Não querendo Froilano de Melo encerrar a sua intervenção sem dar o seu contributo para solucionar o problema que a Índia Portuguesa atravessava relembrava, de novo, a necessidade que se expurgasse da legislação tudo quanto possa constituir

“vexame ou melindre para os portugueses do Oriente. Em política e sociologia não há diplomas imutáveis; há adaptações inteligentes! Se a concepção actual do Império Colonial Português comanda que os nossos territórios do ultramar sejam vazados num molde único, com dor vos digo, a Índia corre o risco de se perder. Urge que se publique um Estatuto Político Indiano que dê à Índia uma situação de perfeita igualdade com as províncias metropolitanas”¹⁵⁰.

Passados dias, numa nova sessão na Assembleia Nacional, Froilano de Melo observava que deveria ser incluído, no Estatuto Político para o Estado Português da Índia:

“uma démarche perante o nosso venerando Presidente da República para que no dia em que se decretar o estatuto político especial para a nossa Índia S. Ex.^a cubra com o manto do seu perdão os desvairados que saíram do caminho do dever, a fim de que nesse dia solene se lance uma esponja de olvido no passado e os goeses que se deixaram infectar pela vaga da loucura que teve guarida em almas transviadas e, por instantes, anormalmente receptivas regressem aos seus lares para viverem em paz à sombra da bandeira igualitária que simboliza a alma portuguesa”¹⁵¹.

A intervenção de Froilano de Melo será enaltecida pelo *Bharat* que, congratulando-se pela sugestão formulada pelo deputado no sentido de serem

¹⁵⁰ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 59, 29 de novembro de 1946, pp. 17-25. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014). Foi ainda apresentada pelo deputado Marques de Carvalho e com a assinatura dos deputados Quelhas Lima e Froilano de Melo, a seguinte moção: “A Assembleia Nacional, ouvida a exposição sobre a situação na Índia Portuguesa feita pelo ilustre Deputado Prof. Froilano de Melo: 1.º Afirma a sua confiança nos princípios da justiça, e do direito das nações a serem respeitadas na sua integridade e na inviolabilidade do seu território; 2.º Saúda o Estado da Índia, que há mais de quatro séculos faz parte da Nação Portuguesa; 3.º Reafirma os sentimentos de fraternidade que ligam os portugueses de todo o Mundo aos seus irmãos indo-portugueses, que, dentro e fora da Pátria, têm elevado o nome de Portugal pela sua cultura e comum sentido de grandeza da Nação; 4.º Assegura ao Governo e ao governador-geral do Estado da Índia todo o apoio na sua acção em defesa dos superiores interesses nacionais”. Marques de Carvalho [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão *Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 59, 29 de novembro de 1946, p. 25. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

¹⁵¹ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 61, 10 de dezembro de 1946, p. 201. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

amnistiados os envolvidos e os condenados pela agitação, entendia que o projeto da regulamentação logo que fosse elaborado deveria “ser submetido à apreciação da opinião representativa do povo desta terra, tomando-se, depois em consideração o *verdictum* dessa apreciação”¹⁵². O jornal *Bombay Chronicle*, também dedica algumas linhas à intervenção de Froilano de Melo: “Meanwhile, Dr. Froilano de Melo has suggested in a recent speech in the National Assembly that the new statute for Goa should be signalized by granting of amnesty to political prisoners and the appointment of an Ambassador for Portugal at New Delhi-A.P.I.”¹⁵³. O *National Congress* (Goa) atento, aos debates na Assembleia Nacional não deixa de lembrar a Lisboa as suas convicções na questão do Estatuto Político. Pandurang P. Shirodkar, secretário do *National Congress* (Goa), preso no forte de Aguada em Goa, sugere ao deputado Froilano de Melo que, “while deciding upon the political future and with a view to convincing the Goans that their desires, hopes and aspirations will have the full scope in the new set-up, the Government of Portugal should proclaim immediately the right of self-determination to the citizens of Portuguese territories in India” (SHIRODKAR, 1988: 53).

As palavras de Froilano de Melo proferidas na Assembleia Nacional parecem ter sido ouvidas e, a 16 de dezembro de 1946, em sessão extraordinária do Conselho do Governo, o governador-geral informa que “está autorizado por Sua Excelência o Ministro das Colónias a comunicar que o governo da Metrópole está disposto a propor à Assembleia Nacional um novo Estatuto para o Estado Português da Índia e aguarda que sejam concretizadas as aspirações locais”, caso único em todo o território português. Nessa sessão do Conselho do Governo foi nomeada uma comissão composta por Álvaro Henrique de Gouveia e Melo (diretor da Administração Civil), o Cónego Castilho de Serpa do Rosário Noronha, António Anastácio Bruto da Costa, Vinaeca Coissoró e Francisco Pinto de Menezes, que entendeu publicar um aviso nos jornais convidando a população a apresentar sugestões para o trabalho. Reunidas as sugestões, foi elaborado um projeto de Bases¹⁵⁴. Dessa proposta estabelecia-se que na Base I “O Estado da Índia goza de autonomia administrativa e financeira e de descentralização e rege-se na

¹⁵² “Estatuto Político da Índia”, in *Bharat*, 2 de janeiro de 1947, n.º 39, ano XXXI, p. 1.

¹⁵³ “National Standard, dated 4th January 1947 - A Nationalist's Criticism” in Source Material for a History of the Freedom Movement Goa Freedom Struggle Vis-A-Vis Maharashtra (1946-1960)” Vol. VIII, Part I, p. 84, *Gazetteers Department*. Disponível em: <https://cultural.maharashtra.gov.in/english/gazetteer/VOL-VIII-PART-I/Home.html> (consulta realizada a 20 de agosto de 2014).

¹⁵⁴ Ata do Conselho do Governo de 16 de dezembro de 1946, cit. in COSTA, 2013: 165.

plenitude das suas funções por intermédio dos órgãos jurisdicionais próprios” (Costa cit. in COSTA, 2013: 98). Uma cópia oficial desse projeto foi entregue por Bruto da Costa aquando da sua passagem por Lisboa, na sequência da viagem de regresso das cerimónias de canonização em Roma de S. João de Brito, a 22 de julho de 1947, ao ministro das Colónias, Teófilo Duarte. Nessa mesma altura os vogais do Conselho do Governo que integravam a delegação do Estado da Índia, Bruto da Costa, Cónego Castilho de Noronha, Pedro Correia Afonso e Francisco de Menezes, foram recebidos por Salazar. Durante a audiência, Salazar querendo conhecer a situação que se vivia em Goa, questiona-os “«desde quando este mal-estar em Goa?»» Com a habitual espontaneidade e franqueza, Bruto da Costa respondeu-lhe: «Desde o famigerado Acto Colonial», reforçando o “que o agravo era tanto mais grave porque «V.Exa. transformou-nos em objecto de posse»” (Costa cit. in COSTA, 2013: 100-101).

Aloysius Soares¹⁵⁵ tendo sido convidado pelo cônsul de Portugal em Bombaim a participar nas cerimónias em Roma, foi também recebido pelo ministro das Colónias quando da sua passagem por Lisboa. Na sua obra *Down the corridors of time*, referindo-se ao encontro de Bruto da Costa com o ministro das Colónias, demonstra as dificuldades existentes na conciliação dos objetivos para o futuro de Goa. No encontro que Aloysius Soares teve com o ministro, tendo enviado previamente um “rascunho” que havia preparado de uma possível Constituição para Goa, Aloysius Soares demonstrou a sua preocupação quanto ao futuro de Goa, pois Nehru não aceitaria com a independência da Índia que continuassem a existir áreas de domínio estrangeiro, por isso para este “the question was how the transfer could be made”. Segundo Aloysius Soares era de interesse de todos os partidos que esta “transferência” fosse realizada pacificamente, uma vez que “Portugal was in a position to secure for Portuguese India an honourable position in the India federation with full internal autonomy, and also safeguard her cultural and material interests including compensation for the railway and other debts”, sugerindo ao ministro que, antes de qualquer negociação para a transferência, fosse concedido aos territórios portugueses na Índia um Estatuto de autonomia, como o que Aloysius Soares havia preparado e previamente enviado ao ministro. Mas, para surpresa de Aloysius Soares, pois havia conversado durante a viagem com Bruto da Costa sobre o seu projeto e nada lhe foi comentado, o ministro

¹⁵⁵ Aloysius Soares (1891-1971) nasceu em Ucassaim, Bardez. Editor de dois jornais, *The Week* e o *Goan Tribune*, órgão oficial do *Goan Liberation Council*, grupo que pretendia agrupar os diferentes grupos nacionalistas goeses (VAZ, 1997: 262-264).

informou-o que “as for autonomy he said that members of the Goa Council had also submitted proposals, wich were apparently more his liking”. Concluindo Aloysius Soares que “they probably thought I woul reject it off-hand” e “anyhow a scheme wich pleased the Portuguese Government would not be worth looking at by those who prized real freedom and self-government” (1971: 395-397).

O debate sobre a proposta de um novo Estatuto para o Estado Português da Índia foi também recordado por Marcelo Caetano, no seu livro *Minhas Memórias de Salazar*. Segundo Caetano, Froilano de Melo teria sugerido:

“que se estudasse um estatuto especial para essa parcela venerável de Portugal, sugestão que aceitei. Recomendei ao Governador Geral Dr. José Bossa a constituição de uma comissão que fosse largamente representativa para estudar o novo Estatuto. A comissão formou-se, reuniu, discutiu, e quando saí do Governo ainda estava, e esteve largo tempo, a debater como deveria ser o Estatuto, sem que tivesse chegado a qualquer conclusão, julgo eu” (CAETANO, 2000: 609).

Contudo, como já referimos, foi entregue ao ministro das Colónias uma cópia oficial desse projeto a 22 de julho de 1947, mas nessa altura Marcelo Caetano já não desempenhava funções como ministro das Colónias, tendo sido o seu sucessor Teófilo Duarte a receber o projeto¹⁵⁶. Por esse motivo Marcelo Caetano descreve nas suas memórias que quando saiu do Governo ainda não se havia chegado a qualquer conclusão sobre o projeto de Estatuto.

Sobre a proposta de Froilano de Melo de uma amnistia que “cubra com o manto do seu perdão os desvairados que saíram do caminho do dever”¹⁵⁷, apesar de não podermos acrescentar alguma informação sobre se esta foi motivo de discussão, contudo podemos referir que, passados 4 anos, pela Lei 2.039 de 10 de maio de 1950, foram amnistiados os crimes políticos e as faltas disciplinares da mesma natureza, o que permitiu que os goeses julgados por questões políticas e que foram deportados para Portugal, tivessem as suas penas de prisão diminuídas e fossem libertados nos finais de 1950, apesar estarem impedidos de sair de Portugal.

¹⁵⁶ Teófilo Duarte iniciou as funções como ministro das Colónias a 4 de fevereiro de 1947, tendo Marcelo Caetano assumido a presidência da Comissão Executiva da União Nacional.

¹⁵⁷ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 61, 10 de dezembro de 1946, p. 201. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

Mesmo com uma opinião pública controlada e manipulada pela censura os goeses, um ano antes de proclamada a independência da Índia, exteriorizaram a sua discordância com a política colonial e o *Bharat*, não se afastando da sua linha editorial, informara não só nas primeiras páginas do jornal como ao longo de diversos números os acontecimentos em Goa, de modo a esclarecer “politicamente e promover, tanto quanto possível o esclarecimento daqueles que por ignorância, falta de elementos ou desinteresse, se mantêm alheios à vida pública do seu País”¹⁵⁸.

Se quando das eleições de 1945 para a Assembleia Nacional, o *Bharat* exteriorizou a sua vontade na realização de verdadeiras eleições e que estas não fossem “uma mera ficção mister”¹⁵⁹, passado um ano voltou, o jornal, a desempenhar um papel fundamental na disseminação dos princípios democráticos. Defendendo os interesses do povo goês pretendeu não só informar, de modo a clarificar os goeses o motivo do movimento de 18 de junho de 1946, como também, atendendo ao tempo em questão e às alterações políticas na Índia, fomentar a construção do debate político sobre o futuro do Estado Português da Índia. Sem nunca referir a posição de subalternidade que o Ato Colonial colocara os goeses, pois limitado pela censura ao que podia ser “legalmente” reivindicado dentro de Goa, o *Bharat* através das suas páginas procurou reclamar as liberdades públicas e recordar a necessidade de ouvir a opinião pública e a vontade dos governantes para que se pudesse definir a forma ou o sistema político-administrativo do Estado da Índia. Consciente que as decisões políticas competiam ao governo de Lisboa, o *Bharat* ao exteriorizar a vontade dos goeses na promulgação de um novo Estatuto Político para o Estado Português da Índia, onde fosse consagrada a autonomia administrativa e financeira conseguiu fazer chegar a voz dos goeses à Assembleia Nacional. Porém as palavras de Froilano de Melo, noticiadas pela imprensa colonial, não tiveram eco na imprensa metropolitana. O silêncio fora total e a população na Metrópole estava desligada do que se passava em Goa. Apenas o *Avante!*, em virtude da sua clandestinidade noticiava, passados mais de nove meses, os acontecimentos em Goa.

¹⁵⁸ Maria Lamas, “De povo para o povo. «A consciência política»”, in *República*, n.º 6937, 1 de abril de 1950, p. 1.

¹⁵⁹ “Verdade, verdadeira”, in *Bharat*, 25 de outubro de 1945, n.º 29, ano XXX, p. 1.

2.2.3. “Goa para os goeses”¹⁶⁰

A primeira fase do movimento *satyagraha* mobilizado sobre Goa continuou sobretudo até finais de 1946 e princípios de 1947¹⁶¹, mas a divisão do movimento em várias frentes políticas diminuiu a sua força assim como a prisão de todos os que desafiavam o regime enfraqueceu a união. Após 1946, surgiram um conjunto de movimentos, todos sediados em Bombaim mas com apoios clandestinos no território de Goa: o *Azad Gomantak Dal*, fundado a 18 de junho de 1947; *Goan People's Party*, organização de esquerda fundada em 1949, tendo como membros entre outros George Vaz, Divakar Kakodkar, Berta de Menezes Bragança¹⁶² e Gerald Pereira; *United Fronts of Goans*, fundado em 1950 por Francis Mascarenhas e Waman Desai; *Goan Liberation Council*, fundado por Aloysius Soares. Apesar de os vários grupos como o *Goan Liberation Council* e o NC(G), partilharem a ideologia de Gandhi de não-violência existiam outros grupos, como o *Azad Gomantak Dal*¹⁶³, que recorriam ao uso da força, como o ataque às tropas portuguesas, na luta contra o regime (SCHOLBERG, 1982: 398)¹⁶⁴.

A 29 de janeiro de 1947, Froilano de Melo na Assembleia Nacional denuncia, mais uma vez, o desagrado do povo goês para com as medidas de restrição das liberdades. As suas palavras evidenciavam que o clima de tensão em que viviam os goeses era cada vez maior, mencionando um telegrama que havia recebido ter sido

¹⁶⁰ Informação da Polícia Geral das Colónias para o chefe de Gabinete do ministro das Colónias, 14 de setembro de 1948, in AHU/186/2G/MU/GM/Mç.1939-1948.

¹⁶¹ “A twelve day camp for training *Satyagrahis* for the resistance movement in Goa will be opened at Khanapur near Belgaum on January 13, Sreemati Kamaladevi and Dr. Ram Manohar Lohia are expected to stay in the camp. One hundred and twenty persons were arrested during December in connection with the Satyagraha movement in Goa, states the Goa National Congress”. “Bombay Chronicle, dated 13th January 1947. *Satyagrahis* for Goa. Training Camp to be opened at Khanapur—125 Arrests in December—Belgaum, January 11. (A.P.I.)”, in *Source Material for a History of the Freedom Movement Goa Freedom Struggle Vis-A-Vis Maharashtra (1946-1960)*” Vol. VIII, Part I, p. 86, *Gazetteers Department*. Disponível em: <https://cultural.maharashtra.gov.in/english/gazetteer/VOL-VIII-PART-I/Home.html> (consulta realizada a 20 de agosto de 2014).

¹⁶² Berta de Menezes Bragança (Margão-1911) filha de Luís Menezes Bragança, casada com António Furtado, membro do *Goa Committee* e do *Indian National Congress* desde 1929. Fruto da sua atividade política, foi para Belgaum juntamente com o seu marido, onde continuou o seu trabalho. Em 1952 foi Presidente do NC (Goa) de Belgaum.

¹⁶³ *Azad Gomantak Dal* em português significa “Partido Livre de Goa”. Depois de 1955 foi o responsável pelas atividades subversivas em Goa, fazendo entrar no território armas e munições.

¹⁶⁴ Outras organizações com uma ideologia mais revolucionária surgiram após a criação do *Azad Gomantak Dal*, como *Goa Liberation Army*, em 1956, de Urselino Almeida, Shivaji Desai, Augusto Alvares e Jaysingrao V. Rane, e *Quit Goa Organisation*, fundada por Janardan Shinkre em 1954 e 1955, respetivamente (NARAYAN, 2012: 58).

expedido da estação inglesa de Belgão. Nesse telegrama, António Maria da Cunha, fundador do jornal *Heraldo*, dava a conhecer a Froilano de Melo o Despacho do governador-geral, do dia 24 de janeiro de 1947, pelo qual, ao abrigo do Decreto 27.495, artigo 70º, se suspendia o jornal por 2 anos em virtude de um artigo que criticava o preâmbulo do orçamento. António Maria da Cunha solicitava a intervenção do deputado junto do ministro de modo a não ser homologada a decisão do governador. Froilano de Melo, desconhecendo que “matéria criminosa ou subversiva trataria esse artigo do *Heraldo* para provocar punição tão violenta”, erguia a sua voz na Assembleia Nacional em defesa do jornal e do seu diretor, António Maria da Cunha, um indo-português “de um portuguesismo nunca desmentido através da sua longa carreira”, e porque o *Heraldo*, “conquanto não seja um jornal político, é, pela sua compostura e correcção, o guia e o porta-voz da população cristã, e pró-portuguesa da nossa Índia”. Por este facto, pedia ao Ministério das Colónias um esclarecimento sobre este incidente¹⁶⁵. A voz de Froilano de Melo não será única na Assembleia Nacional. Luís da Cunha Gonçalves, o outro deputado eleito pelo círculo do Estado da Índia, sobrinho de António Maria da Cunha, fundador do jornal *Heraldo*, tendo apenas discursado no início da sua legislatura, quebrará o silêncio devido à suspensão do jornal *Heraldo*, pois “durante quarenta anos este jornal nunca foi acusado de antinacionalista ou de antiportuguês”¹⁶⁶. O artigo no *Heraldo* assinado por Álvaro Colaço¹⁶⁷, “A Pátina Secular da inércia”, relativo ao orçamento geral para esse ano, foi a razão da suspensão do jornal. Álvaro Colaço apontava a má administração, a má gestão e a má aplicação dos fundos públicos na estagnação dos territórios do Estado Português da Índia, pois “governos vieram e governos foram e a *Pátina secular da inércia* continua a cavar a ruína do país” (Álvaro Colaço cit. in COSTA, 2013: 78)¹⁶⁸. Cunha Gonçalves explicava que as considerações do governador-geral relativas ao orçamento haviam sido alvo de comentários de Álvaro Colaço porque a lei aprovada pelo Conselho do Governo não tinha prefácio, o qual mais tarde fora acrescentado pelo governador “à sucapa”. Referindo-se no prefácio o governador-geral à decadência do Estado Português da Índia o que Álvaro Colaço teria demonstrado no seu artigo “A Pátina Secular da inércia”, segundo Cunha Gonçalves, foi

¹⁶⁵ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 81, 30 de janeiro de 1947, p. 418. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

¹⁶⁶ Cunha Gonçalves [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 87, 12 de fevereiro de 1947, p. 520. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

¹⁶⁷ Álvaro Colaço, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa.

¹⁶⁸ Itálico no original.

que, se houvera inércia a responsabilidade, “não foi da colónia, mas dos governantes”, concluindo, assim, que Álvaro Colaço, ao afirmar “estas verdades não constitui injúria”, não havendo, por isso, qualquer expressão ofensiva para o Estado ou para com o Governador¹⁶⁹.

Os debates sobre a suspensão do *Heraldo* não se limitaram à Assembleia Nacional. Segundo Bruto da Costa, também foram enviados dois telegramas “para levar ao conhecimento do Governo de Lisboa” expedidos de Belgão. Um dos telegramas era da iniciativa dos vogais do Conselho do Governo sendo subscrito por Gomes Pereira, Pinto de Menezes e Vinaeca Sinai Coissoró e Bruto da Costa, não constando a assinatura do cónego Castilho de Noronha. O outro telegrama era assinado pelos diretores dos jornais: *A Vida*, Sales da Veiga Coutinho, *A Voz da Índia*, António Sequeira, e Hegdó Dessai, diretor do *Bharat* (COSTA, 2013: 79).

Passados meses, o ministro das Colónias, Teófilo Duarte, a 21 de março de 1947, escreve ao governador-geral, sublinhando que existia vantagem em prosseguir a política de apaziguamento de modo a não criar atritos que possam “perturbar [a] harmonia entre os poderes constituídos e quaisquer sectores [da] população” mas, atuando sempre nos casos flagrantes de desobediência ou que colocassem em causa a soberania portuguesa. Nesse espírito, o ministro informava que estava a ser examinada a reclamação apresentada pelo *Heraldo*, encarando a possibilidade de a resolver reduzindo o tempo de suspensão. Sugerindo que a medida poderia ser tomada por sugestão do governador-geral, ao ministro “fundamentando-se em insistentes pedidos que nesse sentido lhe hajam feito, em promessas de boa colaboração futura ou noutras

¹⁶⁹ Nesse prefácio o governador, referindo-se à decadência do Estado Português da Índia, cuja situação, segundo Álvaro Colaço, “ele foi encarregado de melhorar”, dizia o seguinte: “É a mesma pátina secular de inércia que se nota por toda a parte, nos monumentos do passado como nos elementos de vida económica e social do presente. Sintoma de estagnação é o facto de, agora como há dez anos, a circulação fiduciária manter-se à volta de 9 milhões de rupias (confrontem-se os balancetes do Banco Nacional Ultramarino publicados nos Boletins Oficiais de 29 de Janeiro de 1937 e de 12 de Dezembro de 1946), de onde resulta que, na média geral, cada habitante dispõe de 15 rupias, enquanto na Índia Britânica entre 400 milhões de habitantes circulam 12 biliões de rupias em notas do Reserve Bank, ou seja uma capitação de 30 rupias, e na metrópole idêntica capitação anda já perto de 1 conto”. Acrescentando que “apesar do exposto, há capitais paralisados em depósito no Banco e na Caixa Económica de Goa em valor superior a 30 milhões de rupias. Estes são os capitais inactivos. Dos activos não é possível saber ao certo o montante, principalmente daqueles que, em vez de fomentarem a riqueza do país, preferem alimentar a economia estranha e, pior do que isso, a voragem”. Cunha Gonçalves [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 87, 12 de fevereiro de 1947, pp. 520-522. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

razões que julgue convenientes”, pois a suspensão havia sido homologada pelo ministro¹⁷⁰.

A vigilância do governador-geral não se limitava ao *Heraldo*. Segundo José Bossa, Froilano de Melo teria enviado algumas cartas, tornadas públicas, aos seus “supostos amigos”, para obter “informações tendenciosas” acerca da situação em Goa, e com injúrias contra a sua pessoa¹⁷¹. Por isso o governador defendia junto ao ministro que Froilano de Melo não poderia continuar como chefe do Serviço de Saúde. Em resposta, o ministro recordava que Froilano de Melo atingiria em breve o limite de idade para a reforma e que podia ser demorado em Portugal até essa data sob qualquer pretexto, até ser “desligado do serviço”. O ministro recordava ainda ao governador que já quando da suspensão do *Heraldo* ter-se-á encarado um procedimento disciplinar contra Froilano de Melo mas fora considerado que “seria mais uma acha na fogueira”, pois a sua situação de deputado daria azo a “especulações externas servindo de pretexto para outras internas”¹⁷².

Os comportamentos do governador-geral geravam mal-estar. Na sua intervenção na Assembleia Nacional, Cunha Gonçalves considerava que se o “actual governador não for demitido imediatamente, ter-se-ão de suportar as consequências lamentáveis da sua nomeação. Ele só tem prejudicado na Índia a soberania de Portugal, tantas e tão grandes são as antipatias que ali tem criado para si e para a Nação que representa”¹⁷³. Na realidade é interessante verificar que, 2 anos mais tarde, quando da redação do relatório da sua governação no Estado da Índia, José Bossa vê várias frases retiradas por serem consideradas “inconvenientes quando se referia a diversas personalidades da Índia, cuja publicação iria irritá-las, e passagens sobre a administração de igual teor”¹⁷⁴. Perante a sua insistência em publicar o relatório na íntegra, Bossa é informado que não tem a faculdade de o publicar sem autorização prévia, pois o relatório “não pertence ao autor mas sim ao Estado”¹⁷⁵.

¹⁷⁰ Telegrama do Ministério das Colónias para o governador-geral do Estado da Índia, Nova Goa, 21 de março de 1947, in ANTT/AOS/CP 99, pp. 15-16.

¹⁷¹ Telegrama do Gabinete do ministro das Colónias para o governador-geral do Estado da Índia, 10 de março de 1947, in ANTT/AOS/CO/UL 10A, p. 301.

¹⁷² *Ibidem*, pp. 308-309.

¹⁷³ Cunha Gonçalves [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 87, 12 de fevereiro de 1947, pp. 520-522. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

¹⁷⁴ Carta do Ministério das Colónias ao Presidente do Conselho de Ministros, Lisboa, 14 de junho de 1949, in ANTT/AOS/CP 99, pp. 131-132.

¹⁷⁵ Parecer do Ministério das Colónias, Lisboa, 13 de junho de 1949, in ANTT/AOS/CP 99, pp. 135-137.

José Bossa regressa a Lisboa em agosto de 1947, antes de proclamada a independência da Índia, e apesar das restrições à liberdade de imprensa, a polícia do Estado da Índia faz saber em comunicado de 2 de agosto que era permitido à população que se associasse às comemorações da independência no dia 15 de agosto de 1947 “dentro do espírito fraternal e de solidariedade que norteia o Povo Português das relações com os outros povos civilizados e ordeiros”, sendo por isso permitido “engalanar os edifícios particulares com bandeiras nacionais portuguesas e dos dois países vizinhos: Índia e Paquistão”. Mas seria proibida “qualquer outra espécie de manifestações que perturbe o trânsito nas ruas e a ordem pública, mormente, procissões com bandeiras”¹⁷⁶.

Mas não será, com a mudança do governador-geral que os goeses vão assistir a uma maior celeridade nos trabalhos de elaboração do novo Estatuto Político que concedesse maior autonomia ao Estado da Índia. Ainda no período do governo de José Bossa, pela Portaria n.º4.396, de 17 de abril de 1947, foram criados novos círculos eleitorais, e determinado que as candidaturas deveriam ser julgadas pelos administradores dos concelhos e a eleição de vogais para o Conselho do Governo passasse a ser feita “pelas corporações ou associações económicas denominadas comunidades”. Por outras palavras, a eleição de vogais para o Conselho do Governo deveria ser feita por organismos dependentes do governo, o que dificultava que fossem ouvidas as aspirações dos goeses. Considerando todo este processo uma ilegalidade, Bruto da Costa alertou o ministro das Colónias, Teófilo Duarte, para tal facto “tendente a lançar suspeição contra a sinceridade da promessa dum novo Estatuto feito pelo Governo Central”. O ministro, segundo Bruto da Costa, após ouvir outros pareceres, considerava que “de facto, essa portaria, que designava o dia para a eleição e as normas para a sua realização, não tinha o menor esteio na lei”, mas nenhuma medida revogatória foi tomada. Para Bruto da Costa, “tínhamos portanto no expressivo dizer de Salazar, *a mentira da lei*”. Toda esta situação levou, mesmo após a saída do governador-geral, que esse Conselho do Governo, assim constituído, continuasse a “legislar, em virtude de sucessivas prorrogações de mandato” (Costa cit. in COSTA, 2013: 29)¹⁷⁷.

¹⁷⁶ “Comunicado do Comando da Polícia em Goa”, 12 de agosto de 1947, assinado pelo capitão Mário José Pereira da Silva, in *Bharat*, 21 de agosto de 1947.

¹⁷⁷ Negrito no original. José Bossa no seu relatório dá conhecimento da reclamação de Bruto da Costa contra a sua Portaria, reguladora do ato eleitoral, considerando que “na Índia houve sempre reclamantes,

Eleitos os vogais do Conselho do Governo, nos termos da Portaria 4.396 de 17 de abril de 1947, segundo Bruto da Costa, na sessão de 1 de julho de 1947, José Bossa:

“arquitectou uma nova comissão para elaborar o Estatuto Político do Estado da Índia, constituída por Vassudeva Atmarama Porobo Desporobo, António Avelar Barreto, Benedito Transfiguração de Souza, Director dos Serviços de Administração Civil, Álvaro Henrique de Gouveia e Melo e Cónego Castilho de Serpa do Rosário Noronha e ainda, como assistente jurídico, o Procurador da República José Osório Melo de Gouveia” (COSTA, 2013: 169).

Com a saída de José Bossa e nomeado Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias¹⁷⁸ como Encarregado do Governo da Índia Portuguesa, foi nomeada uma nova comissão para se pronunciar sobre o Estatuto Político. Esta nova comissão era constituída por diversos elementos ligados ao grupo dos autonomistas, Álvaro dos Remédios Furtado, Álvaro Santa Rita Vaz, Amadeu Prazeres da Costa, António Anastásio Bruto da Costa, António Sequeira, António Xavier Gomes Pereira, Balcrisna Suctancar, Cipriano Cunha Gomes, Francisco da Paula Ribeiro, Francisco Pinto de Menezes, Luís de Menezes, Madeva Caculó, Narcinva Damodora Naique, Prisónio Furtado, Vicente João de Figueiredo, Vinaeca Sinai Coissoró e Sales da Veiga Coutinho. Na primeira reunião, a 26 de agosto de 1947, este grupo propôs a escolha de uma nova Comissão por eleição popular, de modo a que o povo do Estado da Índia fosse ouvido sobre o assunto por intermédio de representantes eleitos, o que levou ao encerramento da sessão (COSTA, 2013: 169-170).

Convocado o Conselho do Governo para uma sessão extraordinária, a 15 de janeiro de 1948, foram convidados a comparecer pelo Encarregado do governo-geral Fernando Quintanilha 61 cidadãos, com o objetivo de se pronunciarem sobre o projeto de Estatuto Político “apresentado por uma comissão de vogais do Conselho do Governo”. Alguns dos convidados à sessão extraordinária do Conselho do Governo de 15 de janeiro de 1948, enviaram um telegrama a Fernando Quintanilha manifestando a

por tudo e por nada, por factos reais e até por meramente supostos” acrescentando que “dos actos legislativos não há recurso” por isso em sua opinião “a reclamação não devia ter seguimento” (1965: 70).

¹⁷⁸ Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias exerceu o cargo de Encarregado do Governo de 12 de agosto 1947 a 27 de junho de 1948, tendo dado posse, nessa mesma data, a José Alves Ferreira como Encarregado do Governo. José Alves Ferreira exerceu a função de Encarregado do Governo até 23 de dezembro de 1948, data em que Fernando de Quintanilha foi nomeado governador-geral do Estado da Índia, funções que desempenhou até outubro de 1952. A 12 de agosto de 1952 foi nomeado como Encarregado do Governo Manuel Marques de Abrantes Amaral.

surpresa por terem sido chamados a pronunciarem-se sobre o Estatuto quando, na anterior reunião do Conselho do Governo, a 18 de dezembro de 1947, sob proposta do diretor da Administração Civil, Álvaro Henrique de Gouveia e Melo, ficara assente que a sessão se destinaria a escolher uma Comissão de Estudo para formular as Bases sobre as quais se pronunciaria o plenário¹⁷⁹. Realizada a sessão extraordinária do Conselho do Governo de 15 de janeiro de 1948 apesar de na ata desta sessão, constar que o Presidente pusera à discussão um projeto de Estatuto apresentado por uma comissão de vogais do Conselho do Governo, “não foi efectivamente posto à discussão nenhum projecto” (COSTA, 2013: 170-173), tendo sido nomeada uma Comissão de estudo do Estatuto.

O Encarregado do Governo Geral acabaria por nomear a prometida Comissão de estudo do Estatuto, tendo sido Bruto da Costa convidado a participar numa reunião, no dia 29 de abril de 1948. Junto com o convite estavam incluídas “diversas propostas apresentadas pelos senhores vogais da Comissão de Estudo do mesmo Estatuto, durante a discussão do respectivo projecto” (COSTA, 2013: 174). Bruto da Costa, considerando a existência de “um erro orgânico que viciará a votação” discursaria protestando que a vontade popular “vai ser alvo de uma mera ficção, saindo mais uma vez deturpada e desfigurada”, por não ter sido chamada a expressar-se sobre o projeto através de representantes eleitos. Por este facto, Bruto da Costa toma a iniciativa de “apresentar individualmente um projecto de estatuto” (Costa cit. in COSTA, 2013: 178-187), que enviaria a Salazar em carta de 28 de maio de 1948. Segundo Bruto da Costa, o facto de decorrido tanto tempo ainda não ter sido realizada “a promessa de modificação no Estatuto ou regime administrativo”, fazia “com que o pressentimento público [fosse] acentuadamente pessimista”. Na sua opinião, por responsabilidade do Ato Colonial, os laços morais que prendiam os dois povos “vão aluindo cada vez mais”. Apesar de o Ato Colonial ter sido apresentado como “a base, o alicerce duma verdadeira obra de reconstrução nacional”, o político goês advertia que na Índia “só conseguiu fazer vacilar essa mesma base, os fortes muros que o génio de Albuquerque construíra”. Tendo em conta que a ideologia do Ato Colonial tinha e teria consequências graves e imprevisíveis no futuro daquele território, Costa insistia que o Estatuto Político compreendesse a descentralização e a autonomia financeira (Costa cit. in COSTA, 2013: 118-136).

¹⁷⁹ Este telegrama foi subscrito por Sales da Veiga Coutinho, Francisco da Paula Ribeiro, António Colaço, Prisionio Furtado, Narcinva Damodora Naique e António Anastásio Bruto da Costa.

Aprovado a 14 de julho de 1948 o projeto de Estatuto Político pelo Conselho do Governo, o jornal *Anglo Lusitano*, noticiava que, apesar de essa aprovação, ter sido um triunfo pessoal para Fernando de Quintanilha, o seu resultado fora “desanimador” pois não houvera alterações no sentido de um governo autónomo. “O grito «Goa para os goeses» não foi tomado em consideração”. E, tendo o governador-geral conseguido submeter todas as oposições, os problemas da liberdade de expressão e da reunião não foram tratados, “possuindo o Governo a liberdade de veto a aplicar a ambas”¹⁸⁰. A autonomia administrativa do Estado da Índia estava longe de ser alcançada com o projeto de Estatuto aprovado.

A 1 de novembro de 1948 o Conselho do Império Colonial emitia o seu parecer, acerca do projeto de Estatuto para o Estado Português da Índia. Este órgão considerava que a concessão de um Estatuto, “que ninguém sinceramente crê da iniciativa ou vontade da Metrópole, mas simples imposição dos acontecimentos e um manifesto acto de fraqueza, abre, só pelo simples facto da concessão, lugar a explorações desfavoráveis à soberania portuguesa”. Apontando que a maioria do Conselho Legislativo ao ser composto por elementos eleitos, poderia não haver, nos mesmos, suficiente confiança, “devendo mesmo admitir-se a possibilidade de alguma surpresa grave, desfavorável” à soberania portuguesa e favorável à da Índia. Testemunhando, segundo informações de “um alto funcionário do Estado da Índia”, que esse Conselho Legislativo iria fazer uma “preparação sistemática da integração (na Índia vizinha) e o pior, na primeira oportunidade, em nome do povo, um pedido de intervenção da União Indiana”. Assim como o Conselho do Império encarava que a possível aprovação do Estatuto para o Estado Português da Índia teria “inconvenientes muito graves do precedente em relação a outras colónias” e como a publicação de um Estatuto “moderado” não iria satisfazer a maioria dos que o exigem, por isso “entre o descontentar concedendo um Estatuto moderado e o descontentar adiando-o, para o que há razões aceitáveis e sérias” parecia ao Conselho do Império preferível a segunda solução¹⁸¹.

¹⁸⁰ Carta da Polícia Geral das Colónias para o chefe de Gabinete do ministro das Colónias, 14 de setembro de 1948 com a tradução da notícia do jornal *Anglo-Lusitano* intitulado “Council of Government Approves «Estatuto Político - O Governo aprova o Estatuto Político – O governo autónomo é ainda um grito distante – Estão ausentes os direitos fundamentais dos cidadãos (de um correspondente) de Nova Goa»”. A notícia informa que foi aprovado pelo Conselho do Governo o Estatuto Político e que agora aguarda a aprovação do Governo de Lisboa. Ver Anexo 5 - Tradução da notícia do jornal *Anglo-Lusitano*, intitulada “Council of Government Approves «Estatuto Político»”.

¹⁸¹ “Resumo das principais razões justificativas da orientação do projecto do parecer do Conselho do Império acerca de um Estatuto para o Estado da Índia”, 1 de novembro de 1948, in ANTT/AOS/CO/UL 28A, pp. 4-7 (sublinhado no original). Da necessidade de um órgão adequado à complexidade da

Os diferentes objetivos sobre o futuro de Goa formavam grupos distintos numa sociedade em que as cisões tornavam-se cada vez mais claras. Se por um lado a elite católica, preparada para assumir a governação, sentia uma profunda ligação com Portugal, mas repudiava a política do Governo Central que desde o Ato Colonial os colocara numa posição de subordinação, defendia a autonomia do território e via na promulgação de um novo Estatuto Político para o Estado Português da Índia, a garantia de satisfazer os seus objetivos e os interesses do povo goês. Por outro lado, o grupo maioritariamente de hindus contrários à soberania portuguesa, com o apoio cada vez maior do Partido do Congresso e tendo encontrado na Índia a sua identidade, defendia a integração de Goa na “Mãe- Índia”. Se os primeiros formulavam e expunham diferentes propostas para um novo Estatuto Político de modo a alcançar a desejada autonomia administrativa e financeira do Estado Português da Índia, os segundos, defensores da integração percorreriam dois caminhos para alcançar o objetivo: a via pacífica ou o uso da força. Mas, no entanto, o descontentamento para com o Governo português desde o Ato Colonial, era por todos demonstrado.

2.3. As palavras na Assembleia Nacional

O nacionalista goês Pundolika Gaitonde, ao chegar à Índia em 1948, após terminar os estudos em Portugal e ter casado com Edila Gaitonde, observa que “in Goa, although the movement was not active, there were clear signs of restlessness among the people and nervousness on the part of the Portuguese authorities” (GAITONDE, 1987:

administração ultramarina portuguesa foi criado em 1642 por D. João IV, o Conselho Ultramarino, com base no anterior Conselho da Índia. Ao longo dos séculos o Conselho sofreu evolução político-institucional. Extinto por Decreto de 30 de agosto de 1833, foi criado um novo Conselho Ultramarino, em 1851, o qual foi extinto por Lei de 23 de setembro de 1868, tendo-lhe sucedido a Junta Consultiva do Ultramar. Após a implantação da República, o Decreto de 27 de maio de 1911, criou o Conselho Colonial “com atribuições de consulta sobre assuntos jurídicos, de administração das colónias e de Tribunal Contencioso” (CAETANO, 1967: 79). Designado após o 28 de Maio de 1926 como Conselho Superior das Colónias o qual “procura controlar os ímpetus autonomistas das colónias e, neste sentido, extinguem-se os representantes eleitos pelas colónias e a sua composição está sujeita a um rigoroso controlo do Conselho de Ministros”. Em 1935, mantendo as mesmas intenções passa a designar-se Conselho do Império Colonial “chegando-se a permitir em sede de recurso a anulação dos actos administrativos dos governadores”. Em 1953, pela Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei n.º 2066, de 27 de junho) surge como Conselho Ultramarino, sendo o seu presidente o ministro do Ultramar exercendo um forte controlo sobre a instituição (ARAÚJO, 2009).

39). Gaitonde, antes de regressar à Índia, decide viajar em lua de mel para Peniche com o fim de visitar os goeses presos, e como recorda Edila Gaitonde, foram convidados para um “almoço no dia seguinte, ali mesmo no forte para festejar o nosso casamento” (GAITONDE, 2011: 20)¹⁸².



Figura 1 - Pundolica e Edila Gaitonde com os presos políticos em Peniche [1948]

(Da esquerda para a direita: Rama Hegde, Pundolica Gaitonde, Edila Gaitonde, Tristão de Bragança Cunha e Purushottam Kakodkar, in Arquivo particular Espólio Pundolica Gaitonde).



Figura 2 - Edila Gaitonde com o preso político Laxmikant Bhembre em Peniche [1948]

(Arquivo particular Espólio Pundolica Gaitonde)

¹⁸² Tudo isto se passou numa Lisboa, como refere António Manuel Hespanha no prefácio da obra de Edila, dos anos cinquenta “muito antes de a própria oposição anti-salazarista articular explicitamente a componente anticolonialista” (GAITONDE, 2011: 7).

Os prisioneiros em Peniche também seriam visitados por dois estudantes goeses a residir em Lisboa, Priti Camotim e Prabhakar Kamat, mas, como lembraria este último, “few goans in Lisbon showed any inclination to support their jailed countrymen or even inquire about their fate. Big Brother, a.k.a. PIDE, was always watching” (KAMAT e KAMAT, 2011: 85). Prabhakar Kamat durante o período de liberdade condicional teria privado em vários momentos com estes, particularmente com T.B. Cunha e Kakodkar. Durante este período também se encontrava a estudar em Lisboa o goês Aquino de Bragança.

Gaitonde na sua viagem de regresso à Índia encontrou-se em Paris com Vijaya Lakshmi Pandit Nehru, representante da delegação indiana nas Nações Unidas, que operava no Palais de Chaillot, com o objetivo de lhe entregar um relatório sobre os prisioneiros de Peniche (GAITONDE, 2011: 24), pois era manifesto o desconhecimento internacional da existência de goeses nas prisões em Portugal. Os esforços de Gaitonde em levar a voz do povo de Goa mais longe produziram efeito. Vijaya Lakshmi Pandit, segundo Gaitonde, numa das discussões da entrada de novos membros na ONU referiu que “that the Portuguese Government was a Fascist government, and that there was total suppression of civil liberties in Portugal and her colonies. She also referred to the freedom movement in Goa and to the unacceptably harsh repressive measures taken by the Portuguese authorities there” (1987: 44).

No interior da Assembleia Nacional, os discursos aquecem. O deputado goês Froilano de Melo, ao terminar os trabalhos da IV sessão legislativa, em 1949 ousa tecer duras críticas ao Ato Colonial e à administração de Goa, alertando para possíveis consequências gravosas para Portugal “face às ambições de estranhos”. Apontava o Ato Colonial como a causa do descontentamento que lavrava na Índia e alertava os estadistas para não cometerem o mesmo erro na aprovação do Estatuto Político do Estado Português da Índia. Froilano de Melo realçava a “desarmonia de direitos e regalias que as leis” exteriorizavam, estabelecendo diferenças “quanto ao valor cívico dos portugueses segundo a sua proveniência”. Para o deputado, com o Ato Colonial, “uma vaga de ressentimento, de desinteresse e de desânimo apossou-se da alma do povo indo-português” e repetindo as palavras usadas por Menezes Bragança no Conselho do Governo, a 4 de julho de 1930, recorda que aquele documento dividia a “Pátria Portuguesa em duas unidades políticas, perfeitamente distintas e com valor cívico desigual – uma, a metrópole, soberana, a possuir e dominar; a outra, absolutamente subalterna, o Império Colonial, domínio e posse da metrópole”, o que teria feito crescer

uma geração de indo-portugueses “que dominados por esse complexo [...] já não ousam repetir com entusiasmo as loas que os da minha geração entoavam tão espontaneamente e com tanto orgulho em honra da unidade e da fraternidade da cidadania portuguesa”. Froilano de Melo alertava para a necessidade de a política ultramarina ter presente o princípio de que as “províncias do ultramar precisam de tratamento individual, consoante o grau de desenvolvimento e o standard de educação da sua população aborígene [sic] ou colonizadora, e que é um erro aferi-las todas pelo mesmo padrão”. Melo alertava: “a evolução dos direitos do homem sofre uma mutação tal que modifica por completo as relações entre metrópoles e mandatos, domínios, condomínios e colónias. Portugal, como o mais velho país colonial da história contemporânea, não pode nem deve ignorar essas correntes novas do pensamento contemporâneo”¹⁸³. Dois dias mais tarde, Froilano de Melo faz uma nova intervenção na Assembleia Nacional, considerando que as causas económicas e sociais, a falta de água, de esgotos, de luz elétrica nas principais cidades da Índia Portuguesa, provocavam o descontentamento social. Acrescenta que a “agricultura jaz na rotina e não produz o suficiente para o nosso autoconsumo! As nossas importações orçam por 14 milhões de rupias, das quais só de arroz importamos 9 milhões. E as exportações dificilmente atingem a cifra de 3 milhões de rupias ao ano. O nosso déficit comercial é de cerca de 13 milhões de rupias anuais!”¹⁸⁴.

As palavras de Froilano de Melo na Assembleia Nacional serão comentadas por Marcello Mathias, embaixador em Paris, em carta a Salazar, de 23 de março de 1949. Preocupado com a questão da Índia, “terrível questão”, em que frequentemente pensava com a maior preocupação, Mathias compreendendo que os deputados necessitavam de expor os problemas dos círculos que os elegiam, considerava que tal era errado “num momento destes” visto que as palavras não ficavam apenas no hemiciclo. Para o embaixador “declarações como aquelas podem muito bem servir amanhã de argumentação internacional contra nós na questão da Índia”, receando que com Portugal o Governo de Nova Deli viesse adotar processos diferentes “dos do referendo proposto à França” (MATHIAS, 1984: 127)¹⁸⁵.

¹⁸³ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 174, de 16 de março de 1949, pp. 205-224. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 18 de maio de 2012).

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 239.

¹⁸⁵ Carta de Marcello Mathias para Salazar, Paris, 23 de março de 1949. Os enclaves franceses na Índia - Pondicherry, Karikal, Yanaon, Mahé e Chandernagore - oficialmente conhecidos por “Estabelecimentos Franceses da Índia”, foram motivo de debate no qual a Índia reclamava a sua anexação ao novo país. Em

A 6 de novembro desse ano, sete dias antes de terminar o mandato, Froilano de Melo, segundo o seu filho mais velho, Alfredo de Mello, escreve uma carta confidencial a Salazar. Nesta carta Froilano de Melo comenta o impacto na União Indiana do discurso do Presidente do Conselho “Questões de política interna”, de 20 de outubro de 1949, dirigido aos governadores civis, às comissões distritais da União Nacional e aos candidatos a deputados. Salazar, nesse discurso, reconheceu que o “Caso de Goa é o mais delicado e grave” das terras portuguesas no Oriente. Froilano de Melo referindo-se ao terceiro período do discurso, em que Salazar considerava que a Índia tinha problemas raciais, mas que não podia pô-los contra Portugal, discorda de Salazar pois os problemas raciais, segundo as palavras de Salazar, “não os temos dentro dos nossos territórios e por toda a parte nos erguemos contra as discriminações de que os seus próprios filhos são vítimas” (1951: 448-449). Para Froilano de Melo, na Índia não existiam problemas raciais existiam “apenas problemas comunais e de castas, notavelmente o das classes deprimidas”. Mas, esclarecendo que “estes já não existem na lei, porque por lei foram abolidos. Os templos, as escolas e espaços já foram, por lei, abertas todas. Os hindus mais ortodoxos, porém, ainda objectam, mas há-de se vencer essas objecções”. Essas discriminações, segundo as palavras de Froilano de Melo “existem mais no espírito das massas; são fenómenos psico-sociais arraigados desde séculos e que levarão tempo a abolir”. Concluindo com a frase de que a “a lei porém, é de perfeita igualdade para todos os indianos”. Todo este parágrafo escrito por Froilano de Melo termina com uma pequena frase em inglês “Now take it and swallow it”, o qual pretendia demonstrar que perante este argumento dificilmente perderia a razão. Contudo sendo prudente, relativamente à sua observação em inglês, esclarecia o seu filho Alfred com as seguintes palavras: “Esta frase é para mim Fred”. Podemos com isso depreender que essa frase, “Now take it and swallow it”, não constou na carta enviada a Salazar. Clarificava, ainda na carta, que no caso de Goa as “discriminações não existem no espírito da Nação, mas infelizmente existem nos textos legais”. Nesse sentido Froilano de Melo, descrevia um conjunto de discriminações que entendia decorrerem da legislação, considerando um erro “aplicar à Índia [Goa] as mesmas disposições genéricas que legislam porventura para os nossos grandes territórios Africanos”. Destacava alguns artigos no Ato Colonial, assim como algumas Leis Militares e ainda

outubro de 1947 foram cedidos à Índia os territórios Machilipatnam, Kozhikode e Surat. Em 1948 foi realizado um acordo entre a França e a Índia para a realização de um referendo em cada um dos enclaves de modo a determinar o futuro das possessões francesas na Índia. Em maio de 1950, após a realização do plebiscito, o território de Chandernagore foi cedido à Índia.

focava o problema dos descendentes fixados em Goa há varias gerações e aos quais se conferiram os mesmos direitos que aos europeus nascidos na Metrópole¹⁸⁶. Concluindo Froilano de Melo de que a leitura dos artigos nos Diplomas legais, não dava a ideia das consequências discriminatórias, por isso procurou evidenciá-las através de um conjunto de situações particulares referentes à sua família (MELLO, s.d.: 213-215)¹⁸⁷. Como já referido anteriormente, Froilano de Melo desde a sua primeira intervenção na Assembleia Nacional, a 16 de janeiro de 1946, vinha alertando para as diferenças que os textos legais estabeleciam entre os portugueses da Metrópole e os das colónias, criando nestes um descontentamento que cada vez mais ia crescendo, chegando mesmo no seu último discurso, passados 4 anos do início da IV legislatura, a considerar que voltava para Goa “com as mãos vazias”. A sua voz, segundo Froilano de Melo “não conseguiu amaciar, quanto menos flectir, a rigidez dogmática dos textos legais”, continuando a existir diferenças quanto ao valor cívico dos portugueses segundo a sua origem por isso, como refere Froilano de Melo “terão pois razão os eleitores da Índia em perguntar: de que serve, pois, a nossa representação parlamentar?”¹⁸⁸

¹⁸⁶ Das discriminações que Froilano de Melo apontava como sendo decorrentes da legislação, iremos identificar todas as que foram referidas, mas apenas analisaremos algumas delas. Do Ato Colonial salientava os artigos 1º, 2º, 3º, 23º e 32º e nas Leis Militares, as Leis 1.960 e 1.961 de 1 de dezembro de 1937 (nas quais se estabelecia que o exército metropolitano era constituído exclusivamente por portugueses filhos de pais europeus); o Decreto 19.220 de 9 de janeiro de 1931 (regulava o recrutamento militar nas colónias); o Decreto 36.019 de 7 de dezembro de 1946 (atualizava as normas que regulavam o recrutamento das forças coloniais em oficiais, sargentos e praças europeias). Relativamente ao “problema dos descendentes” destacava os decretos que tratavam de vencimentos e regalias dos funcionários coloniais: o Decreto 29.244 de 8 de dezembro de 1938 (que no seu artigo 8º, tornou as “vantagens que pelo artigo 24º do Decreto 12.209 de 27 de agosto de 1926, foram concedidos aos filhos de pai e mãe europeus e portugueses, embora nascidos nas colónias, são extensivas a todos os descendentes, em linha recta e por filiação legítima, dos europeus, desde que não exista cruzamento com indivíduos das raças nativas das colónias”, e estabeleceu, no artigo 10º, que os “funcionários naturais das colónias que não descendam de europeus não terão direito ao abono da subvenção colonial, seja qual for a colónia onde prestem serviço”). Assim como o Decreto 34.169 de 6 de dezembro de 1944 (interpretava o artigo 3º do Decreto anterior no sentido de compreender todos os funcionários da raça branca, descendentes de portugueses, sem cruzamentos com as raças nativas das colónias). Para Froilano de Melo o critério do suplemento de vencimento da licença graciosa variou “nos últimos 25 anos ao sabor de expedientes...” exemplificando com a Lei 1.662 de 21 de junho de 1924; o Decreto 12.209 de 27 de agosto de 1926 (que reservou certas regalias para os funcionários naturais do continente e ilhas adjacentes, equiparando a eles os que, embora nascidos nas colónias, sejam filhos de pai e mãe europeus); o Decreto 27.294 de 30 novembro de 1936; o Decreto de 34.627 de 25 de maio de 1945 e o Decreto 36.020 de 7 de dezembro de 1946 (MELLO, s.d.: 214).

¹⁸⁷ Sublinhado no original. Froilano de Melo regressou a Goa após cumprir a IV legislatura na Assembleia Nacional (1945-1949) e em 1950 ao não ter recebido a indicação governamental como delegado de Portugal ao V Congresso Internacional de Microbiologia no Brasil, deslocou-se ao Brasil a convite do governo brasileiro. Em 1951 emigrou para o Brasil tendo aí falecido em 1955.

¹⁸⁸ Froilano de Melo, [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 176, de 18 de março de 1949, p. 239. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 18 de maio de 2012).

O desagrado face à política colonial do governo não será apenas ouvido no interior da Assembleia Nacional. Durante o período de preparação das eleições para a Presidência da República, em 1949, os goeses organizaram-se. Segundo informação da subdelegação de Goa da PIDE, na noite de 25 de janeiro teria havido uma reunião em casa do advogado Aristo Tovar Dias, em que teriam participado Narana Virgincar, Atmarama Palondicar e Ananta Palondicar, para tratar de assuntos relacionados com a eleição de Norton de Matos¹⁸⁹. Elementos da oposição tencionavam pedir autorização para a realização de um comício, mas teriam sido, segundo o governador, persuadidos a não o fazer, fruto da sua campanha em anular a oposição¹⁹⁰. Não desistindo, os autonomistas encontram novas formas de manifestação, tendo Gomes Pereira, Prazeres da Costa, Coissoró e António Sequeira, assumindo-se como os “Liberais e democratas [da] Índia Portuguesa”, enviado um telegrama a Norton de Matos, saudando-o e reconhecendo-o como paladino das liberdades cívicas e ideais democráticos¹⁹¹.

O jornal *Bharat* transcreve, na sua primeira página a 3 de fevereiro, com “a devida vênia”, um artigo do jornal *A Voz da Índia* sobre a candidatura de Norton de Matos. O articulista considerava que Portugal estava a viver um novo momento político, pois, após 20 anos, pela primeira vez, surgia mais do que um candidato para a Presidência da República, este era um momento em que “a chama democrática” aparecia alimentada. Por isso, não poderia deixar o jornal indiferente “porque o povo de Goa também vem alimentado a mesma chama, tendo, mais de uma vez, feito significar isso ao Governo da Metrópole”. Assim como, também não poderia o jornal perder a oportunidade de não acompanhar “o movimento democrático português que sustenta os mesmos princípios” que tantas vezes foram defendidos nas suas colunas. Recordando, ainda, a passagem de Norton de Matos por Goa considerava que chegara “o momento de todas as forças democráticas conjugarem os seus esforços e se unirem” de modo a ser aclamado Presidente da República¹⁹².

¹⁸⁹ Folha solta - Informação recebida com um ofício confidencial de simples remessa da subdelegação em Goa, n.º 51/56, de 24 de março de 1956, in ANTT/PIDE-DGS – António Anastácio Bruto da Costa – SC/SR 1338 - NP 2745, p. 103.

¹⁹⁰ Telegrama do governador-geral do Estado da Índia para o ministro das Colónias, 3 de fevereiro de 1949, in ANTT/AOS/CO/UL 10A, p. 339.

¹⁹¹ Telegrama do governador-geral do Estado da Índia para o ministro das Colónias, 8 de fevereiro de 1949, in ANTT/AOS/CO/UL 10A, p. 340.

¹⁹² “Pelo General Norton de Matos”, in *Bharat*, n.º 35, ano XX, 3 de fevereiro de 1949, p. 1. Da passagem de Norton de Matos por Goa o jornal recorda, quando este fora o responsável pela instalação dos Serviços de Agrimensura e de Cadastro da Índia Portuguesa, e o seu desempenho no lugar de diretor das Obras Públicas e em várias comissões militares e civis.

Como é sabido a vitória foi para Carmona. Curiosamente, no Estado Português da Índia, apesar da desistência de Norton de Matos, anunciada três dias antes das eleições, este teria obtido 578 votos.

Quadro 2

Resultados do Ato Eleitoral de 13 de fevereiro de 1949 no Estado Português da Índia

Concelho	N.º Recenseados	N.º de votantes	
		Marechal Óscar Carmona	General Norton de Matos
Goa	5.610	4.565	257
Bardez	2.400	1.413	161
Salsete	2.600	1.981	81
Mormugão	975	960	0
Perném	635	450	46
Bicholim	642	601	25
Sanguém	575	562	1
Quepém	833	833	0
Canácona	509	477	7
Satari	284	284	0
Damão	472	414	0
Nagar-Aveli	188	168	0
Diu	400	298	0
Resultados Parciais	16.123 ¹⁹³	13.006	578
		13.584	

Fonte: Telegrama do Governo Geral do Estado da Índia para Direcção Geral da Administração Política e Civil, Nova Goa, 14 de fevereiro de 1949, in AHU/584/1H/MU/DGAPC – Eleições.

Segundo o governador-geral, Quintanilha e Mendonça Dias, estes resultados teriam sido particularmente “excepcionais no que se refere [da] concorrência [às] urnas”¹⁹⁴.

Já para as eleições para a Assembleia Nacional, em 13 de novembro de 1949, a capacidade de intervenção e de influência da oposição diminuiu consideravelmente, havendo ainda alguma atividade para a apresentação de várias candidaturas, mas,

¹⁹³ Segundo o telegrama enviado de Lisboa da Direcção Geral da Administração Política e Civil para o ministro do Interior, a 18 de fevereiro de 1949, o número de recenseados indicados no Estado Português da Índia fora de 15.623 e não de 16.123 resultado da soma dos valores de recenseados por concelho apresentado em telegrama anterior. AHU/584/1H/MU/DGAPC – Eleições.

¹⁹⁴ Telegrama do Governo Geral do Estado da Índia para Direcção Geral da Administração Política e Civil, Nova Goa, 14 de fevereiro de 1949, in AHU/584/1H/MU/DGAPC – Eleições.

segundo o governador-geral, “quando souberam que o Governo trabalharia [a] eleição todos desistiram pela certeza de nada poderem conseguir”. A oposição passa a apelar à abstenção às urnas. Mas, como escreveu o governador tudo estava a ser feito “para [a] eleição resultar em grande”¹⁹⁵. Pelo círculo eleitoral do Estado da Índia segundo a assembleia de apuramento geral, o resultado da lista A, a única apresentada a sufrágio, teria obtido 16.056, obtendo o candidato Monsenhor Castilho Serpa Rosário Noronha, 15.905 votos, e o candidato Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da Costa, 15.958 votos¹⁹⁶.

¹⁹⁵ Telegrama enviado do governador-geral do Estado da Índia ao ministro das Colónias, 15 de outubro de 1949, in ANTT/AOS/CO/UL 10A, p. 349.

¹⁹⁶ *Acta do apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado da Índia*, in AHP/Secção XXVII/Cx.79/n.º 5, pp. 1-5.

3. O Memorando

Passado um ano da independência da União Indiana, a 12 de agosto de 1948, os dois governos anunciaram o estabelecimento de relações diplomáticas ao nível de legações. As relações entre Portugal e a União Indiana haviam-se mantido através do Consulado Geral de Portugal em Bombaim, para, em outubro de 1948 passarem a ser através da Legação em Nova Deli, entregue ao ministro Vasco Vieira Garin. De acordo com o habitual em início de funções diplomáticas, o ministro Vasco Garin, iniciou uma série de visitas aos ministros de Estado da União Indiana. Em março de 1949, Vasco Garin, informa o ministro dos Negócios Estrangeiros da sua visita ao vice-primeiro-ministro e ministro do Interior, Sardar Patel, conhecido por “ditador ferro”, responsável pelo “rápido trabalho de integração de 562 estados da União Indiana”. Nessa visita, e à pergunta de Sardar Patel sobre o que pensava o Governo português fazer em relação aos territórios que possuía na Índia, tendo em atenção o desejo por parte da União Indiana de serem integrados na União Indiana, Vasco Garin apresentou um conjunto de argumentos sobre a importância da presença portuguesa em Goa, concluindo que tudo o que o Governo de Portugal “pensava, podia e desejava fazer era continuar e estreitar se possível boas relações de vizinhança”. Sardar Patel, atento às respostas, observa que o discurso de Vasco Garin seria diferente se Portugal tivesse enclaves estrangeiros no seu território, pois compreenderia melhor a forma de sentir da Índia, comentando ainda que o Governo português era muito autoritário pois “quando alguém [em] Goa se mostra desejoso de trabalhar em prol da liberdade [dos] territórios metem-no na prisão”. Garin, ouvindo-o com atenção, corrige-o, advertindo que os goeses não podiam trabalhar em prol da “liberdade pois [os] territórios não estavam sujeitos [a] Portugal mas «eram Portugal»”¹⁹⁷.

A União Indiana, em finais de 1949, abriu uma Legação em Lisboa, entregue ao ministro Zare Katachuta Menon, e não tardou em propor negociações quanto ao futuro do Estado Português da Índia. A 27 de fevereiro de 1950, a União Indiana reivindica formalmente a soberania sobre as colónias portuguesas no Indostão:

¹⁹⁷ Telegrama de Vasco Garin ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal em Nova Deli, 12 de março de 1949, in ANTT/AOS/CO/NE 4G, pp. 1-9.

“O Governo da Índia aborda agora o Governo Português com o pedido de início imediato de negociações a respeito do futuro das colónias portuguesas na Índia. A mutação é da essência da história e a adaptabilidade à mutação é a chave da manutenção de boas relações entre Nações. A Índia não está animada por qualquer espírito de agressão ou de engrandecimento. Ao pedir uma união destas colónias com ela própria, não está a pedir mais do que o cumprimento de um imperativo natural de tradição e emoção humana” (MNE, 1967a: 188-189)¹⁹⁸.

Nehru, já a 6 de fevereiro no Parlamento indiano, mostrara que na opinião do Governo da Índia, “não tinha dúvidas que Goa haveria de vir para a Índia” (MNE, 1967a: 162-163)¹⁹⁹ e não deixava de criticar, tanto no parlamento indiano e no fórum da ONU, a política de repressão de Salazar em Goa.

A 15 de junho de 1950, Caeiro da Matta, ministro dos Negócios Estrangeiros, entrega a Menon a resposta portuguesa, considerando que as negociações propostas pela União Indiana seriam “apenas para definir a forma como o Estado Português da Índia seria integrado na União Indiana”. Por essa razão, o Governo português “deve lealmente declarar que ele não pode discutir e muito menos aceitar para ela a solução que se lhe propõe”(MNE, 1967a: 219-221)²⁰⁰.

Manipulada a opinião pública pela censura e por uma forte propaganda, as vozes da oposição à política colonial do regime têm dificuldade em ser ouvidas.

O passado histórico republicano de defesa da integridade do território nacional estava presente nos oposicionistas republicanos que perante a ameaça de Nehru, desenvolveram um conjunto de conceções de proteção do Império. Para o *República*, jornal dirigido desde 1941 por Carvalhão Duarte²⁰¹, o Estado da Índia era encarado como um pedaço vivo de um todo e indivisível que era a Pátria Portuguesa. Os republicanos defendiam que, se Goa tivesse condições para viver por si, “poderia

¹⁹⁸ “AIDE-MEMOIRE” - Da Legação da União Indiana em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 27 de fevereiro de 1950, doc n.º 180. (Tradução).

¹⁹⁹ Telegrama do ministro de Portugal em Nova Deli ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Nova Deli, 6 de fevereiro de 1950, doc. n.º 151.

²⁰⁰ Memorial entregue pelo ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro da União Indiana em Lisboa, 15 de junho de 1950, doc. n.º 216.

²⁰¹ Jaime Carvalhão Duarte (1897-1972) nasceu em Castelo Branco. Professor do ensino primário, republicano e declarado opositor da ditadura. Participou ativamente nas principais iniciativas do professorado português, desde 1915, até à sua aposentação compulsiva pela ditadura, em 14 de maio de 1935. Jornalista no *República*, onde entra como colaborador em 1930, tendo assumido funções de diretor do jornal em 1941 (sucendo a Ribeiro de Carvalho), até à sua morte, a 21 de agosto de 1972. MARTINS, José M. (2011). “Jornal Republicano” – Carta de Carvalhão Duarte” in *Almanaque Republicano*. Disponível em: <http://arepublicano.blogspot.pt/2011/07/jornal-republica-carta-de-carvalhao.html> (consulta realizada a 18 de dezembro de 2012).

aceitar-se, poderia compreender-se que, honrando sempre a sua qualidade de portugueses, pudessem os seus habitantes desejar a independência”. Mas, para o *República*, existiam circunstâncias que não possibilitavam, não só pela sua limitada população e sua pequena extensão territorial, mas principalmente, pela vontade do seu povo querer “continuar a ser terra portuguesa”²⁰².

A ideia de Império, que sempre ocupara um lugar central no ideário militante do republicanismo e que já havia sido utilizada como arma do “minoritário Partido Republicano contra a Monarquia em crise desde os finais do séc. XIX e, sobretudo após o *Ultimatum* Inglês” (TORGAL, 2002: 150), era agora de novo defendida. Os republicanos, conscientes da força do Império na formação da unidade e identidade nacional voltavam a incorporar no seu discurso a defesa da salvaguarda, manutenção e desenvolvimento dos territórios ultramarinos (PROENÇA, 2010: 205)²⁰³.

Frases como: as colónias fazem parte da família portuguesa, são parte integrante de Portugal unidas por laços de sangue, de língua, pelo valor dos sacrifícios, pela solidariedade dos sentimentos afetivos, pela importância de interesses espirituais e económicos, eram frequentes. Para Julião Quintanilha “todos estes sentimentos e interesses que constituem uma realidade consagrada em cinco séculos de História” não dispensavam, no entanto, uma mentalidade colonial, cada vez, mais atenta à evolução dos povos, às conquistas das ciências e da técnica²⁰⁴. Desde março de 1951, nas páginas do *República*, através de artigos que designou por “Defesa do Além-Mar”, Augusto Casimiro²⁰⁵, defendia a necessidade do melhoramento e progresso da população

²⁰² “Lá também é Portugal”, in *República*, n.º 6902, 25 de fevereiro de 1950, p. 1. A este artigo do *República* serão tecidos os mais altos elogios, como o caso do Centro Escolar Republicano Almirante Reis que, em 1945, cedeu as suas instalações para a realização da reunião fundadora do Movimento de Unidade Democrática, aproveita o momento para protestar, através da direção, contra as afirmações feitas por Nehru acerca do domínio português em Goa. In *República*, n.º 6912, 7 de março de 1950, p. 12.

²⁰³ A reorganização do Império Colonial Português, superando os erros da Monarquia Constitucional será a grande tarefa da I República. Os princípios de autonomia e descentralização defendidos pelo republicanismo, como viriam a ficar expressos no art. 67º da Constituição de 1911, a aplicar no sistema administrativo e financeiro, desdobrado em sete novos artigos pela revisão de 1920, onde se criou o regime dos Altos Comissários; tornar-se-iam difíceis de aplicar num império vasto, pouco desenvolvido e num território ainda não totalmente pacificado, com falta de quadros administrativos e com uma população nativa num nível incapaz de colmatar as falhas (PROENÇA, 2010: 205-228).

²⁰⁴ Julião Quintanilha, “Temas Eternos «Estudos coloniais»”, in *República*, n.º 6911, 6 de março de 1950, pp. 1-2.

²⁰⁵ Augusto Casimiro dos Santos (1889-1967) nasceu em Amarante. Mais conhecido por Augusto Casimiro, poeta, memorialista, jornalista, comentarista político português e destacado opositor republicano ao regime político do Estado Novo tendo sido reformado compulsivamente do Exército. Fez parte do grupo que fundou a *Renascença Portuguesa* (1912), colaborador da revista *Águia* e cofundador (1921), dirigente e redator (1961 a 1967) da revista *Seara Nova*. “Augusto Casimiro”, in Wikipedia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Casimiro_dos_Santos (consulta realizada a 18 de dezembro de 2012). No estudo sobre a sua obra literária, “Augusto Casimiro: militar e escritor

“nativa” e que as carências da economia metropolitana fossem colmatadas com a produção ultramarina. Insistia na necessidade de “suprimir cada vez mais o que pode separar ou opor brancos e negros considerando-os a todos portugueses”²⁰⁶, iniciando os negros na “compreensão e prática de direitos e deveres comuns abrindo-lhes as mesmas possibilidades económicas, políticas e culturais”, acautelando, deste modo, problemas políticos futuros “postos em condições inimigas entre nós”²⁰⁷. Sobre a Ásia, assunto que estava na ordem do dia, Augusto Casimiro defendia que era preciso que não “nos tornássemos vítimas irremediáveis enquanto podemos (defendendo o que é nosso, perdurável e justificadamente nosso)”²⁰⁸.

Em torno das colónias existia um certo consenso nacional, uma ideologia estruturante que, para Fernando Rosas, se apoiava em quatro vetores: 1) Na “missão histórica” de colonizar e civilizar, o que fazia da “defesa do património colonial e da sua exploração, não uma escolha ao sabor das variações da política ou dos interesses económicos, mas um incontornável «imperativo da consciência nacional», um «imperativo histórico-geográfico»”; 2) Na conceção da superioridade do homem branco face ao “indígena” ou “preto”, entendida esta não só em termos civilizacionais, como em termos raciais. “As ideias lusotropicalistas da assimilação só aparecerão no discurso do regime”²⁰⁹ com a vaga de descolonizações e de contestação ao domínio colonial português; 3) No direito histórico à ocupação e manutenção do Império; 4) Na ideia de que defender as colónias era defender a própria independência nacional. A salvaguarda da soberania portuguesa metropolitana estava indissociavelmente ligada à manutenção do Império, sendo a Aliança Luso-britânica a condição incontornável de garantia e proteção da integridade colonial e da segurança das rotas marítimas (1995: 19-32).

As pretensões de Nehru, apresentadas no Parlamento, de que Goa se devia reunir à Índia mobilizam na população portuguesa um conjunto de protestos. Num país sob uma ditadura e fora dele, surgem expressões de solidariedade a Portugal, através de

republicano”, Luís Alves de Fraga observa que o patriotismo e o conhecimento de África não colocaram [Augusto Casimiro] na posição de defender os conceitos de um Portugal uno do Minho a Timor; bem pelo contrário, muito cedo deixava já transparecer a ideia de que os territórios de além-mar tinham direito à autonomia e independência, depois de Portugal os ter ajudado a progredir na senda de um crescimento sadio, tanto do ponto de vista económico como político” (FRAGA, 2010: 289).

²⁰⁶ Augusto Casimiro, “Defesa do Além- Mar”, in *República*, n.º 7275, 12 de março de 1951, p. 5.

²⁰⁷ Augusto Casimiro, “Aquém e Além-Mar”, in *República*, n.º 7387, 4 de julho de 1951, p. 5.

²⁰⁸ Augusto Casimiro, “O Despertar da Ásia”, in *República*, n.º 7464, 20 de setembro de 1951, p. 4.

²⁰⁹ O *lusotropicalismo* foi uma doutrina elaborada por Gilberto Freyre e introduzida, após a Revisão Constitucional de 1951, no discurso oficial, tendo Portugal efetuado uma colonização exemplar, marcada pela tolerância e pela abertura. (CASTELO, 1999). Este tema será abordado com maior profundidade no capítulo II, tema 4 - “Uma pátria pluricontinental e multirracial”.

associações portuguesas, ou a nível individual de toda a parte do mundo. Já quando das declarações de Nehru no Parlamento indiano, a colónia portuguesa de New Bedford, nos Estados Unidos enviou telegramas de protesto não só ao Presidente de Conselho, como ao governador-geral de Goa e ao embaixador da Índia em Washington. A mobilização da opinião pública foi uma tarefa levada a cabo pelo governo de Salazar. Foi enviado não só para várias associações portuguesas nos EUA todo o material publicado sobre Goa “à medida que o mesmo ia aparecendo na imprensa”, como foi também distribuído pelos jornais de maior tiragem dos Estados Unidos, Senadores, jornalistas e personalidades políticas. Assim como foi realizado um comício de apoio à Pátria distante conseguindo-se, segundo carta da Embaixada de Portugal em Washington, “reunir pela primeira vez à volta de um problema nacional, todos os portugueses e descendentes de portugueses, que vivem neste paiz”²¹⁰.

No jornal *República* ainda outros opositores demonstravam a sua posição. Rocha Martins²¹¹ esclarecia que a situação do Estado Português da Índia era diferente de qualquer outro país para com as suas colónias, no sentido de que a Índia foi considerado um Estado. Os seus cidadãos, para Rocha Martins, usufruíam dos mesmos direitos dos da Metrópole e ilhas adjacentes, podendo desempenhar altos cargos na Metrópole, o que demonstrava o “abismo entre a maneira que Portugal trata a Índia e a forma que outros países conduziram a sua política colonial no Oriente e em vários pontos da Terra. (...) A bandeira que cobre o território da Índia Portuguesa é igual à que nos consagra como Estado”. Acrescentava ainda que entre a violência e o plesbício, neste último o “Estado Indiano perderá também, porque os nativos da Índia Portuguesa se pronunciarão pelas tradições. Falam a língua comum, usam-na há séculos; encontram na metrópole as compensações para os seus esforços e talentos. Sabem que amanhã a sua terra não passará de um vago departamento na massa imensa do império emancipado”²¹².

²¹⁰ Carta da Embaixada de Portugal em Washington para o ministro dos Negócios Estrangeiros, 5 de maio de 1950, in AHD/MNE/PEA - 2º piso - Armário 49 – Mç. 56.

²¹¹ Francisco José da Rocha Martins (1879-1952) nasceu em Lisboa. Autor de uma vasta obra de divulgação histórica, tendo por centro o culto da Pátria e dos seus heróis, publicou diversas biografias, novelas e romances históricos de grande sucesso. Rocha Martins, jornalista, historiador e ativista político, monárquico convicto, mas liberal, chegou a colaborar nos primeiros momentos da ditadura mas, mais tarde participa na oposição democrática. Os seus artigos no jornal *República*, a partir de 1945, são “gritados pelos ardores de Lisboa, num estribilho tornado famoso: «Hoje fala o Rocha, está Salazar à brocha»”. MARTINS, José M. (2013). “Jornal Republicano – “Rocha Martins – Contra o poder, escrever, escrever”, in *Almanaque Republicano*. Disponível em: <http://arepublicano.blogspot.pt/2013/06/rocha-martins-contra-o-poder-escrever.html> (consulta realizada a 18 de dezembro de 2012).

²¹² Rocha Martins, “O Estado da Índia Portuguesa”, in *República*, n.º 6928, 23 de março de 1950, pp. 1,4.

A questão de Goa e o posicionamento do governo assumirão particular importância para o PCP que, nos inícios dos anos cinquenta, já defendia que a luta em defesa da Paz era uma das importantes frentes de batalha no combate antifascista. Os apelos no *Avante!* pela participação na organização em defesa da Paz são frequentes²¹³. Em junho de 1950 apelava ao apoio a Joliot Curie pela participação na votação mundial pela proibição incondicional da Arma Atômica com a recolha de assinaturas, pelo *Apelo de Estocolmo*²¹⁴, e em agosto de 1950, com o apoio do PCP, na conferência comemorativa do 15.º aniversário da Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), foi aprovada uma moção que lançou o desafio da constituição do Movimento Nacional em Defesa da Paz. Diversas personalidades de diferentes áreas de atividade e tendências políticas fizeram parte: Egas Moniz, Ruy Luís Gomes, Pulido Valente, Vieira de Almeida, Ferreira de Macedo, Fernando da Fonseca, almirante Tito de Morais, Ferreira de Castro, Virgínia Moura, João de Deus Ramos, Cesina Bermudes, Lopes Graça, engenheiro Tito de Morais, Maria Lamas, Maria Isabel Aboim Inglês, José Morgado, António José Saraiva, Dias Amado e Manuel Valadares²¹⁵. Mas para Pacheco

²¹³ O Conselho Mundial da Paz surgiu poucos anos após o fim da II Guerra Mundial, num momento em que a situação internacional se agravava em consequência da política belicista. O primeiro passo foi dado em agosto de 1948, pelo apelo do Congresso dos Intelectuais de Wroclaw a favor de um movimento em defesa da Paz. Entre 20 e 26 de abril, reuniu-se simultaneamente em Paris e Praga, o primeiro Congresso Mundial dos Partidários da Paz, criando em novembro de 1950, o primeiro Conselho Mundial da Paz, presidido pelo Prémio Nobel francês Frédéric Joliot-Curie. Ao longo dos anos foram criados em diversos países comités para a defesa da Paz, pois como refere João Madeira “a luta pela Paz passava a constituir como que o elemento estruturante da intervenção política, já que configurava uma espécie de chapéu-de-chuva que remetia directamente para um alinhamento tácito, com o bloco soviético”(2011: 189).

²¹⁴ Lançado pelo cientista Frédéric Joliot-Curie e pelo Movimento Mundial pela Paz, o comité permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em Estocolmo, em 18 março de 1950, emitiu um apelo pela proibição da bomba atômica numa campanha de assinaturas em sua defesa, o chamado *Apelo de Estocolmo*: “Exigimos a interdição absoluta da arma atômica, arma de terror e de extermínio em massa de populações. Exigimos o estabelecimento de um vigoroso controlo internacional para a aplicação dessa medida de interdição. Consideramos que o governo que primeiro utilizar a arma atômica, não importa contra que país cometerá um crime contra a humanidade e será tratado como criminoso de guerra. Pedimos a todos os homens de boa vontade no mundo inteiro que assinem este apelo”. “Apelo do Comité Permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz”, in *Avante!*, VI série, n.º 150, agosto de 1950, p. 4.

²¹⁵ Gustavo Carneiro no seu estudo sobre o Movimento Nacional em Defesa da Paz aponta que o “Partido Comunista canalizou os seus esforços em dois sentidos, complementares entre si: a formação de uma estrutura específica, de carácter nacional, que dinamizasse e dirigisse a luta pela Paz; e a criação de uma opinião pública favorável à Paz (ou seja, contrária à política externa norteamericana e à submissão, a esta, do salazarismo). Para este último objectivo, deveriam convergir não apenas a nova estrutura a criar – o Movimento Nacional para a Defesa da Paz –, mas o próprio Partido Comunista e o conjunto de movimentos unitários por si influenciados”. Pretendendo a constituição de uma unidade em torno da luta pela Paz, “o PCP considerava que o essencial dessa luta deveria ser travado no plano «legal»” constituindo comissões em defesa da Paz (2013: 43), mas o clima de Guerra Fria que se vivia afastava alguns intervenientes (2013: 106). Contudo, assinala Gustavo Carneiro que, durante o “processo de mobilização foram incorporados neste movimento específico muitos outros que até então não se tinham associado à acção política. O exemplo da comissão para a defesa da Paz da Escola Superior de Belas-

Pereira, a maioria destas personalidades “não deu ao movimento da «Paz» mais do que uma vaguíssima adesão, em alguns casos seguida de um repúdio público, e os únicos que ficaram foram os comunistas ou os seus simpatizantes, que também já pertenciam ao MND” (2006: 115), como o caso de Egas Moniz, que abandona o Movimento quando das críticas à NATO. Segundo João Madeira “tratava-se de criar um movimento pela paz paralelamente ao já constituído MND, ainda que muitos dos seus dirigentes fossem simultaneamente de ambas as organizações” (2011: 193). Tendo o PCP na constituição e funcionamento destas estruturas um papel determinante, como lembra Gustavo Carneiro “vários autores e protagonistas reconhecem, porém, que estes movimentos ganharam o seu próprio espaço político, não se constituindo como simples emanções do PCP” (2013: 108)²¹⁶. Abarcando a luta pela Paz o MND, a AFPP e o MUD Juvenil, este último passa a colaborar nas atividades em defesa da Paz, que vão desde a recolha de assinaturas contra a bomba atómica, pelo *Apelo de Estocolmo* e por um Pacto de Não Agressão entre as grandes potências. Os apelos no *Avante!* contra a agressão norte-americana na Coreia, o Pacto Atlântico Norte e a submissão económica ao Plano Marshall são uma constante. O partido Comunista manifesta-se contra a política de guerra salazarista alertando que, “o povo português jamais servirá de carne de canhão numa guerra de agressão contra a gloriosa União Soviética e as Democracias Populares”²¹⁷. As considerações sobre a vida dos povos coloniais, a exploração dos trabalhadores de Angola e Moçambique, que se encontravam na ruína e na miséria fruto da exploração das matérias-primas (algodão, sisal, café, borracha, oleaginosas, minerais, arroz) pelos países imperialistas (EUA), são as inquietações da altura. Desde logo o PCP defendeu, que os povos das colónias portuguesas deveriam “lutar firme, decidida e corajosamente contra os seus exploradores”, pela igualdade de direitos pela defesa dos seus interesses²¹⁸.

Artes, a partir da irradiação da acção do MUD Juvenil, é disto sintomático, uma vez que, no quadro da luta pela Paz, foram mobilizados estudantes que não eram membros da estrutura juvenil” (2013: 106).

²¹⁶ Gustavo Carneiro exemplifica que “Mário Soares não considerava o MUD Juvenil uma «pura emanção do Partido Comunista», acrescentando a influência do PCP outra, «não menor» dos dirigentes do MUD e do «próprio esquema do unitário do trabalho político que desenvolvíamos, alheio a preocupações partidárias». Cf. MADEIRA, João, «O PCP e o MUD Juvenil», *Revista História*, n.º 28, Ano XIX (Nova Série), janeiro/fevereiro de 1997, p. 35. Sobre o MND, é Dawn Linda Raby a considerar que este não era um «mero instrumento do PCP». Cf. RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, p. 47” (2013: 108).

²¹⁷ “Novo Governo, preparação aberta para a guerra. Há que alargar e fortalecer a Luta em Defesa da Paz”, in *Avante!*, VI série, n.º 151, setembro de 1950, p. 1.

²¹⁸ “Trabalho escravo nas colónias! Chamamos os povos coloniais à luta contra os negreiros salazaristas”, in *Avante!*, VI série, n.º 163, dezembro de 1951, p. 4.

No *Avante!* começam a surgir os primeiros artigos sobre a Índia Portuguesa. A crítica incidia sobre a resposta de Salazar, “de desenfreado terror”, à vontade “do povo dos domínios portugueses na Índia de se libertar da tutela portuguesa para se unir aos povos da União Indiana”, referindo-se aos ataques das tropas portuguesas ao bairro dos pescadores em Mormugão, na noite de Natal de 1950 “arrombando as portas, empregando violência, espancando barbaramente os homens, violentando as mulheres (...)”. Recordava que o envio de soldados da Metrópole, só atrairia o ódio de milhões de indianos e que este se poderá transformar num ato de justiça “expulsando pela força das armas os opressores portugueses da sua terra”. Mostrando-se atento ao que se passava nos territórios do Estado Português da Índia, o PCP defendia em maio de 1951 “o direito do povo dos domínios portugueses na Índia escolher livremente o seu destino”²¹⁹.

As vozes dissonantes à política colonial do regime vão surgindo despertando, ao longo da década de 1950, a consciência política de alguns jovens, agrupados ou não em movimentos juvenis. A Casa dos Estudantes do Império (CEI) cedo se revelou um espaço de luta política e de consciência anticolonial, entre os jovens oriundos das colónias a estudar em Lisboa. Se, em meados de 1950, há estudantes coloniais que subscreveram uma mensagem patriótica ao Presidente do Conselho e ao ministro das Colónias, em que exteriorizam “sentimentos patrióticos” perante as palavras de Nehru²²⁰. Outros, segundo ofício confidencial “os componentes da «Secção da Índia» recusaram-se a assinar uma declaração de repúdio pelas declarações do Primeiro-ministro da União Indiana respeitantes ao Estado Português da Índia, alegando temerem que, mais tarde, fossem exercidas represálias sobre as suas famílias, no caso de uma ocupação daquele território pelos indianos”²²¹. No espólio do presidente da secção da

²¹⁹ “Terror Salazarista na Índia Portuguesa. Que os soldados voltem para casa”, in *Avante!*, VI série, n.º 159, maio de 1951, p. 2.

²²⁰ Da mensagem enviada pela Delegação dos Estudantes Coloniais constava o seguinte texto: “(...) para nós que nascemos e vivemos no Ultramar, que lá formamos as consciências e nos habituamos a amar o fervor patriótico da Mãe-Pátria, e que cremos profundamente num PORTUGAL Uno e Indivisível não podíamos calar por mais tempo a nossa indignação. Parece-nos oportuno afirmar a V. Exa. que os estudantes universitários ultramarinos querem que o Império Colonial continue a fazer parte de PORTUGAL. Orgulhosos de sermos portugueses e só portugueses, não queremos deixar de vincar bem o nosso repúdio a afirmações que têm como objectivo desviar a atenção do povo da Grande Índia das dificuldades em que actualmente se debate”, in *Mensagem da Delegação dos Estudantes Coloniais para o Ministro das Colónias*, 18 de fevereiro de 1950, ANTT/AOS/CO/UL 16, p. 75 (maiúsculas no original).

²²¹ Ofício confidencial da PIDE para o Gabinete do ministro das Colónias – 9 de abril de 1951, ANTT/PIDE-DGS- Casa dos Estudantes do Império - SC/SR 329-46 – NP 2537-38 – pt. 5, p. 350.

Índia da CEI, entre 1950-51, Jorge Graça Ataíde Lobo²²², encontram-se vários panfletos do *National Congress* (Goa) do ano de 1950, assim como alguns números do jornal *Ressurge, Gôa!*, editado desde Bombaim por Telo Mascarenhas²²³. Nesse espólio existe um documento intitulado *Carta Aberta ao Senhor Governador Geral da Índia Portuguesa, Com. Quintanilha Mendonça Dias*, escrito por António Furtado²²⁴ informando que deixou a Administração das Comunidades e saiu de Goa, pelo facto de não ter assinado o protesto contra as afirmações de Nehru pois, segundo António Furtado, não sendo contra Portugal também não o era contra a Índia, era “acima de tudo, indiano, **jus soli** e **jus sanguinis**” e como refere era “assimilado português nos termos do Acto Colonial, pelo mero acidente político de ser Goa dominada pelos portugueses, como podia ter sido pelos franceses, holandeses ou ingleses...”²²⁵

²²² Segundo informação da PIDE, Jorge Graça Ataíde Lobo (1920-2004) teria apoiado a candidatura de Ruy Luís Gomes à Presidência da República nas eleições de 1951, in ANTT/PIDE-DGS - Casa dos Estudantes do Império – SC/SR 329/46 – NP 2537- 38, pt. 3, p. 42.

²²³ Durante o período que esteve exilado em Bombaim Telo de Mascarenhas publicou, entre 1950 e 1959, o jornal *Ressurge, Goa!* Este jornal, segundo informações da PIDE, era distribuído em Portugal, pois foram entregues pelo porteiro do *Grande Hotel* do Porto, dois exemplares endereçados de Goa. Informação da PIDE, 15 de junho de 1952, in ANTT/PIDE-DGS – Telo de Mascarenhas – DEL. P. Inf. 15232 - NP 3691, p. 17.

²²⁴ António Furtado (Salsete -1898). Casado com Berta de Menezes Bragança, sobrinha de Tristão de Bragança Cunha. Regressou a Goa, após completar os seus estudos em Lisboa foi nomeado como Administrador das Comunidades de Goa mas ao recusar-se em 1950 em assinar o protesto do governador-geral, Fernando Quintanilha, contra as palavras de Nehru sobre o futuro de Goa, ficou sob vigilância política, o que o levou juntamente com a sua esposa a retirar-se para Belgaum. Após 1954, foi convidado pelo governo de Bombaim a exercer a função de administrador de Dadrá e Nagar-Aveli (SHIRODKAR, 1986: 102-103).

²²⁵ “Carta Aberta ao Senhor Governador Geral da Índia Portuguesa, Com. Quintanilha Mendonça Dias”, [1950], in Arquivo particular Espólio Jorge Graça Ataíde Lobo (negrito no original). *jus soli* termo latino que significa “direito de solo” e *jus sanguinis* significa “direito de sangue”, princípios pelo qual uma nacionalidade pode ser reconhecida a um indivíduo de acordo com seu lugar de nascimento ou ascendência.

4. Uma pátria pluricontinental e multirracial

Salazar receando os perigos que ameaçavam o Império Colonial português, com a reivindicação formal da União Indiana da soberania sobre as colónias portuguesas no Indostão e, a necessidade de reforçar a legitimidade política para uma pátria pluricontinental e multirracial, procede à Revisão Constitucional. Já várias vezes se tinham levantado, em Portugal e em Goa, para a necessidade de alterações no Ato Colonial, adaptando-o à nova ordem internacional. No II Congresso da União Nacional, realizado no Porto, em 1944, José Ferreira Bossa, na qualidade de antigo ministro das Colónias havia alertado para a necessidade de adequar aos novos tempos a terminologia usada no Ato Colonial. Na perspectiva de José Bossa “não deve haver hierarquia entre a metrópole e as suas dependências, antes deve ser «unitária a organização política» que abranja portugueses de aquém e d’além-mar” (SILVA, 1992: 380).

Relativamente à revisão da Constituição o deputado pelo círculo do Estado Português da Índia, Castilho de Noronha numa intervenção na Assembleia Nacional, a 8 de março de 1950, considerava que não se devia protelar a revisão, visto que esta oportunidade se impunha com “uma urgente e inadiável necessidade” pois não sendo apenas um debate de interesse nacional, a Índia tinha um interesse muito especial na revisão da Constituição, tendo em conta que aguardava “ansiosamente” o “estatuto pelo qual será concedida à Índia a descentralização administrativa e financeira”. De acordo com Castilho Noronha, as dificuldades em ir ao encontro das expectativas goesas eram as que resultavam das disposições da presente lei constitucional. Para o deputado era importante que fossem alteradas, para que o estatuto possa ser concedido. Concluindo, “quem conhece a actual situação da nossa Índia não pode pôr em dúvida a oportunidade da promulgação de uma tal medida”²²⁶.

²²⁶ Castilho Noronha [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 26, 8 de março de 1950, p. 383. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2015). Já na sessão de 19 de janeiro de 1950, Castilho Noronha recordava que em 1946 o Governo havia comunicado que seria concedido o “Estatuto, outorgando-se-lhe a autonomia administrativa e financeira”. No entanto, segundo Castilho Noronha “dificuldades de ordem legal têm retardado a promulgação do estatuto” estando certo, de que em pouco tempo seriam resolvidas essas dificuldades e a Índia teria o seu Estatuto, “não com a mesma amplitude, mas certamente inspirado na mesma ideia que orientou o foral de 1526”. Não sendo necessário para Castilho Noronha, como o seu antecessor deputado Froilano de Melo havia sugerido, e “como alguns derrotistas pretendem, que a Índia vá aos pés de Albuquerque a dirigir-lhe estas históricas palavras: «Levanta-te, capitão, que se perde o que ganhaste»”. Castilho Noronha [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia*

Salazar, preocupado em adaptar o estatuto formal das colónias às novas regras da comunidade internacional, revoga o Ato Colonial com a Revisão Constitucional de 1951, Lei n.º 2.048 de 11 de junho, integrando as disposições sobre “Ultramar” no Título VII da própria Constituição, intitulado “Do Ultramar Português”, recuperando a ideia de um estado-nação pluricontinental, terminologia prevalente desde a Constituição Vintista até à Revisão Constitucional de 1920 (LOBO, 2013). A Carta Orgânica do Império Colonial Português foi substituída pela Lei Orgânica do Ultramar Português, Lei n.º 2.066, de 27 de junho de 1953, aprovada durante o ministério de Sarmento Rodrigues, que estabelece o novo regime geral de governo daquelas que se passam a chamar Províncias Ultramarinas²²⁷. Portugal aparece como uma nação pluricontinental, composta por províncias europeias e por províncias ultramarinas, integradas no todo nacional uno.

Contudo, permanecia o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, que especificava as condições em que qualquer indígena poderia ser elevado à condição de “assimilado”, teoricamente com direitos iguais aos dos europeus: falar e escrever português, deter uma sólida ocupação profissional, ter hábitos europeus e haver renunciado a práticas “nativas” como a poligamia. Este Estatuto só terá o seu término apenas com o Decreto-Lei n.º 43.893, de 6 de setembro de 1961, com as reformas introduzidas por Adriano Moreira, ministro do Ultramar. Segundo Luís Reis Torgal, “A política «Muitas raças, uma nação», [seguida por] de Norton de Matos, no seu livro, *A Nação Una*, publicado em 1953, que defendia, através da ideia colonial-civilizadora, «uma completa e perfeita assimilação», só veio, na realidade, a ser teoricamente defendida com toda a extensão pelo salazarismo, dentro do espaço nacional, nos anos sessenta, quando a guerra colonial já se iniciara” (2002: 162).

Abrangidos os territórios pelo conceito de *colónia*, o que lhes conferia, à luz do direito internacional, o estatuto de territórios não autónomos, alterou-se a terminologia, sem que “a natureza intrínseca daquele primeiro conceito tenha sido alterado” (SILVEIRA, 1990: 73). Uma nova nomenclatura surge tornando as *Colónias* em *Províncias Ultramarinas*, o Império Colonial Português em Ultramar Português e o

Nacional, Sessão n.º 17, 20 de janeiro de 1950, p. 205. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2015).

²²⁷ Como recorda Franco Nogueira, “Está-se perante uma crise do pensamento colonial, que se «exprime pela condenação sumária da obra de colonização empreendida por várias nações europeias e pela finalidade única, um tanto ingénua e presunçosa, assinada nos aerópagos internacionais à administração dos chamados territórios dependentes». Mas se «os nossos juízos, os nossos actos não influem nas deliberações alheias», é verdade que «também não são influenciados por elas»” (Salazar cit. in NOGUEIRA, 2000a: 203).

Ministério das Colónias em Ministério do Ultramar. Um novo paradigma colonial aparece assente no *luso-tropicalismo*, doutrina elaborada por Gilberto Freyre, e introduzida, após a revisão da Constituição de 1951, no discurso oficial: um Portugal pluricontinental, uma nação una e indivisível, repartida por vários continentes e tendo efetuado uma colonização exemplar, marcada pela tolerância e pela abertura, a tese de que “o povo português tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos” (CASTELO, 1999: 13).

Gilberto Freyre sociólogo, antropólogo e escritor, nasceu no Recife, Pernambuco, no dia 15 de março de 1900. Em 1933, publicou o seu livro mais conhecido: *Casa-Grande & Senzala*, que iria depois ser publicado por vários países. Na obra, valoriza o contributo das culturas dos povos submetidos na formação do Brasil, defendendo que os brasileiros lucraram com a mistura de raças que se operou durante o período colonial, pondo em evidência “a «singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos», resultante do seu passado étnico e cultural de povo indefinido entre a Europa e a África, e que se traduz em mobilidade, miscigenação e aclimatabilidade” (CASTELO, 1999: 24). As conferências proferidas, tanto em várias universidades brasileiras, como europeias, ao longo dos anos trinta, são revistas pelo autor e reeditadas sob o título *O mundo que o português criou* (1940), alargando o seu campo de pesquisa a todas as áreas de colonização portuguesa que “constituem uma unidade de sentimentos e cultura” (CASTELO, 1999: 33) partindo do pressuposto que o português é o seu elemento fundador e aglutinador.

Numa primeira fase, anos trinta e quarenta, a doutrina de Gilberto Freyre é recebida com muitas reticências em Portugal. Ignorada pelos ideólogos do Estado Novo, é no campo das letras que mobiliza intelectuais de origens político-ideológicas muito diversas: Osório de Oliveira e Manuel Múrias (ligados ao salazarismo), Malheiro Dias (monárquico conservador), o padre Joaquim Alves Correia (católico progressista), João de Barros, Maria Archer, António Sérgio e Vitorino Nemésio, entre outros (republicanos opositores)²²⁸ cujas reações são, maioritariamente, favoráveis.

Nos anos cinquenta, as ideias freyrianas são incorporadas e adaptadas pelo discurso oficial do salazarismo, fruto da conjuntura internacional saída da II Guerra Mundial e da necessidade do Governo português afirmar a unidade nacional perante as

²²⁸ António Sérgio escreveu o prefácio, assinado em 31 de janeiro de 1940, de uma nova edição brasileira das *Conferências na Europa*, que completadas por um discurso pronunciado em Pernambuco, foram publicadas com o título *O Mundo que o Português Criou*.

pressões externas favoráveis à autodeterminação das colónias²²⁹. Dois meses após a Revisão Constitucional, em agosto de 1951, a convite de Sarmento Rodrigues, ministro do Ultramar, Gilberto Freyre inicia uma visita que se prolonga até fevereiro de 1952, a Portugal e aos seus territórios ultramarinos (Guiné, Cabo Verde, Goa, São Tomé, Angola e Moçambique). Desta visita resultaram dois livros relacionados com a sua experiência no mundo português: *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em Terras Portuguesas*²³⁰. Segundo Cláudia Castelo, “nesta última obra, Freyre utiliza pela primeira vez o conceito de luso-tropicalismo, e legitima a política colonial portuguesa, comprometendo-se com o salazarismo” (1999: 25), apesar de Gilberto Freyre considerar que o convite do ministro do Ultramar “não poderia ser mais nitidamente apolítico” pois, durante a sua estadia em Portugal, encontrar-se-ia com vários políticos, escritores e intelectuais de quadrantes diversos, apenas “«os velhos camaradas portugueses» de «Esquerda» não o procuraram” (CASTELO, 1999: 90).

²²⁹ “Curiosamente, o Luso-tropicalismo, aproveitado (com a conivência de Freyre) pelo Estado Novo para justificar a permanência de Portugal em África, não contraria, no plano teórico, o desejo de independência dos povos africanos das colónias portuguesas. Na comunidade luso-tropical («unidade de sentimento e de cultura») pode haver lugar para diversas realidades nacionais: «Pátrias independentes e comunidade interdependente. Povos enlaçados numa federação de pátrias e de quase pátrias que se completem tanto com as suas diferenças como com as suas semelhanças»” (CASTELO, 1999: 41).

²³⁰ Gilberto Freyre escreve mais duas obras sobre a temática do luso-tropicalismo: *Integração Portuguesa nos trópicos* (1958) e *o Luso e o Trópico* (1961). Obras solicitadas por organismos do Estado português, pela Junta de Investigação Ultramarina (JIU), na coleção Estudo de Ciências Políticas e Sociais (ECPS) e pela Comissão Executiva da Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, no âmbito do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, e utilizadas como instrumento de propaganda e de legitimação da sua política colonial (CASTELO, 1999: 37).

5. Goa, a “Roma do Oriente”

Apesar do subterfúgio constitucional, transformando as *colônias* em *províncias ultramarinas*, de modo a antecipar os ventos do anticolonialismo que sopravam pelo Mundo e prevenir previsíveis intervenções e pressões dos organismos internacionais, Salazar não conseguiu evitar a contestação internacional à política colonial portuguesa suscitada pelas pretensões da União Indiana sobre Goa.

As preocupações de Nehru não se encontravam apenas na existência de territórios estrangeiros na Índia, mas também na ligação da Igreja Católica a um poder político estrangeiro na Índia, havendo, portanto, a necessidade de rever o acordo do Padroado do Oriente. Os interesses políticos e económicos da expansão portuguesa sempre se entrelaçaram com objetivos religiosos. O Padroado do Oriente, criado em 1500, “a instâncias de D. Manuel, pelo *Bréve* de 26 de março do Papa Paulo III, outorgou aos Reis de Portugal a concessão de indicarem à Santa Sé os comissários apostólicos a serem nomeados pelo Papa para *múnus* episcopal além do Cabo da Boa Esperança” (GALVÃO e SELVAGEM, 1953: 322). Apesar das bulas pontifícias concederem, ao longo dos tempos, “direitos indiscutíveis à Coroa Portuguesa” (LOPES e FERRÃO, 2010: 347), verificava-se um movimento irreversível, no Padroado, no sentido de reduzir a sua área de influência. Na Concordata de junho de 1886 foi negociada uma redistribuição geográfica mais coerente com a realidade política, sendo esta revista no Acordo de 15 de abril de 1928, limitando a jurisdição do Padroado aos territórios na dependência direta do Governo português, mas estendendo-a a Cochim e Meliapor e manteve-se a dupla jurisdição do Padroado e da *Congregação de Propaganda Fide*²³¹ em Bombaim, Mangalor, Quilon e Trichinópolis. Contudo, os conflitos continuaram nos territórios de dupla jurisdição do Padroado e da *Congregação de Propaganda Fide* surgindo, num clima de verdadeira tensão entre o Estado português

²³¹ Em 1662, no pontificado de Gregório XV, foi criado um departamento na Cúria Romana – a *Congregação de Propaganda Fide* - assumindo a Santa Sé a direção suprema das missões, em virtude da “falta de unidade na metodologia pastoral praticada pelas várias ordens religiosas e o excessivo controlo de Portugal e Espanha sobre a administração das missões (...)”. Outras razões justificaram a criação de *Propaganda Fide*: “a insuficiência de prelados e a falta de recursos financeiros nas missões do Padroado; a deficiente assistência religiosa (...); as questões de jurisdição entre regulares de ordens diferentes, sobretudo quando estrangeiras, e o Ordinário da diocese; a ignorância das culturas e línguas locais, por parte dos missionários do Padroado; a não admissão de naturais nas ordens religiosas de origem europeia e o relaxamento e a indisciplina claustral de alguns regulares” (LOPES; FERRÃO, 2010: 347,348).

e a Santa Sé, uma nova Concordata, em 7 de maio de 1940, assim como o Acordo Missionário. Para Salazar, “a Concordata fora a gema mais difícil de obter na coroa da sua estratégia política de restauração conservadora do Estado. Ao pé dela o processo de elaboração da Constituição de 1933, que definira a estrutura do regime, tinha sido, se não fácil, pelo menos mais simples e rápido” (REIS, 2006: 173-174). Curiosamente, quando a Concordata entrara numa fase negocial, o Acordo Missionário ainda nem sequer tinha sido concebido, mas, a partir de maio de 1938, os dois textos serão considerados inseparáveis - Concordata e Acordo Missionário - sendo os dois acordos assinados em maio de 1940. O Acordo Missionário marcou uma etapa na consolidação do referencial católico como elemento integrador do Ultramar português, definindo a atividade missionária católica, e conseguindo, deste modo, o Estado delimitar os poderes da *Congregação de Propaganda Fide*.

No entanto, Salazar não consegue evitar as contrariedades com a recente União Indiana. Nehru, em 1947 considera que “a ligação da Igreja Católica a um poder político estrangeiro na Índia irá necessariamente criar confusão e preconceitos na cabeça das pessoas relativamente à Igreja” (Nehru, cit. in REIS, 2006: 192). Em inícios de setembro de 1948, foi recebida uma nota indiana, em que a questão do Padroado era colocada oficialmente “the time has now come when all dioceses in India should be administered directly by the Holy See without the intervention of a third power” e “the jurisdiction of the Archbishop of Goa should not extend to Indian territory”, devendo o Governo português entrar em negociações com a Santa Sé de modo a encontrar uma solução rápida (MNE, 1967a: 99-101)²³².

Para Salazar, era à Santa Sé que cabia solicitar a Portugal o início das negociações, o que permitiu arrastar e prolongar o mais possível as conversações. O Vaticano olhava com interesse as descolonizações do pós-guerra, pois, “apesar dos temores quanto ao radicalismo de alguns destes novos nacionalismos, o Papado via neste facto uma evolução natural e a possibilidade de libertar definitivamente a missionação católica de qualquer tutela imperial”, enquanto Salazar via naquelas uma ameaça, adotando uma “lógica de resistência” (REIS, 2006: 195). Se no Vaticano existiam temores relativos ao novo Estado da União Indiana estes cessaram com a atuação do Partido do Congresso ao incluir um padre católico na sua lista de deputados e ao garantir, na Constituição indiana, a liberdade de consciência e de culto em público.

²³² Carta do Alto-comissário da União Indiana em Londres, Menon, para o embaixador de Portugal em Londres, 7 de setembro de 1948, doc. n.º 100.

Superadas as dificuldades do acordo da Concordata, as relações entre o Estado Novo e Roma estavam de novo envolvidas em tensão. Em 1949, o Governo de Nova Deli afirma a pretensão de que cessem os privilégios portugueses concedidos pela Santa Sé quanto à designação de bispos para Bombaim, Meliapor, Cochim, Mangalor, Quilon e Trichinópolis e que a arquidiocese de Goa se restrinja à área de Goa, deixando de abranger territórios sob soberania indiana. Salazar decide escrever ao patriarca das Índias, D. José Costa Nunes,²³³ solicitando o seu parecer e o dos demais prelados do Padroado sobre o interesse deste. Advertindo, no entanto, que considerava a extinção do Padroado “«um desastre religioso e simultaneamente para nós um desastre político» porque ia «minar exactamente a base espiritual mais forte do nosso domínio»” (Salazar cit. in REIS, 2006: 217). Consultados os prelados portugueses das sés indianas do Padroado – Cochim, Meliapor – assim como de Goa, foram encontrados os argumentos sobre o seu escasso ou nulo valor para Portugal o que leva ao Patriarca das Índias Orientais, na sua resposta a Salazar afirmar que “considerava aceitável que o Padroado Português perdesse as dioceses de Cochim e Meliapor” (LIMA, 2010: 117), devido ao seu escasso ou nulo valor para Portugal e que insistir seria absurdo face ao nacionalismo indiano.

Após meses de negociação, somente a 18 de julho de 1950 é assinado o Acordo entre a Santa Sé e Portugal, pelo qual Portugal renunciava a todos os direitos de Padroado nas dioceses situadas fora dos territórios portugueses da Índia, retardando, contudo, a eventual delimitação da Arquidiocese de Goa. Era “a extinção do Padroado; e perante essa perspectiva, Salazar sente mágoa profunda” (NOGUEIRA, 2000a: 140). É possível que a Santa Sé valorizasse a presença portuguesa na Índia e pretendesse evitar os conflitos com Portugal “mais les pratiques discriminatoires et nationalistes de l’Église portugaise ternissent inévitablement l’image du catholicisme en Inde et entrent en conflit avec les intérêt du Saint-Siège qui souhaite, de son côté, anticiper la décolonisation en bâtissant une Eglise indienne dont gardera le contrôle” (BÈGUE, 2007: 311)

Num período de perda da influência as comemorações dos 400 anos da morte de S. Francisco Xavier, em 1952, serviram, num tempo conturbado das relações entre Portugal e a Índia, para marcar a presença religiosa e política de Portugal na Índia.

²³³ D. José da Costa Nunes (1880-1976) foi nomeado Patriarca das Índias Orientais, em 1940, cargo que exerceu até à 1953. Com a nomeação do Patriarca D. José da Costa Nunes para vice-camerlengo da Santa Igreja, ascendeu a Patriarca D. José Vieira Alvernaz a 18 de setembro de 1953.

Interessante é recordar que já em 1910 a mudança de regime em Portugal, não impediria que fosse aprovada a veneração das relíquias de S. Francisco pois, como refere Teotónio de Souza “a promoção do culto de S. Francisco Xavier foi uma estratégia que melhor serviu os interesses do Padroado em declínio” (2010: 382). Por isso, durante o período das comemorações em 1952 o regime tentará reafirmar a continuidade histórica e religiosa da presença de Portugal em Goa. Foi enviada uma delegação, liderada pelo Cardeal Cerejeira, composta por eclesiásticos e políticos. Apesar de ter sido indicado não incluir aspetos políticos, retirando-se “tudo quanto possa ser motivo reparos tanto mais já alguns jornais comentaram o facto”²³⁴, foram concedidas facilidades para repórteres cinematográficos ingleses realizarem uma película sobre Goa, com o objetivo de mostrar como a Índia Portuguesa foi a transmissora da influência do Ocidente no Oriente “especialmente raízes espirituais exponentes S. Francisco Xavier e mostrar relativa prosperidade Goa e resistência pressão União Indiana”²³⁵.

Mas as relações entre Portugal e a Santa Sé ao longo de 1953 estariam de novo envolvidas em alguma animosidade, em virtude da elevação a cardeal de Valeriano Gracias, sendo o primeiro cardeal da Índia independente. Esta decisão do Vaticano foi considerada pelo Governo português uma desconsideração, pois ao rejeitar a pretensão idêntica do Governo português de também ser feito cardeal monsenhor Costa Nunes, arcebispo de Goa, estava a esquecer, na opinião de Lisboa, a ação histórica missionária de Portugal na Índia. Já em 1948, a nomeação de um novo arcebispo de Bombaim, levantou algumas dúvidas, pois, segundo o acordo do Padroado com a Santa Sé, o arcebispo deveria ser alternadamente de nacionalidade britânica e portuguesa: sendo britânico o prelado de então, a ele deveria suceder um bispo português. A esta solução opõe-se o Governo de Nova Deli, propondo à Santa Sé um sucessor de nacionalidade indiana, de descendência goesa nascido em Carachi, tendo sido nomeado Valeriano Gracias.

Em Lisboa, Paulo Cunha, o ministro dos Negócios Estrangeiros, conclui com a Santa Sé, a 27 de setembro de 1953, o acordo de delimitação da Arquidiocese de Goa, no seguimento da reorganização territorial eclesiástica do novo Estado indiano, reduzindo o exercício do Padroado do Oriente aos limites dos territórios do Estado Português da Índia. As concessões feitas no plano da política religiosa contrastavam

²³⁴ Telegrama do governador-geral do Estado da Índia para o Ministério do Ultramar, 16 de outubro de 1952, in AHU/140/1A/MU/GM/Mç. 1948- 1952.

²³⁵ Telegrama do governador-geral do Estado da Índia para o Ministério do Ultramar, 20 dezembro de 1952, in AHU/140/1A/MU/GM/Mç. 1948- 1952.

com a irredutibilidade no que respeita às negociações quanto ao Estado Português da Índia. Após anos de esforços diplomáticos com o Vaticano, Salazar perdia o poder de exercer influência eclesiástica sobre a comunidade católica do território da União Indiana. Pois como recordara Salazar no seu discurso, a 11 de julho de 1947, na sala da biblioteca da Assembleia Nacional quando da reunião para apresentar despedidas das delegações de todos os territórios ultramarinos que tinham ido a Roma às cerimónias da canonização de S. João de Brito:

“se, por exemplo, nos sentimos indissolúvelmente presos ao Estado Português da Índia, não é pelos interesses materiais – pequenos para nós e para outros - mas porque constitui, com Macau, um padrão do espírito do Ocidente que tivemos a glória, cometemos a audácia, fizemos o sacrifício de implantar ali, tornando possível S. Francisco Xavier e, com ele, a esplêndida floração da mais alta espiritualidade cristã” (SALAZAR, 1951: 284).

A derrota diplomática nesta matéria foi o primeiro grande sinal de perda de influência do Estado Novo no palco internacional.

CAPÍTULO III – “FÍSICA E POLITICAMENTE NA ZONA DOS GRANDES TUFÕES”²³⁶

1. As palavras cuidadosamente escolhidas

Portugal ao ter sido admitido em algumas das organizações criadas após a II Guerra Mundial permitiu ao regime entrar na década de 1950 com uma maior confiança que conservará até às eleições de Humberto Delgado²³⁷. O apoio inequívoco dos aliados ocidentais, não só à política externa mas, ao próprio regime salazarista, era uma realidade. Eisenhower, Presidente dos EUA, reafirmou esse apoio quando se pronunciou acerca do regime português: “ditaduras deste género são necessárias em países cujas instituições políticas não são tão avançadas como as nossas” (cit. in ROSAS, 1994: 503). Se por um lado com o fim da II Guerra Mundial e perante a ameaça da Guerra Fria, os aliados anglo-americanos apoiam a permanência de Salazar, por outro, as hesitações e divisões no campo oposicionista quanto à melhor tática a adotar dão margem à recomposição do regime.

Fracassados os projetos unitários da oposição, surgem tentativas de organização das forças políticas em dois campos bem diferenciados com atividades e dinâmicas diferentes, e com poucos pontos de contacto. O MND “baseava a sua estratégia numa luta activa pela manutenção e conquista de direitos políticos, tentando obter o apoio popular para posições coerentes contra o regime” (RABY, 1999: 42). A organização de movimentos e realização de manifestações e sessões públicas em defesa da paz, com a participação de Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, António Lobão Vital, José Morgado e a escritora Maria Lamas, eram frequentes. Alguns republicanos e socialistas abandonam a tática frentista de 1945 e, em 1949, tentam agrupar-se em torno de Mário de Azevedo Gomes na “Comissão dos Vinte e Quatro”, com uma postura mais pró-

²³⁶ NOGUEIRA, 2000a : 301.

²³⁷ Portugal em 1949 adere à Nato, em 1955 à ONU e em 1959, em cerimónia realizada em Lisboa, Portugal formaliza a sua adesão ao Tratado que institui a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

ocidental, “atlantista”, pensando que com a aproximação aos EUA, Portugal seria invadido pelos ideais democráticos. Por iniciativa da “Comissão dos 24” foi criado o Diretório Democrato-Social, em dezembro de 1950, que tinha como figuras Mário de Azevedo Gomes, António Sérgio, Jaime Cortesão, Acácio Gouveia, Francisco Cunha Leal, Carlos Sá Cardoso, Carlos Pereira, comandante Moreira de Campos, Nuno Rodrigues dos Santos e Raúl Rego. A adesão de Cunha Leal e Acácio Gouveia ao Diretório Democrato-Social permitiu atrair setores conservadores, liberais, os velhos sobreviventes do Partido Republicano Português, bem como, intelectuais de esquerda em rutura com o PCP.

A morte do Presidente da República, o marechal António Óscar Fragoso Carmona, a 18 de abril de 1951, obrigou à realização de eleições nesse ano. A existência formal de mecanismos eleitorais permitia à oposição, durante um curto período, uma maior possibilidade de se pronunciar, o “ditador aliviava um pouco a censura e permitia aos opositores que aparecessem à luz do dia, desde que o fizessem em ordem dispersa, ou seja: desorganizadamente, dado que todas as formações políticas, à excepção da União Nacional, continuavam proibidas!” (SOARES, 1974: 97). Apesar da liberdade eleitoral ser sempre desigual, no sentido em que era exigida à oposição – e só a ela – uma série de condições a que os seus adversários não estavam obrigados, a oposição aproveitou estas ocasiões para manifestar o seu repúdio pelas políticas do governo, despertar as consciências para a situação política e continuar a sua luta pela restauração das liberdades fundamentais.

As tentativas para encontrar um único candidato da oposição à Presidência da República fracassaram. A rutura da unidade da oposição era uma realidade, após as eleições presidenciais de 1949, e sob o signo da divisão, ocorreram as eleições de 1951, aparecendo como candidatos da oposição Ruy Luís Gomes e Quintão Meireles. A União Nacional apresentava a candidatura de Francisco Craveiro Lopes para a Presidência da República.

Apresentadas as candidaturas, iniciou-se o período de propaganda política. Os candidatos, através dos respetivos manifestos, apresentaram os propósitos das suas candidaturas. Mas, até que ponto estava a oposição preparada para abordar a questão colonial? Será que as palavras pronunciadas por Nehru, ao longo do ano de 1950, tiveram algum eco nos manifestos dos candidatos da oposição?

Ruy Luís Gomes, com o apoio do MND, apresenta a sua candidatura na continuidade da ação desenvolvida pelo MUD e pela candidatura de Norton de Matos.

A 8 de junho, o candidato dirige-se *Ao Povo*, revelando as linhas mestres da sua candidatura, alicerçada em três objetivos fundamentais: República e Liberdade; Pão e Trabalho; Independência Nacional e Paz. Não sendo o problema ultramarino central na reivindicação de *Independência Nacional e Paz*, são tecidas críticas às despesas militares do governo, aos novos e mais pesados sacrifícios sobre a população, sem que o povo pudesse “discutir livremente os problemas da Paz e da Independência Nacional”, denunciando, ainda “a utilização do território nacional para a instalação de bases militares de outras potências”²³⁸.

Por sua vez, Quintão Meireles, antigo ministro da ditadura e dissidente do 28 de Maio, era apoiado pelas forças oposicionistas mais conservadoras²³⁹. Ao seu lado estava Cunha Leal, Mário Azevedo Gomes, António Sérgio e Henrique Galvão²⁴⁰, assim como o Partido Republicano que, apesar das críticas feitas por Quintão Meireles à I República e ao próprio partido, “acabaria também por dar-lhe a sua indicação de voto” (CRUZ, 1983: 724). Do manifesto *Declarações políticas do candidato à Presidência da República, Almirante Quintão Meireles*, divulgado a 3 de julho, quatro dos quinze pontos foram dedicados ao Ultramar, contudo o ponto I do manifesto, não estando diretamente relacionado com Ultramar está implicitamente presente:

“I - acatar e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa vigente, repudiando o recurso a sofismas que, de alguma forma, a deturpe e viciem;

II - Repudiar, por consequência, todo o partidarismo político, atentatório da dignidade e integridade da Pátria e da sua extensão territorial ultramarina, seja qual for a forma por que se apresente;

III – Promover, sem distinção de credos políticos ou religiosos, que não colidam com a integridade da Pátria, a concórdia e a pacificação de todos os portugueses, salvando e defendendo todos os valores que, arbitrariamente, têm sido afastados das possibilidades de uma colaboração útil; (...)

²³⁸ RESENDE, Jorge (2005a). “«Ao Povo» - Manifesto eleitoral do candidato Ruy Luís Gomes, datado de 8 de Junho de 1951”, in *Ruy Luís Gomes*. Disponível em: <http://ruyluisgomes.blogspot.pt/2005/10/ao-povo-manifesto-eleitoral-do.html> (consulta realizada a 10 de dezembro de 2012). Segundo notícia do jornal *República* “o embaixador americano em Nova Delhi, Loy W. Henderson desmente que os Estados Unidos pretendam bases no sudeste Asiático (Paquistão, Nepal ou Goa)”, in *República*, n.º 7123, 6 de outubro de 1950, p. 1.

²³⁹ A candidatura de Quintão Meireles foi claramente anticomunista, anunciando ao país: “Não há nem haverá, nem se criaram, não se esperam nem desejam qualquer entendimento, ligações ou formas de aparentemente com o grupo que se propõe a candidatura do sr. Prof. Ruy Luís Gomes, ou com qualquer grupo ou partidos cuja ação se encontra directa ou indirecta na dependência da política estrangeira” (cf. ALMEIDA, 1999: 461).

²⁴⁰ Henrique Galvão subscreveu a candidatura de almirante Quintão Meireles e interveio ativamente ao participar como diretor dos serviços de relações públicas da candidatura (MONTOTO, 2005: 131).

X – Rever e reformar os métodos de administração ultramarina no sentido do progressivo desenvolvimento material, político e moral das suas populações sem prejuízo da unidade imperial e do espírito tradicional da colonização portuguesa; (...)

XV – Orientar e corresponder a todos os anseios sinceros e patrióticos de justiça social, trazendo à solução do problema os vastíssimos recursos e possibilidades que, no quadro das realidades nacionais, o Ultramar Português oferece à valorização pessoal e à elevação do nível de vida, em condições mais seguras e concretas do que pela adesão a doutrinas económicas e sociais, concebidas num quadro de mútuas instituições e possibilidades internacionais”²⁴¹.

A defesa e salvaguarda da manutenção do Império, promovendo a “concórdia e pacificação de todos os portugueses”, sem que esta colida com a integridade da Pátria, são palavras presentes no manifesto de Quintão Meireles, seguindo a linha dos republicanos. Assim como era defendido a reformulação da administração ultramarina no sentido de promover o progressivo desenvolvimento das populações, mas sem que a unidade imperial e o “espírito tradicional da colonização portuguesa” fosse posta em causa. A conhecida posição do antigo candidato oposicionista à Presidência da República em 1949, Norton de Matos estava presente no manifesto de Quintão Meireles. Defensor de uma maior autonomia das colónias, Norton de Matos apoiava o fomento e o desenvolvimento económico local à base da agricultura, o desenvolvimento cultural dos “nativos” acautelando a sua dignidade humana em relação às condições de trabalho e a necessidade de dignificar a administração ultramarina. Olhando de novo para o pensamento político do candidato à Presidência da República, almirante Quintão Meireles, ao nível da política externa mantêm-se o desejo de manter relações amistosas com a Inglaterra e os Estados Unidos, a boa vizinhança com Espanha e o fomento das relações de amizade com o Brasil, assim como o fortalecimento da posição de Portugal no Pacto Atlântico conseguindo, “como é de justiça, a participação de Portugal na ONU”²⁴².

Para os movimentos da oposição, a política colonial defendida pelo regime era secundária perante a lista dos grandes problemas nacionais. As suas reivindicações e luta centravam-se no derrube do regime, na conquista, não só das liberdades fundamentais, como dum sistema democrático e do melhoramento das condições de

²⁴¹ “Declarações políticas do candidato à Presidência da República, Almirante Quintão Meireles”, in *República*, n.º 7387, 4 de julho de 1951, pp. 1 e 8.

²⁴² “O que pensa o sr. Almirante Quintão Meireles, indigitado à Presidência da República”, in *República*, n.º 7377, 24 de junho de 1951, p. 4.

vida do povo português. Mesmo com a mudança do paradigma colonial, no pós-guerra, fruto da Carta das Nações Unidas e o triunfo do movimento independentista no território indiano, as palavras usadas no que concerne ao problema colonial foram sempre cuidadosamente escolhidas ou omitidas de modo a não criar divisão no seio da população, onde existia em torno das colónias um certo consenso nacional. Os manifestos apresentados pelas candidaturas de Ruy Luís Gomes e de Quintão Meireles demonstravam a dificuldade da oposição em pronunciar-se sobre um assunto que poderia provocar a rutura do apoio que o povo português ousava demonstrar, mesmo vivendo em ditadura. Se Ruy Luís Gomes criticava as despesas militares do Governo que apenas traziam mais sacrifícios para uma população que não podia discutir livremente os problemas da Nação, como os problemas da Paz e da Independência Nacional, o seu Manifesto *Ao Povo* não refletia a linha defendida pelo PCP, em maio de 1951, do “direito do povo dos domínios portugueses na Índia escolher livremente o seu destino”²⁴³. Por outro lado a candidatura de Quintão Meireles, com o apoio do Diretório Democrato-Social e do Partido Republicano, mantinha a continuidade da defesa da unidade territorial, promovendo o desenvolvimento material, político e cultural das populações.

Rejeitada a candidatura de Ruy Luís Gomes pelo Conselho de Estado, sendo considerado o candidato inelegível, os seus apoiantes passaram a defender a abstenção. Por outro lado Quintão Meireles perante a censura prévia dos comunicados e a sua destruição por agentes do Estado e dos Municípios, a correspondência violada, a recusa do uso de microfones, a indisponibilidade de salas, a falta de garantias de fiscalização, a falta de papel para a impressão das listas, informava no seu *Manifesto dirigido ao País* que “continuar a lutar nestas condições seria apenas colaborar ou contribuir, ingénua ou conscientemente, não só para a legitimidade aparente de uma fraude eleitoral como para a agitação e excitação da opinião pública que alguns agentes do Poder e os órgãos da imprensa a soldo movimentaram em todo o País”²⁴⁴. A desistência da sua candidatura é anunciada a 19 de julho realizando-se as eleições com um único candidato, Francisco Craveiro Lopes apoiado pela União Nacional.

²⁴³ “Terror Salazarista na Índia Portuguesa. Que os soldados voltem para casa”, in *Avante!*, VI série, n.º 159, maio de 1951, p. 2.

²⁴⁴ “Manifesto dirigido ao País”, in *República*, n.º 7403, 20 de julho de 1951, p. 1.

Decorrendo o período eleitoral no Estado Português da Índia, o ministro do Ultramar²⁴⁵, Sarmiento Rodrigues²⁴⁶ manifestava a sua satisfação pela participação entusiasmada da população, o que refletia segundo o ministro a “nossa unidade” e a melhor prova dos “direitos que assistem aos cidadãos da Índia de intervir nos atos de maior projeção vida nacional”. Advertia, ainda, da importância de evitar as abstenções uma vez que “poderiam ter significado duvidoso prejudicial” pois, apesar do Ultramar não ter influência apreciável no resultado da eleição, tornava-se necessário, segundo o Ministro, marcar a “nossa posição” seguindo sempre a orientação que a Metrópole seguir²⁴⁷.

²⁴⁵ Por força do Decreto-Lei n.º 38.300, de 15 de junho de 1951, o departamento governamental do Ministério das Colónias foi substituído pelo Ministério do Ultramar. Os telegramas consultados referentes ao período de julho de 1951 foram redigidos em papel timbrado ainda com o símbolo e nomenclatura do Ministério das Colónias.

²⁴⁶ Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (1899-1979) foi como ajudante de campo do governador-geral do Estado da Índia, Mariano Martins, que teve o seu primeiro cargo colonial, entre junho de 1925 e outubro de 1926. Como Governador da Guiné (março de 1945 a janeiro de 1949) “tentou compatibilizar uma política que tivesse em conta os interesses dos colonialistas, mas que não descuidasse os anseios e expectativas dos autóctones” (FERRÃO, 1997: 16). Deputado na Assembleia Nacional, na V Legislatura (1949-1953) e perante as afirmações atribuídas ao Primeiro ministro da União Indiana sobre Goa, profere um discurso sobre a sua experiência de um ano em Goa: “Todos nós o sabemos, todo o mundo ilustrado o conhece. Não estou eu no Parlamento em Nova Delhi, junto ao ilustre Primeiro ministro Nehru, frente aos seus admiradores e aos seus intransigentes adversários, para lhes dizer o que porventura ignorem e que muito vantajoso lhes seria não esquecer: o papel civilizador e benéfico que Portugal desempenhou desde os primeiros tempos na Índia e o que ainda continua a desempenhar” (RODRIGUES, 1955: 17). Ao ser convidado para ministro das Colónias, suspende o mandato na Assembleia Nacional e exercerá o cargo de ministro de 1950 a 1955. O convívio com várias personalidades relevantes como o almirante Gago Coutinho, “pelas suas lições de sabedoria náutica e arrojo dos seus empreendimentos”, o general Norton de Matos “pela largueza da sua experiência e obra política colonial e Jaime Cortesão pela erudição dos seus conhecimentos históricos e humanismo da sua maneira de pensar” contribuiu para a sua formação cultural e evolução política (FERRÃO, 1999: 41). Da sua experiência como governador da Guiné, formulará as orientações políticas seguidas posteriormente no Ministério: a ideia de erguer um “sistema jurídico-ideológico federal-lusotropicalista” para o império português, uma tentativa de harmonização entre o princípio da descentralização da administração ultramarina salvaguardando a soberania lusa, defendendo uma política de unidade nacional, com o desenvolvimento e povoamento dos territórios ultramarinos (FERRÃO, 1999: 80-87). As suas posições liberais, dentro do regime, e os seus contactos com muitos oposicionistas da ditadura fizeram com que fosse, principalmente, na década de 1960 atentamente vigiado pela PIDE.

²⁴⁷ Telegrama do ministro do Ultramar para o Governo Geral do Estado da Índia, Nova Goa, 3 de julho de 1951, in AHU/530/1E/MU/GM/Mç. 1951 - Eleições.

Quadro 3

Resultados do Ato Eleitoral de 22 de julho de 1951 no Estado Português da Índia

Concelho	N.º Recenseados	Votantes	%
Goa	7356	6970	94,75
Salsete	3127	2877	92
Bardez	2813	2803	99,64
Mormugão	1079	1079	100
Pondá	1810	1805	99,7
Bicholim	763	735	96,35
Perném	796	666	83,6
Quepém	796	796	100
Sanguém	977	977	100
Canácona	587	587	100
Satari	275	200	98
Damão	675	669	99
Nagar-Aveli	258	193	74
Diu	378	316	84,59
Total	21663	20716	95,62
Total²⁴⁸	21687	20740 abstenções 947	95,63

Fonte: Telegrama do Governo-geral da Índia para o ministro do Ultramar, Nova Goa, 24 de julho de 1951, in AHU/530/1E/MU/GM/Mç. 1951 - Eleições.

Terminado o período eleitoral a partir da comissão de candidatura de Quintão Meireles, em novembro de 1951, foi constituída a Organização Cívica Nacional (OCN), sob a égide de António Sérgio e com o envolvimento de Mário Cal Brandão, António Macedo, Teófilo Carvalho dos Santos, José Magalhães Godinho, Henrique Galvão e o capitão Maia, a qual, no entanto, nunca ultrapassará a fase inicial. A 7 de janeiro de 1952, a PIDE entra na sede da OCN, na Rua Assunção, Lisboa, e, sob acusação de conspiração contra o Estado, prende vários membros, que se encontravam em reunião, entre os quais Henrique Galvão.

As tentativas, ao longo da década de cinquenta, de constituição de movimentos de unidade vão ser uma constante. Mário Soares, Manuel Mendes, Fernando Piteira Santos, Gustavo Soromenho, Ramos da Costa e outras figuras da oposição, tentando recuperar as forças perdidas, fundam, em 1953/54, a Resistência Republicana (RR). E, como sublinha Mário Soares, a Resistência Republicana “nunca foi mais do que um sólido grupo de amigos, que analisavam em comum a evolução da vida nacional (...). Amigos, politicamente com ideias afins, embora não completamente coincidentes,

²⁴⁸ Telegrama do Governo Geral do Estado da Índia ministro do Ultramar, Nova Goa, 30 de julho de 1951, in AHU/530/1E/MU/GM/Mç. 1951 - Eleições.

partilhando as mesmas concepções quanto ao futuro próximo sobretudo no que se referia à análise crítica da actuação do Partido Comunista, à sua comprovada incapacidade para ser o motor de uma luta conducente ao derrubamento do fascismo, e, portanto, à necessidade imperiosa de redefinir uma esquerda, liberta de hipotecas paralisantes” (1974: 195). Por outras palavras a RR pretendia ser um grupo de reflexão e intervenção política sem a pretensão de constituir-se em partido, ambicionava ser uma opção ao velho republicanismo liberal, por um lado, e ao Partido Comunista, por outro, aliando elementos em rutura com o PCP e nomes ligados à União Socialista (MARTINS, 2005: 79) ²⁴⁹. Por volta de 1956, Mário Soares, por convite de Adão e Silva, integra o Diretório Democrato-Social “garantindo o alargamento do apoio ao restrito núcleo da RR” (MARTINS, 2005: 81)²⁵⁰.

²⁴⁹ A Resistência Republicano “foi constituída por membros desiludidos da União Socialista, como Gustavo Soromenho, José Magalhães Godinho, António Macedo, José Ribeiro dos Santos; por antigos dissidente do Partido Comunista, como Fernando Piteira Santos, Francisco Ramos da Costa, Francisco Zenha e Mário Soares e por independentes como Manuel Mendes, Catanho de Menezes e Eurico Ferreira” (AVILLEZ, 1996: 938). À qual se juntou “José Ribeiro dos Santos, Teófilo Carvalho Santos, Torre da Assunção (por pouco tempo), José Magalhães Godinho e Eurico Ferreira” (SOARES, 1974: 194).

²⁵⁰ No ano de 1956 foi ainda constituída a Frente Nacional Liberal e Democrata mas a incapacidade de entendimento com o grupo que gravita em torno de Mário de Azevedo Gomes acelerou a sua desintegração.

2. A viagem ministerial a Goa

Num momento em que a união da Oposição já não era possível, o PCP adotou uma abordagem diferente perante o problema colonial. Na sua luta em defesa da Paz, denunciava o “terror salazarista” na Índia Portuguesa e apelava ao regresso dos soldados portugueses²⁵¹. Já antes, em 1948, a Direção dos Serviços de Censura deu conhecimento da apreensão pelos CTT, de um folheto intitulado *O Militante*, da cidade de Goa. Nesse folheto a luta da libertação de Goa era entendida como “parte integral da luta das classes na grande Índia, em Portugal e no mundo inteiro”, no estabelecimento de uma sociedade socialista. Neste sentido, no folheto clandestino *O Militante*, se diz às forças expedicionárias da Marinha e do Exército, “que o povo de Goa, vivendo sob as garras do cru terrorismo militar tem-se organizado a lutar pelo mais elementar direito democrático da Independência Nacional”, tratando-se por isso de uma luta contra um inimigo comum e que a luta dos goeses contra os seus opressores era “um compl[e]mento” da luta contra o regime de Salazar. Por isso, *O Militante* concluía que como as Forças Expedicionárias foram trazidas para Goa para suprimir o “movimento democrático”, era importante, que estas fraternizassem com o “movimento da resistência em Goa” pois a “vitória das forças democráticas em Goa será um ímpeto dirigido contra o regime Salazarista de Portugal”²⁵². Segundo a direção dos Serviços de Censura: “Os comunistas não desarmam nem descansam, como se verifica pela prova junta, apreendida pelos CTT. Arvoraram-se em campeões da libertação dos povos oprimidos por Portugal! Que pena não se poderem enviar para a Rússia, para se deleitarem com os benefícios da liberdade, que ali disfrutam os seus camaradas!”²⁵³.

Quando das manifestações em Bombaim, com o apoio do *National Congress* (Goa), - por ocasião da visita a Goa, em 1952, do ministro do Ultramar, Sarmento

²⁵¹ “Terror Salazarista na Índia Portuguesa. Que os soldados voltem para casa”, in *Avante!*, VI série, n.º 159, maio de 1951, p. 2.

²⁵² *O Militante*, 2 de março de 1948, cidade de Goa, in ANTT/AOS/CO/UL 16A, p. 174. O nome do jornal *O Militante* surge quando da prisão de José Maria Furtado, presidente do *National Congress* (Goa), a 30 de março de 1948, no seu depoimento “assumed full responsibility for the activities of National Congress (Goa), but however, he said he had nothing to do with the underground papers «O Militante» and «Jwala» it is learnt”. “Goa Congress President Arrested”, *Bombay Chronicle*, 31 de março de 1948, in Gazetteers Department, in *Source Material for a History of the Freedom Movement - Goa Freedom Struggle Vis-A-Vis Maharashtra (1946-1960)* Vol. VIII, p. 111. <https://cultural.maharashtra.gov.in/english/gazetteer/VOL-VIII-PART-I/Home.html>

²⁵³ Informação da Direção dos Serviços de Censura, 11 de outubro de 1948, in ANTT/AOS/CO/UL 16A, p. 173 (sublinhado no original).

Rodrigues - o PCP através do *Avante!* exorta o povo goês “a continuar a sua luta” apoiando todas as reivindicações inscritas no Memorando a ser entregue ao ministro do Ultramar²⁵⁴.

É numa nova conjuntura mundial adversa ao colonialismo, em que havia a necessidade de afirmar a integridade do império português, que se realiza a viagem de Sarmento Rodrigues ao Estado da Índia, Macau e Timor. Em mais uma ação de propaganda do regime, o governo de Salazar procurava com esta viagem, segundo o telegrama do ministro do Ultramar para o governador-geral do Estado da Índia, corresponder aos “desejos manifestados pelos habitantes através da imprensa e prossegue no propósito [de] consolidar a mais perfeita unidade espiritual e afectiva entre Ultramar e Metrópole”, como também contribuir para a resolução dos mais importantes problemas daquelas províncias²⁵⁵. Decidida a viagem, a 23 de janeiro de 1952, pelo Conselho de Ministros, com partida marcada para 3 de abril e chegada a Goa a 20 de abril, Sarmento Rodrigues foi o primeiro ministro do Ultramar a visitar as províncias do Oriente, tendo realizado a viagem inaugural da carreira portuguesa para o Oriente no paquete *Índia*. Após a notícia da visita oficial do ministro do Ultramar a Goa, um grupo de cidadãos de Margão participa, a 25 de março, ao administrador do Concelho a realização, para o dia 29, de uma reunião pública de modo a dar a conhecer as aspirações do povo goês para serem posteriormente entregues ao ministro, quando da sua chegada. Mas, informado o ministro do Ultramar de tal situação, responderá ao governador-geral, em telegrama de 28 de março, que “reuniões públicas não podem trazer contribuição substancial para resolução problemas administrativos que mais lucram serem estudados por pessoas capazes esclarecidas”²⁵⁶. Deste modo, segundo Bruto da Costa, um dos subscritores da reunião, o governador-geral “usou de todos os meios ardilosos” para que não fosse realizado o comício (Costa cit. in COSTA, 2013: 2). Por outro lado, o movimento *United Front of Goans*, perante a impossibilidade dos goeses expressarem as suas aspirações junto do ministro, decide, através do panfleto “Boycott Com. Sarmento – United Front of Goans on Fast in Bombay”, apelar a um

²⁵⁴ “Povos de Goa, Damão e Diu, Avante na luta pela vossa liberdade”, in *Avante!*, VI série, n.º 170, agosto de 1952, p. 3.

²⁵⁵ Telegrama do ministro do Ultramar para o governador-geral do Estado da Índia, 24 de janeiro de 1952, in AHU/140/1A/MU/GM/Mç. 1948-1953.

²⁵⁶ Telegrama do ministro do Ultramar para o governador-geral do Estado da Índia, 28 de março de 1952, in AHU/63/1A/MU/GM/Mç. 1951-1952.

protesto contra a política colonial portuguesa com uma manifestação com bandeiras pretas junto ao consulado português de Bombaim para o dia 23 de abril²⁵⁷.

Não desistindo de falar com o ministro quando da sua passagem por Goa, Bruto da Costa enviou, a 1 de maio de 1952, uma exposição ao ministro do Ultramar queixando-se que a censura transformara “a imprensa numa tela sem expressão nem cor, incapaz de traduzir a opinião do país e de a fixar nas suas tintas verdadeiras” (Costa cit. in COSTA, 2013: 25). Após a chegada de Sarmento Rodrigues a Goa, Bruto da Costa e António Colaço serão, apesar de tudo, recebidos no dia 3 de maio, no Palácio do Cabo, fazendo chegar assim a exposição subscrita por ambos, na qual se descrevia não só os acontecimentos mais recentes, como se davam também a conhecer os subscritores da iniciativa da realização da reunião pública²⁵⁸. O ministro desejando receber de novo Bruto da Costa para falar sobre a sua exposição, marcou um novo encontro para o dia 5 de maio. Contudo tal reunião não aconteceria pois à saída da primeira audiência com o ministro, como Bruto da Costa e António Colaço tivessem protestado contra a arbitrariedade do governador-geral, este, encaminhando-os para uma sala, afirmou-lhes

²⁵⁷ Panfleto - *Boycott Com. Sarmento – United Front of Goans on Fast in Bombay*, in ANTT/AOS-CO-UL 10D, p. 1027.

²⁵⁸ A convocatória da reunião a realizar no dia 29 de março foi assinada por “Abílio Souza, advogado – Aires Gomes, proprietário – Aleixo Velos, médico – Alúísio Leonardo Colaço, engenheiro-arquitecto – Álvaro Loiola Furtado, médico – Álvaro dos Remédios Furtado, advogado – Anastácio do Rosário Souza, advogado – António Anastácio Bruto da Costa, advogado – António Ângelo Henrique da Costa, advogado – António Cândido Caetano dos Santos Pereira, proprietário – António João dos Quadros, advogado – António José Calansâncio de Souza, proprietário – António José N. Pais, proprietário – António Tomás Prisónio Furtado, advogado – António Salvador do Nascimento Colaço, médico – António Santana Gracias, médico – António Xavier Gomes Pereira, advogado – Argemiro da Gama Barreto, médico – Ariosto Tovar Dias, advogado – Atmarama Xembu Palondicar, advogado – Augusto Barreto, farmacêutico – Aureliano da Piedade Miranda, médico – Baltazar de Menino Jesus Fernandes, proprietário – Barónio Monteiro, médico – Basílio Purificação Cota, médico – Bernardo Reis, advogado – Caetano Bartolomeu Vás, médico – Caetano Filipe S. da Silva, advogado – Camilo Severino Rodrigues, presidente da Associação e Proprietários e Agricultores – Carmino de Santa Rita Lobo, médica – Carmo Eduardo da Silva, professor – Casimiro Ribeiro, proprietário – Caxinata Damodar Naique, comerciante – Cipriano da Cunha Gomes, presidente da Associação de Advogados – Cirilo Vamona Naique, médico – Emérico Querobino Marins, médico – Esvonta Visnum Poi Raiturcar, comerciante – Francisco Correia, médico – Francisco Filomeno de Figueiredo, proprietário – Francisco da Paula Ribeiro, advogado – Francisco Pinto de Menezes, advogado – Francisco Xavier Furtado, agricultor – Francisco Xavier Valles, advogado – Gambeta da Costa, médico – Govinha D. Vaidya, médico – Govinda Sinai Orti, advogado – Joaquim da Cunha, proprietário – Pe. Joaquim Filipe Álvares – Joaquim Pascoal Menezes, médico – José Francisco Furtado, proprietário – José Martinho Cordeiro, advogado – José Sebastião da Piedade Colaço – Lázaro Gonzaga Faleiro, advogado – Lázaro Xavier Jesuino de Souza, proprietário – Lino Benedito Souza, proprietário – Luís da Costa, proprietário – Luís José do Carmo Lourenço, engenheiro arquitecto – Luís Guilherme Colaço, proprietário – Madusudan C.S. Desai, proprietário – Mário Baptista Cardoso, advogado – Mário da Silva Coelho, advogado – Mucunda Sincró, advogado – Narana Ladcoba Porobo Parcencar Desai, proprietário – Narcinva Damodar Naique, comerciante – Nicolau João José de Menezes, professor – Pe. Nicolau Noronha, director de *A Vida* – Roque Fenelon da Piedade Azaredo, advogado – Roldão de Souza, proprietário – Salvador João Júlio de Souza, advogado – Vamona Sinai Xeldencar, médico – Vassu Fotu Gaunso, advogado – Vencetexa Ananta Poi Raicar, escritor – Vencetexa V. Sardesai, farmacêutico – Vinaica Sinai Coissoró, advogado – Vissu Dotu Sinai Virgincar, comerciante” (COSTA, 2013: 6-8).

que não tolerava insinuações contra a sua honorabilidade. Bruto da Costa, ao refutar a acusação, foi agredido fisicamente pelo governador-geral, ao qual Bruto da Costa responde com dois murros. Perante tal situação Bruto da Costa, não deixando de narrar, em carta, o acontecimento ao ministro, informava-o que não compareceria à reunião marcada para o dia 5 de maio (COSTA, 2013: 43-44)²⁵⁹.

Situação semelhante já antes teria ocorrido quando da chegada a Goa do governador-geral, Fernando Quintanilha, pois segundo este relata numa carta ao ministro do Ultramar, na manhã seguinte apareceram no hotel onde estava instalado, umas pessoas para lhe entregarem um papel a pedir negociações para a entrega de Goa. Ao abrir a porta de uma saleta anexa aos seus aposentos, para ver quem tinha trazido o envelope, Quintanilha vê “entrar dois malandretes muito empertigados e senhores do seu papel, com ar grave e solene”, o que o terá feito fechar a porta, ficando só os três. Como estes nada diziam, perguntou a um deles “o que era aquilo, tendo o dito papel escorregado para a sua boca”, e, como nada respondiam, Fernando Quintanilha “teve que os pôr fora a ponta pés”, segundo o governador-geral, “pareciam dois vermes, nojentos e viscosos. Nem uma palavra. Nem a menor reacção. Encolheram o corpo apenas à espera de mais... Uns verdadeiros estupores!” Pelo que mais tarde veio a saber pelos jornais, “um era o tal «Vamona» e outro era o seu secretário”. Fernando Quintanilha terminava a sua carta ao ministro do Ultramar, observando que não sabia “onde iriam senão apanhassem uma lição. O atrevimento e o descaramento exigiam um correctivo adequado e não podia haver outro, já que as autoridades se é que não os estimulam, pelo menos consentem tudo e concertesa [sic] gostam”²⁶⁰.

Os representantes do *National Congress* (Goa), privados de um encontro com o ministro Sarmento Rodrigues, expressam o seu desagrado de não terem tido “numa atmosfera ampla de liberdade”, o privilégio de conversar com o ministro, tendo em conta que a viagem pretendia contribuir para a resolução dos problemas em Goa. Por

²⁵⁹ O incidente com Bruto da Costa será relatado no Relatório Confidencial sobre as províncias do Oriente de Barradas de Oliveira, ao observar que um governador deveria ter “um grande poder de maleabilidade, que lhe permitia entender-se com elementos sempre indispostos entre si num mundo de intriga permanente; e uma firmeza mais ou menos evidente, mais ou menos encoberta sob o largo espírito de tolerância, mas sempre inquebrantável. O Governador Fernando Quintanilha de Mendonça e Dias tem fama pública de se evidenciar mais nos excessos desta última qualidade no que em equilibrar-se na primeira. Isto não obsta que o Governador Quintanilha, que não goza de muitas simpatias pelo feitio que dizem irritável e atrabiliário, seja respeitado geralmente pela inteireza com que soube manter-se em circunstâncias difíceis como foram as que se verificaram no dia em que a União Indiana proclamou a sua independência”. Carta ao engenheiro Cancela Abreu, Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, Lisboa, 14 de agosto de 1952, in ANTT/AOS/CO/UL 10D, p. 1125.

²⁶⁰ Carta do governador-geral Fernando Quintanilha ao ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues, Goa, 15 de setembro de 1951, in ANTT/AOS/CO/UL 10D, pp. 1014-1017.

tal, como já foi referido, fizeram chegar um Memorando ao ministro em que apontavam a “incompatibilidade da co-existência do regime colonial na Índia Portuguesa com o governo democrático da Índia”, sendo necessário seguir uma política “audaz, guiada pela visão, que terá por fim integrar estes territórios na Índia sem nenhuma demora”, pois a “Índia portuguesa não é só geograficamente, parte integrante da Índia, mas também cultural e economicamente”. Sugerem ainda ao ministro que não se limitasse a ouvir as esferas oficiais, “cujos interesses estão em contraposição com os interesses do povo de Goa”, mas ouvir o povo de Goa restabelecendo as liberdades cívicas. Como os representantes do *National Congress* (Goa), entendiam que para satisfazer as aspirações dos goeses era necessário seguir uma política, que encaravam como, “audaz” guiada “pela visão, que terá por fim integrar estes territórios na Índia sem nenhuma demora”, era urgente, para alcançar esse fim modificar as condições políticas, como o:

- a) “Restabelecimento completo das liberdades cívicas com a abolição da censura;
- b) Ampla amnistia para os prisioneiros políticos e os demais nacionalistas;
- c) Permitir regresso a Goa aos políticos exilados que encontram em Portugal e Cabo Verde;
- d) Retirada imediata das tropas expedicionárias que com a sua presença não só concorrem para a ruína da economia de Goa, mas também, com os seus actos revoltantes, contribuem para fazer baixar o nível moral do povo Goês;
- e) Levantar a interdição imposta sobre os jornais da Índia”²⁶¹.

O Memorando entregue ao ministro tendo sido publicado no jornal goês *Ressurge Goa*, foi transcrita a notícia no *Avante!* de agosto de 1952. Nessa notícia apoiavam os comunistas as reclamações do *National Congress* (Goa), que iam desde o restabelecimento das liberdades cívicas e a abolição da censura, a defesa de uma ampla amnistia para os prisioneiros políticos e para os nacionalistas, assim como o regresso a Goa dos deportados políticos que se encontravam em Portugal e Cabo Verde até à retirada das tropas expedicionárias e o fim da interdição da entrada de certos jornais em Goa. Interessante é verificar-mos que nas páginas do jornal *Ressurge Goa*, de 30 de abril, a notícia do comício de 27 de abril, na *Cross Maidan* (Parça da Cruz) da cidade de Bombaim, sob o patrocínio do *National Congress* (Goa) afim de tornar público o

²⁶¹ Memorando do Congresso Nacional (Goa) para o ministro do Ultramar comandante Sarmiento Rodrigues, 27 de abril de 1952, Bombaim, assinado pelo Presidente do CN(G), K.L. Sanzguiri, in ANTT/AOS/CO/UL 16A, pp. 440-441.

Memorando, incide fundamentalmente no discurso de Telo Mascarenhas. Apesar de a notícia do *Ressurge Goa* transcrever as reivindicações do Memorando, para um mais amplo entendimento entre a Índia e Portugal, de modo a ser possível “satisfazer os legítimos anseios dos goeses”²⁶² o jornal não cita como referido no Memorando do *National Congress* (Goa) a necessidade de seguir uma política “guiada pela visão, que terá por fim integrar estes territórios na Índia sem menhuma demora”²⁶³. Ou seja, apesar do objetivo da integração de Goa na Índia, ser referido no Memorando do *National Congress* (Goa) este não vai ser transmitido pelo jornal de Telo Mascarenhas. Porém o número seguinte do *Ressurge Goa*, de 15 de maio, ao apresentar quase na totalidade o Memorando, surge uma frase que referindo-se à solução para o futuro de Goa esclarecia “que outro não pode ser senão a da completa emancipação de Goa e da sua integração na Índia”²⁶⁴. A ideia da integração de Goa na Índia, como solução para o futuro de Goa é defendida várias vezes em todo o Memorando do *National Congress* (Goa), entendendo-a como “o desejo ardente do povo da Índia Portuguesa que é o da união com a Índia democrática”²⁶⁵, mas na realidade esta ideia não fora transmitida pelo *Avante!* quando da sua notícia sobre o Memorando. Colocamos por isso a questão: Qual dos jornais *Ressurge Goa* o PCP teve acesso? Ao demonstrar o seu apoio a todas as reivindicações da luta do povo goês, inscritas no Memorando a ser entregue ao ministro do Ultramar, será que concordava com todo o texto do Memorando ou estaria apenas a referir-se às reivindicações? Determinados os comunistas a apoiar “todas as reivindicações dos povos coloniais oprimidos e explorados pelo fascismo salazarista, tendentes à sua dignificação e libertação (...)” estaria o Partido quando defendia a libertação do povo goês a considerar a integração como libertação?²⁶⁶

O regime considerou a viagem ministerial um triunfo para a consolidação da unidade efetiva entre Ultramar e Metrópole. Contudo, no *Relatório Confidencial sobre as províncias do Oriente*, que Barradas de Oliveira, o correspondente do jornal *Diário*

²⁶² “Um magno comicio para aprovar – o Memorandum com as apirações dos goeses, a ser entregue ao Sr. Ministro do Ultramar”, in *Ressurge Goa*, n.º 39, Ano III, 30 de abril de 1952, p. 7.

²⁶³ Memorando do Congresso Nacional (Goa) para o ministro do Ultramar comandante Sarmiento Rodrigues, 27 de abril de 1952, Bombaim, assinado pelo Presidente do CN(G), K.L. Sanzguiri, in ANTT/AOS/CO/UL 16A, pp. 440-441.

²⁶⁴ “Memorandum – Sr. Minsitro do Ultramar – Nova-Goa” in *Ressurge Goa*, n.º 40, Ano III, 15 de maio de 1952, p. 5.

²⁶⁵ Memorando do Congresso Nacional (Goa) para o ministro do Ultramar comandante Sarmiento Rodrigues, 27 de abril de 1952, Bombaim, assinado pelo Presidente do CN(G), K.L. Sanzguiri, in ANTT/AOS/CO/UL 16A, pp. 440-441.

²⁶⁶ “Povos de Goa, Damão e Diu, Avante na luta pela vossa liberdade”, in *Avante!*, VI série, n.º 170, agosto de 1952, p. 3.

da Manhã, envia a Cancela Abreu, Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, registam-se várias contradições. Neste relatório Barradas de Oliveira esclarecia que de tudo quanto lhe foi dado a ver nas províncias portuguesas do Oriente, “muito há que não convém publicar, menos porque seja inconveniente apresentar à consciência dos portugueses do que chegar ao conhecimento de estranhos”. No entanto sentia o dever de informar “a quem tem por encargo e responsabilidade o governo do País e a orientação da sua vida política”. Barradas de Oliveira, impressionado com os vários edifícios que constituíam as “reliquias grandiosas”, confidenciava que, na verdade, na Índia, “à parte certas zonas restritas, não temos a impressão de estar entre compatriotas. Raça, língua, religião, costumes, amor ao Passado, ideias colectivas de projecção no Futuro – tudo é diferente”. Observava que, após alguns dias em Goa começava a compreender que: “estamos numa terra que foi nossa e que em determinada altura começámos a abandonar”. Dos monumentos que perduravam, constatava que as suas “pedras são o sinal duma época que parou, com os seus heróis, os seus sonhos, as suas virtudes, as suas grandezas”. Destacava, ainda, uma das situações que mais o marcou, embora não a considerasse a mais significativa, o facto de não ser “vulgar em Goa, e muito menos no resto do território, falar-se português” sendo “desconsolador sentirmo-nos estranhos na própria casa”, referindo mesmo que os “portugueses tornaram-se estranhos na terra que já fôra sua”²⁶⁷. Anos mais tarde, em 1956, quando da missão de geografia de Orlando Ribeiro, este utilizará uma expressão semelhante à de Barradas de Oliveira. Aos seus olhos, Goa apareceu “como a *terra menos portuguesa* de todas as que vira até então, menos portuguesa do que a Guiné pacificada em 1912” (RIBEIRO, 1999: 64)²⁶⁸.

No seu *Relatório Confidencial sobre as províncias do Oriente*, Barradas de Oliveira, considerava que as relações da Índia Portuguesa com a União Indiana colocavam Portugal perante duas questões, sobre as quais, para ele, “não convém termos confianças ilusórias:

- a) Quais são os sentimentos dos indianos portugueses perante o imenso agregado que é a União e perante as pretensões desta no sentido de ocupar todo o sub-continente?

²⁶⁷ *Relatório Confidencial sobre as províncias do Oriente de Barradas de Oliveira* - Carta ao engenheiro Cancela Abreu, Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, Lisboa, 14 de agosto de 1952, in ANTT/AOS/CO/UL 10D, p. 1105-1109 (sublinhado no original).

²⁶⁸ Itálico no original.

b) Qual o perigo real que é possível prever sob a máscara da impassibilidade dos hindus e para além das reclamações do Partido do Congresso, de vez em quando apregoadas pelos sr. Nehru?”²⁶⁹

Segundo Barradas de Oliveira, o território português da Índia apresentava vantagens sobre a União Indiana, por oferecer um ambiente de paz, constituindo por consequência, um local seguro para a colocação de capitais, por haver uma maior perspectiva de prosperidade económica e “até, a [vantagem] de proporcionar a ocasião de beber uns refrigerantes licorosos”. Os indianos, para Barradas de Oliveira, eram “amigos, quando os ventos sopram a nosso favor, e têm sem dúvida um respeito atávico pelo português; todavia, na prudente dúvida de incertezas futuras, guardam em casa retratos de Gandhi e Nehru”, como tal era conveniente “estar atentos para quando a versatilidade nos for contrária”. Na sua opinião, era importante pensar “se Portugal não teria mais vantagens em acompanhar o desentendimento entre os vizinhos para gozar sempre da situação de *tertius gaudet*”, não sendo lícito aceitar que Portugal pudesse confiar na passividade dos indianos, pois “sabe-se que os povos normalmente brandos são os que, deixados ao sabor dos instintos, quase sempre se revelam os mais ferozes”. Recordando que a União Indiana já havia usado da força na questão do Paquistão e contra o Nizam de Hyderabad²⁷⁰.

Sendo este relatório de Barradas de Oliveira confidencial, em 1954 fora publicado pela Agência Geral do Ultramar o *Roteiro do Oriente*, sobre a viagem de Sarmiento Rodrigues às províncias do Oriente. Este roteiro, de Barradas de Oliveira, autorizado por despacho do ministro de 4 dezembro de 1952, seguindo o discurso oficial, de um Portugal pluricontinental, de uma nação una e indivisível, tendo desenvolvido uma ação “exemplar” nestes territórios, fruto de uma colonização marcada pela “tolerância e pela abertura”, foi mais um dos instrumentos de propaganda por parte do regime (OLIVEIRA, 1954). No mesmo sentido foi descrita a viagem do ministro em todos os órgãos de comunicação autorizados pelo Governo.

²⁶⁹ *Relatório Confidencial sobre as províncias do Oriente de Barradas de Oliveira* - Carta ao engenheiro Cancela Abreu, Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, Lisboa, 14 de agosto de 1952, in ANTT/AOS/CO/UL 10D, p. 1120.

²⁷⁰ *Ibidem*, pp. 1121-1127 (sublinhado no original). *Tertius gaudet* - “Uma terceira pessoa se regozija”. KOCHER, Henerik – “Tertius gaudet”, in *Dicionário de expressões e frases latinas*. Disponível em http://www.hkocher.info/minha_pagina/dicionario/t03.htm (consulta realizada a 6 de fevereiro de 2016).

3. “As feias verrugas no lindo rosto da Índia”²⁷¹

Atento aos acontecimentos em Goa, o *República*, afirmava: “Goa é portuguesa e portuguesa quer continuar a ser. Pretender o contrário é remar contra a maré”²⁷². Para José Domingues dos Santos²⁷³, o problema das relações entre França e os Estados do Norte de África²⁷⁴ era “muito particular”, não devendo os portugueses inquietarem-se com as suas possíveis consequências. No seu artigo “A França em face do problema tunisino”, no *República*, tranquilizava os portugueses, lembrando-lhes que o “liberalismo da nossa acção civilizadora não provoca revoltas”, em virtude, da legislação que remontava há mais de 30 anos²⁷⁵. Com essa ação, sublinhava José Domingues dos Santos, “conquistámos as simpatias dos compatriotas de Além-Mar” pois “todos somos cidadãos do mesmo País”. Como tal “não devemos temer mesmo que um preconceito de raça ou de religião possa vir a perturbar a fraternal harmonia em que temos vivido há mais de meio século”²⁷⁶. César Nogueira, em face dos movimentos de emancipação e independência de tutelas e protetorados na Ásia e em outras regiões do mundo, discordava da opinião de que “esta gestação é fruto dum exagerado nacionalismo”. Recordava, no *República*, que todas as nações e povos tinham “direito de se governarem por si próprios, como foi proclamado durante as duas Grandes Guerras e a desfrutarem, sem ingerências estranhas, a sua independência e as riquezas do seu solo”²⁷⁷. Mas, é de salientar que em todo o comentário, César Nogueira

²⁷¹ Cit. in SALAZAR, 1959: 215.

²⁷² “Goa é portuguesa”, in *República*, n.º 7717, 6 de junho de 1952, p. 1.

²⁷³ José Domingues dos Santos (1885-1958), político, jurista, professor e jornalista que, entre outras funções, exerceu as funções de presidente do Ministério de um dos governos da Primeira República Portuguesa. Foi um dos destacados oposicionistas republicanos nos 15 anos seguintes ao 28 de Maio. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Domingues_dos_Santos (consulta realizada a 10 de dezembro de 2012).

²⁷⁴ A Tunísia foi um protetorado francês desde 1883, mas, no início do século XX, com aparecimento de movimentos nacionalistas, é criado o Partido Liberal Constitucional Tunisino (Partido do Destour) em 3 de junho de 1920, que passa a exigir a independência total do país. Após a II Guerra Mundial, as dificuldades nas negociações com Paris provocou, em janeiro de 1952, o início da revolta armada, tendo, a 20 de março de 1956, a França concedido à Tunísia a independência total.

²⁷⁵ José Domingues dos Santos ao referir-se ao Decreto n.º 7.151, de 22 de novembro de 1920, entendia que os direitos civis portugueses eram estendidos aos “indígenas” que adotassem os usos e costumes públicos dos europeus e se submetessem às leis e aos regulamentos impostos aos indivíduos europeus do mesmo nível social, mas no entanto o acesso aos direitos de cidadania estavam condicionados em função da adoção dos usos e costumes.

²⁷⁶ José Domingues Santos, “Cartas de Paris «A França em face do problema tunisino»”, in *República*, n.º 7701, 21 de maio de 1952, pp. 1-2.

²⁷⁷ César Nogueira, “O despertar da Ásia”, in *República*, n.º 7510, 6 de novembro de 1951, p. 5.

exemplificava com situações de exploração e de dominação dos territórios por parte da Inglaterra e da França, nunca se referindo aos territórios portugueses.

Perante a inflexibilidade de princípios de Lisboa os protestos da União Indiana sobem de tom. Nehru considera inaceitável que, havendo a Índia obtido dos britânicos a sua liberdade, continuem a existir áreas de domínio estrangeiro. A União Indiana, a 14 de janeiro de 1953, dirige uma nova nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros, reivindicando a “transferência direta dos territórios portugueses que assegure em breve a união destes territórios com a União Indiana”. Propõe-se, no entanto, manter os direitos culturais e outros da população, (como a língua, as leis e os costumes)²⁷⁸ mas acrescentando, a 1 de maio do mesmo ano, que a sua Legação em Lisboa seria encerrada, por ficar sem utilidade prática, caso o Governo português não se disponha a entrar na discussão (MNE, 1967a: 297-298)²⁷⁹. Lisboa mantém a posição de 1950, ou seja, recusa-se a negociar, e, em nota de 15 de maio, reitera a sua posição observando que “não se vêem circunstâncias novas capazes de determinar orientação diversa”. A nota portuguesa sugeria, ainda, ao Governo da União Indiana que reconsiderasse a sua intenção de encerrar a Legação em Lisboa, pois para o Governo português “a utilidade da Legação da Índia estaria em manter e fortalecer a amizade entre Portugal e a Índia, e bem assim em ajudar a resolver os múltiplos problemas concretos que as relações de vizinhança suscitam” (MNE, 1967a: 305-306)²⁸⁰. O poder político português parecia insensível às transformações do fim da guerra: o início do processo de descolonização por pressão das novas realidades.

Para o comandante Moreira de Campos²⁸¹, não podia haver conceitos de ordem geográfica, quando as nações se formam por unidade espiritual e moral e a cada indivíduo se pergunta, por voto, a Pátria a que desejava pertencer. Era preciso que todos os portugueses, inclusive os de Goa, Damão e Diu, se sentissem bem portugueses, com

²⁷⁸ Nota verbal da Legação da União Indiana em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 14 de janeiro de 1953, doc. n.º 280, in MNE, 1967a: 283-285 (tradução).

²⁷⁹ Nota verbal da Legação da União Indiana em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1 de maio de 1953, doc. n.º 292 (tradução).

²⁸⁰ Nota verbal do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Legação da União Indiana em Lisboa, Lisboa, 15 de maio de 1953, doc.n.º 301.

²⁸¹ José Moreira de Campos foi comandante da Marinha e em 1919, combateu os monárquicos sob as ordens de Prestes Salgueiro. Opositorista ao salazarismo, membro do Diretório Democrato-Social, “mas defensor da chamada integridade do património ultramarino”. Ligado a Mendes Cabeçadas, pertenceu ao grupo da Sociedade de Geografia, criticando asperamente o modelo de Adriano Moreira. MALTEZ, José Adelino – “José Moreira de Campos”, in *Centro de Estudos do Pensamento Político - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – ISCSP*. Disponível em: www.iscsp.utl.pt/~cepp/portugueses/letra_c/campos,_j_moreira.doc (consulta realizada a 10 de dezembro de 2012).

todos os seus direitos e privilégios garantidos pelas autoridades. Aceitando as doutrinas de Norton de Matos, no seu livro *Nação Una*, ninguém devia “temer a ameaça”, mas encarar o “futuro com grandeza de alma”²⁸². Nessa obra, concorrente ao prémio Abílio Lopes do Rego sobre a administração colonial, mas dele excluída, Norton de Matos defendia a defesa da unidade nacional, assente em três pilares: unidade territorial, unidade económica e unidade de ação, nos quais determinava a alternativa à ambição alheia, ao separatismo e à destruição do velho Império Colonial. Na “Exortação – Aos Novos de Portugal”, texto com que Norton de Matos inicia a sua obra, delega funções de continuidade da sua política nos mais jovens. Para “que ninguém toque no território nacional: - conservar intactos na posse da nação os territórios de Aquém e Além-mar é o vosso principal dever. Não ceder, vender ou trocar, ou por qualquer outra forma alienar a menor parcela do território, tem de ser sempre o vosso mandamento fundamental”, sendo a principal tarefa o engrandecimento da Pátria, dignificando-a (MATOS, 1953: 3). Para Norton de Matos, destacada figura da oposição, as pretensões de Nehru, o que lhe parecia serem atos anexionistas da União Indiana, mereciam-lhe a mais viva repulsa. Desde Ponte de Lima, em vésperas da comemoração do 5 de outubro, em 1953, escrevera um longo texto, denunciando que a República em que os republicanos viviam, não era a que desejavam; mas, como republicanos, era importante pôr sempre acima de regimes políticos a Pátria, com a certeza de que a grande obra colonizadora à qual a proclamação da República dera impulso, concorrerá para o restabelecimento do regime republicano, democrático²⁸³.

²⁸² José Moreira de Campos neste artigo para o jornal *República* foca a evangelização de Goa em que a “espada serviu a cruz”, permitindo ao longo dos séculos, apesar da extensão dos territórios sofrer uma redução, que espiritualmente Portugal continuasse a ser uma potência. Mas, naquele momento a “Igreja na Índia, já não defende os nossos interesses, nem é força espiritual convincente dos nossos direitos, provenientes de uma bondosa e liberal administração. A força do Padroado foi a pouco a pouco decaindo e Roma dirige os seus fiéis indianos através de outros caminhos que não passam por Goa”. José Moreira de Campos, “A nossa posição”, in *República*, n.º 8147, 19 de agosto de 1953, pp. 1-2.

²⁸³ Norton de Matos, “A missão histórica de Portugal”, in *República*, n.º 8193, 4 de outubro de 1953, pp. 25, 47. A revista *Seara Nova* dedica o número do 2º semestre de 1955 a Norton de Matos, na qual Egas Moniz escreve que “ainda levou tempo a [Norton de Matos] relembrar passos da sua longa vida, especialmente do tempo passado na Índia onde trabalhou dez anos, com passagem pelo Oriente de que trouxe muitos ensinamentos. Nunca esquecia o seu convívio, sempre proveitoso, com os ingleses que, ao tempo, dominavam naquelas regiões”. E, recordando Egas Moniz algumas das conversas com Norton de Matos sobre o Estado Português da Índia observa que, “criticámos as pretensões dos dirigentes dum imenso país que”, como escreve Egas Moniz, “pretende agora apossar-se dos restos de um passado heróico que é e será sempre o mais alto padrão da gloriosa história náutica de Portugal” (MONIZ, 1955: 69). Já em 1947, Norton de Matos tentou publicar um artigo no jornal *O Primeiro de Janeiro* intitulado “Curadoria Colonial”, mas que nunca saiu das mãos da censura. Nesse artigo era focado que a Rússia, os EUA, as nações da América do Sul, a Índia e “muitos tradeunionistas ingleses, pretendem estender a curadoria ou tutela internacional, exercida pelas Nações Unidas a todos os territórios coloniais”, o que, segundo Norton de Matos representava para “Portugal perigo de vida, morte certa”. Mas, recorda que

Os discursos crispam-se e os conflitos entre Portugal e União Indiana sucedem-se com a interdição imposta pela União Indiana à chegada de alimentos, de gasolina e de outros bens de consumo a Goa, Damão e Diu bloqueando as comunicações, decretando o congelamento de depósitos, a suspensão de transferências de fundos, proibições na correspondência postal, enquanto cresciam os atos de *satyagraha*. A 11 de junho de 1953, o Governo indiano retira de Lisboa a sua missão diplomática e no final do ano institui o bloqueio a Goa, o que segundo Gaitonde “from the Goan point of view, this represented a sort of defeat; it meant that India was unable to solve the Goa problem diplomatically” (1987: 71).

Dar a conhecer a nível internacional a luta dos goeses e conseguir o apoio do Governo indiano foi um dos caminhos a percorrer pelos nacionalistas goeses. Gaitonde vira recusado um pedido de encontro com Nehru, durante o consulado de Ashok Mehta, primeiro cônsul da Índia em Goa: “he said that it was the policy not allows Goans to waste the Prime Minister’s time” (GAITONDE, 1987: 72). Não desistiu e em agosto de 1953 através de Vicente Coelho, cônsul-geral da Índia em Goa desde 1951, conseguia a entrevista. Nehru ao ouvir a exposição de Gaitonde sobre a situação dos goeses e a atmosfera de total incerteza em que viviam, aconselha-o:

“to go slow and advise my friends to do the same. He said that at that moment India was facing difficult problems which had to be solved without delay. On the other hand, Goa could afford to wait, as no power on earth could take it away from India. To my question how long we should wait, the answer was «At least three years... We may then change the present policy»” (GAITONDE, 1987: 73).

Era visível o impasse do Governo indiano, mas era urgente a reorganização do movimento em Goa para continuar a luta. Perante a ideia de Peter Alvares, em 1953 como presidente do *National Congress* (Goa), “of launching the open non-violent protest actions geared up. [] He emphasized on a very crucial point that the struggle of Goa was not an isolated event but was very much a part of the national struggle that India had launched against colonial forces” (RISBUD, 2001: 230). Foram estabelecidos contactos com os voluntários da resistência, e Peter Alvares trabalhando

infelizmente não podia tocar certos assuntos internamente, e que não tinha informações suficientes para externamente discutir “o caminho a seguir para afastar o perigo”. Carta de Norton de Matos ao secretário da direção do jornal *O Primeiro de Janeiro*, 22 de dezembro de 1947, ANTT/AOS/CO/PC 28, p. 2.

clandestinamente em Goa, indo de aldeia em aldeia, recrutava e treinava os *satyagrahis*, para recomeçarem as atividades políticas.

A necessidade da união entre os diferentes movimentos nacionalistas goeses era determinante para continuar a luta pois, após as prisões de 1946 o movimento em Goa esmoreceu. Das várias tentativas de união surgiram sempre dificuldades, impossibilitando um maior dinamismo ao movimento. Em 1952, António Furtado em carta a Tristão de Bragança Cunha informa-o que voltava de Bombaim “desiludido” pois julgava que seria desta vez que se daria a união entre o *National Congress* (Goa) e *United Front of Goa*, mas a dificuldade “veio agora das bandas do elemento secundário do U.F.G. o CRISTOVAM trouxe as suas objecções legais... e quando tudo parecia estar disposto a unir-se, a reunião dissolveu-se entre ódios e impropérios”²⁸⁴. Somente em 1954, com a orientação de Tristão de Bragança Cunha, foi criado *Goa Action Committee* coordenando três partidos nacionalistas - *National Congress* (Goa), *United Front of Goans* e *Goan People's Party*²⁸⁵.

²⁸⁴ Carta de António Furtado a Tristão de Bragança Cunha, Belgaum, 12 de janeiro de 1952, in ANTT/PIDE-DGS- António Telo – R 654-48 - NP 2623, pp. 70-71 (maiúsculas no original). Cristovam Furtado (Salsete-1899). Após completar o liceu e os estudos em Pondicherry, foi trabalhar para Moçambique como secretário-geral na Harbour and Railwaymen's Union em Lourenço Marques. Foi deportado para Goa após ter sido detido por organizar um greve e manifestar-se contra a repressão portuguesa. Em Chinchinim, Goa, organizou o “Centro Regional”, tendo sido fechado em 1946 por ser simpatizante do movimento de contestação ao governo português. Foi presidente do NC(G) (ramo de Bombaim) em 1950 e um dos fundadores do *United Front of Goans* e seu secretário em 1952 (SHIRODKAR, 1986: 103-104).

²⁸⁵ “Goa Action Committee Report – Presented to the All Parties Parliamentary Conventions on Goa”, in *Free Goa*, May 25, 1955, vol. 2, n.º 39, p. 8.

4. Os caminhos da oposição

A União Indiana a 11 de junho de 1953 retira a sua missão diplomática em Lisboa, o que evidencia, segundo o PCP, o falso patriotismo de Salazar, transformando Goa num centro de provocação, num foco de guerra, numa base militar americana. Através do *Avante!*, o PCP apela para que “saíam de Goa os americanos! Que regressem aos seus lares os soldados portugueses ali aquartelados”²⁸⁶. Crendo interpretar o desejo dos povos das colónias, já em agosto de 1953, o PCP, apoia os povos de Goa, Damão e Diu a “poderem dispor dos seus destinos!” e “chama o povo à luta contra a atitude do Governo português e a exigir que aceite as negociações propostas pelo Governo indiano”²⁸⁷. A afirmação “pela auto-determinação dos povos de Goa, Damão e Diu”, título desta notícia no *Avante!*, é, pela primeira vez, utilizada por uma força da oposição, o PCP.

Não será apenas o PCP a assumir uma posição relativamente à questão colonial, também em 1953, no mês de outubro, o MUD Juvenil assumirá uma posição única. Foi em 1953, que as delegações de jovens portugueses e de jovens das colónias portuguesas, como o angolano, Agostinho Neto, o cabo-verdiano, Vasco Cabral, o moçambicano, Marcelino dos Santos e um goês participaram no IV Festival Mundial da Juventude Democrática, em Bucareste, na Roménia, de 2 a 16 de agosto, organizado pela Federação Internacional da Juventude Democrática, com o lema “Pela Paz e Fraternidade”. No Festival, os jovens das colónias portuguesas recusaram desfilar em conjunto com os jovens portugueses, tendo decidido “cindir-se, apresentando-se ao lado de delegações autónomas das colónias” (CARVALHO, 1996: 55). Segundo Fernando Correia da Silva “os africanos não quiseram desfilar com os portugueses. Estávamos reunidos e isso deu muita discussão, mas decidiu-se que os africanos desfilassem em representação dos seus países (...). Acho que foi a primeira atitude anticolonialista tomada publicamente” (cit. in MADEIRA, 2003: 230). No regresso, como resposta ao documento apresentado pelos jovens das colónias, o MUD Juvenil redige, em outubro de 1953, uma *Carta aos jovens coloniais de Lisboa*, em forma de manifesto, sugerindo a criação de uma frente única da Juventude Portuguesa e da Juventude das colónias

²⁸⁶ “Goa, centro de provocação e de guerra”, in *Avante!*, VI série, n.º 184, janeiro de 1954, p. 6.

²⁸⁷ “Pela auto-determinação dos povos de Goa, Damão e Diu”, in *Avante!*, VI série, n.º 179, agosto de 1953, p. 2.

portuguesas (representada pela CC do MUD Juvenil e dos jovens das colónias alguns aderentes ao MUD Juvenil) na “luta por um futuro melhor”. Nessa carta, percebendo não haver unanimidade entre a direcção do MUD Juvenil “e alguns jovens progressistas das colónias portuguesas”, as onze teses que tinham sido apresentadas pelos jovens das colónias à CC serão analisadas de modo a permitir uma “aproximação muito valiosa dos pontos de vista mais justos”, começando por esclarecer que não se podia pretender “um esclarecimento total de todos os problemas, nem um entendimento unânime e completo acerca de todos os pontos”. Desde logo, a CC do MUD Juvenil reconhecia aos “povos das colónias portuguesas o direito à sua independência nacional, dentro da solução mais justa do problema das nacionalidades que eles venham a encontrar” e reconhecia que o facto dos povos das colónias portuguesas se encontrarem dominados pelo colonialismo português não permitia “a realização da Independência Nacional desses povos”. Reforçava, ainda que esta posição foi “sempre a do MUDJ, publicamente manifestada a propósito da chamada Índia Portuguesa”²⁸⁸.

Perante este comunicado algumas questões se colocam, pois será esta posição da CC do MUD Juvenil mais ousada relativamente à linha preconizada pelo PCP, uma vez que desde agosto de 1953 que o Partido defendia o direito à autodeterminação de Goa, Damão e Diu? Ou será que poderemos antever neste posicionamento da CC do MUD Juvenil, o reconhecimento do direito à independência das colónias, a linha que apenas anos mais tarde será preconizada pelo PCP?

Mas ao examinarmos bem o comunicado, apesar do MUD Juvenil ser o primeiro movimento oposicionista a defender o direito das colónias à independência, a sua Direcção fazia depender a luta dos povos coloniais no derrube do regime:

“a instauração dum regime democrático em Portugal é da mais alta importância para os povos colonizados por Portugal, já que se não podemos encarar a solução do problema colonial português apenas nessa base, a luta dos povos coloniais pela sua independência é simultânea da luta do povo português pela libertação do jugo inglês e americano e só um regime democrático em Portugal permitirá ao povo português ajudar fraternalmente os povos coloniais no seu desenvolvimento”²⁸⁹.

²⁸⁸ “A caminho para unidade efectiva e fraternal dos jovens portugueses e das juventudes das colónias portuguesas”, in *Vértice* n.º 72, 1996, pp. 15-22.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 18.

Assumidas estas posições perante o problema colonial, os seus efeitos na oposição são ténues, mesmo durante o período eleitoral para a eleição de deputados para a Assembleia Nacional, de novembro de 1953, poucas palavras foram dirigidas à questão colonial ou mesmo a Goa. Os divisionismos internos, a recomposição das forças situacionistas explicam o facto de não ter sido possível mobilizar a oposição para participar nas eleições para a Assembleia Nacional. A oposição como força organizada e atuante praticamente dissolveu-se. As listas improvisadas, à última da hora, não conseguiram inspirar ao eleitorado qualquer interesse.

O MND defendeu a abstenção, pelo facto de não estarem satisfeitas as condições mínimas de participação, e atacavam a apresentação de listas considerando um ato de colaboração com o regime e de abdicação das reivindicações formuladas desde 1945. A Causa Monárquica também defendeu abstenção (salvo nos casos em que as listas da União Nacional tinham monárquicos reconhecidos), começando a demonstrar um certo distanciamento face ao regime.

As listas da oposição em Lisboa, Porto e Aveiro, encabeçadas por personalidades afetas ao Diretório Democrato-Social, respetivamente Mendes Cabeçadas, António Macedo e Manuel Figueiredo, contrariando todas as dificuldades durante o período eleitoral, apresentaram-se às urnas. Perante a acusação de que a oposição não tinha programa político, o redator do jornal *República* publicou, a 5 de novembro, um Programa redigido por um grupo de oposicionistas, ao qual António Sérgio já se tinha referido numa sessão do Liceu de Camões, afirmando que seria submetido à crítica dos cidadãos portugueses. A Base I desse texto definia um projeto político comum para Portugal e seus domínios:

“o continente português, as ilhas adjacentes e as províncias ultramarinas serão encaradas como constituindo uma unidade política, moral, social e económica, onde se tenderá, por uma coordenação de aspirações, sentimentos interesse dos seus naturais, para a supressão de todos os entraves à circulação de pessoas e coisas, e para a fruição por todos os cidadãos, sem discriminação de raça, cor, religião, língua ou condição social, de iguais liberdades e direitos, condicionado o uso destes últimos, no campo propriamente político, pelo grau de civilização dos indivíduos, o qual Estado se proporá elevar o mais possível”²⁹⁰.

²⁹⁰ *República*, n.º 8224, 5 de novembro de 1953, pp. 8-9.

Na Base VII o projeto defendia a manutenção das alianças com a Inglaterra e com o Brasil, e afirmava o empenho português na defesa da paz mundial através da participação em organizações internacionais que auxiliassem “os esforços pacifistas dos Estados Unidos para a defesa da liberdade e da democracia” e através da colaboração com os outros estados europeus que tivessem territórios em outros continentes “e em especial, em África, para promover o progresso material, social e cultural dos povos”²⁹¹.

As posições assumidas pelo PCP e pelo MUD Juvenil não encontravam eco num período eleitoral em que apenas foram apresentadas listas da oposição em Lisboa, Porto e Aveiro. A manutenção dos territórios ultramarinos continuava presente no esboço de Programa redigido por oposicionistas afetos ao Diretório Democrato-Social. Se por um lado era apoiado o desenvolvimento económico e cultural tendente a suprimir os entraves para o usufruto por todos os cidadãos de iguais liberdades e direitos, por outro condicionava o uso dos direitos políticos ao seu grau de civilização.

Referindo-se às eleições em Portugal o jornal *Free Goa*²⁹², recorrendo às reportagens do jornal *República* publicadas em outubro, noticia que em Portugal durante um curto período antes das eleições se vivia um período de liberdade condicional durante o qual os diferentes movimentos se mobilizavam de modo a participar no ato eleitoral. Começava por esclarecer a abstenção do MND perante a falta de condições mínimas para um honesto ato eleitoral, e a posição do Partido Socialista dando aos seus membros total liberdade nas eleições, sem que “this freedom to vote, however, does not imply any authorization to participate in any committee – no matter of what nature – nor to exercise the power of attorney for any candidate”. Segundo o jornal, se em Portugal aconteciam estas situações em Goa “those, elections, however, are never proceeded by any campaign. It is unnecessary. The candidates are chosen by the single party existing in Goa”. Observava ainda, que “in Goa not even a nominal opposition is allowed and even the «conditional freedom» that is for a short period allowed in Portugal is unknown there”²⁹³.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 9.

²⁹² O jornal *Free Goa* teve a sua primeira edição a 10 de outubro de 1953, fundado por Tristão de Bragança Cunha, António Furtado e sua esposa, a sobrinha de T.B. Cunha, Berta Menezes Bragança. Editado inicialmente em Belgão só em 1956, quando T. B. Cunha passou a ser o seu editor, é que foi transferido para Bombaim. No seu primeiro número o jornal apresenta-se como um jornal que “is just another combatant to align with Goan Patriotic forces in their struggle against the foreign usurpers who stalk our beautiful homeland for more than four and a half centuries”. “Our Aim and Principle”, in *Free Goa*, October 10, 1953, vol.1, n.º 1, p. 2.

²⁹³ “The Election Farce in Lisbon”, in *Free Goa*, November 8, 1953, vol.1, n.º 3, p.3.

Pelo círculo eleitoral do Estado a Índia, a 8 de novembro realizaram-se as eleições e segundo a assembleia de apuramento geral a lista A, sendo a única apresentada a sufrágio, teria obtido 18.760 votos.

Quadro 4

Resultados do Ato Eleitoral de 8 de novembro de 1953 no Estado Português da Índia

Candidatos		N.º Recenseados	Votos	Votos nulos	Resultados
Lista A	Monsenhor Castilho Serpa do Rosário Noronha	21.142	18.802	42	18.760
	Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da Costa				

Fonte: *Acta do apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado da Índia*, in AHP/Secção XXVIII/Cx. 88, n.º 8.

Os 42 votos negativos do Monsenhor Castilho Serpa do Rosário Noronha “todos da assembleia do concelho de Goa” e os do candidato Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da Costa também com 42 votos negativos, “vinte e dois da assembleia do concelho de Goa e vinte na assembleia do concelho de Salsete”²⁹⁴. O que segundo o jornal *Free Goa* “soube-se que uma grande parte dos eleitores de Margão e Loutulim riscaram o nome do notário [Sócrates da Costa], da lista eleitoral; mas o resultado escondeu cuidadosamente a discrepância numérica dos votos”²⁹⁵. Eleitos os candidatos pelo círculo Eleitoral do Estado da Índia, estes representavam um número muito reduzido da população pois a discrepância existente entre o número de habitantes e o número de votantes fora um facto em todas as eleições no período da ditadura. Dos cerca de 600 mil habitantes, segundo as atas do apuramento geral desta eleição, apenas 19 mil eram votantes.

²⁹⁴ *Acta do apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado da Índia*, in AHP/Secção XXVIII/Cx. 88/n.º 8.

²⁹⁵ “Eleições portuguesas”, in *Free Goa*, November 25, 1953, vol. 1, n.º 4, p. 5.

4.1. “Só o povo português, através de órgãos legítimos de expressão, poderia decidir”²⁹⁶

O entendimento dentro da Oposição estava longe de ser alcançado. O PCP insistia que se iniciassem negociações e que se garantisse “liberdade plena ao povo goês, para poder expressar livremente a sua vontade”. Na *Declaração* que ficou conhecida como a *Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954*, foi reafirmado o caminho estabelecido pelo Partido e o problema de Goa no qual

“DECLARA QUE DEVE SER O POVO A DECIDIR DO SEU DESTINO, ESTEJA ELE ONDE ESTIVER, PERTENÇA A QUE RAÇA PERTENCER, SEJA EM QUE CIRCUNSTANCIAS FOR! No caso de Goa, só podem e devem ser os goeses a decidir. Tudo que o que não seja isto será violência e opressão! Para que o problema de Goa se solucione por meios pacíficos e justos, impõe-se que se iniciem negociações a este respeito entre o governo de Portugal e o governo da Índia E QUE SE GARANTA LIBERDADE PLENA AO POVO GOÊS PARA ELE PODER EXPRESSAR LIVREMENTE A SUA VONTADE”²⁹⁷.

Sendo a defesa do princípio da autodeterminação mais uma vez recordado, como já expressei, segundo a Declaração, na IV e V Reunião Ampliada do CC do PCP.

Pelo contrário, para o republicano Moreira de Campos, “a Nação portuguesa absorveu outras nações e procurou identificar numa Pátria única as melhores esperanças de homens de várias raças, várias cores, várias religiões e vários pensamentos. É dentro desta mística – compreensão de homens diferentes – que podemos servir a nossa Pátria. E não pode haver outra mística que conduza os portugueses no caminho que uma grande História lhes traçou”²⁹⁸.

²⁹⁶ “Outra vez «A Questão de Goa perante a consciência nacional e mundial» o Pandita Salazar...Falou” in *Moreanto*, n.º 5, maio de 1954, in ANTT/AOS/CO/PC 3I, p. 425.

²⁹⁷ *Declaração do Partido Comunista Português - O governo de Salazar pretende fazer do caso de Goa um foco de Guerra!*, Comité Central do PCP, in GES/PCP, doc. n.º 1337 (maiúsculas no original).

²⁹⁸ “Problemas nacionais”, in *República*, n.º 8312, 5 de fevereiro de 1954, pp. 1, 2.

DECLARAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O GOVERNO DE SALAZAR PRETENDE FAZER DO CASO DE GOA UM FOCO DE GUERRA !

O governo de Salazar agita diariamente perante a opinião pública, no País e no estrangeiro, o caso de Goa, para ver se desta forma consegue esconder a verdade dos factos e enganar o povo português, para o arrastar para conflitos que SÃO EM TUDO ESTRANHOS AOS SEUS VERDADEIROS SENTIMENTOS E INTERESSES.

Goa e as outras possessões portuguesas da Índia são rasgos do enorme império conquistado pelos portugueses aos povos asiáticos durante as Descobertas. Porém, hoje, os povos asiáticos querem a sua independência, como a provam as lutas vitoriosas dos povos da China, da Coreia, da Indochina, da Índia e as que estão em curso na Malásia, Birmânia, Filipinas, etc.

Em Goa, mais ainda do que em Portugal, o governo fascista de Salazar segue uma política de opressão e de expulsão das massas trabalhadoras, que torna profundamente odiado pelo povo o regime colonial fascista português.

O facto do governo de Salazar, depois de terminada a guerra mundial, se ter aliado completamente aos imperialistas americanos leva estas a dispor do nosso País e das Colónias portuguesas como coisa sua, mantendo as posições políticas do governo salazarista segundo os seus próprios interesses e contra os verdadeiros interesses da Nação, como diariamente se verifica nos actos e afirmações de um governo que de português só tem o nome.

gois só tem o nome.

Os círculos governamentais americanos têm procurado, por todas as formas, pressionar o governo da Índia para o forçar a alinhar no seu lado, sem o conseguirem. Por isso, os imperialistas americanos resolveram servir-se do Paquistão e das colónias portuguesas na Índia para montarem um cerco à União Indiana. AO MESMO TEMPO QUE PROCURAM ENQUADRAR ESSE PAÍS E ESSAS COLÓNIAS COMO BASES MILITARES FORMANDO UM GRANDE CERCO À UNIÃO SOVIÉTICA E À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.

Goa, Base Norte-Americana

As enormes riquezas minerais de Goa (o ferro e o mangânio) foram entregues pelo governo de Salazar aos trusts americanos e japoneses, que as exploram intensamente, tendo sido exportados de Goa, só em 1953, 338.000 CONTOS DE MINÉRIO para as fábricas de armamentos dos Estados Unidos e do Japão. O apetrechamento do porto de Mormugão e o anúncio de resgate de linha indiana do caminho de ferro que serve este porto têm como único objectivo facilitar a saída de maiores quantidades de minérios estratégicos desta colónia para o estrangeiro. Isto causa, naturalmente, apreensões

e descontentamento ao povo de Goa e à União Indiana. A presença em Goa de oficiais norte-americanos, a construção apossada, sob a direcção dos americanos, de um grande aeródromo perto de Funchal Indiana, a presença em Goa, durante a 2ª Guerra Mundial, de milhares de soldados das forças expedicionárias portuguesas, cujas actividades foram reforçadas ultimamente (AS FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS CUSTARAM AO NOSSO PAÍS, ENTRE 1950 E 1953, A SOMA FABULOSA DE 408.000 CONTOS!), provocando os soldados frequentes conflitos com a população, O QUE JÁ ORIGINOU MORTES, não são de molde a tranquilizarem o povo de Goa e o governo da Índia quanto aos intentos do governo de Salazar e dos seus patrões americanos, pois, como o próprio Salazar foi obrigado a reconhecer no seu discurso de 12 de Abril último, o que a Índia e a REÚNIA É A UTILIZAÇÃO QUE O TERRITÓRIO DE GOA PUDESSER VIR A TER POR PARTE DAS POTÊNCIAS MAIS FORTES ADVERSAS À POLÍTICA DA UNIÃO INDIANA.

Goa é uma base militar americana virada contra a Índia.

O POVO DE GOA É PERSEGUIDO E OPRIMIDO !

A política de opressão colonial e de perseguição fascista ao povo de Goa que este país vive sob o jugo salazarista, com numerosas prisões de goenses e sua deportação para Angola, espancamentos bárbaros, condenações injustas, campanhas de colónias, vassalagem, criam em Goa um estado de tenso perigo entre o povo e o governo fascista de Colónia, QUE NADA FACILITA A SOLUÇÃO AMIGÁVEL E PAZ.

CIRCA DO PROBLEMA. Foi esta política agressiva e provocatória dos fascistas que originou à cena sangrenta em Maceo e o massacre pelo governador de S. Tomé de mais de 300 negros indolentes e que, amanhã, pode provocar o derramamento de mais sangue em Goa e em outras colónias portuguesas. Por isso, na sua nota de 17 de Fevereiro último, o governo da Índia disse

ao governo de Salazar: «o governo da Índia espera que o governo português reconheça a necessidade de dar ao povo de Goa liberdades civis e democráticas normais». Apesar deste apelo, FOIS QUE O GOVERNO DE SALAZAR NÃO VAI CONCEDER AO POVO DE GOA AQUILO QUE NEGA AO POVO PORTUGUÊS.

Salazar e os americanos pretendem fazer de Goa um foco de guerra no mundo !

O governo de Salazar, pela boca do próprio Salazar e de seu ministro das Estrangeiras, procura sempre vender o caso de Goa, ameaçando a Índia com essas pacíficas. Ao fazê-lo, o governo salazarista pretende fugir à negociação pacífica, entrar na política de força e generalizar o conflito entre o nosso país e a Índia, fazendo do caso de Goa um foco de guerra no mundo. DE QUE SERIAM AS PRINCIPAIS VÍTIMAS O POVO DE GOA E OS PORTUGUESES. A instigar e a apoiar as posições belicistas do governo de Salazar estão os governos americanos, interessados nas riquezas minerais e na posição estratégica de Goa, em fazerem chamar «foco de guerra» ao mundo: ONDE OS OUTROS POVOS SERVAM DE CARNE DE CANHÃO.

Longe de procurar ouvir o opinião dos principais interessados — os habitantes de Goa — e de procurar negociar pacificamente com a Índia, ou de submeter o caso de Goa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo de Salazar, para defender uma base militar que interessa sobretudo aos americanos para fins agressivos, entrou a ameaçar com a guerra os 300 milhões

de indianos. No seu discurso de 27 de Abril último, Salazar não teve medo de afirmar que «QUANDO OS PORTUGUESES NEGUEREM DE EVACUAR GOA, MÃE DA FICARIA, JÁ SENÃO A TERRA ASSOLADA, DESERTA». Vê-se, assim, que, instigado pelos imperialistas americanos e pelos fomentadores de guerra, o governo de Salazar PRETENDE LANÇAR O NOSSO POVO EM AVENTURAS MILITARES E NUMA LUTA DE SANGUE, de que ele sairia fatalmente derrotado, ao mesmo tempo que PRETENDE FAZER DO CASO DE GOA UM FOCO DE GUERRA MUNDIAL.

É falso o patriotismo do governo !

O falso patriotismo do governo salazarista em relação à posse de Goa serve-lhe para esconder para os olhos do nosso povo a sua criminosa política de completa submissão aos imperialistas americanos DA ENTREGA DAS PRINCIPAIS RIQUEZAS DO PAÍS E DAS COLÓNIAS AOS TRUSTS AMERICANOS E DA ENTREGA DE BA-

SES MILITARES EM TERRITÓRIO NACIONAL ÀS FORÇAS MILITARES AMERICANAS! Não tem autoridade para falar em patriotismo um governo que se colóca confusamente debaixo da direcção efectiva dos Estados Unidos; como o declarou o próprio Salazar. Basta lembrarmos o que se passou quando os fascistas e agres-

sores japoneses ocuparam Timor e massacraram parte da sua população. Então, Salazar não esboçou qualquer gesto em defesa de Timor e, antes, recentemente a libertar os traidores que ajudaram os invasores japoneses a massacrar os patriotas que combateram, por sua iniciativa, contra as forças ocupantes!

O Partido Comunista e o problema de Goa

Desde sempre o Partido Comunista Português, expressando o sentir da classe operária e da grande massa do nosso povo, DECLARA QUE DEVE SER O POVO A DECIDIR DO SEU DESTINO. ESTEJA ELE ONDE ESTIVER, PERTENÇA A QUE RACA PERTENCER, SEJA EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS FOR! No caso de Goa só podem e devem ser os goenses a decidir. Tudo o que não seja isto será violência e opressão! Para que o problema de Goa se resolva por meios pacíficos e justos, impõe-se que se iniciem negociações e este respeito entre

o governo de Portugal e o governo da Índia. E QUE SE GARANTA LIBERDADE PLENA AO POVO DE GOA PARA ELE PODER EXPRESSAR LIVREMENTE A SUA VONTADE.

Fiel ao princípio de auto-determinação dos povos coloniais, princípio esse claramente expresso nas IV e V Reunidas Ampliadas do seu Comité Central e em resoluções anteriores, o Partido Comunista Português coloca ao povo de Portugal a necessidade premente de impedir pela sua acção que os desígnios dos norte-america-

nos sejam levados a cabo pelo governo de Salazar. Procurando os princípios democráticos, por isso, temos de forçar o governo salazarista a solucionar o caso de Goa, não segundo os interesses ávidos dos imperialistas estrangeiros e dos fomentadores de guerra, inimigos dos interesses do povo português e de Portugal como nação livre e independente, mas sim segundo os verdadeiros interesses do nosso País, da causa da Paz e da Democracia!

QUE O CASO DE GOA SEJA RESOLVIDO PACIFICAMENTE POR MEIO DA NEGOCIAÇÃO !
FORA COM OS IMPERIALISTAS AMERICANOS DO PAÍS E DAS COLÓNIAS !
Que regressem imediatamente aos seus lares os milhares de
soldados expedicionários portugueses que se encontram em Goa !

Que Seja O Povo De Goa A Decidir Do Seu Destino Com Completa Liberdade !



Maio de 1954

LER E DIFUNDIR

O Comité Central do
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Figura 3 – Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954
(GES/PCP, doc. n.º 1337)

Será do interior da Penitenciária de Lisboa que da oposição republicana, surgirão as críticas mais acutilantes à política colonial do governo de Salazar. Henrique Galvão²⁹⁹, preso, conseguirá fazer sair da prisão, com a ajuda do recluso Manuel Bruno dos Santos Cardoso³⁰⁰, o livro *O Homem e o Tigre: Vagô*, com 190 páginas e 11 números do folheto clandestino *Moreanto* (Movimento de Resistência Anti-Totalitária), que eram entregues no escritório do advogado Filipe da Silva Mendes, para serem distribuídos. Ao ser detetada a circulação clandestina em Lisboa do *Moreanto* e depois de localizada a sua origem, a PIDE sujeitou Galvão a um novo julgamento, sob a acusação de atividades políticas dentro da prisão.

Ao longo dos 11 números do *Moreanto*, divulgado de abril a agosto de 1954, os ataques a Salazar são constantes, os temas abordados numa linguagem agressiva evidenciavam que Henrique Galvão, ainda que preso, mostrava-se informado do que se passava no exterior. Henrique Galvão dedica o terceiro número do *Moreanto*, à Índia Portuguesa, pois “duas razões profundas de Dor, pungem, nesta hora amarga da nossa História”: o perigo em que se encontravam os territórios da Índia Portuguesa e a indiferença “quase animal” com que a população se distraía “das sombras de tamanho perigo, mais empenhada na vitória de qualquer clube de futebol do que na salvação das terras de Goa, Damão e Diu”. Henrique Galvão comparava a integração na União Indiana das “pequeníssimas parcelas de território que constituem a Índia portuguesa”, com “um acto voraz de pura deglutição demográfica – tão material como brutal”, e, se tal acontecesse, a responsabilidade pela perda da Índia portuguesa seria de Salazar, da sua política de opressão. Considerava que havia necessidade da população portuguesa manifestar a sua vontade de forma espontânea, mas “há vinte e tantos anos que Salazar faz o que quer sem ouvir a Nação por outros ouvidos que não sejam [os da] Polícia”,

²⁹⁹ Henrique Galvão foi levado a tribunal militar, a 9 de dezembro de 1952, acusado de ser “o autor da proclamação e do plano do movimento revolucionário que tinha por fim destituir o Governo” (MATOS, 2011: 208) foi condenado a 3 anos de prisão, pena que seria confirmada e agravada com a suspensão dos direitos políticos por 15 anos, num segundo julgamento. A 22 de junho foi transferido para o Forte de Peniche para cumprir pena. Cumprida que estava a pena atribuída foi-lhe dada voz de prisão pela PIDE, sob acusação de ser o responsável pelo folheto de propaganda subversiva *Moreanto*, (folheto clandestino do Movimento de Resistência Anti-Totalitária). Foi condenado, passados 3 anos, a 16 anos de prisão, acrescidos de 2 anos de prisão por conversão de multas acumuladas e 20 anos de suspensão dos direitos políticos (MONTOTO, 2005: 188-189). Henrique Galvão, por vontade própria, não compareceu a este último julgamento.

³⁰⁰ Manuel Bruno dos Santos Cardoso “conheceu, no início dos anos sessenta, [sic] [cinquenta] na Penitenciária de Lisboa, onde fazia sebtas, para o exterior, Henrique Galvão, para quem editou exemplares do panfleto «Moreanto», transportados para fora da cadeia, através de alguns guardas prisionais. Interrogado pela PIDE, denunciou Galvão e acabou por «fugir»; ou seja, a polícia acabou por lhe abrir as portas da cadeia, como se viu”. Biografia de Manuel Bruno dos Santos, in PIMENTEL, 2006: ANEXO, p. xxxiii.

por isso sugere que Salazar se retirasse com os seus “vampiros” e deixasse, “volvendo à nossa condição de cidadãos responsáveis e livres, defender com honra e brio a presença de Portugal na Índia”³⁰¹. No mesmo mês de abril Salazar profere um extenso discurso, ao microfone da Emissora Nacional, no qual dedica longos minutos à questão de Goa, justificando desde logo, que, “quando o Primeiro-Ministro da União Indiana, Sr. Nehru, pode distrair das suas imensas preocupações alguns minutos em cada dia para falar de Goa, que não é sua, não se estranhará que, ao menos uma vez em cada ano, eu me ocupe em público do pequeno Estado que é nosso, e por imposição da História e força do Direito faz parte da Nação Portuguesa”. Salazar procurara demonstrar, ao apresentar dados e números comparativos que o Estado da Índia, independentemente do que representava a nível moral para Portugal, não contava a nível demográfico, económico e financeiro no todo português, sendo apenas uma fonte de encargos financeiros para a Metrópole. Foi também neste discurso que Salazar internacionalizou a questão de Goa, ao invocar não só o tratado anglo-luso, a Declaração de Windsor de 14 de outubro de 1899, como também ao referir-se ao artigo 4º do Tratado do Atlântico Norte (SALAZAR,1959:179-186).

No mês seguinte, em maio, Henrique Galvão voltará ao tema da Índia num artigo intitulado: “Outra vez «A Questão de Goa perante a consciência nacional e mundial» o Pandita Salazar...Falou”. Observava que a questão de Goa tinha sido conduzida com a “inconsciência das responsabilidades políticas” que caracterizava o governo de Salazar. Privando o povo do uso “legítimo dos seus direitos”, o Governo tomava, em nome de Portugal, atitudes e posições “que podem ser justas na forma externa, mas a que falta a legalidade essencial do consentimento expresso da Nação”. Galvão reiterava a ideia de que a imprensa, amordaçada, mais neste caso do que nos outros, ia recitando “em tom monocórdico e numa retórica uniforme, as declarações que lhe são ordenadas pelos órgãos policiais do regime, e não se arrisca - nem lhe seria consentido – a formular a mínima opinião que não tenha sido previamente tabelada”. Acrescentava que “só o povo português, através de órgãos legítimos de expressão, poderia decidir” sobre a questão de Goa. Galvão recusava a integração dos territórios

³⁰¹ “A Índia Portuguesa”, in *Moreanto*, n.º 3, abril de 1954. ANTT/PIDE-DGS - Henrique Galvão - SC/PC 153-54 – NP 5103, pp. 203-204.

portugueses da Índia na União Indiana e defendia que o problema deveria ser tratado com os povos da Índia portuguesa³⁰².

A necessidade de abertura do debate público sobre a questão de Goa, de modo a informar e alertar a opinião portuguesa, desligada do conflito luso-indiano, começava a ser reclamada pela Oposição. Mas terão as palavras de Henrique Galvão ecoado na Oposição?

Em março de 1954, Sá Cardoso através do jornal *República* manifestava a sua opinião, considerando que nestas circunstâncias, a oposição sem representação, não podia coletivamente ter uma opinião sobre a Índia Portuguesa mas, segundo as suas palavras “podem tê-la, e têm-na todos os oposicionistas”. Desde logo, Sá Cardoso considerava as pretensões territoriais de Nehru desmedidas. Acreditava que no “Portugal Indiano” não existia Democracia, o mesmo se passando em Portugal Continental. Reconhecia aos “compatriotas de Goa, Damão e Diu o direito de reclamarem as liberdades fundamentais”, como os oposicionistas vinham fazendo quando para isso tinham oportunidade. Para ele havia um ponto em que todos os portugueses, quer da Metrópole, quer da Índia, estavam de acordo: “Para nós Portugal Indiano é formado por Portugal, é território português e deve continuar a ser português”³⁰³.

Cunha Leal, Moreira de Campos e Nuno Rodrigues dos Santos³⁰⁴, numa nota conjunta enviada à imprensa intitulada “O caso da Índia”, são de opinião que as pretensões de Nehru causam indignação a situacionistas e anti-situacionistas, por isso “os oposicionistas ao Regime têm consumido horas de cruciante ansiedade em todos os dias de muitos meses e anos para encontrarem resposta a esta interrogação formuladas às suas consciências: Estaremos condenados a ter que sofrer esta amputação do suporte geográfico da nossa Pátria”. Estando convencidos de “que ainda pode evitar-se a catástrofe em perspectiva, mediante uma hábil orientação da nossa defesa” pretendem e sugerem que se estabeleça uma ampla liberdade para ser debatido publicamente o problema, “inteiramente à margem de quaisquer preocupações partidárias”, para que todos fornecessem ideias e “armas para a defesa da Pátria”, de modo a evitar

³⁰² “Outra vez «A Questão de Goa perante a consciência nacional e mundial» o Pandita Salazar...Falou” in *Moreanto*, n.º 5, maio de 1954. ANTT/AOS/CO/PC 3I, p. 425.

³⁰³ “Sobre a Índia”, in *República*, n.º 8361, 27 de março de 1954, pp. 1-2.

³⁰⁴ Nuno Aires Rodrigues dos Santos (1910-1984) um dos “republicanos históricos”, combatente contra a ditadura salazarista, com fortes convicções democráticas e humanistas. “Nuno Rodrigues dos Santos”, in *Wikipédia*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno_Rodrigues_dos_Santos (consulta realizada a 10 de janeiro de 2013).

“consequências desastrosas”. Nesse quadro deveria ser, “concedido aos discordantes do regime - mas de reconhecido patriotismo e sem filiações partidárias que justifiquem quaisquer suspeitas a tal respeito – ampla autorização para se manifestarem contra a tentativa de esbulho do Pandita Nehru” em comícios públicos, ou através da Emissora Nacional, e, ao menos para este momento, sem censura prévia. Entendem os signatários que a Nação em peso deveria lavar o mais inflamado dos protestos contra esta “injustiça histórica” e as “manifestações coletivas deveriam revestir-se de sinceridade e de espontaneidade, antinômicas com orquestrações sabiamente organizadas, mas quicá despidas de calor e entusiasmo viril”³⁰⁵. Esta nota, datada de junho de 1954, foi enviada à Imprensa pelos signatários que, receosos que a censura impedisse a publicação, dela dão conhecimento a Salazar³⁰⁶. Acompanhada do ofício de 14 de junho com o pedido de ser permitida a sua publicação, foram dadas instruções, pelo Presidente do Conselho, aos serviços de censura, a 19 de junho, para não ser posto qualquer obstáculo à sua publicação. Publicada a nota num artigo “O caso da Índia”, este seria acompanhado de uma pequena nota oficiosa, na qual o Presidente do Conselho considerava que o momento atual não era vantajoso para o país desenvolver uma campanha em comícios, “pois correríamos o risco de perder, no tumultuar de paixões incontroladas, a razão que incontestavelmente nos assiste”³⁰⁷.

Divulgada a nota “O caso da Índia”, o debate não se vai restringir às páginas dos jornais. A nota será considerada num discurso, aos representantes das Casas Regionais com sede em Lisboa, do ministro do Interior, Trigo de Negreiros³⁰⁸, “obra de traição”. O ministro denunciava que, por mera especulação política, a oposição se propunha a criticar ou diminuir o valor das razões, a abalar a autoridade do Governo e enfraquecer a resistência moral do País. Por isso o seu comportamento não poderia ficar impune: “o mínimo de dignidade patriótica obriga a todos os portugueses a unir fileiras em volta do ideal da Pátria, a defendê-la na medida das suas possibilidades e das tarefas que lhes forem cometidas”, visto que “conhecido o caminho da honra só há que trilhá-lo”³⁰⁹.

Perante palavras tão agressivas e violentas do ministro do Interior, os autores da nota, manifestavam o seu desagrado ao Presidente do Conselho, por “terem sido

³⁰⁵ “O caso da Índia”, in *República*, n.º 8445, 21 de junho de 1954, pp. 1, 6.

³⁰⁶ Carta Cunha Leal, Moreira de Campos e Nuno Rodrigues dos Santos para o Presidente do Conselho de Ministros, 14 de junho de 1954, in ANTT/AOS/CO/PC 2E, p. 63.

³⁰⁷ “O caso da Índia”, in *República*, n.º 8445, 21 de junho de 1954, pp. 1, 6.

³⁰⁸ Joaquim Trigo de Negreiros foi ministro do Interior de 1950 a 1958.

³⁰⁹ Discurso do ministro do Interior aos representantes das Casas Regionais, 1 de setembro de 1954, in ANTT/AOS/CO/IN 10A, pp. 5-7.

apelidados de traidores todos quantos se não tenham mostrado entusiasticamente concordantes com a orientação governativa na defesa dos legítimos direitos de Portugal em relação à sua Província indiana”. Contra as acusações indiscriminadas do ministro do Interior, atitude que, segundo estes oposicionistas, em países com instituições democráticas exigiria, reparo, colocavam várias questões: Será traidor à Pátria aquele que, para assegurar a integridade do património nacional, “passe a não manifestar a sua discordância e se proponha somar aos esforços dos seus adversários políticos os seus próprios esforços para melhor garantia do interesse nacional?”³¹⁰

A troca de correspondência sucede-se e Trigo de Negreiros, após ter conhecimento por Salazar da carta de protesto, esclarecia o seu pensamento a Salazar “sem embargo de assumir inteira responsabilidade do que então disse”. Nessa carta, Trigo de Negreiros reforçava a informação, de que estariam a ser distribuídos, por todo o país, escritos anónimos e clandestinos contra a soberania portuguesa na Índia. Para apoiar as suas afirmações, recorria a transcrições de textos:

“Nós, a grande maioria dos portugueses constituídos pelos independentes, liberais e por todos os «partidos políticos» banidos e excluídos da administração pública, declaramos perentoriamente que consideramos o actual Governo RESPONSÁVEL pelo que se passa na Índia e que depois do erro do «Acto Colonial» o julgamos sem possibilidade de resolver o problema ultramarino”³¹¹.

Continuando, apresentava os posicionamentos dos diversos movimentos: o Partido Comunista, que teria defendido, em declaração que os povos asiáticos queriam a sua independência e o direito à autodeterminação; MND sustentando numa nota que a negociação seria o caminho para a paz e num panfleto distribuído pela Comissão Central do MUD Juvenil, defendia que se deveria lutar pela conquista da paz pois “o sangue não pode continuar correndo”. Como tal Trigo de Negreiros explicava que devido ao facto dos signatários da Nota serem considerados, nos panfletos do Partido Comunista, como “os conhecidos colaboracionistas” fora com base nesses textos que no seu discurso fizera alusão aos comunistas e aparentados³¹².

³¹⁰ Carta Cunha Leal, Moreira de Campos e Nuno Rodrigues dos Santos para o Presidente do Conselho de Ministros, 9 de setembro de 1954, in ANTT/AOS/CO/IN 10A, pp. 8-9 (sublinhado no original)

³¹¹ Carta do ministro do Interior ao Presidente do Conselho, 15 de setembro de 1954, in ANTT/AOS/CO/IN 10A, pp. 1-2 (maiúsculas no original).

³¹² *Ibidem*, pp. 2-16.

Trigo Negreiros não será o único a demonstrar desagrado perante o artigo “O caso da Índia”. Ao ministro do Ultramar e ao Presidente do Conselho chegaram cartas e telegramas de protesto e indignação contra “as injuriosas e desonestas maquinações de Cunha Leal, atentado contra a dignidade nacional”³¹³ e reafirmando a confiança “absoluta e patriótica” no Governo de Portugal: “O Governo da Presidência de V. Excia. experimentado em dificuldades maiores não necessita colaborações duvidosas de quem não tem idoneidade para representar alguém mais do que a si próprio”³¹⁴, que refletiam a “esperteza salaia de políticos doentes”³¹⁵. Muitas cartas felicitam Salazar pela resposta perante a “impertinência atrevida”, pois a “pretensão do grupo chefiado pelo Sr. Engenheiro Cunha Leal é de molde a criar revolta – e representa uma enorme ingratidão para com o Governo da Nação”. Considerando que Cunha Leal pretende unicamente “explorar a natural repulsa de todos os portugueses, perante a atitude do Pandita, para se criar o ambiente de confusão propício às manifestações comicieiras de outros tempos cuja tradição é tão vergonhosa para o País e que ninguém de boa-fé pretenderá reatar”³¹⁶.

O ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, no discurso proferido em 6 de agosto, no Ministério do Ultramar, perante a manifestação organizada pelos representantes das atividades económicas de Angola, partilha a opinião de Salazar de que:

“não seria possível, a cada momento, dar contas à Nação de todas as diligências e providências efectuadas e em curso para restabelecer os nossos direitos ofendidos e fazer face a qualquer situação que se depare. Tal atitude poderia inclusivamente ser prejudicial aos nossos interesses. Mas do que todos podem estar certos é de que o Governo não descarta o aproveitamento e emprego dos meios ao seu alcance e presta a maior atenção a todas as sugestões construtivas e colaboração que lhe são oferecidas” (RODRIGUES, 1955: 121).

Os ataques a Cunha Leal chegam de diferentes locais. O advogado Neves Anacleto, desde Lourenço Marques, escreve a Cunha Leal dando-lhe conhecimento que

³¹³ Conjunto de cartas e telegramas de protesto, in ANTT/AOS/CO/UL 23B, pasta 4.

³¹⁴ Carta do presidente da Câmara de Mesão Frio, 22 de junho de 1954, in ANTT/AOS/CO/UL 23B, p. 47.

³¹⁵ Telegrama de Manuel Cardoso Vaz para o Presidente do Conselho, Lisboa, 22 de junho de 1954, in ANTT/AOS/CO/UL 23B, p. 46.

³¹⁶ Carta de Armando Afonso Reis para o Presidente do Conselho, 23 de junho de 1954, in ANTT/AOS/CO/UL 23B, p. 57.

“uma folha local, *A União*, órgão da União Nacional, [o] atacou furiosa e assisadamente”. Indo ao encontro das ideias de Cunha Leal, Neves Anacleto refere que em Lourenço Marques as manifestações “espontâneas”, também se realizaram “com o mesmo tom monocórdico do de toda a parte dos territórios português”. Refletindo as tensões raciais, sociais e coloniais em Moçambique, expressa a opinião de que:

“para esta gente daqui a Índia é um grande mal para Portugal, e os indianos da Índia Portuguesa estão para a nossa raça como está o caruncho da madeira. Apesar destes sentimentos, em relação aos quais a acção de Nehru seria de agradecer, não deixou de haver manifestações de patriotismo tão mecanicamente concebidas e orientadas que até houve assaltos às pessoas e aos seus haveres (...)”³¹⁷.

Anos mais tarde, em 1956, o geógrafo Orlando Ribeiro no seu relatório referia que “em Moçambique veriam serenamente a integração de Goa na União Indiana como a forma de acabar com os detestáveis *monhés*” (1999: 125).

Em defesa dos signatários da nota, o *República* publica um artigo em que comparava o momento que então se vivia, ao vivido no período da Grande Guerra. Também nessa altura a integridade do território português estivera em perigo, tendo sido constituído um governo de *União Sagrada* contando com o apoio de todos os portugueses sem, no entanto, perderem as suas convicções, as suas ideias “sem ninguém ter de se despersonalizar”, pois, como o então ministro do Interior, afirmara “despersonalizarmo-nos é enfraquecermo-nos”³¹⁸. Tendo em conta que durante o período da I Guerra Mundial, segundo os Republicanos só através do governo de *União Sagrada* fora possível proteger as colónias portuguesas da ameaça estrangeira, estaria agora toda a oposição de acordo com a União para assim resolver a questão com que o País se deparava? Ou estaria o jornal *República* a pensar num governo de *União Sagrada*, entre os diferentes movimentos de oposição, excluindo os comunistas, os quais tinham considerado no *Avante!*, que os autores da nota à imprensa eram “falsos democratas”?

³¹⁷ Carta do advogado Neves Anacleto a Cunha Leal, Lourenço Marques, in ANTT/PIDE – DGS - Francisco Pinto Cunha Leal - SC /SR 503 – NP 2331, pp. 887-889.

³¹⁸ “Estamos de acordo, mas...”, in *República*, n.º 8523, 7 de setembro de 1954, pp. 1-2.

Na leitura de Pezarat Correia:

“a oposição democrática não compreendeu que havia dois tempos completamente distintos, isto é, que a legitimidade que, em 1914/1918, levou Portugal a participar na guerra para defesa do Império do Ultramar contra as vontades de outras potências coloniais - isto é, era uma disputa entre potências coloniais -, era uma legitimidade completamente diferente daquela que se verificava depois da guerra de 39/45, em que era uma luta pela independência em relação aos nacionalistas, aos povos das próprias colónias, e identificaram duas legitimidades que não eram identificáveis” (2001: 53-54).

Longe estava a oposição de uma união. O *Avante!* considerava que os autores da nota procuravam combater a posição do Partido Comunista, defendida na *Declaração de Maio de 1954* e que o “desacordo” que Cunha Leal diz existir com a política de Salazar “não passa de jogo de palavras com vista a enganar ingénuos”, sublinhando que “o «patriotismo» que esse falsos democratas atribuem a si próprios e também a Salazar, é sinónimo de traição”. Por isso, o Partido Comunista insistia que na questão de Goa só podem ser os goeses a decidir: “tudo o que não seja isto será violência e opressão!” Para os comunistas para que o problema de Goa se solucionasse por meios pacíficos e justos, impunha-se que se iniciasse negociações entre o Governo de Portugal e o da Índia e que se garantisse liberdade plena ao povo goês para ele poder expressar livremente a sua vontade³¹⁹. Também do Índico chegavam palavras a condenar a atitude de Cunha Leal. O jornal *Free Goa* publicou e divulgou a notícia intitulada “Mais uma do Cunha Leal” redigida por um “Observador” o qual considerava que um “homem sem proibição mental, sem princípios e sem carácter, não pode representar o povo português. Nem a oposição ao actual regime político português. É apenas um comparsa disfarçado dos homens desse regime. E, por isso, a sua opinião não tem valor algum”³²⁰.

Já antes em 1949, Cunha Leal, num discurso proferido na Covilhã e noticiado pelo *Diário de Lisboa*³²¹, a 13 de novembro, ao apresentar a razão e os objetivos da sua candidatura como deputado à Assembleia Nacional pelo círculo de Castelo Branco, considerava que as parcelas do Oriente se encontravam numa situação delicada e que “a

³¹⁹ “A Oposição colaboracionista dos falsos democratas no Caso de Goa”, in *Avante!*, VI série, n.º 189, julho de 1954, p. 1.

³²⁰ “Mais uma do Cunha Leal – um Observador”, in *Free Goa*, July 10, 1954, vol.1, n.º 19, p. 8. O jornal *Free Goa* publica uma série de artigos sobre este momento, como “O governo de Salazar denunciado pelos Portugueses – Declaração do PCP” e “Cunha Leal e o Caso de Goa”, in *Free Goa*, July 25, 1954, vol.1, n.º 20, pp. 7-8.

³²¹ *Diário de Lisboa*, jornal diário fundado por Joaquim Manso em 1921.

condição «sine qua non» para que o país possa sobrepujar as circunstâncias adversas consiste em apresentar-se unido”. Relembra que o conceito de “unidade nacional” não deveria confundir-se “com o rígido unanimismo de opiniões”, defendendo que é do choque de opiniões contraditórias “que deve derivar, posteriormente, uma síntese superior, uma visão panorâmica mais perfeita dos problemas colectivos, à qual, em definitivo, venha a ajustar-se o sistema legislativo”³²². No que concerne à Índia, “o eclipse das nossas liberdades”, iria ser aproveitado “para dar à tentativa de absorção da Índia portuguesa o aspecto de libertação de irmãos de raça oprimidos”, sendo necessário determinar a união, não na submissão, como faz Salazar, mas alicerçando-a na “mútua compreensão, no mútuo respeito e na pesquisa do denominador comum dos ideais dos vários sectores da Nação”³²³.

Cinco anos depois ao percorrermos as páginas do *Diário de Lisboa* de 23 de junho de 1954, encontramos um longo artigo de Cunha Leal sobre a questão de Goa, o qual estrutura o seu posicionamento sobre esta questão em 5 pontos. Cunha Leal inicia a sua explicação com o texto “A Índia portuguesa em perigo” tecendo algumas considerações sobre a “mascarada” política pacifista de Nehru, a qual se afasta da doutrina de Gandhi pois Nehru seguia “uma política de imperialismo e colonialismo”. Confessava, num segundo ponto, intitulado “A carência de vibratibilidade dos nossos protestos contra Nehru”, que não existia entre os portugueses unidade nacional, em virtude de o regime pretender obter a adesão em massa de todos os portugueses à sua política, sem quaisquer desvios: “um ideal utópico”. Por isso, os “adversários do Regíme[n] caindo sob a acção do medo em estado latente de hibernação, têm entorpecido os membros e enrouquecidas as gargantas. São quais Lázarus, estendidos em frios sepulcros de pedra, mas sem terem a boa sorte de Cristo. Quando sobrevém um acontecimento, como a agressão potencial de Nehru, afligem-se intimamente, mas reconhecem a anquilose do seu corpo e da sua alma”. Entendia, no terceiro ponto “A causa profunda da indignação portuguesa contra esta tentativa de esbulho” que se a Índia Portuguesa era das mais pequenas parcelas portuguesas “é também aquela em que é maior o grau de assimilação dos aborígenes”, estando Portugal ligado a essas terras “por um mundo de recordações desvanecedoras e sagradas”, contudo era necessário uma política colonial diferente. No que se refere à “Política aconselhável da Metrópole

³²² “O eng. Cunha Leal explica as razões e os objectivos da sua candidatura a deputado”, in *Diário de Lisboa*, n.º 9684, 13 de novembro de 1949, pp. 1-2.

³²³ “O discurso do eng. Cunha Leal”, in *Diário de Lisboa*, n.º 9684, 13 de novembro de 1949, p. 4.

para com os seus enclaves indo-portugueses”, no quarto ponto, aplaudia Cunha Leal o facto de o Governo recusar imitar os franceses na realização de um plebiscito nos seus enclaves na Índia, mas, não duvidava que o resultado de um eventual plebiscito em Goa fosse a favor de Portugal. Por isso, segundo Cunha Leal, se Nehru não aceitara a sugestão francesa e se o Governo estava não só confiante no resultado dum plebiscito dessa natureza nos enclaves indo-portugueses, como também estava seguro da “repulsa de Nehru por esta solução do pleito em curso”, então seria de pôr “em evidência a má fé deste estadista, forçando-o a uma atitude negativa” de modo a retirar a “máscara com que pretende ocultar-se uma realidade bem diversa?” Por outro lado, Cunha Leal notava, algumas reservas no auxílio de Inglaterra e os Estados Unidos, “que são as vedetas do anticomunismo mundial”, num possível conflito bélico com a Índia no caso de uma agressão desta a Goa. Concluía Cunha Leal que, a melhor maneira de demonstrar a futilidade de tais juízos “consistiria em conceder à Índia Portuguesa o Estatuto de Independência, concertando previamente com o seu escol populacional a modalidade de associação a adoptar entre Portugal e o novo Estado”. Este seria o primeiro passo no sentido da Confederação, o que para o instinto de Cunha Leal era “o termo fatal da nossa evolução imperial”. O regime que presidiria às futuras relações entre as várias parcelas do território nacional contaria, deste modo com a compreensão e apoio diplomático dos britânicos e norte-americanos. O acesso à independência dos territórios indo-portugueses “teria a virtude complementar de pôr termo a essa comédia de libertação dos pretensos irmãos oprimidos de Nehru pois, ainda que associada à Mãe-Pátria, o novo Estado teria o direito de se estruturar e de orientar a sua política interna segundo o consenso dos seus habitantes”.

Segundo o político que vimos seguindo, no íntimo:

“todos sabemos que, quando Angola e Moçambique atingirem certa posição no seu progresso económico e social e no empolamento da sua população civilizadora, terão interesses particulares que não poderão deixar de requerer larga autonomia, direi mesmo, independência. Se ela lhes vier a ser negada sob a invocação de conceitos constitucionais centralistas, verificar-se-á precisamente o facto doloroso que se pretende evitar: a proclamação da independência absoluta, com ruptura de todos os laços políticos com a Metrópole, à laia do Brasil”³²⁴.

³²⁴ “O caso de Goa - as revoltantes pretensões do Pandita Nehru”, in *Diário de Lisboa*, n.º 11.333, 23 de junho de 1954, pp. 1, 6, 7.

Mas impedida a oposição de participar na discussão sobre o futuro do Ultramar Português, Cunha Leal terminava o artigo alertando que não representava o pensamento da oposição, visto nem ser o seu chefe, nem um dos seus dirigentes, apenas “impunha uma única condição” de que o deixassem “sentir um homem livre, ao menos enquanto durar esta batalha”³²⁵. A situação que se vivia nas colónias era, de acordo com a sua leitura, derivada da situação ditatorial do país, em que o regime não ouvia as reivindicações e afastara os portugueses das grandes decisões.

Poderemos entender esta posição de Cunha Leal como uma paulatina mudança por parte da oposição republicana, no que concerne a questão de Goa? Se assim for, não será que, no domínio dos princípios, esta posição estava de acordo com a oposição comunista, “o direito do povo dos domínios portugueses na Índia escolher livremente o seu destino”³²⁶?

Para Luís Farinha, perante os ventos descolonizadores que sopravam na Ásia e na África, Cunha Leal fixou “os princípios que iriam orientar a sua defesa de uma «terceira via» descolonizadora para o Império português” (2003: 618). A necessidade de mudanças na política colonial era evidenciada pelos incidentes em Batepá, na ilha de S. Tomé (1953), com intervenção repressiva das autoridades militares e, posteriormente, em Bissau, fruto das condições de “trabalho forçado” impostas aos trabalhadores, e com o aparecimento das primeiras organizações políticas anti-coloniais em África - Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola, 1953, (PLUA) e Movimento para a Independência Nacional da Guiné, 1954, (MING). Cunha Leal ao abandonar posições “rigidamente idealistas, em favor de outras mais consentâneas com aqueles tempos de aceleradas mudanças” distanciou-se “definitivamente dos situacionistas em matéria de descolonização”³²⁷.

³²⁵ *Ibidem*, p. 7.

³²⁶ “Terror Salazarista na Índia Portuguesa. Que os soldados voltem para casa”, in *Avante!*, VI série, n.º 159, maio de 1951, p. 2.

³²⁷ Luís Farinha na sua dissertação de Doutoramento clarifica os princípios que iriam orientar Cunha Leal na defesa de uma “terceira via” descolonizadora para o Império português. “Em primeiro lugar, admitir o princípio da autodeterminação e independência aceitando a ideia que os povos, assim que atingissem um certo grau de desenvolvimento, haviam de desejar e exigir autonomia e independência”. Em segundo deveria haver empenho no desenvolvimento do processo, podendo durar vários anos e escalonado no tempo. Em terceiro deveria erguer-se uma esperança de futuro convívio fraterno fruto da herança cultural. Em quarto lugar, a defesa de “formas de organização que garantissem a consecução dos desígnios nacionais definidos livremente pelas populações aí residentes e pela metrópole e a recusa do domínio dos «pretensos» libertadores”. Em quinto lugar, a necessidade de negociações de molde a garantir uma transição pacífica, respeitadora dos reais interesses de todos os naturais. Em sexto lugar, recusa do uso da força. Em sétimo “reconhecer a necessidade de, em última instância, como estava a acontecer na Índia, dar a independência às populações que a requeriam, de livre vontade, negociando com elas um estatuto de federação ou confederação de estado livre onde se mantivessem relações culturais e económicas

Apesar de apenas dois dias de diferença entre a nota conjunta de Cunha Leal, Moreira de Campos e Nuno Rodrigues dos Santos, “O caso da Índia”, publicada no *República*, e o artigo de Cunha Leal “O caso de Goa - as revoltantes pretensões do Pandita Nehru”, nas páginas do *Diário de Lisboa*, Cunha Leal assumiu neste último uma posição que marcara a sua visão para o futuro dos territórios portugueses, sem que fossem rompidos todos os laços com Portugal ao ser concedido “à Índia Portuguesa o Estatuto de Independência, concertando previamente com o seu escol populacional a modalidade de associação a adoptar entre Portugal e o novo Estado”³²⁸. Mas a posição defendida por Cunha Leal partia de um pressuposto, de que os goeses pretendiam manter a ligação com Portugal, o que para os comunistas era desde logo uma restrição à liberdade pois para estes na solução do problema de Goa impunha-se que se iniciasse negociações entre o Governo de Portugal e o da Índia e que se garantisse liberdade plena ao povo goês para ele poder expressar livremente a sua vontade³²⁹.

privilegiadas. Por último, dar sinais positivos aos grandes poderes mundiais, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha de que Portugal se estava a orientar por uma política de autonomização dos seus territórios coloniais” (2003: 618-620).

³²⁸ “O caso da Índia”, in *República*, n.º 8445, 21 de junho de 1954, pp. 1, 6.

³²⁹ “A Oposição colaboracionista dos falsos democratas no Caso de Goa”, in *Avante!*, VI série, n.º 189, julho de 1954, p. 1.

5. “Pedaços arrebatados ao coração da Mãe-Pátria”³³⁰

Os conflitos entre Portugal e a União Indiana sucedem-se³³¹. A exigência de vistos paralisa a circulação terrestre de pessoas e funcionários portugueses entre Goa, Damão e Diu e os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. As hostilidades diplomáticas impulsionam os nacionalistas a retomar a luta. Bandeiras indianas eram colocadas durante a noite e panfletos lançados em várias zonas do território Português na Índia de modo a lembrar que o povo descontente com a situação continuava a lutar (GAITONDE, 2011: 96).

O jornal *República* noticia que uma delegação composta por membros nacionalistas goeses e residentes em Bombaim, chefiada por Tristão de Bragança Cunha, presidente do *Goa Action Committee*, solicitara a Nehru “que tomasse medidas de urgência para a união de Goa à Índia”, e que surgira um manifesto pedindo essa mesma união “refutando o argumento português de que os goeses são portugueses”³³².

A prisão de Pundolica Gaitonde, a 17 de fevereiro de 1954, em Goa, após o jantar de despedida do Juiz Semedo e de sua mulher trouxe o “incidente” necessário para despertar a luta. Nesse jantar o advogado goês, Santa-Rita Colaço, um “grande admirador de Salazar e de todo o império português”, proferira um discurso durante o qual afirmara “Sim, porque AQUI TAMBÉM É PORTUGAL”. Incapaz de se conter, Gaitonde interrompera o discurso para pronunciar: “PROTESTO”. Seguiu-se um silêncio aterrorizador pressagiando a prisão de Gaitonde (GAITONDE, 2011: 100)³³³.

Como foi descrito na época por Madhav Bir “this incident infuriated the workers of the National Congress (Goa) and occasioned strong reaction from the Goans as well as the Indians. The Goan workers inside Goa organized a protest day «Gaitonde Day» on which the Indian flag was hoisted and meetings were held. The departure of Dr. Gaitonde and the wholesale arrests of National Congress (Goa) workers intensified the

³³⁰ “Na hora que passa...”, in *República*, n.º 10.985, 5 de agosto de 1961, pp. 1-2.

³³¹ “Só quando a União Indiana passou à segunda fase de pressão, instituindo o bloqueio económico no final de 1953, é que foi criado o I Plano de Fomento Económico para Goa, em 1954. Mas o montante foi sempre inferior aos custos da presença das tropas portuguesas na Índia” (STOCKER, 2005: 98). Os Planos de Fomento definiam setores e projetos da economia a investir por parte do Estado, aprovado em setembro de 1952 o I Plano de Fomento para o período de 1953-1958, foi atribuído, a partir de 1954, para Estado Português da Índia 180.000 contos.

³³² “Na Índia continua a manobra do Pandita Nehru”, in *República*, n.º 8457, 3 de julho de 1954, p. 7.

³³³ Maiúsculas no original. O dia 17 de fevereiro a partir de 1955 passou a ser assinalado como o “Gaitonde day”. “Goa- Gaitonde Day”, in *Free Goa*, 26, February, 1955, vol.2, n.º 33, p. 3.

Goan reaction against the Portuguese. Gaitonde's protest was hailed as a signal to restart the *satyagraha*, movement with full vigour” (cit. in RISBUD, 2001: 237)³³⁴. Sendo Gaitonde uma figura popular em Goa e em certos círculos de Lisboa, e reconhecida a sua luta foi criado o desejado momento para recomeçar abertamente a luta ativa pela libertação de Goa. Mas, se por um lado a reação por parte da população e da imprensa foi imediata à prisão e à deportação de Gaitonde³³⁵, por outro “at first the Government of India appeared hesitant” (GAITONDE, 1987: 75). Somente a 16 de março de 1954 o Governo indiano apresentaria um protesto, no qual afirmava esperar “que o Governo Português reconhecerá a necessidade de dar ao povo de Goa liberdades civis e democráticas normais”³³⁶.

Julgado no Plenário do Tribunal Criminal da Boa Hora de Lisboa a 6 de julho, embora tivesse decidido não apresentar defesa, teve como conselheiro o advogado Palma Carlos³³⁷. A notícia da sua sentença espalhou-se rapidamente, despertando novos movimentos de *satyagraha*. A 20 de julho, o Governador de Damão é impedido pelas autoridades da União Indiana de se deslocar aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, tendo sido cortadas as ligações entre eles. Através de um comunicado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informava os portugueses que as ligações com Damão foram cortadas e proibida a qualquer pessoa a aproximação aos territórios de Dadrá e Nagar-Aveli. O crescente número de atos de voluntários nacionalistas indianos culmina com a ocupação dos enclaves de Dadrá³³⁸, a 22 de julho de 1954 pelo *United Front of Goans*

³³⁴ Madhav Ramkrishna Pai Bir (Belgaum-1923) participou no movimento *Quit India*, e no 18 de junho de 1946, em Margão. Foi membro da primeira Comissão Executiva do NC (Goa) quando da sua formação em Londa. Colaborou até 1955 fundamentalmente com Peter Alvares impulsionando o movimento *Satyagraha*, para depois trabalhar com Pundolika Gaitonde. Foi secretário-geral do NC (Goa) de 1951 a 1953 (SHIRODKAR, 1986: 29-30).

³³⁵ A deportação de Pundolika Gaitonde para Portugal ocorrerá a 19 de fevereiro, no paquete *India*, no qual viajava também Dattatraya Atmaram Deshpande, fundador do *Azad Gomantak Dal*, condenado a 28 anos de prisão. Chegado a Lisboa, Gaitonde seria colocado em liberdade condicional a 21 de março, em regime de “prisão domiciliária”. Julgado foi condenado a três meses de prisão ou multa equivalente. Sua esposa, Edila Gaitonde, recorda que lhes foi sugerido que poderiam “seguir o «roteiro de fugas» usado pelo Partido Comunista Português”, e que “eles estavam prontos a ajudar-nos. Contudo, não era desejável ficarmos demasiados envolvidos” (GAITONDE, 2011: 117). Em abril de 1955, Gaitonde, requereu passaporte válido para vários países europeus no sentido de continuar os seus trabalhos de investigação científica. Concedido o passaporte seguiu de Londres para União Indiana retomando a sua atividade política pela libertação de Goa, Damão e Diu.

³³⁶ *República*, n. 8354, 20 de março de 1954, p. 4.

³³⁷ “Alegações do Dr. Manuel Palma Carlos no julgamento do dr. Gaitonde”, in *Free Goa*, August 10, 1954, vol.1, n.º 21, p. 8.

³³⁸ “Thus Mr. Francis Mascarenhas (President) and Mr. Waman Desai (General Secretary) of United Front Of Goans organised entry of 20 volunteers into Dadra at night. The group had some ex-army personnel like Shri Shankarrao Ghorpade, Captain of the Indian National Army of Netaji Subhash Chandra Bose, Mr. Namdeo Pawar, ex-army and Mr. Constancio Vaz from Assolna formerly of Navy.

de Francisco Mascarenhas e Mr. Waman Desai e, dias depois, a 2 de agosto com a ocupação de Nagar-Aveli, pelo movimento *Goan People's Party* e *Azad Gomantak Dal*. A confirmação da ocupação dos enclaves chega aos portugueses no dia seguinte, assim como a notícia, fruto dos confrontos, da morte de dois polícias locais, o subchefe Aniceto do Rosário e o soldado António Fernandes. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, expressa por parte do Governo português o protesto ao Governo da União Indiana manifestando intransigência na defesa contra todas as incursões que sejam efetuadas sobre “qualquer ponto sujeito à Soberania Nacional Portuguesa” (MNE, 1967a: 406)³³⁹.

A luta em Goa ganha eficácia. O *Goa Vimochan Sahayak Samiti*, (*All Party Goa Liberation Aid Committee*) criado em junho de 1954 por iniciativa de Peter Alvares, com o objetivo de relançar os *satyagraha*, decidiu avançar com um movimento em massa para o dia 15 de agosto de 1954, juntamente com o *Goa Action Committee*³⁴⁰. Com a participação de organizações políticas indianas do Maharashtra e *Gujarat Praja Socialist Party* (PSP), foram enviados voluntários indianos de várias partes da Índia para as fronteiras de Goa. Mas, “on 13th August, 1954, Prime Minister Nehru refused permission to non-Goans to cross into Goa (...). They however extended their full support to the Goans, who had planned to enter their homeland on 15th August, 1954” (RISBUD, 2001: 244).

Interessante é verificar que após a ocupação dos enclaves, Bruto da Costa, influente opositor à política colonial do governo de Salazar, envia um telegrama ao governador-geral, no qual criticava a contradição existente nas palavras de Nehru, defensor do pacifismo, e os seus atos que teriam criado “intranquilidade e o pânico entre as populações pacíficas dos territórios portugueses”. Por essa razão colocava-se “incondicionalmente ao lado do Governo (...) para estar com ele pela Nação”. No entanto ao referir o seu apoio ao Governo, Bruto da Costa esclarecia que para adotar tal atitude colocaria de lado “todos os agravos e a política nociva do Governo de Salazar”. Apercebendo do sentido do telegrama, o governador-geral agradece a Bruto da Costa a sua manifestação de patriotismo “o que acima de tudo importa registar no momento presente”. Mas o governador confia ao ministro do Ultramar que, apesar de

They overpowered the Portuguese police and with least resistance from them, declared Dadra free” (DESAI, 2003: 35).

³³⁹ Telegrama do ministro dos Negócios Estrangeiros ao Encarregado de Negócio de Portugal em Nova Deli, Lisboa, 23 de julho de 1954, doc. n.º 367.

³⁴⁰ No ano de 1954 surge o *Goan National Union* de J. M. Sousa.

considerar que a publicação do telegrama teria “grande interesse político”, mas não o fará, sem autorização superior, em virtude da referência feita por Bruto da Costa ao Governo³⁴¹.

5.1. O duelo de palavras

A 8 de agosto, o Governo de Lisboa sugere a Nova Deli o envio de observadores internacionais para as fronteiras, com a função de elaborar relatórios imparciais sobre os grupos armados cuja intenção fosse a violação territorial (MNE, 1967b: 62-69)³⁴². Tendo sido proposto a Inglaterra encabeçar este procedimento em Nova Deli e enviar os seus observadores, o que segundo Pedro Aires de Oliveira “o envio de observadores representava um nível de envolvimento na disputa que os responsáveis britânicos queriam evitar a todo o custo”. Selwyn Lloyd, ministro de Estado para os Negócios Estrangeiros, informava Teotónio Pereira “de que o governo britânico preferira não se associar à iniciativa; se os dois países o pedissem expressamente, então admitia rever essa posição (mas fá-lo-ia com relutância); quanto ao envio de observadores a pedido de um só país, isso estava completamente fora de questão” (OLIVEIRA, 2006: 104). Contudo o Governo britânico, não deixou numa declaração oficial anunciar a intenção de “(...) exprimir ao Governo da Índia a sua sincera esperança de que não haverá recurso à força ou a métodos que necessariamente conduzirão ao emprego da força” nos territórios portugueses (MNE, 1967b: 61)³⁴³.

Aguardando o Governo português pela resposta da União Indiana até às dezasseis horas do dia 10 de agosto. Nesse mesmo dia Salazar, ao microfone da emissora Nacional, fala aos portugueses, reafirmando que o destino do Estado Português da Índia não pode ser objeto de negociação: se “Portugal dele abrisse mão,

³⁴¹ Folha solta - governador-geral do Estado da Índia, 25 de julho de 1954, in ANTT/AOS/CO/UL 22, pp. 611.

³⁴² Nota verbal da Legação de Portugal em Nova Deli ao ministro dos Assuntos Externos da União Indiana, Nova Deli, 8 de agosto de 1954, doc. n.º 424. (Tradução).

³⁴³ Comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros publicado na imprensa em 7 de agosto de 1954, doc. n.º 422.

como coisa a dar ou a vender: seria uma negociação sobre objeto impossível” (SALAZAR, 1959: 211).

Recebida a resposta indiana, Portugal considera que “só na aparência das palavras há aceitação do que se propôs. Na realidade, em vez de aceitação, há desvirtuação e há dilação” (MNE, 1967b: 99)³⁴⁴, não podendo o Governo português “enredar-se num jogo que não tem transparência e se afigura pouco prestigiante” pois, para o Governo português, a União Indiana compartilhava o desejo de realizar todos os esforços de encontrar soluções pacíficas por meio de conferência e negociação, com observação e relatos imparciais, mas apenas com o objetivo de integrar as possessões portuguesas. Para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, a resposta indiana “começa a ser longa demais” e Portugal não se deixará esgotar num diálogo em que o “seu interlocutor responde sempre como se não tivesse apreendido o que lhe perguntavam, o que lhe pediam, o que lhe ofereciam”. Segundo Paulo Cunha “nós somos, na Índia, um pequeno país ameaçado pela ambição de um vizinho muito grande que a opinião internacional conseguiu conter, mas que não desistiu dos seus propósitos de absorção”³⁴⁵.

As palavras endurecem. O número de panfletos do PCP multiplica-se. Um desses folhetos aconselhava

“as massas a escrever ao Governo, a fazer telefonemas e abaixo-assinados às autoridades, a exigir uma política de paz através da negociação, que as tropas se recusem a servir de carne de canhão numa luta que é em tudo contrária aos interesses do povo e da Nação e incentivam a escrever nos muros dos quartéis, nas paredes e nas estradas! QUEREMOS PAZ! NÃO QUEREMOS GUERRA! NEGOCIAÇÃO PARA O CASO DE GOA!”³⁴⁶

³⁴⁴ Comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros publicado na imprensa em 11 de agosto de 1954, doc. n.º 438.

³⁴⁵ “Afirmações do ministro dos Negócios Estrangeiros aos representantes da imprensa”, in *República*, n.º 8515, 30 de agosto de 1954, p. 1.

³⁴⁶ Panfleto - *Povo da região de Lisboa! Nem mais um soldado português para Goa! Regresso imediato dos que ali se encontram mobilizados* - A Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português, agosto de 1954, in ANTT/AOS/CO/PC 3I, p. 455 (maiúsculas no original). Este panfleto da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português, é muito idêntico ao difundido pelo Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português em agosto de 1954 com o título *O Governo lança o país na guerra enviando tropas e armamentos para a Índia*, in ANTT/AOS/CO/PC 3I, p. 456. Assim como surgiu um outro panfleto do PCP intitulado *Soldados e Marinheiros! Sargentos e oficiais! Filhos de povos Fardados*, em 1 de setembro de 1954 na qual o apelo era fundamentalmente dirigido aos militares para que estes ressissem e se negassem a ir para a Índia “servir de carne de canhão às ordens dos imperialistas americanos”, devendo lutar pela “independência

O Governo português exige ao Governo da União Indiana que faculte às Forças Armadas portuguesas o trânsito necessário para acesso aos enclaves e previne que não permitirá, e reprimirá pela força, qualquer tentativa de incursão sobre os demais territórios portugueses. As posições radicalizam-se. É expulso o cônsul da Índia em Goa, Vicente Coelho, enquanto Nova Deli expulsa os funcionários consulares portugueses de Bombaim. Entre agosto e setembro, perante a possibilidade de uma marcha *satyagraha* sobre Goa para 15 de agosto, de modo a obrigar os portugueses a sair dos territórios ainda sob o seu domínio, o Governo português envia os batalhões de caçadores *Índia* e *Vasco da Gama*. Para fazer frente ao movimento de *satyagraha*, pelo Decreto-Lei n.º 39.786, foi estabelecido o Corpo de Voluntários do Estado da Índia, como elemento de cooperação na segurança e defesa daquele Estado. Por seu lado, como noticia o *República* a 25 de julho desse ano, Nehru recusa a cumplicidade indiana na ocupação dos enclaves, acrescentando que se “a Índia tencionasse apoderar-se pela força das possessões portuguesas, facilmente o teria feito há muito tempo, mas nós escolhemos o caminho de uma solução pacífica tanto com a França como com Portugal, muito embora esta via seja mais longa”³⁴⁷.

Segundo Pedro Pezarat Correia, as mobilizações para a Índia marcaram “o início da luta armada de libertação nas colónias portuguesas” (1999: 158). A defesa do Estado da Índia passou a ser contestada na Metrópole: “os soldados de Caçadores 5 (Lisboa), Caçadores 6 (Abrantes), Infantaria 11 (Setúbal), Artilharia 3 e outras unidades recusaram-se a oferecer-se como voluntários para as expedições militares colonialistas” (ALMEIDA, 1979: 322). O PCP ao longo dos anos desenvolverá uma intensa campanha de modo a que não fosse nem mais um soldado para a Índia, relatando a vida destes na Índia, e exigindo o regresso dos que lá se encontravam. Relativamente ao papel do Partido a desempenhar junto das Forças Armadas, “Carlos”, num artigo publicado n’ *O Militante* em 1955, defende que o Partido deveria olhar com mais atenção para a ajuda a dar aos jovens soldados no sentido “de os esclarecer e de os mobilizar contra a política salazarista tão prejudicial para eles”, observando que essa tarefa do Partido tem sido “muito subestimada”. Devendo o Partido exercer ação junto deles com os “camaradas” que vão cumprir o serviço militar, ou com conversas com militares conhecidos, para mobilizar “os elementos das forças armadas para a luta pelas suas próprias reivindicações

das Forças Armadas portuguesas e sua libertação do domínio estrangeiro”. *Soldados e Marinheiros! Sargentos e oficiais! Filhos de povos fardados*, 1 de setembro de 1945, PCP, in GES/PCP, doc. n.º 1334.

³⁴⁷ “A grave questão da Índia”, in *República*, n.º 8479, 25 julho de 1954, p. 1.

– e, entre estas, hoje destaca-se a reivindicação de não servir de carne de canhão dos colonialistas portugueses ou dos imperialistas americanos – que melhor o nosso Partido os poderá ajudar” Concluindo que esta luta seria um importante contributo para a luta geral do povo português³⁴⁸. Já em fevereiro de 1954, “Carlos” considerava que era de grande importância a influência que o Partido possa exercer sobre as Forças Armadas para a luta do povo português devido ao destacado papel das Forças Armadas na defesa do regime. As organizações do Partido deviam aproximar-se das Forças Armadas através de “simples estabelecimento de boas relações pessoais” com os seus elementos, dando-lhes a conhecer “as aspirações e as lutas das massas trabalhadoras e os aspectos nacionais e mundiais da luta democrática e da defesa da Paz”, procurando constituir-se “células do Partido e com elas levar um trabalho regular de ajuda e de esclarecimento”. Alertava, ainda, que este trabalho partidário tendo um carácter conspirativo deveriam ser tomadas todas as precauções³⁴⁹. Se as Forças Armadas são no seu conjunto a base principal em que o regime se apoiava, existiam fatores, segundo o PCP, que criavam um ambiente de descontentamento entre os militares: 1º) à frente de algumas Unidades não estavam os oficiais “mais competentes, mas os mais reaccionários”. As promoções faziam-se na base dos “padrinhos influentes”. 2º) “a política de provocações conduzidas pelo fascismo em Goa para onde são atirados milhares de soldados, sargentos e oficiais com o fim de esmagar os anseios de liberdade dos goeses, e defender igualmente os interesses monopolistas americanos, japoneses, do Banco Nacional Ultramarino, etc”. 3º) maus tratos nos quartéis e perigos constantes na instrução e manobras militares³⁵⁰.

Já antes, em 1952, o Partido Comunista alertara para o número elevado de soldados portugueses de África e do Continente em Goa “com o objetivo de afogarem em sangue qualquer movimento democrático dos povos indígenas”, e estabelecera uma comparação entre as despesas militares em Goa e outras despesas públicas: os gastos destas tropas expedicionárias “foram superiores a 70 mil contos em 1950 e orçamentadas em 75 mil contos para 1951 e 92.500 contos para 1952, isto é, cerca de 5 vezes mais do que o que a camarilha salazarista gasta anualmente com os melhoramentos rurais nas nossas vilas e aldeias (uma média de 20 mil contos): em

³⁴⁸ “Carlos”, “MAIS ATENÇÃO ao trabalho do Partido nas Forças Armadas”, in *O Militante*, III série, n.º 80, março de 1955, pp. 3-4.

³⁴⁹ “Carlos”, “Melhoremos o trabalho do Partido nas Forças Armadas”, in *O Militante*, III série, n.º 74, fevereiro de 1954, pp. 6-7.

³⁵⁰ “Ribeiro”, “O Partido e as Forças Armadas”, in *O Militante*, III série, n.º 94, junho de 1957, pp. 3-11.

pontes, estradas, arruamentos, cemitérios, etc, etc”³⁵¹. Da parte do movimento nacionalista partiam também os apelos à retirada das tropas portuguesas. Uma *Mensagem às Mulheres Portuguesas*, assinada por Melba Dias Costa, esclarecia que, para salvar a vida dos maridos, filhos e irmãos “Portugal deve sair de Goa – para que milhares não morram”, e apelava a que “obriguem Salazar a retirar as tropas de Goa e sobre os lares a paz voltará”³⁵². Melba Dias Costa era casada com Fernando José Bernardo Barreto da Costa, natural de Margão, que já nos anos vinte afirmara “que era membro da Terceira Internacional e partidário de um regime semelhante ao do Canadá” (LOBO, 2013: 452)³⁵³. Estes panfletos, segundo a PIDE, eram recebidos em Lisboa, por correio normal, sendo enviados através de Londres pois, na capital inglesa, encontrava-se “organizada e em pleno funcionamento, a máquina distribuidora da propaganda dos traidores luso-indianos”. A moçambicana Melba Dias Costa, interrogada pela PIDE a 25 de abril de 1960, negaria a autoria do folheto. Manteria essa afirmação mesmo quando confrontada com o facto de o panfleto conter algumas indicações pessoais:

³⁵¹ "Unamo-nos em defesa da Paz", *Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português*, Editorial Avante, 1952, pp. 14-15. In *Casa Comum - Arquivos* – Pasta: 02595.033. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93478 (consulta realizada em 12 de dezembro de 2013).

³⁵² *Mensagem às Mulheres Portuguesas*, s/data, in AHS/ICS - Espólio Pinto Quartin, 321, p. 94. Melba Dias Costa, natural de Lourenço Marques, Moçambique, nasceu a 26 de maio de 1916 “conheceu Portugal, França, Angola, Estados Unidos e Canadá. Trabalhou na Organização Mundial de Saúde, foi galardoada com a Comenda da Ordem de Mérito, trabalhou com um dos grandes nomes da oncologia portuguesa (Gentil Martins) e, dedicou parte da sua vida à comunidade portuguesa de Toronto. Na década de 1940, altura da sua formatura pela Faculdade de Medicina de Lisboa, Melba, a mulher, a africana, a progressista, conheceu os preconceitos de um país conservador e fascista como o português. Foi mesmo vigiada pela polícia portuguesa do regime: a PIDE. Como escreveu o seu filho: «Ela desafiou as expectativas sociais para as mulheres do seu tempo, em busca de objectivos profissionais, ao invés de se confinar à vida do lar. Partiu sozinha para os Estados Unidos, e mais tarde para o Canadá, abrindo caminho para que a sua família a seguisse anos mais tarde»”. ISLANDS (2007). “Gentes do seu tempo”, in *Cunnus Reborn Azores*. Disponível em <http://cunnusreborn.blogspot.pt/search?q=Gentes+do+seu+tempo> (consulta realizada a 12 de novembro de 2013). Sobre Melba Dais Costa o jornal *Free Goa* dedica-lhe as seguintes palavras “We have read the call sent out in a passionate appeal to her Portuguese sisters by Dr. Shrimati Melba Dias Costa (...) Melba left a lucrative practice to respond to the call of freedom of her motherland. Her appeal is eloquent of her personality”. “Dr. Shrimati Melba Dias Costa’s Call to Portuguese Sisters”, in *Free Goa*, June 25, 1955, vol. 2, n.º 41, p. 6.

³⁵³ Quando da sua passagem por Portugal por volta de 1927, Fernando José Costa com alguns estudantes Telo de Mascarenhas, António Furtado, Cunha Gomes, Aleixo António Ludovico da Costa, Cláudio Jorge, António Noronha e Gracías e Druston Rodrigues organizou o *Centro Nacionalista Indiano* “com a finalidade de preparar Goa para fazer parte da futura República Indiana, principal objectivo de Gandhi contra o domínio inglês”. Posteriormente em Bombaim, segundo processo na PIDE, Fernando José Costa em conjunto com a sua esposa participaram ativamente na campanha de descrédito contra Portugal, colaborando nas reuniões, escrevendo nos jornais e falando em público, in ANTT/ PIDE-DGS - Melba Dias Costa - SC/PC 882/60 – NP 5349, pp. 190, 227.

“são factos do conhecimento de muitas pessoas de Bombaim nomeadamente goeses ali fixados ou emigrados, muitos dos quais fazem parte de «partidos» interessados na emancipação ou integração de Goa na União Indiana. Que não faz a menor ideia sobre quem teria aproveitado esses elementos da sua vida pessoal para os lançar no «panfleto» presente”³⁵⁴.

Com a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e o agravamento da ameaça de movimentos de voluntários sobre Goa aumenta o número de tropas portuguesas. Henrique Galvão, ainda na prisão, num novo panfleto do *Moreanto*, de agosto de 1954, considera que é: “tempo de dizer a verdade” criticando duramente as manifestações realizadas pelo governo “em que basta fazer barulho dirigido para se poder dizer que houve entusiasmo convencido”. Insistia que os portugueses estavam “amordaçados”, a sua apatia significava apenas que existia “um divórcio profundo entre o Governo e a Nação” havendo a necessidade de o governo libertar Portugal “antes que os «voluntários-sicários» de Nehru libertem mais aldeias indefesas”³⁵⁵. Querendo ainda que a sua voz chegasse mais longe no *Moreanto* n.º 10, Henrique Galvão dirige-se aos militares. Após uma breve resenha histórica sobre as causas das tensões em Goa, afirmava que o governo ao ter respondido com violência, provocara a transformação do movimento desencadeado “contra o Governo e autoridades locais” num movimento contra o “Governo e as autoridades da Metrópole”. Quando a Índia alcançara a independência “confundindo o regime[n] que detestavam com a Nação a que pertenciam, resvalaram da traição à Pátria para fogueira do nacionalismo indiano”. Para Henrique Galvão, a solução consistia em Salazar “ceder a sua posição a um Governo não totalitário, com autoridade para falar na NATO de igual para igual e com espírito e poderes para privar Nehru dos seus argumentos e da face espectacular das suas habilidades”. Pois de outro modo, a Nação seria arrastada “para a aventura pessoal do Presidente do Conselho e do seu Partido Único” da qual, para Henrique Galvão, só causará mal-estar e insegurança e “o Exército não poderá sair dignificado”³⁵⁶, antevendo dificuldades do Exército português em superar as forças inimigas. Apreensivo com o futuro dos territórios ultramarinos, Galvão alerta que este ambiente que fora criado

³⁵⁴ Auto de declarações na Diretoria da PIDE, 25 de abril de 1969, Lisboa, in ANTT/PIDE-DGS - Melba Dias Costa - SC/PC 882/60 – NP 5349, pp. 222-223.

³⁵⁵ “É tempo de dizer a verdade” in *Moreanto*, n.º 9, agosto de 1954, in ANTT/PIDE-DGS - Henrique Galvão - SC/PC 153/54 – NP 5103, pp. 446-459.

³⁵⁶ *Moreanto*, n.º 10, agosto de 1954, in ANTT/PIDE-DGS - Henrique Galvão - SC/PC 153/54 – NP 5103, pp. 439-442. Ainda nesse *Moreanto* Henrique Galvão relembra passagens do discurso de Froilano de Melo pronunciado na Assembleia Nacional, a 18 de março de 1949.

apenas servia “em juntar lenha, nas outras colónias, para que alguém, no futuro mais ou menos próximo, lá ateie também fogueiras semelhantes?”³⁵⁷ A situação nos territórios ultramarinos tornara-se incerta, os acontecimentos em S. Tomé e Príncipe (1953) e agora no Estado Português da Índia originará o aumento da repressão. O Decreto-Lei 39.749, de 9 de agosto 1954, reorganiza a PIDE, criando um quadro para as colónias e consolidando os seus poderes. Este diploma conferiu à PIDE as funções de juiz na instrução preparatória dos processos, relativamente à manutenção da prisão dos arguidos e à aplicação provisória das medidas de segurança. Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira (1911-1992), ministro da Justiça, por expressamente não concordar com a legislação da ampliação dos poderes da PIDE, recusou-se a assinar o Decreto-Lei 39.749 e pediu a sua exoneração, em 7 de agosto de 1954. Após a promulgação do Decreto-Lei foi criada uma subdelegação da PIDE em Goa, mas retirou-se passados alguns anos. De acordo com um relatório do inspetor Mário Ferreira da Costa, datado de 1959, a subdelegação da PIDE teria sido obrigada a retirar-se por conflitos com o poder e as forças policiais locais: “não só havia sido por manobra contra a PIDE da parte de elementos que se encontravam em Goa e não a toleravam, como parece que acontecia com o então comandante da PEI, capitão Romba”. O facto de estes serviços não estarem directamente ligados ao governador-geral da Província, teria sido também motivo adicional, pois como referia Vassalo e Silva: “não era de admitir procedimento idêntico ao que fora usado em 1954 quando a PIDE esteve naquele Estado em que instalou em Goa (Pangim) um emissor de rádio com o qual comunicava com Lisboa sem o conhecimento do governador-Geral da Província”. Durante este período Casimiro Monteiro³⁵⁸ teria feito parte da Polícia Especial Portuguesa no Estado

³⁵⁷ “Socorro!! Ó da Guarda!!!”, in *Moreanto*, n.º 11, agosto de 1954. ANTT/PIDE-DGS - Henrique Galvão - SC/PC 153/54 – NP 5103, pp. 443-445.

³⁵⁸ No estudo de Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, é apresentada uma pequena nota biográfica sobre Casimiro Monteiro, da qual destacamos: nasceu em 20 de dezembro de 1920 em Pangim, Goa, frequentou o seminário, antes de se alistar no Exército português, do qual desertou, fugindo para Itália e juntando-se, depois, à Legião Estrangeira. Por volta de 1950, regressou a Portugal e, de novo, à Índia, como elemento da Polícia Especial portuguesa. Embarcou para a Metrópole, em 1958, tendo o seu passado de brutalidade e violência denunciado, por um antigo colega da Polícia Especial da Índia, que apresentou material roubado por Monteiro em Londres. “Para conduzir o inquérito, foi escolhido o coronel da GNR, Miguel Mota Carmo, que após ter provas de diversos crimes, torturas, assassinatos, extorsão e violação de mulheres, cometidos em Goa, ordenou a captura de Casimiro Monteiro, que foi encarcerado no presídio militar da Trafaria onde reencontrou o capitão Revés Romba, preso pelo «golpe da Sé» de 1959, e se tornou informador da PIDE”. Seguindo ainda as notas biográficas de Casimiro Monteiro no estudo de Dalila Cabrita, este após ter sido absolvido “«foi recrutado por Hermes Oliveira, consultor militar do MNE, para integrar a “operação Mamastés”. Ordenada por Franco Nogueira, esta operação era uma tentativa de organizar a “resistência” armada à União Indiana, para, assim, captar e prender opositores de Portugal. Casimiro Monteiro partiu de novo para a Índia, onde praticou terrorismo bombista e executou goeses acusados de colaborar com a Índia: insinuou-se,

da Índia, onde foi louvado, em 1956, por ter desmembrado um grupo de “bandoleiros”, de que resultou a morte do chefe e de mais um elemento. Em 1958, doente embarcou para a Metrópole, mas o seu passado de brutalidade e violência foi denunciado, por um antigo colega da Polícia Especial da Índia. (MATEUS, 2004: 172-174). O que segundo notícia o *Avante!*, o Chefe da Brigada da PIDE, Casimiro Monteiro, à data em serviço na Índia, tinha um processo com 50 crimes cometidos em Goa, não sendo contabilizados os crimes de Portugal, por isso o jornal questionava “o Governo de Salazar – que instiga e protege todos os crimes da PIDE – ter processado este seu servidor tão representativo, quais não devem ter sido os crimes cometidos?”³⁵⁹.

Retomado o assunto da criação de uma subdelegação da PIDE com Vassalo e Silva, quando da visita a Goa do inspetor Mário Ferreira de Castro, esta seria instalada em 1960, mas “apenas poderia tomar cargo a organização dos processos a que a PEI chama «processos políticos», neles se encontrando incluídos os de «terrorismo» e «actividades subversivas», tomando ainda à sua conta a montagem de um serviço de informação com vista ao conhecimento de actividades políticas e anti-nacionais” e estaria directamente ligada ao governador-geral com quem trabalharia em ligação, especialmente nos assuntos referentes à “Defesa do Estado”³⁶⁰.

Apesar dos protestos da oposição, os apoios à posição do governo de Salazar aparentemente sucedem-se: manifestações de protesto contra a ocupação das terras portuguesas na Índia, mensagens de indignação e de apoio à salvaguarda da unidade da soberania nacional, realização de festas e espetáculos de teatro a favor das vítimas de Dadrá e Nagar-Aveli e dos soldados portugueses. Logo no início de agosto de 1954,

nomeadamente, junto de Telo de Mascarenhas, presidente de um dos movimentos de libertação de Goa, Damão e Diu, que atraiu para um encontro, junto da fronteira de Damão, tentando convencê-lo que este poderia assumir o controlo dos territórios portugueses e receberia o cargo de governador. Preso, amordaçado e atado ao lombo de um cavalo, Telo de Mascarenhas acabou, porém, por ser libertado, por ordem de Lisboa». Deverá haver alguma confusão por parte da autora ao estabelecer ligação entre este acontecimento, envolvendo Telo de Mascarenhas, e o ano de 1963 pois durante o período de 1959 a 1970 Telo de Mascarenhas esteve preso em Portugal. Casimiro Monteiro “após o fim da «operação Mamastés», regressou para Portugal, em Novembro de 1964, e foi integrado no quadro da PIDE, como chefe de brigada, embora não tivesse o 5.º ano do liceu, segundo consta, a pedido do próprio Salazar ao ministro do Ultramar, mas sem o aval de Silva Clara, da polícia política. Ao contrário dos que, como ele, eram destinados a Angola e Moçambique, que ficavam adstritos à divisão de pessoal, Monteiro foi colocado na divisão de Informações, ficando no gabinete de João Nobre, ocupando-se da interceptação postal. Após dois meses de espera, foi transferido para a delegação de Moçambique, mas enquanto aguardava a partida, deslocou-se, com Rosa Casaco, a Paris, para seguir Humberto Delgado. Rosa Casaco contou, depois, que ficou transido de medo, quando Monteiro propôs, então, assassinar o general. Acabaria por fazê-lo, como se sabe, perto de Badajoz” (MATEUS, 2004: 172-174).

³⁵⁹ “Notas e Comentários”, *Avante!*, VI série, n.º 280, setembro de 1959, p. 3. Foi julgado e absolvido, em 20 de dezembro de 1963, no Tribunal de Santa Clara.

³⁶⁰ ANTT/PIDE-DGS - Relatório de deslocação às Províncias de Ultramar de Timor, Macau e Estado da Índia, 1959, Inspetor Mário Ferreira da Costa – SC/CI (2) – NP 9005, pp. 149-155.

através do Ministério do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros, chegaram a algumas embaixadas portuguesas fotografias das manifestações realizadas em Goa de protesto contra a agressão indiana para serem publicadas nos jornais dos diferentes países.



Figura 4 - Manifestação à frente do palácio do Hidalcão, Goa [1954]³⁶¹
(AHD/MNE/ PAA 21 - II Série)



Figura 5 – “As quatro vítimas de Dadrá” [1954]
(AHD/MNE/ PAA 21 - II Série)

³⁶¹ “À frente do palácio do Hidalcão, em vibrante emoção, saudando S. Ex^a o Governador Geral”, (legenda manuscrita no verso da fotografia).



Figura 6 – “O Governador-Geral Bénard Guedes a falar da varanda do Palácio”
[1954]
 (AHD/MNE/ PAA 21 - II Série)



Figura 7 – “Outro aspecto do interior do Cine Teatro Nacional” [1954]
 (AHD/MNE/ PAA 21 - II Série)

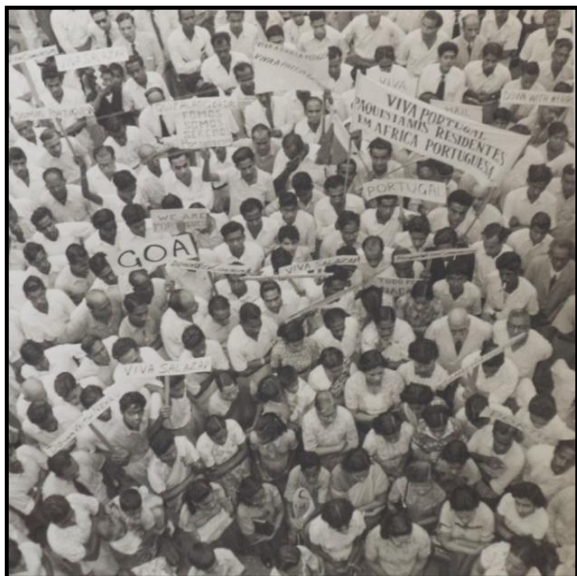


Figura 8 e 9 - Manifestação no exterior [1954]
(AHD/MNE/ PAA 21 - II Série)



Figura 10 - Multidão à frente do edifício da Câmara [1954]³⁶²
(AHD/MNE/ PAA 21 - II Série)

³⁶² “A multidão que não teve lugar no salão Nobre postou-se em frente do edifício da Câmara a fim de ouvir os discursos através de alto-falantes e dali não saiu apesar da chuva torrencial que caiu incessantemente”, (legenda manuscrita no verso da fotografia).

As manifestações em Damão realizaram-se no sentido que fosse pedida pela justiça portuguesa à União Indiana a “entrega dos traidores Francisco Telo de Mascarenhas e Waman Dessai para serem julgados pelo crime de assassinio premeditado de pessoas indefesas”³⁶³. O apoio de portugueses anónimos chega ao jornal *República*, louvando a atitude por este assumida sobre a questão da Índia. Pois, sendo o *República* um “jornal de ideias” defendem “como republicanos, como democratas e, portanto, como patriotas, que a Pátria e a sua integridade não se discutem: defendem-se com a inteligência dos seus governantes livremente aceites, ou de armas na mão, que esse é o dever de todos nós”³⁶⁴. A defesa da integridade do território nacional, como sucedera durante o período da Grande Guerra, e a união de todos os portugueses nessa tarefa eram fundamentais quando a violência, dizia o jornal, atingia em cheio o coração da Nação, “do mais fundo e do mais distante da nossa História sente-se o eco de um imperativo que não pode deixar de ser ouvido. É como que a voz de Gama, como que a voz de todos os almirantes da nossa epopeia marítima e de todos os capitães da Conquista e da Independência tornada eterna por Camões nos «Lusíadas», bradando do fundo dos seus túmulos: Ó Pátria sente-se a voz/Dos teus egrégios avós...”³⁶⁵.

Para o *Avante!*, pelo contrário, a política de Salazar nada tem de patriótica, principalmente num momento em que as grande potências europeias e asiáticas haviam conseguido alcançar um desanuviamento da tensão internacional através da conferência Genebra, realizada em 1954. Se, em 1942, Salazar deixou livremente os japoneses apoderarem-se de Timor e entregou “traidoramente” partes do território nacional e bases militares aos americanos e ingleses, as verdadeiras intenções seriam, segundo o PCP, criar bases militares americanas em Goa procurando iludir o povo com o seu falso patriotismo. Apoiando-se na *Declaração do PCP de Maio de 1954*, os comunistas reforçavam a ideia de que só um Governo democrático podia resolver o problema colonial: “só um governo que seja capaz de dar autonomia aos povos coloniais prestar-lhes auxílio fraterno abrir-lhes o caminho para uma vida livre poderá resolver por forma justa e definitiva o problema colonial, que o fascismo agrava de ano para ano”³⁶⁶. Os comunistas aconselham os portugueses a demonstrarem o seu descontentamento e desagrado “pela política de guerra e submissão ao imperialismo americano. Neguemos a

³⁶³ “Manifestações em Damão”, in *República*, n.º 8482, 28 de julho de 1954, p. 4

³⁶⁴ “Pátria Livre, Independente e Una”, in *República*, n.º 8478, 24 de julho de 1954, p. 1.

³⁶⁵ “A Pátria acima de tudo”, in *República*, n.º 8481, 27 de julho de 1954, p. 1.

³⁶⁶ “A política provocadora e agressiva do governo no caso da Índia. Ameaça a vida pacífica do povo português”, in *Avante!*, VI série, n.º 190, agosto de 1954, pp. 1-2.

dar dinheiro para as «Campanhas de Solidariedade», para festas e peditórios destinados aos soldados na Índia”³⁶⁷. Mas, a dificuldade em posicionar-se é grande. Um documento interno do PCP refere que o “caso da Índia provoca grande desorientação e os agrupamentos democráticos não conseguiram ainda definir uma atitude por não haver ideias firmes”³⁶⁸. Houve mesmo alguns comunistas, “como Alexandre Babo, sido convencidos a participar em protestos contra a União Indiana e, consequentemente votados ao ostracismo” (PEREIRA, 2006: 537).

A posição já defendida por Cunha Leal desde 1949, é reconhecida por alguns opositores, considerando mesmo que a “história encarregou-se de [lhe] dar razão”, num momento em que pedaços do território Português encontram-se “em mãos de estrangeiros e a população portuguesa não vibra, não sente o momento angustioso que se passa” pois, na situação política que o país vivia, o regime tem tido sempre horror em auscultar a opinião pública, e “os ideais que definem os regimes democráticos não existem, presentemente em Portugal”. Por isso, segundo a carta de Carlos Prazeres Ferreira a Cunha Leal seria necessário “que alguém, [referindo-se a Cunha Leal], por abnegação à Pátria, se encarregue de levantar essa unidade narcotizada” praticar esse “acto heroico que todos os portugueses abençoarão”³⁶⁹, pois como referiu o representante do Canadá, na conferência de Genebra – “O direito de ser livre não inclui o dever de ser comunista”³⁷⁰.

A falta de conhecimento dos portugueses sobre o caso de Goa era uma realidade. Enviada uma carta para Purushottam Kakodkar, do Porto do irmão “Balá”, em dezembro de 1954, este esclarecia-o que “cá há tanta ignorância no caso de Goa que causa lástima e isto não só nas classes inferiores, mas ainda nas superiores, inclusive nos meus discípulos”. Admirado que o Porto, “cidade revolucionária”, estivesse

³⁶⁷ Panfleto PCP s/data, in AHM/FO39/Secção 11/ Cx. 586 - n.º 271.

³⁶⁸ *Alargamento da Unidade...*, 22 de julho de 1954, cit. in PEREIRA, 2006: 537.

³⁶⁹ Carta de Carlos Prazeres Ferreira a Cunha Leal, Lisboa, 26 de julho de 1954, in ANTT/PIDE – DGS - Francisco Pinto Cunha Leal - SC/SR 503 – NP 2331, pp. 907. Carlos Prazeres Ferreira (1931-2007), próximo de António Sérgio durante a sua juventude, integrou nos anos cinquenta a direção da *Seara Nova*. Foi várias vezes preso fruto do seu envolvimento no combate à ditadura. “Morreu Carlos Prazeres Ferreira (1931-2007)”, in Esquerda.net (2007). Disponível em <http://www.esquerda.net/content/morreu-carlos-prazer-ferreira-1931-2007> (consulta realizada a 19 de julho de 2016).

³⁷⁰ Carta de Carlos Prazeres Ferreira a Cunha Leal, Lisboa, 24 de junho de 1954, in ANTT/PIDE – DGS - Francisco Pinto Cunha Leal - SC/SR 503 – NP 2331, p. 915-916. Passado um dia da reportagem de Cunha Leal, no *Diário de Lisboa*, “O caso de Goa - as revoltantes pretensões do Pandita Nehru”, Carlos Prazeres Ferreira demonstrou, desde logo, o seu apoio a Cunha Leal.

nestes assuntos atrasada, compreendia que o facto se devia à “injustiça dos jornais” causada pelas restrições impostas³⁷¹.

5.2. O silenciar da oposição na questão de Goa (1954)

Com a aproximação do dia 15 de agosto de 1954, data em que a União Indiana comemorava o 7º aniversário da sua independência, a ansiedade aumentava perante a possibilidade de uma marcha *satyagraha* sobre Goa. No jornal *República* são lembrados os momentos heróicos da história do povo português. Comemora-se o “glorioso” dia 14 de agosto de 1385, em que, como portugueses, “reivindicamos, orgulhosamente, no dia de hoje a glória de Aljubarrota. Do mesmo modo, reivindicamos os legítimos direitos de Soberania na Índia Portuguesa, onde os portugueses chegaram e trabalharam muitos séculos antes de existir a União Indiana”³⁷².

O PCP, por seu lado, acusa o governo de continuar a recusar as propostas de negociação do Governo da União Indiana. O *Avante!* dá conta do aumento de militares, material e vasos de guerra enviados para a Índia, bem como do aumento da repressão nesses territórios e na Metrópole contra não só os portugueses que exigem a negociação como os partidários da paz de vários pontos do país. O órgão do PCP recordava as palavras em 1949 do deputado Froilano de Melo, na Assembleia Nacional, denunciando “a discriminação racial, a falta de direitos individuais, o profundo atraso das colónias, cuja capital não tem ainda água nem esgotos, a estagnação da agricultura que obriga numa terra fértil a importar anualmente 9 milhões de rupias de arroz!”, o qual concluía interrogando-se “de que serve, pois, a nossa representação parlamentar?” A afirmação do governo de que os habitantes de Goa, Damão e Diu tinham os mesmos direitos dos da Metrópole era contrariada pelo PCP e demonstrava que o povo português não queria guerra, tendo sido realizadas, apesar do perigo da repressão, segundo o *Avante!* uma série de reuniões pelo país, como na *Fábrica Portugal*, *Durgent*, *Alfredo Alves*, *Arsenal*, ou em pequenas reuniões em Sacavém, Póvoa, Alhandra, Alverca, Amadora e Queluz,

³⁷¹ Carta do irmão “Balá” para Kakodkar, Porto, 7 de dezembro de 1954, in ANTT/PIDE-DGS - Purushotham Kakodkar – SC/PC 112/55 - NP 5117, pp. 28-29.

³⁷² “Aljubarrota”, in *República*, n.º 8499, 14 de agosto de 1954, p. 1.

exigindo a Negociação e a Paz, assim como fora redigido um documento, posteriormente enviado ao governo. No Porto recolheram-se assinaturas e na Torre dos Clérigos apareceu um cartaz “Nós queremos a Paz! Exigimos negociações”. Em Pias e Vale de Vargo surgiram inscrições “Fora com os americanos de Goa! Fora com os americanos de Portugal! Não vamos para Goa”. O jornal dava ainda conta que muitas manifestações “fascistas” organizadas tinham sido um fracasso pela falta de participação e de adesão da população, que também recusara a subscrever a campanha de solidariedade. Na manifestação em Serpa ninguém teria apoiado as palavras do orador: “Abaixo Nehru, Viva o Estado Novo, Viva a Igreja”. Em Santiago do Cacém a população teria dito “Vão os oradores para a Índia e deixem-nos em Paz”. O *Avante!* demonstrava ainda que, ao contrário do afirmado pela propaganda do regime, os soldados que iam para a Índia não eram voluntários. Em *Caçadores 5*, *Caçadores 6* (Abrantes) e em *Infantaria 11* (Setúbal) os militares teriam sido mobilizados contra a sua vontade. Recordava ainda, que no momento da partida das tropas no *Serpa Pinto* tinham ocorrido manifestações de protesto e que, apesar de a polícia ter tentado impedir a aproximação da população ao barco, os manifestantes tinham rompido o cordão da polícia e gritado: “Malandros levam-nos para a guerra! Deixem Goa para os indianos”. Na sequência, “vários soldados, ao sair da barra, atiraram-se ao mar e os que foram agarrados seguiram viagem algemados”. Como, para os comunistas os soldados que iam para a Índia não eram voluntários³⁷³, sugeriam a realização de abaixo-assinados, e a organização, por toda a parte, de comissões que exigissem do governo a solução pacífica para o caso de Goa, Damão e Diu e o regresso imediato dos soldados. Sugeriam, ainda, que fossem espalhadas por toda a parte as frases: “PAZ EM GOA”; “NEGOCIAÇÃO!” e “PELA LIBERDADE DOS POVOS! PELA PAZ! PELA NEGOCIAÇÃO!”³⁷⁴.

³⁷³ O gabinete do ministro da Defesa fornecera a seguinte nota: nos dias 26 e 29 de agosto de 1954: desembarcaram no porto de Mormugão a bordo dos navios *Índia* e *Moçambique* para reforços das guarnições locais, tropas e elementos das organizações policiais da Metrópole. “Nestes como em todos os restantes expedicionários foi possível verificar o mesmo espírito de decidido fervor patriótico que instantaneamente se apossou das forças armadas e da generalidade dos portugueses que labutam em todas as partes do Mundo, ao terem conhecimento de que podia perigar a integridade da terra portuguesa do Oriente”. “Na Índia Portuguesa já se encontram os contingentes militares que vão reforçar a guarnição local”, in *República*, n.º 8515, 30 de agosto de 1954, p. 9.

³⁷⁴ “Queremos a solução pacífica no caso de Goa, Damão e Diu”, in *Avante!*, VI série, n.º 191, setembro de 1954, pp. 1, 3 (maiúsculas no original). Este artigo surgirá mais tarde no jornal *Free Goa* com o título “O povo português e o problema de Goa, Damão e Diu”, in *Free Goa*, December 10, 1954, vol. 2, n.º 23, p. 5.

Controlada a opinião pública pela censura, o debate político e ideológico era cada vez mais difícil. A intransigência do regime português em não aceitar negociações sobre a questão de Goa intensificou o número de panfletos e de ações, a que o governo respondeu com uma forte repressão policial. O MND, desde a sua criação, lutou pela “Paz” e pela “Independência Nacional”, o que provocou várias detenções entre os membros da Comissão Central (CC). A 11 de agosto, foi subscrita a *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*, pelos membros da CC do movimento, e enviada depois, a 14 de agosto, a vários jornais do Porto. A *Nota* provocaria a detenção de Albertino Duarte Macedo, Virgínia de Faria Moura, Ruy Luís Gomes (a 19 de agosto), José Cardoso Morgado Júnior (a 20 de agosto) e, mais tarde, de António Lobão Vital (a 26 de agosto) dando origem a um dos mais duros julgamentos políticos desse período, decorrido ao longo de 24 sessões³⁷⁵.

Na *Nota* os autores começavam por responsabilizar o governo de Salazar por fomentar uma “onda de exaltação belicista”, através da imprensa, de concentrações, pelo envio de material de guerra e de forças expedicionárias para o Ultramar e evidenciavam a “ignorância” em que se encontrava a opinião pública nacional e internacional, “desligada de qualquer preocupação de esclarecimentos acerca das condições de vida e das aspirações dos povos de Ultramar e, em especial, dos povos de Goa, Damão e Diu”. Demonstravam a falta de informação por parte da população, a qual era incapaz de responder a questões essenciais, tais como:

“1) Qual a participação que os Povos do Ultramar – Povos e não habitantes escolhidos individualmente - têm na vida pública? Em que medida estão assegurados, aos Povos do Ultramar, os direitos de cidadania e as Liberdades Fundamentais?

2) Quais as condições de vida das populações ultramarinas, nomeadamente, no que respeita à alimentação, habitação, saúde pública, assistência à Mãe e à criança, protecção na velhice e na invalidez?

3) Quais as condições de trabalho impostas aos trabalhadores negros, de Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, aos trabalhadores de Macau e Timor e aos trabalhadores indianos de Goa, Damão e Diu, no que refere concretamente a horários de trabalho, salários, números de desempregados, seguros contra acidentes de trabalho? (...)

³⁷⁵ A *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*, foi enviada a 14 de agosto, a vários jornais do Porto, *Jornal de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto* e às delegações de jornais de Lisboa na cidade do Porto, *O Século*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *República*, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 29-30.

4) Em que medida está assegurado o direito à cultura nos diversos Povos de Ultramar (...)?

5) Em que territórios do Ultramar existe separação racial na habitação, na frequência das escolas, no internamento em Hospitais, nos transportes, nos centros de diversão e desporto etc.?

6) Até que ponto as populações ultramarinas participam na administração da Justiça (...)?

7) Quais as bases militares estrangeiras instaladas, ou em vias de o serem, nos territórios ultramarinos?

8) Qual a participação de negros ou indianos na gerência de grandes empresas do Ultramar?

9) Quantos presos políticos de Goa, Damão e Diu passaram pelas cadeias do Estado Novo?³⁷⁶.

Para os membros da CC do MND, a dificuldade da população em responder a estas questões era fruto não só da falta de informação como em nenhum momento da vigência do Estado Novo “foi dada resposta clara a estas perguntas”. Por outro lado, também a imprensa não podia “analisar com inteira independência e objectividade”, não só os problemas do Ultramar como os do resto do país, devido à censura. A *Nota* relembra ainda que, desde 1945, os movimentos populares reclamavam um conjunto de liberdades fundamentais que tinham sido suprimidas pelo Estado Novo³⁷⁷. Recordavam que a “supressão das liberdades fundamentais é elemento essencial da orientação política do Estado Novo”, apontando como exemplos a morte de Catarina Eufémia, camponesa de Baleizão (Beja), pelo tenente Carrajola da GNR; os acontecimentos em S. Tomé, no mês de fevereiro de 1953 que tinham conduzido à morte de muitos trabalhadores negros e as prisões constantes de democratas e

³⁷⁶ *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu* [11 de agosto de 1954], in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, p. 188.

³⁷⁷ As liberdades fundamentais que tinham sido suprimidas pelo Estado Novo, apontadas pelos autores da *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático* foram: “As condições mínimas de honestidade das eleições para deputados e para a Presidência da República (recenseamento honesto, liberdade de propaganda e fiscalização do acto eleitoral); Abolição da Censura, da PIDE, dos campos de concentração e dos tribunais plenários de Lisboa e Porto; Revogação das medidas de segurança para presos políticos, medidas que permitem, de facto, a prisão perpétua; Liberdade de reunião, associação, expressão de pensamento e religião; Reintegração dos funcionários públicos, empregados e operários afastados dos seus lugares por serem desafectos do Estado Novo; Liberdade de formação e actuação dos partidos políticos”. *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu* [11 de agosto de 1954], in ANTT/PIDE-DGS- Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 - NP 3063, p. 189.

partidários da Paz³⁷⁸. Apesar da repressão o povo português “nunca abdicou nem abdicará dos seus direitos”, pois “não há polícias políticas, nem tribunais, nem cadeias, nem campos de concentração, nem ameaça de prisão perpétua, nem espancamentos, nem insultos capazes de impedir a marcha do Povo para a sua libertação”. Se o governo do Estado Novo se revelava impotente para resolver os problemas na Metrópole, relativos à habitação, à saúde pública, à alimentação, à assistência à mãe e à criança, ao pleno emprego e à previdência, não podia “convencer ninguém de que é capaz de resolver tais problemas no Ultramar”.

Mais uma vez o deputado goês Froilano de Melo era recordado pela sua atuação quando, ao terminarem os trabalhos da IV sessão legislativa, em 1949, tecera na Assembleia Nacional duras críticas ao Ato Colonial, à administração de Goa, alertando para possíveis consequências para Portugal “face às ambições de estranhos”, responsabilizando o governo do Estado Novo pela “vaga de ressentimento, de desinteresse e desânimo” que lavrava em Goa. Mas, mesmo perante as críticas, concluíam os autores, “a supressão dos direitos e liberdades fundamentais estava de tal modo integrada na orientação do Estado Novo, que mesmo neste momento de crise” através do Decreto n.º 39.749, de 9 de agosto de 1954, os poderes da PIDE tinham sido reforçados e estendida a sua ação repressiva a todos os povos do Ultramar. Mais uma vez era apontado que só um Governo democrático poderia resolver os problemas nacionais, “quer na metrópole quer no ultramar”, reclamando a abertura de negociações com a União Indiana “tendo em vista as legítimas aspirações dos Povos de Goa, Damão e Diu”³⁷⁹.

Por seu turno, também em agosto de 1954, o *Avante!*, insistiria na tese da necessidade de mudança de regime: “só um governo que seja capaz de dar autonomia aos povos coloniais, prestar-lhes auxílio fraterno, abrir-lhes o caminho para uma vida livre poderá resolver por forma justa e definitiva o problema colonial, que o fascismo agrava de ano para ano”³⁸⁰. Embora aparentemente defendessem o mesmo, a verdade é que os autores da Nota Oficiosa vinham sugerir que o Presidente da República usasse

³⁷⁸ Na *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*, os acontecimentos em S. Tomé referenciados como do ano de 1954 ocorreram em 1953, a 3 de fevereiro - o massacre de Batepá.

³⁷⁹ *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu* [11 de agosto de 1954], in ANTT/PIDE-DGS- Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, pp. 188-191.

³⁸⁰ “A política provocadora e agressiva do governo no caso da Índia. Ameaça a vida pacífica do povo português”, in *Avante!*, VI série, n.º 190, agosto de 1954, pp. 1, 2.

dos poderes que a Constituição lhe conferia para formar um Governo democrático³⁸¹. Este mesmo facto é acentuado por João Madeira, evidenciando que os autores da *Nota Oficiosa*, acabariam “por estabelecer esta reclamação no concreto bastante à revelia da orientação do PCP” (2011: 235).

Ao longo do inquérito, os arguidos recusaram-se a responder às perguntas e assinar os respetivos autos, o que, para a autoridade, denunciava “o seu propósito de perturbar ou prejudicar a instrução preparatória e revelava claramente a consciência da responsabilidade em que incorreram”. Relativamente ao réu Lobão Vital foi declarado que este não assinou a *Nota*, mas apenas “aparecem umas entrelinhas escritas pelo réu”, por esse facto a “defesa contesta em que o réu não tem qualquer responsabilidade no documento, não elaborou nem ajudou a elaborar”³⁸².

Segundo o relatório da PIDE, a *Nota*, “pelo seu conteúdo, da crítica odienta e anti-patriótica à atitude do Governo da Nação no caso da Índia, integra diversas, infrações penais”, podendo “fornecer elementos à União Indiana para persistir quando não intensificar, a sua política de invasão e absorção dos enclaves portugueses – actos esses manifestamente prejudiciais ao Estado Português”, e por apresentar o governo como incapaz de resolver os problemas nacionais e ultramarinos. Demonstrava, ainda, a “tentativa de perturbar a ordem e a tranquilidade pública”. A PIDE verificava, no início de setembro, que tinham “sido introduzidos nas caixas de correio das habitações, e bem assim distribuído e espalhados na via pública, vários panfletos da CC do MND, visando o caso da Índia Portuguesa”³⁸³. Nas reclamações aos autos de processo de crime de querela, a ideia de que a *Nota* perturbava a tranquilidade pública é refutada através da convocação do próprio Presidente do Conselho. De acordo com a versão oferecida, Salazar numa *Nota Oficiosa* teria dado a entender que estava aberto no país um debate público, ao declarar: “o chamado caso de Goa tem sido ventilado entre nós com a máxima liberdade”. Adicionalmente, referindo-se à nota “O caso da Índia”, assinada por Cunha Leal, Moreira de Campos e Nuno Rodrigues dos Santos, Salazar teria reforçado a ideia ao acrescentar a “convicção de que os signatários ou outros devidamente qualificados terão sempre presentes o sentido da justiça e da moderação e as normas que dominam as relações entre Estados, nenhuma dificuldade há em que mais uma vez se

³⁸¹ *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu* [11 de agosto de 1954], in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, pp. 188-191.

³⁸² Audiência de Mário Cal Brandão no Tribunal Plenário a 23 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC-PC101/54 - NP 5099, p. 325.

³⁸³ Informação de um agente da PIDE, 4 setembro de 1954, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, p. 114.

lhes reconheça liberdade para se ocuparem por meio da Imprensa do caso de Goa, sempre de harmonia com o verdadeiro interesse nacional”³⁸⁴. Seria ainda recordado, em apoio à proposta de negociação, o discurso de Salazar de 30 de novembro, no qual referira que para a solução do caso de Goa seria necessário a negociação. Consequentemente, segundo a defesa, o MND não se afastava do defendido por Salazar unicamente referia que as “negociações com a União Indiana tivessem como base as legítimas aspirações dos Povos de Goa, Damão e Diu. Portanto, nunca advogou o sacrifício da soberania nacional”³⁸⁵.

Ao ter sido a Nota Oficiosa do MND entregue em diversos jornais os seus recetores tiveram que prestar várias declarações na PIDE. O chefe da redação do *Jornal de Notícias*, José Inácio Pinto, compareceu a 23 de setembro de 1954, na Delegação da PIDE, no Porto, declarando que dia no 14 de agosto chegou a suas mãos “um exemplar dactilografado contendo uma nota oficiosa do movimento nacional democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu, a qual confrontando com aquela que agora lhe foi mostrada e que diz respeito ao granel enviado pelo jornal o «SÉCULO» à Direcção dos Serviços de Censura parece-lhe ser de idêntico teor”, acrescentando que esta foi entregue ao diretor do jornal ignorando o destino que lhe foi dada. Mas, “passados dois ou três dias, depois das dezoito horas, recebeu um telefonema na redacção do jornal em que uma senhora lhe perguntava se havia sido recebida a Nota Oficiosa e se era publicada: respondeu que a nota tinha sido recebida e entregue ao senhor Director, dependendo deste a sua publicação ou não”. Pelo seu lado o diretor do *Comércio do Porto*, Fortunato Seara Cardoso, “limitou-se a dar uma vista de olhos e verificou que na mesma nota, composta de algumas folhas dactilografadas, se abordava o actual problema da Índia Portuguesa, o que, consequentemente levou-o a inutilizar em seguida aquela nota”. Mário Pereira do Amaral, redator-delegado do jornal *O Século*, no Porto, encontrando-se em Espinho, recebeu um telefonema da delegação do Porto de *O Século* informando-o que fora entregue um documento, acompanhado dum cartão em que se pedia a sua publicação. Lido pelo telefone o seu conteúdo e como o “achasse de certa gravidade, ou antes, da maior gravidade e bastante extenso, mandou que se aguardasse

³⁸⁴ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 31, 34, 104. A Nota Oficiosa da Presidência do Conselho referida no *Processo de Averiguações* foi publicada a 21 de junho de 1954, juntamente com a nota “O caso da Índia”, assinada por Cunha Leal, Moreira de Campos e Nuno Rodrigues dos Santos.

³⁸⁵ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 206-209 (sublinhado no original).

qualquer resposta sua”. Decidido, telefonou para *O Século* em Lisboa e recebeu instruções para enviar o documento recebido no comboio *Rápido* no dia seguinte³⁸⁶.

Acusados os réus de conspiração contra a segurança externa do Estado - traição à Pátria - e de serem uma ramificação do PCP, o processo da CC do MND vai incrementar, dentro de um quadro em que as liberdades são limitadas, uma onda de contestação e de manifestação de posições relativas à questão de Goa. Em março de 1955, ainda durante o processo de averiguações, surge um documento em forma de manifesto no qual os seus autores denominando-se como “os democratas de Lisboa” consideravam a Nota Oficiosa “um documento expressivo dos mais profundos sentimentos, interesses e aspirações do Povo Português”. Concordavam que o desvio de importantes verbas públicas para armamento, exercícios e obras militares estava a provocar um agravamento do nível de vida da população, e só com o seu fim seria possível a melhoria das condições de vida da população portuguesa. Declaravam ainda que, “como democratas, só ao Povo reconhecem o direito de decidir a legalidade dos movimentos de opinião”, pelo que dever-se-ia proceder à libertação imediata dos signatários “incriminação num processo que ofende os mais elementares direitos consignados na Constituição Política da República Portuguesa”³⁸⁷. O julgamento da CC do MND só se realizará oito meses mais tarde, no Tribunal Plenário do Porto, e as audiências vão ser o momento de maior crítica não só no que concerne ao problema de Goa como à política do governo. Apareceram para depor no Tribunal Plenário do Porto, o historiador António José Saraiva, Mário Cal Brandão, Manuel Luís Guedes Pinheiro, Mem Verdial, Alberto Saavedra, Alberto Oliveira Vilaça, Maria Isabel Aboim Inglês, António Macedo, Luís Neves Real, Eduardo Ralha, Olívio França e Humberto Pereira Diniz Lopes.

³⁸⁶ *Processo de Averiguações sobre a Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu* [11 de agosto de 1954], auto de declarações de 27 de agosto de 1954, Delegação da PIDE, Porto, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, pp. 56-57, 60, 93-94.

³⁸⁷ *Carta dos democratas de Lisboa*, Lisboa, março de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 225-226. O documento é assinado por Maria Alice Santos, Miguel Silva, Maria Helena de Vinha Novais, Emílio de Campos Lima e Hortênsie (ilegível). Destas assinaturas conseguimos apurar que Maria Helena de Vinha Novais casou, em 1955, com José Cardoso Morgado Júnior, um dos subscritores da Nota Oficiosa e por conseguinte réu no processo em curso, matemático, professor universitário, afastado do ensino por razões políticas desde 1947. Maria Helena nasceu em Chaves a 21 de novembro de 1926 e faleceu no Porto a 14 de outubro de 2014, professora do ensino liceal particular, participou, em 1949, na campanha presidencial de Norton de Matos. Detida pela PIDE em dezembro de 1953 e solta a 9 de janeiro de 1954. ESTEVES, João (2014). “Maria Helena Vinha Novais”, in *Silêncios e Memórias*. Disponível em: <http://silenciosememorias.blogspot.pt/2014/10/0816-maria-helena-de-vinha-novais-i.html> (consulta realizada a 11 de junho de 2015). Hortênsie (ilegível), enfermeira, pertenceu ao MUD Juvenil, e debateu-se contra a disposição governativa que impedia as enfermeiras de se casarem.

Uma das primeiras testemunhas a abordar o conteúdo da *Nota Oficiosa* foi Alberto Oliveira Vilaça³⁸⁸, observando que “ao contrário das hipóteses que possam ser formuladas, é patriótica e mais que patriótica (...) não havendo na mesma qualquer palavra de defesa da União Indiana”, mas sublinhando que nela se referia a necessidade de resolver o problema com a União Indiana, tendo em conta a salvaguarda da independência nacional, e criticando também o ambiente de guerra criado³⁸⁹. Esta ideia era também defendida por António Macedo³⁹⁰ que, mencionou que existia uma correção a fazer à Nota quanto à ordem em que foram apresentadas as conclusões. Para António Macedo, a 1ª conclusão seria a de pedir a substituição do Governo por outro que pudesse resolver os problemas nacionais para que se resolvesse “o problema com a União Indiana por negociações ouvindo previamente a opinião pública”³⁹¹. Luís Neves Real³⁹² testemunhou que leu a Nota, já depois da prisão dos réus e “pelo conhecimento das pessoas que a subscreveram, não podia de maneira nenhuma ver nela qualquer ideia que pretendesse favorecer a União indiana, que preconizasse um divisionismo dos portugueses e que não fosse ditada por um grande patriotismo”, referiu também a necessidade da substituição do Governo pois, para este “deveria haver um Governo

³⁸⁸ Alberto Oliveira Vilaça nasceu a 7 de dezembro de 1929 em Coimbra, desenvolveu uma intensa atividade antifascista. Pertenceu às comissões centrais do MUD Juvenil e do MND e à Comissão Nacional do 3º Congresso da Oposição Democrática. Aderiu ao PCP em 1949 e pertenceu a vários dos seus organismos (VILAÇA, 1998: 141-142).

³⁸⁹ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Alberto Oliveira Vilaça, 7 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes – SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 414-415.

³⁹⁰ António Macedo nasceu em Valongo a 29 de setembro de 1906 e faleceu em 9 de junho de 1989. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Em virtude da sua participação nas greves académicas de 1928 e de 1931 foi preso. Como advogada interveio em numerosos processos por delitos políticos. Pertenceu aos quadros fundadores do Núcleo de Doutrinação e Ação Socialista (1942), da União Socialista e da Ação Socialista Portuguesa. Fez parte da comissão distrital do Porto do MUD. Preso em 1946, por ter assinado um panfleto intitulado “Proclamação à Classe Operária”. Foi um dos criadores do Centro Eleitoral Democrático (1954), da Causa Republicana (1955) e da Comissão Promotora do Voto (1957). Pertenceu ao Diretório Democrato-Social, foi igualmente membro das comissões distritais e executiva das candidaturas à Presidência da República dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Foi indigitado candidato pelo Porto nas eleições legislativas de 1953, mas não pôde aceitar, por motivos de saúde. Seria candidato em 1961, 1965 e 1973, embora não tivesse podido participar na última campanha, também por motivos de saúde. Em 1961, subscreveu o Programa para a Democratização da República, pelo que foi preso e processado pela PIDE (LEMONS; TORGAL, 2009: 195-196).

³⁹¹ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de António Macedo, 9 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes – SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 399-400.

³⁹² Luís Neves Real nasceu em 1910, ativista do movimento estudantil contra a Ditadura no início dos anos trinta na Universidade do Porto, é desse período que vem o conhecimento com o jovem 1º assistente da Faculdade de Ciências, Ruy Luís Gomes, de quem será amigo, colaborador científico e companheiro de lutas políticas durante décadas. Licenciado pela FCUP em Ciências Matemáticas foi juntamente com Ruy Luís Gomes, um dos grandes impulsionadores do Movimento Matemático desde meados dos anos trinta até 1948 animando o Centro de Estudos Matemáticos do Porto, que só abandonou quando o seu mentor, Ruy Luís Gomes, foi demitido (ROSAS e SIZIFREDO, 2013: 76).

representativo, um Governo democrático que mais facilmente pudesse chegar a um acordo com a União”³⁹³. Mem Verdial³⁹⁴, no seu testemunho, reafirmou que fora o patriotismo dos réus que os teria levado a “chamar a atenção do governo para o perigo que corremos” pois, em sua opinião, a Nota, “do princípio ao fim, era a afirmação de factos verdadeiros”, observando que no presente Governo “não se garantem ao povo os direitos consignados na Lei e há um Governo e em Lisboa há uma casa (referia-se à Assembleia Nacional) onde estão os indivíduos não legitimamente eleitos e por isso não representam a maioria do povo português”. Considerou ainda “que quem defende o povo, é esse o patriota e quem o esmaga, não é esse o patriota. Referindo-se ao Acto Colonial, denomina-o de «infeliz documento duma infeliz política deste País»”³⁹⁵.

Os depoimentos de Alberto Saavedra, Maria Isabel Aboim Inglês, Manuel Luís Guedes Pinheiro e Mário Cal Brandão centraram-se fundamentalmente sobre o sentido que os autores da *Nota* davam à palavra *negociação*. Alberto Saavedra³⁹⁶ comentava que “da leitura da Nota não se pode tirar qualquer conclusão de que pretendessem favorecer a União Indiana”. Para ele, a *Nota* procuraria apenas que o governo resolvesse o problema por meios pacíficos, por negociações, “mas não no sentido verdadeiro da palavra, isto não no sentido de «comércio»”, pois o texto do documento “fala até na salvaguarda da independência nacional” e o que se pretendia era um “Governo no sentido de reunir todos os sectores de opinião pública para seguidamente se resolver o

³⁹³ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Luís Neves Real, 17 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes – SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 358-359.

³⁹⁴ Mem Verdial nasceu no Porto em 3 de dezembro de 1887, concluiu o curso de engenheiro industrial. Quando estudante tomou parte “activa na propaganda republicana de antes do 5 de Outubro”. Eleito deputado em 1919 do Partido Democrático, por Vila Nova de Gaia, em 1925, foi nomeado procurador à Junta Geral do Distrito do Porto e seu vice-presidente, mas esse organismo foi extinto no ano seguinte pelo governo saído da revolução de 28 de Maio”. Fez parte da comissão no Porto do MUD, apoiou a candidatura do general Norton de Matos e do almirante Quintão Meireles (LEMONS; TORGAL, 2009: 291-292).

³⁹⁵ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Eng. Mem Verdial, 10 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes – SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 405-406.

³⁹⁶ Alberto Saavedra nasceu em 1895 no Porto, licenciou-se em Medicina, passando a desempenhar as funções de Assistente das cadeiras de Obstetrícia e Ginecologia, publicou uma série de trabalhos científicos na área da sua especialidade. Após um longo e “malévolo processo de marginalização e perseguição pessoal de que foi principal responsável o professor catedrático titular das cadeiras de Obstetrícia e Ginecologia”, abandonou em 1954 a carreira académica, encontrando nesta fase da sua vida o apoio de Abel Salazar. Manifestou-se contra todos os mecanismos opressivos, não sendo a política que o “seduzia e à qual nunca fez concessões, mas sim luta contra a opressão e o monolitismo maniqueísta das elites políticas dominantes. Assinou vários manifestos da oposição e em 1951 foi mandatário da candidatura de Quintão Meireles” (PACHECO, 1996: 11-30).

problema”³⁹⁷. Maria Isabel Aboim Inglês³⁹⁸, partilhando da opinião que a preocupação fundamental da *Nota* seria precisamente a garantia da soberania da Nação e a garantia da independência nacional, explicou que o texto “não é mais do que um conceito democrático pedindo a substituição do Governo por outro capaz de resolver os problemas. Que isso é a ideia chave do texto, ou seja, aquilo que um psicólogo chamaria força, sendo isso que norteia os signatários – garantia da soberania condição sine qua non se poderá manter a independência nacional”³⁹⁹. Para Manuel Luís Guedes Pinheiro⁴⁰⁰, o que pretendiam os autores era negociar, nomeando “pessoas que conversassem afim de se chegar a qualquer acordo sobre o problema”⁴⁰¹. Mário Cal Brandão⁴⁰² reafirmou a posição de várias outras testemunhas, acrescentando que, se tivesse conhecido o texto, e se lhe fosse dada a oportunidade de assinar esse documento, não teria dúvidas nenhuma. Disse ainda que os democratas pensaram em fazer um documento dirigido ao Presidente da República, tendo elaborado “um projeto desse documento que foi submetido à aprovação de vários indivíduos e corta daqui, corta dacolá, formaram-se as linhas gerais do documento e então pensou-se em lhe dar a maior expansão e colher assinaturas de várias personalidades, como antigos Ministros e

³⁹⁷ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Alberto Saavedra, 10 de maio de 1955 in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes – SC/PC 101/54 – NP 5099, p. 409.

³⁹⁸ Maria Isabel Aboim Inglês nasceu em Lisboa a 7 de janeiro de 1902 e faleceu a 8 de março de 1963. Concluiu o curso, em 1943, de Ciências Histórico-Filosóficas, já quando casada e mãe de 5 filhos. Em 1938, fundou o Colégio Feminino Fernão de Magalhães, que dirigiu até ao seu encerramento, em 1949, pela PIDE devido às suas ideias e atividades políticas de oposição ao regime de Salazar. Foi demitida em 1945, como assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, onde lecionava as disciplinas de Filosofia Antiga e de Psicologia Geral. Participou no MUD e foi presa pela PIDE em 1946 e em 1948. Participou nas comissões de apoio às candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos e mais tarde de Ruy Luís Gomes. ESTEVES, João (2014). “Maria Isabel Aboim Inglês”, in *Silêncios e Memórias*. Disponível em: <http://silenciosememorias.blogspot.pt/2014/01/0479-maria-isabel-aboim-inglez.html> (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

³⁹⁹ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Maria Isabel Aboim Inglês, de 9 a 14 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes – SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 380-395.

⁴⁰⁰ Manuel Luís Guedes Pinheiro nasceu em Murça, 29 de abril de 1902 e faleceu no Porto a 22 de fevereiro de 1997. Opositor ao regime foi preso várias vezes, por como médico prestar ajuda solidária aos presos políticos, in www.vilelavet.pt/Murça/República.pdf (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

⁴⁰¹ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Manuel Luís Guedes Pinheiro, a 16 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes – SC/PC 101/54 – NP 5099, p. 373.

⁴⁰² Mário Cal Brandão nasceu no Porto, em 1910, licenciou-se em Direito. Enquanto estudante desenvolveu uma importante ação na luta estudantil, de 1928 a 1931. Fez parte da comissão do norte do MUNAF e participou na fundação do MUD, tendo sido preso. Foi membro constituinte da comissão do Porto da candidatura do general Norton de Matos, e em 1958 apoiou a candidatura de Humberto Delgado, sendo novamente preso. Em 1961 subscreveu o Programa para a Democratização da República e foi candidato pela oposição à Assembleia Nacional. LOFF, Manuel; FERREIRA, Sofia (2010). “Biografias – BRANDÃO, Mário Cal”, in *Comissão Nacional para a Comemoração do Centenário da República – CNCCR*. Disponível em: <http://resistencia.centenariorepublica.pt/expo/index.php/bibliografias/64-brandao-mario-cal> (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

outras até anteriores ao 28 de Maio e alguns precursores, mas estava-se a poucos dias do 15 de Agosto e não foi possível dar execução à publicação ou envio do referido documento”. Refere-se a um “OPÚSCULO de Bernardino Machado” para demonstrar que “esta posição dos democratas já vem desde há muito”⁴⁰³. Considerando que no documento que pretendiam enviar se identificava em certas passagens com a *Nota* do MND, pois “se fossem reconhecidos aos naturais da Índia os direitos fundamentais, nunca se teria passado o que se passou”, atribuindo assim a responsabilidade ao governo e observando que não era “este Governo capaz de resolver o problema”. Para Mário Cal Brandão, visto que subscreveria o documento do MND, nunca “lhe passou pela ideia defender as pretensões da União Indiana” entendendo que as negociações defendidas na Nota do MND “são sempre negociações e o que era necessário era fazer ver à União que não era possível a transferência e se fossem dadas as liberdades fundamentais aos povos de Goa, Damão e Diu para se manifestarem, eles seriam os próprios a dizerem que não queriam qualquer transferência”⁴⁰⁴.

Humberto Pereira Diniz Lopes⁴⁰⁵, no seu depoimento, afirmou que alguns indianos que passaram pelas cadeias, como o caso do engenheiro Castelo Bragança e outras pessoas com quem conviveu em Peniche, lhes “contaram várias coisas que se passavam em Goa, como a falta de liberdade que lá existia”. Não fora esse convívio estariam todos “sem saber o que se havia passado”. Considerava que não era solução para o problema de Goa, Damão e Diu, “não ouvir esses povos, não fazer jus às suas aspirações. Que a condição posta pelo MND era igual à ressalva da soberania portuguesa, tanto quanto ela possa ser ressalvada, porque realmente nos não podemos impor-nos pela força e só é possível manter o poder quando é respeitada a vontade popular”. O documento pretendia, segundo Humberto Lopes, “ser um duche de água

⁴⁰³ O opúsculo *Pela Liberdade* de Bernardino Machado a que Mário Cal Brandão, se refere foi publicado em 1901, no qual o republicano Bernardino Machado considera a liberdade e a sociabilidade as duas forças que dominam o mundo “unidas, dão a prosperidade e a grandeza das nações e da humanidade; separadas, em conflito, a sua decadência e ruína” (MACHADO, 1983: 5).

⁴⁰⁴ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Mário Cal Brandão, 23 de maio de 1955, in ANTT/PIDE- DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 325-327.

⁴⁰⁵ Humberto Pereira Diniz Lopes nasceu na freguesia de Salvador, Santarém, a 17 de outubro de 1919 e faleceu a 23 de novembro de 1984. Fez o ensino secundário na sua terra natal e aos 14 anos já se manifestava contra o recém-criado Estado Novo. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Aderiu ao Partido Comunista em 1942 e exerceu atividade política na clandestinidade, com o pseudónimo de “Júlio”. Em 1945 aderiu ao MUD e em junho de 1946 foi preso e após julgado em Tribunal Plenário foi condenado por distribuir propaganda subversiva. Voltou a ser preso em 1953, por ser membro do PCP e ter apoiado a candidatura presidencial de Ruy Luís Gomes, absolvido em 1955, volta à prisão em 1957, “por actividades subversivas praticadas dentro da própria prisão (o que levou o seu advogado, Salgado Zenha, a escrever que se era tão perigoso na cadeia o melhor era soltá-lo)” só foi libertado em 1963, mas com residência fixa em Santarém (LEMONS; TORGAL, 2009: 191-192).

fria” necessário pois considerava que “era preciso um apelo à consciência da Nação para que não se deixe arrastar por uma vaga emocional, por um estado emocional”. Sendo o propósito, para Humberto Diniz Lopes, “de fazer baixar a temperatura”⁴⁰⁶.

Sobre a acusação de que a *Nota* pretendia dividir os portugueses, Eduardo Ralha e o historiador António José Saraiva prestaram depoimento. Eduardo Ralha⁴⁰⁷ esclareceu que o que dividia os portugueses era a atitude do governo, admitindo que a independência da Índia fosse uma fatalidade geográfica, mas que “se o povo de Goa estivesse naquele bem-estar que desejaríamos para nós, certamente que não desejaria separar-se do Governo”⁴⁰⁸. Para o historiador António José Saraiva⁴⁰⁹ “era preciso partir do princípio que os portugueses não estavam divididos, mas a unidade não existia em relação ao caso de Goa, Damão e Diu e não podia ver nessa tentativa de discussão do problema um intuito de divisão duma unidade nacional que não existia”. Referindo-se à falta de informação devido à censura, mencionou a proibição da publicação do documento em causa e as cartas de António Sérgio, as quais “manifestam uma opinião atribuindo ao Governo a responsabilidade do que se estava a passar”. A pedido do advogado, Armando Bacelar, estabeleceu uma comparação, entre as cartas e o ponto de vista do MND, concluindo “que as divergências são tão pequenas, que não pode agora precisá-las, mas o ponto de vista fundamental seria o mesmo. Não sabendo se são anteriores ou posteriores à Nota que as leu ciclostiladas e que pensou que iriam ser divulgadas”⁴¹⁰.

⁴⁰⁶ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Humberto Pereira Diniz Lopes, a 6 de junho de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 302-304.

⁴⁰⁷ Eduardo Ralha nasceu a 7 de setembro de 1907 em S. Pedro de Alva, Penacova, e faleceu em 23 de maio de 1988. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Foi um dos promotores da realização, no Porto, da apresentação do relatório, aprovado no dia 8 de outubro de 1945, no Centro Republicano Almirante Reis, que deu origem ao MUD. Participou na fundação do MUD e depois participou activamente em todas as campanhas eleitorais (LEMOS; TORGAL, 2009: 235-236).

⁴⁰⁸ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Eduardo Ralha, 17 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 354-355.

⁴⁰⁹ António José Saraiva nasceu em Leiria a 31 de dezembro de 1917, professor e historiador de literatura portuguesa. Opositor ao salazarismo apoiou a candidatura do general Norton de Matos. Das suas ações de militância no Partido Comunista Português resultariam algumas prisões. Nos anos 1960 afastou-se do PCP por causa da fidelidade à URSS. Em 1960 emigrou, como exilado, para França. Centro de Investigação para as tecnologias Interactivas (s.d.). “Biografia - SARAIVA, António José”, in *Centro de Investigação para as tecnologias Interactivas* (C.I.T.I.) – FCSH – UNL. Disponível em: http://www.citi.pt/cultura/historia_cultura/a_j_saraiva/biografia.html (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

⁴¹⁰ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de António José Saraiva, 7 de junho de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 316-317.

Se alguns consideravam que assinariam a Nota caso isso lhes fosse solicitado, Olívio França⁴¹¹ era da opinião, que não se devia “escrever o papel porque tendo a oposição sido posta à margem deveria deixar-se a responsabilidade a cargo do Governo que teria de resolver todo o problema”. Mencionou ainda que chegou a escrever “também um papel que foi submetido a uma roda de amigos e em que isso estava bem expresso e uns diziam que o papel devia ser publicado”⁴¹².

Tanto Francisco Pulido Valente como Aquilino Ribeiro, não estando presentes no Tribunal Plenário, enviaram uma declaração em defesa de Ruy Luís Gomes. Para Francisco Pulido Valente⁴¹³, o que em França ou Inglaterra era exercício de direito fundamental e virtude cívica em Portugal era crime pois “nega-se à inteligência, à cultura e à moralidade deste homem ilustre o direito de ter opiniões pessoais e diferentes das opiniões do governo sobre problemas do povo português”⁴¹⁴. Aquilino Ribeiro⁴¹⁵

⁴¹¹ Olívio da Silva França nasceu em Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, a 11 de dezembro de 1901 e faleceu em 1981. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, foi membro do MUNAF, participou na comissão distrital do Porto do MUD. Foi também membro da União Socialista e membro da comissão distrital do Porto da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Em 1954, foi um dos subscritores de um pedido de autorização para a constituição, no distrito do Porto, de uma associação política denominada Centro Eleitoral Democrático e, em 1957, subscreveu uma representação ao Presidente da República pedindo autorização para a constituição da Causa Republicana. Foi um dos subscritores do pedido de admissão da candidatura de Quintão Meireles à Presidência da República e fez parte da comissão de candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Em 1960, fez parte da Frente Eleitoral Independente e, no ano seguinte, foi um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, pelo que foi detido pela PIDE e interrogado (LE MOS; TORGAL, 2009: 171-172).

⁴¹² *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Olívio França, 19 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 364-366.

⁴¹³ Francisco Pulido Valente médico e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa. Sempre viveu afastado da vida política militante, assumido republicano, destacou-se pela sua intransigência na famosa greve académica do tempo de João Franco. Apoiou o MUD e em junho de 1947, determinado em Conselho de Ministros, o Governo inclui-o na lista dos aposentados compulsivamente na purga política das Universidades em junho de 1947, foi-lhe retirada a cátedra por ser considerado desafecto à política de Estado Novo dedicando-se então à clínica particular. Já doente ainda participou na comissão de honra da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República (ROSAS e SIZIFREDO, 2013: 105) e “Cronologia dos principais acontecimentos da vida do Prof. Francisco Pulido Valente”, in *Fundação Francisco Pulido Valente* – “Nota Biográfica”. Disponível em: http://www.fpulidovalente.org/1_patrono/patrono1_bio.php (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

⁴¹⁴ Declaração de Francisco Pulido Valente enviada ao Tribunal Plenário do Porto, 4 de abril de 1955, in AHS/ICS - Espólio Pinto Quartin, 700 - Doc.169.

⁴¹⁵ Aquilino Ribeiro, escritor (1885-1963) activista político persistente e destemido a favor da liberdade e da democracia, um republicano que lutou desde a primeira hora contra a Ditadura Militar (participou na revolta de 7 de fevereiro de 1927, em Lisboa). Na sequência desta ação, esteve exilado em Paris. De regresso a Portugal, fez oposição ao Estado Novo, aderiu ao MUD e empenhou-se na defesa e difusão da causa democrática, nomeadamente, em textos publicados na imprensa diária, apoiou a campanha presidencial de Norton de Matos, integrou a Comissão Promotora do Voto, militou na candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República. CASTELO, Cláudia – “Aquilino Ribeiro no Panteão Nacional”, in *Não Apaguem a Memória – movimento cívico*. Disponível em: <http://naoapaguemamemoria2.blogspot.pt/2007/09/aquilino-ribeiro-no-panteo-nacional.html> (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

manifestou a sua opinião em carta considerando que “desde que a Censura obstou à publicação do referido manifesto, automaticamente ele reverteu ao domínio estrito, puramente subjectivo, da esfera individual do Dr. Ruy Gomes. Queda ou devia quedar, [sic] se a orgânica estadual é lógica, um acto exclusivamente da sua consciência. Não é legítimo considerar que o abstracto seja, em vez do concreto e positivo, artigo de devasssa para tribunais e matéria das leis”. Para Aquilino Ribeiro, com todo este processo pretendia-se atingir “o adversário que preconiza o regresso às liberdades democráticas”⁴¹⁶.

Ouvidas as testemunhas, estas na generalidade consideravam que a *Nota* em nada punha em causa a garantia da Nação e a garantia da independência nacional, considerando-a “patriótica e não havendo na mesma qualquer palavra de defesa da União Indiana”⁴¹⁷. Eram da opinião que, se lhes fosse dada a oportunidade de assinar esse documento, não poriam dúvidas nenhuma em fazê-lo e apoiavam ainda que deveria dar-se a substituição do Governo por outro capaz de resolver o problema com a União Indiana por via de negociações, auscultando previamente a opinião pública. Por isso, segundo as testemunhas, a negociação proposta na *Nota* não tinha o objetivo de entregar os territórios, mas sim o objetivo de chegar a um acordo.

Ao longo do ano de 1954 e de 1955, o MND continuará a divulgar um conjunto de panfletos relacionados com o problema de Goa, onde denunciavam uma série de irregularidades ao longo do julgamento da CC do MND, como as dificuldades criadas pela PIDE no contacto com os presos e os obstáculos colocados à sua defesa, sublinhando, ainda que Salazar encaminhava o país para uma guerra devendo os democratas lutar pela negociação pela Paz⁴¹⁸. No Manifesto da CC do MND intitulado “O Governo coloca-se fora da Moral e do Direito” era denunciado, mais uma vez, o recurso do governo à violência no “intuito de deter a oposição popular cada vez mais forte e endurecida”. Exemplificava com as prisões dos membros da CC do MND com a acusação “monstruosa de conspiração contra a segurança externa do Estado, de fazerem parte de associação ilegal e de notícias falsas e tendenciosas”. Denunciava que requerida a instrução contraditória não fora permitido que as testemunhas fossem

⁴¹⁶ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, Carta de Aquilino Ribeiro, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 591-592.

⁴¹⁷ *Processo de Averiguações por crimes contra a Segurança do Estado*, 2º Juízo Criminal do Porto, audiência no Tribunal Plenário de Alberto Oliveira Vilaça, 7 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes – SC/PC 101/54 – NP 5099, pp. 414-415.

⁴¹⁸ “The Portuguese People and the Goan Liberation Struggle”, in *Free Goa*, March 10, 1955, vol. 2, n.º 34, p. 2.

ouvidas. Assim como a PIDE tentou que os advogados não tivessem com os seus constituintes, provocando-os com ameaças de prisão. Mas, mesmo assim, o Manifesto relembra que a luta empreendida pelos democratas, “em unidade com o Povo na defesa da Comissão Central do MND conseguiu já uma importante vitória”, no sentido que a acusação encontrava-se em grande parte destruída estando já reduzida “a uma absurda classificação de tentativas frustradas”. O envio de tarjetas, panfletos, abaixo-assinados, telegramas, cartas para o Presidente da República, ao Conselho de Ministros, ao ministro da Justiça e aos juizes do Tribunal Plenário do Porto continuava a ser encorajado como uma das formas de luta. Reiterava a CC do MND que a ameaça duma guerra pairava, cada vez mais, sobre o povo português, pois “instigado e apoiado pelos imperialistas americanos, o governo traidor de Salazar pretende transformar as colónias portuguesas da Índia em praça de armas da política agressiva dos Estados Unidos no continente asiático e manter a opressão e exploração sobre o povo indiano”. Argumentando que a melhor ajuda que se podia dar era reclamar o regresso rápido dos soldados, exigir uma política de negociações sinceras com a União Indiana, uma solução pacífica do caso de Goa e conceder ao povo indiano o direito de escolher o seu próprio destino, insistindo que os portugueses não colaborassem com as campanhas de solidariedade, para as festas e peditórios destinados aos soldados da Índia⁴¹⁹.

Perante o impasse de todo o processo judicial e pelo facto de em agosto de 1956, Albertino Duarte Macedo, Virgínia de Faria Moura, Ruy Luís Gomes, José Cardoso Morgado Júnior e António Lobão Vital, serem novamente detidos, “em virtude da anulação das penas do anterior julgamento da não-admissão de fiança” (PEREIRA, 2006: 384), a 23 de outubro de 1956, Ruy Luís Gomes, desde a Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, escreveu a Alberto Saavedra, no sentido de saber se podia contar com o seu depoimento em defesa dos seus “direitos de cidadania” no seu segundo julgamento. Para Ruy Luís Gomes “a maneira desassombrada e concludente” como Alberto Saavedra argumentara perante o tribunal no decurso do primeiro julgamento, seria também agora importante (PACHECO, 1996: 187). Ruy Luís Gomes, tendo em conta as palavras do Papa Pio XII em que exaltava à união dos povos do Leste e Oeste pela liberdade e a paz, escreveu ao Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, a 29 de novembro de 1956. Nessa carta, reconhecia que na sua vida pública sempre agiu na defesa da liberdade e da paz o que lhe causou a sua demissão de professor da

⁴¹⁹ “O Governo coloca-se fora da Moral e do Direito – Manifesto da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático”, Lisboa, dezembro de 1954, in *Free Goa*, March 10, 1955, vol.2, n.º 34, pp. 7-8.

Universidade do Porto e perseguições. Na sua opinião, compreende que possam discordar das suas posições políticas, mas sublinhava que “a liberdade e a paz são valores autênticos, insusceptíveis de provocar equívocos; impõem-se até cada vez mais, como factor de aproximação entre os homens e as Nações, independentemente das suas crenças religiosas, ideias políticas ou concepções de vida”. Esclarecia, ainda, o Bispo do Porto de todo o processo em que os membros da CC do MND estavam envolvidos pela posição que tomaram ao expor o seu pensamento político em defesa da liberdade e da paz. Reiterando que essa defesa era um dos direitos fundamentais da pessoa humana cumprindo, assim um dever de cidadãos conscientes das suas responsabilidades perante a Pátria. Mas por “não [lhes] ter sido reconhecido o direito de livre discussão”, foram presos, por essa razão solicitava a D. António Ferreira Gomes, pronunciar-se, perante o Tribunal, como sua testemunha⁴²⁰.

5.2.1. O MUD Juvenil e a “PAZ NA ÍNDIA”

Ao longo do processo do MND desenvolveu-se um movimento de apoio e solidariedade em defesa dos presos, com inscrições murais em diversas localidades, mensagens e depoimentos de importantes personalidades.

A Comissão Nacional da Paz fez circular, em agosto de 1954, um documento intitulado “Uma solução pacífica do caso indiano” defendendo o caminho de negociações de modo a resolver o conflito entre os Portugal e a União Indiana⁴²¹. Esta posição será novamente reiterada em janeiro de 1955, através do documento “Agrava-se a situação na Índia”, no qual defendem a abertura imediata de negociações entre os dois governos “como único meio de afastar o perigo de uma guerra”. O povo português deveria estar unido nesta luta assinando o documento *Paz em Goa*, pois só “unidos numa só vontade o Povo Português fará frente vitoriosamente aos desígnios das forças

⁴²⁰ RESENDE, Jorge (2005b). “Carta ao Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, escrita na Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, em 29 de Novembro de 1956 (o caso da Índia)”, in *Ruy Luís Gomes*. Disponível em: <http://ruyluisgomes.blogspot.pt/2005/11/carta-ao-bispo-do-porto-d-antnio.html> (consulta realizada a 29 de janeiro de 2014).

⁴²¹ “Uma solução pacífica do caso indiano”, in *A Comissão Nacional da Paz*, agosto de 1954. GES/PCP, doc. n.º 9001.

belicistas”⁴²². O MND através do seu boletim *Unidade!* ou do boletim da Comissão Inter-Profissões de Lisboa, também, informava sobre o clima de intimidação e terror em que decorria o julgamento e recordava as decisões da IX Assembleia de Delegados do MND, em 1953, segundo as quais “a implantação da democracia em Portugal só poderá ser - e será - o resultado vitorioso da acção dos democratas portugueses em íntima ligação com o povo”⁴²³.

À volta do problema de Goa e da cooperação entre os democratas portugueses contra a política colonial de Salazar, Pedro Ramos de Almeida, no artigo “Notas e história sobre a unidade”, publicado na revista *Vértice*, foca um exemplo pouco conhecido: “cerca de 1954, António Sérgio, após diversos encontros com Ângelo Veloso, fazia publicar com a ajuda do MUD Juvenil (que também se encarregava de grande parte da distribuição da edição) documentos seus e de patriotas goeses que condenavam a posição colonial bélica de Salazar na Índia” (1991: 28). Apesar do MUD Juvenil não estar inteiramente de acordo com as cartas de António Sérgio dirigidas ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, pois para a CC do MUD Juvenil a negociação era o único meio para a resolução das divergências, estas cartas vão ser encaradas como um importante contributo para a luta, no sentido de que “para além do que os divide, o que os UNE CONTRA A GUERRA É BEM MAIOR E MAIS SAGRADO”⁴²⁴.

António Sérgio inicia a sua primeira carta a Sarmento Rodrigues, de 6 de agosto de 1954, recordando uma das frases do ministro do Ultramar, na qual afirmava que o governo teria “a maior atenção a todas as sugestões construtivas e colaborações que lhe sejam oferecidas”. Era por isso que esta sua carta teria como objetivo apresentar “sugestões construtivas”, para que o governo não caísse nos erros do passado. Afastava, desde logo, “a tirânica ideia de se sentir o Governo de determinado país no direito de exigir populações e territórios que fazem parte de qualquer outro Estado”, sublinhando que foram os erros do regime vigente, “anti-liberal e anti-democrata” que criaram os “germes do presente conflito”. Explicava que os protestos em Goa já tinham surgido mesmo antes da independência da Índia e agravaram-se por culpa do governo, tornando

⁴²² “Agrava-se a situação na Índia”, in *A Comissão Nacional da Paz*, Lisboa, janeiro de 1955. AHS/ICS - Espólio Pinto Quartin, 2974 - Doc.0289.

⁴²³ “Trabalhadores! Solidarizemo-nos com a Comissão Central”, *Movimento Nacional Democrático*, Comissão Inter-Profissões de Lisboa, in AHS/ ICS - Espólio Pinto Quartin, 0691- Doc.0160.

⁴²⁴ “António Sérgio desmascara a política de Salazar no problema da Índia”, 1954, in *Casa Comum - Arquivos* - Pasta – 0269.005.008. Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93835 (consulta realizada em 12 de maio de 2013). Maiúsculas no original.

o ataque contra “o próprio Estado, [num ataque] contra a própria soberania de Portugal” e a Índia independente apenas “tratou de se aproveitar do conflito existente para reforçar os objetivos de anexação”. Por tal, António Sérgio, recordava que em 1931, já o governador-geral, general João Craveiro Lopes, pai do Presidente da República, e o deputado Froilano de Melo, em 1949, já tinham alertado para as consequências do Ato Colonial. Por isso António Sérgio propunha, que naquele momento fossem ouvidas, para orientação futura, as suas sugestões:

“1º - Iniciar uma convivência cívica de autêntica unidade nacional, abolindo o regime de guerra fria civil e reconhecimento aos Portugueses do Ultramar e da Metrópole as liberdades cívicas fundamentais (...);

2º - Desprender-nos da letra e do espírito do Acto Colonial e suprimir as discriminações raciais na Índia Portuguesa – desacertos que, unindo-se à falta de liberdade cívicas, originaram indignação entre os Goeses. O qual favoreceu as ambições estrangeiras e deu aos adversários um excelente protesto para se apresentarem com o rótulo de «libertadores»

3º - Negociar com os habitantes da nossa Índia as condições de um regime de larguíssima autonomia, com o máximo possível do nosso auxílio para o progresso cultural e material, dentro da Comunidade das populações portuguesas”⁴²⁵.

Com a leitura da segunda carta de António Sérgio ao ministro Sarmento Rodrigues depreendemos que o ministro não reconheceu “razão em ponto algum” da carta António Sérgio, o que originou, a 21 de agosto, uma segunda carta. António Sérgio, numa linguagem mais incisiva, responde à afirmação do ministro Sarmento Rodrigues de “que perante o perigo externo que enfrentámos, estamos todos unidos, do mesmo lado, sem curar de ideologias elicitas”. Contrariando a ideia do Ministro, António Sérgio afirma que os portugueses não estão unidos e “que não se deve admitir a possibilidade de unir-nos enquanto o Governo se mantiver na toina de encarar os Portugueses como seus escravos”. Reforça, ainda, neste caso, que a falta de união não é por divergência de ideologias políticas mas sim por “uma incompatibilidade de orientação moral”. A Sérgio, parece impossível haver unidade, enquanto o governo “não decidir respeitar os direitos inerentes à consciência espiritual”.

⁴²⁵ Carta de António Sérgio ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, Lisboa, 6 de agosto de 1954, in *Casa Comum - Arquivos* – Pasta: 0269.005.008. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93835 (consulta realizada a 12 de maio de 2013).

Indignado por o ministro convocar o dever patriótico de união, António Sérgio defende que “o primeiro dever de todo o patriota é o respeito da dignidade dos seus patrícios” e afirma que não sendo ele o único a ter tal opinião, o governo impede “por todos os meios que determinadas opiniões se manifestem”. O intelectual recorda ao ministro que quando este se deslocou à Índia, em 1952, o descontentamento já existia, mas as manifestações para expressá-lo tinham sido “policialmente impedidas, censoriamente cortadas”. Não concordando, com a ideia “com que seja cedo, por enquanto, para tratar com os habitantes do nosso Estado da Índia a instauração de um regime que lhes faça juz”, António Sérgio observa que perante a informação, transmitida em um telegrama que lera dois dias antes, de que o novo Estatuto da Índia, seria apresentado e discutido no Conselho do Governo de Goa, fora “levado a supor” que o ministro “já se vai inclinando para o meu próprio parecer”⁴²⁶. Procurando, assim António Sérgio que as suas sugestões apresentadas na primeira carta a Sarmento Rodrigues, estivessem presente no novo Estatuto da Índia, ou seja, que de modo a satisfazer as aspirações dos goeses e o interesse dos portugueses, se deveriam iniciar negociações com os goeses para a concessão de um regime de ampla autonomia “dentro da Comunidade das populações portuguesas”, conservando desta forma a ligação política a Portugal⁴²⁷. Caminhando António Sérgio no mesmo sentido de Cunha Leal, ao defender a construção de um modelo federal para a resolução das divergências, ambos se distanciavam da posição defendida pelo MUD Juvenil e o MND pois estes movimentos, próximos do PCP, ao reclamarem a abertura de negociações com a União Indiana não colocavam qualquer limitação às negociações, pois estas tinham “em vista as legítimas aspirações dos Povos de Goa, Damão e Diu”⁴²⁸, estando subjacente qualquer negociação e não apenas a negociação para a concessão de um regime com maior autonomia.

Na sequência das prisões dos dirigentes do MND, o MUD Juvenil e a Comissão de Paz do Porto têm um papel destacado na campanha de esclarecimento e mobilização popular pela “Paz em Goa” e em defesa dos presos, seguindo as orientações da IV Assembleia de Delegados, realizada clandestinamente em Lisboa, em setembro de 1954.

⁴²⁶ Carta de António Sérgio ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, Lisboa, 21 de agosto de 1954, in *Casa Comum - Arquivos* – Pasta: 0269.005.008. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93835 (consulta realizada a 12 de maio de 2013).

⁴²⁷ Carta de António Sérgio ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, Lisboa, 6 de agosto de 1954, in *Casa Comum - Arquivos* – Pasta: 0269.005.008. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93835 (consulta realizada a 12 de maio de 2013).

⁴²⁸ *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu* [11 de agosto de 1954], in ANTT/PIDE-DGS- Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, pp. 188-191.

Segundo Sacuntala de Miranda⁴²⁹, membro do MUD Juvenil, as “directivas vindas de cima recomendavam a realização de Assembleias de Paz. Mas não se julgava apropriado falar de colonialismo, da sua natureza e da justiça das aspirações dos nacionalistas. Temia-se ferir as susceptibilidades de um país largamente convencido da legitimidade da missão civilizadora de Portugal no Mundo” (2003: 64). Vários jovens coloniais, entre eles Carlos Veiga Pereira defendiam a necessidade de uma tomada de posição em relação às colónias nas Assembleias de Paz⁴³⁰. Recordando a sua passagem pelo MUD Juvenil e as suas concepções do movimento de resistência indiano contra o colonialismo inglês, Sacuntala de Miranda “sonhava com um movimento de massas que defendesse explicitamente esses valores”. No entanto deparou-se com “um pequeno grupo de activistas que não se atreviam a pronunciar as palavras «comunismo», «socialismo» ou «colonialismo» (...)” (2003: 43).

Já antes da IV Assembleia de Delegados, num dos panfletos do MUD Juvenil, intitulado “PAZ NA ÍNDIA”, eram descritos os vários problemas com que a juventude se deparava, desde o desemprego aos salários de miséria e ainda uma preocupação mais grave:

“A AMEAÇA DE UMA GUERRA que já fez correr sangue e ameaça vida de milhares de jovens Portugueses Indianos”. Reclamava nesse contexto, “QUE O CONFLITO DE GOA SEJA RESOLVIDO POR MEIOS PACÍFICOS. E é esse verdadeiro e único caminho patriótico. Porque ele corresponde à vontade expressa da juventude e do povo português. (...) O GOVERNO PORTUGUÊS DEVE CONFERENCIAR COM O GOVERNO INDIANO DISCUTIR AS RESPECTIVAS OPINIÕES, NO SENTIDO DE RESOLVER AMIGAVELMENTE O CONFLITO (...)”⁴³¹.

Também no Ateneu de Coimbra, clube frequentado pelos jovens da Casa dos Estudantes do Império, eram constantes os comentários sobre Goa e sobre a atitude do

⁴²⁹ Sacuntala de Miranda nasceu nos Açores em 1934, cresceu sob a influência de seu pai Lúcio de Miranda, natural de Goa, com “fortes convicções anticolonialistas e uma enorme admiração pela luta de libertação da Índia, conduzida por Gandhi e Nehru” (MIRANDA, 2003: 30). Em Lisboa participou no MUD Juvenil, no Movimento Nacional da Paz, nas campanhas eleitorais. Dois anos após a campanha de 1958 exilou-se em Londres, passando a trabalhar em conjunto com a “Goan League”, proferindo palestras sobre o regime salazarista.

⁴³⁰ E em março de 1952, Carlos Veiga Pereira, Agostinho Neto e Marília Branco foram detidos por recolherem assinaturas para o “Apelo para um Pacto de Paz” considerados de panfletos “subversivos”.

⁴³¹ “PAZ NA ÍNDIA”, in *A Comissão Central do MUD Juvenil*, agosto de 1954. ANTT/PIDE-DGS – MUD Juvenil - DEL.P. 9668 - NP 6976, pp. 410-411 (maiúsculas no original).

governo. Classificados os estudantes, pelos informadores da PIDE como “da pior marca”, ao fazerem afirmações como:

“a) Que a Índia é dos indianos e por conseguinte nada ali temos que fazer e o que se devia já ter adoptado há muito, era a entrega imediata de todos os seus territórios em poder dos portugueses assim se saia com honra.

b) Que a ditadura de Salazar nos leva à Ruína, tanto pelo lado financeiro, como pela perda [sic] inútil de vidas, por uns bocados de terra que nada valem e que de direito não são nossas.

c) Que o Governo está conduzindo o problema, por uma forma vergonhosa, fazendo uma propaganda inteiramente balofa, que ninguém acredita, porquanto os goeses estão desejosos de se unirem aos seus irmãos de raça.

d) Que temos de abrir os olhos, pois a política de Salazar é só de carne para canhão, perfeito sistema fascista

e) Que por estarmos a ser mandados por um bando de fascistas é que surgiu tão grave causa, pois se fosse um Governo de democracia e liberdade, já de há muito que o assunto se tinha resolvido, sem perda de vidas e com prestígio para nós”⁴³².

Num momento em que cada vez mais é reclamado o diálogo para o caso de Goa, Salazar ativa o seu aparelho repressivo não só contra o MND, como contra o movimento e comissões de defesa da Paz e o MUD Juvenil. Artur Oliveira Almeida foi preso pela PSP, em Vila Nova de Gaia, em janeiro de 1955, quando procedia a inscrições murais das frases “Libertai Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura e Paz na Índia”⁴³³. Principiava, deste modo um novo processo: o do MUD Juvenil, com 52 arguidos, todos eles acusados de desenvolverem atividades contra a segurança do Estado, orientados pelo PCP. Dos muitos jovens presos vão surgindo informações sobre a campanha pela Paz em Goa, como por exemplo: Serafim da Silva Aguiar, que, ao fazer parte da “comissão de escola” da Faculdade de Medicina e do “ABC Club” tomou parte em festas, cotizou-se para fundos do MUD, distribuiu panfletos editados por este, e escreveu nas paredes de S. Mamede Infesta e Massarelos, de noite, frases como: “Paz na Índia”, “Negociações”, “Libertai Ruy Gomes”, “Libertai presos políticos”, “Abaixo campos de concentração”. Também, nas reuniões em casa de Miguel Canijo foi tratado o caso da Índia e Miguel Bernardes, que fazia parte da direção universitária de Coimbra

⁴³² Cópia de uma informação, 3 de setembro de 1954, in ANTT/PIDE-DGS - Casa dos Estudantes do Império – DEL. C/SR3767 – NP 4480, p. 140.

⁴³³ ANTT/PIDE-DGS - Artur Oliveira Almeida - SC/PC 47/55 – NP 5110 e 5111, vol.1, p. 283.

do MUD Juvenil, promoveu várias reuniões em que se tratavam assuntos referentes à Paz, à Negociação pacífica do caso da Índia e à libertação da Comissão Central do MND⁴³⁴.

Das muitas informações prestadas sobre o comportamento moral e político destes jovens, destacamos a carta do diretor da PIDE ao diretor geral do Ensino Superior de Belas Artes, referente a 19 estudantes que se encontravam pronunciados no Tribunal Criminal do Porto, alguns aguardando julgamento sob prisão, por não lhes ser admitida caução:

“todos eles são acusados de crimes contra a segurança do Estado e de pertencerem à ramificação ou sector da associação secreta e subversiva comunista, que usa a designação de MUD Juvenil, desenvolvendo entre a juventude actividade subversiva, seguindo as directrizes do Cominforme, contra os interesses e a liberdade de Portugal e do Povo português. Procuravam minar, no caso da Índia, a coesão indispensável à defesa dos sagrados interesse nacionais, bandeando-se com a União Indiana. A propaganda comunista, inteligente e sem escrúpulos conseguiu fazer desses jovens dóceis instrumentos dos seus desígnios [], depois de lhes arrancar das almas e das consciências a noção de Pátria e de lhes adulterar, ou até eliminar, o amor pela Família (...)”⁴³⁵.

O julgamento do MUD Juvenil gerará um grande movimento de solidariedade, não só nacional, como internacional, através de organizações como a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), a Associação Internacional dos Juristas Democratas (AIJD), e ainda da tomada de posição de vários intelectuais, sobretudo franceses, que endereçam um telegrama ao Presidente da República, Craveiro Lopes⁴³⁶.

⁴³⁴ ANTT/PIDE-DGS - Artur Oliveira Almeida - SC/PC 47/55 – NP 5110 e 5111, vol. 2, pp. 402-403. Foram encontrados nas ruas da vila de Fafe dois exemplares de propaganda subversiva editados pela Comissão Central do MUD Juvenil “Paz na Índia” e “Basta de Violências”. Carta da PSP do distrito de Braga para o Subdiretor da PIDE no Porto, a 20 de setembro de 1954, in ANTT/PIDE-DGS – MUD Juvenil - DEL.P. 9668 – NP 6976, p. 409.

⁴³⁵ Carta ao diretor geral do Ensino Superior e Belas Artes do diretor da PIDE, 31 de outubro de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Artur Oliveira Almeida - SC/PC 47/55 – NP 5110 e 5111, vol.2, p. 24.

⁴³⁶ Do telegrama ao Presidente da República constava o seguinte texto: “Nós escritores, artistas tendo tomado conhecimento prisão jovens por terem tomado posição acerca diferendo Goa entre quais poeta Agostinho Neto stop Extrema gravidade estado saúde Hermínio Marvão tratamento desumano prisões portuguesas dirigimos respeitosamente Vossa Excelência Senhor Chefe do Estado Português, solicitamos (em nome) nossos princípios Carta Direitos Humanos use vosso poder permitir hospitalização imediata Herminio Marvão proibir método brutais prisões portuguesas poder colocar liberdade provisória Herminio Marvão companheiros Veloso, Ramos, Maria Cecília, Hernâni Vilaça e Neto” (ALMEIDA, 1997: 8). O jornal *Free Goa*, de 25 de julho de 1957, na notícia sob o título “Democrats in Portugal jailed for pleading for Goa’s freedom” informava do envio desse telegrama ao Presidente da República.

Arrastando-se o julgamento entre dezembro de 1956 e junho de 1957, os membros do MUD Juvenil foram condenados por “conjuração contra a segurança do Estado por meio de associação ilícita e secreta”, o que significou o fim do movimento. Também em 1957, ano em que é extinto o MND, tendo lançado o seu último comunicado em janeiro, terminará o processo da CC do MND e como as acusações de traição e de pertença a organizações ilegais não puderam ser provadas, os réus acabaram por ser condenados a 18 meses de delitos menores, mas acabaram por cumprir mais de 2 anos de detenção⁴³⁷. A linha de ação defendida pelo PCP, de trabalho “legal” criando movimentos que fossem “unitários”, MUD Juvenil e MND, acabava por fracassar. Fechando o PCP “um capítulo de sete anos de solidão em que teimosamente tentara impor o «seu» movimento de oposição à oposição. Resultara num desastre, e o partido deixara de ter um braço legal próprio” (PEREIRA, 2006: 392).

Como refere no seu estudo Sandrine Bègue “loin de permettre à l’opposition d’ouvrier une brèche vers la remise en cause du régime, consolide ce dernier dont la censure maintient dans l’ignorance l’opinion nationale sur la faiblesse réelle de ses positions en Inde pour mieux assumer son rôle de garant du destin impérial du pays” (2007: 515). Alertar para o perigo da ação do Governo em recusar a negociação com Nehru e despertar as consciências desligadas do conflito luso-indiano, era uma batalha corajosa. A perda da liberdade abatia-se sobre os que falavam. A violência exercida pelo Governo sobre as oposições silenciava as vozes divergentes da política que o Governo defendia à volta da questão de Goa.

⁴³⁷ O jornal *Free Goa*, informava, ainda, sobre o julgamento da CC do MND, assim como o julgamento do MUD Juvenil, não se admirando que a imprensa portuguesa, devido à censura não informasse sobre os julgamentos apesar de terem surgido vários panfletos clandestinos contra as acusações e exigindo a libertação dos presos. No entanto, “strangely enough the Indian information services and in consequence, the Indian press remain silent about these important facts which closely concern India. Not only do they not react in India and in foreign countries against the wild campaign of the Portuguese official propaganda which slanders India in the eyes of the world, but also they keep mum about over events which are favourable to India and deserve to be known by the Indian public as well as in foreign countries”. “Democrats in Portugal are Jailed For Pleading for Goa’s Freedom”, in *Free Goa*, July 25, 1957, vol. 4, n.º 18, pp. 6-7.

5.3. Os goeses na Metrópole

Enquanto decorria o processo do MND, acontecia também no tribunal da Boa Hora, em Lisboa, o processo do nacionalista goês, o médico Pundolica Gaitonde, deportado para Portugal a 19 de fevereiro de 1954. Purushottam Kakodkar encontrava-se em Lisboa, em liberdade condicional, com residência fixa, em resultado do processo desencadeado pelos acontecimentos do movimento de 18 de junho de 1946 em Margão, é notificado para comparecer na Diretoria da PIDE para prestar declarações. As perguntas colocadas a Purushottam Kakodkar incidiam fundamentalmente sobre se este estava “encarregado de colher o relato do julgamento do Doutor Pundolica Gaitonde para os jornais da União Indiana”⁴³⁸. Será também interrogado sobre o modo como comunicava com os elementos, “subversivos”, que no estrangeiro atentavam contra a integridade do território da Índia Portuguesa, e o modo como remetia as notícias “tendenciosas e falsas sobre Portugal” para esses elementos, ou ainda a forma como eram estabelecidos os contactos com os elementos “subversivos” residentes em Lisboa. Purushottam Kakodkar, não respondendo às perguntas, apenas informa que não fora nem estava encarregado de fazer quaisquer relatos sobre o julgamento de Gaitonde para os jornais da União Indiana⁴³⁹. Na mesma altura e sobre o mesmo assunto será também notificado Rama Krishna Hegde, que se encontrava em Portugal pelas mesmas razões de Purushottam Kakodkar, tendo declarado, segundo a PIDE, que na correspondência mantida com os seus cunhados residentes na Índia “não fazia referência ao caso de Goa” e não enviara notícias tendenciosas e falsas sobre Portugal. Admitia, no entanto, ter mandado alguns recortes dos jornais portugueses tratando do caso de Goa. Relativamente às pessoas com que contactava em Portugal, identificou-os como sendo os seus compatriotas Purushottam Kakodkar e José Inácio de Loyola⁴⁴⁰.

Na realidade os goeses deportados para Portugal a 14 de dezembro de 1946, cuja “presença no Estado da Índia se tornava inconveniente”⁴⁴¹, os quais, nos finais de 1950

⁴³⁸ *Mandado de Notificação da PIDE*, Lisboa, 7 de julho de 1954, in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 25/47- NP 4911, pp. 157.

⁴³⁹ *Auto de Declarações na Diretoria da PIDE*, Lisboa, 8 de julho de 1954, in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 25/47- NP 4911, pp. 157-159.

⁴⁴⁰ *Auto de perguntas da PIDE*, Lisboa, 12 de julho de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 25/47- NP 4911, pp. 47-48. Purushottam Kakodkar e Rama Hedge estiveram presos, por seis meses, no ano 1955, tendo-lhes sido posteriormente permitida a saída de Portugal.

⁴⁴¹ ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 25/47- NP 4911, pp. 2-3.

viram concedida a liberdade condicional, com interdição de saída do país, por ser considerado “absolutamente inconveniente” o seu regresso à Índia⁴⁴², conseguiram estabelecer ligações entre a oposição em Lisboa e a de Goa, informando e tecendo considerações, através de correspondência, do que se passava tanto em Lisboa como em Goa. Da sua passagem por Lisboa, T.B Cunha recordou: “I was released and lived for two and a half years in freedom in Lisbon, where I came to know more people of all classes and parties” (BRAGANZA, 1992: 13).

A 29 de abril, é remetida uma carta para Purushottam Kakodkar, cujo tratamento cordial e a saudação de “caro mano” e a assinatura “Rama” faz crer que fora enviada de Goa, pelo seu irmão Ramnath Kakodkar. Nesta carta além de surgirem informações sobre os movimentos dos *satyagraha* em que de “4 a 15 de Abril foram presas 350 pessoas, sendo 140 por motivo *satyagraha* e os restantes por suspeita”. Era ainda solicitado o envio de “informações da intensa propaganda oficial que se faz em Portugal sobre o problema de Goa”, pedindo o envio de folhetos, recortes, dessa propaganda⁴⁴³. Em maio de 1955, era a vez de Purushottam Kakodkar enviar para Goa notícias sobre o julgamento da CC do MND, informando não ter dúvidas de que Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura e outros, “foram presos por causa dum manifesto que mandaram à imprensa esclarecendo o seu ponto de vista quanto a solução do problema de Goa, Damão e Diu”. No entanto, de acordo com os jornais, “estão a ser julgados sob a acusação completamente diferente. Esta é que eles fizeram uma tentativa ou qualquer coisa contra a segurança do Estado”. Indignado com esta situação, Purushottam Kakodkar observava que se “mandar franca e honestamente um manifesto à imprensa esclarecendo o ponto de vista é uma tentativa contra a segurança do Estado, então tudo e nada pode ser uma tentativa contra a segurança do Estado, desde que não agrade aos homens que estão no poder”. Mais uma vez a falta de liberdade era focada, pois para Purushottam Kakodkar: “aqui nem se pode pensar em liberdade. Os homens no poder parece quererem e tentarem fazer do país um curral cada vez mais apertado” nem os escritores e os jornalistas “são autorizados a constituir uma sociedade sua, uma sociedade apolítica, Deus sabe para que infernos os homens no poder querem levar o país. É uma vergonha sermos governados por um país que tem um governo destes!”

⁴⁴² Ofício do Ministério das Colónias, Repartição dos Negócios Políticos e de Administração Civil, para o diretor da PIDE, 6 de dezembro de 1950, in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 25/47-NP 4911, p. 112.

⁴⁴³ Carta de Rama para Kakodkar, 29 de abril [1955], in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 112/55, NP 5117, pp. 18-19. Ao longo do mês de abril de 1955 o jornal *Free Goa* noticia um conjunto de prisões fruto do envolvimento de goeses no movimento de *satyagraha*.

Reportando-se ainda ao processo do MND, relata uma situação “interessante”. Ruy Luís Gomes teria apontado Aquilino Ribeiro como sua testemunha no julgamento, mas este “porém, não quis comparecer no Tribunal, e, portanto dirigiu uma carta ao Tribunal em testemunho do réu. Resultado: Foi processado. Quis evitar ir ao tribunal, mas agora terá que ir à força”⁴⁴⁴. Referindo-se também ao processo do MUD Juvenil, iniciado em janeiro de 1955, considera que os “35 estudantes universitários do Porto estão presos em relação [com] o caso de Dr. Ruy Luís Gomes e os outros”, entre eles, sublinhava Kakodkar, figuravam presidentes de Associações Académicas, o advogado Orlando Juncal, membro da Comissão de Paz do Porto, e Óscar Lopes, professor do Liceu D. Manuel II do Porto e crítico literário do *Comércio do Porto*⁴⁴⁵.

Peter Alvares⁴⁴⁶, um dos membros do movimento pela libertação de Goa, tomava conhecimento do que se passava pela correspondência enviada de Portugal. Purushottam Kakodkar é informado da importância das suas cartas quando o seu irmão Balá, em correspondência, refere que “o sr. Peter lê todas as cartas que tu me envias e até tem feito um ficheiro especial delas, pois interessa-nos muito conhecer a situação de

⁴⁴⁴ Em 1958, passados 3 anos de Aquilino Ribeiro ter enviado ao Tribunal Plenário uma declaração em defesa de Ruy Luís Gomes publica o romance intitulado *Quando os Lobos Uivam*, que a 7 de fevereiro de 1959 foi censurado, pois segundo o relatório do censor “o autor intitula este livro de romance, mas com mais propriedade deveria chamar-lhe de romance panfletário, porque todo ele foi arquiectado para fazer um odioso ataque à actual situação política. Escrito numa prosa viril, classifica o governo de «piratas» e descreve várias Autoridades, Funcionários, Polícia, Guarda Republicana e Tribunais em termos indignos e insultuosos. Um interrogatório num posto da G.N.R. e uma audiência dum Tribunal Plenário, são focados de uma forma infamantes. São desnecessárias mais citações, porque basta folhear o livro, encontra-se logo matéria censurável em profusão. É evidente que, se o original tivesse sido submetido a censura prévia, não teria sido autorizado, porque é, talvez, a obra de maior ataque político que ultimamente tenho lido. Sucede, porém, estou disso certo, que já devem ter sido vendidos muitas centenas de exemplares, e muitos outros também, já devem ter passado a fronteira, por isso, deixo ao esclarecido critério de V. Exa., decidir se nesta altura, será de boa política mandar apreender o livro (...)”. Censura - Relatório n.º 6282 (7 de fevereiro de 1959) relativo a “Quando os Lobos Uivam” de Aquilino de Ribeiro, in *Ephemeris* - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira. Disponível em: <https://ephemerajpp.com/2011/12/03/censura-relatorio-no-6282-7-de-fevereiro-de-1959-relativo-a-quando-os-lobos-uivam-de-aquilino-ribeiro/> (consulta realizada a 12 de maio de 2016).

⁴⁴⁵ Carta de Kakodkar, Lisboa, 7 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 112/55 - NP 5117, p. 14. Carta que a PIDE suspeita ter sido dirigida a T.B. Cunha sem que Kakodkar o tenha confirmado no auto de perguntas na Diretoria da PIDE, no dia 9 de setembro de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 112/55, NP 5117, pp. 54-55. Possivelmente a PIDE suspeitava que esta carta fora enviada a T.B. Cunha, tendo em conta que T.B. Cunha saíra de Portugal em 1953 e como estivera preso com Kakodkar em Peniche, a frase usada nessa carta por Kakodkar de que “está preso também um advogado que conhecemos em Peniche: Dr. Orlando Juncal” levaria a pensar no nome de T.B. Cunha, in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 112/55 - NP 5117, p. 14. O advogado de Peniche Orlando Juncal foi julgado a 4 de novembro de 1947 e libertado a 5 de janeiro de 1948 (ROSAS *et al*, 2009: 583).

⁴⁴⁶ Peter Alvares, entre 1953-54 foi Presidente do *National Congress* (Goa).

Portugal para regularmos os nossos passos. Por isso, ele aguarda ansiosamente as tuas cartas, como homem sequioso necessita de água”⁴⁴⁷.

Como já referido anteriormente, Purushottam Kakodkar, Rama Krishna Hegde e José Inácio Loyola, entre outros estavam em Portugal, a cumprir a medida de segurança de liberdade condicional, o que lhes impedia de tomar parte de reuniões de caráter político e mesmo acompanhar pessoas suspeitas de pertencerem a organizações comunistas, ou que se dedicassem à prática de atos considerados de “traição à Pátria” ou “atentatórios da segurança do Estado”. No entanto, em outubro de 1954 foi posto a circular um documento, apenas identificado como sendo redigido por “um grupo de goeses na metrópole” e tendo em conta o seu conteúdo e a data em que surgiu, legitima a especulação de que os seus autores saíam do grupo de 1946 aos quais eventualmente se juntariam alguns dos membros e ex-membros da Casa dos Estudantes do Império, como Orlando Costa.

Este grupo de “goeses na metrópole” relembra, perante os acontecimentos em Portugal e em Goa, que a questão da Índia Portuguesa não era, como a imprensa defendia, uma questão de “Goa e da União Indiana” ou da “União Indiana e Portugal”, mas sim uma questão dos goeses e dominação portuguesa de então. Recordava que a luta, iniciada em 1946, era uma consequência natural do descontentamento geral determinado por: a discriminação racial, embora não oficial, entre europeus e os indianos; o baixo nível cultural dos goeses comparado com o dos restantes indianos; a completa falta de liberdades elementares e a situação de terror criada pelas autoridades portuguesas. Acusava a política repressiva do Governo português: prisões em massa, espancamentos, julgamentos pelo Tribunal Militar, condenações e deportações, algumas delas para Portugal, o que havia transformado a luta pelas liberdades civis em luta pela libertação, querendo os goeses “libertar-se de um regime que não mais podem suportar. (...) Os goeses querem viver a sua própria vida, reintegrados na sua Índia-Mãe”⁴⁴⁸.

O impacto deste manifesto foi significativo pois a Legação de Portugal em Bona, informa, a 18 de dezembro de 1954, o Ministério de Negócios Estrangeiros, de uma publicação distribuída pela Embaixada da União Indiana em Bona, que referia o manifesto redigido dos goeses que viviam em Portugal, para defender que “o chamado

⁴⁴⁷ Carta do irmão “Balá” para Kakodkar, 8 de janeiro de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Purushottam Kakodkar – SC/PC 112/55 - NP 5117, pp. 22-23.

⁴⁴⁸ “A verdade sobre Goa, Damão e Dio, de um grupo de goeses na metrópole”, Cópia de uma carta, outubro de 1954, in ANTT/AOS/CO/UL 23A, pp. 149-150. Este documento de “um grupo de goeses da metrópole” foi publicado sob o título “Os Goses em Portugal declaram-se pela Libertação - Manifesto a favor da Integração na Índia”, in *Free Goa*, December 10, 1954, vol. 2, n.º 23, p. 8.

conflito entre Portugal e a Índia é de facto um conflito entre os donos portugueses e os goeses, que lutam pela libertação do domínio estrangeiro”. De modo a demonstrar a falta de liberdade vivida em Portugal e nas suas possessões, a publicação da Embaixada indiana, observa que o manifesto fora, distribuído em versão manuscrita, por ser impossível, “por causa da censura rigorosa da imprensa e da inspecção de polícia que existe em Portugal, exprimir opiniões contrárias ao parecer do Governo, e publicá-las”⁴⁴⁹.

Interessante é verificar que em novembro desse ano o jornal *Free Goa* publica uma carta datada de 12 de outubro de um “Democrata” que apela à participação dos goeses da Metrópole no movimento de libertação. Considerando que as ações levadas a cabo em Portugal, designadamente por parte do MND, do PCP e ainda a de “outros democratas, de qualquer filiação partidária”, já tinham clarificado a sua “repulsa” pela política do governo salazarista e simpatia pelo povo de Goa e defendia “que o Povo Português vai conhecendo o verdadeiro problema da Índia Portuguesa e que progressivamente vai sacudindo a poeira da ignorância e da mentira que os fascistas há longos anos encobriam”. Nesse sentido os goeses residentes em Portugal deviam, mesmo com as limitações existentes sob o regime e com o número reduzido de goeses, empreender “desde já ações que signifiquem um apoio concreto e objectivo aos seus irmãos em luta”. Para isso deviam organizar-se num agrupamento alargado “sem distinção das suas opiniões políticas ou religiosa”, pois “tornaria[m] estéril todo o trabalho e inútil todo o esforço”. Propondo, a organização de “uma luta legal sob a ilegalidade fascista”, sugeria o envio de exposições a um conjunto de entidade nacionais e internacionais de modo a que se “esclarecessem e desmentissem as vergonhas de Salazar”. Apelava, assim, a que “os Goses residentes em Portugal se libertem dos preconceitos e receios que impedem a sua acção de ajuda e solidariedade aos seus irmãos”⁴⁵⁰.

Durante o último trimestre de 1954 e o ano de 1955, o jornal *Free Goa* dará a conhecer a luta empreendida em Portugal pela resolução do caso de Goa, transcrevendo os panfletos do PCP, como o de agosto de 1954, do Secretariado do Comité Central do PCP⁴⁵¹, a *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de*

⁴⁴⁹ Carta da Legação de Portugal em Bona para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bad Godesberg, 18 de dezembro de 1954, in AHD/MNE/PAA- Mç. 59 – Processo 337,2.

⁴⁵⁰ “Carta Aberta aos Goses Residentes em Portugal - Um Democrata Português 12-10-1954”, in *Free Goa*, November 10, 1954, vol. 2, n.º 26, p. 7.

⁴⁵¹ “Goa e o Manifesto dum Partido Português”, in *Free Goa*, September 10, 1954, vol.1, n.º 23, p. 6.

*Goa, Damão e Diu*⁴⁵², panfletos do MUD Juvenil como “Paz na Índia!”⁴⁵³ e as cartas de António Sérgio ao ministro Sarmento Rodrigues⁴⁵⁴. Noticiará as prisões dos membros da CC do MND⁴⁵⁵ e o modo como decorria o julgamento. Foi ainda redigido um resumo do artigo de Cunha Leal sobre “O caso de Goa”, publicado no *Diário de Lisboa* a 23 de junho de 1954, pois a “imprensa servil de Goa que pressurosamente transcreve quanto se publica na imprensa de Portugal sobre o caso de Goa, fêz um deliberado silêncio”. Por isso o *Free Goa* considera importante apresentar um resumo de modo a “abrir os olhos de certos goeses, mais entretidos em contemplar o seu umbigo, do que lutar pelos supremos interesses da nossa terra”⁴⁵⁶.

Deste grupo de goeses residentes em Portugal, do qual fazia parte, entre outros, Purushottam Kakodkar, Rama Krishna Hegde e José Inácio de Loyola, recordemos que Tristão de Bragança Cunha, tendo conseguido obter passaporte por astutamente o solicitar no seu primeiro e último nome, chegou a Bombaim em 1953 e, juntamente com António Furtado e sua esposa, a sobrinha de T.B. Cunha, Berta Menezes Bragança, fundaram o jornal *Free Goa*, o qual se tornou a voz na Índia dos acontecimentos em Portugal. Do período de prisão em Portugal Tristão de Bragança Cunha poderá ter conseguido estabelecer uma rede de ligações com a oposição em Portugal e os goeses que se encontravam na Metrópole, como o caso de Purushottam Kakodkar, permitindo-lhe os contactos necessários para que todas estas notícias fossem remetidas para Bombaim sendo posteriormente divulgadas através do jornal *Free Goa*, de que fazia parte, como também o jornal circular clandestinamente em Portugal. Mas o jornal *Free Goa*, não era o único a circular clandestinamente em Portugal, o jornal *Ressurge, Goa!* publicado por Telo de Mascarenhas, entre 1950 e 1959, período em que esteve exilado em Bombaim, também era lido.

⁴⁵² “Salazar the Goan Problem and the Portuguese People”, in *Free Goa*, November 10, 1954, vol.2, n.º 26, p. 5 (em inglês) e “Os povos coloniais desejam viver em Paz e Liberdade”, in *Free Goa*, November 10, 1954, vol.2, n.º 26, p. 9 (em português).

⁴⁵³ “Paz na Índia!”, in *Free Goa*, October 10, 1954, vol.2, n.º 25, p. 7.

⁴⁵⁴ “António Sérgio e Sarmento Rodrigues”, in *Free Goa*, September 25, 1954, vol.1, n.º 24, pp. 7-8.

⁴⁵⁵ “Salazar Arrests Opposition Party Leaders”, in *Free Goa*, September 10, 1954, vol.1, n.º 23, p. 5.

⁴⁵⁶ “Cunha Leal e o Caso de Goa”, in *Free Goa*, July 25, 1954, vol.1, n.º 20, p. 8.

6. O Estatuto Político do Estado Português da Índia

Ultrapassado o movimento de 15 de agosto de 1954, em que entraram em Goa 45 *satyagrahis* via Pollem, Patradevi e Tiracol e tendo sido hasteada a bandeira da Índia na Fortaleza de Tiracol durante cerca de 24 horas (DESAI, 2003: 46)⁴⁵⁷, continuava a incerteza de futuros confrontos. A repressão do movimento *satyagraha* continuava. A 8 de novembro o *República* informava que a polícia havia prendido 11 *satyagrahis*, tendo encontrado em seu poder folhetos de propaganda da “libertação” de Goa assim como bandeiras com as cores da União Indiana. Contudo ao serem interrogados “um deles declarou que Peter Alvares lhes dissera que, visto se encontrarem desempregados e sem alimentação, viessem oferecer *satyagraha* em Goa, onde encontrariam que comer”⁴⁵⁸.

Salazar termina o ano 1954, discursando na Assembleia Nacional, a 30 de novembro, sobre *O Caso de Goa*. No seu discurso, dividido em V pontos fundamentais, Salazar tece um conjunto de considerações respondendo a todas as observações e sugestões sobre Goa. Destes V pontos: Goa e a União Indiana; Goa e o mundo, Goa e o cristianismo; Goa e nós próprios e Goa e o futuro, será sobre o IV ponto que nos centraremos pois as observações de Salazar incidiram não só sobre o comportamento da oposição portuguesa como da oposição em Goa.

Entendendo Salazar que a Nação Portuguesa “se formou, complexa na sua estrutura, dispersa nos seus territórios, diversificada nos povos que a constituem (...)” não se pode, para o Presidente do Conselho, falar em autodeterminação pois não podia Portugal “professar princípios que seriam agentes de dissociação e de quebra das sua integridade” (1959: 233-234). Observa, no entanto, que as “afrontas” da União Indiana “foram sentidas por Portugal inteiro como fundos golpes na própria carne da Nação” (SALAZAR, 1959: 266), mas que se tinham notado “gradações de sentimentos ou diferenças de reacção”, manifestando-se algumas opiniões divergentes das do governo. Para Salazar estas opiniões aconselhavam como solução para o caso de Goa, três vias: “negociações com a União Indiana; resistência militar com empenhamento de todas as nossas possibilidades e as de aliados que conseguíssemos; total independência de Goa dentro de uma federação ou confederação portuguesa”. Identificando Salazar a primeira

⁴⁵⁷ Anthony D’Souza o líder dos voluntários de Tiracol foi preso e sentenciado a 28 anos de deportação (DESAI, 2011: 42).

⁴⁵⁸ “Agrave questão da Índia”, in *República*, 8 de novembro de 1954, n.º 8584, p. 1.

sugestão como definida “pelos que a si próprios se intitulam «partido comunista português» e por alguns democratas que os seguem e apoiam”, recorda que o objeto da negociação é o “estudo das condições de integração dos territórios portugueses na União Indiana” (1959: 267). É importante neste momento relembramo-nos que durante este período decorria o julgamento dos membros da CC do MND, Albertino Duarte Macedo, Virgínia de Faria Moura, Ruy Luís Gomes, José Cardoso Morgado Júnior e António Lobão Vital, acusados de conspiração contra a segurança externa do Estado - traição à Pátria - e de fazerem parte de associação ilegal, ao subscreverem a *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*. Nesta Nota os seus autores reclamavam a abertura de negociações com a União Indiana “tendo em vista as legítimas aspirações dos Povos de Goa, Damão e Diu”⁴⁵⁹.

Sobre aqueles que, Salazar no seu discurso, identificava-os como tendo sugerido, como solução no caso de Goa procurar alianças “especiais que permitissem organizar uma resistência eficaz aos ataques Militares da União”, considerava Salazar que o “conflito não pode ser militarmente resolvido” (1959: 268).

Relativamente à terceira atitude, “a independência de Goa dentro de uma federação ou confederação portuguesa”, para Salazar iria satisfazer os goeses, cujo descontentamento pela doutrina do Ato Colonial se devia, segundo eles “considerar como geratriz inicial da crise”. Tendo em atenção este discurso, recordamos mais uma vez a carta que Bruto da Costa endereçou a Salazar em 1948, na qual advertia que se “vão aluindo cada vez mais os laços morais que nos prendiam” em consequência do Ato Colonial, pois embora se apresentasse como “a base, o alicerce duma verdadeira obra de reconstrução nacional” a realidade, segundo Bruto da Costa “é que na Índia só conseguiu fazer vacilar essa mesma base, os fortes muros que o génio de Albuquerque construíra” (Costa cit. in COSTA, 2013: 121). Salazar neste discurso, de 1954, observa que o Ato Colonial, surge como a reação do regime contra o estado em que se encontrava Ultramar: “aconteceu porém, que algumas expressões mais vivas do Acto Colonial, impressionaram aquele escol político da Índia, receoso de retrocesso em tudo quanto através dos tempos tinha sido reconhecido – mais que concedido – à sua cultura e capacidade de intervir na administração pública e na direcção dos negócios do Estado”. Por isso termina as suas considerações não só referindo-se a um novo Estatuto, que “permita em breve intensificar e desenvolver a colaboração de todos os valores de

⁴⁵⁹ *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu* [11 de agosto de 1954], in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, pp. 188-191.

Goa”, como prevendo possíveis interferências da comunidade internacional, comenta que: “está aí um problema que só a nós e a Portugal diz respeito”, utilizando uma expressão de Bruto da Costa, quando este demonstrou o seu descontentamento perante o Ato Colonial e os seus anseios com o esperado Estatuto Político.

Identificando Salazar, no seu discurso, os goeses descontentes com o Ato Colonial como os defensores da “independência de Goa dentro de uma federação ou confederação portuguesa”, teremos que recordar que também em Portugal Cunha Leal, a 23 de junho de 1954, no *Diário de Lisboa*, defendeu que se deveria “conceder à Índia Portuguesa o Estatuto de Independência, concertando previamente com o seu escol populacional a modalidade de associação a adoptar entre Portugal e o novo Estado”. Este seria, para Cunha Leal, o primeiro passo no sentido da Confederação, que considerava “o termo fatal da nossa evolução imperial”⁴⁶⁰. Assim como António Sérgio nas cartas que dirigiu ao ministro do Ultramar, em agosto, defendeu a necessidade de negociar com os goeses “as condições de um regime de larguíssima autonomia, com o máximo possível do nosso auxílio para o progresso cultural e material, dentro da Comunidade das populações portuguesas”⁴⁶¹.

O discurso de Salazar será comentado no meio da oposição. O PCP, em dezembro de 1954, através de um comunicado da Comissão Política do Comité Central, reafirma “o direito dos povos de Goa, Damão e Diu e das outras colónias portuguesas, de raças, costumes e religiões diferentes, a disporem livremente do seu destino e a lutarem pela sua libertação da opressão salazarista” e ainda no ponto 8º defende que “a luta dos povos de Goa, Damão e Diu e dos demais povos coloniais, não somente é contrária aos interesses do povo português, como se conjuga com a luta do povo contra os seus opressores e exploradores nacionais e estrangeiros”⁴⁶².

Ainda em resposta ao discurso de Salazar, no mesmo mês de dezembro de 1954, alguns cidadãos de Goa, fizeram uma exposição ao Presidente do Conselho, esclarecendo que fora enviado um primeiro telegrama, onde estava patente o “desagrado

⁴⁶⁰ “O caso de Goa - as revoltantes pretensões do Pandita Nehru”, in *Diário de Lisboa*, n.º 11.333, 23 de junho de 1954, pp. 1, 6, 7.

⁴⁶¹ Carta de António Sérgio ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, Lisboa, 6 de agosto de 1954, in *CasaComum* - Arquivos - Pasta: 0269.005.008. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93835 (consulta realizada a 12 de maio de 2013). Maiúsculas no original. As cartas que António Sérgio dirigiu ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, foram abordadas neste trabalho no tema 5.2.1. O MUD Juvenil e a “PAZ NA ÍNDIA”.

⁴⁶² “Comunicado da Comissão Política do Partido Comunista Português”, in *Avante!*, VI série, número especial, n.º 193, dezembro de 1954, pp. 1-2. Esta notícia também surgirá no *Free Goa* com o título “The Portuguese Communists and the Goa Problem”, in *Free Goa*, March 10, 1955, vol. 2, n.º 34, pp. 3-4.

perante o projeto de Estatuto Político Administrativo - baseado na Lei Orgânica do Ultramar Português, de 27 de Junho de 1953”. Projeto, recentemente publicado na imprensa goesa, “que pela sua própria orgânica defeituosa, está muito longe de poder representar a opinião legítima do País”. Segundo os subscritores do telegrama, o sistema de centralização administrativa e financeira daria lugar a que “fique sufocada a opinião real do país, no que ele tem de mais representativo e independente”. Os subscritores da exposição ao Presidente do Conselho informavam que, quando o texto do telegrama ia ser assinado deu-se a ocupação do território de Dadrá, por isso “mais preocupados, nesse momento, em exteriorizar a sua solidariedade aos seus irmãos de Damão, preferiram aguardar pacientemente que esse súbito choque abrisse ainda os olhos aos detentores do poder (...)”. Contudo, fora com enorme surpresa que tinham visto “baixa[r] da Metrópole o referido projecto de Estatuto Político Administrativo, que deixa ver claramente que se pretende apenas perpetuar velhos erros, deformar ainda mais a personalidade e a vontade própria do país, tirar à população deste Estado toda a capacidade de iniciativa e de respeito próprio”⁴⁶³.

O ministro do Ultramar, a 24 de janeiro de 1955, consideraria que esta “exposição dos 50” embora não revelasse um desejo de integração na União Indiana espelhava que “esta gente da Índia” vinha cultivando “um ostensivo espírito de independência que nunca definiu os seus limites nem a consistência”, e que para além desse grupo poucos se interessariam “abertamente por liberdades e descentralizações”⁴⁶⁴. Meses antes, a 1 de novembro de 1954, Paulo Bénard Guedes, governador-geral, preocupado com a situação tinha-lhe escrito informando-o de uns artigos que dois advogados goeses, Amadeu Prazeres da Costa e Vinaica Coissoró Sinai, pretendiam publicar reagindo ao projeto de Estatuto Político Administrativo para o Estado Português da Índia que refletiam “certas correntes de opinião”⁴⁶⁵. Amadeu Prazeres da Costa no artigo que pretendia publicar no jornal *O Herald*, do qual era redator principal, mostrava que o novo Estatuto com base na Lei Orgânica, “não concede a verdadeira autonomia financeira e administrativa prometida pelo Governo”. Defensor da descentralização, em que gestão do orçamento do território deveria ser da sua responsabilidade “e nenhum encargo imposto pelo Governo Central ser satisfeito

⁴⁶³ Exposição ao Presidente do Conselho por um grupo de goeses, Goa, dezembro de 1954, in ANTT-AOS/CO/UL 24, pp. 701-705.

⁴⁶⁴ Do ministro do Ultramar “Algumas notas sobre a exposição dos 50 e a carta do advogado A. A. Bruto da Costa”, 24 de janeiro de 1955, in ANTT/AOS/CO/UL 24, pp. 773-779.

⁴⁶⁵ Carta do governador-geral ao ministro do Ultramar, Goa, 1 de novembro de 1954, in ANTT/AOS/CO/UL 24, p. 680.

pelo tesouro do Estado da Índia sem prévia aprovação do Conselho Legislativo”. Assim como, defendia que as resoluções do Conselho Legislativo fossem “independentes de qualquer aprovação ou sanção inclusive do Governo Central” e ainda que quatro vogais do Conselho do Governo fossem eleitos bienalmente pelo Conselho Legislativo. Por seu lado Vinaica Coissoró Sinai, remetendo o seu artigo ao jornal *Heraldo*, sustentava que o Estatuto refletia uma orientação “fortemente centralizadora da Lei Orgânica do Ultramar”, por isso defendia uma maior descentralização para o Conselho Legislativo eleito, propondo alterações na sua composição e nas suas competências⁴⁶⁶. Visto que o governador-geral considerou estes artigos inoportunos, ou mesmo subversivos não autorizou a sua publicação.

Ao ser promulgado o Estatuto Político do Estado Português da Índia pelo Decreto n.º 40.216, de 1 de julho de 1955, em que o governo deixou “à margem as propostas mais vitais e básicas que constavam dos pareceres das Comissões” (Costa cit. in COSTA, 2013: 189), desvaneceram-se as esperanças de autonomia que ao longo de anos acompanhavam os goeses, sendo o fim das aspirações locais no projeto político português. Para o Partido Comunista a promulgação do “chamado «estatuto da Índia» não passa duma farsa demagógica destinada a iludir a opinião pública mundial e a esconder a verdadeira face da política salazarista em Goa”⁴⁶⁷. Já descontentes com a lei Orgânica do Ultramar o Estatuto Político do Estado Português da Índia foi para os goeses uma decepção.

Tentando auscultar o sentir da população, Cónego Castilho Noronha e Sócrates da Costa convidaram “22 goeses notáveis para uma reunião confidencial”, a realizar a 10 de julho. Apesar de no convite-carta, que fora enviado a cada um, não ser mencionado o fim da reunião, compareceram 18 dos convidados, entre os quais, Gomes Pereira, Álvaro de Loyola Furtado, António Colaço, Bruto da Costa, Prisonio Furtado, Maximo Menezes, Pinto Menezes, Vinaica Coissoró. Não comparecendo o Visconde de Pernem, Dempo, António Dias e Jaime Rangel⁴⁶⁸.

Segundo a tradução do artigo “Leaders de Goa denunciam o regime fascista de Salazar” do jornal *Free Goa*, o objetivo dessa reunião era que fosse enviado um “protesto enérgico ao 1º Ministro da Índia contra a invasão de Goa por satiagris

⁴⁶⁶ Folha solta, in ANTT/AOS/CO/UL 24, pp. 676-679.

⁴⁶⁷ “João”, “A VI Reunião Ampliada do Comité Central – Pela Paz e pela Negociação em Goa!”, in *Avante!*, VI série, n.º 204, setembro de 1955, p. 4.

⁴⁶⁸ Telegrama do governador-geral do Estado da Índia, 13 de julho de 1955, in AOS/CO/UL 8I, pp. 646-648.

indianos e contra o bloqueio económico”, estando certos os dois deputados “que todos cumpririam o seu dever como portugueses bons e patriotas”. O bloqueio económico instituído desde o início do ano de 1954 ao proibir a entrada nos portos indianos de navios que transportassem produtos para os territórios do Estado Português da Índia, obrigou a recorrer a outros mercados mais longe provocando um aumento de preços em artigos de primeira necessidade. Perante tal pedido, um dos convidados, Gomes Pereira declarou que um protesto como o que fora apresentado pelos dois deputados era “inconveniente e inoportuno” interpelando-os sobre a razão pela qual a “carta convite não mencionava o verdadeiro motivo da reunião”. Os deputados Cónego Noronha e Sócrates da Costa argumentaram que não era necessário mencionar a agenda no convite, pois consideravam, ouvindo as suas palavras: “que todos vós ereis contra a integração de Goa na Índia”. Gomes Pereira discordando das palavras dos deputados recordava que o Estatuto não satisfazia de modo algum as aspirações do povo goês. Não passava de “uma camuflagem para iludir os ignorantes”. De acordo com este político republicano o Estatuto dava, todos os poderes ao ministro de Lisboa para dar o seu veto sobre toda a legislação que se promulgasse no Estado Português da Índia. Concluindo que “em Goa não há qualquer interesse pelo Estatuto”, sublinhou que os goeses não o podiam aceitar, afirmando: “Eu sou pela integração de Goa com a Índia”. Por seu lado, Álvaro de Loyola Furtado declarou que os que estavam presentes não podiam enviar qualquer protesto, pois não havia liberdade de opinião pública em Goa. “Qualquer protesto apenas significaria uma medida compulsória”, concordando, assim com a resposta de Gomes Pereira sobre o Estatuto e a integração. Reforçada a ideia por António Colaço, este acrescentou que todos os seus amigos, clientes e outras pessoas o tinham autorizado a “afirmar que a maioria dos goeses são a favor da integração com a Índia. Pessoalmente, não sou pela integração imediata, mas passado um período razoável, quando a atmosfera [for menos] opressiva, o caso pode ser discutido abertamente”. Bruto da Costa declarando que era contra a integração, não deixou de censurar “asperamente a administração portuguesa como única responsável pela actual situação em Goa”. E tendo conhecimento que Sócrates da Costa já havia enviado um protesto para a Índia com 250.000 assinaturas, “não havia necessidade de qualquer protesto”. Pinto Menezes concordou com Bruto da Costa em que as autoridades eram as únicas responsáveis pela actual situação. Sobre o protesto mencionado por Bruto da Costa, Maximo Menezes, esclareceu que essas assinaturas não representavam “a vontade do povo goês, mas apenas os sentimentos de Portugal”. Vinaica Coissoró disse que

“nenhum dos presentes dispunha de mandato para falar em nome de outros” e “rejeitou a ideia de protesto”⁴⁶⁹.

Perante o ocorrido Sócrates da Costa pretendendo não ser infiel à informação transmitida conversou com António Colaço. Desta conversa foi enviado um telegrama do governador-geral do Estado da Índia, Paulo Bénard Guedes⁴⁷⁰, ao ministro do Ultramar, no qual informava que António Colaço defendendo a autodeterminação dos povos considerava que Portugal deveria reconhecer esse direito ao povo de Goa, reafirmando que “não é pela integração imediata e quanto futuro não tem ainda opinião definida”. Mas, segundo António Colaço a maioria era pela integração por isso, ainda que “entenda que Goa não deve integrar-se neste momento, não terá remédio senão sujeitar-se à vontade da maioria; igual modo lutará por Portugal se assim decidir maioria”⁴⁷¹.

O governador-geral em outro telegrama ao ministro do Ultramar, a 1 de agosto de 1955, informa que existe uma forte corrente em Goa entre as elites para os goeses disporem “do poder no que se refere administração deste Estado. A isto chamam autonomia e tanto quanto se pode perceber essa autonomia confundir-se-ia (?) com estatuto domínio à moda britânica”. Concluindo o telegrama que por isso o Estatuto não satisfazia grandes sectores da opinião pública⁴⁷².

Orlando Ribeiro no seu relatório quando da sua Missão de Geografia à Índia, entre outubro de 1955 e fevereiro de 1956, concluiu:

“a Pátria para o goês é Goa, é nela que eles desejam gozar liberdades e proeminências; entre os partidários da integração – e os hindus são-no em geral pelas razões de sentimento e cultura apontadas – e os partidários da união com Portugal (parece que mais ou menos convictos consoante sopram os ventos!), situa-se grande número de goeses cristãos, que acima de tudo desejariam íntimas relações com a Índia e

⁴⁶⁹ Tradução do artigo “Leaders de Goa denunciam o regime fascista de Salazar” do jornal *Free Goa* – 25/7/1955, in ANTT/PIDE - DGS – Jaime Valfredo Rangel – SC/SR 2661/49 - NP 2662, pp. 7-8 (sublinhado no original). No artigo do jornal *Free Goa* pode-se ler “I am not for immediate integration, but after a reasonable period when the atmosphere is less oppressive the issue should be discussed in open” mas foi traduzida por “Pessoalmente, não sou pela integração imediata, mas passado um período razoável, quando a atmosfera for maior [sic] opressiva, o caso pode ser discutido abertamente”.

⁴⁷⁰ Paulo Bénard Guedes exerceu as funções de governador-geral do Estado da Índia de novembro de 1952 a outubro de 1958, tendo sido nomeado António Cyrne Rodrigues Pacheco como Encarregado do Governo, a 7 de junho de 1958 e exercido o cargo até à tomada de posse de Vassalo e Silva como governador-geral a 30 de dezembro.

⁴⁷¹ Telegrama secreto do governador-geral do Estado da Índia para o Ministério do Ultramar, 18 de julho de 1955, in AOS/CO/UL 8I, pp. 654-655.

⁴⁷² Telegrama secreto do governador-geral do Estado da Índia para o Ministério do Ultramar, 1 de agosto de 1955, in AOS/CO/UL 8I, pp. 672-674.

a autonomia da sua terra. Aquilo que para alguns é uma espécie de dupla cidadania, goesa e português, de que aliás sabem tirar todo o proveito, preferiam-no eles em relação à União Indiana” (RIBEIRO, 1999: 119).

É de salientar que o relatório da reunião de 10 de julho noticiado nas páginas do *Free Goa* “Leaders de Goa denunciam o regime fascista de Salazar” foi transcrito do tablóide de Bombaim *Blitz*⁴⁷³ o que podemos considerar que a oposição presente na reunião resolveu denunciar a manobra de Castilho de Noronha e Sócrates da Costa, demarcando-se de qualquer manipulação do poder.

⁴⁷³ Tablóide de Bombaim fundado em 1941 por Rustom Khurshedji Karanjia. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Blitz_\(newspaper\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Blitz_(newspaper)) (consulta realizada a 8 de agosto de 2016).

7. “...é seguro que a questão se não resolverá por meios pacíficos” ⁴⁷⁴

A ação por parte do Governo português na defesa da presença portuguesa no Oriente converteu-se no ponto de ordem após o verão de 1954, ao ser lançada uma verdadeira campanha de repúdio para com a atitude de Nehru, tornando-o num agressor e traidor das ideias de não-violência, mobilizando a população em manifestações, em Portugal e diferentes partes do mundo. Já ferida pela perda dos territórios no Padroado do Oriente, a Igreja apoiou essa campanha com as vigílias e as peregrinações a Fátima, para mobilizar a opinião católica mundial, “vendendo” a ideia de que “Goa portuguesa é o ponto de apoio indispensável à conservação e difusão do cristianismo na Índia” (SALAZAR, 1959: 262).

As páginas dos jornais seriam preenchidas com notícias sobre a questão de Goa. Os espetáculos de solidariedade, as manifestações, os pedidos de donativos para os combatentes Portugueses na Índia tornavam-se parte do quotidiano da população desde as grandes cidades às aldeias de Portugal. Todo este movimento empreendido ao longo de vários meses e retratado em várias notícias e imagens gerariam uma verdadeira corrente emocional à volta da “nossa pequenina Índia Portuguesa, perdida no seio desse enorme colosso, que, ostensivamente, sem metáforas nem eufemismos, pela boca dos seus leaders, declara que nos quer absorver”⁴⁷⁵. Recordando todo este movimento as manifestações de 1890, quando do Ultimato Inglês, em que declarações de protesto e demonstrações de lealdade e patriotismo enchiam as páginas dos jornais. No início do ano de 1955 um documento, com mais de 30 mil assinaturas, era enviado a Sarmento Rodrigues, ministro do Ultramar, em que os seus signatários naturais de Goa, Damão e Diu, cidadãos portugueses, “repelindo as ideias de absorção insistentemente proclamadas pelo Governo da União Indiana”, declaravam perante o Mundo a “vontade de permanecer sob a bandeira portuguesa”. Solicitavam, ainda, o acesso aos territórios de Dadrá e Nagar-Aveli e o levantamento do bloqueio económico por parte da União Indiana invocando o “direito das gentes e as regras de boa e pacífica vizinhança”⁴⁷⁶.

⁴⁷⁴ SALAZAR, 1959: 297,298.

⁴⁷⁵ Froilano de Melo [Intervenção], in *República Portuguesa - Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, Sessão n.º 59, 29 de novembro de 1946, p. 17. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consulta realizada a 14 de agosto de 2014).

⁴⁷⁶ “A grave questão da Índia”, in *República*, 12 de janeiro de 1955, n.º 8646, p. 6.

A pressão exercida pelo governo sobre a opinião pública inibia a ação da oposição. Esta contestaria as manifestações de apoio organizadas pelo regime, pela falta de sinceridade e de espontaneidade sendo “orquestrações sabiamente organizadas, mas quicá despidas de calor e entusiasmo viril”⁴⁷⁷. Os republicanos, defendendo que a “República é hoje e acima de tudo sinónimo de Pátria” não deixavam de evocar o exemplo do período da I Guerra Mundial, quando estava igualmente em causa a defesa do território, em que se dera liberdade plena à imprensa e se constituíra a União Sagrada. Tal como então deveriam os portugueses unir-se para constituírem “um Governo Nacional, onde se encontrem representadas todas as correntes políticas que orientem a opinião pública”⁴⁷⁸.

No entanto, se a mobilização da população pretendia demonstrar que os portugueses estavam com a política do governo de Salazar, no palco internacional a posição da Índia sairia reforçada no ano de 1955 quando da Conferência de Bandung⁴⁷⁹. Nesta conferência convocada por cinco países asiáticos (Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia, Paquistão) e realizada na Indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955, os representantes dos vinte e nove Estados asiáticos e africanos condenaram o colonialismo, a discriminação racial e afirmaram o direito dos povos à autodeterminação. Foi ainda manifestado solidariedade com os movimentos de libertação, contra o neocolonialismo de qualquer nação considerada imperialista e foram lançadas as bases de ação comum entre os países Não-Alinhados. O *Avante!* tendo em atenção as decisões da Conferência de Bandung, noticiava que “hoje os povos coloniais e dependentes de todo o mundo têm consciência da sua própria força e estão dispostos a tornar realidade o seu ardente e justo desejo de independência, liberdade e paz”⁴⁸⁰. Purushottam Kakodkar, confiante que as mudanças estariam para breve, escrevia desde Portugal para os familiares na Índia observando que a situação em que se encontravam passaria, não pela sua “acção, nem pela do Governo Indiano”, mas pela mudança da

⁴⁷⁷ “O caso da Índia”, in *República*, n.º 8445, 21 de junho de 1954, pp. 1, 6.

⁴⁷⁸ “Índia”, in *República*, n.º 8792, 11 de junho de 1955, p. 1.

⁴⁷⁹ Referindo-se à Conferência de Bandung, o político senegalês Léopold Sédar Senghor, afirma “desde o renascimento não houve outro acontecimento que revestisse a importância histórica do terramoto de Bandung, dado ter-se dado à escala planetária a tomada de consciência pelos povos de cor da sua eminente dignidade. E a morte do complexo de inferioridade”, “Conferência de Bandung”, in *Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – ISCSP*. Disponível em: http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/historia_do_presente/sec_xx/1956_bandung.htm (consulta realizada a 27 de novembro de 2014).

⁴⁸⁰ “Os povos da Ásia e da África manifestam-se contra o colonialismo e pela paz”, in *Avante!*, n.º 199, maio de 1955, p. 4. A luta pela independência intensifica-se nas colónias portuguesas, novos movimentos nacionalistas surgem como Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado em setembro de 1956 e mais tarde, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

opinião política mundial que “é muito favorável a Goa” adiantando que agora “a solução do problema de Goa não levará muito tempo. Dois anos é muito tempo”⁴⁸¹. Pelo contrário, para Fernando Costa, sendo o objetivo “expulsar os portugueses”, o futuro será resolvido “por uma convenção eleita, após estabelecimento do regime democrático”, adiantando, em carta dirigida a Vicente João de Figueiredo, que às “afirmações de Goa fazer parte do Maharastra, da renda são I/6... opiniões pessoais ou, quando muito, de grupos. Não representam a política a seguir no futuro. O povo é que decidirá”. Para Fernando Costa “Damão e Diu serão libertados este mês. E Goa antes de 15 de Agosto”⁴⁸².

Constituído a 11 de maio um Comité de *Satyagraha* de Goa, presidido por Peter Alvares, “as the preparations for the satyagraha movement, altogether eleven centres of NC(G) were created on India-Goa border like Banda, Kankumbi, Sawantwadi, etc. It was decided by Goa Vimochan Sahayak Samiti that the satyagrahis would enter into Goa led by the prominent personalities such as N. G. Goray, Madhu Limaye, Shirubhau Limaye, Senapati Bapat, Premanath Vasnik, Rajaram Patil and many others” (DESAI, 2003: 43), entre 18 de maio e 9 de agosto foram enviados 13 grupos para Goa. Formados, inicialmente por pequenos grupos pertencentes a um só partido, mais tarde alargou-se a vários ideais políticos (SILVA, 1975: 53)⁴⁸³.

Com a lista de incursões no Estado Português da Índia a aumentarem, tendo entre janeiro e junho de 1955, sido de 18, todas elas reprimidas, Melba Dias Costa, a 23 de abril de 1955, desde Bombaim, dirige uma carta a Paulo Bénard Guedes, à qual intitula “Governador Geral dos territórios da Índia ocupados militarmente pelos portugueses”. Nessa carta solicitava que este pusesse termo aos abusos praticados pela polícia, contra os *satyagrahis*, pois se estes voluntários esperavam ser presos e julgados “a violência corporal sobre as pessoas que não oferecem resistência, ou nos presos, são infâmias que revoltam – e o acto torna-se mais repugnante, quando as vítimas são mulheres”. Por isso alertava o governador que esta afronta feita às suas mulheres

⁴⁸¹ Carta de Purushotham Kakodkar para Sati Kamala Kakodkar, Portugal, 16 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Purushotham Kakodkar – SC/PC 814/53 - NP 2722, p. 30.

⁴⁸² Carta de Fernando Costa para Vicente João de Figueiredo, 7 de maio de 1955, in ANTT/PIDE-DGS - Melba Dias Costa – SC/PC 882/60 - NP 5349, p. 236

⁴⁸³ A 5 de maio de 1955 em Nova Deli foi constituído o *All Party Parliamentary Committee for Goa*, composto pela maioria dos partidos políticos, exceto *Indian National Congress* “with the aim of mobilising opinion in India in support of Goa’s liberation (DESAI, 2011: 73), organizando convenções nacionais em vários pontos da União Indiana.

poderia levar “os goeses a fazer, pagar com a vida” os portugueses, questionando se julgaria o governador “que a doutrina de não violência gelou o sangue dos goeses?”⁴⁸⁴.

Os desentendimentos avolumaram-se, com a aproximação de um ano da ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e o 15 de agosto, data da comemoração da independência da União Indiana. Na imprensa foi publicado, a 8 de junho, um extenso comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros descrevendo o modo como a União Indiana tinha trabalhado para a mobilização da opinião pública contra Portugal: com o aumento das “incursões armadas” em território português, a pressão exercida sobre os goeses residentes na União Indiana e com as medidas restritivas do comércio e das comunicações, culminando com a publicação de um diploma “discriminativo sujeitando a autorização, que tem sido sistematicamente negada, de todas as exportações para os territórios portugueses”. Sublinhava ainda o ministro que a política da União Indiana “de anexação” dos territórios portugueses, estava a entrar em nova fase de “perigosa actividade” sendo portanto necessário colocar de “sobreaviso” a opinião pública dos riscos emergentes da “grave” situação criada, “por acção exclusiva do Governo de Nova Delhi” (MNE, 1967b: 415-420)⁴⁸⁵.

O jornal *Avante!* perante este comunicado à imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, defendia que o governo “está disposto a provocar conflitos sangrentos na fronteira e a espingardear os patriotas indianos que ali se apresentem, como até aqui tem sucedido”, unicamente, para justificar o envio de mais tropas para Goa. Referia ainda que os numerosos “patriotas indianos que pacificamente lutam pela libertação de Goa, apresentando-se desarmados na fronteira, empunhando cartazes e bandeiras, distribuindo e colando manifestos”, eram recebidos a tiro, presos e condenados no Tribunal Especial de Goa. Concluía que com estes “incidentes, Salazar

⁴⁸⁴ Carta de Melba Dias Costa ao “Governador Geral dos territórios da Índia ocupados militarmente pelos portugueses”, Bombaim, 23 de abril de 1955, In ANTT/PIDE-DGS - Melba Dias Costa – SC/PC 882/60 - NP 5349, p. 238. Quando do aniversário da prisão de Gaitonde, a 17 de fevereiro de 1955, a “presidente do Congresso Nacional (Goa) sr^a Sudhatai Joshi, atravessou a fronteira, a fim de realizar um comício em Mapuçã. Foi presa também e julgada por «traição e violação do território português e por ter entrado sem documentos»” (SILVA, 1975: 53). Segundo Auto de Declarações da PIDE de 25 de abril de 1960, Melba Dias Costa terá copiado “pelo seu punho, uma carta dactilografada” a convite de Vicente Coelho, encarregado dos Negócios Estrangeiros de Bombaim, ex cônsul da União Indiana em Goa, in ANTT/PIDE-DGS - Melba Dias Costa – SC/PC 882/60 - NP 5349, pp. 222-223.

⁴⁸⁵ Comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros publicado na imprensa em 8 de junho de 1955, doc. n.º 639.

pretende criar ambiente para desencadear mais conflitos sangrentos no caso de se intensificarem as acções pacíficas do povo indiano”⁴⁸⁶.

Quando completava um ano da ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, 22 de julho de 1955, a Presidência do Conselho emitiu um comunicado à Imprensa, reagindo às afirmações de Nehru numa conferência de imprensa em Nova Deli, as quais para a Presidência do Conselho “com alguns excessos acerca de Portugal e especialmente de Goa”. Segundo o comunicado da Presidência do Conselho Nehru teria afirmado que “não lhe sendo dada Goa, não só Goa cairá, mas também o regime português que se lhe opõe e a sustenta a ela”. Para Salazar, apesar da vontade e desejo, dos portugueses viverem em paz e amizade com a União Indiana, realça que: “se por «questão de Goa» se entende a transferência para a União Indiana da soberania sobre os territórios português da Índia, é seguro que a questão se não resolverá por meios pacíficos”. Mas, se por “questão de Goa” se entende os problemas de vizinhança então “diremos que não é só possível, mas ainda relativamente fácil de resolvê-la” (1959: 291,298).

Dois dias antes do comunicado da Presidência do Conselho ser emitido à Imprensa, Afonso Eurico Ribeiro Casais, comandante do Batalhão de Caçadores da Índia entre 1954-1955, faz chegar ao Ministério da Defesa Nacional, um conjunto de apontamentos intitulados “...das coisas da Índia” nos quais considerava que tanto o clero, a tropa e os médicos representavam as traves na qual se deveria estruturar a segurança da Índia. Observava, já na época, que a tropa destinada a defender Goa, Damão e Diu era insuficiente para garantir a inviolabilidade do território, mas que o problema não deveria ser considerado em “simples balanço do potencial bélico de uma e outra parte”. Segundo o coronel, deveria-se ter em conta, em primeiro lugar, que a quem cumprisse o dever de defender a Índia tenha “o firme propósito de não se render e considerar como o mais alto título de honra morrer ali”, pois o Governo indiano no que respeita a Damão e Diu, ficaria “esmagado no conceito de mundo se todos os soldados que ali servirem encontrarem a morte na defesa do que é nosso”. Para o coronel, no caso de Goa, o Governo indiano para atacar com probabilidades de êxito, teria que o fazer pelo Norte, Leste e Sul, mas, teria de mobilizar cerca de 100.000 homens. Nestas condições, concluía que o “problema da nossa Índia deixa de ser, graças à política seguida pelo nosso Governo, um caso português para ser colocado para o plano

⁴⁸⁶ “O Governo de Salazar foge à negociação e recorre às ameaças”, in *Avante!*, VI série, n.º 201, junho de 1955, p. 1.

internacional”, por isso para o coronel “militarmente o caso da Índia está praticamente resolvido”⁴⁸⁷.

A 15 de agosto de 1955, aniversário da independência da Índia, o número de *voluntários* terá atingido os 1700 em Goa, 1249 em Damão e 81 em Diu causando a morte de cerca de 22 pessoas, ferimentos em várias centenas e graves em 38 (DESAI, 2011: 42). Segundo Narayan, no seu último estudo sobre o movimento de libertação de Goa, “shocked by the unprecedented violence of Portuguese authorities, the Goa Liberation Committee announced the suspension of the Satyagraha movement on August 16” (2012: 51). Contudo entre 31 de agosto e 1 de setembro ainda se registou a entrada de dois grupos de *satyagrahis* em Goa. As relações entre os dois países agravavam-se e, em 8 de agosto, a União Indiana decidiu encerrar a Legação portuguesa em Nova Deli, desta forma rompendo as relações diplomáticas ⁴⁸⁸. A 6 de setembro, Nehru encerrava as fronteiras terrestres entre os dois países, declarando a sua oposição à entrada de tais *voluntários* na Índia Portuguesa (SILVA, 1975: 52-54). Segundo Gaitonde “The mass satyagraha of 15th August 1955 was not just the satyagraha against the Portuguese administration but it was also against the government of India in as much as Samiti's member wanted the government to take police action” (1987: 107). O Secretariado do CC do PCP em agosto de 1955, perante o que se passou em Goa, Damão e Diu, o que considerou “um crime” e “uma vergonha para o nosso povo e para Portugal como nação civilizada” denuncia a brutalidade que o governo de Salazar aplica quando de qualquer manifestação “popular de descontentamento”, resultando “31 INDIANOS MORTOS E MAIS DE 100 FERIDOS”, dados que a imprensa portuguesa “ocultou” dos portugueses. Recorda que o governo reforçou as forças policiais, enviando para a Índia brigadas da PIDE e concentrando “muitos milhares de soldados portugueses e africanos, assim como navios de guerra”, de modo a evitar que os goeses manifestassem a “sua vontade de se ligar à Índia”⁴⁸⁹. Como Anita Desai refere no seu estudo, *Voices In The Liberation Struggle- The Case Of Goa- 1947-61*:

⁴⁸⁷ *Apontamentos das coisas da Índia...* do coronel Afonso Eurico Ribeiro Casais, 20 de julho de 1955, in ADN/F1/51/238.5, p. 3.

⁴⁸⁸ Em 1956 a representação diplomática brasileira é nomeada para defender os interesses portugueses na Índia e a representação egípcia passa a cuidar dos interesses indianos em Portugal.

⁴⁸⁹ “Basta de crimes! Não queremos mais mortes nem mais derramamento de sangue! Que o povo de Goa escolha livremente o seu destino!”, *Secretariado do CC do PCP*, in GES/PCP, doc. n.º 346 (maiúsculas no original).

“The 18th June 1946 movement was for civil liberties. The movement for the liberation of Goa actually started on 15th August 1954 and subsided on 15th August 1955. I call it as a movement because Goa was rocked with political and nationalist activities during this time. The movement for liberation of Goa began with the commencement of 15th August 1954 mass satyagraha” (2003: 41).



Figura 11 - “At Banda, satyagrahis listening to Shri V.D.Chitale”, 1955
(*Free Goa*, August 25, 1955, vol. 2, n.º 21, p. 2)



Figura 12 - “The first column of satyagrahis under fires”, 1955
(*Free Goa*, August 25, 1955, vol. 2, n.º 21, p. 2)

A repressão exercida pelo regime em Portugal e em Goa perante os acontecimentos em Goa dos anos de 1954 e 1955, a inflexibilidade da tomada de posição política por parte do governo de Salazar, as resoluções da Conferência de Bandung, em que os 29 países reunidos exigiram o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação pronunciando-se pela solução dos problemas internacionais por

meio da negociação⁴⁹⁰, determina que em setembro de 1955 na VI Reunião Ampliada do Comité Central do PCP, o camarada “João” na sua intervenção “Pela paz e pela negociação em Goa!” reforçasse a linha defendida pelo Partido. Reiterando o “direito do povo goês e dos outros povos submetidos ao despotismo salazarista de realizarem as suas aspirações nacionais e democráticas”, apontava “a via da negociação como única solução do caso de Goa conforme os interesses da Paz e a vontade dos povos português e indiano”. As vozes dentro do Partido Comunista perante os acontecimentos nacionais começam a ouvir-se. No informe do camarada “João” está presente a necessidade de promover em todo o Partido, desde o Comité Central até aos organismos mais modestos, “uma ampla discussão da orientação do partido relativamente à questão goesa” pois essa discussão permitiria esclarecer e mobilizar as massas populares do País e “paralisar os esforços salazaristas para empenhar a nação num conflito armado com a União Indiana”. “João” relembra a *Declaração de Maio de 1954*, pois “os povos asiáticos querem a sua independência e obtê-la-ão”. Assim como recordava o ponto 4 do Projeto do Programa do Partido: “Direito de auto-determinação para os povos coloniais inclusivamente o de se separarem do país. Auxílio fraterno económico, técnico e cultural aos povos das colónias portuguesas no sentido de lhes criar rapidamente condições para uma vida inteiramente independente e democrática”. Para “João” estes princípios, “foram claramente definidos na IV e V Reunião Ampliada” e noutras reuniões do Comité Central”, e não se poderia “lutar consequentemente pelas liberdades democráticas e pela independência nacional do povo português e ao mesmo tempo preconizar para os povos coloniais submetidos ao mesmo regime salazarista que nos oprime, a negação dessas liberdades e independência”. No entanto, para que o povo goês pudesse decidir do seu destino, “inclusivamente a sua integração na União Indiana se tal for o seu desejo”, era necessário:

“1º – A supressão imediata dos Tribunais Militares Especiais com a libertação de todos os patriotas goeses e indianos a ferros nas prisões salazaristas;

2º - Retirada imediata das tropas metropolitanas e coloniais que se encontram em Goa”⁴⁹¹.

⁴⁹⁰ “Os povos da Ásia e da África manifestam-se contra o colonialismo e pela paz”, in *Avante!*, VI série, n.º 199, maio de 1955, p. 4.

⁴⁹¹ “João”, “A VI Reunião Ampliada do Comité Central – Pela Paz e pela Negociação em Goa!”, in *Avante!*, VI série, n.º 204, setembro de 1955, p. 4.

A intervenção de “Abel” também foi no sentido do reforço das resoluções da VI Reunião Ampliada em que esta tarefa não deveria ser unicamente obra do Partido, mas de todas as forças democráticas e patrióticas, mesmo daquelas que tinham actuado de forma errada, mas agora estavam dispostas à Unidade⁴⁹². O Partido condenava o sectarismo na luta pela defesa da Paz que impedia receber no Movimento da Paz toda e qualquer pessoa que estivesse disposta a desenvolver ação em defesa da Paz, mesmo que fosse num só aspeto parcial e limitado⁴⁹³.

Já antes ao terminar o ano de 1954, o PCP, fiel aos princípios do marxismo-leninismo, reconhecia que, em relação ao problema indiano, fora definida uma orientação que corresponderia aos interesses do povo, mas que, no entanto, tinha havido deficiências na aplicação da linha do partido por parte dos militantes. Estes teriam subestimado a força do inimigo, não aproveitando a disposição da luta de massas, não mobilizando “os democratas e patriotas e os amplos sectores nacionais que, não seguiam nem os colaboracionistas nem o fascismo”. Mais, considerava que podiam ser chamados à ação de modo a surgirem movimentos de protesto para “aguçar a compreensão política das massas ante a gravidade da situação que a política fascista gerou”. O PCP concluía que, para “a aplicação da linha justa do partido, em relação ao caso de Goa, era preciso reforçar a Unidade de Acção dos democratas e patriotas portugueses” na base da *Plataforma de Unidade do Partido*, com a criação de um amplo movimento de massas⁴⁹⁴.

Na Índia, Tristão de Bragança Cunha publicava um artigo no *Free Goa* no qual realizava um balanço sobre a luta em Portugal. Observando que Salazar considerava que toda a nação portuguesa o apoiava “and only a handful of foreign inspired individuals oppose to the stand he has taken regarding Goa, Damão e Diu”, questionava como podia Salazar saber a vontade do seu povo se lhe negava o mais elementar direito cívico: a liberdade. E se Salazar tinha tanta certeza do seu apoio, porque não autorizava a sua população a expressar-se livremente? Para Tristão de Bragança Cunha as severas penas sobre o CC do MND, num julgamento “typical fascist way”, revelava o quanto Salazar

⁴⁹² “Abel”, “As lutas do povo português e a orientação da VI reunião ampliada”, in *O Militante*, III série, n.º 79, fevereiro de 1955, pp. 4-5. Os infomes do camarada Amílcar e do camarada Gomes na VI Reunião Ampliada do Comité Central do Partido apontam no caminho de uma ampla frente nacional anti-salazarista e da batalha contra o sectarismo ser uma batalha de todo o Partido, in *Avante!*, VI série, n.º 204, setembro de 1955.

⁴⁹³ “Combatamos o sectarismo que isola o Partido das Massas”, in *O Militante*, III série, n.º 81, maio de 1955, pp. 2-5.

⁴⁹⁴ “Matos”, “Luta contra a política de guerra e de opressão colonial do fascismo em Goa, Damão e Diu, é uma tarefa central do Partido”, in *O Militante*, III série, n.º 78, dezembro de 1954, pp. 4-5.

receava o apoio ao movimento de libertação de Goa. “Why all this secrecy if the accused have no adherents in their country, as Salazar says in his statement?”. A dificuldade em recrutar voluntários para a Índia demonstrava, para Tristão de Bragança Cunha, que a população portuguesa condenava a atitude do governo em relação a Goa “in many towns and villages the authorities were unable to organize «patriotic demonstrations» against India because the people refused to co-operate”. Na sua opinião a verdade era que “the Dictatorship is supported regarding Goa by a few reactionaries, the colonialist interests headed by Banco Nacional Ultramarino, the partisans of the Padroado and a few military”⁴⁹⁵.

Apesar da resposta portuguesa, ao abrir fogo sobre os voluntários, ter chocado a opinião pública, a coordenação entre os vários movimentos tornara-se cada vez mais difícil enfraquecendo a luta, iniciando-se um período entre 1956 e 1960, que Gaitonde denominou “«o tumulto» da diplomacia indiana” (GAITONDE, 2011: 139).

⁴⁹⁵ “The Impact of Goa’s Struggle on Portugal by T.B. Cunha”, in *Free Goa*, August 10, 1955, vol.2, n.º 45, p. 3.

CAPÍTULO IV - “POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS”⁴⁹⁶

1. Nova etapa: a ONU

Salazar, apercebendo-se do possível conflito com a União Indiana, procurou inicialmente, através dos tratados com os diversos países, internacionalizar a questão de Goa. Já no seu discurso de 12 de abril de 1954, aos microfones da Emissora Nacional, recorda não só a aliança de Portugal com a Inglaterra, citando a Declaração de Windsor de 14 de outubro de 1899⁴⁹⁷, assim como o artigo 4º do Tratado do Atlântico Norte, no qual “está assente que a política externa das nações da comunidade [atlântica] pode ser diversa, mas não é admissível que seja contraditória”, relembrando deste modo aos seus aliados os diferentes compromissos para com a integridade territorial portuguesa (SALAZAR, 1959: 196-199).

As palavras proferidas por Salazar relativamente à Inglaterra levarão a que o seu discurso seja debatido no seio do Governo britânico: o secretário de Estado da Commonwealth, Visconde Swinton lembra que era “inconcebível” que o governo de sua Majestade pudesse “adoptar qualquer espécie de acção militar contra um membro da Commonwealth”, e, como tal, refere ainda que os ingleses não deveriam “criar falsas esperanças aos portugueses”⁴⁹⁸. Reiterada a ideia do Visconde Swinton, em reunião ministerial de 5 de maio de 1954, a Grã-Bretanha tinha agora a delicada função de transmitir a Salazar a decisão da impossibilidade de Portugal receber assistência militar, limitando-se a ação do Reino Unido ao plano diplomático. Desde logo, Sir Nigel Ronald, embaixador em Lisboa, alertava para que não se devia ter ilusões acerca da

⁴⁹⁶ Luís de Camões – *Lusiadas*, Canto I.

⁴⁹⁷ Na Declaração de Windsor de 14 de outubro de 1899, foram ratificados a validade do artigo 1º do Tratado de 1642 e do artigo final do Tratado de 1661. O artigo 1º do Tratado de 1642, refere-se à aliança entre Portugal e Inglaterra e o artigo final do Tratado de 1661 contém a obrigação de a Inglaterra defender os territórios ultramarinos portugueses contra os seus inimigos presentes e futuros. Sobre a aliança luso britânica ver o estudo de OLIVEIRA, 2006.

⁴⁹⁸ “Portuguese Possessions in India. Memorandum by the Secretary of State for Commonwealth Relations and the Minister of State”, cit. in OLIVEIRA, 2006: 101.

abertura dos portugueses aos argumentos da Inglaterra, aconselhando que a Inglaterra deveria “tratá-los com a simpatia que se usa para com um amigo geralmente são e amigável, mas que às vezes, em certas questões, manifesta sinais de alguma perturbação”⁴⁹⁹. A 1 de Julho, Selwyn Lloyd, ministro britânico interino dos Negócios Estrangeiros, recebe no seu Gabinete da Câmara dos Comuns o embaixador português em Londres, Pedro Teotónio Pereira, para informar que o Governo britânico, caso Portugal invocasse publicamente os Tratados a Inglaterra se veria obrigada a também publicamente dizer a sua interpretação dos Tratados e marcar o limite da sua ação e apontar que nenhum inglês pensaria em entrar em guerra com a União Indiana “para a defesa dos territórios portugueses, depois de a Inglaterra ter feito o sacrifício de se retirar da Índia. Se Portugal trouxesse a aliança à discussão pública inutilizaria toda a boa vontade possível deste governo e conduziria a uma revisão e esclarecimento que não estava no seu espírito produzir. Seria absurdo, repetiu, pensar que Portugal pediria à Inglaterra para entrar em guerra com a Índia por causa de Goa”⁵⁰⁰. Apesar de dissuadido de envolver a NATO no assunto, relativamente ao artigo 4º do Tratado do Atlântico Norte, Salazar procurou o apoio da Aliança Atlântica mas deparou-se com uma situação semelhante quando o delegado português não conseguiu recolher apoios para levantar a questão no Conselho do Pacto do Atlântico, em Paris⁵⁰¹.

A admissão de Portugal como Estado membro da ONU, a 14 de dezembro de 1955, através do *package deal*, envolvendo a admissão de vários países (Albânia, Bulgária, Camboja, Ceilão, Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Jordânia, Laos, Líbia, Nepal, Roménia, Espanha e Áustria), negociado entre URSS e os EUA abre um novo capítulo nas relações diplomáticas. De imediato, o Governo português, a 22 de dezembro, apresenta queixa no Tribunal Internacional de Justiça da Haia contra a União Indiana, com vista à restauração da soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, interpretando a questão como um problema internacional e não colonial. Porém, ao procurar apoio e defesa das Nações Unidas o Governo português estava, também, a abrir as portas a novas críticas e ameaças. O movimento nacionalista goês, o *National Congress* (Goa), aproveitando a admissão de Portugal na ONU, faz circular uma caricatura, representado a armadilha em que Salazar caíra: Salazar, ao pretender

⁴⁹⁹ Carta de Sir Nigel Ronald a N.J.A Cheetham do Western e Southern Department do Foreign Office, 28 de Maio de 1954, cit. in OLIVEIRA, 2006: 102-103.

⁵⁰⁰ Ofício confidencial do embaixador em Londres para o ministro dos Negócios Estrangeiros, 1 de julho de 1954, in ANTT/AOS/CO/UL 23, pp. 10-13.

⁵⁰¹ Telegrama 539 de Cheetham, da Delegação britânica na NATO, para o Foreign Office, de 26 de julho de 1954, cit. in OLIVEIRA, 2006: 104.

manter a soberania sobre Goa, “só sairá estrangulado pelo nacionalismo de um lado e os seus princípios de Liberdade e Autodeterminação, que são pedra angular da ONU, doutro lado”, o que augurava que o ano de 1956 fosse o “Ano de redenção para os nacionalistas de Goa, Damão e Diu”⁵⁰².

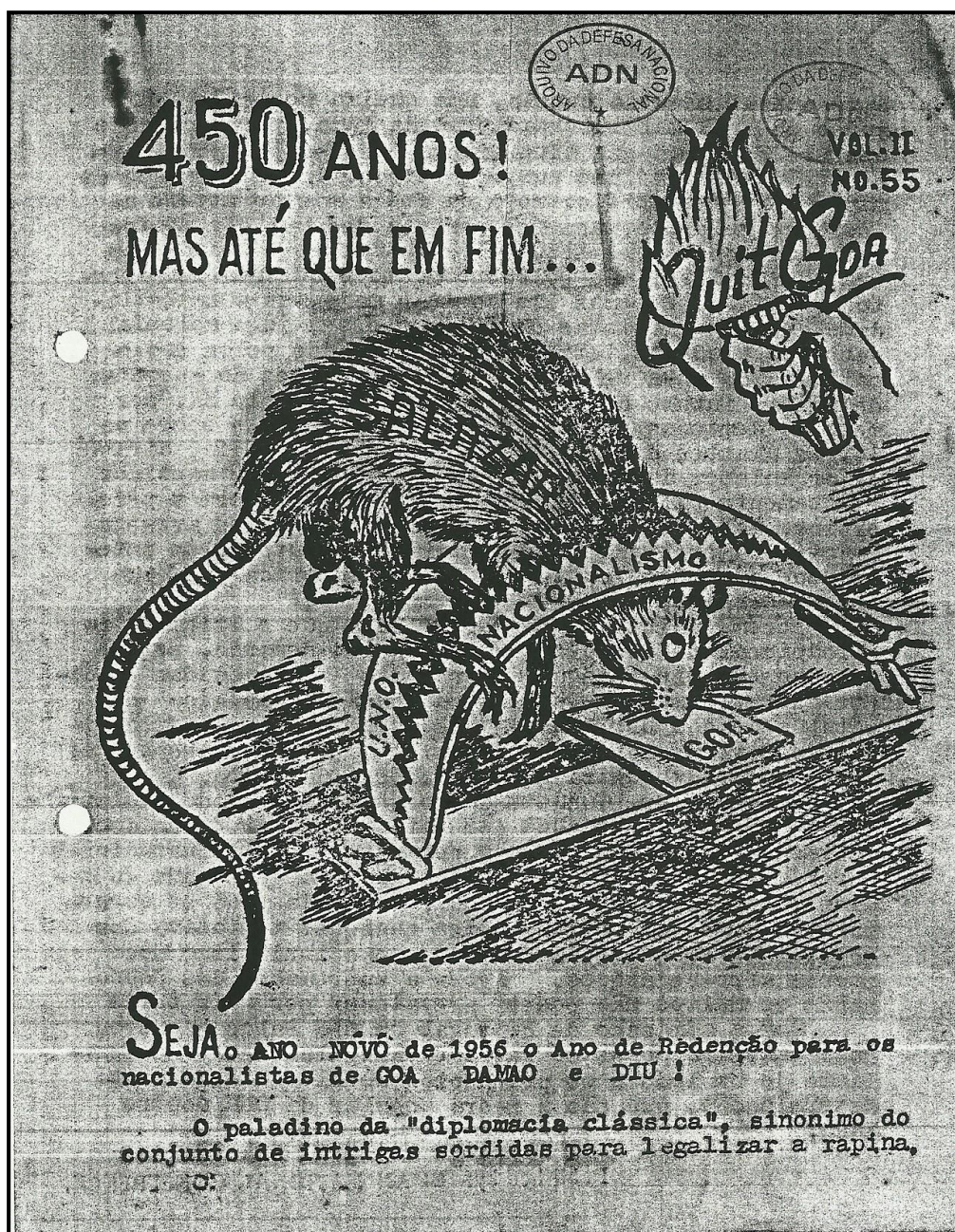


Figura 13 - Caricatura *Quit Goa* [1956]
(ADN/F-1/Sr-51/Cx. 238.5)

⁵⁰² *Quit Goa* [1956], in ADN/F-1/Sr-51/Cx. 238.5.

Passados apenas dois meses, a 24 de fevereiro de 1956, a ONU, através do seu Secretário-Geral e obedecendo às disposições da Carta, perguntava ao Governo português e aos dos restantes Estados recém-admitidos, se administravam territórios que entrassem na categoria indicada no Art. 73º da Carta. Este artigo – “Declaração sobre os territórios não autónomos” - consagra o princípio da autodeterminação dos povos e determina que os países membros responsáveis “pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos” têm o dever de “promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres”. Obriga, ainda, a “transmitir regularmente ao Secretário-Geral [da ONU], para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis [...]”⁵⁰³.

Perante a resposta do Governo de Lisboa, declarando que Portugal não era responsável por qualquer território a que fosse aplicável o Art. 73º da Carta das Nações Unidas, e que as suas províncias ultramarinas eram parte integrante do país, o bloco afro-asiático indignou-se e passou à ofensiva (SILVA, 1995: 5)⁵⁰⁴. A tese de que Portugal não exercia colonialismo, que não existiam colónias portuguesas mas sim *províncias portuguesas do Ultramar*, e que todos os habitantes gozavam dos mesmos direitos, será a posição oficial portuguesa, contestada, desde logo, a nível internacional e internamente. Para os militantes do PCP, “é verdade que a bandeira portuguesa flutua naquelas terras desde os princípios do século XVI, mas nada prova”. Referindo-se ao povo goês, considerando que este não partilhara vários momentos da História de Portugal interrogavam: “Como falar então de história comum?” Se a História dos portugueses tocava com a dos goeses “é porque nela há um longo capítulo que descreve a opressão que os colonialistas portugueses exerceram sobre eles”⁵⁰⁵.

Não seria só através da admissão da ONU que o regime procuraria, após a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, o apoio da comunidade internacional,

⁵⁰³ “Carta das Nações Unidas”, in *Universidade de Coimbra*. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm> (consulta realizada a 14 de maio de 2015).

⁵⁰⁴ Salazar, segundo Franco Nogueira, assume uma posição, coerente no plano interno, que desafia a corrente política mundial. Rompe “as coordenadas em que se está movendo a comunidade de nações; proclama a sua rebeldia perante o anticolonialismo em moda; e afirma que os interesses da nação portuguesa são prioritários, não oscilam ao sabor de decisões de terceiros, e são oponíveis a tudo e a todos” (2000a: 423).

⁵⁰⁵ “Olívio”, “A tese Salazarista sobre Goa”, in *O Militante*, III série, n.º 89, outubro de 1956, pp. 9-10.

mas também explorando contactos anteriormente estabelecidos. Tal foi o caso dos Estados Unidos, tendo sido solicitado ao Departamento de Estado, que emitisse um comunicado oficial onde focasse a sua posição. Inicialmente, por parte dos Estados Unidos, houve uma posição de reserva, “instalando-se nas relações luso-americanas um clima de alguma frieza e sobretudo de muita desconfiança por parte do Governo português em relação à atitude americana quanto ao colonialismo e à descolonização”, o que se refletiu nas negociações para a renovação do acordo de utilização da base das Lajes, que expirava em finais de 1956. No entanto após a visita a Washington, nos finais do ano de 1955, de Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros, os dois governos chegaram a um acordo, e emitiram um comunicado conjunto, nos inícios de dezembro desse ano, o conhecido comunicado Cunha-Dulles (RODRIGUES, 2002: 62-64)⁵⁰⁶. Encarado pelo Governo português como um triunfo da sua diplomacia, o texto acordado condenava algumas declarações atribuídas aos governantes soviéticos durante a visita à Ásia, “nas quais se incluem referências à política das potências ocidentais no Extremo Oriente e afirmações relativas às províncias portuguesas na Ásia” e reconhecia que tais “declarações não são uma contribuição para a causa da paz” (MNE, 1968a: 55-57)⁵⁰⁷. Dias mais tarde, numa conferência de imprensa, Foster Dulles, secretário de Estado norte-americano, reconhecia Goa como uma província portuguesa: “Creio que é portuguesa desde há 400 anos”. Não querendo, segundo as palavras de Foster Dulles, os Estados Unidos, ao pretender ver o problema solucionado por meios pacíficos, “tomar qualquer posição sobre o fundo da questão” (MNE, 1968a: 85-89)⁵⁰⁸.

A oposição comunista denunciaria os interesses que motivavam tal aproximação. Para o *Avante!*, a política salazarista nesse território era, apoiada pelos EUA, em virtude dos interesses de guerra do imperialismo norte-americano no território de Goa, onde segundo *O Militante*, “foi construída uma importante base aérea norte-americana e as minas de ferro de Goa estão a enviar minério para as fábricas que os imperialistas

⁵⁰⁶ Portugal colocará uma série de dificuldades quanto à renovação do acordo de utilização pelos americanos da base das Lajes, adiando ao máximo as negociações. Só em novembro de 1957 é assinado um novo acordo, após uma renovação temporária pelo período de um ano. Tendo sido apenas conseguida esta renovação informal depois do célebre “comunicado Cunha-Dulles”.

⁵⁰⁷ Circular n.º 71, da Direcção Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros a todas as Missões Diplomáticas e consulares, Lisboa, 10 de dezembro de 1955, doc. n.º 748.

⁵⁰⁸ Circular n.º 5, da Direcção Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros a todas as Missões Diplomáticas e consulares, Lisboa, 26 de janeiro de 1956, doc. n.º 780 (Tradução).

americanos têm no Japão”⁵⁰⁹. Esta ideia fora reforçada com as palavras de Nikita Khrushchov, durante a sua viagem à Índia:

“Admiro-me como as nossas intervenções contra o colonialismo, em particular contra a manutenção da dominação colonial de Portugal em Goa e nas outras possessões portuguesas situadas no território indiano, tenham incitado certos homens de Estado dos Estados Unidos a tomar a defesa dos colonialistas portugueses, pretextando que essas possessões se encontram nas suas mãos há perto de 400 anos. Qualquer que seja o número dos anos que possam decorrer, o que foi roubado continua roubado e deve ser entregue àquele a quem pertence de direito. O bem de outrem deve ser entregue e ainda com juros. Com a condição de se ser honesto (...)”⁵¹⁰.

O pacto militar entre os EUA e o Paquistão impossibilitou o desejo de Nehru, que o subcontinente indiano ficasse fora da rivalidade americana e soviética. As palavras de Foster Dulles, de que Goa era uma província portuguesa, aumentaram as dificuldades no relacionamento entre Deli e Washington. Com a chegada de Nikita Khrushchov ao poder houve uma aproximação entre Deli e Moscovo. Na sua visita oficial à União Indiana, acompanhado do marechal Bulgánine, em novembro de 1955, declarou o seu apoio à causa indiana sobre Goa: “Não há já justificação para que a colónia portuguesa de Goa continue a existir no território da União Indiana (...) a simpatia do povo soviético estará sempre do lado daqueles que combatem o colonialismo” (Khrushchov cit. in STOCKER, 2005: 121).

Em janeiro de 1956 o *Avante!* publicava um artigo em que denunciava a queixa do Governo português ao Tribunal Internacional de Justiça da Haia contra a União Indiana, com vista à restauração da soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e o comunicado de Foster Dulles-Paulo Cunha como contrário ao “espírito de Genebra”. Segundo o jornal, havendo em Portugal o problema de Goa, este deveria ser “solucionado de acordo com o espírito de Genebra, isto é, por negociações em que haja boa vontade de resolver os problemas”. Para o PCP, era “um dever do povo

⁵⁰⁹“Ramiro”, “O duelo Anglo-Americano em Portugal e nas colónias portuguesas”, *O Militante*, III série, n.º 84, dezembro de 1955, pp. 7-9.

⁵¹⁰ “Extracto da intervenção do camarada Krutchov. No encontro dos camaradas Krutchov e Bulgánine com os deputados do Parlamento da Índia, membros da Associação Parlamentar para o desenvolvimento da língua Hindi, a 13 de Dezembro de 1955, durante a sua viagem à Índia”, in *O Militante*, III série, n.º 86, março de 1956, p. 12.

português forçar o governo a entrar nesse caminho”⁵¹¹, pois a repressão e a recusa do governo salazarista em dar liberdade ao povo de Goa estava a atirar os goeses para a “violência e a sabotagem como forma de manifestarem o seu crescente descontentamento contra o domínio e opressão dos portugueses”. Em setembro de 1956, o *Avante!* denunciava que desde 1954 tinham sido presos em Goa perto de 3000 pessoas, designadamente algumas “destacadas individualidades goesas” como Álvaro Furtado, identificado como o ex-presidente da Câmara de Salsete; Aristo Tavares Dias, advogado de Salsete; Frank de Sequeira, comerciante e proprietário; Ilidio da Costa, comerciante e proprietário; Álvaro da Costa, editor do jornal *Diário de Goa* e ex-presidente da Câmara de Salsete e médico do hospital de Margão e Colaço, enfermeiro e irmão do Bispo Colaço⁵¹².

A intransigência negocial portuguesa, ao considerar a questão de Goa insuscetível de negociação, manteve-se ao longo dos anos cinquenta contrastando com a posição francesa no que respeita aos seus domínios indostânicos⁵¹³. Atento à nova conceção do mundo, Marcello Mathias, embaixador em Paris, recorda no seu livro um almoço no Forte de Santo António, em S. João do Estoril, com Salazar e Pedro Teotónio Pereira⁵¹⁴, “quando se considerava iminente o ataque da União Indiana a Goa [1954]” (MATHIAS, 1984: 89-90), no qual defendera que o problema de Goa deveria ser resolvido por referendo. Salazar perante a exposição de Marcello Mathias tê-lo-ia confrontado com a hipótese de Portugal perder o referendo. Diante dessa observação, continuando a defender a sua ideia, lembrou que, “abandonaríamos a Índia como havíamos feito em Mazagão, com as bandeiras desfraldadas, as tropas de baioneta calada em formatura, os canhões e os carros, numa demonstração de respeito pela decisão do referendo, o que poderia prestigiar-nos internacionalmente”. Situação que foi prontamente considerada por Salazar, como “um abandono”. Considerando, também Marcello Mathias que essa ação se poderia entender como “abandono”, mas parecia-lhe,

⁵¹¹ “A União Soviética mantém bem vivo o espírito de Genebra”, in *Avante!*, VI série, n.º 208, janeiro de 1956, p. 4.

⁵¹² “Que cesse a repressão ao povo de Goa”, in *Avante!*, VI série, n.º 222, 1ª Quinzena de setembro de 1956, p. 1.

⁵¹³ Em outubro de 1954, Paris e Nova Deli chegam a um acordo no que respeita aos 4 “Estabelecimentos Franceses da Índia”, Pondichéry, Yanam, Mahé e Karikal. Após vários meses de agitação, bloqueio económico e manifestações da população, o governo Francês de Pierre Mendès - France “decide tornar a retirada francesa da Indochina extensível aos territórios indianos” (OLIVEIRA, 2006: 99).

⁵¹⁴ Pedro Teotónio Pereira foi embaixador no Rio de Janeiro (1945-47), em Washington (1947-1950), em Londres (1953-1958) e de novo em Washington (1961-63). Desempenhou vários cargos no Governo, tendo sido nomeado a 9 de setembro de 1958 como ministro da Presidência, substituindo Marcelo Caetano, cargo que ocupou até 1961. Chegou a ser considerado “em certos meios como o possível «delfim» de Salazar” (ROSAS, 1996: 718-719).

contudo, ser “melhor abandonar com honra que abandonar batidos, esmagados, com mortos, feridos e prisioneiros nas mãos da União Indiana. E se ganharmos o referendo embora não tendo garantias de que a União Indiana respeite esse resultado internacionalmente a nossa posição será muito mais forte”. Segundo escreve Marcello Mathias, tudo levaria a pensar que Salazar teria apresentando em Conselho de Ministros esta hipótese sobre a forma de resolver o caso de Goa, pois mais tarde terá comentado com o mesmo que “dois ministros, dos mais importantes, [Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros e Santos Costa, ministro da Defesa] levantaram objecções ao seu plano. Um alegava que isso era contrário a toda a nossa orientação seguida na matéria e que era duma política de força, outro, alegava que era inadmissível tal referendo, porque a aceitá-lo isso significava que igualmente o aceitaríamos quanto a Angola e Moçambique”. Terminado o comentário, Salazar teria observado ainda que “Não perceberam nada” (MATHIAS, 1984: 89-90). É de salientar que este almoço fora recordado por Marcello Mathias no primeiro capítulo do seu livro, ao qual intitulou “Portugal de ontem reminiscências”, escrito quando da edição do livro nos anos oitenta. Contudo, teremos que recordar que, esta não foi a única vez que Marcello Mathias abordou a ideia de um referendo, já em 1949 havia demonstrado a Salazar “preocupação” com as palavras proferidas por Froilano de Melo na Assembleia Nacional, no sentido que as declarações do deputado poderiam servir de argumentação internacional contra Portugal. Receando que com Portugal o Governo de Nova Deli caso colocasse a questão sobre Goa viesse adotar processos diferentes “dos do referendo proposto à França”. Apesar de Marcello Mathias ter demonstrado em 1949 uma maior confiança no resultado do referendo, em que talvez as coisas corressem mal para a Índia pois “se os resultados forem o que se espera aqui, talvez a lição não seja do agrado de Nova Deli” (MATHIAS, 1984: 127)⁵¹⁵, passados 5 anos, perante a evolução da situação em Goa, já colocava a hipótese de Portugal perder o referendo (MATHIAS, 1984: 89-90).

A nível externo o debate sobre as questões coloniais desenvolve-se na *Quarta Comissão* da Assembleia Geral das Nações Unidas. O problema dos territórios não autónomos volta a estar na ordem do dia. O Ceilão, a Grécia, a Libéria, o Nepal e a Síria subscreveram, em 1957, uma proposta de resolução sugerindo a criação de uma comissão especial para examinar criticamente, não só a resposta portuguesa, como a dos

⁵¹⁵ Carta de Marcello Mathias para Salazar, Paris, 23 de março de 1949.

Estados recentemente admitidos, sobre a administração de territórios não autónomos. Apesar de aprovado o projeto de resolução na *Quarta Comissão*, em 5 de fevereiro, por uma maioria de 2 votos, a proposta não passou na Assembleia Geral, tendo a delegação portuguesa solicitado e proposto a aplicação da regra que impunha a necessidade de receberem dois terços dos votos os projetos que tratassem de problemas havidos como importantes. O procedimento é repetido nos anos seguintes, sem que o bloco anticolonialista consiga obter a maioria de dois terços necessária na Assembleia Geral (SILVA, 1995: 6). O *Avante!* não tardará a denunciar a posição portuguesa na ONU, considerando que o governo de Salazar “está mal colocado na ONU” pois apesar de ter aceite os seus princípios, “não os cumpre em parte nenhuma”, e às acusações de que é alvo na ONU, apenas argumenta “que não existem colónias portuguesas, mas sim províncias como são as do Minho ou do Algarve, onde todos os habitantes gozam dos mesmos direitos”. Esta afirmação era para o *Avante!*, uma verdadeira contradição e ao recordar a existência do Estatuto do Indigenato aplicado a Angola, Moçambique e Guiné, procurava demonstrar o quanto essa afirmação era falsa⁵¹⁶.

⁵¹⁶ “Os colonialistas portugueses na ONU”, in *Avante!*, VI série, n.º 228, 1ª quinzena de fevereiro de 1957, p. 2.

2. “A Pátria é de todos, quaisquer que sejam as suas ideias políticas”⁵¹⁷

Realizado em fevereiro de 1956 o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o CC do PCP enviou uma mensagem de saudação ao Congresso, aplaudida de pé pelos congressistas, na qual, ao se referir à política colonial, classificava-a como uma política “que visa intensificar a exploração dos povos e reforçar a dominação dos imperialismos sobre estes povos”. Considerava que Goa transformou-se “num factor de perturbação das relações pacíficas entre os Estados e de repulsa sistemática do princípio de negociação” e, em nome da Paz, comprometia-se a empreender esforços para conduzir a luta de massas, “combatendo e desmascarando as provocações contra o povo indiano e o seu governo”⁵¹⁸.

A influência no PCP do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, tendo Khrushchov denunciado os crimes cometidos por Estaline e seus colaboradores próximos, defendido que a hostilidade não era inevitável com os países do sistema capitalista e proposto a coexistência pacífica com o Ocidente, provocou uma mudança de atitude do Partido. Júlio Fogaça já havia defendido na IV reunião alargada do Comité Central do PCP, em agosto de 1955, em convergência com o Partido Comunista de Espanha, a “política de transição”, tese que é confirmada no V Congresso do PCP (III na ilegalidade) realizado em setembro de 1957⁵¹⁹. Foi neste V Congresso do PCP, realizado na Casa dos Quatro Cedros, em Galiza, no Estoril, com a participação de cerca de cinquenta congressistas, vindos de todas as organizações do Partido, que “Freitas”, pseudónimo de Jaime Serra, apresentou a *Declaração do V Congresso do Partido Comunista Português sobre o Problema das Colónias*: o documento reconhecia o “direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata e completa independência”⁵²⁰. Apesar de a questão colonial, como refere Pacheco Pereira, “[ter] sido marginal nas discussões do Congresso” (2006: 502), iniciava-se uma nova

⁵¹⁷ Julião Quintanilha, “Patriotismo e Política”, in *República*, n.º 10.255, 17 de julho de 1959, p. 1.

⁵¹⁸ “Saudação ao XXº Congresso do Partido Comunista da União Soviética” in *Avante!*, VI série, n.º 211, fevereiro-março de 1956, p. 1.

⁵¹⁹ “Pedro Soares era um dos mais importantes apoiantes de Fogaça na direcção do partido, com quem havia, anos antes, subscrito uma proposta de aceleração das alterações de linha política iluminada pelo XX Congresso do PCUS e pelas conversações com o PC de Espanha, que viriam a ser consagradas no V Congresso” (MADEIRA, 2011: 379).

⁵²⁰ “Sobre o problema das colónias” in *V Congresso do Partido Comunista Português* [compilação das informações]. [s.l.]: Avante, 1957, in CD25 Abril.

orientação política no Partido relativamente à sua posição face à política colonial do regime, sendo pela primeira vez utilizada a palavra “independência”. Esta mudança, segundo o PCP, permitiria o desenvolvimento do movimento libertador dos povos coloniais que se refletiria na luta do povo português pela sua libertação, dado que o regime de Salazar não poderia sobreviver à libertação dos povos coloniais. “A causa dos povos das colónias identifica-se com a nossa própria causa. Não pode ser livre um povo que oprime outros povos!”⁵²¹ Nesse sentido, no resumo do Informe político do CC ao V Congresso sobre a situação nacional, menciona-se que o problema de Goa servia os interesses não só dos colonialistas portugueses e dos fomentadores de guerra como denuncia-se as manobras políticas dos Estados Unidos. Referindo-se ao problema colonial o camarada “Ramiro” salientou “que hoje o problema que se coloca é o direito da auto-determinação para os povos das colónias portuguesas”⁵²².

O PCP, seguindo os princípios estabelecidos neste campo pelo movimento comunista internacional, atrevia-se a usar pela primeira vez a palavra tão evitada pela oposição – *Independência*. Mas que impacto teria a posição assumida pelo PCP sobre o problema colonial? Será que o reflexo desta posição, tendo em conta todas as restrições existentes, se fez sentir nas exíguas aberturas dos períodos eleitorais? Como conseguirá manter o PCP a sua posição quando o Comité Central, em junho, havia manifestado a vontade de unificação de todas as forças da oposição numa ampla frente eleitoral? Seria possível neste movimento de unidade conciliar as diferentes posições da oposição perante a questão colonial?

Seguindo a linha de “transição pacífica”, o PCP, com o aproximar das eleições legislativas de 1957, “luta pela unidade de todas as forças da oposição”. No seu manifesto, o CC defendia a participação nos momentos eleitorais de 1957 e de 1958, e a unificação de todas as forças da oposição numa ampla frente eleitoral⁵²³. Entendendo o Partido todos os ciclos eleitorais como oportunidades para denunciar o regime, sublinha a importância de “algumas das tarefas”, de “alguns objectivos que se propõe atingir” e aconselha os trabalhadores, embora existissem “algumas discordâncias”, a constituírem

⁵²¹ “Sobre o problema das colónias” in *V Congresso do Partido Comunista Português* [compilação das informações]. [s.l.]: Avante, 1957, in Centro de Documentação 25 de Abril.

⁵²² “Resumo do Informe político do Comité Central ao Vº Congresso”, in *Avante!*, VI Série, n.º 242, 1ª quinzena de outubro de 1957, pp. 1, 2.

⁵²³ “O reforçamento e alargamento da unidade anti-salazarista intensificará a desagregação do regime e apressará o seu fim”, in *Avante!*, VI série, n.º 214, 1ª quinzena de junho de 1956, p. 1.

Comissões Promotoras do Voto para a realização de eleições perfeitamente livres e honestas com todas as garantias de fiscalização⁵²⁴.

A oposição republicana agindo no sentido da unidade emite, em 1957, um comunicado, inicialmente subscrito pela denominada Resistência Republicana, designação substituída por “Um grupo de patriotas republicanos”. Neste comunicado estão presentes um conjunto de críticas ao regime, em que o “grupo de patriotas republicanos” considera ter chegado “o momento de todas as forças de oposição redobrem de vigilância e se darem as mãos no sentido da intensificação dos preparativos para uma intervenção que as circunstâncias tornarão fatal”. O apelo era dirigido a todos os portugueses, quer os que estivessem na Metrópole, quer os que estivessem no Ultramar ou no Estrangeiro, para resistirem por todas as formas ao governo de Salazar. As palavras presentes neste comunicado sobre a política colonial, desde logo, demonstravam as futuras dificuldades de entendimento/aproximação a outros movimentos políticos pois, mais uma vez, a oposição republicana insistia num conjunto de considerações sobre a necessidade da melhoria das condições de vida da Metrópole e do Ultramar, defendendo “unidade, *integração em pé de perfeita igualdade* (sem constrangimento ou violentações) da Metrópole e do Ultramar”⁵²⁵. Longe estavam as vozes da ONU, o eco das questões levantadas na *Quarta Comissão* da Assembleia Geral da Nações Unidas tardava a chegar a Portugal e parte da oposição demorava em despertar para o futuro que só alguns antecipavam e entendiam.

As eleições de 1957 para a Assembleia Nacional vão acontecer sob os efeitos dos ataques a Portugal na ONU. Em curso estava a XII Assembleia Geral, em que se discutia a questão dos Territórios Não-Autónomos, e na qual a posição do Governo português perante o artigo 73º da Carta da Organização era fortemente atacada. Ao mesmo tempo decorria no Tribunal Internacional da Haia o julgamento da queixa apresentada pelo Governo português contra a União Indiana, com vista à restauração da soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Por seu lado na União

⁵²⁴ “O Partido Comunista Português e a Comissão Promotora do Voto”, in *Avante!*, VI série, n.º 231, 2ª quinzena de março de 1957, p. 2. Já em 1953, presidida por António Sérgio, fora criada a Comissão Promotora do Voto, com o objetivo de incentivar o recenseamento eleitoral e a participação da população nas eleições. Nos diferentes atos eleitorais verificamos uma inversão da estratégia quanto à intervenção: nas legislativas de 1949 e de 1953 os republicanos, representados após 1950 no Diretório Democrato-Social, aceitaram ir às urnas mas no ato eleitoral de 1957 defenderam a abstenção. Em contrapartida, em 1949 e 1953 o Movimento Nacional Democrático absteve-se mas em 1957 o PCP defendeu a participação no momento eleitoral.

⁵²⁵ “Aos Portugueses Patriotas!”, 1957, in *In Casa Comum* - Arquivos - Pasta: 00005.001.008. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00005.001.008> (consulta realizada a 3 de maio de 2014). O itálico corresponde no original às notas manuscritas.

Indiana, o *Free Goa* noticiava que pela primeira vez Nehru convocara uma reunião, em Deli, com as diversas alas do movimento goês representadas por 11 líderes, o que segundo o jornal teria permitido uma oportunidade “for a useful exchange of views with Goan Leaders”⁵²⁶.

Pensando num ato eleitoral o mais livre e honesto possível, a oposição via nas eleições de 1957 a possibilidade de que todos os portugueses pudessem ter voz ativa na vida pública nacional, para que, como referiu António Sérgio, “a Assembleia e o Governo que dele saíssem” tivessem toda a representatividade para, em nome do povo português, deliberar sobre alguns problemas internacionais com que o país se deparava, “como sejam o cumprimento das obrigações de Portugal como membro da UNO [sic], o estabelecimento do mercado europeu e o litígio com a União Indiana”⁵²⁷.

No dia 6 de outubro de 1957, realizou-se no Teatro Aveirense o I Congresso Republicano, onde foram focados os temas económicos, fiscais, sociais e educativos mas, das 30 teses apresentadas, estiveram ausentes as matérias que mais dividiam a oposição: não foi tratada a questão colonial, assim como não foi tratada a escolha de um candidato único de todas as oposições às futuras eleições presidenciais de 1958, tendo sido, no entanto, aprovada uma moção em que se manifestava o desejo de unidade dos democratas (FARINHA, 2008: 54-61). Contudo, os democratas já sabiam que nas eleições de 1957 não estariam todos os movimentos representados, pois o Diretório Democrato-Social já havia decidido, numa reunião realizada no Porto, a 28 de setembro, abster-se da ida às urnas. O PCP lamentava que não tivessem sido postas de lado, vistas como divergências políticas, as questões secundárias, e que não se tivesse agarrado o fundamental que era a unidade e a “conjugação das nossas forças contra o inimigo comum – salazarismo”⁵²⁸. Segundo Fernando Rosas a unidade será sempre adiada, pois, para a direita oposicionista, “a incómoda parceria eleitoral com os comunistas representa um obstáculo à sua política de aproximação e entendimento com os dissidentes do Regime visando o pós-salazarismo” (1994: 523).

⁵²⁶ “Nehru Meets Goa Leaders – Bombay Press reports”, in *Free Goa*, June 10, 1957, vol. 4, n.º 15, p. 7. Foi abordado na reunião de Deli as prisões dos goeses que participaram nos movimentos, estando presos 350 em Goa, 8 em África e dois em Lisboa, relativamente aos quais Nehru “expressed full sympathy with the plight of Goan prisoners”. Os líderes presentes na reunião foram Hegde, Gaitonde, P. Kakodkar, V. N. Lawande, Peter Alvares, Louis Gracias, Gerald Pereira, J. Herédia, Armand Menezes, Evágrio George e N. Menezes não podendo estar presente T.B. Cunha e K. Desai.

⁵²⁷ António Sérgio, “O Momento Político”, in *República*, n.º 9626, 9 de outubro de 1957, pp. 1, 12.

⁵²⁸ “A divisão dos Democratas favorece o Salazarismo”, in *Avante!*, VI série, n.º 244, 2ª quinzena de outubro de 1957, p. 1.

Mas, apesar da unidade de todas as forças da oposição não ter sido possível, a participação ativa de vários opositores durante a campanha, com entrevistas e artigos para os jornais, foi uma realidade. Nas listas apresentadas pelos círculos de Lisboa, Porto, Braga e Aveiro, juntaram-se alguns dos oposicionistas de sempre: Cunha Leal, Abranches Ferrão, Cal Brandão, Mário Soares, Vasco da Gama Fernandes e Arlindo Vicente; católicos como Francisco Lino Neto; e monárquicos como Vieira de Almeida (QUINTAS, 1996: 288-291). Perante a rejeição da lista da oposição por Lisboa⁵²⁹, pelo Supremo Tribunal Administrativo, as do Porto e de Aveiro desistiram, ficando em liça apenas a de Braga.

Utilizando a apertada abertura dos períodos eleitorais, a questão ultramarina teve durante a campanha, entre vários temas abordados, um lugar secundário. Se em alguns círculos foi abordada, tendo mesmo um lugar de relevo, ela não foi, contudo, um tema predominante em todos os círculos. Às acusações de falta de patriotismo, dirigidas pelo regime para quem se atrevesse a falar da questão ultramarina, os oposicionistas exigem respeito pelos portugueses e o direito de falarem, de não se calarem perante o que não aprovam. Cruz Ferreira, candidato a deputado da lista oposicionista por Lisboa, informa os “senhores da Situação” que não recebe “lições de patriotismo”. Pergunta-lhes, por exemplo, “quantos deles se terão oferecido para seguir para a Índia, em qualquer «missão de sacrifício» urgente” como o próprio Cruz Ferreira teria feito – “logo que o primeiro «satyagrahi» foi anunciado, ou seja, quando se julgava ainda que o ataque a Goa era iminente, e não apenas uma tática de intimidação, como depois se verificou ser”⁵³⁰.

Mesmo conhecendo a sentença do Supremo Tribunal Administrativo, que lhes vedou a possibilidade de participar no ato eleitoral, os candidatos da oposição por Lisboa aproveitaram o momento para se dirigirem à imprensa e a todos os que estavam dispostos a votar neles. Acusada a Comissão de candidaturas do círculo eleitoral de Lisboa de não ter um programa, esta apresenta, aos representantes da imprensa, ora em esboço de um programa, ora em manifesto, os temas para serem objeto de estudo e

⁵²⁹ Os candidatos da lista da oposição pelo círculo de Lisboa à Assembleia Nacional em 1957 eram: Arlindo Augusto Pires Vicente, José Alves da Cruz Ferreira, Manuel Sertório de Carvalho Marques da Silva, Rui Manuel Sequeira Cabeçadas, Manuel João Palma Carlos, Rogério Gomes Lopes Ferreira, Nikias Ribeiro Skapinakis, Domingos Martins Carvalho, Luís Augusto Ferreira Martins, Luís da Câmara Reis, Maria Lígia Valente da Fonseca Severino e Óscar dos Reis Figueiredo (LEMOS; TORGAL, 2009: 50).

⁵³⁰ “A apresentação de candidaturas é o único processo legal de lutar pelas condições mínimas – afirmou o dr. Cruz Ferreira candidato a deputado da lista oposicionista, por Lisboa”, in *República*, n.º 9635, 18 de outubro de 1957, p. 12.

debate público: “educação”; “justiça e direito”; “previdência e proteção no trabalho”; “assistência e sanidade”; “economia”; “política ultramarina” e “política internacional”. No tema VI, relativo à política ultramarina, os candidatos apresentam-se em defesa do “princípio da Nação-Una”; da necessidade de uma “rasgada política indígena”; do “impulso à colocação dos excedentes nacionais da Metrópole no Ultramar português, com alargamento das iniciativas que se destinem a colonatos europeus” e, por fim, “a ocupação técnica do Ultramar, a desenvolver com maior intensidade” e “melhorar a preparação escolar nas técnicas ultramarinas como condição prévia”⁵³¹.

A norte do país, o *Manifesto dos Candidatos Independentes do Porto* também defendia a “concessão de facilidades, a ajuda e o estímulo à emigração para o Ultramar”, beneficiando os que emigravam, de modo a absorver o “excedente demográfico metropolitano”. Relembavam a experiência feita no Colono de Ceta, em Angola, que devia alargar-se, mas melhorando-se, em moldes que assegurassem “a prosperidade e o desenvolvimento dos colonos, garantindo assim uma mais firme unidade nacional”. Encaravam todas estas situações como propostas pois as soluções definitivas deveriam ser tomadas no âmbito do interesse nacional⁵³².

Vasco da Gama Fernandes, apesar de ter assinado a representação entregue a 1 de outubro ao Presidente da República, Francisco Craveiro Lopes, na qual se explicava os motivos pelos quais a oposição não concorreria às eleições legislativas⁵³³, não deixou de prestar a sua colaboração à oposição em vários momentos. No que concerne ao ato eleitoral, Vasco da Gama Fernandes, dividia a questão da participação eleitoral em três frentes: “do lado da oposição republicana, liberal e socialista o desejo duma constitucionalização da vida do Estado, do lado comunista a perturbação clandestina na mira do «tertius gaudet» e, do lado situacionista, no seu cariz empedernido, a teimosa obstinação de fechar os olhos às realidades e à própria vida”. Considerava que, não se cumprindo a Constituição, cometia-se vários erros, entre os quais o da proibição duma unidade nacional que fizesse frente ao “satanismo imperialista da União Indiana e dos seus muitos satélites em descoberto ou encoberto por esse mundo fora”. Para Vasco da Gama Fernandes, a condição para a resolução dos problemas do Ultramar era a

⁵³¹ “Eleições para Deputados – Comissão de Candidaturas do Círculo Eleitoral de Lisboa”, in *República*, n.º 9640, 23 de outubro de 1957, p. 12.

⁵³² “Manifesto dos Candidatos Independentes do Porto”, in *República*, n.º 9632, 15 de outubro de 1957, p. 9.

⁵³³ “Ao sr. Presidente da República”, 1957, in *Casa comum* – Arquivos - Pasta: 02591.042. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93655 (consulta realizada a 5 de maio de 2014).

implementação de “uma política ultramarina de valorização da grei pelo aproveitamento da riqueza material e espiritual”⁵³⁴.

Sobre a citada representação ao Presidente da República, António Sérgio, quatro dias antes de esta ser entregue, considerando que, apesar de não lhe “competir”, em virtude da sua situação como membro da Comissão Promotora do Voto, dar a sua opinião, não deixaria de o fazer sugerindo, por prudência, a substituição de algumas frases. A 27 de setembro por António Sérgio emitia um parecer sobre a minuta da Representação, incidindo fundamentalmente sobre o final do penúltimo parágrafo. A esse propósito observava que se lhe “fosse reconhecido voto na matéria”, propunha que o texto salientasse o quanto se tornava “urgente a formação de um Governo que legitimamente represente a Nação no tratamento de certas questões internacionais que agora a defrontam, como a do mercado europeu e a da Índia Portuguesa”. Adiantava ainda, que não considerava que Goa, Damão e Diu fossem “parte importante do património da Nação”. Para António Sérgio, a sua conquista foi “um grandíssimo erro (parecer que sinto bem sustentado pelas ideias de um D. Francisco de Almeida e de um D. João de Castro, infinitamente mais lúcidos do que um Afonso de Albuquerque e um rei D. Manuel; creio que o verdadeiro juízo sobre a nossa Índia foi o formulado por Camões no seu célebre soneto: «Cá nesta Babilónia, donde mana/matéria a quanto mal o mundo cria»...)”. Tendo em conta o conhecido e explorado argumento do património histórico, considerava-o “próprio das doutrinas reacionárias, não das democráticas; estas preconizam o respeito da vontade dos povos, livremente manifestada; e nós, que reclamamos para a metrópole a solução por eleições livres, devemos preconizar para Índia a do livre plebiscito”⁵³⁵. Não limitando a solução para o problema de Goa num modelo federal, como apresentado em 1954, nas duas cartas ao ex-ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues⁵³⁶, Sérgio falava agora de um livre plebiscito promovido pela ONU. O intelectual alertava que, no momento oportuno, sustentaria as seguintes teses sobre Goa:

⁵³⁴ “Crítica serena e desapaixorada. Um notável depoimento do grande democrata sr. Dr. Vasco da Gama Fernandes acerca do acto eleitoral decretado para 3 de Novembro”, in *República*, n.º 9633, 16 de outubro de 1957, pp. 1, 4, 9.

⁵³⁵ Parecer de António Sérgio, 27 de setembro de 1957, in CASES – Cx. 3, separata 13.

⁵³⁶ De 7 de julho de 1955 a 14 de agosto de 1958, o ministro do Ultramar foi Raul Ventura. As cartas de António Sérgio dirigidas ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues em 1954 e que foram publicadas pela CC do MUD Juvenil, foram abordadas neste trabalho no capítulo III - “Física e politicamente na zona dos grandes tufões” no subtema 5.2.1. O MUD Juvenil e a “Paz na Índia”.

“1ª O actual Governo não tem competência para tratar o assunto em nome do povo português, não só por não ter legitimidade e nos ser imposto pela força, senão que também porque por causa dele (Acto Colonial, medidas de discriminação rática) que se iniciou a desavença com os indo-portugueses;

2ª A melhor solução seria o plebiscito promovido pela ONU, por ela fiscalizado, cumprindo-lhe a ela assumir a responsabilidade da execução do seu resultado;

3ª O plebiscito deveria ser por um período de dois a cinco anos, em que o problema pudesse ser discutido liberrimamente por todos os portugueses, (inclusos, claro está, os da Índia)”⁵³⁷.

Terminava ainda com a observação que “suponha ser isto o que devem preconizar, para serem lógicos, os que se consideram democratas”⁵³⁸.

Interessante será analisarmos um manuscrito de António Sérgio, que ao ser apresentado em formato de resposta levamos a supor que foi redigido tendo em conta um conjunto de perguntas de uma provável entrevista, para possivelmente ser publicado pois algumas das frases foram riscadas. Das páginas que foi possível recuperar desse manuscrito, o qual intitulou a “Questão de Goa”, era retomada a ideia já transmitida em 1954 ao ex-ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, de que a revolta dos goeses era anterior à existência da União Indiana. António Sérgio acrescenta que com a independencia da Índia, “sobreveio ~~naturalmente~~ a simpatia da União Indiana pelos Goeses protestários”, o que para Sérgio “essa simpatia manifestou-se de maneira incorrecta, pela exigência da incorporação de Goa na União Indiana. Evidentemente, o justo seria ouvir os próprios goeses ~~por meio de um plebiscito fiscalizado pela ONU~~” (riscado no original), acrescentando que o “começo da solução do problema está na liberdade de expressão do pensamento, tanto para os portugueses da metrópole como ~~para os portugueses de Goa. Todos nos queixamos do mesmo mal, mas alguns portugueses de Goa pensam em protestar violentamente, e os portugueses da metrópole não o fazem~~”⁵³⁹. De novo António Sérgio defendia a realização de um livre plebiscito promovido pela ONU no qual os goeses seriam chamados a pronunciar-se sobre a sua vontade de continuarem politicamente ligados a Portugal ou pelo contrário se queriam a integração na federação indiana.

⁵³⁷ Parecer de António Sérgio, 27 de setembro de 1957, in CASES – Cx. 3, separata 13 [p.2].

⁵³⁸ *Ibidem*, [p.3].

⁵³⁹ Manuscrito de António Sérgio, [1957-1958], in CASES, Espólio António Sérgio, Cx. 4 – Política-Separata 22 (riscado no original).

Mas nem todos os oposicionistas entendiam da mesma forma a questão de Goa. A representação entregue a 1 de outubro de 1957 ao Presidente da República poucas alterações sofrera depois das observações de António Sérgio, apenas o final do penúltimo parágrafo focava a necessidade de um livre exercício da cidadania pois era urgente a formação de um Governo “legitimamente representativo da vontade colectiva, ao pesarem sobre a Pátria, em relação a parte do território, grandes ameaças quanto à segurança e aos destinos respectivos”⁵⁴⁰.

A abordagem à ameaça que pairava sobre Goa é pouco clara e a falta de objetividade é visível nos diferentes juízos sobre a questão. Oliveira Braga, candidato da oposição por Braga, considerando-se, segundo a ideia que o chefe do Governo pusera a circular, “abstencionista colaborante”, propõe-se analisar a questão de Goa. Começa por concordar em que o Governo soubera cumprir com firmeza o seu dever pois “ninguém lhe perdoaria, nem mesmo os que agora manifestam discordância, que ele largasse mão facilmente de um bem que está incluído no nosso património nacional e tão ligado às nossas tradições históricas”. Contudo, apesar de ter participado em Braga na manifestação de protesto, organizada “contra o assalto às terras [Dadrá e Nagar-Aveli]”, sentiu e viveu o desejo de falar, mas os representantes da Oposição foram injustamente esquecidos, e como recorda: “desejava falar na rua e para a rua porque não sendo orador queria ser inspirado pelo poder electrizante da alma popular. De resto, o povo já não acredita – e talvez até nunca tenha acreditado – em discursos lançados das janelas de palácios. Não acredita e não sente”. Para Oliveira Braga, a população portuguesa está doente da alma, “assiste, abúlic[a] passiv[a], glacial, a esses espectáculos selvagens, de que a Imprensa dá conhecimento com títulos impressionantes que, afinal, parece não comoverem nem impressionarem ninguém, como se a tragédia passasse no Polo Norte”. Comparando com outros períodos da História de Portugal relembra a postura diferente que os portugueses assumiram quando do *Ultimatum Inglês* mas, no momento vivido a população amordaçada, “acabou por se entregar a uma espécie de vida vegetativa, sem ideias nem perspectivas, deixando-se absorver apenas pelos prazeres efémeros e fúteis, porque a coisa pública está reservada a um punhado de homens que não falam a sua

⁵⁴⁰ “Eleições AN de 1957”, in *Casa Comum* - Arquivos - Pasta: 02591.042. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02591.042> (consulta realizada em 12 de maio de 2013).

linguagem nem entendem as suas íntimas aspirações, nem o ensinam, nem lhe elevam o nível moral e cultural, nem o despertam do torpor”⁵⁴¹.

Por seu lado, Eurico Ferreira, através do jornal *República*, analisa as críticas apontadas pelos “partidários da actual situação política”. À acusação de que a oposição não abordava a questão da Índia, recorre às palavras do político inglês, membro do Partido Trabalhista, Aneurin Bevan: “numa contenda eleitoral só se devem discutir os assuntos a que se chama «centrais», devendo deixar-se para as assembleias eleitas e para os principais órgãos dos partidos a discussão de assuntos «periféricos»”. Observando que “não é o momento de o discutir”, perante a acusação da falta de unanimidade da oposição sobre as origens do problema e a maneira de o resolver, Eurico Ferreira observa que considerava “um goês tão português como eu e só desejo que todos os indianos assim o compreendam, sintam e aceitem”⁵⁴².

Contrários à política colonial do Governo, os oposicionistas republicanos estavam de acordo que deveria ser a Nação a decidir sobre a questão de Goa, mas sem que a unidade territorial fosse posta em causa ou seja, seria a Nação a decidir sem que fosse colocada a escolha da independência de Goa ou a sua integração na Índia. Acácio Gouveia⁵⁴³, em entrevista ao *Diário Popular*, a 9 de outubro, lamenta que o “problema colonial seja resolvido sem que se dê a possibilidade de todos os portugueses que desejam fazê-lo de o tratarem” em qualquer momento e não apenas em período eleitoral. Não tendo informação suficiente, ao longo dos tempos, não podia por isso pronunciar-se como desejava “nestas simples conversas”⁵⁴⁴. Cada vez mais a oposição republicana reivindicava que, para encontrar a solução da questão de Goa dever-se-ia dar voz aos portugueses, que o regime teimava em calar. No mesmo periódico, Fernando Lopes⁵⁴⁵

⁵⁴¹ “O momento político – Candidato oposicionista pelo círculo de Braga o dr. Oliveira Braga expõe as razões e fundamentos da sua posição”, in *Diário de Lisboa*, n.º 12.529, 14 de outubro de 1957, pp. 12-13.

⁵⁴² Eurico Ferreira, “Seis respostas a seis acusações”, in *República*, n.º 9648, 31 de outubro de 1957, p. 8.

⁵⁴³ Acácio Gouveia (1900-1974) nasceu em Moimenta da Beira. Em 1942, devido à sua atuação política nas fileiras da oposição, seria afastado da docência. Exerceu, depois de formado, a profissão de advogado em Lisboa. Participou sempre nas campanhas eleitorais realizadas depois de 1945, nomeadamente na defesa das candidaturas da oposição às eleições presidenciais de 1949, 1951 e 1958. Em março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo “um inquérito à PIDE e também um dos primeiros signatários da exposição enviada ao Presidente da República, a 1 de Outubro do mesmo ano, explicando os motivos pelos quais a oposição não se apresentava a sufrágio”. Foi um dos subscritores do *Programa para a Democratização da República*, 1961. Sucedeu a Cunha Leal, após o falecimento deste, em 1970, no cargo de presidente do Diretório Democrato-Social (LEMOS; TORGAL, 2009: 179).

⁵⁴⁴ “As próximas eleições para deputados – As Declarações do Dr. Acácio Gouveia”, in *Diário Popular*, 9 de outubro de 1957, p. 6.

⁵⁴⁵ Fernando Lopes, (1890 - ?), advogado. Em 1948, fez parte da comissão distrital de Coimbra dos serviços de candidatura do general Norton de Matos e, no ano seguinte, da comissão executiva da mesma candidatura. Em 1957, como membro do Diretório Democrato-Social, subscreveu uma representação

volta a criticar a posição do governo em não deixar falar “pois tanto na questão Indiana como na questão do Mercado Comum a solução não se pode procurar no «quadro de um partido» mas no quadro da «Nação»”⁵⁴⁶.

Uma das polémicas mais animadas durante este período envolve Cunha Leal, e o seu artigo “Considerações de um abstencionista sobre os problemas nacionais”, publicado no *Diário de Lisboa*, a 23 de outubro de 1957, no qual não só explicava a razão da sua abstenção como, através de uma série de pontos, apresentava a situação nacional. Dos onze pontos expostos, o da política ultramarina, a que Cunha Leal só muito pela rama se propunha “aludir a estes assuntos escaldantes”, provocará os mais fortes comentários. Consciente da tendência geral descolonizadora do mundo no pós-guerra, Cunha Leal considerava que “decretar do alto do Poder a unidade inquebrantável de uma pátria tendo por suporte geográfico um complexo de territórios espalhados a esmo pela superfície da Terra e proclamar assim a indissolubilidade dos laços que prendem umas às outras as várias parcelas de todo multiforme e a perene comunidade dos seus interesses materiais e espirituais” num futuro “há-de esbarrar contra realidades adversas e inelutáveis”. Por isso para Cunha Leal, não era tarde para emendar erros do passado e construir o futuro em novos moldes. Fruto da diversidade climática, económica, racial e espiritual dos vários territórios, seria aconselhável uma orientação tendente a provocar o livre desenvolvimento de cada uma delas “sem o pavor de que daí derivasse a sua lenta e progressiva autonomização, por isso que a sua futura independência estaria prevista como fatal”⁵⁴⁷. O dever do Estado seria encaminhar as coisas de modo a que essas partes do todo português “viessem a aderir a um sistema federal ou confederal”. Cunha Leal, ciente que a sua ideia pudesse despertar na consciência do povo português diferentes reações, lança o desafio, pois para as pessoas “tímidas e conservadoras talvez esta concepção se lhes afigure demasiado ousada, mas, desde que a audácia não desafie a razão, não há que temê-la excessivamente” LEAL, 1957: 36-40). Recorda que já em 1954 havia expressado a sua discordância com a

enviada a Salazar, dando-lhe conhecimento da decisão do Diretório de não apresentar qualquer candidato às eleições. No ano seguinte, fez parte da Comissão Nacional Pró-Candidatura à Presidência da República de Cunha Leal mas, não se concretizando esta candidatura, fez parte da comissão de candidatura do general Humberto Delgado. Em 1961, foi um dos signatários do *Programa para a Democratização da República*, concorreu às eleições legislativas e foi o mandatário dos candidatos por Coimbra (LEMOS; TORRALBA, 2009: 191).

⁵⁴⁶ “As próximas eleições para deputados – As declarações do Dr. Fernando Lopes”, in *Diário Popular*, 9 de outubro de 1957, p. 7.

⁵⁴⁷ As “Considerações de um abstencionista sobre os problemas nacionais”, in *Diário de Lisboa*, 23 de outubro de 1957, ano 37, n.º 12.531, pp. 17-19. A polémica à volta deste artigo foi publicada no livro *As Minhas Razões e as dos Outros, Ecos de uma campanha eleitoral*, edição do autor, Lisboa, 1957.

política colonial do governo, perante a questão de Goa, mas embora impedido de participar da discussão sobre o futuro do Ultramar, “ao desenhar-se a hipótese de um conflito à mão armada” a sua lealdade ao País fora evidente, tendo o seu filho, Artur oferecido-se como voluntário para defender “o solo sagrado da Índia portuguesa contra as investidas alheias” (LEAL, 1957: 56).

Já aguardando com alguma curiosidade as reações da parte dos apoiantes do regime, Cunha Leal responde às observações feitas pelo comodoro Sarmiento Rodrigues, “especialista em questões da nossa política ultramarina”, que se propusera dar-lhe “uma lição de patriotismo”. Cunha Leal rejeita “por ofensiva” as suas apreciações, ao classificar o seu artigo de “extrema gravidade” por atingirem “a essência da nossa existência como Nação”⁵⁴⁸. Rodrigues analisara em paralelo a política ultramarina inglesa e portuguesa, a primeira “visando a elevação dos povos nativos, pela valorização dos seus quadros tradicionais (...), no caminho de uma futura independência política”, sendo a Grã-Bretanha a “nação tutelar, educadora, fomentadora de riquezas”, e a segunda “cristianizando, civilizando e povoando, em todas as terras criar prolongamentos do povo português”. Perante esta análise Cunha Leal demonstra a inconsistência da acusação, já que não atribuiu aos estadistas ingleses “o apodo de deslealdade à sua pátria por terem concebido e executado uma estrutura comunitária de nações independentes”. Confessando que o seu conceito de política ultramarina “se situa exactamente no meio termo entre o britânico e o sarmentiano”, aceitava como inevitável “o crescente apetite de autonomização política”. Nesse contexto, defendia que essas parcelas continuassem “adstritas por laços federais ou confederais ao velho tronco português de onde, por assim dizer, se desprenderam”, pois só este modelo político viria a “salvaguardar, no futuro, as ligações entre as várias partes do todo imperial português” (LEAL, 1957: 47-57).

Em resposta às acusações da União Nacional de que a oposição revelava desorganização, tanto nas ideias como nas táticas, Cunha Leal, no artigo “Aprender até morrer”, responsabiliza o regime político vigente “desta indesejável situação”, pois proibia todas as formas de associação política e o livre intercâmbio de ideias, tornando difícil “harmonizar em tão curto intervalo os conceitos individuais sobre os problemas nacionais”. Observava, como já havia demonstrado na sua tese para a “tréplica à réplica

⁵⁴⁸ “A política Ultramarina – O comodoro Sarmiento Rodrigues responde ao eng. Cunha Leal: Não temos de lançar dúvidas sobre realidades vitais para a nossa existência como nação”, in *Diário de Lisboa*, 26 de outubro de 1957, ano 37, n.º 12.532, pp. 1-14.

do sr. comodoro Sarmiento Rodrigues”, que era necessário abrir a discussão sobre esta questão pois só o futuro poderia “vir a provar, iniludivelmente, de que lado está a razão”. Contudo, alertava que caso a política ultramarina situacionista estivesse errada, esta tornar-se-ia “num desastre nacional” (LEAL, 1957: 61-71). Vindo em seu apoio, o comandante Moreira de Campos defenderia que os assuntos escaldantes referenciados por Cunha Leal, “não podem ficar a pesar nas nossas responsabilidades, sendo fundamental que fossem tratados “com liberdade de discussão e exposição” e “sem melindre para os sentimentos patrióticos”⁵⁴⁹.

Mas a liberdade de expressão, tão solicitada pela oposição, tarda em surgir. Mesmo durante o período eleitoral as dificuldades são inúmeras para a oposição, causando, como já referido, a desistência dos candidatos da oposição no círculo eleitoral do Porto e de Aveiro à exceção do círculo de Braga. No seu Manifesto, de 10 de setembro de 1957, os candidatos da oposição pelo círculo de Braga apresentavam como intenção e objetivos: “sacudir um país inteiro, adormecido pelas loas demagógicas de 31 anos de ditadura paternal, e levar o povo a uma tomada de consciência da sua própria personalidade cívica, que o desperte para as realidades e dificuldades da nossa vida nacional”. O Manifesto denunciava a aparente estabilidade política, o estado de desorganização das forças políticas, a necessidade de medidas reformistas na agricultura e na indústria, a melhoria da rede viária e, nesse quadro, do aumento da riqueza e melhoria dos salários e uma correta cobrança e aplicação dos impostos. Defendia, ainda, para a necessidade de devolver aos cidadãos as liberdades fundamentais e, por fim, salientava que era pelo exercício dos Direitos do Homem e do Cidadão que os portugueses tomariam consciência da sua pertença responsável a uma mesma comunidade e a uma mesma Pátria⁵⁵⁰. Mas nem uma palavra sobre a questão colonial...

O ato eleitoral ocorreu e, pela primeira vez no distrito de Braga, a Lista da União Nacional não esteve só no ato eleitoral. Como noticiou o *Estrela do Minho*: “Em duas assembleias de Braga e noutras tantas deste concelho os candidatos independentes de Braga conquistaram a maioria mas no conjunto ficaram bastante distanciados dos totais dos candidatos da União Nacional”⁵⁵¹.

No círculo eleitoral do Estado da Índia, as eleições, como habitual, tiveram lugar no mesmo dia, mas segundo o *Free Goa*, “as usual there will be no opposition

⁵⁴⁹ J. Moreira de Campos, “Não sou abstencionista”, in *República*, n.º 9646, 29 de outubro de 1957, pp. 1, 5.

⁵⁵⁰ *Manifesto da Oposição aos eleitores do Círculo Eleitoral de Braga*, 1957, cit. in LOPES, 2004: 147.

⁵⁵¹ *Estrela do Minho*, 10 de novembro de 1957, p. 1, cit. in LOPES, 2004: 152.

candidates. The small freedom for propaganda granted in Portugal during the short period of elections is denied in Goa and there is no chance to anyone outside the government party to have even a few votes”. O jornal referia ainda que, pela primeira vez na história do Parlamento Português, um hindu iria ser eleito deputado: “Father Castilho will represent the Catholic Church and Mr Keni the Goan business class which is also the main supporter of the Portuguese rule in Goa”⁵⁵².

Quadro 5

Resultados do Ato eleitoral de 3 de novembro de 1957 no Estado Português da Índia

Candidatos		Votos	Votos nulos	Resultados
Lista A	Monsenhor Castilho Serpa do Rosário Noronha	19.219	4	19.216
	Purxotoma Ramanata Quenim			

Fonte: *Acta do apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado da Índia*, in AHP/Secção XXVIII/Cx. 94/n.º 6, pp. 119-122.

Os votos negativos do candidato Monsenhor Castilho Serpa do Rosário Noronha foram “todos na assembleia do concelho de Damão”, e os de Purxotoma Ramanata Quenim foram “três na assembleia do concelho de Goa e um na assembleia do concelho de Damão”⁵⁵³.

Apesar de eleitos os candidatos pelo círculo eleitoral do Estado da Índia, estes continuavam a representar um número muito reduzido da população em virtude da disparidade existente entre o número de habitantes e o número de eleitores. Tendo em conta que o número total de habitantes no Estado Português da Índia era cerca de 600 mil e o número eleitores cerca de 19 mil a diferença é abissal, apenas 3,3% da população tinha direito ao voto, sendo por isso uma percentagem pouco representativa da população. Situação semelhante ocorria nos círculos eleitorais da Metrópole, em que o número de eleitores era significativamente inferior ao número de habitantes e o

⁵⁵² “Elections in Portugal”, in *Free Goa*, October 25, 1957, vol. 4, n.º 24, p. 1.

⁵⁵³ *Acta do apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado da Índia*, in AHP/Secção XXVIII/Cx. 94/n.º 6, pp. 119-122.

número de votos nos candidatos apresentados pela União Nacional era quase sempre igual ao número de votantes, ou seja a abstenção era praticamente inexistente.

3. A conjugação das forças contra o inimigo comum

Ainda no rescaldo das últimas eleições do ano de 1957 para a Assembleia Nacional, o PCP apelava à unidade na escolha de um candidato oposicionista à Presidência da República para as eleições de 1958 que se aproximavam⁵⁵⁴. Um candidato que deveria ser capaz de mobilizar a unidade e consenso da Oposição, para além de ser dotado de idoneidade moral, capacidade política e combatividade. Apesar dos esforços o aparecimento de dois candidatos, Arlindo Vicente e Humberto Delgado, general no ativo que acabara de voltar ao país após vários anos de serviço em Montreal e Washington, demonstrou de novo a divisão das forças oposicionistas⁵⁵⁵.

Os candidatos apresentaram o seu programa de ação. A campanha de Humberto Delgado, com o apoio do Diretório Democrato-Social, começou a 8 de maio com a *Proclamação a todos os Portugueses da Metrópole e Ultramar*. Dirigindo-se a todos os “liberais, democratas e antitotalitários”, não só “da Oposição declarada, como também dos próprios sectores descontentes da Situação”, Humberto Delgado expôs as razões da sua candidatura e chamou a atenção para a sua independência, referindo:

“hesitei aceitar a candidatura na consciência de quanto aceitá-la representa tomar parte numa luta para a qual se vai desprevenido e com armas desiguais. Se o país vive um ambiente propício a sectarismos, maldades e insinuações, a represálias e actos discriminatórios, se é perigoso para alguém candidatar-se e os portugueses têm medo de votar ou não crêem na verdade do voto, graves acontecimentos estão subvertendo o nosso querido Portugal, é imperioso que se tomem medidas salvadoras. Alguém havia de aceitar o sacrifício de expor-se nesta hora às duras inclemências duma candidatura presidencial. Em nome da Pátria me pediram; em nome da Pátria aceitei. Oxalá, ao menos, possa ser útil ao Povo a candidatura que aceitei”⁵⁵⁶.

⁵⁵⁴ “Menos da vigésima parte do povo «votou» nos salazaristas – Unidos para a escolha de um candidato oposicionista à Presidência da República”, in *Avante!*, VI série, n.º 245, 1ª quinzena de novembro de 1957, p. 1.

⁵⁵⁵ Num primeiro momento, com o desejo de conseguir a unidade dos setores da oposição, o Partido Comunista lançou a candidatura de Cunha Leal, mas a sua desistência a 18 de abril, alegando motivos de saúde, levou ao aparecimento da candidatura de Arlindo Vicente.

⁵⁵⁶ *Proclamação do General Humberto Delgado - A todos os Portugueses da Metrópole e de Ultramar*, Vila Nova de Famalicão, Comp. e Imp.: Centro Gráfico, 1958.

Na segunda parte da sua proclamação, Humberto Delgado, depois de se referir aos acontecimentos após o 28 de Maio, que conduziram a um “totalitarismo” que, alegadamente não estaria nas intenções dos seus protagonistas, exortou os cidadãos portugueses para a necessidade irreversível de irem às urnas, quer para que se verificasse e confirmasse as irregularidades eleitorais que ao longo dos tempos foram denunciadas pela Oposição, quer para que não se perdesse o sentimento dos deveres cívicos e a consciência da responsabilidade na direção dos negócios do Estado. Por fim, apresentou os fundamentos da sua candidatura, através de um programa mínimo. Na ordem interna, defendia o cumprimento do art. 8º da Constituição Política da República, que garantia a todos os cidadãos os direitos fundamentais, assim como sustentar a corrupção administrativa, melhorar a assistência social. No 5º ponto, referindo-se ao Ultramar, pretendia “actualizar praticamente a integridade tradicional Ultramarina, cujos fundamentos são: unidade espiritual, política e económica da Comunidade da População Portuguesa de aquém e além-mar, e a igualdade de direitos de todos os seus constituintes”. Pretendia, ainda, reintegrar os funcionários afastados, conceder amnistia aos “presos políticos ou indivíduos abrangidos pelas «Medidas de Segurança»” e conseguir a promulgação de nova Lei Eleitoral para organizar o recenseamento “a fim de serem realizadas *eleições gerais*”. Na ordem externa, Delgado pretendia manter e consolidar os compromissos e direitos internacionais, fortalecer a fidelidade portuguesa face ao Pacto do Atlântico e defender os direitos da soberania portuguesa⁵⁵⁷.

Uma circular dos Serviços de Candidatura, subscrita por alguns dos promotores da candidatura de Humberto Delgado, defendia:

“Para sobreviver como Nação e para manter a sua Unidade através da vastidão continental e ultramarina, PORTUGAL tem de alicerçar urgentemente em novos moldes as suas instituições, ultrapassadas e atingidas por uma inibição e rotina que as tornam incapazes de dar satisfação aos problemas que nós próprios criámos pela força do destino e outras nos criam impertinentemente” (...).

“Na COMUNIDADE POLÍTICA DAS NAÇÕES LIVRES, PORTUGAL inferioriza-se e desprestigia-se apresentando um sistema político anti-democrático, retrógrado e carente das liberdades fundamentais justamente a antítese do que a consciência universal entende por Nações livres”. (...)

⁵⁵⁷ *Ibidem* (Itálico no original).

“NA COMUNIDADE DOS TERRITÓRIOS PORTUGUESES D’AQUÉM E D’ALÉM MAR, PORTUGAL exibe uma impressionante carência da Política conjunta, de coordenação económica articulada e em conformidade com a real contribuição que cada Província pode dar à prosperidade e integração nacionais, a ausência de um Plano para Fomento e Autonomia do Todo baseado nas potencialidades energéticas, técnicas, demográficas e económicas das Partes – fundamentos estes e outros de natureza política moral e espiritual sem os quais não é possível estruturar solidamente a UNIDADE NACIONAL DOS TERRITÓRIOS PORTUGUESES.

Atribuir à exclusiva responsabilidade do Governo todas as culpas e todos os males seria porém, despropósito e injustiça. Sabemos que muitos provêm de velhos tempos, muito resulta da perturbante problemática internacional e muito se tem, efectivamente, procurado solucionar. Mas também que, na obstinação de ser Poder e na louca pretensão de estar de posse da Verdade, muito tem sido sacrificado inutilmente, muito se tem gasto em proveito único da Política e seus expedientes e muito mais podia já ter sido realizado”⁵⁵⁸.

Apesar de consciente que o sistema político em Portugal era antidemocrático, “justamente a antítese do que a consciência universal entende por Nação livres”, o que inferiorizava Portugal, continuava a ser defendida a unidade territorial, “Unidade nacional dos territórios portugueses”. Unidade esta que deveria ter as suas instituições alicerçadas em novos moldes, de modo a dar satisfação aos problemas “que nós próprios criámos pela força do Destino e outros nos criam impertinentemente”⁵⁵⁹. O princípio de autodeterminação presente na Carta das Nações Unidas, não fazia por isso parte do seu programa político. A oposição republicana mais uma vez tardava em se adaptar ao novo mundo saído da II Guerra Mundial.

Por seu lado, o candidato Arlindo Vicente, apresentou as suas ideias num *Manifesto Aos Portugueses*. Aceitando a candidatura pretendia no campo oposicionista, ir também às urnas. Os seis pontos que resumiam “as tarefas fundamentais que se impunham ao governo” compreendiam “a unidade de todos os portugueses acima da diversidade da sua condição social, da sua ideologia e dos seus credos; a restauração de todas as liberdades democráticas; a elevação do nível geral de vida e desenvolvimento da economia nacional; a proteção eficaz às manifestações culturais e artísticas da

⁵⁵⁸ “Eleições para a Presidência da República. Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado – Circular dos Serviços de Candidatura”, in *República*, n.º 9833, 10 de maio de 1958, p. 5 (maiúsculas no original).

⁵⁵⁹ *Ibidem*.

Nação; a modificação da atual política ultramarina e a reestruturação da política externa”. No que concerne à política ultramarina, esta deveria ser feita “pela organização do seu trabalho, pela coordenação dos sectores económicos da metrópole e das diversas parcelas do território ultramarino, em bases igualitárias com vista a reforçar os laços comuns de amizade e de cooperação”. No que toca à política externa, o entendimento de todos os povos de acordo com a Carta das Nações Unidas, deveria ser o lema de Portugal, como o “meio efectivo de salvaguardar os nossos superiores interesse nacionais, designadamente de natureza económica, e os da própria Humanidade”⁵⁶⁰.

Apresentado o programa, Arlindo Vicente realizou a sua primeira conferência de imprensa, no salão de uma pastelaria da Avenida Paris, em Lisboa, a 14 de maio. Questionado acerca das relações com a Índia perante o caso de Goa, disse que se tratava de “um problema nacional, [e] só ouvindo a Nação, através dos seus representantes, ou de um plebiscito, ele poderia ser resolvido”. Assim como, questionado, sobre as bases militares americanas em território português, Arlindo Vicente responde que “Somos secularmente um país independente e não desejamos que qualquer país venha limitar a nossa independência e não há ouro no mundo que possa limitar essa vontade”⁵⁶¹.

As palavras de Arlindo Vicente iam, no essencial, ao encontro do artigo em *O Militante* de janeiro de 1958 intitulado “O Comité Central do Partido Comunista Português aprova unanimemente a declaração dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas e o Manifesto da Paz dos 64 Partidos Comunistas e Operários reunidos em Moscovo”. O artigo defendia que a participação de Portugal no “agressivo Pacto Atlântico” poderia trazer consequências, pois ligava o “País à política de aventuras militares dos imperialistas”, devendo o povo português lutar contra a “existência de bases militares estrangeiras, depósitos de armas atómicas e a instalação de foguetões em território nacional e pela negociação pacífica em Goa”⁵⁶². No mesmo sentido caminhava a notícia de maio de *O Militante*, sublinhando não só os gastos militares orçamentados para o ano de 1958, de 2 milhões e 50 mil contos, como o aumento da dependência da política externa portuguesa⁵⁶³ “face às exigências dos

⁵⁶⁰ *Aos Portugueses* - Manifesto do Candidato da Oposição à Presidência da República dr. Arlindo Vicente, Sede da Comissão da Candidatura, Lisboa, 1958.

⁵⁶¹ “Se tivermos êxito procuraremos remediar os atropelos cometidos e elevar o nível de vida do povo – afirmou hoje o dr. Arlindo Vicente”, in *República*, n.º 9837, 14 de maio de 1958, pp. 5-6.

⁵⁶² “O Comité Central do Partido Comunista Português aprova unanimemente a declaração dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas e o Manifesto da Paz dos 64 Partidos Comunistas e Operários reunidos em Moscovo”, in *O Militante*, III série, janeiro de 1958, n.º 95, pp. 1-3.

⁵⁶³ Já em 1957 o *Avante!* noticiava o aumento das despesas militares, custando segundo o Orçamento para esse ano “280.000 contos, ou seja SETE VEZES MAIS o que custarão todas as obras de melhoramento

planos agressivos da NATO”, e alertava que a política relativamente a Goa era “susceptível de conduzir a um conflito armado com a União Indiana”. Considerando o Partido que apesar da luta pela Paz ter diminuído nos últimos anos, identificando o ano de 1957 como não se tendo realizado ações de Paz, em que algumas comissões de Paz tinham sido desagregadas, lembrava que a luta naqueles 2 anos não morrera, pois nas numerosas ações havia um profundo conteúdo de Paz⁵⁶⁴.

As palavras proferidas por Arlindo Vicente tiveram eco na opinião pública, mas com o “Obviamente demito-o”, resposta dada por Humberto Delgado sobre destino que daria a Salazar no caso de ganhar as eleições, a oposição libertou-se de todos os receios, o que desencadeou uma movimentação popular nunca vista. A jornada do Porto, a chegada do candidato à estação de Sta. Apolónia, em Lisboa, e a programada visita a Braga, demonstrou o quanto a população estava com Delgado e desejava a demissão de Salazar. O grande impacto popular da campanha de Humberto Delgado leva à unificação das duas candidaturas. No encontro, realizado a 30 de maio, entre Humberto Delgado e Arlindo Vicente, e perante os delegados das duas comissões eleitorais, foi tornada pública a retirada da candidatura de Arlindo Vicente. A oposição unia-se num só candidato. No Manifesto intitulado *Portugueses!*, redigido nesse dia 30 de maio, onde se apelava à participação massiva nas eleições, assinado por Humberto Delgado, Arlindo Vicente, Vieira de Almeida e por António Abreu, mas que “não chegou a sair, tendo sido assaltada pela PIDE a tipografia onde seria impresso”, podia-se ler, que representadas as candidaturas nas urnas por um só candidato, Humberto Delgado, seriam estabelecidas, em caso de êxito, o seguinte:

- “a) Condições imediatas de aplicação do Artº 8º da Constituição;
- b) Exercício de uma Lei Eleitoral honesta;
- c) Realização de eleições livres até um ano após a constituição do seu Governo;
- d) Liberdade dos presos políticos e sociais;
- e) Medidas imediatas tendentes à democratização do País”⁵⁶⁵.

rurais a realizar pelo governo este ano” para tal o governo agravou as contribuições directas e indirectas conseguindo “111.000 contos com impostos directos e mais de 140.000 contos com os impostos indirectos, ou seja UM AUMENTO GERAL DE MAIS DE 251.000 CONTOS!”, “Mais despesas militares, mais soldados para Goa!”, in *Avante!*, 2ª quinzena de janeiro de 1957, n.º 227, p. 1 (maiúsculas no original).

⁵⁶⁴ “Ricardo”, “Sobre a luta em defesa da Paz”, in *O Militante*, III série, maio de 1958, n.º 96, pp. 1-4.

⁵⁶⁵ ABREU, António (1998). “Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958”, in *O Militante*, n.º 236 setembro/ outubro de 1998, pp. n.d., anexo XVIII. Disponível em <http://www.pcp.pt/publica/militant/236/p45.html> (consulta realizada a 20 de novembro de 2014). Ver Anexo 6 - Humberto Delgado e as Eleições Presidenciais de 1958 - “Portugueses!”

A *Candidatura Nacional Independente* passava a falar no plural mas os panfletos dirigidos *À Nação*, testemunhando que iriam às “urnas para ganhar as eleições pela força e número dos votos” para “defender a honra da Nação e do Povo escravizado”, eram apreendidos pela PIDE e não chegavam a circular⁵⁶⁶.

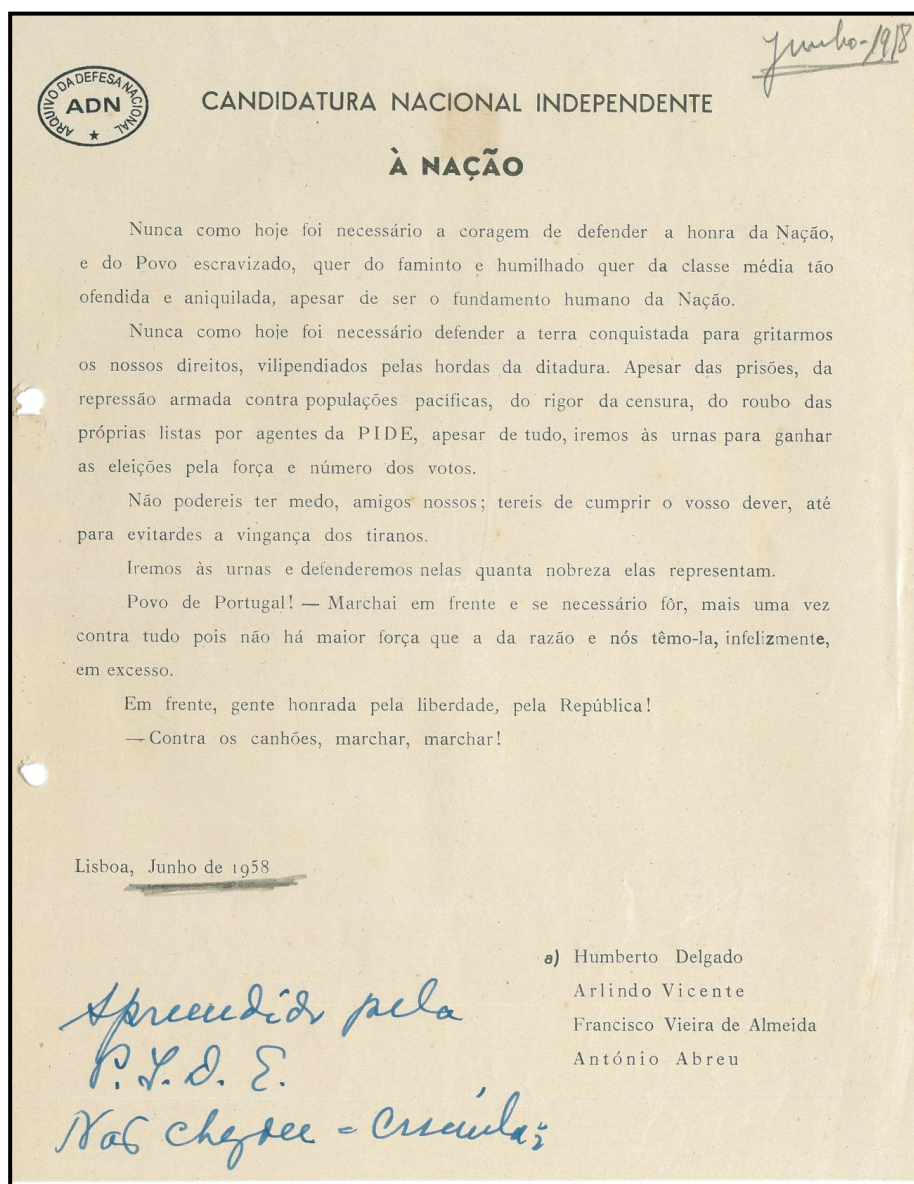


Figura 14 - À Nação, 1958
(ADN/F-1/Sr.19/Cx. 83)

⁵⁶⁶ *À Nação* - Candidatura Nacional Independente, Lisboa, junho de 1958, in ADN/F-1/Sr.19/Cx. 83.

Salazar, atento às consequências desta união, discursa no dia seguinte ao *Pacto de Cacilhas*, a 31 de maio, no Palácio de S. Bento. Segundo o Presidente do Conselho, a política ultramarina defendida pelos candidatos da oposição, merecia os mais vivos comentários de modo a alertar a população, pois se, por um lado, Salazar encontrara referências à necessidade de alguma “actualização”, por outro, havia referências à “necessidade de plebiscito nacional para definir a situação de Goa”. Sobre o primeiro ponto, Salazar, opta por não fazer reparos “porque o crescimento das províncias do Ultramar, sobretudo de Angola e Moçambique, a sua extensão, as suas necessidades, o seu progresso hão-de ir reclamando revisões da estrutura do governo e da administração, sem alteração aliás da sua posição básica no todo português”. Sobre Goa, observa que “quase se deve ter dó dos comunistas” pois ao longo de diferentes momentos assumiram sempre as posições provenientes da União Soviética, estando ao serviço de uma política estrangeira. Para Salazar, a ideia do plebiscito para Goa era decorrente das declarações soviéticas a favor da União Indiana “e só não foi estendido pelos nossos comunistas a todas as províncias porque de momento isso agravaria a irredutibilidade do povo relativamente à voluntária amputação da Nação Portuguesa” (1959: 458-460).

Da Índia, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Secção dos Negócios Políticos Ultramarinos, surge a informação das notícias nos jornais indianos, como o caso do *Bombay Chronicle* e *The Times of India*, sobre as eleições para a Presidência da República em Portugal. No *The Times of India*, a notícia de 17 de abril, com o título “Opposition’s Bold Move: Rival to Contest”, dava a conhecer a participação de Humberto Delgado nas eleições presidenciais mas alertava desde logo que “no one but a Government-sponsored candidate is expected to win an election, but the criticism that General Delgado would be expected to make of Salazar reign would be likely to attract world attention”. Descrevendo que “Opposition spokesmen have repeatedly complained that their campaign «freedom» is fictional”⁵⁶⁷.

⁵⁶⁷ Do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna para a Repartição dos Negócios Políticos, Lisboa, 14 de maio de 1958, in AHD/MNE/PAA - 2º piso - Armário 1 – Mç. 433 - Processo 331,1. A chegada à Índia de alguns presos políticos, como o caso de Divakar Kakodkar, que “returns more determined than ever to oust the Portuguese colonialism from India’s soil”, assim como as eleições de 1958 aumentava a esperança da mudança. “Divakar Kakodkar – Back in India after 9 years of prison and exile”, in *Free Goa*, April 25, 1958, vol. 5, n.º 12, p. 1. Divakar Kakodkar foi preso em 1949, após 9 anos de prisão e exílio, 2 dos quais na prisão do Forte de Aguada, e após algum tempo em Lisboa, foi enviado para Cabo Verde onde passou 7 anos, em abril de 1958, regressou à Índia.

Mais tarde, a 25 de maio, o jornal *Free Goa* publicava também uma grande reportagem sobre as eleições em Portugal, realçando que pela primeira vez em 30 anos do regime “fascista”, o candidato do Governo defrontava-se com 2 candidatos da oposição. “The electoral period has served to reveal the existence of internal strife in fascist organisation”. Apresentados os três candidatos para a Presidência da República, o *Free Goa* publicava o Manifesto do candidato Humberto Delgado, focando a sua atenção para o ponto referente aos territórios de além-mar, uma vez que, para o jornal, “except for the last point, the electoral Manifesto of General Humberto represents a strong indictment against Salazar’s regime. That shows that even some opponents of the present Dictatorship approve the stand taken by Salazar in the colonial question and consider his tactics in respect of Goa as a victorious achievement of Portugal against the Indian Government”. Relativamente ao Manifesto do candidato Arlindo Vicente, o jornal *Free Goa*, considerava a linguagem vaga e ambígua no que concerne ao problema colonial: “The complete silence maintained on the Goa problem by the Portuguese opposition parties in their electoral manifestos is due to the fact that they all consider Goa as the best trump card in the hands of Salazar. The weakness and the indecision of the Indian government has secured to the Portuguese Dictatorship an unexpected diplomatic triumph”. Segundo o jornal, para os portugueses, que vivem com restrições à imprensa, a verdadeira vitória ao longo destes 10 anos de disputa com a União Indiana é de Salazar, mas, o que este desconhecia, era que a verdadeira responsabilidade da sua vitória estava em “a few Indian businessmen who have succeeded in deceiving some Indian politicians and even convincing them of the futility of liberation Goa”⁵⁶⁸.

Também em Goa as eleições de 1958 para a Presidência da República foram vividas com interesse. Segundo uma carta que Paulo de Noronha, de Salsete (Goa), escreveu a Carlos Cal Brandão, o goês António Anastácio Bruto da Costa demonstrara a sua adesão à causa do general Humberto Delgado, tendo enviado juntamente com António Colaço um telegrama ao general, no qual o informava da publicação na imprensa de um Manifesto redigido por um “grupo de eleitores [de] vários sectores [da] opinião pública”, onde convidavam o eleitorado a votar em Humberto Delgado. A 6 de junho de 1958, será publicado, no jornal *Diário da Noite*, o referido manifesto. Nesse *Manifesto ao País*, redigido por um grupo de goeses, era descrito, que visto que nas futuras eleições presidenciais se encontravam “frente a frente, dois regimes de vida”, e

⁵⁶⁸ T. B. Cunha, “Salazar Faces Internal Dissention But His Goa Victory Saves Him”, in *Free Goa*, May 25, 1958, vol. 5, n.º 14, p. 1-2.

apesar de “que o sistema leitoral vigente está estruturalmente viciado e a boca das urnas vem, mau grado seu, habituada a desvirtuar a expressão da vontade colectiva” era poposto ao “eleitorado consciente” o voto em Humberto Delgado. Apesar de nos dois documentos citados não haver uma referência explícita ao problema de Goa é, no entanto, referido no telegrama de Bruto da Costa e António Colaço a Humberto Delgado que a “sufocante ditadura”, tivera “dolorosas repercussões também nesta Índia cuja voz ninguém procurou escutar”⁵⁶⁹. Por seu turno o *Manifesto ao País*, denunciava “um sistema de administração estreito e compressivo, cerrado no punho de uns poucos, que pela força do hábito já se julgavam infalíveis”, e defendia que as eleições poderiam resultar num “governo do povo pelo povo, no mais elevado sentido da expressão, norteador por um princípio de carácter evolutivo e pacificador, mas tendendo organicamente para a restauração plena dos direitos humanos postergados”. Os subscritores do *Manifesto* ao apelarem o voto em Delgado, salientavam que não traziam “à luz da ribalta, de caso pensado, as velhas e justíssimas recriminações deste povo contra o actual regime”, mas somente “a visão de um povo verdadeiramente restabelecido na posse dos mais sacrossantos direitos humanos e cívicos”⁵⁷⁰.

Comentado o *Manifesto* o jornal *Free Goa* acusava a sua tibieza no que respeitava a situação dos goeses e da luta de libertação:

“we must mention here the significant fact that neither in their Manifesto nor in the telegram sent by them to General Delgado there is a slightest mention of the present situation in our country concerning the Goan liberation movement. The signatories of the Manifesto deliberately ignore the tragic condition of the Goan people terrorized by the black and white army posted [de Moçambique e de Portugal respetivamente] in Goa. They remain silent about the Goan main problem. Besides, the Goan Manifesto was published only on the eve of the election’s day. So it served to give the impression that the opponents of the Dictatorship were given all freedom in the electoral campaign and that the elections under Salazar regime were fair and honest. Thus the Manifesto rather served the purpose of the government and played the game of salazarist propaganda”⁵⁷¹.

⁵⁶⁹ ANTT/PIDE-DGS - Relatório de deslocação às Províncias de Ultramar de Timor, Macau e Estado da Índia, 1959, Inspetor Mário Ferreira da Costa – SC/CI (2) – NP 9005, p. 133.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, pp. 131-133. Ver Anexo 7 - Telegrama de António Anastácio Bruto da Costa e de António Colaço de apoio à candidatura de Humberto Delgado [Goa, 1958] e Anexo 8 - *Manifesto ao País* de apoio à candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República [Goa, 1958].

⁵⁷¹ “Goan supporters of General Delgado”, in *Free Goa*, June 25, 1958, vol. 5, n.º 16, pp. 2-3, Bombay. O manifesto foi assinado por António Anastácio Bruto da Costa, António Salvador Colaço, Aires Gomes,

Em Goa como na Metrópole a questão ultramarina provocava dificuldades de entendimento. Aqueles que em Goa eram opositores ao regime demonstrando o seu apoio à candidatura do general Humberto Delgado, eram criticados por pactuarem com o regime ao participarem em eleições sem liberdade e não aproveitarem o momento para destacarem o movimento de libertação de Goa. Na realidade grande parte dos subscritores do telegrama defendiam um futuro diferente para Goa, um futuro assente numa maior autonomia administrativa e financeira e não um futuro de integração de Goa na Índia.

A 8 de junho a eleição para a Presidência da República realizou-se. A divulgação dos resultados pela imprensa, a 13 de junho, provoca indignação do candidato da oposição, dos seus colaboradores e da população em geral, ocorrendo uma série de manifestações, pois, segundo os dados oficiais, Delgado teria alcançado cerca de 25% dos votos emitidos.

O resultado obtido por Américo Tomás na maioria dos espaços territoriais ultramarinos e ilhas adjacentes era largamente superior à média nacional do candidato, excetuando Angola e Moçambique, os dois maiores círculos, em que o candidato teria obtido 68,2% e 65,4% respetivamente. Pelo círculo do Estado da Índia, Humberto Delgado, apenas teria obtido 4,4% e Américo Tomas 95,6% (SOARES; CAVACO, 1998: 504).

O jornal *Free Goa* a 10 de junho comentará que “the victory of Salazar in the case of Goa is taken for granted by the people in Portugal, and even the opposition candidates dared not deny it. Salazar himself in this final electoral speech declared that his victory in Goa was more against communist than against any other opponent”⁵⁷².

Abílio Sousa, Álvaro dos Remédios Furtado, António Henrique da Costa, António João de Quadros, B. Sinai Ranim, Krishna Sanguim, Kashinath Sar Desai, Camilo Severino da Piedade Rodrigues, Emerciano Leonardo Dias, Francisco Xavier Furtado, Gopal Porob Nachinolkar, Gopal Sinay Borkar, Jerónimo Lourenzo Dias, Joaquim Teles da Silva, José Brito, Luís Guilherme Colaço, Luís Peregrino da Costa, Madev Rao, Manohar Porob Tamba, Mukund Sinero, Roque Santana Barreto, Rui Gomes Pereira, Sacaram Gopal Sinay Guddo, Sadananda Govind Porob Desai, Vinaec Sinay Coissoró, Venkatesh Rau Sar Desai, Basílio Cota, Vinaec Sinay Neurenkar, Zoivont Surya Kandiaparkar, Narain Suria Rau Desai, Álvaro de Loyola Furtado. Após as eleições o jornal *Free Goa* dedicará vários artigos denunciando o modo como decorreram as eleições, publicando a carta de Humberto Delgado ao Presidente da República, descrevendo vários momentos da sua campanha eleitoral, assim como as representações enviadas a Salazar ou ao Presidente da República.

⁵⁷² “Portuguese Crooked Elections”, in *Free Goa*, June 10, 1958, vol. 5, n.º 15, p. 6

Quadro 6

Resultados do Ato Eleitoral de 8 de junho de 1958 no Estado Português da Índia

Eleitores 1958	Votantes		Américo Tomás		Humberto Delgado	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
21 147	17 539	82,9	16 773	95,6	765	4,4

Fonte: SOARES; CAVACO, 1998:530.

Quadro 7

Resultados do Ato Eleitoral de 8 de junho de 1958 nas diferentes Assembleias de Voto no Estado Português da Índia

Concelho	N.º de votos	
	Américo Tomás	General Humberto Delgado
Ilhas de Goa	5606	304
Salsete	2184	297
Bardez	1870	11
Mormugão	1080	29
Pondá	959	104
Bicholim	770	4
Perném	495	0
Quepém	893	9
Sanguém	1062	7
Canácona	265	0
Satari	377	0
Damão	972	0
Diu	240	0
TOTAL	16773	765

Fonte: “Presidential Election Highlights”, in *Heraldo*, Goa, June 16, 1958, n.º 9, Vol. III, p. 4.

Imediatamente após as eleições Humberto Delgado anuncia em carta ao ministro do Interior a criação de um movimento de opinião o Movimento Nacional Independente

(MNI), sendo as reivindicações expostas no seu programa *Proclamação aos Portugueses* adotada como programa político do Movimento⁵⁷³.

Setores que até então se haviam pronunciado “timidamente” quanto à política do governo de Salazar manifestaram a sua opinião contra o autoritarismo e o corporativismo, contra as injustiças sociais e a ausência de liberdades. Nos monárquicos e católicos, que até então haviam mantido apoio ou prudente silêncio face ao regime, começava a ser visível algumas fendas. Alguns católicos, organizados enquanto tal, tiveram uma intervenção pública de crítica aos métodos da Igreja e, indiretamente, ao Estado. Na década de 1940, destaca-se a ação do padre Abel Varzim na defesa dos trabalhadores e de todos os desprotegidos, o que leva ao seu afastamento, em 1948, de todas as suas responsabilidades na Ação Católica. Ainda em 1945 registam-se os apoios de Francisco Veloso, antigo dirigente do Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), e do padre Joaquim Alves Correia ao MUD (ALMEIDA, 2008: 35). O jornal *Novidades*, em 1945, esclarece qual a posição dos católicos em relação ao voto, considerando que, “na consulta feita ao País, a Igreja não tem que responder. Quem tem de responder são os católicos”⁵⁷⁴. Em 1949, Orlando de Carvalho, jovem católico, assistente da Faculdade de Direito, é uma voz dissonante ao criticar a “situação” de “ditadura de facto que recusa o princípio legitimador de uma autêntica consulta popular” (ALMEIDA, 2008: 38). Durante a década de 1950, o bloco tradicional de apoio ao Estado Novo abria algumas brechas. A partir do seu I Congresso, em 1953, a Juventude Universitária Católica (JUC) começa a demarcar-se do regime e sua intervenção na luta estudantil é notória em 1956-57 contra o Decreto-Lei 40.900. Nas eleições de 1957, Francisco Lino Neto (filho do dirigente histórico do Centro Católico) aparece como candidato independente nas listas oposicionistas⁵⁷⁵. É fundamentalmente, entre os ativistas da Ação Católica que se vão desenvolver as atitudes de intervenção e resistência ao Estado Novo (ALMEIDA, 2008: 39-45). Já a 19 de maio de 1958, um grupo de 28 católicos de diversas proveniências escreveram ao diretor do jornal *Novidades* manifestando a sua discordância e o seu desgosto perante a atitude assumida pelo jornal em relação à campanha eleitoral, protestando contra a falta de

⁵⁷³ Carta do general Humberto Delgado ao ministro do interior, Lisboa, 18 de junho de 1958, in ANTT/AOS/PC 77B, p. 217.

⁵⁷⁴ *Novidades*, 19 de outubro de 1945, p. 1.

⁵⁷⁵ Sobre os Católicos e o Estado Novo ver os estudos de ALMEIDA, 2008; CRUZ, 1980; 1998 e ainda SIMPSON, 2014.

imparcialidade em relação às três candidaturas⁵⁷⁶. O Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ousou pela primeira vez na história do Estado Novo, em julho de 1958, lançar duras críticas ao regime corporativo, sugerindo a sua reforma, num sentido social e democrático, reivindicando para os católicos o direito de expor abertamente os princípios da doutrina social cristã, o que contrastava com as declarações que os bispos faziam na época. Com a publicação da carta do Bispo do Porto, inicia-se uma campanha com caráter difamatório na imprensa, acusando D. António de perturbar a ordem pública de modo a legitimar a exigência da sua destituição, o que o leva ao seu exílio até 18 de junho de 1969⁵⁷⁷. Um grupo de católicos, após as eleições de 1958, assina dois documentos dirigidos ao Presidente do Conselho: *As relações entre a Igreja e o Estado* e *A liberdade dos católicos*, onde tomam posição acerca do regime, passando à “oposição aberta e militante, num processo que não deixará de crescer em extensão e intensidade” (CRUZ, 1998: 112). A base social de apoio ao Estado Novo estremece. No interior da Igreja surgem vozes de contestação à política portuguesa.

Da campanha de Humberto Delgado não surgiram apenas as vozes dos católicos. Ela trouxe, também, para a luta novos setores militares que mantiveram contactos com as estruturas de apoio à candidatura do general Humberto Delgado com o objetivo de continuar a luta mesmo depois do ato eleitoral. Tratava-se de uma “rede de camaradas militares que acreditavam no general Delgado” e unem-se no Movimento Militar Independente, sob a inspiração do Movimento Nacional Independente (ROSA, 2008: 786)⁵⁷⁸. No ano de 1958, já em maio, um grupo de oficiais do Exército, da Armada e da

⁵⁷⁶ A carta enviada ao diretor do jornal *Novidades*, a 19 de maio de 1958 “reúne, pela primeira vez, personalidades e organizações que ao longo da década de 1950 tinham amadurecido ideias ou experiências (Congresso JOC, *Juventude Operária, Encontro*, a contestação ao Decreto-Lei n.º 40:900) que as levavam a distanciar-se do regime” (ALMEIDA, 2008: 55-56). Foi assinada por: João Bénard da Costa (Presidente Geral da JUC), Carlos Portas (Vice-Presidente da JUC), Manuela Silva (Presidente-Geral da JUC feminina), Joana Bernard da Costa Veloso (Presidente das Noelistas), Nuno Bragança, M.S. Lourenço, Manuel de Lucena, Pedro Tamen, Nuno Portas, José Escada, José Domingos Morais, Mário Murteira, quatro antigos presidentes gerais e diocesanos da JUC - Adérito Sedas Nunes, Francisco Pereira de Moura, João Salgueiro e José Manuel Pinto Correia; da JOC assinavam João Gomes (Presidente Geral) e Manuel Serra e ainda António Alçada Batista, Francisco Lino Neto, Henrique Barrilaro Ruas e Nuno Teotónio Pereira (ALMEIDA, 2008: 55).

⁵⁷⁷ Neste sentido cf. MATOS, 1999: 29-90.

⁵⁷⁸ O Movimento Nacional Independente, através do seu boletim *Tribuna Militar*, editado clandestinamente desde janeiro de 1960, referindo-se aos problemas em África utilizava uma “argumentação e uma linguagem que ultrapassava largamente a timidez com que a oposição costumava abordar os temas coloniais” (CORREIA, 1999: 160). No n.º 6 da *Tribuna Militar*, referente aos meses de agosto e setembro de 1960, era questionado “até onde se levará a acção repressiva já iniciada em Cabo Delgado, com o morticínio de 30 africanos, em Angola onde as prisões se multiplicam? Que capacidade tem o país para manter, durante um período indeterminado, a ocupação militar eficiente de todos os territórios ultramarinos, quando só a Índia custa 300.000 contos por ano?”. “Situação em África”, in *Tribuna Militar*, agosto- setembro de 1960, n.º 6, p. 1.

Força Aérea manifestou o seu desagrado em serem utilizadas as Forças Armadas em missões de ordem pública, “provocativas [sic] e irritantes”, como havia sucedido em Lisboa e no Porto quando das manifestações de apoio a Humberto Delgado⁵⁷⁹. Mais tarde, em junho, o mesmo grupo de oficiais condenou as eleições de 8 de junho, porque “não foram a expressão da livre vontade do povo e muito menos um passo dado para a resolução dos problemas que lhe dizem respeito”, apelando a todos os elementos das Forças Armadas para se recusarem a serem utilizados “como forças repressivas contra um povo que se sente vítima duma infamante burla e duma injustiça inqualificável que já dura há tanto tempo”⁵⁸⁰.

Segundo Pizarat Correia, a partir de 1954, depois da ocupação dos enclaves, as mobilizações para a Índia começaram a “abalar algumas consciências de militares, que ali cumpriram comissões de serviço e se apercebiam da hipocrisia contida na propaganda oficial do regime face à realidade que iam encontrar em Goa, Damão e Diu” (1999: 158). Já em fevereiro de 1955, de Pangim havia sido enviada uma carta de um militar português a um seu amigo, manifestando o seu descontentamento sobre a “disciplina férrea que existe contra os pobres soldados”⁵⁸¹. A informação de que os soldados das forças expedicionárias portuguesas fugiam e desertavam procurando refúgio na Índia era noticiado no *Avante!*. O Ministério do Exército demonstrava o seu desagrado e preocupação com as cartas enviadas para Portugal “com textos livres e de manifesta inconveniência sob o ponto de vista militar”⁵⁸². Do Quartel-general das Forças Armadas do Estado da Índia, chega a informação de que vários folhetos oriundos de Lisboa chegavam aos soldados em serviço na Índia, “um estudante de direito, que havia embarcado em LISBOA no navio TIMOR com destino a GOA, foi preso durante a viagem por tentar sublevar os soldados, incitando-os a desertar para a União Indiana”⁵⁸³. O descontentamento que lavrava nos meios militares do Estado da Índia era de tal ordem que atingia já o “espírito de revolta por tudo o que se [havia] passado com

⁵⁷⁹ Panfleto - *Os Chefes das Forças Armadas*, Lisboa, maio de 1958, assinado por “Um Grupo de Oficiais do Exército, da Armada e da Força Aérea”, in ANTT/AOS/PC 77A, p. 213.

⁵⁸⁰ Panfleto “*Às Forças Armadas!*”, junho de 1958, assinado por “Um Grupo de Oficiais das Forças Armadas”, in ANTT/AOS/PC 77A, p. 214.

⁵⁸¹ Carta de Hélder Fernando Santos Salvador a “Jony”, Pangim, 16 de fevereiro de 1955, in AHM/FO-39/Secção 11/Cx. 586/n.º 266.

⁵⁸² Informação do Ministério do Exército - Censura à correspondência na Índia - 5 de abril de 1955, in ANTT/AOS/CO/UL 23, pp. 177-178.

⁵⁸³ Boletim de Informações n.º 5 (mês de maio) do Quartel general das Forças Armadas do Estado da Índia, 1 de junho de 1956, in ANTT/AOS/CO/PC 45, p. 63 (maiúsculas no original).

as nomeações e rendições de tropas”⁵⁸⁴. O PCP atento à questão do envio dos militares para Goa, em março de 1958 no *Avante!*, condenou o envio de mais 3 navios com tropas para a Índia, o que, na opinião dos comunistas, custaria ao país a vida de jovens e muito dinheiro⁵⁸⁵. Tendo já denunciado, através das palavras de um soldado que regressou da Índia, que em Goa só existia miséria e havia um grande descontentamento entre os soldados e por isso, o *Avante!* afirmava que estes mostravam desprezo pelas ações de repressão que eram obrigados a praticar⁵⁸⁶.

Mas se na Metrópole, as eleições de 1958 demonstraram o apoio da população ao candidato da oposição, nos territórios africanos, mais propriamente em Angola, “puseram a nu a desconfiança dos grupos nacionalistas negros relativamente a essa oposição europeia” (PACHECO, 1998: 343), pois, quando da apresentação dos manifestos de cada um dos candidatos, as expectativas ao apoio aos nacionalistas esfumaçaram-se.

Em Goa, segundo o Boletim de Informações do Quartel-general das Forças Armadas do Estado da Índia de 1958, neste período de maior atividade da oposição, os nacionalistas goeses ativaram a sua luta e publicaram o livro intitulado *O problema de Goa*, da autoria de Druston Rodrigues. Neste pequeno livro, o autor, segundo o Boletim de Informações, faz uma breve resenha do comportamento da oposição em Portugal face à questão de Goa, sublinhando que “eminentes estadistas e pensadores apelaram para o Governo Português entrar em negociações directas com NEHRU (...)” como Cunha Leal, Quintão Meireles e Nuno Rodrigues dos Santos, quando, em 1954, tinham proposto uma discussão pública e detalhada do caso, apelando à abolição da censura e ao restabelecimento das liberdades cívicas de modo a que a Nação pudesse debater o caso de Goa. Era ainda recordada a ação de António Sérgio através das cartas enviadas a Sarmento Rodrigues e destacada a prisão dos membros da Comissão Central do MND, fruto da *Nota Oficial do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*, na qual fora apelado que o Governo entrasse em negociações com o Governo indiano. Da mesma forma, Druston Rodrigues salientava o facto de um grupo de intelectuais, escritores e poetas como Agostinho Neto, Hermínio Marvão, Ângelo Veloso, Cecília Alves e Hernâni Cidade apelarem a Salazar para entrar em negociações

⁵⁸⁴ Carta de “um oficial” ao Presidente do Conselho, 28 de setembro de 1956, in ANTT/AOS/CO/UL 23A, pp. 501-503.

⁵⁸⁵ “Para reprimir o povo goês, seguem novos reforços militares para a Índia”, in *Avante!*, VI série, n.º 250, 1ª quinzena de março de 1958, p. 2.

⁵⁸⁶ “Palavras de um soldado que regressou da Índia”, in *Avante!*, VI série, n.º 247, janeiro de 1958, p. 2.

diretas com o Governo Indiano⁵⁸⁷, tendo sido grande parte deles presos em resultado do processo do MUD Juvenil, com 52 arguidos, acusados de desenvolverem atividades contra a segurança do Estado, orientados pelo PCP.

⁵⁸⁷ Boletim de Informações n.º10/58 – FAEI - QG, in AHM/ FO-39/Secção 11/ Cx. 591/ n.º 347, pp. 16-19 (maiúsculas no original).

4. “Em pleno estridor da tempestade anticolonialista”⁵⁸⁸

Se os anos cinquenta terminam sob os efeitos do terramoto delgadista, que fez estremecer a base social de apoio ao Estado Novo, a década de sessenta a tempestade anticolonialista irá ampliar as fissuras já existentes no regime levando à sua queda, na década seguinte. O II Congresso dos Povos Africanos⁵⁸⁹, realizado em finais de janeiro de 1960 na Tunísia, ao qual assistiram 70 delegações de 30 países africanos e convidados de diversos países da Ásia, representou mais um passo no caminho da libertação dos povos africanos sob domínio colonial. Saudando as resoluções do II Congresso dos Povos Africanos, o *Avante!* considerava-o “uma importante contribuição para o desaparecimento completo do vergonhoso sistema do colonialismo” pois a classe operária e o povo português não têm qualquer interesse na continuação do “domínio e exploração colonial”⁵⁹⁰.

As posições do bloco afro-asiático nas Nações Unidas foram fortalecidas, com o acesso à independência no ano de 1960 de 18 novos Estados, todos africanos (à exceção do Chipre), e quase todos ex-colónias francesas, dos quais 17 se tornam, de imediato, membros das Nações Unidas. Os argumentos de natureza histórico-jurídica, apresentados pelo regime português não serão mais suficientes para a defesa da sua legitimidade relativamente ao Ultramar, na medida, em que o bloco afro-asiático passava a ter uma maioria sólida na Assembleia Geral, saindo assim a posição portuguesa diminuída. Nos finais da década de cinquenta, no âmbito da aceleração do processo descolonizador, as Nações Unidas tornaram-se no maior desafio para a política externa defendida pelo Governo de Lisboa. Na sequência da Resolução 1467 (XIV), de 12 de dezembro de 1959, a Assembleia Geral elege o *Comité dos Seis*, constituído por três potências administrantes (EUA, Grã-Bretanha e Holanda) e três não administrantes (União Indiana, Marrocos e México), com mandato para precisar a definição de *territórios não autónomos*, conceito que, como vimos, se utiliza na Carta das Nações Unidas. O ataque começa quando a versão final do *Relatório do Comité dos Seis* é

⁵⁸⁸ LEAL, 1961: 107.

⁵⁸⁹ O I Congresso dos Povos Africanos que se realizou em Accra, nos finais de 1958, despoletou um impulso significativo ao movimento libertador em África.

⁵⁹⁰ “O II Congresso dos povos africanos - Novo passo para a completa abolição do domínio colonialista em África”, in *Avante!*, VI série, n.º 286, 2ª quinzena de janeiro de 1960, p. 2.

aprovada com os votos contra de Portugal, Espanha e África do Sul, em 15 de dezembro de 1960, sob a forma de Resolução 1541 (XV), como anexo à Resolução de 1514 (XV), aprovada no dia anterior, intitulada *Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais* e conhecida como a *Declaração Anticolonialista*. Nesta declaração proclamou-se a necessidade incondicional e imediata da eliminação do colonialismo, o direito de todos os povos colonizados à autodeterminação, a liberdade de escolherem o seu caminho para o desenvolvimento económico, social e cultural e a condenação dos países que reprimissem movimentos independentistas. O *Relatório dos Seis* visava fundamentalmente três aspetos: a) Definir o que se entendia por “territórios não autónomos”; b) Enunciar as hipóteses e as condições de passagem de um território não autónomo para uma situação de governo próprio; c) Precisar o sentido da obrigação de prestação de informações previstas no Art. 73º, alínea e), da Carta (SILVA, 1995: 5-10).

A 15 de dezembro, por 68 votos contra 6 (África do Sul, Bélgica, Brasil, França, Portugal e Espanha) e 17 abstenções (onde se incluíam os Estados Unidos e o Reino Unido), era aprovada a Resolução 1542 (XV) relativa aos territórios portugueses, que a Assembleia Geral entendia como não autónomos, enumerando e declarando a obrigação de Portugal prestar sobre eles as informações decorrente do capítulo XI da Carta das Nações Unidas, e enviá-las ao Secretário-Geral⁵⁹¹. Convidava, ainda, os governos de Portugal e Espanha a participarem nos trabalhos do Comité de Informações Relativas aos Territórios Não Autónomos.

O Governo português contestou as conclusões da resolução, mantendo firmemente o ponto de vista de que os territórios ultramarinos portugueses não podiam ser considerados como territórios não autónomos nos termos da Carta⁵⁹². Os movimentos de libertação exerceram pressão junto das Nações Unidas no sentido de levarem Portugal a cumprir e a respeitar as leis internacionais. Considerado o ano de 1960, como

⁵⁹¹ Nesta resolução estava incluída uma lista dos territórios não autónomos, nos termos do capítulo XI da Carta, administrados por Portugal: “Arquipélago de Cabo Verde; Guiné, chamada «Guiné Portuguesa», São Tomé e Príncipe e suas dependências; São João Baptista de Ajudá; Angola, incluindo o enclave de Cabinda; Moçambique; Goa e dependências, chamadas “Estado da Índia”; Macau e dependências e Timor e dependências” (SILVA, 1995: 11).

⁵⁹² O *Avante!*, já em 1959 noticiava “A tribuna da ONU serve aos colonialistas portugueses, pela boca dos srs. Vasco Garin e Franco Nogueira, para vociferar mentiras e uma argumentação pobre e ridícula que é tantas vezes motivo de risos para os outros delegados. Dessa vergonhosa actuação e das perguntas e respostas incisivas dos outros delegados que dizem das verdades nua e crua que se vive nas colónias, que desmascaram as violências praticadas pelo Governo de Salazar contra os povos nativos que põem a descoberto essas «maravilhas» civilizadoras, disso não falam os jornais portugueses”, in “Não são províncias ultramarinas são colónias! Os colonialistas portugueses em maus lençóis...”, *Avante!*, VI série, n.º 284, 2ª quinzena de novembro de 1959, p. 1.

o “Ano de África”, os ataques à posição do Governo de Lisboa quanto ao Ultramar são constantes. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1961 e 1969, recorda que “Portugal surge e é apresentado como réu de crimes contra a humanidade: e à humanidade cumpre punir Portugal, e com dureza” (NOGUEIRA, 2000b: 173).

Em defesa da posição portuguesa, Rodrigo Abreu explica aos leitores do *República* a diferença de Portugal e dos países colonialistas, que, segundo ele, exploravam e ocupavam a terra apenas para lhes retirar a riqueza, não respeitando o direito do povo, “sem proporcionar a civilização e o progresso, concomitantes, sem procurar imprimir o pensamento amplo e generoso da própria nacionalidade, capazes de traduzir-se nas respectivas condições étnicas!”, por isso, concluía que Portugal não gerava colónias como se pretendia insinuar, “mas criamos e decretamos províncias”⁵⁹³.

Contrariando a opinião dos republicanos, os debates da ONU serão analisados pela oposição comunista. Prevendo os comunistas uma repetição da campanha de intimidação de 1954 para “paralisar a oposição aos colonialistas sob o receio de ser classificado de «Traidor à Pátria»”, apelavam à adesão ativa das massas às orientações do PCP sobre a questão colonial, seguindo a linha do Partido de defesa da **“autodeterminação para os povos das colónias portuguesas, sem quaisquer subterfúgios”**, pois só assim seria possível a mudança, “batendo em todo o lado as velhas concepções colonialistas”⁵⁹⁴. O PCP avisava que a repressão salazarista em Angola, Moçambique e Guiné e a montagem febril de um enorme aparelho militar nas colónias tinha como objetivo esmagar a luta libertadora dos povos coloniais portugueses⁵⁹⁵, situação que, como alertava o *Comunicado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português* de novembro de 1960, se agravaria ao longo dos tempos e provocaria, no seu entendimento, uma guerra colonial⁵⁹⁶.

Não serão as acusações da União Nacional de “Traição à Pátria” sempre que algum movimento se manifestasse contrário à política ou ideologia do regime que impediria os republicanos de se manifestarem. Para estes, “todos somos portugueses e ser português é o nosso maior título de orgulho. A ninguém pedimos licença para amar e servir a terra gloriosa e doce em que pela primeira vez balbuciamos a palavra Mãe! A

⁵⁹³ Rodrigo Abreu, “Conjecturando: Colonialismo Independência”, in *República*, n.º 10.811, 8 de fevereiro de 1961, pp. 1, 9.

⁵⁹⁴ “Serpá”, “As responsabilidades do Partido e da classe operária sobre o problema colonial”, in *O Militante*, III série, n.º 104, maio de 1960, p.4 (negrito no original).

⁵⁹⁵ “O II Congresso dos Povos Africanos - Novo passo para a completa abolição do domínio colonialista em África”, in *Avante!*, VI série, n.º 286, 2ª quinzena de janeiro de 1960, p. 2.

⁵⁹⁶ “Comunicado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português - Sobre o Problema Colonial”, in *Avante!*, VI série, n.º 295, novembro de 1960, p. 1.

única licença que pedimos e temos indeclinável direito de exigir é que [se] nos respeite. Não é pedir muito....”⁵⁹⁷. Já antes em 18 de dezembro de 1958, no artigo “Pátria”, Julião Quintanilha observava que, por mais acaloradas que fossem as discussões, a “Pátria nunca está em causa. A sua unidade, o seu prestígio, a sua defesa, nem se discutem! São natural imperativo na consciência e no coração dos portugueses”, recordando que os “republicanos fizeram a República pensando na Pátria, pretendendo-a engrandecida na glória e na justiça”. Por isso, esse “sagrado” sentimento não era monopólio de alguns, a Pátria era de todos. Explicando que o que sucedia era “que cada um, sobretudo em política, tem a sua opinião acerca da melhor maneira de a servir”⁵⁹⁸. Em 1959, Julião Quintanilha, num artigo no jornal *República*, insistia que ninguém se dispunha “a ceder ou a alienar a parte sagrada que lhe pertence na Pátria” e não era por “qualquer cidadão ter ideias políticas que desagradam ou discordam das ideias dos adversários, que deve ser considerado menos patriota”⁵⁹⁹.

Os ataques por parte do Governo são constantes. Os órgãos de comunicação autorizados publicam e denunciam a falta de patriotismo por parte de alguns portugueses, de modo a amordaçar as vozes contrárias. A 20 de outubro de 1960, o jornal *República* vê mais uma vez um dos seus artigos implacavelmente cortado ao responder às acusações que lhe são dirigidas, por terem “ideias assentes sobre o grave problema que ameaça a unidade territorial da Pátria no Ultramar”. O *República* era silenciado pelo lápis da censura por reivindicar o dever de ser permitido livremente, “sem intromissão da censura”, que os democratas e republicanos portugueses expusessem o seu ponto de vista acerca do “gravíssimo” problema ultramarino, “dentro do espírito da Pátria, que não é totalmente o espírito do Estado Novo. Pátria é uma coisa e Estado é outra”⁶⁰⁰. Para o regime Pátria e Estado não se discutia. Fruto dos mecanismos de suporte do poder autoritário, grande parte da população portuguesa estava afastada da questão colonial. Para informar e denunciar a posição do Governo português diferentes formas eram utilizadas. Impressos são deixados como que “abandonados”, em bancos e recantos nos edifícios das escolas superiores, com textos

⁵⁹⁷ “A Pátria”, in *República*, n.º 10.527, 20 de abril de 1960, p. 1.

⁵⁹⁸ Julião Quintanilha, “Pátria”, in *República*, n.º 10.052, 18 de dezembro de 1958, pp. 1-2.

⁵⁹⁹ Julião Quintanilha, “Patriotismo e Política”, in *República*, n.º 10.255, 17 de julho de 1959, pp. 1-2.

⁶⁰⁰ “República”, n.º 10.709, 22 de outubro de 1960, in *Casa Comum* – Arquivos - Pasta: 04529.054. Disponível em: CasaComum.org, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_148281 (consultado em 20 de janeiro de 2013)

em que se denunciavam os ataques ao colonialismo português, de representantes vários países na Assembleia Geral das Nações Unidas⁶⁰¹.

O PCP, mais uma vez, esclarecia, num comunicado da Comissão Política, de 1960, sobre o problema colonial, que o Partido reconhecia o direito dos povos das colónias “decidirem do seu destino, ou seja, o direito à imediata e completa independência”, apoiando e prestando ajuda fraternal à luta dos povos das colónias portuguesas, condenando, não só a política colonial do governo de Salazar, “que, em mero proveito dos monopólios portugueses e estrangeiros, insiste na dominação e exploração bestiais dos povos das colónias portuguesas”, como reprovando as ações policiais de terror nas colónias. Neste sentido, o Partido sublinhava que a “condição fundamental para uma política em relação às colónias que tenha em conta os interesses do povo português (que coincidem com os interesses dos povos coloniais) é o derrubamento do governo de Salazar a subida ao poder dum governo democrático”⁶⁰². Para o PCP, a independência dos povos coloniais, seria uma consequência do fim do regime, mas será que a situação inversa era posta em consideração?

Já em 1959, uma informação da PIDE, de “Jacinto Lemos” dizia que o Capitão Augusto Casimiro⁶⁰³ considerava que a questão da Índia sustentada por Salazar “é uma calamidade e pode ser que surja um dia uma coisa idêntica em Angola o que será a nossa liquidação”, pelo que isso seria necessário “fazer um golpe de Estado. Nada de revoluções, nada de tiros, porque isso até poderia dar lugar a uma intervenção espanhola no nosso País”⁶⁰⁴. Pelo seu lado, o CC do PCP, no seu manifesto de julho de 1959, advertia o povo português de que a conquista da independência dos povos das colónias “será uma inevitabilidade histórica dos nossos dias”, alertando que ao pretender travá-la por meios da guerra, como Salazar queria, “seria mergulhar o nosso País na ruína e no luto. O melhor da nossa juventude e dos nossos bens ficariam enterrados nos campos de África”⁶⁰⁵.

⁶⁰¹ Informações sobre propaganda anticolonialista e comunista nas escolas superiores – outubro 1960, in ANTT/AOS/CO/UL 32C, p. 21.

⁶⁰² “Comunicado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português - Sobre o Problema Colonial”, in *Avante!*, VI série, n.º 295, novembro de 1960, pp. 1-2.

⁶⁰³ A informação da PIDE refere-se a Augusto Casimiro dos Santos, opositor republicano já referenciado neste trabalho.

⁶⁰⁴ Informação “Jacinto Lemos” 18 -1-1959, in ANTT/PIDE-DGS - Francisco Pinto Cunha Leal – SC/SR 503 - NP 2331, pp. 192-193.

⁶⁰⁵ “Graves e sangrentos acontecimentos nas colónias portuguesas”, *Avante!*, VI série, n.º 280, setembro de 1959, pp. 1, 5.

O ano de 1960 trouxe mais desenvolvimentos: o acórdão do Tribunal Internacional de Justiça reconheceu, em sentença lida no dia 12 de abril de 1960, a soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e o direito de trânsito através da União Indiana, mas condicionou o trânsito de tropas portuguesas à autorização do Governo da Índia. Saudado como uma vitória moral pelo Governo português, o acórdão não esmoreceu as convicções de Nehru de continuar a lutar e, a 11 de agosto de 1961, integrou na União Indiana os dois enclaves, garantindo a cidadania indiana aos seus 5000 habitantes. O PCP interpreta que “a União Indiana faz bem em não deixar passar [as tropas portuguesas] para os enclaves (...) a Sentença do Tribunal de Haia torna situação de direito a libertação do domínio Salazarista dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli. Salazar & C.^a não passaram e o Tribunal de Haia estabeleceu que não passarão pelo território da União Indiana para tentar reapossar-se dos enclaves”⁶⁰⁶. Sobre o acórdão do Tribunal Internacional de Justiça a *Goan League*⁶⁰⁷ recorda que o “governo de Salazar não ganhou a questão em Haia porque não permitiu a passagem de tropas indispensáveis para impor o direito de soberania”⁶⁰⁸.

A 4 de fevereiro de 1961, grupos de nacionalistas angolanos desencadearam uma série de ações na cidade de Luanda, marcando o início da luta armada de libertação nacional em Angola. A delegação da Libéria solicita, na ONU, que a situação em Angola fosse colocada na agenda da reunião do Conselho de Segurança. Pela primeira vez, a delegação americana, chefiada por Adlai Stevenson, ataca a política portuguesa em África, alinhando com as acusações afro-asiáticas, e votando a favor da proposta da Libéria. Apesar de a resolução não ter sido adotada, inicia-se uma crise séria nas relações entre os dois Estados. Os Estados Unidos alteram a sua relativa “tolerância” para com o colonialismo português, tornando-se impossível aos americanos apoiar Portugal nos debates seguintes sobre Angola no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Numa primeira fase, a atitude dos EUA fora de relativa tolerância em relação ao colonialismo europeu: após a II Guerra Mundial, em virtude das necessidades estratégicas inerentes à emergência da Guerra Fria, em que a URSS aparece como inimigo principal, “a política para África tem de se subordinar às prioridades globais,” e

⁶⁰⁶ “Ainda a sentença do Tribunal de Haia”, in *Avante!*, VI série, n.º 290, junho de 1960, p. 5.

⁶⁰⁷ Organização sediada num pequeno escritório em King’s Cross, Londres, que partilhava com o *Movement for Colonial Freedom*, presidida pelo médico goês residente em Londres, H. C. Denis. A “sua verdadeira alma” era o seu secretário João Cabral (MIRANDA, 2003: 122).

⁶⁰⁸ Informações sobre propaganda anticolonialista e comunista nas escolas superiores – outubro 1960, in ANTT/AOS/CO/UL 32C, p. 26.

a Europa Ocidental é a prioridade dos EUA (TELO, 1994: 353-354). No final da presidência de Dwight Eisenhower (1961) a mudança de política, sobre os nacionalismos africanos, está concluída: “«É imperativo que os EUA se identifiquem com as legítimas aspirações dos povos africanos [...] Tal implica uma permanente afirmação dos princípios da tradição americana que corresponde às aspirações profundas dos africanos, tal como a auto-determinação e a não discriminação». É reconhecida que esta mudança vai conduzir a divergências com os «amigos e aliados» da Europa [...] O essencial é que os EUA defendam estes princípios na ONU e em toda «a parte»”⁶⁰⁹. Na Administração de John F. Kennedy (1961-1963), estes são os princípios que irão orientar a nova política para África. Já antes, em 1956 a crise do Suez, marcará o declínio da política colonial europeia e a mudança da atitude americana, o que relevou “uma gradual perda da importância da Europa Ocidental na estratégia americana”, condenando a política daquela sobre África (TELO, 1994: 356). No clima de Guerra Fria, o continente africano passou a ser uma das grandes preocupações de Kennedy, de modo a evitar a influência soviética, impedindo que os novos países aí emergentes, fruto dos processos de descolonização, entrassem na órbita soviética. Para o embaixador português em Washington, Luís Esteves Fernandes, estes novos tempos podiam “revelar-se muito difíceis para este país e críticos para o mundo ocidental” pois a eleição de Kennedy “significará a adopção oficial de uma política anticolonial subordinada ao princípio da libertação de todos os territórios dependentes” (cit. in RODRIGUES, 1999: 18).

Por outro lado Marcello Mathias, ministro dos Negócios Estrangeiros (1958-1961), procurando solidificar as relações entre os dois Estados, visita França, em outubro de 1960. Charles de Gaulle, Presidente da República da França, desde meados de 1958, reforçava a posição francesa relativamente à política ultramarina portuguesa, considerando que a França não faria “jamais alguma coisa que pudesse prejudicar” Portugal ou o que este país decidisse para os seus territórios (De Gaulle cit. in MARCOS, 2007: 15). Na ONU, a França era questionada pelo seu colonialismo, fruto da questão argelina, sofrendo críticas e pressões pelos países que defendiam o fim das agressões e o direito à autodeterminação do povo argelino. O Presidente do Conselho Francês, Guy Mollet, num discurso em janeiro de 1957, ao referir-se aos ataques a que os países colonizados estavam expostos pelas suas políticas face aos territórios

⁶⁰⁹ Política para a África a sul do Sahara estabelecida pela NSC, resumida num “policy paper” da Casa Branca, em 10 de agosto de 1960, cit. in TELO, 1994: 359-360.

ultramarinos, declarou que “França a segue com simpatia” os países com situações idênticas (Mollet cit. in MARCOS, 2007: 26). Segundo Daniel Marcos, “Portugal e França eram dois países com problemas semelhantes no que diz respeito à questão ultramarina, situação que desencadeou um laço de solidariedade entre ambos os países”. Portugal, ao demonstrar o seu apoio à França na ONU, nomeadamente no caso da Argélia, recebeu agradecimentos oficiais do Governo francês (2007: 26). A França tornar-se-á numa das principais aliadas de Portugal no quadro internacional, fundamentalmente na ONU, numa “atitude um tanto ambígua e promíscua” mesmo após a descolonizações dos seus territórios, a França não deixou de colaborar com o Governo português “no contexto da política externa do general de Gaulle e nos desejos deste em relação ao papel da França no mundo” (MARCOS, 2007: 59).

Em parte, o apoio militar da França a Portugal devia-se à vontade francesa de aumentar a sua autonomia em relação aos EUA, sendo a França um dos principais países, durante o ano de 1961, a pressionar e a enfrentar os EUA para que este mudasse a sua política para com o governo de Salazar, demonstrando, por parte da França uma independência de atitude num problema que estava na ordem do dia no Departamento de Estado norte-americano (MARCOS, 2007: 85-86).

A condenação à atitude portuguesa relativa aos seus territórios ultramarinos levará progressivamente ao seu isolamento. Com o apoio inicial dos países ocidentais e de alguns países latino-americanos, Lisboa resistiu, com êxito, às primeiras contestações. Mas apenas inicialmente. A aliança com o Brasil foi um importante passo na defesa da política colonialista portuguesa, sendo reforçada com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, de 16 de novembro de 1953 assinado pelo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), ratificado pelo Café Filho (1954) e regulamentado 4 anos após a subida ao governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, como Presidente da República (1956-1961). Inicialmente serviu para formalizar o apoio brasileiro às pretensões de Portugal em manter Goa, Damão e Diu sob a sua soberania e, ao longo dos tempos, “Portugal passava a exercer fortes pressões para que o Brasil o acompanhasse na defesa do Ultramar nas Nações Unidas” (GONÇALVES, 2003: 85). Mas, com a eleição de Kennedy nos Estados Unidos, a presidência de Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961), no Brasil e o início da luta armada em Angola, esta cooperação começou a ruir em 1961.

A situação agravar-se-á progressivamente de tal modo que, até ao fim do regime, o essencial da política externa portuguesa e, em parte, a política interna, se resumirá a

um longo combate político, e depois militar, em torno da inalienabilidade dos territórios coloniais. A recusa em discuti-lo e negociá-lo provocará o lento mas irreversível isolamento internacional de Portugal, que havia começado com a questão de Goa.

CAPITULO V - A VOZ DA OPOSIÇÃO EXILADA

1. Os exilados e a questão colonial

Cruzados os mares e atravessados os continentes, a oposição exilada, pretendendo trazer para a ribalta internacional a situação vivida em Portugal, tentará que a sua voz seja ouvida e desperte a consciência das nações, para a situação que se vivia em Portugal de proibição do exercício dos direitos fundamentais da cidadania, como para a política colonial do Governo português.

Já antes em 1946, quando da manifestação do 18 de junho em Margão organizada por Lohia, as notícias no Brasil do “descontentamento dos goeses com o regime provoca nos meios oposicionistas um entusiasmo inusitado, dando origem a uma verdadeira manobra política por parte dos velhos exilados”, que pensam numa possível aproximação com os nacionalistas goeses, “não com base nas reivindicações independentistas, mas na oferta de auxílio ao combate comum contra o regime” (PAULO, 2013: 616). Segundo Heloísa Paulo, para Jaime de Moraes, “a resolução do problema estaria num estatuto de autonomia para o território, que daria possibilidades de uma gestão económica independente e a instituição de uma representação política soberana em termos internacionais”. No entanto não surge qualquer postura de apoio anticolonialista pelo grupo da oposição exilada no Brasil, tendo sido “vista com cautela” a proposta de Moura Pinto para a realização de uma manifestação dos oposicionistas a favor de Goa (2013: 617-618).

A vaga de repressão após as eleições de 1958 força vários opositores ao exílio. Esta nova onda de exilados, em particular após o exílio de Humberto Delgado⁶¹⁰ e, mais tarde, de Henrique Galvão, impulsionou uma maior atividade da oposição no exílio. Surgiram pequenos núcleos em diversos países com uma composição ideológica mais

⁶¹⁰ Após as eleições Humberto Delgado, foi sucessivamente demitido da Aeronáutica Civil, aposentado compulsivamente e demitido de general da Força Aérea. Fruto das represálias por parte do regime salazarista, refugiou-se na Embaixada do Brasil pedindo asilo político, em 12 de janeiro de 1959, acabando por partir para o Rio de Janeiro, a 21 de abril de 1959.

heterogénea, e, encontrando-se no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro e S. Paulo, o maior grupo, tendo sido este o grupo mais dinâmico. Entre 1958 e 1960 chegaram ao país um expressivo número de intelectuais e ativistas políticos, entre eles vários participantes da campanha de Humberto Delgado, como Jorge de Sena, Manuel Sertório⁶¹¹ e Henrique Pereira Santos. Humberto Delgado, atuando em nome do MNI, entra em contacto com o núcleo oposicionista português, esforçando-se por unificar a ação contra Salazar. Em novembro de 1959, a convite do Partido Trabalhista e do Partido Liberal britânicos, desloca-se a Londres, contactando com alguns representantes do movimento nacionalista goês, através de António de Figueiredo, exilado em Londres desde 1959, na sequência das eleições presidenciais de 1958. Recebido na Câmara dos Comuns pelo líder trabalhista Hugh Gaitskell, conhece Aneurin Bevan e questionado sobre que política defendia para as colónias, comenta que “não lhe cabia definir as futuras políticas de Portugal, mas apenas garantir a transição da ditadura para a democracia. [...] relativamente às colónias, e que também se lhes aplicava a transição da ditadura para a democracia, implicando prioritariamente uma descentralização do poder”. Contudo, às novas questões que lhe foram colocadas sobre a política colonial, especificamente sobre se estaria preparado para ceder Goa à Índia, responde que não podia responder “sim” ou “não”. Não lhe cabia fazê-lo, pois caberia ao Parlamento “decidir, depois de termos eleições livres” (ROSA, 2008: 826). Frederico Delgado Rosa, neto e autor da mais recente biografia de Humberto Delgado, acrescenta alguma informação sobre a posição de Humberto Delgado sobre Goa, ao descrever que “foi somente nos «corredores» da Câmara dos Comuns, ao dialogar com os membros do Parlamento, que pela primeira vez admitiu a relação entre democratização de Portugal e o processo de auto-determinação das colónias”. Como refere Frederico Delgado Rosa, não ficaram para a História os registos dessas conversas, mas “é possível imaginá-la através de vestígios e rastros que deixaram”, como, por exemplo, a carta dirigida ao diretor do jornal independentista *Goan Tribune* por Anthony Wedgwood Benn⁶¹²,

⁶¹¹ Manuel Sertório destacada figura no combate contra o fascismo colaborou ao longo dos anos na luta contra o regime salazarista, procurando uma posição política unitária, apoiando os movimentos da oposição ou defendendo presos políticos no Tribunal Plenário. Ao tomar conhecimento pelo escrivão, no encerramento de uma audiência do Tribunal Plenário de Lisboa em que intervirá como advogado, da ordem de passagem de um mandado de captura em seu nome pela PIDE, pediu asilo político ao chefe da representação diplomática do Uruguai. Em meados de 1959 chegou ao Brasil, vindo do Uruguai, fixando-se inicialmente no Rio de Janeiro, por aí se encontrar Humberto Delgado, iniciando esforços no “sentido de uma aliança *operante* entre os *delgadistas* e os *antidelgadistas* (...)” (SERTÓRIO, 1990: 36).

⁶¹² Anthony Wedgwood Benn, membro do Parlamento britânico pelo Partido Trabalhista, empenhou-se em várias causas como o pacifismo e o anticolonialismo. Participou na criação do *Movement for Colonial*

deputado trabalhista com quem Humberto Delgado se encontrou a 24 de novembro, na qual escreve: “Posso assegurar-lhe que os dois problemas da democracia em Portugal e da libertação de Goa estão inextricavelmente ligados um ao outro na mente do general Delgado” (2008: 827).

As divergências relativas ao problema colonial, no núcleo oposicionista português no Brasil, tornam-se evidentes quando Humberto Delgado, num banquete do 5 de outubro de 1960, em S. Paulo, apresentou o *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*. Em dezasseis pontos Humberto Delgado expôs a sua visão sobre o colonialismo. Apesar de ainda afirmar que as colónias faziam “parte integrante da nação Portuguesa” reconhecia “o direito dos povos à auto-determinação”, devendo o exercício efetivo desse direito coincidir com “os sentimentos e espírito colectivo dos povos, e não com os de tribos capazes de ressuscitarem ferozes ódios primitivos”. Para esse efeito defendia a “necessidade de uma preparação urgente”, considerando fundamental que um problema de tal “magnitude” fosse “sujeito a um amplo debate nacional”, devendo a oposição ser ouvida, visto ela representar a maioria. Referindo-se à política, “de obscurantismo, exercida por Salazar”, via nela a possibilidade de vários perigos “com possíveis lutas fratricidas que se devem evitar por métodos diferentes de violência militar ou bestialidade policial”. Apresentava como solução para a questão colonial a organização “de uma República Federal dos Estados Unidos Portugueses”, constituída pela “federação dos povos sob a protecção da bandeira portuguesa, ao reconhecer-lhes o direito à auto-determinação”, sendo a Constituição da República Federal promulgada por plebiscito, assim como a Constituição de cada Estado⁶¹³.

Manuel Sertório, discordando da solução federalista para a questão colonial, pronuncia-se no final do discurso de Humberto Delgado, apontando que “o plano (...) nada tem de anticolonialista e por isso, ao contrário do que (Humberto Delgado afirmará), não é aceite por todas as correntes da oposição!” O general indignado com as declarações de Sertório responde-lhe apenas: “Ah, não? Então queixe-se a quem quiser!” (SERTÓRIO, 1990: 37)⁶¹⁴. O desacordo de Manuel Sertório com soluções

Freedom e mentor da formação do *Goa Committe* na Câmara dos Comuns em 1955 (OLIVEIRA, 2006: 544).

⁶¹³ *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, in ANTT/AOS/CO/PC 77, pp. 194-195. O *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, segundo informações da PIDE, não tardou a chegar ao território português, tendo sido distribuído exemplares do panfleto em Ponta Delgada, Açores. Informação da PIDE enviada ao Presidente do Conselho, Ministérios do Ultramar, Interior, Exército e Defesa Nacional, 23 de dezembro de 1960, in ANTT/AOS/CO/PC 77, p. 193.

⁶¹⁴ O período de rutura nas relações de Manuel Sertório com Humberto Delgado iniciou-se após o 5 de outubro de 1960 e durou até ao final do ano de 1961. Quanto à questão colonial Sarmiento Pimentel e os

intermédias para o problema colonial, defendida por alguns círculos da oposição portuguesa, já havia sido manifestada anteriormente. A 21 de maio de 1960, este informara Humberto Delgado sobre o projeto de manifesto anticolonialista enviado pelo grupo de exilados políticos em Londres, que teria o seu acordo desde que lhe fossem “introduzidas ligeiras alterações de forma e o mesmo possa ser assinado pelos emigrados representativos e obtenha ainda o acordo dos [oposicionistas] de Portugal”. Segundo Sertório, a defesa do direito à independência dos povos das colónias portuguesas era apoiada pelos assinantes desse projeto de manifesto, “o que pela primeira vez acontecia ao nível das forças políticas portuguesas”, com exceção do PCP (SERTÓRIO, 1990: 62)⁶¹⁵. Também no exílio a questão colonial era o motivo das maiores ruturas na unidade alcançada. A indefinição nos diversos setores da oposição gerava impasse e golpes definitivos na possível unidade.

Com as afirmações de Delgado no jantar do 5 de outubro de 1960, a redação do jornal *Portugal Livre* prepara um “Esclarecimento sobre a questão colonial”, no qual considera que “não existe um ponto de vista único da oposição portuguesa sobre a questão colonial, mas sim vários”, considerando, por isso, as ideias de Humberto Delgado como expressando apenas um desses pontos de vista. O jornal “faz questão de salientar uma vez mais que, no tocante à inadiável tarefa de liquidação do colonialismo salazariano, desaprova qualquer solução que não tenha por base o reconhecimento do irrestrito direito dos povos à autodeterminação”⁶¹⁶. A tão aguardada posição dos oposicionistas exilados surgirá nas páginas do jornal *Portugal Livre*, onde apela “à solução administrativa para o problema das colónias”, e no *Portugal Democrático* surge “o apelo ao apoio à luta dos povos coloniais pela independência”, pois, como refere Heloísa Paulo, “ou a Oposição considera como um dos pontos básicos da sua luta de

exilados de longa data defendiam teses federalistas, enquanto a geração de exilados progressistas, como Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Cunha Rego, Victor Ramos, Adolfo Casais Monteiro e Joaquim Barradas de Carvalho condenavam essa ideia (RABY, 1994: 38).

⁶¹⁵ Este documento também foi enviado a Henrique Galvão e aos jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*. O jornal *Portugal Democrático* foi fundado em 1956 por iniciativa de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura. O jornal, durante mais de duzentas edições mensais (1956 a 1974), procurou congregar os antissalazaristas que se encontravam dispersos em São Paulo desde o encerramento do Centro Republicano Português em 1944. Após a chegada de Humberto Delgado ao Brasil, alguns opositores insatisfeitos com o rumo do jornal *Portugal Democrático*, fundaram um novo jornal, *Portugal Livre*, em 1959, que contou com a colaboração de Humberto Delgado, Henrique Galvão, Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos Paulo de Castro e Pedroso Lima. O jornal *Portugal Livre* teve apenas 16 edições, entre novembro de 1959 e março de 1961 (SILVA F., 2010).

⁶¹⁶ “Esclarecimento sobre a questão colonial”, in *Portugal Livre*, n.º 13, S. Paulo, Brasil, novembro de 1960, p. 3. O artigo foi assinado por Francisco Vidal, José Pedroso de Lima, José Santana Mota, Miguel Urbano Rodrigues e Victor da Cunha Rego.

unidade que a libertação se estende também a todos os povos coloniais, ou se o não fizer, os dois movimentos correrão independentes e será lógico que os povos coloniais pensem que a Oposição também quer a continuação do atual sistema” (PAULO, 2013: 621).

Desde S. Paulo, Manuel Sertório empreenderá esforços para promover, não só a unidade da oposição no exílio, primeiro no Brasil e depois internacionalmente, assim como a unidade com os movimentos nacionalistas. Mas, as dificuldades na união são visíveis. Lúcio de Miranda⁶¹⁷, exilado político em Londres desde 1954, membro do Grupo dos Portugueses Democráticos da Inglaterra (GPDI), em carta a Manuel Sertório, comenta a conferência de imprensa realizada em Londres, na Câmara dos Comuns a 6 de dezembro de 1960, com os nacionalistas africanos e goeses, demonstrando a sua admiração pelo facto da oposição não ter aproveitado esta oportunidade, visto que os nacionalistas reclamavam do Governo “apenas o reconhecimento do direito à auto-determinação, ofereciam um prazo até ao fim de 1960 - e limitavam-se a pedir amnistia para os presos políticos e cousas mínimas”⁶¹⁸. Nesta conferência de imprensa de 6 de dezembro de 1960, convocada pelo *Movement for Colonial Freedom, Africa Bureau e Committee of African Organisations* e apoiada pelos partidos nacionalistas da Rodésia: *United National Independence Party* (UNIP) e pelo *National Democratic Party* (NDP), estiveram presentes os dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas como Mário de Andrade, Viriato Cruz e Américo Boavida do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); Alfredo Bangura, pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); Mathew Mayole e C. Mahala, representantes da União Makonda de Moçambique e H. C. Denis e João Cabral, pela *Goan Political Convention*, tendo sido Anthony Wedgwood Benn, deputado trabalhista, o presidente e o

⁶¹⁷ Lúcio de Miranda, natural de Goa. Após a licenciatura em Matemática, na Universidade de Coimbra, foi colocado no Liceu Antero de Quental, na ilha de S. Miguel. Com fortes convicções nacionalistas desde a sua juventude, no liceu de Panjim apoiou a causa da integração de Goa na Índia, “repudiando o colonialismo português e fazendo apelo que os goeses se esforçassem por conhecer e absorver a milenária [sic] cultura indiana”. Em Coimbra do convívio com Adeodato Barreto, poeta e escritor goês, as suas convicções consolidaram-se. Os acontecimentos do ano de 1954 levaram-no a abandonar Portugal, pedindo ao “Ministro de Educação a sua exoneração do cargo de professor, como protesto contra a política adotada pelo governo em relação a Goa”. O objetivo era através de Londres deslocar-se para a Índia para juntar-se a Tristão de Bragança Cunha, a Berta Menezes Bragança e a António Furtado, que militavam, em Bombaim no movimento de libertação, mas em virtude de alguns contratemplos, permanecerá em Londres, trabalhando na *Goan League*. Lúcio de Miranda veio a falecer dias após a invasão de Goa, Damão e Diu, pelas tropas da União Indiana. (MIRANDA, 2003: 66-67).

⁶¹⁸ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Essex, 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035 (sublinhado no original).

nacionalista goês Pundolice Gaitonde secretário-geral⁶¹⁹. Para Gaitonde, nesta sua passagem por Londres, foi possível perceber que “there was no organized Portuguese opposition except for the Communist Party; for the rest it consisted of a different group with varying different ideologies, their only common ground being opposition to the Salazar regime”. À pergunta de Gaitonde se reconheciam a liberdade de Goa e a sua integração na Índia, o grupo de portugueses residentes em Londres, respondeu que sim mas pediu-lhe: “[do] not communicate this to the press, but there was no objection to informing the Indian Government” (GAITONDE, 1987: 143). A coordenação entre a oposição portuguesa, os exilados e os representantes dos movimentos nacionalistas era difícil de encontrar, o assunto fragilizava os possíveis elos de ligação que se pudessem estabelecer, uma simples palavra poderia desmoronar toda a organização.

Apesar de enviada a declaração saída da conferência de imprensa para Portugal e para os jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*, apenas houve, segundo Lúcio de Miranda, “Silêncio. Nem publicação nem comentário”:

“andava tudo ofuscado e paralisado com a odisseia do Sta. Maria, o que não é de admirar, depois de tantos anos de frustração. Nestas condições de apatia e desorganização, o que é que os portugueses esperavam? Os fascistas, pelo menos, podem apelar para a Sr.^a de Fátima e solicitar um milagre. Mas os democratas, nem isso”⁶²⁰.

⁶¹⁹ Sobre a conferência na Câmara dos Comuns em Londres, a 6 de dezembro de 1960, ver LARA, 2000: 566-570 e “Comunicado para a conferência de imprensa com os dirigentes nacionalistas na Câmara dos Comuns”, 1960, in *Casa Comum* – Arquivos - Pasta: 07058.017.032. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07058.017.032> (consulta realizada em 29 de novembro de 2016). Neste comunicado os dirigentes nacionalistas de Angola, Guiné manifestam a sua posição perante a resolução da ONU de 12 de novembro de 1960. Segundo informações da PIDE, “numa conferência de imprensa hoje concedida por dirigentes nacionalistas das Colónias Portuguesas, um dos oradores afirmou que a recusa de Portugal em conceder a independência às suas colónias deixava como única solução a «acção directa». Todavia, o orador Dr. J. CABRAL, representando com o Dr. H. C. DENIS, a Convenção Política de Goa recusou-se a definir o que entendia por acção directa. «Compreendem...não posso ser mais explícito», afirmou”. Na conferência João Cabral, afirmou que se Portugal não concedesse a independência às suas colónias, só lhes restaria duas coisas: “ter que tolerá-lo ou actuar. Não temos esperanças que alguém mais venha em nossa salvação”. Por último, lançava um apelo à oposição portuguesa esperando o apoio ao movimento, “pois que enquanto em Portugal lutam pela democracia nós lutamos pela nossa independência”. Ainda segundo a PIDE, também teria estado presente na conferência, o membro do parlamento inglês, Fenner Brockway e o político trabalhista Lord Stansgate (...). Informação da PIDE, n.º 813/60 GU – Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Exército e Defesa Nacional, 21 de dezembro de 1960, in ANTT/AOS/CO/UL 32 C, p. 78.

⁶²⁰ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Essex, 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035. Em referência ao St. Maria, no início do ano de 1961, surge a *Operação Dulcineia*, com o assalto ao paquete transatlântico português *Santa Maria*, sob a chefia do capitão Henrique Galvão, cujas finalidades ainda hoje são objeto de controvérsia.

A notícia do assalto ao paquete transatlântico português *Santa Maria*, sob a chefia do capitão Henrique Galvão, provocou um grande entusiasmo junto da oposição exilada, denunciando o regime português na opinião pública mundial e divulgando a luta da oposição. Mas foram as conclusões da reunião de 5 de março de 1961, realizada em S. Paulo, e o apoio “favorável à autonomia das então «províncias ultramarinas portuguesas em África»” que provocaram as cisões no seio dos exilados, “uma vez que o núcleo reunido em torno de Galvão não era favorável à completa autonomia africana”. Para a oposição a luta deixava de ser entendida unicamente como uma luta contra o regime, mas também “contra a sua política e fundamentos coloniais” (SILVA, 2006: 100). Embora no relatório da reunião do Diretório do Centro Republicano Português de S. Paulo tivesse sido enaltecida a “pessoa do Cap. Henrique Galvão, que com a sua coragem despertou a atenção do mundo democrático”, na presença do próprio, Manuel Sertório após elogiar a sua atitude apresentaria duas propostas: o “estudo da interligação de núcleos portugueses com as diversas frentes da oposição” e o “estudo da integração das colónias portuguesas do Brasil ao movimento contra o regime salazarista”. Apresentadas as propostas, Galvão ausentara-se da reunião com o argumento que “tinha compromissos a saldar em Campinas”. Com a saída de Henrique Galvão a reunião prosseguiria para discutir as propostas⁶²¹.

Para Lúcio de Miranda a posição do GPDI sobre a questão colonial devia ser clara, apesar de alguns membros, “mais extremistas (ou mais clarividentes?)”, pensarem mesmo em “termos de independência completa e imediata”. “Não obstante” ele próprio “ser colonial”, pois nascera em Goa e era indiano “de raça, vergado sob o peso dos anos e indissolúvelmente ligado a Portugal por laços sentimentais e de cultura”, entendia que não se devia pôr o carro à frente dos bois. Se “os coloniais reclamam apenas o direito de autodeterminação, porque seremos nós, democratas portugueses, a falar em termos de independência completa e imediata?”, concluía apresentando o que denominava ser a sua fórmula, resumindo-a em duas palavras: “Reconhecimento do direito à autodeterminação e negociações”. Perante o entendimento que o exercício do direito à autodeterminação poderia não levar à independência, tornava-se importante que os democratas portugueses dessem um passo imediato: “apoiar incondicionalmente a luta dos coloniais, para que da fraternidade na luta contra o adversário comum possam surgir as bases de um entendimento e amizade futuros”, visto que Salazar e o fascismo

⁶²¹ Relatório da reunião do Diretório do Centro Republicano Português, S. Paulo, 5 de março de 1961, in AHD/MNE/PEA – 2º piso - Mç. 31.

ofereciam “um bode expiatório para o colonialismo nefasto – e um alvo comum para nos aliarmos com os coloniais”. Alertava, ainda, que era “preciso não perder a oportunidade” e que a “Conferência de Casablanca, que se reunirá a meados do mês, oferece essa oportunidade”⁶²². Já o presidente da Frente Unida dos Goeses, Francisco Mascarenhas, perante as declarações de Delgado, enviara um telegrama, dizendo que “só uma frente comum com os povos das colónias portuguesas da Ásia e da África poderá apressar a libertação de Portugal para que ocupe lugar entre as nações livres”. No mesmo telegrama, pedia a Delgado “a declaração de que o fim da ditadura de Salazar leve automaticamente à liberdade das colónias portuguesas”⁶²³.

Mas, na Conferência de Casablanca, realizada de 18 a 20 de abril de 1961, que reuniu os diversos movimentos anticoloniais do Império Português visando a sua articulação, foi nítida a mudança de objetivos para “o combate contra o colonialismo português quer no plano nacional quer nos planos africano e afro-asiático” (Lara, cit. in SILVEIRA, 2011: 243)⁶²⁴. Os planos da recém-criada Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sucessora da FRAIN⁶²⁵, eram agora “a conquista imediata da independência nacional e a liquidação total do colonialismo português”, proclamando a unidade de ação entre as organizações nacionalistas contra o colonialismo português, no contexto da solidariedade africana, afro-asiática e internacional. Quando dos preparativos da Conferência foi considerado que a participação de delegados da oposição portuguesa, como membros ou observadores, dependeria da atitude adotada até à mesma, ou seja “se até à realização da conferência, alguns membros proeminentes da oposição fizerem uma declaração pública aceitando o direito de auto-determinação dos povos das colónias portuguesas, os delegados da

⁶²² Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Essex, 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035 (sublinhado no original).

⁶²³ Telegrama Confidencial – Do do Exército, 2ª Repartição - Secção de Informações – Resumo de notícias n.º 29, 4 de fevereiro de 1961, in ANTT/AOS/CO/UL 32B, p. 210.

⁶²⁴ A I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) realizou-se em Casablanca, de 18 a 20 de abril de 1961, tendo sido Mário de Andrade eleito Presidente, Marcelino dos Santos, secretário-geral e Aquino de Bragança, secretário para a Informação com Amália Lopes Fonseca de Cabo Verde. Holden Roberto, impossibilitado de comparecer na Conferência de Casablanca, enviou uma carta: “Mau grado nosso, porém, não podemos a ela comparecer, não obstante os seus objetivos constituírem um imperativo da causa que nos propomos vencer. Não nos permite a escassez de tempo conciliar tal deslocação com a situação atual [mas] será como maior prazer que participaremos em próximas conferências. Formulamos os melhores votos para o bom êxito do encontro e que os seus frutos redundem em benefício da nossa escravizada Pátria” (Roberto cit. in SILVEIRA, 2011: 242).

⁶²⁵ Com a participação de nacionalistas de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, foi criado o MAC (Movimento Anticolonial), que, dissolvido em janeiro de 1960, deu origem à Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). A alteração de terminologia deve-se fundamentalmente ao alargamento de movimentos aderentes e aprofundamento dos objetivos da organização.

oposição serão considerados membros da conferência, no caso contrário, simples observadores”⁶²⁶. Esta posição refletia a já conhecida opinião de Lúcio de Miranda sobre a necessidade do posicionamento da oposição portuguesa.

Nesta conferência, que pela primeira vez juntou diferentes organizações nacionalistas das colónias portuguesas com o propósito de coordenar a luta dos seus povos contra o regime colonial português, participaram 14 delegados das diferentes organizações: Mário de Andrade, Angola, Presidente MPLA, Viriato da Cruz, Angola, secretário-geral do MPLA; Pascoal Luvualu, Angola, secretário nacional da União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA); Pundolica Gaitonde, Goa, presidente do *National Congress (Goa)*; Caetano Lobo, Goa, membro do Secretariado do *Goan Liberation Council*; George Vaz, Goa, membro do Secretariado do *Goan People's Party*; Aquino de Bragança, Goa, membro do *Goan People's Party*; João Cabral, Goa, secretário-geral do *Goan League*; Adelino Gwambe, Moçambique, presidente da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO); Marcelino dos Santos, membro da UDENAMO; Miguel Trovoadá, São Tomé e Príncipe, presidente do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP); Alfredo Bangoura [Aristides Pereira], Guiné, membro do *Bureau* Político do PAIGC; Malan N'Diaye, Guiné, Comitê Diretor do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC) e Adriano Araújo, Cabo Verde, membro do *Bureau* Político do MLGC (JESUS, 2006: 69). De salientar o peso a nível numérico dos representantes das organizações goesas, pois em 14 delegados das organizações nacionalistas das colónias portuguesas 5 são goeses representando 4 organizações nacionalistas goesas, o que para José Manuel Duarte Jesus, diplomata português em início de funções em Rabat, “parecia claro que a organização estava nas mãos da Índia e vinha na linha de Bandung” (2006: 80). Tendo a iniciativa desta conferência pertencido em “primeiro lugar” à *Goan League*, liderada por João Cabral, a Viriato Cruz, do MPLA e a Amílcar Cabral do PAIGC (JESUS, 2006: 61), com a provável ajuda de Aquino de Bragança, delegado do *Goan People's Party*, que desde 1957 vivia em Marrocos, diferenciamos o papel das organizações goesas na conjugação de esforços para a realização de um trabalho conjunto entre as diferentes organizações nacionalistas das colónias portuguesas.

⁶²⁶ Da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), “Preparativos para a realização da CONCP” 1961, in *Casa Comum* – Arquivos - Pasta: 04605.043.027. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04605.043.027> (consulta realizada em 10 de abril de 2014).

Segundo informações da PIDE, Pundolica Gaitonde no seu discurso na sessão de abertura como presidente do *National Congress* (Goa), e porta-voz da delegação de Goa à Conferência, comprovava que a situação da população em Goa contrariava as palavras de Salazar ao afirmar que “são províncias portuguesas e os seus habitantes têm todos os privilégios dos cidadãos portugueses da Metrópole”: em Goa apenas 2% da população falava português e numa população de 650.000 habitantes só 25.000 tinham direito ao voto. Adicionalmente a administração local “é assunto de um governador (português) todo poderoso, que controla [a população] com a ajuda de uma polícia política e de uma força militar”, e o Conselho Legislativo e o Administrativo eram “conselhos fantoches” pois a maior parte dos conselheiros eram altos funcionários da administração⁶²⁷.

Das resoluções aprovadas da I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, a PIDE destacou as seguintes linhas:

“- Aproveitar todas as formas de luta das organizações nacionalistas para a imediata liquidação do colonialismo português;

- Criar uma organização permanente com sede em Conakry e formar um comité permanente;

- Pedir auxílio a todos os países que tem manifestado o seu apoio;

- Pedir boicotagem [sic] de todas as mercadorias portuguesas;

- Pedir a todos os países amantes da paz e a todos os países independentes de África para reverem as relações diplomáticas com Portugal e apoiarem a justa causa dos povos que ainda se encontram no domínio do colonialismo português;

- Opor-se à criação de bases da NATO na Guiné e Cabo Verde.

Foi também aprovada uma moção especial sobre Goa, apoiando as aspirações do povo goês⁶²⁸.

Na resolução sobre a oposição portuguesa, os participantes na I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, reconhecendo que o povo português vivia sob opressão de um governo fascista, não permitindo a livre informação sobre os problemas das colónias, manifestavam, o seu apoio à sua luta e encorajavam-

⁶²⁷ Secreto - Tradução dos documentos da Primeira Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas divulgados pelo Secretariado Permanente da CONCP, in ANTT/AOS/CO/UL 40, p. 3 e “CONCP, Casablanca 18 – 20 de abril de 1961” in *Casa Comum* – Arquivos - Pasta: 04357.009.001. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.009.001#!15> (consulta realizada em 10 de abril de 2014).

⁶²⁸ Informação da PIDE, n.º 684/61 GU – Enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios Defesa Nacional, Exército, Negócios Estrangeiros e ao Subsecretariado da Aeronáutica, 6 de junho de 1961, in ANTT/AOS/CO/UL 32C, p. 415.

no “a reforçar a sua unidade com vista à vitória rápida da causa da democracia”. Asseguravam que a luta dos povos “sob o domínio português não é dirigida contra o povo português mas tem por fim a liquidação total do sistema colonial” e declaravam que as organizações participantes na Conferência estavam prontas a “encetar um diálogo construtivo e dispostas a uma cooperação eficaz com os representantes autênticos do movimento democrático português na base do reconhecimento solene do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência nacional”⁶²⁹.

Relativamente a Goa, Damão e Diu, foram apresentadas as seguintes conclusões:

“CONSIDERANDO que o povo de Goa, Damão e Diu pela sua étnica [sic], pela sua cultura e sua tradição faz parte integrante do povo indiano. CONSIDERANDO que Goa, Damão e Diu são parcelas da Índia, somente separadas por barreiras políticas artificiais. CONSIDERANDO que a economia dos seus territórios depende da vida e da geografia económica da Índia. CONSIDERANDO que o povo destes territórios sempre mostrou a sua aversão total pela ocupação portuguesa. CONSIDERANDO que a «Satyagraha» de 1946 e a luta intensa que conduziu e principalmente a resistência pacífica de 1954 e 1955 que atirou para a prisão milhares de nacionalistas, são a prova evidente de que estes povos querem unir os seus destinos aos da Índia. REIVINDICA que o Governo Português ponha imediatamente em liberdade todos os presos políticos. AFIRMA a sua solidariedade na luta do povo de Goa, Damão e Diu para se libertar do jugo colonial português. APOIA calorosamente as suas aspirações para unir os seus destinos com os da Índia”⁶³⁰.

A voz dos goeses defensores da integração avoluma-se resultante do apoio do movimento das organizações nacionalistas das colónias portuguesas e da internacionalização da luta anticolonialista após a Conferência de Casablanca. A libertação de Goa do domínio colonial português e a sua integração na Índia conquistara um novo sentido para os nacionalistas, entendendo-se que Goa daria o maior contributo para a libertação das colónias portuguesas.

⁶²⁹ Secreto - Tradução dos documentos da Primeira Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas divulgados pelo Secretariado Permanente da CONCP, in ANTT/AOS/CO/UL 40, p. 168 e “CONCP, Casablanca 18 – 20 de abril de 1961” in *Casa Comum* – Arquivos - Pasta: 04357.009.001. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.009.001#!39> (consulta realizada em 10 de abril de 2014).

⁶³⁰ *Ibidem*.

2. O Seminário de Nova Deli (1961)

Pundolica Gaitonde, após a Conferência de Casablanca, inicia um ciclo de palestras de modo a estabelecer contactos a nível internacional com vários responsáveis políticos⁶³¹. No Brasil encontrou-se com Humberto Delgado, que, segundo Gaitonde, “estava praticamente isolado, com um grupo de amigos incondicionais e [que] subservientemente estavam de acordo com ele em todos os pontos da política que ele defendia e que estavam organizados numa associação que se chamava General Humberto Delgado” (GAITONDE; SERTÓRIO, 1997: 49). Na sua opinião, Delgado mantinha os princípios do *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, não afirmando publicamente o princípio da independência das colónias “he did accept in principle that Goa, Daman and Diu were part and parcel of India and this problem could be solved by conversations between India and Portugal. However, he was not prepared to say this publicly” (GAITONDE, 1987: 150).

Segundo o *Diário Carioca*⁶³² de 21 e 22 de maio de 1961, o problema da libertação de Goa do domínio português e o da sua anexação à Índia teriam sido discutidos durante o encontro que ocorrera num almoço no Hotel *Novo Mundo*, Rio de Janeiro, entre o líder da oposição portuguesa, Humberto Delgado e Pundolica Gaitonde, presidente do *National Congress* (Goa). Gaitonde considerou a conversa mantida com Humberto Delgado como “muito cordial, tendo sido tratados os vários assuntos sobre os problemas do seu país”. Humberto Delgado, contudo, pretendendo esclarecer o seu posicionamento envia uma nota ao jornal, informando que:

“dentro dos princípios do Plano Colonial da Oposição Portuguesa apresentado em 5 de outubro de 1960, em que a Oposição previu, pela primeira vez, o princípio de autodeterminação dos povos, analisaram-se diferentes métodos susceptíveis de darem solução à questão em aberto, no sentido de satisfazer a vontade dos goeses, dentro do

⁶³¹ Mas, como refere Gaitonde a sua viagem por diferentes países não foi bem recebida por todos os políticos indianos “Uninformed politicians and some officials were opposed to my tour, pointing out that the Government had embassies all over the world and that a inexperienced man was unlikely to achieve what embassy staffs had failed to do. Then there were politicians who thought that the question of Goa should not be internationalized but should rather be solved by pressuring the Government of India. What they actually wanted was to show that they were anxious to have the problem solved, and to blame the Government if it remained unsolved. This was understandable in an election year” (1987: 142).

⁶³² Rio de Janeiro, o seu fundador foi J. E. de Macedo Soares.

espírito de cordialidade que o governo totalitário português destruiu na sua cegueira do não querer considerar objetivamente as questões coloniais à luz do Século XX, a despeito dos trágicos resultados que está colhendo, sem cuidar, no seu egocentrismo, dos destinos de Portugal e das colônias”⁶³³.

Prestando declarações sobre este encontro ao jornal *Última Hora*, de 22 maio de 1961, Gaitonde sublinhava que “Goa nada tem de português, a não ser o domínio exercido sobre ela há séculos, e por isso luta desesperadamente, embora por meios pacíficos, pela sua autodeterminação”. Apesar de frisar que apenas se interessava pelo que dizia respeito a Goa, traçou “um ligeiro paralelo entre Angola e Goa, declarando que os representantes dos movimentos de emancipação dos dois povos já haviam traçado um plano de ação comum”⁶³⁴. Em outra entrevista, realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Gaitonde informava que já tinham emigrado cerca de 100 mil goeses para a Índia e que “apenas 336 pessoas de toda a população de Goa, Damão e Diu que possuem, atualmente, 637.951 habitantes são portugueses puros. E os goês, somente 134.292 professam o cristianismo e 8.848 entendem e falam a língua portuguesa”. Clarificou a ideia de que apesar de o movimento de libertação dos goeses nada ter a ver com o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), se encontraria no dia seguinte com Humberto Delgado⁶³⁵. Estas declarações de Pundolica Gaitonde seriam comentadas por Gama Pinto, jornalista goês radicado no Brasil, representante do *Heraldo*, junto ao *Diário Carioca*, de 24 de maio de 1961. Gama Pinto acusava este jornal de ter omitido uma parte importante da entrevista de Gaitonde. Ao ser questionado por que considerava o colonialismo português uma vergonha, e “porventura imoral?”, Gaitonde teria repondido: “eu nada tenho contra os portugueses. Considero-o imoral por ser estrangeiro em pleno coração da nacionalidade indiana”. Face a esta afirmação Gama Pinto perguntava: “Mas o dr. Gaitonde veio da União Indiana e certamente por conta dessa nação, logo não pode arrogar-se no papel de representante de Goa, que é portuguesa e insiste em continuar portuguesa”. A resposta tardara e segundo Gama Pinto só surgira “quando respondendo a outra pergunta do sr.

⁶³³ “Líder Goês fez contato com Delgado”, in *Diário Carioca*, 21 e 22 de maio de 1961, n.º 10.093, pp. 1, 11.

⁶³⁴ “Líder libertador de Goa pede apoio à oposição portuguesa”, in *Última Hora*, 22 maio de 1961, n.º 03347, p. 7.

⁶³⁵ “Povo de Goa quer o seu país anexado à Índia”, in *Diário Carioca*, 20 de maio de 1961, ano XXXIII, n.º 10.092, pp. 1, 11. O Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) foi constituído em 1960 unindo o MNI, representado pelo seu secretário geral Henrique Galvão e membros da União dos Combatentes Ibéricos.

Figueiredo Lima, dr. Gaitonde teve que reconhecer que Portugal não tinha lucro algum com o Estado da Índia, e que não havendo ali condições económicas ou financeiras que permitissem uma independência soberana os «nacionalistas» goeses se contentariam com uma anexação pura e simples por parte da União Indiana»⁶³⁶. Torna-se interessante analisar a informação da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros pois, ficamos a saber que a presença de Gama Pinto na referida conferência de imprensa e as cartas que foram dirigidas aos jornais e ao Presidente da República “foram previamente combinadas com esta Missão Diplomática”⁶³⁷.

Dos contactos estabelecidos entre Humberto Delgado e Pundolice Gaitonde surge o convite para visitar Deli, transcrevendo o *Diário Carioca*, de 22 de fevereiro de 1961, a notícia de um telegrama de Nova Deli dos jornais *Dawn* e *Morning-post* de Carachi, “informando que o Congresso Nacional de Goa, partido favorável à integração de Goa, Damão e Diu na União Indiana, convidará Humberto Delgado a deslocar-se no mês de março a Nova Deli a fim de participar numa reunião onde se discutiria a «entrega de Goa à União Indiana»”⁶³⁸. Porém depreendemos que esta viagem não teria sido realizada, pois não localizamos qualquer informação relativa à deslocação de Humberto Delgado assim como à sua possível participação numa reunião em Nova Deli.

Será na sua passagem pelo Brasil que Gaitonde trava conhecimento com Manuel Sertório, manifestando mais tarde a Lúcio de Miranda o seu “encanto” com o Brasil e em particular, com Sertório e o seu grupo⁶³⁹. De regresso à Índia, Gaitonde sugere a Nehru a ideia da realização de uma conferência em Deli semelhante à de Casablanca, com o objetivo de contribuir para uma maior informação da opinião pública mundial sobre os problemas das colónias portuguesas e unindo não só os movimentos de libertação das colónias portuguesas como outros defensores dessa causa. Apesar de relutante, segundo as palavras de Edila Gaitonde, Nehru concorda pedindo apenas que se chamasse “seminário” e não “conferência” para lhe dar um ar mais “intelectual” (GAITONDE, 2011: 152). Pundolice Gaitonde em carta enviada anos mais tarde a

⁶³⁶ “Português contesta o nacionalista goense”, in *Diário Carioca*, 24 de maio de 1961, n.º B 10.085, p. 3.

⁶³⁷ Carta da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o ministro dos Negócios Estrangeiros, a 29 de maio de 1961, in AHD/MNE/PEA – Mç. 4 (1961). Também foram enviadas às embaixadas em Washington, Londres, Paris, Estocolmo e Missão em Nova Iorque informações acerca das atividades políticas de Gaitonde, in AHD/MNE/PEA – Mç. 4 (1961).

⁶³⁸ “Goeses enviam convite a Humberto Delgado”, in *Diário Carioca*, de 22 de fevereiro de 1961, ano XXXIII - n.º 10.019, p. 2

⁶³⁹ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Essex, 22 de junho de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2039, p. 2.

Manuel Sertório confidencia: havia sido inteiramente sua a iniciativa da realização do Seminário e que Nehru dissera “use of force is not ruled out”⁶⁴⁰, tendo-a repetido publicamente “on 16 August 1961, when the Bill on the integration of Dadra and Nagar-Haveli was being discussed in Parliament” (GAITONDE, 1987: 152).

Tendo sido recebido um convite em modo de “sondagem”, a escolha do observador português a participar no Seminário será objeto de debate no GPDI. Nele era manifestada a vontade do *Indian Council for Africa*⁶⁴¹ “que os democratas portugueses mandassem também a sua presença, mas desejavam que o delegado fosse representativo”. Lúcio de Miranda ponderando que representativo significaria que a personalidade e os pontos de vistas merecessem a aprovação de uma grande corrente da oposição, considerava que no seu Grupo não havia alguém realmente representativo, por isso indicava o nome de Sertório pois era “«a persona grata» aos olhos dos organizadores”⁶⁴². O nome de Ruy Luís Gomes⁶⁴³ acabou por ser o indicado após reunião do GPDI, “não só pelo prestígio internacional do seu nome, mas ainda pela posição que tomou, como Presidente do MND, na crise de Goa”⁶⁴⁴. No entanto, o convite do *Indian Council for Africa*, datado de 23 de setembro de 1961, acabaria por ser dirigido a Manuel Sertório, por indicação de Pundolika Gaitonde. Sertório seria convidado a participar como observador e orador português no Seminário de Nova Deli e em um *Meeting* de Bombaim, a decorrer entre 20 a 23 de outubro de 1961⁶⁴⁵.

⁶⁴⁰ Carta de Pundolika Gaitonde para Manuel Sertório, 27 de julho de 1978, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 1341. Gaitonde não deixa de agradecer a Sertório e António Figueiredo por ter “readily agreed to discuss with me frankly the attitudes of Portuguese opposition regarding the Goa question (GAITONDE, 1987, v).

⁶⁴¹ *Indian Council for Africa*, entidade não-governamental, editor de uma revista sobre os problemas africanos *Africa Quarterly*.

⁶⁴² Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Essex, 3 de setembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2046, (sublinhado no original).

⁶⁴³ Ruy Luís Gomes em 1958 deixou Portugal e foi viver para a Argentina até 1962 e mais tarde para o Brasil (1962 a 1974).

⁶⁴⁴ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Essex, 3 de setembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2047.

⁶⁴⁵ Correspondência do *Indian Council for Africa* para Manuel Sertório, 23 de setembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/95. Segundo informação do Gabinete dos Negócios Políticos Ministério do Ultramar, foram convidados para tomar parte no Seminário os representantes dos seguintes países: “República Árabe Unida, Etiópia, Marrocos, Indonésia, Ceilão, Iraque, República do Congo, Nigéria, Birmânia, Sudão e Jugoslávia. (...) Em 7 de outubro, notícias oficiosas de Nova Deli, já pormenorizavam as possíveis decisões que seriam tomadas no Seminário e indicava quais os vários delegados: Mário de Andrade, Viriato Cruz e Pascal Luvulo, por Angola, Berta Bragança e João Cabral, goeses, Gwambe, de Moçambique, Miguel Trovoada, de S. Tomé, Bangoure e Malau N'Diaye, pela Guiné, Adriano Araújo, de Cabo Verde, além de Dr. Mondlane e Sigawbe de Moçambique. Goa tinha sido assegurada a sua representação por intermédio do Prof. A. Soares, Kakodkar, Lavaude, Dr. Gaitondó, George Vaz, C. Lobo, Irene Aeredia, Dona Suda Joshi, Berta Bragança, Prof. Lúcio Rodrigues, Jerónimo

Já em correspondência anterior com Lúcio de Miranda, Sertório considerara que a “base de representatividade a este respeito poderia constar do documento assinado pelo GPDI e por mais umas dezenas de democratas de vários países”⁶⁴⁶. Manuel Sertório referia-se ao documento intitulado *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU* que, desde maio de 1961, estava a ser redigida, mas as expressões ambíguas sobre o reconhecimento da autodeterminação que haviam sido introduzidos por Henrique Galvão, geraram objeções por parte dos Profs. Ruy Luís Gomes e Aniceto Monteiro, então exilados na Argentina, originando um novo documento⁶⁴⁷. Redigida a nova declaração o GPDI, não só a apoia, considerando-a mais “clara e mais avançada” do que a anterior, como se congratulava pelo facto da Oposição ir-se “aproximando do seu ponto de vista. Deo gratias”. Mas, para Lúcio de Miranda, este posicionamento da oposição “já vai tarde e a más horas”⁶⁴⁸. Publicada a declaração do GPDI, pelo jornal *Free Goa* era destacado o facto de estar a defender “unconditional recognition of the right of the colonial peoples to self-determination and immediate negotiation”⁶⁴⁹.

Com o visto de entrada concedido pela embaixada indiana no Rio de Janeiro, após uma breve passagem por casa de Lúcio de Miranda em Londres⁶⁵⁰, Sertório chega a Bombaim. Mas, ao passar o controlo de saúde pediram-lhe o certificado da febre amarela, e como não o tinha, embora tivesse explicado que vinha do Brasil, de uma cidade em que já não havia febre amarela há mais de trinta ou cinquenta anos, foi posto de quarentena. Com esta contrariedade, apesar de que, segundo Sertório, a quarentena não tivesse durado efetivamente os quarenta dias, mas alguns dias, tudo aponta pelas

de Sousa, Peter Alvares, Dr. Ranea Hedge, Dr. Mayenear e Diniz Vaz”. Segundo apontamento do Ministério do Ultramar, palavras contra a administração estrangeira como sendo uma ameaça para a liberdade da União Indiana foram proferidas tanto por Nehru como pelo chefe do Governo do Estado do Maharashtra, J. B. Chavan. Apontamento do Ministério do Ultramar – Gabinete dos Negócios Político – Assunto Seminário para a libertação de todas as possessões coloniais portuguesas, realizado na União Indiana, in “Seminário de Deli”, AHD/MNE/MU-GM/GNP-RNP 0021- 04787. Ver Anexo 9 - Convite do *Indian Council for Africa* a Manuel Sertório (23 de setembro de 1961).

⁶⁴⁶ Carta de Manuel Sertório para Lúcio de Miranda, S. Paulo, 15 de setembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2049.

⁶⁴⁷ Carta de Manuel Sertório a Lúcio de Miranda, S. Paulo, 13 de maio e 6 de junho de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2037 e 2038.

⁶⁴⁸ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Londres, 21 de junho de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2039 (sublinhado no original).

⁶⁴⁹ “Portuguese Democrats supportt independence of Colonies”, in *Free Goa*, September 10, 1961, vol. 8, n.º 23, p. 2.

⁶⁵⁰ Como recordou Sacuntala de Miranda, Sertório pernitoou em casa de Lúcio de Miranda onde “dormiu no sofá de plástico verde reservado aos visitantes” (MIRANDA, 2003: 129).

fontes consultadas que a sua participação no Seminário tivesse ficado limitada aos últimos dias de trabalho⁶⁵¹.

Inaugurado o Seminário com o discurso do Presidente do *Indian Council for Africa*, Balwantray Mehta, foi lembrado que o seu principal objetivo era educar, informar e mobilizar a opinião internacional para a luta pela libertação das colónias portuguesas assim como chamar a atenção da ONU, sugerindo que caso o Governo português “continuar a desrespeitar a carta da ONU, deverá ser expulso desse organismo internacional”. Ideia reforçada na intervenção do ministro da Justiça da União Indiana, Asoke Sen, assim como por Yashwantrao Chavan, o primeiro ministro-Chefe do Maharashtra, o qual considerou que as Nações Unidas deveriam colocar “o problema, e aprovarem uma resolução pedindo ao Governo português que conceda a liberdade às suas «colónias» até determinada data, a qual, não sendo satisfeita, obrigará a sanções económicas, políticas e militares”⁶⁵². Para Nehru era imperativo, no interesse da paz mundial, terminar com o colonialismo português, e referindo-se a Goa, “was a blot of colonial domination on India, and it had to go” afirmando que “we still try to settle the problem peacefully”» (GAITONDE, 1987: 155). Foi unânime nos oradores a defesa de uma ação militar de modo a resolver o problema de Goa e de outros territórios Portugueses, exceto no discurso do ministro das Finanças, Morarji Desai “whose lone voice caused great dissatisfaction among the delegates”⁶⁵³. Segundo Gaitonde, Morarji Desai “expressed his inability to support violent means because of his strong personal belief in validity and necessity of non-violence, and in non-violence as the true means of solving the colonial problem” (1987:156). Tendo já começado a guerra em Angola, foram condenados os atos de repressão aí praticados bem como, nas outras colónias e, o apoio dado pela NATO à continuação do regime salazarista. Marcelino dos Santos, o delegado da FRELIMO, caracterizou a política colonial portuguesa como cruel e racista, referindo-se às leis que discriminavam a população colonial entre *civilizados* e *não civilizados*, e reforçou a ideia que a libertação de Goa daria o maior contributo para a libertação das colónias portuguesas: “we should have a clear-sightedness and courage to

⁶⁵¹ Elsa Sertório, filha de Manuel Sertório gentilmente enviou-me a transcrição integral da entrevista de Pundolice Gaitonde com Manuel Sertório, Sesimbra, 1984 (email enviado pela própria a 12/11/2016).

⁶⁵² Perintrep 10/61, F.A.E.P.I., Cidade de Goa, 1 de novembro de 1961, in ADN – SGDN/ 4314.2 - 4ª pasta, pp. 1-2.

⁶⁵³ “Seminar calls for immediate liberation of Goa – military action advocated”, in *Free Goa*, vol. 9, n.º 3, November 10, 1961, p. 4. Como refere Stocker, “Nehru acolhia na União Indiana os anticolonialistas e inimigos da política de Salazar, enquanto em Moscovo decorria o 22º Congresso do PCUS. Nas conclusões finais, os delegados concordaram em apoiar todas as formas, incluindo materialmente, aqueles que combatiam o colonialismo português” (2005: 210).

assert that is necessary sometimes in defence of peace to resort to arms when the persistence of vestiges of colonialism pose a threat to peace”⁶⁵⁴.

Na sessão “Portuguese Colonies and the United Nations”, Anthony Wedgwood Benn, membro do Parlamento britânico pelo Partido Trabalhista, como representante do *Committee for Liberation of Portuguese Colonies* (Londres), dizia acreditar no poder da ONU para resolver o problema de Goa: “A resolution should therefore be introduced declaring Portuguese colonialism to be a threat to peace and calling on her to begin negotiations for self-determination within a specified time”.

Para Benn, caso Portugal recusasse deveriam ser tomadas medidas concretas: “Collective Measures Committee and calling on member States to co-operate with it in the use of whatever force was necessary to compel compliance. In this way international legitimacy could be given to effective action by all nations, including India, to apply this resolution”. João Cabral, da *Goan League* sediada em Londres, defendeu que as potências afro-asiáticas deveriam exigir uma declaração da ONU para que Portugal marcasse uma data para a independência das colónias e salientou “a inacção do povo indiano de acabar por ser um encorajamento para Portugal”⁶⁵⁵. Por seu turno Gaitonde demonstrou um grande ceticismo que o problema de Goa fosse resolvido através da ONU, mostrando-se a favor “of a direct action against the Portuguese occupation in Goa and cited the example of São João Baptista de Ajuda in Dahomey” (GAITONDE, 1987: 156).

O Primeiro ministro da Tanganica, Julius Nyerere, em mensagem a Nehru transmitida durante o Seminário, salientava a opressão vivida nos territórios portugueses de Angola e Moçambique, esperando que o Seminário “would lead to an increasing of the situation in Portuguese colonies and to constructive proposals to put an end to them” (NARAYAN, 2012: 118). Nas palavras do líder do movimento *Azad Gomantak Dal*, Vishwanath Narayan Lawande: “no effort should be spared to bring about the end of Portuguese colonialism, no means eschewed to hasten it. Moral, material and other support should be extended to all fighters for freedom in the Portuguese colonies” (Lawande cit. in RISBUD, 2003: 334)⁶⁵⁶.

⁶⁵⁴ “Seminar calls for immediate liberation of Goa – military action advocated”, in *Free Goa*, November 10, 1961, vol. 9, n.º 3, p. 4.

⁶⁵⁵ Perintrep 10/61, F.A.E.P.I., Cidade de Goa, 1 de novembro de 1961, in ADN – SGDN- 4314.2- 4ª pasta, p. 2.

⁶⁵⁶ Vishwanath Narayan Lawande nasceu em Goa (Velha) a 20 de abril de 1923. Enquanto estudante participou no movimento *Quit India*. Regressou a Goa e organizou em Margão o movimento *Seva Dal* em 1942. Após 1946 por participar nos *Satyagraha* foi detido várias vezes. Fez parte do NC(G) mas “being

Da passagem de Sertório pela Índia registamos vários momentos expressivos – a participação no dia de trabalho antes de serem extraídas as conclusões dos debates, a presença no comício de encerramento em Bombaim, o testemunho para o jornal *Free Goa*, a comunicação gravada ao microfone da *All India Radio* e o depoimento na conferência de imprensa realizada no *Constitution Club* de Nova Deli⁶⁵⁷.

Não representando oficialmente nenhum organismo oposicionista português expôs na *All India Radio*, a 28 de outubro, os seus pontos de vista acerca do futuro das colónias portuguesas que estavam formulados na *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*. Esta Declaração, a apresentar na sessão seguinte da Assembleia Geral daquela organização internacional, destinava-se a ser assinada somente por democratas exilados ou emigrados, “pois seria certa a perseguição policial para aqueles que, vivendo em Portugal, assinassem”. De facto, foi assinada por vários núcleos da emigração e, individualmente, por várias figuras da oposição portuguesa no exílio em diferentes partes do mundo. Os dirigentes do PCP demarcaram-se, no entanto da iniciativa, “considerando que ela comprometeria a unidade antifascista” (SERTÓRIO, 1990: 41). Mesmo assim alguns membros do Partido a assinaram a declaração a título individual, o que terá suscitado algumas discussões com os dirigentes (GAITONDE; SERTÓRIO, 1997: 53).

O documento defendia “o direito de todos os povos hoje submetidos à soberania portuguesa se auto-determinarem politicamente e assumirem, se assim desejarem, a independência (...)” e a abertura de negociações para esse efeito. Denunciava, ainda, a guerra em Angola “como uma guerra tipicamente colonial” destinada a prolongar, naquela como nas outras colónias portuguesas, “a prática de crimes de genocídio, a privação por parte dos negros de todos os direitos civis e políticos, o regime de trabalho compulsório e a discriminação racial”. Repudiava, ainda, as responsabilidades referentes à política colonialista do governo de Salazar atribuídas ao povo português, pois este estava impedido “de exercer quaisquer direitos cívicos em virtude da repressão da polícia política - PIDE -, estando a opinião pública portuguesa mistificada pelas

opposed to the peaceful methods, in April 1947 founded the AGD [*Azad Gomantak Dal*], Cuncolim alongwith his colleagues to fight for freedom resorting to terrorist activities; and thereafter led is throughout till Liberation” (SHIRODKAR, 1986: 196-197).

⁶⁵⁷ “Depois de três dias de trabalhos em Nova Deli o Seminário reuniu, em 23 e 24 de outubro, em Bombaim, para extrair as conclusões dos debates e ser encerrado com um comício monstro de mais de 200 mil pessoas numa das praias da cidade”. Artigo de Manuel Sertório para o jornal *Portugal Democrático*, “O Seminário de New Delhi”, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 2.

mentiras da propaganda oficial e pela acção da censura, que obstrói por completo o acesso às fontes de informação fidedignas”⁶⁵⁸.

Sertório para além de ter exposto na alocução gravada na *All India Radio*, a *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU* aproveitaria para prestar o seu testemunho sobre a situação que se vivia em Portugal sob a ditadura de Salazar: um “regime tipicamente fascista, que não autoriza partidos políticos nem nenhuma associações cívicas, não reconhece o direito de reunião e submete a censura prévia toda a imprensa”, desinformando e deformando a opinião pública. Exemplo disso era, a forma como fora comentada a decisão do Tribunal Internacional de Haia sobre o direito de passagem de tropas portuguesas pelo território da União Indiana, “apresentada como uma vitória dos invocados direitos históricos de Portugal e uma derrota das pretensões do governo indiano”. Acrescentava, ainda, a repressão exercida pela PIDE aos adversários de Salazar, contando as prisões de Portugal com cerca de 1.500 presos políticos. Por esta razão não se podia confundir “o povo português com a política agressiva e colonialista do Dr. Salazar”, sendo claro que os emigrados políticos através de vários jornais apoiavam a “luta dos povos coloniais pela sua liberdade e auto-determinação”. Sertório advertia que não se devia pensar que a posição dos “liberais” fosse “meramente platónica em face da luta dos povos coloniais portugueses” pois as pressões eram constantes sobre o Governo português “no sentido da cessação das lutas coloniais”. Considerava que o estado de espírito explosivo em que as massas populares se encontravam restauraria muito em breve a liberdade no país, “podendo assegurar que o fim imediato das guerras coloniais, onde elas então existirem, e a independência das colónias ou a sua auto-determinação política serão facilmente conseguidas por exigência da esmagadora maioria do povo português, que sabe bem, como os povos das colónias, o que vale e o que custa a luta pela liberdade”. Ao terminar a sua comunicação na rádio, Sertório apontava para a vantagem de uma diplomacia conjunta das organizações nacionalistas das colónias portuguesas e dos dirigentes da oposição portuguesa ao Governo, sugerindo a realização num futuro próximo, em

⁶⁵⁸ *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/85.

Marrocos, de uma conferência pois “seria a forma de se ajustarem na prática e mediante objectivos concretos os interesse convergentes de ambos os lados”⁶⁵⁹.

Posteriormente, a 30 de outubro, acrescentaria, na conferência de imprensa no *Constitution Club* de Nova Deli, que “I think while the Salazar’s regime last the nationalist leaders of the Portuguese colonies and Portuguese liberals should meet to devise a plan of action for the United Nation’s intervention and such other methods for a rapid solution of Portuguese colonial problem”. Salientava-se que “We feel that Salazar’s colonial policy of racial discrimination and exploitation of forced labour has led to the Angolan war, resulting in genocide. This is the reason why the troops are not provided with arms while they are being taken to Angola and other colonies”⁶⁶⁰.

A questão de Goa não foi apenas abordada por Sertório na comunicação realizada na *All India Radio*, na qual defendia “a sua imediata integração no Estado da União Indiana”, pois “a grande maioria dos goeses já se tinha pronunciado por essa integração”⁶⁶¹. Expô-la igualmente e, com maior atenção num texto destinado ao jornal *Free Goa*, cujo manuscrito existe no seu espólio com a informação que foi entregue em 26 de outubro de 1961, sem que tenha chegado a ser publicado. Desconhecemos a razão, já que o jornal publicou diversas mensagens, de saudação ao povo de Goa, de participantes no Seminário, como a do ministro dos Assuntos Africanos de Marrocos, Abdel Karian, e do seu conselheiro, Aquino Bragança, do representante de Angola, Ferreira Viana do MPLA, da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), Adriano Araújo e Marcelino dos Santos de Moçambique, secretário-geral da CONCP⁶⁶².

Nesse texto Sertório observava que quanto a Goa, “que não reivindica a independência mas sim a integração na União Indiana, (...) é ao próprio povo goês – não só aquele que vive e sofre em Goa como ao que teve de radicar-se na Índia – que cabe pronunciar-se por plebiscito ou outra forma, sobre o seu próprio futuro. E um governo democrático português não deixará de respeitar essa resolução”. Salientava que os democratas compreendiam a atuação dos nacionalistas das colónias portuguesas pois

⁶⁵⁹ Manuscrito da alocução gravada na *All India Radio*, 28 de outubro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, pp. 7-8.

⁶⁶⁰ “Statement by Dr. Manuel Sertório”, *Constitution Club* em Nova Deli, 30 de outubro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/101, p. 1.

⁶⁶¹ Manuscrito da alocução gravada na *All India Radio*, 28 de outubro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 2.

⁶⁶² “Greetings to the people of Goa – From Fighters against Portuguese colonialism and fascism”, in *Free Goa*, November 10, 1961 vol. 9, n.º 3, pp. 1, 3.

“o povo português, oprimido há 35 anos por um regime, odeia a repressão, não poderá deixar de ser, como é, o primeiro, a compreender a luta pela liberdade desenvolvida pelos povos das colónias e solidarizar-se com eles”. Sertório acrescentava que “quando todos os povos das actuais colónias portuguesas se tiverem politicamente auto determinado e quando o povo português tiver, pelo seu lado, reencontrado o caminho da independência e da democracia os laços culturais, da língua e dos costumes, onde eles existam podem então encontrar as formas legítimas e espontâneas de unir, se eles assim desejarem, [] futuras vidas nacionais desses povos”⁶⁶³.

Das conclusões do Seminário, apresentadas em 11 pontos, aparece a ideia central que o colonialismo português deveria terminar, assim como, aqueles que o combatiam seriam apoiados de todas as formas. Como se torna evidente no ponto seis, os participantes revelavam uma plena consciência da importância da resolução da questão goesa:

“la libération de GOA revêt dans la phase actuelle une importance exceptionnelle pour la libération des autres colonies portugaises”⁶⁶⁴.

Mas, como refere Stocker, “o teor das diferentes intervenções revelou diferenças quanto à melhor maneira de lhe pôr fim” (2008: 211).

⁶⁶³ “Povo de Goa”, manuscrito para o jornal *Free Goa*, entregue em 26 de outubro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/99 (palavra ilegível no original).

⁶⁶⁴ *Seminaire sur les problemes des colonies portugaises*, New Delhi, 20-23 outubro, 1961, in ANTT/PIDE-DGS – Del. Angola – PI/13-29/A-17 - NP 2002, pp. 75-76 (maiúsculas no original). Segundo informação da PIDE, também teriam tomado parte no Seminário de Deli: Manuel Sertório, “que ali se apresentou como dirigente da «Comissão Inter- Ligação» dos núcleos inimigos de Portugal residentes no estrangeiro”, Marcelino dos Santos, “dirigente da CONCP, (...) do MPLA e da UDENAMO [sic]”. Relativamente ao Estado da Índia teria sido acordado: “1º - Abertura de novas frentes de combate; 2º - Precipitar a ofensiva na metrópole; 3º - Trabalhar os Governos estrangeiros (grandes democracias) contra Portugal; 4º - Reforçar a ofensiva contra Portugal na ONU, conjugando-a, se possível, com o referido no n.º1; 5º - Organizar melhor as bases de ataque contra Portugal, tanto na Metrópole como no Ultramar; 6º - Utilizar no enquadramento dos efectivos inimigos ultramarinos universitários portugueses que já saíram legal ou clandestinamente do País, procurando também tentar a saída dos que restam, recorrendo inclusivamente ao clássico asilo em Embaixada estrangeira, seguido da concessão de passaporte; 7º - Utilizar todos os ultramarinos que não possam sair do País na ofensiva interna, colocando-os à disposição do partido comunista, através da União Internacional dos Estudantes, com o apoio da Igreja Metodista e da Igreja Católica Progressista (Comunista)”. Informação da PIDE n.º 1.692/61-GU, 4 de dezembro de 1961, in ANTT/AOS/CO/UL 50, pp. 76 – 80. Tendo em conta a natureza da fonte, desde logo colocamos alguma reserva nas informações prestadas por este relatório da PIDE pois registam-se incorreções, não só ao identificar Marcelino dos Santos como dirigente de um movimento angolano, o MPLA, e de um moçambicano, o UDENAMO, como também a informação referente ao acordado no ponto 7 da existência em Portugal de uma “Igreja Católica Progressista” e de uma “Igreja Metodista” articulados com o Partido Comunista.

Para Sandrine Bègue :

“cette conférence marque alors la fin progressive – et programmée – des hésitations de Nehru sur Goa, quant à une intervention militaire. (...) L’encouragement est lancé aux participants pour réclamer du Premier ministre indien une position plus directe et concrète. Les leaders nationalistes voient plus que jamais la chute de Goa comme la clé de leur décolonisation” (2007: 1066-1067).

Pela primeira vez Nehru, no discurso de encerramento para mais de 200 mil pessoas numa das praias de Bombaim, *Chowpatty Beach*, diz:

“We have to think afresh now because of the happening in Goa, particular in the last few months, cases of torture have come to our notice and the terror that is spread there by the Portuguese. When I say afresh, I mean that we have been forced into thinking afresh by the Portuguese to adopt other means to solve this problem. When and how we do it cannot be forecast now. But I have no doubt that Goa will soon be free” (Nehru cit. in MASCARENHAS, 1982: 400).

O uso da ação da polícia para a libertação de Goa para Sertório não estava excluído, pois este, ao responder ao jornalista do *Indian Express*, que lhe pergunta se gostaria que o Governo da Índia recorresse à ação da polícia para a libertação de Goa, responde: “It is a matter of problem for the people of Goa, and India to consider. All that I can say is that if Goa is integrated with India the Portuguese people will be happy”⁶⁶⁵.

Sertório, após a sua chegada ao Brasil, através do jornal *Portugal Democrático* noticia as principais decisões do Seminário, mencionando que para forçar o fim do colonialismo de Salazar seria desencadeado um plano a ser executado em duas fases: numa primeira fase, levar à Assembleia Geral da ONU a proposta de designar uma data “até à qual Portugal deverá permitir o exercício do direito de auto-determinação dos povos das suas colónias (na execução da resolução das N.U. de 14 de dezembro de 1960)”. Numa segunda fase, caso o governo de Salazar não cumprisse a resolução da Assembleia, “esta tomaria uma nova resolução, pela qual qualquer Estado membro das N.U. ficará autorizado a auxiliar, pelos meios julgados adequados, as lutas de libertação

⁶⁶⁵ Recorte da notícia do *Indian Express*, 31 de outubro de 1961, in ANTT/PIDE-DGS - Manuel Sertório – SC/CI (2) - 2257- NP 6976, Vol. I, p. 271.

dos povos dos territórios dependentes de Portugal”⁶⁶⁶. Com a intenção de desencadear este processo Sertório passou, no regresso, por Nova Iorque, e estabeleceu contactos com o Rev. Ramkrishna Shahu Modak⁶⁶⁷, presidente da *All India Federation of National Churches*, que forneceu “um plano de actuação junto da ONU e um orçamento para 6 meses de actividade”⁶⁶⁸. O Rev. Modak, apoiando “the liberation of the Portuguese colonies and people from the unsatisfactory government of Antonio Oliveira Salazar”, entendia que a campanha pretendida por Sertório que deveria ser lançada em Nova Iorque não só por ser a sede das Nações Unidas e o centro dos negócios de todo o mundo, como também pelo facto de ser nessa cidade que Sertório poderia contar com o apoio de todo o mundo. O seu plano abrangia múltiplas vertentes de modo a exercer uma vasta influência e deveria ser iniciado em dezembro de 1961, “thus to draw in United Nations dignitaries during the current session of General Assembly”⁶⁶⁹. Mas para Sertório, não só o plano apresentado necessitava de ser revisto em virtude do orçamento elevado, como o seu aproveitamento dependeria da conferência que pretendia realizar na Europa, por volta de janeiro de 1962, entre delegados de todas as forças políticas internas e de todos os organismos da emigração, de modo a planear a nova fase da luta⁶⁷⁰.

Segundo Pundolica Gaitonde na introdução ao seu livro *The Liberation of Goa*:

“freedom fighters from Portuguese colonies, including Goans, were convinced that the liberation of Goa would also result in the liberation of other Portuguese colonies. Some of us went even further when we thought that this was the best way of helping the Portuguese Opposition to re-establish democracy in Portugal. The African

⁶⁶⁶ Artigo de Manuel Sertório para o jornal *Portugal Democrático*, “O Seminário de New Delhi”, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 2.

⁶⁶⁷ O Rev. Ramkrishna Shahu Modak (1891-1968), presidente da *All India Federation of National Churches*. Quando da formação da ONU, em S. Francisco, liderou uma delegação internacional dos representantes das nações que reclamavam a sua liberdade.

⁶⁶⁸ Carta de Manuel Sertório para Pundolica Gaitonde, S. Paulo, 5 dezembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 1327.

⁶⁶⁹ Carta de Rev. Ramkrishna Shahu Modak a Manuel Sertório, Nova Iorque, 10 de novembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. 2078.

⁶⁷⁰ Carta de Manuel Sertório para Pundolica Gaitonde, S. Paulo, 5 dezembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 1327. Manuel Sertório em carta ao Rev. Ramkrishna Shahu Modak, de 28 de novembro de 1961, informa-o do adiamento do plano de atuação junto da ONU, em virtude do futuro encontro da oposição, e da necessidade de rever o orçamento apresentado. Assim como participa a ida de Adolfo Casais Monteiro à ONU, agendando um possível encontro com Modak. Carta de Manuel Sertório para Rev. Ramkrishna Shahu Modak, S. Paulo, 28 de novembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2079.

leaders who attended the Delhi Seminar [...] were unanimous in stressing that the best help in India could give to African freedom fighters was to liberate Goa” (GAITONDE, 1987: xii).

De modo a informar a PIDE da atividade e das palavras proferidas em Nova Deli daquele que se intitulava como “chefe da «Comissão de Coordenação da oposição portuguesa em todo o mundo»”, os passos de Manuel Sertório no exílio foram seguidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros⁶⁷¹. As notícias que se publicam em Portugal sobre o Seminário serviriam apenas para demonstrar a indignação com a participação do “traidor” Sertório⁶⁷², sendo todas as outras notícias censuradas de modo a não “provocar desânimo entre os leitores”⁶⁷³.

⁶⁷¹ ANTT/PIDE-DGS - Manuel Sertório – SC / CI(2) - 225 – NP 6976, p. 267.

⁶⁷² O *Diário da Manhã* mais tarde, já após a anexação de Goa, Damão e Diu, recordava os “traidores” portugueses intitulando um artigo “Ao serviço da Rússia: Os traidores tiram a máscara”. Recorte do *Diário da Manhã*, de 12 de março de 1962, in ANTT/PIDE-DGS - Manuel Sertório – DEL.P./ PI 21062 - NP 3788, p. 31.

⁶⁷³ Folha solta - Noticiário ANI, 10 de setembro 1961, in “Seminário de Nova Deli”, AHD/MNE/MU-GM/GNP-RNP 0021- 04787.

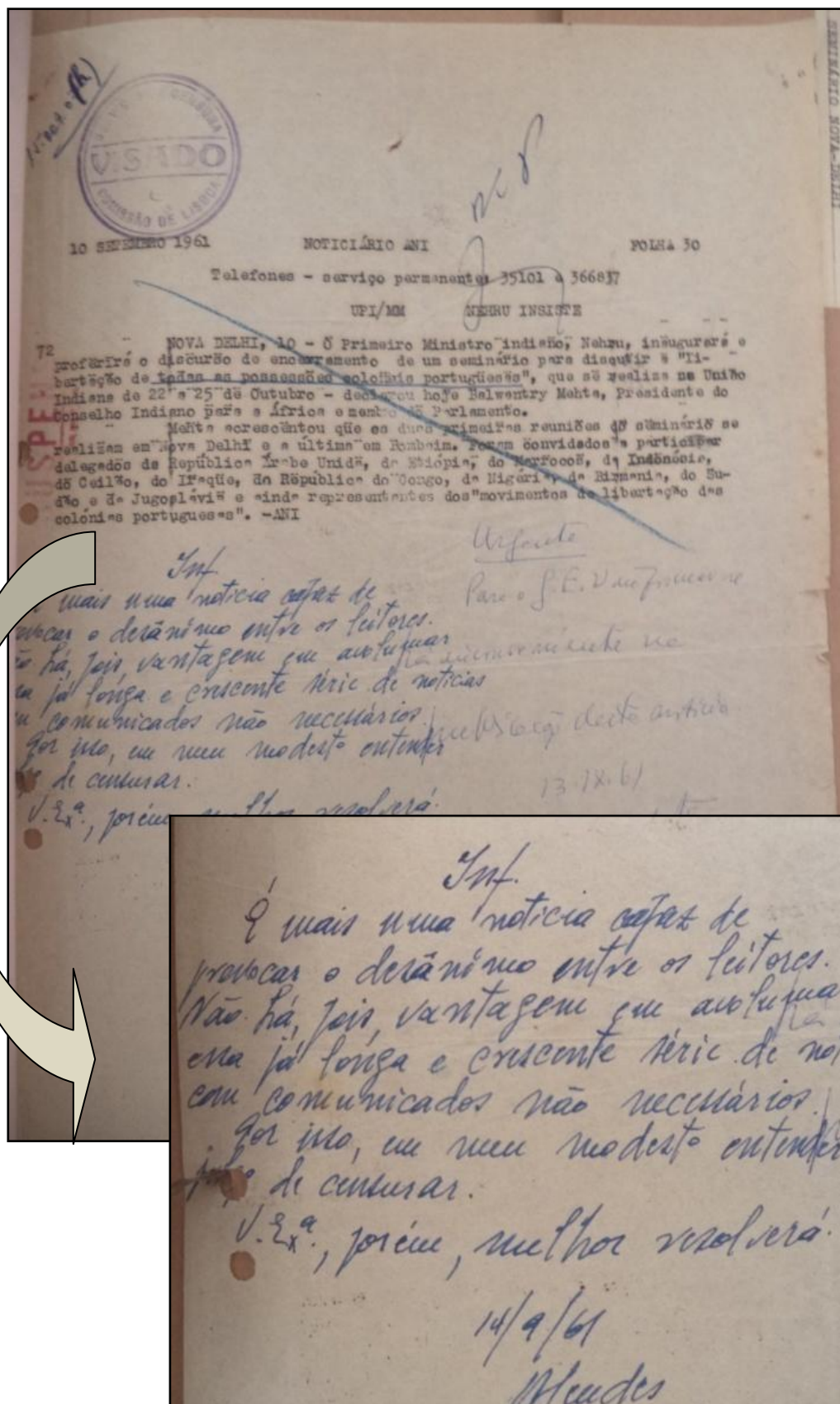


Figura 15 - Noticiário ANI - Seminário de Nova Deli, 1961
(AHD/MNE/MU-GM/GNP-RNP 0021-04787)

Ainda sobre o Seminário, o *Indian Council for Africa* publicou um livro com um conjunto de felicitações pela realização do Seminário de vários líderes pelo seu interesse em abordar os problemas das colónias portuguesas, apoiando não só a luta pela liberdade, como pela independência e manifestando a esperança de verem o problema resolvido em breve. Deste livro da caracterização de todas as colónias portuguesas, e em especial do texto sobre as relações entre Portugal e as Nações Unidas e da resenha sobre a História de Goa, escrita por Aloísio Soares, destacaremos o texto de Pundolika Gaitonde por este se referir à oposição portuguesa.

Em breves linhas, no texto intitulado “1954-55 Movement”, Gaitonde refere-se à oposição em Portugal:

“during this period, Goa engaged the attention and energies of all political elements in Portugal – of the Government, the opposition parties and the Portuguese people. All other problems were pushed into background. The Portuguese Government did everything possible to win over the sympathies of both the Portuguese people and of other nations on this issue”⁶⁷⁴.

Mas será no texto “Portuguese Opposition to Salazar” que Gaitonde aborda o papel da oposição portuguesa, recordando que no passado não só a oposição como os portugueses, “have secretly supported the Goan freedom movement and the policy of the Indian Government. They have done so not only because of the justice and legitimacy of the Goan movement, but also because they believed that the liberation of Goa would contribute a great deal to the fall of Salazar dictatorship”. Gaitonde percebia que o comportamento da oposição após as eleições de 1958 se modificara “today the opposition parties are more effectively organized”, permitindo que a população deixasse de recear manifestar a sua opinião, “convinced the people that dictatorship was not invincible and that, in reality, it was heading for a final collapse”. Esta situação, assim como os acontecimentos em Angola, “are leading to the natural solution of the Portuguese colonial problem as a whole”. Gaitonde considerava que a oposição portuguesa estava a juntar forças para dar o golpe final, visto que a onda de nacionalismo nas diferentes colónias e os ventos da luta contra o colonialismo no continente africano já havia sido demonstrado em vários momentos. Desses momentos

⁶⁷⁴ *Seminar problems of the Portuguese colonies, October, 1961* [organized by] Indian Council for Africa: Delhi, 1961, p. 61.

destacava o significado da Conferência de Accra: “indicated clearly that the African people were determined to achieve their freedom at all cost and without further delay” e que Salazar, “seems to have lost all sense of proportion and unable to face reality. He lives in a dream world alive with happy memories of a bygone age”. Mencionava, ainda, como a Conferência de Casablanca “resolved to co-ordinate and channel their efforts into one solid front against Portuguese colonialism”. Na luta contra o colonialismo, sublinhava a importância da declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas “that Goa should be considered a non-self-governing territory against the Portuguese claim that Goa was an integral part of Portugal”, a qual demonstrava que “there is enough evidence to show that the Salazar regime is now in process of disintegration”. De igual modo, recordava, as palavras de Nehru no Parlamento: “I believe conditions are ripening for an advance being made... in the context of what is happening to Portuguese colonies abroad. What is happening in Goa today will produce new situation requiring a new approach”⁶⁷⁵.

A passagem de Sertório pela Índia permitiu demarcar o rumo da oposição exilada quanto ao problema colonial, reconhecendo “o direito dos povos das colónias portuguesas disporem de si próprios, pela independência, se assim o quiserem”⁶⁷⁶, e defendendo o estabelecimento de negociações para esse efeito. Tratava-se, segundo Sertório, da “*primeira* tomada de posição claramente anticolonialista, por parte de portugueses, a nível internacional” (1990: 40)⁶⁷⁷ e do “primeiro contacto officioso de um anti-salazarista com líderes nacionalistas das actuais colónias portuguesas”⁶⁷⁸. Numa época, em que, como recordava Lúcio de Miranda: era “tão difícil conseguir meia dúzia de assinaturas para um papel anticolonialista!...”, teria sido esta a oportunidade “para um português «representativo» se manifestar no plano internacional – e diluir assim as desconfianças que existem nos meios afro-asiáticos e sobretudo coloniais, a respeito do racismo lusitano”⁶⁷⁹.

⁶⁷⁵ *Ibidem*, pp. 61-63. Ver Anexo 10 - “Goa’s Struggle for freedom - By Dr. P. D.Gaitonde - «Portuguese Opposition to Salazar»”.

⁶⁷⁶ Artigo de Manuel Sertório para o jornal *Portugal Democrático*, “O Seminário de New Delhi”, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 2.

⁶⁷⁷ Itálico no original.

⁶⁷⁸ Manuscrito da alocução gravada na *All India Radio*, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 1.

⁶⁷⁹ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Essex, 5 de setembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2048

Na oposição exilada as mudanças ocorrem. Depois de em outubro de 1961, Humberto Delgado travar diálogo com Mário de Andrade, líder do MPLA, passaria a falar de independência das colônias, “o que nunca tinha acontecido até então”. O *New York Times*, na sua edição de 3 de dezembro de 1961, deu conta do acontecimento, comunicando que “o general disse que «reviu» a sua posição na questão colonial: «É fundamental ser realista, compreender o desejo de liberdade política e económica dos homens, compreender que as outras raças não estão dispostas a tolerar por mais tempo a dominação branca»” (ROSA, 2008: 906-907)⁶⁸⁰.

Numa entrevista realizada em inícios de 1984 por Pundolica Gaitonde a Manuel Sertório, transcrita por Edila Gaitonde e Elsa Sertório para a revista *História* em 1997, com o título “A oposição face à questão colonial”, Sertório considerava que os oposicionistas na emigração:

“diziam perfeitamente a mesma coisa que teriam dito em Portugal, o que mostra que aqueles que em Portugal continuavam a ter uma posição política timorata e uma vez hesitante, outras vezes contrária à independência das colônias, faziam-no não por receio da polícia, mas porque essa posição representava verdadeiramente a sua maneira de pensar”. Assim como “nos movimentos de unidade contra o governo, o PC, com receio de afastar dessas coligações, dessas alianças partidárias, as outras correntes mais conservadoras, escamoteava pura e simplesmente o problema colonial ou então eram os próprios representantes do PC que tinham o cuidado de abordar o problema colonial em termos por vezes até excessivamente timoratos e conservadores, falando não em direito à independência, mas em eventual direito à autodeterminação, com formas ambíguas, segundo a vontade determinada pelos povos coloniais em referendos e em eleições constituintes” (GAITONDE e SERTÓRIO, 1997: 50).

⁶⁸⁰ A 8 de setembro de 1962 Sertório estará em Rabat, Casablanca, a representar Humberto Delgado com uma posição diferente relativa às colônias. Após o Seminário Sertório, dá a conhecer a Pundolica Gaitonde a constituição de um organismo de unidade denominado Unidade Democrática Portuguesa, iniciativa apoiada pelo *Portugal Democrático*, participando Jorge de Sena, vice-presidente, ao lado de Adolfo Casais Monteiro, Paulo de Castro e, como secretário, Manuel Sertório. A Unidade Democrática Portuguesa (UDP), criada, em outubro de 1961, esta iniciativa pretendia “reconstituir a unidade da oposição e teria por finalidade viabilizar a realização de tarefas como o estabelecimento de contatos com personalidades da política e da cultura, promoção de conferências e iniciativas culturais, reunião e circulação de notícias sobre Portugal, sobre a oposição e a “questão colonial” (SILVA, 2006). Na sua carta de princípios, descrevia o “papel da oposição no exílio e a defesa da causa anticolonial”. SILVA, Douglas Mansur (2010). “Jorge de Sena e o Portugal Democrático”, in *Ler Jorge de Sena*. Disponível em: <http://www.lerjorgedesena.lettras.ufrj.br/ressonancias/pesquisa/verbetes/jorge-de-sena-e-o-portugal-democratico> (consulta realizada a 28 de julho de 2015).

CAPITULO VI - “OS PROBLEMAS DE GOA SÃO COMPLEXOS, DIFÍCEIS, PESAM SOBRE ESSES TERRITÓRIOS UM PASSADO DE ABANDONO E UM FUTURO DE INCERTEZAS”⁶⁸¹

1. O derradeiro esforço

Em mais uma tentativa para serem ouvidos, um grupo de goeses defensores da autonomia, o conhecido Grupo de Margão, segundo informações da PIDE, nos inícios de 1960, elaborou uma exposição a ser entregue, pessoalmente por António Bruto da Costa, a Salazar. Segundo o relatório confidencial da PIDE, nessa altura, tencionavam vir a Lisboa o médico António Colaço e o advogado Francisco Paula Ribeiro, de Margão, para constituírem uma Comissão “que se intitulava representativa dum movimento destinado a obter a autonomia administrativa-financeira para o Estado da Índia”. Segundo a PIDE, Bruto da Costa tinha ligações em Lisboa com Francisco Roncon, engenheiro agrónomo, natural de Margão, aposentado “compulsivamente por actos graves praticados na Índia”, amigo do goês Luís Menezes, Filho, jornalista e ainda com ligações com Augusto Raul Seabra, de Anadia, que fora Juiz em Margão e “que cooperou em Goa com os adversários do regime”⁶⁸². Desconhecendo o conteúdo da exposição a ser entregue a Salazar poderemos estabelecer uma associação entre esta e o Projeto de Estatuto de Autonomia Administrativa e Financeira do Estado Português da Índia de 1960, referido por Carlos Alexandre Morais, na sua obra *A Queda da Índia Portuguesa – Crónica da Invasão e do Cativo*, que enviado para Lisboa foi rejeitado por Salazar. Pois, tendo Carlos Alexandre Morais identificado os advogados Gopola Apá Camotim e Panduronga Mulgãoocar, como sendo os autores do Projeto, que tinha por base o respeito e reconhecimento da bandeira, da língua, da civilização e cultura portuguesa (1999: 40), estes já haviam sido associados a Bruto da Costa, quando foi

⁶⁸¹ RIBEIRO, 1999: 133

⁶⁸² Informação confidencial da PIDE, 20 de janeiro de 1960, in ANTT/AOS/CO/PC 77, p. 116.

referenciado pela PIDE, por em 1946 ter tomado parte ativa na discussão do projeto de Estatuto Político do Estado Português da Índia, juntamente com António Xavier Gomes Pereira, Vinaica Sinai Coissoró, Datá Folo Dessai, Narcinva Damadora Naique, Caxinata Damadora Naique, António Colaço e Balcrisna Sinai Sunctancar⁶⁸³.

Já antes a 13 de junho de 1959, o Grupo de Margão resolveu enviar um telegrama ao Presidente da República, após tomar conhecimento da disponibilidade do Primeiro ministro britânico, Harold MacMillan, para intervir como intermediário entre Portugal e a Índia na questão de Goa e da necessidade de nessa situação serem ouvidos os goeses. Segundo o relatório realizado em 1959, pelo inspetor Mário Ferreira da Costa, quando da sua deslocação às Províncias Ultramarinas de Timor, Macau e Estado da Índia, esse telegrama teria sido sugerido pela *Goan League*, de Londres “através dos quais receberam indicações quanto à mediação sugerida pelo deputado trabalhista Sir Wedgeben Wood”⁶⁸⁴, ou seja o deputado Wedgwood Benn. Nesse telegrama os signatários, julgando interpretar o sentir de largo setor da opinião pública, propunham: o restabelecimento, por parte da União Indiana, da situação anterior ao atual regime de “hostilidade” e, por parte de Portugal, a concessão da “plena autonomia administrativa financeira deste Estado”. Para os signatários, a adoção desta proposta acabaria com o mal-estar reinante e resolveria os “problemas em bases humanas”, honrando as partes interessadas⁶⁸⁵. Entregue o telegrama pessoalmente por Bruto da Costa, nos correios de Margão, a 25 de junho de 1959, o mesmo recebeu nesse dia a mensagem telegráfica do Gabinete do governador-geral a informar que tendo em atenção a importância do assunto tratado seguiria no próprio dia em correio aéreo (COSTA, 2013: 243). Mas, pelo facto dos signatários do telegrama solicitarem a autonomia administrativa e financeira para o Estado Português da Índia e abertura de negociações com a União Indiana com a mediação do Primeiro ministro britânico, foi ordenado um inquérito, tendo sido ouvidos no Comando da Polícia “todos os signatários do telegrama, exceto

⁶⁸³ Folha solta, in ANTT/PIDE-DGS - António Anastácio Bruto da Costa – SC/SR 1338/54 - NP 2745, p. 103.

⁶⁸⁴ ANTT/ PIDE – DGS - Relatório de deslocações em Timor, Macau e Goa, 1959 – SC/CI (2)/NP 9005, pp. 123-124.

⁶⁸⁵ Cópia do telegrama enviada ao Presidente da República, in ANTT/PIDE- DGS – António Anastácio Bruto da Costa – DEL P./PI 22855 – NP 3812, p. 1. O telegrama foi assinado por: António Bruto da Costa, advogado - António Colaço, médico - Álvaro Loiola Furtado, médico - Jaime Rangel, médico - Francisco Paula Ribeiro, advogado - António Dias, médico - José Lourenço, engenheiro - Camilo Severino Rodrigues, médico - Álvaro Remédios Furtado, advogado - Aires Gomes, proprietário - Ramexa Atmarama Borcar, médico - Bernardo Reis, advogado - Francisco Xavier Furtado, agricultor - Luís Peregrino Costa, médico - Luís Guilherme Colaço, proprietário e Rui Gomes Pereira, advogado, in ANTT/PIDE - DGS – Álvaro Loiola Furtado – SC/SR 1562/59 - NP 2934, pp. 2-3.

Bruto da Costa”. Segundo o filho de Bruto da Costa o plano de Fernando Quintanilha, interinamente encarregado do ministério do Ultramar⁶⁸⁶, pois o titular da pasta Comodoro Lopes Alves⁶⁸⁷ encontrava-se em Angola, “era, provavelmente, seguir as linhas gerais da acusação feita a vários membros do Movimento Nacional Democrático, que, por proporem negociações com a União Indiana, foram acusados de traição à Pátria e condenados a prisão”. Regressando a Lisboa, o ministro do Ultramar teria posto termo ao inquérito (COSTA, 2013: 243-244)⁶⁸⁸.

Em Portugal, em virtude de Salazar manter “teimosamente o país”, sem informação a “oposição anti-fascista” difundia o telegrama num panfleto intitulado “Agrava-se a situação em Goa”. Destacando a oposição a situação em Goa e em vários pontos do Ultramar Português, acusava o governo de Salazar de não “resolver os problemas gravíssimos que se põem ao País e que colidem com os próprios fundamentos da nacionalidade”⁶⁸⁹.

Também será distribuída em Portugal, segundo a informação da PIDE datada de 23 de março de 1960, uma carta que Bruto da Costa enviou, em finais de 1959, a Salazar “sobre assuntos da Índia e o governo do General Bénard Guedes”⁶⁹⁰. Bruto da Costa ao fazer uma retrospectiva dos acontecimentos, lembrava uma passagem do *Diário de Notícias*, do ano de 1949, sobre os processos de administração pública no Ultramar em que os ex-ministros Armindo Monteiro, Marcelo Caetano e Francisco Vieira Machado estavam de acordo “em que as coisas no Ultramar andavam mal”. Na opinião de Bruto da Costa, havia a necessidade de um amplo regime de autonomia administrativa e financeira, pois para este a promulgação do Estatuto do Estado Português da Índia a 1 de julho de 1955, “por estar longe de satisfazer as aspirações do País, foi por ele acolhido com manifesta indiferença e até repulsa”. Neste sentido, Bruto da Costa reiterava que o “estatuto, analisado friamente, era a negação da própria autonomia e o país se colocou diante dele numa atitude de firme e sereno protesto” (Costa cit. in COSTA, 2013: 249).

⁶⁸⁶ Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias foi ministro interino do Ultramar de 16 de junho de 1959 a 23 de julho de 1959.

⁶⁸⁷ Vasco Lopes Alves foi ministro do Ultramar de 14 de agosto de 1958 a 16 de junho de 1959 e de 23 de julho de 1959 a 13 de abril de 1961.

⁶⁸⁸ Mário Bruto da Costa recorda que Fernando Quintanilha quando desempenhou as funções de governador-geral já havia proposto, ao então ministro das Colónias, Teófilo Duarte, “que Bruto da Costa fosse expulso do território e deportado para Angola, o que não veio a acontecer” (COSTA, 2013: 243).

⁶⁸⁹ “Agrava-se a situação em Goa”, in *Casa Comum* – Arquivos - Pasta: 78690. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_78690 (consulta realizada a 29 de dezembro de 2014).

⁶⁹⁰ Folha solta - Informação da PIDE, 23 de março de 1960, in AOS/CO/PC 77, p. 129.

Sobre a situação política interna de Goa, já o inspetor Mário Ferreira da Costa a descrevia no seu relatório como “aparentemente calma”, classificando o “movimento subversivo” como “o movimento terrorista vindo do exterior”, levado a efeito por nacionais e indianos vindos do exterior ou com a ajuda de residentes no território que colaboram de modo a tornar possível “essas acções violentas”. O inspetor observava que o “movimento subversivo interno” compreendia: “a) Sector de indivíduos inclinados para a violência, que colaboram com os terroristas; b) Sector que engloba todos os integracionistas não violentos; c) Sector dos autonomistas”. Apesar de o primeiro grupo, segundo o inspetor, ser reduzido, os integracionistas seriam em número elevado, fundamentalmente da religião hindu, apoiantes da política seguida por vários partidos em Bombaim e pelo Governo da União Indiana e em ligação com os dirigentes da *Goan League* de Londres. No que concerne aos autonomistas, o inspetor referia que eram quase todos cristãos, residentes no concelho de Salsete e contrários à política do regime político português, mas considerava que se conseguissem “ver aceites as suas pretensões, seriam dentro de um curto prazo dominados pelos integracionistas que entregariam a Goa autónoma à União Indiana”. Referindo-se aos diferentes grupos que, na União Indiana, lutavam para que Portugal abandonasse Goa, identificava um de “natureza comunista” - *The Goan People's Party* - “apesar do franco desenvolvimento que o comunismo tem tido na União Indiana”, eram raras as vezes que apareciam na fronteira de Goa jornais e revistas comunistas. Nos 13 anos anteriores apenas tinham sido referenciados como comunistas Divakar Kakodkar, preso em 1949, com residência fixa em Cabo Verde, tendo regressado à União Indiana em 1958, e Jaime Fernandes por ter participado, através do *National Congress* (Goa), em atividades subversivas de natureza não violenta, e que fora condenado a 10 anos de prisão mas que se encontrava em liberdade⁶⁹¹.

As ações da oposição portuguesa, no sentido de denunciar o regime português junto da opinião pública mundial e dar a conhecer a luta da oposição, são seguidas atentamente pelos goeses. A notícia do assalto ao *Santa Maria* provocou um grande entusiasmo junto da oposição exilada. Desde o Brasil no que respeita ao caso *Santa Maria*, segundo Stocker, Humberto Delgado “declarou que o episódio do paquete e os acontecimentos de Angola estavam ligados: eram peças de um plano de guerra ao Governo de Portugal” (2005: 178). Pundolika Gaitonde, presidente do *National*

⁶⁹¹ ANTT/PIDE – DGS – Relatório de deslocações em Timor, Macau e Goa, 1959 – SC/CI (2) - NP 9005, pp. 122-129.

Congress (Goa), numa mensagem a Humberto Delgado, emitida pela Rádio Moscovo a 1 de fevereiro, sublinhava que a “população da colónia portuguesa de Goa, em território indiano, acompanha esperançosa os esforços de Delgado e do Chefe da insurreição do paquete Santa Maria”⁶⁹². Dias mais tarde, a 6 de fevereiro de 1961, em reportagem ao jornal brasileiro *Última Hora*, Gaitonde, insistia que “o governo do Primeiro-Ministro António de Oliveira Salazar ficara completamente exposto à opinião pública mundial, como resultado do incidente do transatlântico «Santa Maria», e da fuga do seu sequestrador, Henrique Galvão, para o Brasil”⁶⁹³. Pouco tempo após o desembarque no Recife, a posição de Henrique Galvão sobre a questão colonial e o seu anticomunismo declarado provocará o seu distanciamento relativamente aos núcleos antissalazaristas. Questionado por estudantes, numa ida à União Estadual dos Estudantes de S. Paulo, sobre a sua posição quanto ao colonialismo português Henrique Galvão, segundo as palavras de Miguel Urbano Rodrigues, “«gelou a assistência», recusando-se a proferir a palavra autodeterminação, rejeitando a independência das colónias e defendendo uma futura comunidade de estados luso-africanos, assim que a democracia fosse restaurada em Portugal” (Rodrigues cit. in MOTA, 2011: 335).

Através do artigo do jornal *Estado de São Paulo*, de 6 de junho, publicado no *Free Goa*, as palavras de Henrique Galvão ecoram na Índia. A notícia “Listen Portuguese Democrats!” esclarecia que “the Portuguese leader seems to be quite clear about the need to put an end to fascist rule in his country, it is nevertheless evident that he is not conversant with the real democratic approach to the colonial question”. Para o jornal *Free Goa*, Henrique Galvão “stands for a sort of vague recognition of «self-determination»”, opondo-se à imediata independência das colónias e defendendo que estas deveriam juntar-se numa “Federation of autonomous states and that autonomy should be *transitory or permanent, depending on conditions*”. O jornal *Free Goa* descrevia o comportamento de Henrique Galvão “like a diehard and pretentious imperialist and colonialist, [a] Portuguese Captain then goes on to certify that Goa, Macau and Timor have «attained political majority, if not maturity» and are fit to decide for themselves their destiny immediately; but that Goa *should not simply be handed over to Mr. Nehru* but there should be a plebiscite guarantees in seriousness”. Naturalmente, o *Free Goa* mostrava que havia contradição nas ideias de Henrique

⁶⁹² Informação confidencial do Exército, Resumo de notícias n.º 28, pp. 157-158, in ANTT/AOS/CO/UL 32B.

⁶⁹³ *Última Hora*, 6 de fevereiro de 1961, n.º 03260.

Galvão pois, sendo este um democrata deveria encarar como um direito natural dos povos das colónias decidirem o que pretendiam para o seu futuro, pois “freedom and independence all genuine democrats must accept”. Concluía por isso, que a “Portuguese leader’s approach to the colonial question is far behind our times (...)”⁶⁹⁴.

⁶⁹⁴ “Listen Portuguese Democrats!”, in *Free Goa*, July 25, 1961, vol. 8, n.º 20, p. 1 (itálico no original).

2. “Uma corajosa picada”⁶⁹⁵

Em abril, liderada pelo então ministro da Defesa Nacional, Botelho Moniz, no seguimento dos acontecimentos de Luanda, do 4 de fevereiro, e do Norte de Angola, do 15 de março de 1961, os chefes militares, “irão preparar uma autêntica insubordinação institucional da hierarquia militar, não só contra Salazar mas contra o próprio regime do Estado Novo”, (FERREIRA, 1990: 510). Este golpe envolveu quase toda a hierarquia militar e contou com o apoio do ex-Presidente da República, Craveiro Lopes. Contudo, um contragolpe liquidou toda a estrutura conspirativa com a substituição das cúpulas militares, assumindo Salazar, interinamente, a pasta da Defesa. Data de então a sua conhecida diretiva: “Para Angola, rapidamente e em força”. Com o agravamento da situação em Angola, alguns estudantes da Casa dos Estudantes do Império recusaram-se, segundo a PIDE, a manifestar o seu apoio a Portugal no caso de Angola pois, quando Vasco Benedito Gomes, goês, pediu à direção que devia “manifestar-se a favor de Portugal no caso de Angola”, o Presidente da CEI, César Monteiro, “correu com ele” tendo “respondido desassombradamente que a direcção pretendeu dar a sua adesão aos que trabalhavam pela independência de Angola, mas o governo proibiu que tal o fizesse”⁶⁹⁶.

Por seu lado, Cunha Leal, apesar de criticado desde havia tempo não só pelos situacionistas, “para quem Cunha Leal roçava os limites da traição”, como também não agradava à “extrema-esquerda comunista”, com a defesa de uma associação material e cultural dos espaços coloniais (FARINHA, 2003: 629), em 1961 lança a obra *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, na qual alertava, não só, para o idealismo perigoso de um projeto de unidade nacional, em que se pretendia a união de todos os portugueses na defesa de um país pluricontinental, como recordava que Portugal dificilmente conseguiria obter o apoio de outras nações. Por isso, para Cunha Leal só havia, “uma coisa a fazer, para evitar a derrota militar desonrosa: a outorga unilateral da independência aos territórios coloniais portugueses na Índia e a negociação de uma

⁶⁹⁵ Cópia da carta de Almeida Santos a Cunha Leal, Lourenço Marques, [1961], in ANTT/PIDE-DGS - Francisco Pinto Cunha Leal – SC/SR 503 - NP 2331, p. 63.

⁶⁹⁶ Comunicação da Presidência do Conselho para o diretor da PIDE, 21 de novembro de 1961, in ANTT/PIDE-DGS – Casa de Estudantes do Império – SC/SR 329/46 - NP 2537-2538, pp. 143, 144. César Custódio dos Milagres Monteiro (1934-1980).

qualquer «modalidade de associação entre Portugal e o novo Estado» (FARINHA, 2003: 626).

Desde Moçambique, Almeida Santos, numa carta intercetada pela PIDE, felicita Cunha Leal pelo seu livro, classificando-o como “uma corajosa picada aberta no denso matagal da pusilanimidade nacional” e um incentivo na tomada de posição no momento eleitoral. Referindo Almeida Santos que a ideia da autodeterminação estava lançada e não tinha dúvidas “de que crescerá como a semente da mostarda. Resta-nos aguardar melancolicamente que os inimigos do foro imponham ao regime uma capitulação que não lograram impor-lhe os adversários de dentro”⁶⁹⁷.

Mário de Azevedo Gomes, também se pronuncia sobre o livro *O Colonialismo dos Anticolonialistas* e, numa carta dirigida a Cunha Leal, agradecia a sua oferta considerando-o “uma viragem imediata nas características do Estado Português não podia ser mais útil” receando, apenas que para os problemas do Ultramar, “cheguemos tarde”. Mário de Azevedo Gomes começava por esclarecer que o entendimento económico com Ultramar “só será válido na medida em que estiver baseado num entendimento político”. O erro vinha sendo que estes assuntos não tivessem sido trazidos para a discussão pública, impedindo os portugueses de formarem, “a propósito, uma ideia capaz”. Mário de Azevedo Gomes mostrava-se atento às ideias preconizadas por Cunha Leal, sublinhando que, desde cedo Leal “reclamou a pública controvérsia”, considerando que o seu “plano tinha um óptimo ensejo de ser posto à prova com o caso da Índia” pois “dar a impressão que nos instalamos em África à maneira de missionários portadores exclusivos da palavra paz...” era para Mário de Azevedo Gomes “o tal exagero referido”⁶⁹⁸.

Álvaro Poppe manifestava-se em sentido semelhante, em carta de 15 de fevereiro de 1961: “Estou de acordo com o seu parecer sobre o caso de Goa. Já ao tempo muito conversei com António Sérgio e éramos dessa opinião. As suas considerações sobre Angola e Moçambique são justas, menos a rotação da capital que, julgo, seria perigosa” (Poppe cit. in FARINHA, 2003: 629). No entanto, apesar do apoio Cunha Leal, como observa Luís Farinha, “estaria, mais uma vez, condenado a trilhar uma via estreita, toda sujeita a incompreensões, independentemente do apoio que podiam merecer as suas ideias sobre a autonomização das colónias” (2003: 629).

⁶⁹⁷ Cópia da carta de Almeida Santos a Cunha Leal, Lourenço Marques, [1961], in ANTT/PIDE-DGS - Francisco Pinto Cunha Leal – SC/SR 503 - NP 2331, p. 63.

⁶⁹⁸ Carta de Mário Azevedo Gomes a Cunha Leal, 14 de fevereiro de 1961, in ANTT/PIDE-DGS - Francisco Pinto Cunha Leal - SC/SR 503 - NP 2331, pp. 93-95.

3. “Hesitações no tocante a planos de reacção”⁶⁹⁹ – O Programa para a Democratização da República

Aproveitando, como nos anos anteriores, o significado da data emblemática do *31 de Janeiro*, a oposição reuniu-se e apresentou o *Programa para a Democratização da República*, que só mais tarde, a 11 de maio, desse ano de 1961, foi dado a conhecer e distribuído em conferência de imprensa. Neste *Programa*, assinado por intelectuais republicanos e socialistas, mas sem o acordo dos setores à sua esquerda⁷⁰⁰, num total de treze pontos, é apresentado um estudo sério e exaustivo dos problemas nacionais, cobrindo todos os setores da vida pública: “Restauração da Ordem Democrática”; “Liquidação da Organização Governativa”; “Reforma da Administração Local”; “Estado e a Liberdade Religiosa”; “Política Ultramarina”; “Justiça”; “Ensino”, “Cultura e Informação”; “Ordem Económica”; “Trabalho e Previdência”; “Saúde Pública”; “Habitação”; “Defesa Nacional” e “Política Externa”. Como o título indica, pretendia-se com este *Programa* a democratização do país, pelo restabelecimento das liberdades públicas, pela abolição da censura e uma justa repartição das riquezas. Relativamente à “Política Ultramarina”, era assumida uma posição de repúdio a “qualquer manifestação de imperialismo colonialista” no esquema das relações Metrópole-Ulamar e, propunha-se que este se subordinasse ao objetivo de assegurar os direitos fundamentais dos povos a nível político, económico, social e cultural. A Oposição não comunista defendia, ainda, a possibilidade “da institucionalização da vida democrática, sem

⁶⁹⁹ LEAL, 1961: 107.

⁷⁰⁰ O *Programa para a Democratização da República* “foi subscrito, entre outros, por antigos republicanos como Mário de Azevedo Gomes e Hélder Ribeiro (até mesmo por antigos correlegionários *lealistas* como Mendes Cabeçadas) e pela moderna geração socialista de Mário Soares, Francisco Salgado Zenha, ou Vasco da Gama Fernandes” (FARINHA, 2003: 630). Os subscritores do Programa foram: Mário de Azevedo Gomes, Hélder Ribeiro, José Mendes Cabeçadas Júnior, Acácio de Gouveia, Agostinho Sá Vieira, Alberto Ferreira, Álvaro Monteiro, Álvaro Salema, Álvaro Silva, António de Macedo, António Veloso de Pinho, Armando Adão e Silva, Armando Castanheira, Arnaldo Veiga Pires, Artur de Andrade, Artur Santos Silva, Augusto Abelaira, Bento de Melo, Carlos Cal Brandão, Carlos Pereira, Carlos Sá Cardoso, Domingos Soeiro, Eduardo de Figueiredo, Eduardo Mansinho, Eduardo Ralha, Fernando Abranches Ferrão, Fernando Homem de Figueiredo, Fernando Mayer Garção, Fernando Lopes, Fernando Piteira Santos, Fernando Simões, Fernando Vale, Francisco Ramos da Costa, Francisco Salgado Zenha, Francisco Tinoco de Faria, Gustavo Soromenho, Hernâni Paciência, João Araújo Correia, João Gomes, João Santiago Presado, Joaquim Bastos, José Fernandes Fafe, José Magalhães Godinho, José Moreira da Assunção, José Moreira de Campos, José Ribeiro dos Santos, Luís Caseiro, Luís Dias Amado, Luís Roseira, Manuel Coelho dos Santos, Mário Cal Brandão, Mário Soares, Nikias Skapinakis, Nuno Rodrigues dos Santos, Olívio França, Raul Madeira, Raul Rego, Teófilo Carvalho dos Santos, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco da Gama Fernandes e Zacarias Guerreiro, in *Programa para a Democratização da República*.

discriminação racial ou política, para todos os territórios e todos os povos, tirando da autenticidade do funcionamento das instituições democráticas todas as consequências morais, económicas e políticas”. Eram apresentados como objetivos deste Programa: a supressão de todo o tipo de discriminação, o fomento da educação, uma política de descentralização administrativa, valorizando as instituições municipais com o recrutamento dos “nativos” para o exercício da função pública. Assim como a transformação dos Conselhos Legislativos em assembleias, “verdadeiramente representativas das populações locais e dotadas de ampla capacidade de iniciativa e poder fiscalizador”, e a revisão das bases do Estatuto do Trabalho Nacional, tendo por alicerce os princípios adotados pela Organização Internacional do Trabalho. Pretendia-se, assim, promover o desenvolvimento da saúde e da assistência bem como a nível económico e social, recuperar a apatia em que as colónias se encontravam. Como este *Programa* foi elaborado para ser apresentado a 31 de janeiro de 1961, antes dos primeiros confrontos em Angola, posteriormente quando a guerra começou, a 4 de fevereiro de 1961, e tendo o Programa sido difundido pela imprensa somente em maio desse ano, um novo item intitulado “Observações Finais” foi introduzido. Nele eram reafirmados, no capítulo que se refere à Política Ultramarina, os princípios sobre o assunto: “as afirmações contidas no primeiro número desse capítulo constituem uma verdadeira declaração de princípios que os democratas portugueses consideram verdadeiro ponto de honra. Estes princípios ficam de pé”, pois era necessário para os autores do Programa “reencontrar na paz – nunca na guerra – o caminho do diálogo entre as populações e o assecuramento de todos os direitos”⁷⁰¹.

Sendo um estudo bastante completo, em que foram focados diferentes aspetos da vida nacional, era um Programa bastante ambíguo no que concerne à questão colonial pois, ao se defender a democratização nacional e das colónias, assegurando os direitos fundamentais dos povos, suprimindo qualquer género de discriminação e apostando no desenvolvimento não só económico como social, cultural, permanece a ideia da manutenção dos territórios. Embora no capítulo sobre a política externa portuguesa se dar relevância a Portugal como país membro da Organização das Nações Unidas vincular-se ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Carta das Nações Unidas, os subscritores deste Programa, continuam a não utilizar a palavra *autodeterminação* e muito menos *independência* dos povos, mesmo sendo o Programa posterior às

⁷⁰¹ *Programa para a Democratização da República*, 31 de Janeiro de 1961, pp. 1-40.

resoluções da ONU do ano de 1960: a 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960, e a 1541 (XV) e 1542 (XV) de 15 de dezembro. E, como Luís Farinha refere “talvez por esta razão, Cunha Leal não figura entre os subscritores” (2003: 634)⁷⁰², pois as ideias federalistas defendidas por Cunha Leal, não estavam presentes, continuando a ser defendida uma política colonial pouco ajustada aos tempos. Luís Salgado Matos esclarece, ainda, que apesar da questão colonial “despertar cedo uma sensibilidade particular nas correntes católicas oposicionista, António Alçada Baptista e Francisco Lino Neto não assinam o Programa para a Democratização da República (1961) por acharem que faltava uma referência ao direito à autodeterminação”⁷⁰³.

Mas será que os movimentos nacionalistas africanos e goeses não esperavam da oposição ao Estado Novo um maior apoio à sua luta? Ou será que a oposição esperava o fim do regime para resolver o problema colonial? O jornal *República* reconhecia que Portugal atravessava “um dos momentos mais críticos, mais difíceis, mais graves e mais apreensivos de toda a sua história. Pedços bem preciosos e queridos foram já arrebatados ao coração da Mãe-Pátria [Dadrá e Nagar-Aveli]. Por outro lado, as terras de Angola continuam a ser regadas pelo sangue português e não faltam já irmãos nossos que lá deixam a vida”. O jornal considerava tratar-se de um problema nacional que cabia à Nação resolver e acompanhar, “através de um Parlamento livremente eleito e onde, portanto, os verdadeiros representantes do povo tenham o voto”⁷⁰⁴.

Nas eleições de novembro de 1961, a oposição apresenta listas nos círculos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Funchal e em Moçambique. Pela primeira vez, dois católicos candidatam-se à Assembleia Nacional em listas da oposição: Francisco Lino Neto, pelo círculo de Lisboa, e António Alçada Baptista, como cabeça de lista do círculo de Castelo Branco. A unidade encontrada em 1958, terminando a campanha eleitoral para a Presidência da República com apenas um candidato pela oposição, não será possível encontrar em 1961. Por Braga e Lisboa, surgiram duas listas pela oposição, apesar de em Braga só uma ser aceite pelo Governador Civil⁷⁰⁵.

⁷⁰² “No entanto, é de crer que terão decorrido contactos, até pelo agradecimento que Cunha Leal endereça a Mário Soares, em 13 de Novembro de 1960: «Com afectuosos cumprimentos, Francisco Pinto da Cunha Leal agradece a Sua Exa. o envio da cópia do notável documento dirigido ao Presidente da República por numeroso grupo do escol democrático português»” (Leal cit. in FARINHA, 2003: 634).

⁷⁰³ MATOS, Luís Salgado – “Católicos e anticolonialismo”, in *Guerra Colonial (1961-1974)*. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/home> (consulta realizada a 10 dezembro de 2014).

⁷⁰⁴ “Na hora que passa...”, in *República*, n.º 10.985, 5 de agosto de 1961, pp. 1-2.

⁷⁰⁵ Em Lisboa e Braga, perante a divisão de opiniões, surgiram duas Listas na Oposição: em Lisboa, uma de republicanos e, pela primeira vez, uma Lista de monárquicos; em Braga, as Listas B e C personificam

A 25 de outubro, dois meses antes da invasão de Goa, surge, na imprensa, o *Manifesto à Nação dos Candidatos Oposicionistas* de todas as listas da oposição. Nele é expresso o apoio ao *Programa para a Democratização da República* que, segundo a oposição, constitui um estudo sério da problemática nacional, cobrindo todos os setores da vida pública. Acusada a oposição de não ter programa, “foi declarado que poderia com lógica o documento em causa servir de base na próxima campanha eleitoral, como alforde de ideias e de soluções concretas em que os candidatos escolheriam à vontade a matéria adequada ao momento com que fazer as suas intervenções”. Nesse Manifesto, todo um capítulo foi dedicado à “Política Ultramarina”, condenando a política do governo de Salazar e criticando o facto de, “então (como agora)”, serem julgados “anti-patriotas e traidores quantos não comungassem cegamente” as ideias e processos inerentes àquela política. Para os autores do Manifesto “servir a Pátria comum não pode jamais significar enfeudar-se alguém a pessoa ou sistema, por maiores que sejam as forças a sustentá-los, quando a consciência lhe diz que são contrários aos interesses nacionais os actos do poder. E este é precisamente o caso”. Consideravam necessário que, após “a substituição imediata do Governo, dentro do quadro das possibilidades constitucionais”, se prepare para o problema do Ultramar uma “solução democrática com a aplicação urgente e imediata de providências destinadas à valorização material, cultural e moral das massas nativas e que venha a tomar em conta a vontade livremente expressa dos povos interessados e os conduza ao grau de autonomia que livre e conscientemente desejem”⁷⁰⁶. Em consonância com o Manifesto, o candidato Gilberto Ramos, numa sessão de propaganda dos candidatos oposicionistas por Lisboa, refere-se ao problema ultramarino, insistindo em que a população portuguesa apenas era informada dos acontecimentos, através dos noticiários das agências oficiais (ANI e a Lusitânia). Por esse facto, observava que o Governo tem responsabilidade no eclodir desses acontecimentos, “na medida que não soube definir, a tempo, uma política ultramarina que removesse e fizesse desaparecer a tempo as causas que lhe deram

duas correntes da oposição que desta vez não encontraram o entendimento. A lista B composta por elementos que apoiaram em 1958 a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República e a lista C, por seu lado constituída por elementos que apoiaram a candidatura de Arlindo Vicente. Das Listas apresentadas pela oposição do círculo de Braga, apenas a Lista B foi aceite pelo Governador Civil. A Lista C, pelo facto de só cinco dos candidatos aceitarem a Constituição para efeitos eleitorais, e de dois deles por serem funcionários públicos e não terem apresentado a autorização para concorrer ao próximo acto eleitoral, a candidatura foi recusada (LOPES, 2009: 41-44).

⁷⁰⁶ “Manifesto à Nação dos candidatos republicanos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto e Santarém”, in *República*, n.º 11.064, 25 de outubro de 1961, pp. 1, 2, 12.

origem. Criticou o facto de o Governo não se ter preocupado em auscultar a opinião nacional, limitando-se a afirmar que tinha o apoio de toda a Nação”⁷⁰⁷.

Acusados os seus autores de “traição à pátria”, o Manifesto da oposição provocará os mais violentos discursos por parte da União Nacional. Salazar, em *Nota da Presidência do Conselho* publicada nos jornais do dia 25 de outubro de 1961, adverte que a acusação feita pela oposição era igual à aquela em que os “países dos blocos afro-asiático e comunista se baseiam para atacarem Portugal”, mas o Governo não pode “penitenciar-se de considerar a existência da pátria como um pressuposto insusceptível de discussão” (1967: 161-162).

A 3 de novembro de 1961, os signatários da Oposição Republicana pelo círculo de Lisboa, e em representação da mesma Oposição pelos círculos do Porto, Coimbra, Braga, Santarém, Aveiro, Leiria e Castelo Branco, declaram que Salazar “não tem o apoio da Nação, que de ano para ano, cada vez mais dele se divorcia” e que, a crise em Angola poderia ter sido evitada com “uma sábia e previdente política ultramarina”. Por isso, sugerem a necessidade da realização de eleições livres para que sejam criadas as “condições que permitam, em base democrática, evitar a desintegração de Portugal Ultramarino e no plano estrangeiro, com tais medidas, readquirir o prestígio perdido”. Para tal, o Presidente da República deveria intervir no sentido de, até ao dia 5 de novembro, substituir “o Governo por outro que inicie uma nova era para Portugal, respeite a Constituição e, com ela, os direitos e garantias dos cidadãos, e presida, em perfeita posição de neutralidade às eleições”⁷⁰⁸.

A campanha eleitoral desenrola-se mais uma vez num ambiente de cerceamento das liberdades, levando à desistência da oposição, resultante das irregularidades cometidas, da inexistência de garantias para que o ato decorresse com seriedade, em que o abrandamento da censura “foi apenas virtual”⁷⁰⁹. A 16 de outubro de 1961, a notícia intitulada “Com uma ampla e indispensável amnistia se iniciará uma era nova de pacificação nacional”, foi cortada pela censura para ser apenas publicada a 21 de outubro. O artigo versava, mais uma vez, sobre a necessidade de uma amnistia, que, não só restituísse à liberdade os portugueses que se encontravam presos por motivos políticos, mas que reconduzisse aos seus lugares os que foram demitidos, de modo a

⁷⁰⁷ “Grande vibração patriótica na sessão de propaganda dos candidatos oposicionistas por Lisboa em que os oradores criticaram a política governativa”, in *República*, n.º 11.069, 30 de outubro de 1961, pp. 1, 12.

⁷⁰⁸ Requerimento da Oposição Republicana pelo círculo de Lisboa ao Presidente da República, 3 de novembro de 1961, in ANTT/AOS/CO/PC 80, pp. 131-135.

⁷⁰⁹ “À Nação - As Declarações Finais dos Candidatos Oposicionistas Republicanos”, in *República*, n.º 11.077, 7 de novembro de 1961, pp. 1, 16.

envolver o país “numa atmosfera de paz e concórdia”, pois em “momento algum, e muito principalmente em ocasiões de perigo não se podem, não se devem alimentar nem manter dissensões entre os portugueses”. Para o *República* era fundamental cimentar os “laços da unidade nacional à volta da Pátria”⁷¹⁰. Já antes, a 12 de setembro de 1960, fora publicado um artigo que defendia a proclamação “de uma ampla amnistia, perante as incertezas do futuro, como uma das medidas mais aconselháveis para enfrentar com mais confiança e segurança num ambiente pacífico de coesão”⁷¹¹.

Poucos dias antes das eleições para a Assembleia Nacional, a 10 de novembro de 1961, no exílio, Henrique Galvão organiza a Operação Vagô, chefiada por Palma Inácio, desviando um avião da carreira da TAP entre Casablanca e Lisboa que, sobrevoando Lisboa, lança panfletos da *Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Exílio* (FAPLE). Este panfleto dirigido aos “homens e mulheres de Portugal, aos estudantes e aos jovens sem rumo! Militares saídos do povo e que ao povo pertencem e aos trabalhadores sem liberdade nem pão”, incidia fundamentalmente sobre o próximo ato eleitoral. Apelava que protestassem de todas as formas, “abertas ou clandestinas”, como rasgando as listas de voto para assim impedir “o exercício do acto eleitoral de qualquer maneira, mostrando pela vossa repulsa que votais assim pela abolição do Estado Novo e destituição do seu tirano”. Pois, segundo o panfleto a “PIDE poderá prender e exercer violência sobre 100 ou 1000 homens, mas será impotente contra 10.000 que se manifestarem. Tendes uma força de que ainda não usastes: a força do vosso número e dos vossos direitos traídos e negados”. Ainda se acrescentava no comunicado que mais “um ano de Salazar e será o caos”, denunciando a miséria “irrecuperável”, a economia nacional e ultramarina “esfrangalhada”, e o sacrifício da juventude “numa guerra sem fim” entretanto iniciada em Angola. Sublinhando que todos os problemas, assim como os ultramarinos, “poderão ser resolvidos na paz e na liberdade, e só na paz e na liberdade”. Para evitar tudo isto, era necessário que todos lutassem até à libertação do povo português, pois, caso contrário, “será a queda na miséria total, ou no comunismo que a espera para se instalar”⁷¹². Torna-se interessante verificar que neste panfleto da FAPLE, assinado por Henrique Galvão, apesar de ser

⁷¹⁰ “República”, n.º 11.028, 16 de outubro de 1961, in *Casa Comum* – Arquivos - Pasta: 04529.058. Disponível <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04529.058> (consulta realizada em 20 de janeiro de 2013).

⁷¹¹ “Portugueses Todos”, in *República*, n.º 10.670, 12 de setembro de 1960, p. 1.

⁷¹² ANICETO, Afonso (2011). “Panfletos sobre Lisboa!”, [10 de novembro de 1961], in *Fio da História*. Disponível em <http://fiadahistoria.blogspot.pt/2011/11/panfletos-sobre-lisboa.html> (consulta realizada a 31 de maio de 2012).

referido o “sacrifício da nossa juventude numa guerra sem fim”, continuam a existir uma série de reservas nas palavras utilizadas de modo a solucionar o conflito, continuando a estar ausente o princípio da autodeterminação ou independência para os territórios coloniais⁷¹³.

Salazar, no dia anterior à Operação Vagô, a 9 de novembro de 1961, aos microfones da Emissora Nacional faz um *Apelo ao Povo*, à razão do povo português. Diante de uma campanha, segundo as suas palavras, “triste e altamente preocupante”, em que “os problemas básicos da política internacional e ultramarina foram versados de modo a não servir, antes a prejudicar os interesses da Nação”, tendo sido cometidos “graves erros”, para Salazar teria “de ser mesmo o povo, cerne da Nação, a corrigir agora tal erro no acto eleitoral. Ele tem de corroborar por votações maciças uma política de salvação nacional” (SALAZAR, 1967: 165-171). E assim aconteceu, como já haviam previsto os oposicionistas, no artigo *À Nação - Declarações finais dos Candidatos Oposicionistas Republicanos*, que venha “a dar-se para público e para os devidos efeitos, a falsa aparência de uma participação entusiástica”, em que o eleitorado demonstraria no ato eleitoral o apoio ao Chefe de Governo e à sua política, havendo o anúncio de elevadas percentagens na ordem dos 70%, 80% e 90%, independentemente da sua desistência⁷¹⁴.

⁷¹³ Sobre a “Operação Vagô” ver o texto de BEBIANO, Rui (2002). “Actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial, Lisboa, Editorial Notícias – Universidade Aberta, 2002”, in *Fora do Lugar e Tempo*. Disponível em <http://foradolugaretempo.blogspot.pt/2010/10/as-esquerdas-e-oposicao-guerra-colonial.html> (consulta realizada a 31 de maio de 2012) e MOTA, 2011: 341-350. No exílio Henrique Galvão funda a *Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Exílio* (FAPLE). “Durante a campanha eleitoral, em finais de 1961, a Oposição colocará abertamente, e pela primeira vez, o problema da guerra em Angola. Responsabilizando o Governo pelo desencadeamento da guerra, devido à rigidez da sua política colonial, os oposicionistas reclamam que seja reconhecido o direito à autodeterminação das colónias, de forma a solucionar pacificamente o conflito em África. Propunham ainda que o Governo submetesse a sua política africana a um referendo democrático, para que o povo português pudesse pronunciar-se sobre a questão. Entre os oposicionistas que mais se destacaram na abordagem do problema da guerra contavam-se António Macedo, Cal Brandão, Lino Neto e Varela Gomes. Após a campanha eleitoral, a Oposição continuará a advogar a necessidade de se procurar uma solução política para a guerra em África, embora não houvesse unanimidade quanto às formas e modalidades de se abordar a resolução do problema” (VENTURA, 1993: 96).

⁷¹⁴ “À Nação - Declarações Finais dos Candidatos Oposicionistas Republicanos”, in *República*, n.º 11.077, 7 de novembro de 1961, pp. 1, 16. Pelo círculo eleitoral do Estado da Índia, segundo a ata da assembleia de apuramento geral do resultado da eleição para três deputados à Assembleia Nacional, a única lista apresentada a sufrágio, teria obtido 24.745 votos, tendo todos os candidatos (Purxotoma Ramanata Quenim, António Tomás Prisónio Furtado e Voicunta Srinivassa Sinai Dempó) obtido 24.745 votos, in *Acta do apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado da Índia*, in AHP/Secção XXVIII/Cx. 114, n.º 1.

CAPITULO VII - “AS ÍNDIAS ORIENTAIS SÃO UM COLOSSO DO QUAL NÃO POSSO TIRAR QUALQUER PROVEITO; PROUVERA AOS CÉUS QUE EU AS PUDESSE ABANDONAR DUMA MANEIRA HONROSA!”⁷¹⁵

1. O acender do rastilho

Vassalo e Silva, último governador-geral do Estado Português da Índia (1958-1961), encontrou à sua chegada a Goa um “ambiente relativamente calmo, e sem indícios de acção directa ou de qualquer intenção por parte das forças armadas da União Indiana”. Da ação dos “terroristas” dava conta que eram ataques esporádicos, principalmente contra os postos fronteiriços, a partir do território da União Indiana, chegando “a ir até ao coração de Goa”, como por exemplo um “ataque a um posto da polícia, na margem direita do Mandovi, defronte de Pangim”. Na sua opinião, os efetivos de que na época dispunha chegavam para essa fase de ações “antiterroristas” mas, como acentuava, para “pouco mais” (SILVA, 1975: 8).

As incursões de agentes indianos nos territórios do Estado Português da Índia mantiveram-se ao longo dos tempos, assim como se avolumaram as pressões internas a Nehru provenientes de vários setores da sociedade indiana, incluindo o próprio Partido do Congresso, para colocar um ponto final na discórdia com Portugal. A resolução pacífica para o problema de Goa estava cada vez mais longe não só perante, a intransigência de qualquer género de negociação por parte do governo de Salazar, assim como as pressões sobre Nehru para atacar Goa, vindas fundamentalmente do seu ministro da Defesa, Krishna Menon, eram cada vez maiores. Na Conferência de Belgrado, a primeira Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada entre 1 a 6 de setembro de 1961, com a representação de 24 países, apesar dos habituais votos a favor da coexistência pacífica, do desarmamento, do respeito pela integridade dos Estados, da

⁷¹⁵ D. João IV, cit. in RIBEIRO, 1999: 74.

denúncia do imperialismo e do colonialismo, a questão de Goa, embora não fosse mencionada, foi, segundo Pundolica Gaitonde, “amply referred to in speeches and private conversations, and there is no doubt that Nehru came under heavy pressure to act and not just talk”, Nehru “was accused of having lost his anti-colonial fire”, pois, como observara o nacionalista goês Pundolica Gaitonde, “after all, was not only a small effort needed to remove the Portuguese from India?” (GAITONDE, 1987: 154). Segundo Elbrick, o embaixador americano em Lisboa, Nehru ter-se-ia comprometido, nessa Conferência, a “«libertar Goa» como um primeiro passo para a dissolução do império português em África” (cit. in ANTUNES, 2013: 361). Já antes, a 17 de agosto, no seu discurso proferido no Parlamento em Nova Deli, Nehru dera o primeiro sinal ao afirmar: “os passos a dar para a libertação de Goa podem ser revistos de forma a envolverem a utilização das Forças Armadas indianas no momento adequado” (Nehru cit. in STOCKER, 2005: 201).

Por outro lado Salazar, a 9 de novembro de 1961, no discurso proferido aos microfones da Emissora Nacional, reafirmava a sua política colonial da manutenção da unidade pluricontinental da nação portuguesa confirmando, segundo as suas palavras, que “a retaguarda é para ser defendida, tal como a frente em África ou na Índia” (1967: 171). Mas, passados sete dias, segundo notícia do *República*, Nehru colocara a possibilidade de uma intervenção armada em Goa, começando por esclarecer que até aquele momento não o fizera, “mas se a pressão popular se tornar intolerável, e se não houver outro meio de resolver o problema” tal poderia acontecer⁷¹⁶. A concentração de meios militares indianos, junto das fronteiras de Goa, Damão e Diu começava a intimidar os portugueses, que tomavam consciência de que Nehru poderia realmente abandonar o seu pacifismo.

Os acontecimentos sucediam-se e a hostilidade era sentida pelos portugueses como cada vez mais próxima. Pelo *República* de 8 de dezembro, os portugueses eram informados, que a imprensa britânica noticiou que Nehru tencionava resolver a questão de Goa nos dez dias seguintes⁷¹⁷. A 10 de dezembro, perante a situação da ameaça a Goa e da iminência de um ataque, Lisboa invoca formalmente a aliança luso-britânica (a Declaração de Windsor de 14 de outubro de 1899, vulgarmente denominada Tratado de Windsor). Solicitava ao Governo britânico o cumprimento das obrigações constantes

⁷¹⁶ “A intervenção armada em Goa poderá ser encarada-afirma Nehru”, in *República*, 16 de novembro de 1961, n.º 11.086, p. 12.

⁷¹⁷ “A Grave Questão da Índia”, in *República*, 8 de dezembro de 1961, n.º 11.107, p. 1.

dos tratados em vigor (MNE, 1968b: 111)⁷¹⁸ e perguntava que meios poderiam ser disponibilizados a Portugal de modo a “frustrar a iminente agressão sobre Goa” (OLIVEIRA, 2006: 291). Tardando na resposta, adotando inicialmente uma posição cautelosa, Londres opta por assumir um empenhamento discreto na questão: reiterando a sua posição de 1954, de que a possibilidade de um conflito envolvendo outro membro da Commonwealth “tinha de considerar-se excluída pelo Governo Inglês”. No entanto, informava de que o governo de Sua Majestade estaria disposto a “exercer influência moderadora sobre o Governo indiano levando formalmente o assunto às Nações Unidas” (MNE, 1968b: 138-139)⁷¹⁹.

O ataque parecia iminente e, antevendo o fim do domínio português em Goa e de modo a evitar a invasão, um grupo de nacionalistas goeses, Aruna Asaf Ali, S.S. Mirajkar, António Furtado, George Vas, Divakar Kakodkar, Wasant Tulpule e Berta Menezes Bragança, desde Belgaum, escrevem a 13 de dezembro de 1961 ao governador-geral uma carta-aberta. Após explicarem que o regime que o governador-geral representava, ao longo dos 35 anos anteriores, privara os goeses das suas liberdades fundamentais e que todos os que se manifestassem contra a política de opressão, eram sujeitos a longas penas de prisão e à deportação. Acrescentavam que, nos 15 anos anteriores, o Primeiro ministro e o povo da Índia tinham pedido negociações pacíficas e amistosas, que assegurassem uma amizade duradoura. Por isso, pela última vez “we ask you to choose between going as a friend or a foe. Whichever path you might choose quit you must and you shall – with all your bag and baggage: your Army, your PIDE, your tortures, your arbitrariness, your rule by decrees, your mercenaties and even your Goan traitors, and stooges if they will go with you. The hour has sounded. Quit India! Jai Hind!”⁷²⁰. Noutra mensagem, enviada pelo Conselho Central de Convenção Política dos Goses, a 14 de dezembro, o “povo de Goa” recordava que o “povo de Portugal” lutava pela liberdade e pela justiça “contra o inimigo comum – o fascismo português”, num momento em que para os goeses, se aproximava a libertação de 451 anos de dominação portuguesa, a qual irá “infligir a derrota final ao salazarismo”. Relembra-se a corajosa atitude dos patriotas

⁷¹⁸ Telegrama n.º 324, do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao embaixador de Portugal em Londres, Lisboa, 10 de dezembro de 1961, doc. n.º 1143.

⁷¹⁹ Telegrama n.º 596, do embaixador de Portugal em Londres ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Londres, 12 de dezembro de 1961, doc. n.º 1197.

⁷²⁰ *Open letter to the Governor of Goa, Gen. Vassalo da Silva*, 13 dezembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – CPI - Álvaro Miranda – Goa - Doc. Diversos/3 (sublinhado no original). Os subscritores desta mensagem eram elementos do *Goan People's Party*, que defendia a intervenção armada para a resolução do caso de Goa.

portugueses que haviam defendido a causa de Goa sofrendo por vezes perseguições e penas de prisão, por proporem negociações de modo a resolver a questão de uma forma pacífica. Sublinhava-se, ainda, estar viva a memória da presença de um democrata português no Seminário de Deli e Bombaim, promovido para combater o colonialismo português, no qual havia afirmado o “direito à libertação e integração na União Indiana”. E, em relação ao futuro, referia que estando o povo de Goa reunido com os seus irmãos indianos, “solidamente” defenderiam o povo português na sua luta contra a “ditadura cruel de Salazar que tem esmagado e destruído os melhores valores intelectuais, morais e políticos de Portugal nas cadeias e campos de concentração”. Os autores da mensagem advertiam que a luta do povo goês não se dirigia contra o povo português mas contra o colonialismo e o “fascismo português”, estando portanto com o povo português até que a sua luta terminasse, pois, como escreviam que “a nossa Vitória venha a ser a vossa Vitória!”⁷²¹.

Neste sentido, o *Avante!* atento às ideias defendidas na *Mensagem do povo de Goa ao povo de Portugal* divulga, em junho de 1962, o seu conteúdo, observando “que o que importa resguardar dos territórios coloniais é a amizade dos seus povos”⁷²².

⁷²¹ “Mensagem do povo de Goa ao povo de Portugal – Dec. 13, 1961”, in Centro de Documentação 25 de Abril – CPI /Álvaro de Miranda/Goa/Doc. Diversos/4. “Esta mensagem recebida pelo GPDI parece-nos do maior interesse e merece toda a publicidade” (palavras manuscrito na mensagem por L. Miranda - Serviços de Informação do GPDI). A Convenção Política dos Goeses surge com o objetivo de coordenar as atividades dos diferentes grupos, compreendendo grande parte dos partidos políticos como o *National Congress* (Goa), *Azad Gomantak Dal*, o *Goan People’s Party*, *Goa Liberation Council* e *Federation of Goa Clubs*. Três meses antes, o governador-geral, Vassalo e Silva, informava o ministro do Ultramar de que Aloisio Soares, presidente da Convenção Política dos Goeses apresentara um memorando a Nehru no qual apoiava a sua declaração no Parlamento pois a “alteração política do Governo da União Indiana no que respeita à libertação de Goa, Damão e Diu inspirará aos goeses novas esperanças de intensificar o Movimento de Libertação” demonstrando “um completo apoio ao Governo da União Indiana”. Ofício confidencial do governador-geral, Vassalo e Silva, ao ministro do Ultramar, Goa, 13 de setembro de 1961, in AHD/GNP/RNP 0231-03469.

⁷²² “Lutemos contra a Guerra - Mensagem do povo de Goa ao povo de Portugal” *Avante!*, junho de 1962, ano 32, série VI, n.º 318, p. 4.

2. “Chaga aberta no coração dos Portugueses”⁷²³

A 14 de dezembro, Salazar informa o governador-geral que, segundo dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a União Indiana iniciaria no dia seguinte um ataque ao território português. Considerando “inúteis” as diligências desencadeadas na resolução do problema conclui que “não restará agora mais do que honrar a missão confiada às tropas a [] comando [de Vassalo e Silva]”⁷²⁴. Já no mesmo dia, Salazar antevendo uma invasão enviou um telegrama ao governador-geral, Vassalo e Silva, no qual considerava que não prevendo “possibilidades tréguas nem prisioneiros portugueses que não haverá navios rendidos pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos”. E, sobre o ataque contra Goa, Vassalo e Silva deveria “pretender pela sua extrema violência a reduzir ao mínimo [a] duração de luta” mas convinha politicamente, para Salazar “que este se mantenha ao menos oito dias período necessário para o governo mobilizar em último recurso instâncias internacionais”⁷²⁵. Já em 1955 o coronel Afonso Eurico Ribeiro Casais, quando da sua passagem pela Índia, como comandante do Batalhão de Caçadores da Índia, parecendo antever um possível ataque da União Indiana a Goa, defendia que era fundamental, em primeiro lugar, ter em conta, que quem cumprisse o dever de defender a Índia tivesse “o firme propósito de não se render e considerar como o mais alto título de honra morrer ali”, pois se todos os soldados que ali servissem encontrassem a morte o Governo indiano ficaria “esmagado no conceito de mundo”. Assim como, para o coronel, caso

⁷²³ SERRÃO, 2010: 84.

⁷²⁴ Telegrama do Presidente do Conselho ao governador-geral de Goa, *Rádio n.º 818/A*, 14 de dezembro de 1961. “Comunicados”, in *Casa Comum – Arquivos - Pasta: 94343*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_94343 (consulta realizada a 5 de fevereiro de 2015).

⁷²⁵ Salazar terminava o telegrama advertindo Vassalo e Silva que “estas palavras não podiam pela sua gravidade ser dirigidas senão a um militar cômico dos mais altos deveres e inteiramente disposto a cumpri-las Deus não há-de permitir que este militar seja o último Governador do Estado da Índia. Telegrama do Presidente do Conselho ao governador-geral e comandante-chefe do Estado da Índia, *Rádio 816/A*, Lisboa, 14 de dezembro de 1961, doc. n.º 1262, in MNE, 1968b:172-173. Já no seu discurso na Assembleia Nacional, a 30 de novembro de 1954, sobre *O Caso de Goa*, Salazar colocando a hipótese da União Indiana levar a guerra a Goa perguntava-se “o que podem fazer as forças que ali e encontram ou vierem a ser concentradas? Bater-se, lutar, não no limite das possibilidades, mas para além do impossível. Devemos isso a nós próprios, a Goa, à civilização do ocidente, ao mundo, ainda que este se sorria compadecidamente de nós. Depois de afagar as pedras das fortalezas de Diu ou de Damão, orar na igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do Apóstolo das Índias, todo o português pode combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever. Nem o caso seria novo nos anais da Índia” (SALAZAR, 1959: 277-278).

fosse mobilizado um elevado número de militares pelo Governo da União Indiana para atacar Goa o caso de Goa deixaria de ser “um caso português para ser colocado para o plano internacional”⁷²⁶.

O *Avante!* perante os acontecimentos denuncia a responsabilidade do governo de Salazar, por esta “luta sangrenta [travada] pelos patriotas de Goa apoiados pela União Indiana”, uma vez que, para o jornal, Salazar, ao recusar aceitar o princípio da autodeterminação, fechou todas as possibilidades de negociação. Para o *Avante!*, estava iminente “mais uma guerra colonial que custará ao povo português e aos povos indianos o sacrifício inútil de muitas vidas e valores”, pois os preparativos militares em curso e as medidas tomadas para a evacuação das mulheres e crianças fazia prever que “Salazar não recua ante esta perspectiva”. Os comunistas apelavam a um “levantamento em massa da Nação” de modo a terminar a guerra de Angola e a guerra de Goa, o que, para o Partido, era o único modo para pôr fim aos conflitos⁷²⁷.

A 15 de dezembro de 1961, Jawahrlal Nehru justifica ao Primeiro ministro do Reino Unido, Harold MacMillan o recurso à força como algo de inevitável:

“«Parece que pensamos e vivemos em séculos diferentes, sem nenhum elo comum». No seu entender, a conduta «medieval» dos portugueses em matéria de direitos humanos e política colonial tornara-se simplesmente intolerável para a opinião pública indiana. Se ao menos as potências amigas de Portugal tivessem exercido uma pressão firme sobre Salazar, então talvez tivesse sido possível evitar a situação a que se chegara. Agora era tarde: a Índia não podia fazer mais do que optar pelo “menor de dois males” (Nehru, cit. in OLIVEIRA, 2006: 293).

O tempo passa, a ansiedade aumenta. Notícias como da concentração de tropas indianas em toda a fronteira de Goa, o aumento da atividade dos nacionalistas goeses, a possibilidade de a União Indiana introduzir voluntários no território de Goa enchem as páginas dos jornais da capital portuguesa. O anúncio do ultimato a Nehru dos chefes dos partidos de oposição indiana, as escaramuças entre os soldados portugueses e os nacionalistas “combatentes da liberdade” e o início da execução do plano de evacuação das mulheres e crianças do Estado Português da Índia perante a situação de emergência,

⁷²⁶ *Apontamentos das coisas da Índia...* do coronel Afonso Eurico Ribeiro Casais, 20 de julho de 1955, in ADN F1/51/238.5, p. 3.

⁷²⁷ “Os acontecimentos de Goa – Salazar envolve o país em mais uma guerra colonial”, in *Avante!*, série VI, 1ª quinzena de dezembro de 1961, n.º 311, p. 2.

transformam a realidade portuguesa. E no *República* com destaque na primeira página do dia 17 de dezembro, lê-se “Está iminente uma acção indiana em Goa”⁷²⁸. Será na noite de 17 para 18 de dezembro, que a União Indiana, com um exército de cerca de 30 a 40 mil homens, apoiada por forças aéreas e navais, iniciou a *Operação Vijay*, invadindo os territórios do Estado Português da Índia, deparando-se com uma resistência de cerca de 3.500 militares portugueses⁷²⁹. A 18 de dezembro os portugueses acordam com a notícia: “Hora dramática para a Pátria – Foram suspensas as operações das tropas indianas no território de Goa anunciando-se de Belgaum que recomeçarão amanhã de manhã” e que “Portugal vai pedir a convocação urgente do Conselho de Segurança da ONU”⁷³⁰.

Perante o facto de a União Indiana ter iniciado o ataque militar contra Goa, teve lugar uma conversa no Palácio das Necessidades entre Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros, e o embaixador americano Burke Elbrick, pois como realça Franco Nogueira, o Governo português, ao pretender recorrer ao Conselho de Segurança, era importante, perceber a posição do Governo americano. O ministro advertiu o embaixador de que caso na reunião do Conselho de Segurança fossem incluídos os problemas genéricos do Ultramar português e, se os Estados Unidos assumissem de novo uma atitude “hostil a Portugal”, deveria o Governo americano “estar consciente, a partir deste momento, que o facto terá as mais graves repercussões nas relações entre os dois países”. O ministro recordava que “tais relações deixarão de ser, no plano bilateral, o que actualmente são, devendo considerar-se como terminadas e finda a posição de que os Estados Unidos têm beneficiado em Portugal, sendo o Governo americano oportunamente informado do sentido dessa modificação”⁷³¹. Após esta conversa, no dia seguinte Pedro Teotónio Pereira, embaixador em Washington,

⁷²⁸ “Está iminente uma acção em Goa”, in *República*, n.º 11.116, 17 de dezembro de 1961, p. 1.

⁷²⁹ Quando Vassalo e Silva iniciou as suas funções tinha sob o seu comando 10 000 efetivos, das quais 778 polícias e 228 guardas-fiscais. Contudo, houve forças expedicionárias que não foram substituídas no final da missão e algumas foram enviadas para Timor em 1959, fruto da revolta [de Viqueque] (STOCKER, 2005: 154). No ano de 1960, perante a possibilidade do agravamento da situação em Angola, esteve em Goa o subsecretário de Estado do Exército, tenente-coronel Costa Gomes, futuro Presidente da República (1974-76), que reduziu os efetivos militares na Índia Portuguesa, “tendo no Exército a guarnição passada de cerca de 12 000 homens ali colocados em 1954, para cerca de 2100 homens, e durante o ano de 1961 foi mandando seguir para Angola e Timor material de guerra, armamento e viaturas” (AZEREDO, 2006: 49).

⁷³⁰ “Hora dramática para a Pátria – Foram suspensas as operações das tropas indianas no território de Goa”, in *República*, n.º 11.117, 18 de dezembro de 1961, p. 1.

⁷³¹ Do Ministério dos Negócios Estrangeiros - relato da conversa entre o ministro dos Negócios Estrangeiros e o embaixador dos Estados Unidos, Burke Elbrick - a 17 de dezembro de 1961, in AHD/MNE/PEA - Sala dos Espólios - Armário 18 – Mç. 5. Esta reunião também foi descrita por NOGUEIRA, 1979: 70-75.

envia um telegrama no qual informava que após visita a Dean Rusk, o secretário de Estado dos EUA, foi confirmado “todo o apoio”, na reunião do Conselho de Segurança, insistindo Dean Rusk na ideia de que Portugal deveria aceitar a realização de um plebiscito após vencidas as dificuldades. Teotónio Pereira prontamente respondeu que o Governo português esperava que os “EUA rejeitassem em absoluto” a ideia da incorporação dos territórios portugueses na Índia, considerando que “seria trágico que depois de invocada «self-determination» nos tivessem feito vida tão difícil, nações mais responsáveis acabassem por consentir novo colonialismo indiano”⁷³².

Ao iniciar-se a invasão de Goa foram lançados panfletos, pela aviação indiana, para tranquilizar os goeses que a entrada das Forças Armadas Indianas teria como objetivo proteger a população contra a tirania portuguesa. Por isso seriam feitos todos os esforços para proteger a honra e os lares dos goeses mas, no entanto, esperavam que os goeses protegessem os “bens de Goa contra a [?] destruidora dos portugueses”, ainda que isso significasse “o supremo sacrifício da vossa vida”⁷³³.

As informações são desorganizadas e ao drama na Índia o governo de Salazar coloca dúvidas, perante as notícias oficiais indianas, de que a luta em Goa tenha efetivamente terminado. A 20 de dezembro, Adriano Moreira, ministro do Ultramar, anunciou as dificuldades no restabelecimento de comunicações com o Estado da Índia, o que o impediria de informar corretamente o povo português. Os contactos com a Metrópole perderam-se com o bombardeamento da emissora de Goa (MOÇO, 2012: 53). No entanto, o ministro “repudia inteiramente as alegações da União Indiana no sentido que as tropas portuguesas se entregaram sem resistência”⁷³⁴.

Ao fim de pouco mais de 36 horas de operações militares, às 14 horas do dia 19 de dezembro, por decisão do governador-geral e comandante-chefe, Vassalo e Silva, “uma comissão composta pelo Patriarca das Índias Orientais, D. José Vieira Alvernaz, o chefe de Estado-Maior (CEM) das Forças Armadas do Estado da Índia (FAEI), tenente-coronel Marques de Andrade, e um capitão médico servindo de intérprete, deslocou-se ao comando das forças indianas apresentando um comunicado pedindo a suspensão do fogo”. Às 20.30 era assinada por Vassalo e Silva a rendição incondicional do Estado

⁷³² Telegrama da Embaixada de Washington da conversa entre o embaixador e Dean Rusk, 18 de dezembro de 1961, in AHD/MNE/PEA - Sala dos Espólios - Armário 18 – Mç. 5.

⁷³³ Envio da fotocópia de um dos panfletos - Do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o diretor do Gabinete dos Negócios Políticos – Ministério do Ultramar, Lisboa, 15 de março de 1962, in AHU/MU/GM/GNP-064 (1961).

⁷³⁴ “Uma declaração do sr. Ministro do Ultramar”, in *República*, n.º 11.119, 20 de dezembro de 1961, p. 12.

Português da Índia e entregue ao representante do exército indiano o brigadeiro K. S. Dhillon (MOÇO, 2012: 15).⁷³⁵.

Lisboa solicita, de imediato, nas Nações Unidas uma reunião do Conselho de Segurança na qual, o representante português na ONU, Vasco Garin reclama um imediato cessar-fogo e a retirada das forças da União Indiana. Vassalo e Silva, contudo, assumindo o comando já havia pedido um cessar-fogo, a 18 de dezembro. Adlai Stevenson, embaixador dos EUA, num discurso bastante duro em relação à União Indiana e excluindo qualquer referência ao colonialismo português, apresenta uma proposta de resolução exigindo o cessar-fogo imediato, a retirada de Goa e negociações pacíficas entre Portugal e a União Indiana. Contudo, não foi possível conseguir aprovar uma resolução condenatória dos atos da União Indiana, em virtude do veto exercido pela União Soviética, apesar de obter 7 votos favoráveis (entre os quais os do Reino Unido, da China Nacionalista e da França) dos 11 membros do Conselho. Desiludido com a atitude da ONU perante a agressão a Goa, Salazar em discurso pronunciado na Assembleia Nacional a 3 de janeiro de 1962, considerando que a presença de Portugal e a sua colaboração ser já “inútil”, colocava a possibilidade de vir a abandonar as Nações Unidas mas, entretanto, segundo as suas palavras, “recusar-lhes-emos a colaboração no que não seja do nosso interesse directo” (SALAZAR, 1967: 201).

As manifestações de protesto em Portugal contra o ato de força da União Indiana ganham entusiasmo, “a imprensa nacional e regional tornou-se o porta-voz de uma chaga aberta no coração dos Portugueses” (SERRÃO, 2010: 84), decretando o Governo, que o dia 18 de dezembro fosse um verdadeiro dia de luto nacional. Mas, como recorda, 50 anos mais tarde, Fernando do Rosário, quando a Índia conquistou os territórios de Goa, a Casa dos Estudantes do Império não se pronunciou “contra este abuso, pelo contrário, acha muito bem, porque foi sempre um movimento anti-colonial que presidiu ao pensamento da Casa dos Estudantes do Império e é este um dos motivos do encerramento definitivo da Casa”⁷³⁶. Orlando Costa, autor de vários livros de poesia e

⁷³⁵ No dia 18 de dezembro o Arcebispo, D. José Vieira Alvernaz e o comandante da polícia do Estado da Índia, capitão Joaquim Pinto Braz, dirigiram-se ao Quartel-general das tropas portuguesas em Vasco da Gama e, em conversa com Vassalo e Silva, aconselharam que fosse dada a ordem de rendição a fim de evitar a perda de vidas e de destruições. Ouvindo o pedido, Vassalo e Silva, segundo testemunhos do encontro, abanava a cabeça negativamente. No campo de prisioneiros, Vassalo e Silva, em conversa com Carlos Azeredo, teria confidenciado a situação descrita (AZEREDO, 2006: 62).

⁷³⁶ MASSANGO, Olívia (2012). “Entrevista a Fernando do Rosário Vaz”, in *O Pais on Line*, 8 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/20178-foi-uma-tarefa-gigantesca-por-a-funcionar-os-hospitais-deste-pais.html> (consulta realizada a 12 de novembro de 2013). Fernando do Rosário Vaz combatente na clandestinidade pela independência de Moçambique, antes da criação da Frelimo.

teatro, entre os quais o *Signo da Ira*, apesar de ter nascido em Moçambique no seio de uma família goesa, passou a sua infância e juventude em Margão, e, segundo o relato da sua primeira esposa, a jornalista Maria Antónia Palla “a anexação de Goa pela União Indiana, em Portugal declarada oficialmente de «invasão», foi comemorada em sua casa, com amigos afectos à integração do território na União Indiana, como uma «libertação»” (PALLA, 2014: 59).

O PCP, em conformidade do que vinha defendendo ao longo dos anos, responsabiliza o governo de Salazar pelos acontecimentos, considerando a “guerra de Goa – um crime contra o povo e a Pátria! O sangue derramado na Índia cairá sobre os governantes salazaristas”. Para o PCP, Salazar, mergulhara o povo português em mais uma guerra colonial “após 14 anos de pacientes e inúteis esforços para negociar a libertação pacífica das colónias de Goa, Damão e Diu e a sua ligação à “Mãe-Pátria” – a União Indiana – Salazar não deixou a este país outra alternativa senão o recurso à força para ajudar os patriotas desse territórios a libertar-se do jugo colonial e do fascismo”. Para o Comité Central do PCP, a invasão de Goa fora uma pesada derrota para Salazar, devendo entender-se como uma ajuda e estímulo, não só à luta “libertadora dos restantes povos coloniais que jazem sobre a opressão dos salazaristas”, como também do próprio povo português contra o fascismo em Portugal. Para o Partido, era urgente que o povo português se unisse e exigisse uma mudança política para evitar novos e mais pesados sacrifícios, “todos unidos para o derrubamento do salazarismo, inimigo do povo português e dos povos coloniais”⁷³⁷.

A 19 de dezembro, o secretário-geral da CONCP, Marcelino dos Santos felicita “com profunda alegria” o povo de Goa e, de igual forma, considerava que a libertação de Goa seria um contributo para o desenvolvimento da luta na libertação dos outros povos coloniais: “pour les peuples des autres colonies portugaise cet évènement consacre l’écroulement d’un des mythes-pilier de l’idéologies coloniale portugaise, à savoir, le mythe de l’unité et l’intégrité de la Nation Portugaise”⁷³⁸.

Para o *República*, que não estava com “a actual política e todo o País o sabe”, não podia esta divergência afetar em nada o seu “acrisolado amor à Pátria”. No sentido

⁷³⁷ Comunicado - “A guerra de Goa - Um crime contra o povo e a pátria! O sangue derramado na Índia cairá sobre os governantes salazaristas!”, O Comité Central do Partido Comunista Português, 28 de dezembro de 1961, in *Casa Comum* - Arquivos - Pasta: 04435.832. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_56326 (consulta realizada a 22 de janeiro de 2015).

⁷³⁸ “Declaration sur Goa, Damão et Diu – Prononcée de 19 déc. 1961 à la Radio marocaine par Marcelino dos Santos – Secrétaire Général de la C.O.N.C.P”, in ANTT/PIDE-DGS – DEL. Angola – PI 13-29/A-17/NP 2002, pp. 74-75.

em que o jornal que sempre defendera a liberdade, a democracia e a paz contra a guerra, também defendia “para os povos o uso do sagrado direito de seguirem por si o caminho que entendam, que queiram seguir e tenham como o que melhor os conduza às suas mais caras aspirações de Justiça, na convicção de que o diálogo pode conduzir às soluções por todos desejadas”⁷³⁹.

Apesar de a invasão de Goa ter demonstrado contrariedades na continuidade da política colonial do regime, para a maioria da população portuguesa, moldada por uma intensa propaganda do regime em defesa dos territórios portugueses e, sentimentalmente unida a territórios que representavam um passado de coragem e de bravura na conquista de terras tão longínquas, as palavras proferidas pela oposição ao regime parecem impercetíveis. Para o PCP o recurso à força por parte da União Indiana era entendido como sendo a única alternativa após anos de negociações, para a libertação dos territórios do colonialismo português e a sua ligação à “Mãe-Pátria”. Entendia o Partido que a invasão de Goa foi uma pesada derrota para Salazar o que tornar-se-ia um importante impulso não só para a luta de libertação dos povos coloniais como para a luta do povo português pelo fim do fascismo. Por outro lado se o *República* discordava da política de Salazar, não podia por outro concordar com o ato de força da União Indiana, pois como defensor da liberdade deveriam os povos serem respeitados e terem o direito de seguirem o seu caminho.

O governo de Salazar continuou a defender a soberania portuguesa sobre o Estado da Índia e pela Lei 2.112, de 17 de fevereiro de 1962, o Governo da província com os seus órgãos e serviços de administração provincial, passou a funcionar em Lisboa⁷⁴⁰. Integrado constitucionalmente Goa, Damão e Diu na União Indiana, foi conferido a Goa o estatuto de Território da União Indiana após o referendo de 1967,

⁷³⁹ “Pátria-Mãe!”, in *República*, n.º 11.122, 23 de dezembro de 1961, p. 1.

⁷⁴⁰ As eleições para a Assembleia Nacional pelo círculo do Estado Português da Índia continuaram a ser realizadas, tendo funcionado as assembleias e as secções de voto em diferentes partes de todo o território português. A 13 de novembro de 1965, dos 1518 eleitores inscritos teriam votado 1512, tendo obtido os candidatos da lista A, Maria de Lourdes Filomena Figueiredo de Albuquerque, 1463 votos; Sérgio Lecercle Sirvoicar, 1471 votos e Policarpo Álvaro Francisco José António de Santa Rita Vaz, 1504 votos. *Acta da Assembleia de apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado Português da Índia*, in AHP/Secção XXX/Cx. 18/n.º 5. A 30 de outubro de 1969, dos 1132 eleitores teriam votado 1111 no candidato Francisco José Caetano de Sousa Braz Gomes e 1108 eleitores nos candidatos Maximiliano Isidoro Pio Fernandes e Prabacar Rau todos pertencentes à Lista A. *Acta da Assembleia de apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado Português da Índia*, in AHP/Secção XL/Cx. 18/n.º 5. Nas eleições de 7 de novembro de 1973 dos 1171 eleitores teriam votado na candidata Maria Teresa de Almeida Rosa Cárcamo Lobo, 1163 eleitores e no candidato Oscar Antoninho Ismael do Socorro Monteiro, 1162 eleitores. *Acta da Assembleia de apuramento geral da eleição de deputados à Assembleia Nacional pelo Círculo do Estado Português da Índia*, in AHP/Secção XIL/Cx. 18/n.º 5.

Opinion Poll. Após o 25 de Abril a 31 de dezembro de 1974 foi assinado em Nova Deli o “Tratado entre a Índia e Portugal Relativo ao Reconhecimento da Soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e Assuntos Correlativos” e em 1987, Goa foi proclamada o 25º Estado da União Indiana.

CAPITULO VIII – “CONSTRUIR UM FUTURO EM QUE HOUVESSE JUSTIÇA, LIBERDADE, AUTODETERMINAÇÃO”⁷⁴¹

1. “O exemplo dos soldados de Goa que se recusaram a combater!”⁷⁴²

No primeiro número do *Avante!* de 1962, o PCP saúda o “povo de Goa Livre, cuja história ao longo dos séculos, regista dezenas de insurreições afogadas em sangue pelos colonialistas portugueses”. Para o Partido Comunista, com a libertação de Goa, acabava-se de assistir à primeira grande derrota de Salazar e da sua política colonialista. A rapidez com que se desmoronou o domínio salazarista em Goa, Damão e Diu e o número reduzido de baixas, “(as agências internacionais falam em 28 mortos), só foram possíveis porque os soldados que Salazar enviou à força para a Índia, recusaram-se a combater”. O que, segundo os comunistas, encheu de embaraço os salazaristas. A recusa dos militares em “fazer a suja guerra colonial de Salazar” era um exemplo a ser seguido por todos os soldados portugueses. Considerando o *Avante!* que o que sucedeu em Goa seria um “estímulo e uma ajuda poderosa à luta libertadora” dos povos coloniais que estavam sob “o domínio dos colonialistas portugueses”⁷⁴³. Após um mês, em fevereiro de 1962, o *Avante!* num artigo sobre os massacres em Angola e a posição dos soldados portugueses apelava a que seguissem “o exemplo dos soldados de Goa que se recusaram a combater!” Alertando que os massacres se alastrarão às outras colónias portuguesas e os soldados “voltarão às suas terras muito diferentes moralmente de quando partiram”. O PCP entendia “que os soldados obrigados não só a presenciar, mas também a colaborar nas atrocidades, estão a ser «educados» num espírito de crueldade que chega a atingir o sadismo”. Defendia o PCP como forma de luta que na Metrópole os soldados

⁷⁴¹ Informação da PIDE - “Almoço de homenagem ao coronel Helder Ribeiro na «Casa do Alentejo»”, 30 de junho de 1963, in ANTT/PIDE-DGS - Francisco Pinto Cunha Leal – SC/CI (2) 34 - NP 6949, pp. 113-114.

⁷⁴² “Que cesse o massacre de Angola”, in *Avante!*, VI série, n.º 313, fevereiro de 1962, p. 5.

⁷⁴³ “A libertação de Goa – Salazar e os imperialistas derrotados”, in *Avante!*, VI série, n.º 312, janeiro de 1962, pp.1-4. No original por erro tipográfico figura 1961.

“podem e devem” manifestar-se contra a partida para a guerra e, já nas colónias, “com as armas nas mãos, podem e devem organizar-se e levantar-se contra a continuação dos crimes em que são forçados a colaborar, exigindo o fim do massacre colonial, e em último caso voltar as armas contra os oficiais colonialistas que os comandam exigindo o fim da guerra colonial e o seu regresso à metrópole”⁷⁴⁴. Ao longo dos anos, o PCP através do *Militante* apelou para o trabalho de captação de “simpatias” a ser desenvolvido dentro das Forças Armadas, de modo a ser criado nestas uma forte organização⁷⁴⁵. Durante a Guerra Colonial, o PCP, embora apoiasse a deserção, passou a considerar, no entanto, que era necessário fazer um trabalho nas fileiras do exército, propiciado pelo aumento do número de sargentos e oficiais milicianos provenientes dos setores estudantis, permitindo deste modo “contaminar as próprias fileiras do exército com uma consciência antifascista”, para que as deserções não fossem individuais mas em grupo (MADEIRA, 2013: 503). Bastante discutida, esta posição, passou a ser a linha defendida pelo PCP, enquanto os grupos radicais à esquerda apontavam apenas para a aceitação da incorporação para beneficiar do treino militar, “descartando completamente a possibilidade de servirem o exército colonial” (MADEIRA, 2013: 505).

Após a rendição das tropas portuguesas, foram criados campos de prisioneiros em Navelim, Pondá, Alparqueiros e na praça do Forte da Aguada, ficando os militares portugueses presos por um período que acabou por ser superior a 4 meses. Desde a primeira hora, o PCP insistiu no repatriamento dos prisioneiros, acusando Salazar de não querer abrir negociações com o Governo indiano e de exercer represálias sobre os indianos residentes em Moçambique, usando todos os pretextos para retardar o repatriamento das tropas portuguesas. Segundo o PCP, Salazar receava “que esses milhares de soldados ao chegarem a Portugal venham desmascarar a acção do Governo em Goa, aumentando assim, a indignação do povo contra as guerras coloniais”⁷⁴⁶. Advertiam, no entanto, que interessava mais a Salazar que fossem prisioneiros, “que sofram o castigo de não terem morrido por Salazar, a que venham para Portugal somar-

⁷⁴⁴ “Que cesse o massacre de Angola”, in *Avante!*, VI série, n.º 313, fevereiro de 1962, p. 5.

⁷⁴⁵ Dos vários artigos do *Militante* sobre o trabalho do partido nas Forças Armadas destacamos: “Intensifiquemos o trabalho do Partido nas Forças Armadas”, in *Militante*, III série, n.º 48, dezembro de 1947, pp. 4-5; “As Forças Armadas devem ser postas ao serviço da Paz”, in *Militante*, III série, n.º 62, setembro de 1950, pp. 7-8; “Melhoremos o trabalho do Partido nas Forças Armadas”, in *Militante*, III série, n.º 74, fevereiro de 1954, p. 5-7; “Mais atenção ao trabalho do Partido nas Forças Armadas”, in *Militante*, III série, n.º 80, março de 1955, pp. 2-3 e “O Partido e as Forças Armadas”, in *Militante*, III série, n.º 94, junho de 1957, pp. 3-5.

⁷⁴⁶ “Que regressem os soldados de Goa!”, in *Avante*, VI série, n.º 313, fevereiro de 1962, p. 1.

se a todos os que protestam contra a sua política”⁷⁴⁷. Por isso o *Avante!* apelava a que os portugueses juntamente com os familiares dos soldados se concentrassem nos ministérios exigindo o “REPATRIAMENTO IMEDIATO DOS PRISIONEIRO”⁷⁴⁸.

Desde o campo de prisioneiros de Pondá, Vassalo e Silva, a 22 de fevereiro de 1962, escreveu ao seu amigo [Jorge Dias], na situação que, o próprio, confidenciava ser a “mais triste” da sua vida, pois enraizou-se profundamente na sua “alma a amargura infinita dos trágicos dias dos fins do ano de 1961”. Confessando-lhe, segundo as suas palavras, que “vivendo essas horas amargas e decisivas com dignidade”, sofreu “dolorosamente a certeza da nossa impotência perante o acontecimento que o Destino nos reservava, que nada, então, podia desviar do seu curso, irremediavelmente”. Confidenciava, ainda, que quando reconheceu, “com a Alma a sangrar”, que não podia, nem devia, “honrosamente ir mais longe”, tendo sempre bem presentes os “sagrados deveres” das suas funções, “sentiu a amargura sem limites do desfecho inevitável”⁷⁴⁹.

À sua irmã mais velha Maria Conceição Vassalo e Silva, a conhecida jornalista e escritora Maria Lamas, Vassalo e Silva agradece-lhe uma carta sua pois, como reconhece, foi “uma prova bem reconfortante, da [s]tua bondosa amizade de irmã para quem os sentimentos fraternos estão sempre em nível muito alto”. Maria Lamas, sua irmã, ao longo dos anos desempenhou um papel destacado no combate à ditadura, fez parte da direção do MUD, aderiu ao MND e participou pela oposição em várias campanhas eleitorais. Foi ativista de associações femininas, como a Associação Feminina Portuguesa para a Paz e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, tendo participado diversas vezes nos Congressos Mundiais da Paz. Perseguida pelo regime e várias vezes presa, viveu períodos de exílio em França e regressos a Portugal. Nesta carta interessante é salientar que Vassalo e Silva, referindo que estava “bem com o espírito amarfanhado pelos acontecimentos, constantemente revividos, nestes longos dias de cativeiro”, termina a sua carta a Maria Lamas fazendo “votos para que além duma boa saúde o teu espírito esteja sereno, o que não quer dizer adormecido (?)”⁷⁵⁰.

Tentando dar algum conforto aos soldados portugueses, os goeses deslocavam-se ao campo de prisioneiros com alimentos, bens de primeira necessidade,

⁷⁴⁷ “Obrigemos Salazar a repatriar os prisioneiros da Índia”, in *Avante!*, VI série, n.º 314, março de 1962, p. 1.

⁷⁴⁸ “Repatriamento dos prisioneiros!”, in *Avante!*, VI série, n.º 312, janeiro de 1962, p. 1. No original por erro tipográfico figura 1961 (maiúsculas no original).

⁷⁴⁹ Carta de Vassalo e Silva a seu amigo [Jorge Dias], Pondá, 22 de fevereiro de 1962, in ANTT/AOS/CO/UL 28A, pp. 83-84.

⁷⁵⁰ Carta de Vassalo e Silva para Maria Lamas, Pondá, 30 de março de 1962, in ACPC/BNP - Espólio Maria Lamas, Esp. E. 28 – Cx. 11 (ponto de interrogação no original).

medicamentos e alguns valores que faziam chegar aos prisioneiros. Destas visitas, Carlos Azeredo, prisioneiro de guerra, recorda com particular emoção a visita ao campo do internúncio apostólico da Santa Sé em Nova Deli monsenhor Knox, pois, no ato de beija-mão, alguns dos prisioneiros passavam discretamente mensagens em pequenos pedaços de papel muito bem dobrados. Monsenhor Knox, apesar de não ter sido avisado, escondia discretamente na faixa vermelha junto à cintura, fazendo-as posteriormente chegar aos seus destinatários (2006: 71-72)⁷⁵¹.

O processo negocial para o repatriamento dos prisioneiros foi complexo, confuso e arrastou-se por vários meses. Iniciados os contactos nos princípios de janeiro, as dificuldades surgiram, desde logo, devido à inexistência de relações diretas entre os dois países, tendo sido realizadas através das representações diplomáticas da República Árabe Unida e do Brasil. Se Portugal insistia que o repatriamento dos indianos em Moçambique seria efetuado quando fosse dada a garantia da saída dos prisioneiros de Goa a União Indiana indicava Bombaim, e não Mormugão como desejado por Portugal, como o local de partida. As controvérsias geravam impasse nas negociações e o diálogo era infrutífero em virtude de uma negociação realizada de forma indireta, através da representação dos interesses de Portugal e da União Indiana (MOÇO, 2012: 150-170).

Por sugestão do ministro do Ultramar, Adriano Moreira, a mediação ficou a cargo de Jorge Pereira Jardim e, tendo sido apresentada uma proposta que fazia depender o repatriamento dos prisioneiros da saída dos indianos de Moçambique, foi possível a concretização do plano elaborado para a libertação dos prisioneiros portugueses. Num sinal de entendimento entre Portugal e a União Indiana, a 22 de

⁷⁵¹ José Vieira Alvernaz, Patriarca das Índias, a 27 de setembro de 1962, já em Roma, escreve ao ministro do Ultramar recordando a ação humanitária que o Santo Padre João XXIII exercera, por meio do seu Internúncio na Índia Mons. James R. Knox, através das visitas a todos os campos de prisioneiros, dos cobertores e calçado que lhes forneceu, de ter posto em comunicação os prisioneiros com os seus familiares e de ter criado uma organização para continuar a tratar deles. Para Alvernaz em Portugal não tinha sido dado o necessário relevo a esta atuação porque apenas se haviam queixado de Alvernaz “não os ter ido visitar”, situação essa que foi comentada desfavoravelmente. Mas para Alvernaz a sua visita aos campos de prisioneiros colocaria-o numa situação ambíguo pois, segundo as suas palavras, como a “fazer sem reconhecer a autoridade dos invasores e lhe pedir esse favor”. Por outras palavras, para ser possível a realização da sua visita teria que se submeter, o que significaria que estava a aceitar a soberania indiana. Carta de José Vieira Alvernaz ao ministro do Ultramar, Roma, 27 de setembro de 1962. ANTT/AOS/CO/UL 23E, pp. 196-198. Esta carta de D. José Vieira Alvernaz, Patriarca das Índias e Arcebispo de Goa e Damão, ao ministro do Ultramar, foi redigida poucos dias após ter chegado a Roma pois havia deixado o Paço Patriarcal a 23 de setembro de 1962. Alvernaz não voltou mais ao Oriente, em janeiro de 1963, regressou aos Açores, de onde era natural, onde veio a falecer a 13 de maio de 1986. D. José Vieira Alvernaz, tendo permanecido em Goa foi alvo de desagradáveis notícias, de uma campanha de contra-informação na qual teria feito declarações na véspera de Natal em que reconhecia a “bondosa atenção” das forças do exército indiano. Maria Guiomar Lima no seu estudo sobre José Vieira Alvernaz assinala que, segundo informações do cônego João Pedro Fernandes, Alvernaz não recebeu jornalistas, nem saiu do Patriarcado, tendo celebrado a missa de Natal na capela do palácio (LIMA, 2010: 212).

fevereiro foram libertados quatro indianos presos em Lisboa e três jornalistas portugueses detidos em Goa.

Acordado o repatriamento a 13 de abril, de 2 a 17 de maio foi realizada a ponte aérea de Goa-Carachi de modo a embarcar os prisioneiros nos navios *Vera Cruz*, o *Pátria* e o *Moçambique*, que os transportariam para Lisboa.

Agendada a chegada dos soldados para 23 de maio, o *Avante!* noticia o seu regresso, considerando de extrema importância que um maior número de pessoas os receba para assim “mostrar que aprova a sua recusa de morrer por Salazar como este queria. E também para impedir que Salazar os mande agora para Angola”⁷⁵². Os panfletos difundidos apelavam:

“AO POVO DE LISBOA! Os soldados que Salazar tentou fazer morrer na guerra de Goa chegam a Lisboa a partir do dia 23 de Maio. O governo prepara-se agora para os fazer seguir à força para Angola! Vamos todos ao cais esperar o «Vera Cruz», o «Pátria» e o «Moçambique» para aclamarmos os soldados que desobedeceram às ordens de Salazar, que se recusaram a combater numa guerra injusta. Todos juntos à chegada dos soldados para gritarmos: Nem mais um soldado para as colónias! ABAIXO A GUERRA COLONIAL! Paz em Angola! FORA SALAZAR”⁷⁵³.

A possibilidade de manifestações de protesto contra o Governo, quando da chegada do primeiro navio com os prisioneiros, leva com que o *Vera Cruz* atraque no cais Rocha Conde de Óbidos, às 5.30 horas da manhã, do dia 22 de maio, tendo “desembarcado os prisioneiros num cais «vazio», cercado por elementos da polícia militar” (MOÇO, 2012: 167-168). De regresso à Metrópole, foi criado como que um “muro de silêncio” à volta dos militares sobre o que ocorrera em Goa e a atuação das Forças Armadas, sendo dadas instruções às unidades em notas confidenciais, que “deveriam ser evitadas todas as conversas sobre o que se passara na Índia” (AZEREDO, 2006: 77).

O regresso dos soldados irá ser entendido pela oposição, ou melhor, por Humberto Delgado, como uma forma de estes continuarem a lutar contra o Governo. Em 1963, Humberto Delgado, através do MNI, desde o Rio de Janeiro, impressionado com a “forma hitleriana como o ditador português deu ordens ao exército da Índia”,

⁷⁵² “Saudemos o regresso dos soldados de Goa”, in *Avante!*, VI série, n.º 315, abril de 1962, p. 4.

⁷⁵³ Tarjeta – *Ao Povo de Lisboa*, in ANTT/AOS/CO/PC 77, p. 253 (maiúsculas no original).

pensou em ir visitar os soldados, “o que infelizmente não foi possível”, entendendo que o “desejo de desafrontar a mancha caída sobre a sua honra de soldado, (...) levaria os oficiais a quererem entender-se comigo para a liquidação do ditador”, julgando que, à chegada a “Lisboa tratassem «sponte sua» [por sua própria iniciativa] de preparar a revolta que depusesse o ditador”. Mas, para seu espanto o contrário acontecera: “os oficiais mais uma vez resolveram esperar que do ignoto surgisse a salvação nacional e a sua salvação!”, o que segundo Humberto Delgado, “fizeram mal”. Recordava, ainda aos soldados a tentativa de revolta do final do ano de 1961, a revolta de Beja, pois com o objetivo de assalto e ocupação dos quartéis do Regimento de Infantaria 3 de Beja e da GNR local, na noite de 31 de dezembro de 1961 para 1 de janeiro de 1962, Humberto Delgado havia entrado clandestinamente no país para chefiar a revolta, “com o risco de ser assassinado pela PIDE, para ver se introduzia estamina nesse malfado espírito de modorra e vil tristeza em que vivem as Forças Armadas”. Por isso, acutilantemente apelava aos soldados, “as primeiras grandes vítimas do desprezo do ditador pelos homens de uniforme, aquém afinal ele deve estar no poder, que sejais vós, repito, os da arrancada heroica para a Libertação da Pátria agonizante sob as mãos do ditador e seus esbirros da PIDE. Camaradas: Revoltai-vos! Camaradas! Sede dignos! Sede machos”⁷⁵⁴.

⁷⁵⁴ *Movimento Nacional Independente*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1963, in CD25 Abril - Atividade Privada – Fernando Piteira Santos – FPLN – Correspondência – Doc. n.º 52.

2. “As exigências do tempo presente”⁷⁵⁵

Em São Paulo, após a invasão de Goa, realizou-se uma conferência de imprensa, no *Othan Palace Hotel*, em que Ruy Luís Gomes foi a primeira pessoa a ser ouvida pelos jornalistas da rádio e da televisão brasileira. Questionado sobre os últimos acontecimentos, se a invasão tinha mesmo que acontecer, ou se teria sido evitada com uma outra política colonial. Ruy Luís Gomes esclareceu que esta se teria evitado se tivesse sido seguida a política que ele defendia e a do setor da oposição que representava. Relembrou aos jornalistas que na *Nota Oficial do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu* em 1954 fora reivindicado o direito à autodeterminação dos povos coloniais e o início de negociações, tendo em vista a vontade do povo da Índia Portuguesa, para que assim fosse evitada a situação como a que se vivera em 1961. Argumentando, como já havia exposto em 1954, a necessidade de um Governo que desse “garantias de praticar uma política de Paz e de respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos”. Mas, visto que Salazar recusara tal atitude, para Ruy Luís Gomes o único caminho para alcançar aquele objetivo era o derrubamento do regime “através da Unidade de todas as correntes democráticas portuguesas”. Referindo-se, ainda, à situação resultante da intervenção militar indiana, informou os jornalistas que enviara um telegrama ao Presidente do Conselho de Segurança da ONU manifestando apoio, a “toda a decisão daquele organismo no sentido de um imediato cessar-fogo, assegurando o direito à auto-determinação das populações daquelas colónias”⁷⁵⁶.

Anos mais tarde, Pundolica Gaitonde, referindo-se a esta entrevista e refletindo na resposta de Ruy Luís Gomes, questiona-se sobre a qual política este se estaria a referir: “Era a política do referêndum. Era a política de dar palavra aos goeses para dizer o que é que os goeses queriam. Se os goeses dissessem: queremos continuar unidos a Portugal, continuariam, e não tinha havido esse problema; se os goeses dissessem: queremos a independência, teriam a independência”. O que Pundolica Gaitonde pretendia demonstrar nesta sua observação era que, a oposição ao falar em negociações

⁷⁵⁵ *Representação ao Presidente da República*, 31 de agosto de 1962, in ANTT/AOS/CO/PC 80, pp. 156-169.

⁷⁵⁶ Comunicado de Ruy Luís Gomes à imprensa brasileira, São Paulo, 18 de dezembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, pp. 2-6.

para a resolução da questão de Goa não colocava a hipótese da integração de Goa na União Indiana apenas considerava as hipóteses de Goa manter-se unida a Portugal ou a sua independência. Como observava Pundolica Gaitonde, “o problema da integração, nem mesmo depois da entrada das tropas da União Indiana em Goa, se punha na cabeça do professor Ruy Luís Gomes” (GAITONDE; SERTÓRIO, 1997: 57).

Para João Madeira:

“a questão é que, formalmente, o PCP não dispunha de margem de manobra interna, a avaliar pela forte propaganda governamental, mas também pelo próprio posicionamento das outras correntes da oposição em matéria colonial, para subscrever uma posição integracionista de Goa na União Indiana, quando o seu discurso se baseava na defesa do direito à independência das colónias, o que colocava o problema de modo substancialmente diferente” (2011: 440).

Recorrendo ao documento citado pelo autor, datado de 30 de julho de 1961, meses antes da invasão de Goa, percebemos que são indicadas por “H.” um conjunto de informações sobre Ultramar, não só sobre a Índia como também de Angola. No que respeita à Índia, são fornecidos uma série de esclarecimentos que torna possível verificar a existência de contactos entre o PCP e o Partido Comunista Indiano (PCI). Neste “relatório”, “H.”, refere que após uma “longa conversa muito proveitosa” com “X” sobre o caso de Goa, foi referido que “os meios de negócios temem uma acção mais activa em Goa por temerem as reacções dos E.U.”, assim como “há na Índia forças importantes interessadas na situação em Goa tal como está, porque fazem por seu intermédio enorme contrabando”, também “Salazar está oferecendo possibilidades de investimentos de capitais em Goa e muitos capitalistas indianos estão nisso interessados. Por tudo isso, Nehru hesita e não quer uma acção mais decisiva em Goa”. Segundo este relatório, a opinião do PC Indiano era que “dentro de Goa não pode ter lugar qualquer outra luta além da luta armada em virtude do regime fascista”, já que, para Salazar, a opinião democrática mundial não conta. Daí que, para o PCI, a luta de guerrilhas, assaltos a postos, são “acções que têm de partir da União Indiana”, assim como a “necessidade de manifestações em Goa para empurrar a Grã-Bretanha a tomar posição diferente para com Salazar [sic]”. No entanto o PCI considerava que “não se poderá chegar à libertação por esse meio, se os que conduzem a luta não recebem armas suplementares. Poderiam encontrá-las se o governo da U[nião] Indiana estivesse de

acordo, mas este não se quer envolver directamente”. Os comunistas indianos concluíam que a situação só se poderia alterar se “verificarem mudanças em África com influência em Goa” ou “se o gov[erno] da U[nião] Indiana mudar de posição”. Pela parte do PCP era observado que, o “atentismo, posição do governo da U[nião] Indiana não pode ser a dos Partidos Comunistas de Portugal e da Índia”. Perante a necessidade de um contacto mais estreito entre os dois partidos, “num eventual encontro entre delegações para abordarem o problema”, o PCP considerava importante “a necessidade duma ligação entre o PCI e os nacionalistas angolanos (coisa que não existe no menor grau nem sequer no conhecimento das coisas elementares) e bons-ofícios do PCP. Disposição do PCP em ajudar em tudo quanto puder”, compreendendo “que no interior de Portugal não se podem unir as forças democráticas para apoiar a palavra de ordem do PCI”. Concluía, que existiam dificuldades num comunicado conjunto, dado o plano da luta do PCP “no interior e a palavra de ordem central do PCI nesta questão: Integração de Goa na Mãe-Pátria”. Na opinião do PCP, “a palavra de ordem do PCI não devia figurar nele como opinião comum, antes se devia encontrar uma forma mais política para o nosso Partido”⁷⁵⁷. A existência de diferentes pontos de vista entre os diversos setores políticos quanto ao direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e independência provocava dificuldades e contradições ao processo de unidade na luta contra a ditadura. O PCP, consciente que na população portuguesa existia em torno das colónias um certo consenso nacional, mantinha alguma reserva em expor uma posição a favor da integração de Goa na União Indiana.

Interessante será observar a correspondência trocada entre Manuel Sertório e Pundolica Gaitonde após a invasão de Goa, com a classificação de “Inteiramente Confidencial”. Desde S. Paulo, Manuel Sertório a 5 de janeiro de 1962, felicita Pundolica Gaitonde pela integração de Goa, Damão e Diu no território da União Indiana e, dirigindo-se em seu nome e “no de [Humberto Delgado] um dos mais destacados políticos anti-salazaristas que neste momento se encontra em S. Paulo”, e sendo de “desconhecimento dos diversos núcleos de emigrados, por determinação da direcção nacional anti-salazarista”, dava a conhecer o seu desejo de “conferenciar o mais cedo possível com alguém do governo indiano, a fim de expor-lhe um plano de manifesto”

⁷⁵⁷ Folha solta - assinado por “H”, 30 de julho de 1961, in ANTT/PIDE-DGS-TBH-2JC/Cx.704/Vol.6/Proc. 90-62, apenso a fls. 453.

interesse mútuo para ambos os nossos povos, tornado possível e de inadiável urgência a partir da integração de Goa na Mãe- Índia”⁷⁵⁸.

Intrigado, Pundolica Gaitonde responde a Sertório a informar que não havia objeção da parte do Governo indiano para receber a oposição portuguesa, “sem ser oficialmente é claro”. No entanto, Pundolica Gaitonde, “pessoalmente gostaria de saber a razão deste pedido. Em outras palavras qual é o assunto das conversações? Com certeza de que não é Goa, pois Goa deixou de constituir um problema. Já é parte integrante da Índia”⁷⁵⁹. Quinze dias depois, Sertório responde-lhe recordando que “sempre a Oposição democrática reconheceu o incontestável direito dessa integração” e, nenhum outro sentido teve a sua presença no Seminário de Nova Deli e Bombaim, assim como nos últimos tempos “numerosos têm sido os dirigentes políticos que têm aderido à corrente inequivocamente anti-colonial”, incluindo o general Humberto Delgado. Argumentava, ainda, que a integração de Goa, Damão e Diu na União Indiana representava um auxílio à luta de libertação do povo português, pois fora um terrível golpe para a política colonial do governo de Salazar. No entanto, Manuel Sertório esclarecia que o objetivo desse encontro com o Governo indiano era solicitar o seu auxílio “na luta pela emancipação do povo português sob a dominação fascista de Dr. Salazar e o seu governo”. Acrescentava que apresentariam ao Governo da União Indiana “algumas das formas de auxílio” que “resolverão simultaneamente o problema português e vários problemas indianos que se encontram pendentes, como consequência da integração de Goa”⁷⁶⁰. Pelas fontes consultadas, nada mais sabemos sobre os futuros ou possíveis contactos que possam ter existido entre Manuel Sertório e o Governo da União Indiana. Apenas temos o registo de uma informação da PIDE, de que Manuel Sertório teria estado na Índia, antes e depois da invasão, e, após várias conferências com Nehru, “teria prometido ceder todo o material de guerra português apreendido” e dado facilidades para a saída da Índia que tinha sido portuguesa de “todos os militares e civis que desejassem combater no Ultramar português designadamente na Guiné e em S. Tomé [sic]. Que Galvão não fora à Índia mas teria delegado no Manuel Sertório para os

⁷⁵⁸ Carta de Manuel Sertório para Pundolica Gaitonde, S. Paulo, 5 de janeiro de 1962, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência - Doc. n.º 1329 (sublinhado no original). Como estes contactos e as deslocações implicavam despesas, sendo necessário uma importância que não possuía, Sertório formula um pedido a Pundolica Gaitonde da necessidade de obter ajuda junto do Governo indiano.

⁷⁵⁹ Carta manuscrita de Pundolica Gaitonde para Manuel Sertório, 2 de abril de 1962, in Centro de Documentação 25 de Abril - Manuel Sertório – Correspondência - Doc. n.º 1331.

⁷⁶⁰ Carta de Manuel Sertório para Pundolica Gaitonde, 18 de abril de 1962, in Centro de Documentação 25 de Abril - Manuel Sertório – Correspondência - Doc. n.º 1332.

necessários arranjos no sentido de recrutar homens entre os detidos em Goa, assim como civis”⁷⁶¹.

Tendo sempre como objetivo o melhor entendimento entre a oposição, Fedora Miranda, viúva de Lúcio de Miranda, escreve a Manuel Sertório propondo a realização de uma conferência com os representantes de todos os partidos e grupos, tendo por fim uma melhor inter-ligação e colaboração dos diversos elementos da oposição. Salientava ela que, apesar de o GPDI estar constantemente a adiar tal situação, era necessário aproveitar a oportunidade do momento, pois o próprio Álvaro Cunhal, num artigo de março de 1962 publicado na *World Marxist Review* observava que:

“Hoje, mais do que nunca, é possível - e imperativo - conseguir unidade de todas as «forças» anti-salazaristas. Basicamente, pode-se dizer, a unidade é agora uma realidade em Portugal. Mas há graves desentendimentos entre os «leaders» democráticos emigrados. O P.C. está em situação particularmente favorável para promover unidade geral: há mais motivos de desentendimento entre alguns grupos e os seus «leaders», do que há, entre esses grupos e os comunistas. Nós não temos nenhuma má-vontade ou animosidade contra eles que possam impedir a nossa unidade e conjunta actividade”⁷⁶².

O entendimento da oposição sobre a questão colonial poderia estar próximo. Segundo uma informação secreta enviada à delegação da PIDE, da conferência em Rabat, teria sido realizado “acordo” entre Álvaro Cunhal, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Manuel Sertório, este “na qualidade de «delegado» do Humberto Delgado que se diz chefe da chamada Oposição”. A informação da PIDE dava a conhecer que Delgado asseguraria “em nome da Oposição, aqueles traidores vendidos a Moscovo toda a sua «colaboração e apoio», na sua luta pela liberdade e independência das «colónias» portuguesas”. Sobre os dirigentes da oposição com quem o informador da PIDE conversou no Porto sobre este assunto, desde Hélder Ribeiro, Veiga Pires, António Macedo, Cal Brandão a Artur Andrade “excepto, em parte, o coronel Hélder

⁷⁶¹ Folha solta – ANTT/PIDE-DGS - Manuel Sertório – SC/SR 2783/49 – NP 2663 - vol. 2, p. 59 (Como o documento não apresenta data mas, ao fazer referência à guerra na Guiné que se iniciou em 1963 e como não houve guerra em S. Tomé e Príncipe, poderemos apontar o ano de 1963 como o ano da sua redação).

⁷⁶² Cunhal cit. in carta de Fedora Miranda para Manuel Sertório, 21 de maio de 1962, in Centro de Documentação 25 de Abril - Manuel Sertório – Correspondência - Doc. n.º 2008. Em março de 1961, após a fuga de Peniche de janeiro de 1960, Álvaro Cunhal, passa a desempenhar o cargo de secretário-geral do PCP, pondo fim a um período que foi denominado “desvio de direita”, imprimindo um maior dinamismo à organização e às ações do Partido Comunista.

Ribeiro, que detesta profundamente o Delgado e não quer nada com os comunistas...” todos mostraram “a sua clara aprovação” e “«compreensivos» perante a posição política assumida pelo Delgado e pelo Manuel Sertório”. Esta posição era, para Veiga Pires e Cal Brandão, segundo a informação da PIDE:

“a única possível no momento presente, pois a independência das «colónias» é inevitável num futuro próximo, pois o nacionalismo dos povos africanos é irresistível e o seu direito à autodeterminação inegável, portanto, o Delgado ao tomar uma posição a favor da imediata independência das nossa «colónias», quer ao assinar o acordo de Rabat, como se afirma, quer a redacção do programa da Segunda República que, na sua generalidade tem a aprovação de todos os democratas, deu provas do seu realismo e clarividência política, tanto em política externa como interna, mostrando-se à altura das responsabilidades na sua qualidade de candidato das oposições à Presidência da República, que para nós foi o verdadeiro eleito, pois as eleições foram falseadas e, portanto, o chefe da oposição no exílio[]”⁷⁶³.

A Plataforma para a II República Portuguesa e o respetivo programa, referido na informação da PIDE, havia surgido em S. Paulo a 1 de junho de 1962. Redigido o documento por Manuel Sertório, figuravam algumas palavras de Humberto Delgado a anteceder o texto, nas quais se entendia que este documento “constitui um avanço construtivo ao preparar terreno para a organização do que creio ser um dos grandes partidos democráticos da II República [...]”. Os XX pontos apresentados estão divididos em dois grandes temas o primeiro com o subtítulo “Para a defesa da revolução anti fascista” e o segundo “Para a democratização da sociedade portuguesa”. No III ponto do primeiro tema, intitulado “pacificação e autodeterminação política das colónias”, defende-se:

“1º- Imediato cessar fogo nos territórios coloniais em que decorram operações militares;

2º- Reconhecimento pelo Governo Provisório do direito incondicional à autodeterminação imediata, para a independência se a quizerem, dos povos de todas as colónias portuguesas;

⁷⁶³ Extrato duma informação secreta enviada à Delegação da PIDE no Porto, n.º 94, de 3 de agosto de 1962, in ANTT/PIDE-DGS - Manuel Sertório - DEL. P./PI 21062 – NP 3788, p. 27.

3º- Convite aos dirigentes das organizações nacionalistas das colónias portuguesas que hajam reivindicado a autodeterminação política dos seus povos para o estabelecimento de negociações sobre a forma de efectivação dessa autodeterminação”⁷⁶⁴.

A questão colonial estava cada vez mais na ordem do dia, a 31 de agosto de 1962, um grupo de 51 cidadãos opositores, dirigiu uma Representação ao Presidente da República que se afigurava “tão lógica como necessária”⁷⁶⁵. Os subscritores alertavam para os perigos da orientação política seguida havia mais de 30 anos, “cujo ideário retrógrado irreformável, não acerta com as exigências do tempo presente e não encontra eco na alma nacional”. Consideravam a situação portuguesa ainda mais agravada pela repressão das liberdades públicas num momento que era necessário, para os signatários, a franca discussão e o “chamamento de todos às responsabilidades próprias de um povo consciente e livre”. Observavam eles que, na anterior eleição para deputados à Assembleia Nacional, fora desenvolvida pela oposição a tentativa de “trazer o país à consciência desses perigos em que incorre”, trabalhada a campanha fundamentalmente a partir do *Programa para a Democratização da República*, tendo sobressaído “a tese oposicionista de ser dever patriótico a substituição do Governo e seu principal responsável”. Nesse sentido, constatavam agora que, depois de uma “análise fria dos acontecimentos, acumulando argumentos”, se insista na razão dos reclamantes “que são, afinal todos os liberais e democratas portugueses e com eles – não há hesitação em afirmá-lo – a grande massa da população”. Por isso colocavam a questão: “Uma consulta plebiscitária, expressiva, concludente quer o Poder tentá-la? Dispõe-se, por uma vez, a aceitar a verdade dos números?” Os signatários não recebiam os resultados dessa consulta, desde que “civicamente orientada, com honestidade e nos moldes

⁷⁶⁴ Plataforma para a II República Portuguesa, S. Paulo, 1 junho de 1962, in ANTT-AOS-CO-PC 67, pp. 5-9.

⁷⁶⁵ A redação do documento, segundo Mário Matos Lemos, terá cabido a Cunha Leal e a Mário de Azevedo Gomes e constituiu o prelúdio às alterações na política africana que a oposição vai seguir no futuro. Mário Matos Lemos gentilmente enviou-me a sua comunicação “A Oposição Política ao Governo e ao Regime face ao Problema Colonial (1945-1974)”, apresentada no Instituto de Defesa Nacional num colóquio realizado nos dias 30 e 31 de maio 2012 (email enviado pelo próprio a 12/11/2012). Mário Matos Lemos refere nesta exposição 16 assinaturas que constam no documento: Mendes Cabeçadas, Cunha Leal, Azevedo Gomes, Hélder Ribeiro, Santiago Prezado, Rodrigo Rodrigues, Eduardo Figueiredo, Acácio Gouveia, Adão e Silva, Sá Cardoso, Carlos Pereira, António Macedo, Cal Brandão, Gustavo Soromenho, Raul Rego, Urbano Tavares Rodrigues que teriam sido escolhidas “de entre as muitas individualidades que assinaram a presente exposição”. No documento por mim consultado constam para além destes nomes referidos por Mario Matos Lemos, mais 35 assinaturas, totalizando 51 signatários, das quais muitas são ilegíveis.

precisos que exige, em circunstâncias semelhantes, a moral política internacional do nosso tempo”⁷⁶⁶.

Do conjunto de problemas apresentados nesta Representação ao Presidente da República, iremos apenas analisar as preocupações que estão relacionadas com o Ultramar português. Sobre este assunto consideravam os signatários que

“o movimento internacional de descolonização corresponde à generalização do pensamento de que o fenómeno sociológico da colonização, com todos os serviços que prestou à Humanidade, já se prolongou excessivamente, urgindo pôr-lhe termo ou imediatamente, como se sustentava de início, ou dentro de prazo mais ou menos curto como, depois, mais sensatamente, passou também a considerar-se”.

Nesse sentido, era importante, segundo estes, que “começássemos a aderir ao princípio basilar da autodeterminação”, o que não excluía “a possibilidade teórica de preferirem a uma independência nominal absoluta, uma independência mitigada pela associação com a nação tutora ou até mesmo uma integração dentro dela”. Consideravam, contudo, que “quando as moções aprovadas na O.N.U. proclamam solenemente que deve dar-se a Angola o direito à autodeterminação e à independência, nega-se, no fundo, esse direito, por isso [o] que se está fazendo em nome daquele território, sem procuração válida, uma escolha prematura”. Para estes a solução adotada por Salazar era inaceitável: a “integração pura e simples, sob pretexto de que tal é o veemente desejo dos povos colonizados. Se não se fez consulta prévia aos tutelados, alegando impreparação destes para se pronunciarem pelo voto, com que direito se proclama em sincronismo que já escolheram tacitamente a solução que lhes convém?!” Segundo os signatários, dos “crassos erros de visão política dos nossos governantes decorrem catástrofes de toda a espécie”, como o caso de Angola e dos acontecimentos na Índia. Por isso, na sua opinião, “só a adesão ao princípio básico da autodeterminação pode servir de base, acompanhada das medidas preparatórias inerentes, administrativas, educativas, económicas e sociais, à negociação de uma plataforma de acordo com certas nações dominantes da O.N.U. e, finalmente, com esta”. Interessante é verificar a insistência, no entanto, em que só “do nosso bom senso dependerá depois o conseguir-se na hora própria que os povos coloniais queiram manter-se associados ao nosso país

⁷⁶⁶ Representação ao Presidente da República, 31 de agosto de 1962, in ANTT/AOS/CO/PC 80, p. 156.

com a criação de Estados bi-raciais, fiadores da perduração que todos desejamos dos interesses portugueses no conjunto ultramarino”.

No que concerne à agressão indiana, os signatários classificavam-na como “uma nódoa que mancha o carácter do Chefe de uma Nação descomunal quando ele vinha apresentando-se à face do mundo como o campeão valoroso do pacifismo e do neutralismo” mas que “só os cegos não viram que o fenómeno era fatal como o destino”. Recordavam eles que, desde 1949, um dos opositores democráticos “co-signatário deste documento”, já “aconselhava que se concedesse a independência ao nosso Estado da Índia, negociando com ele, se tal fosse a vontade dos seus habitantes, um estatuto de confederação”. Mas a esta ideia “opuseram-se ouvidos de mercador” e quando se deu a invasão só ocorreram aos governantes dois meios para resolver a dificuldade:

“1º Invocar a aliança inglesa, porquanto esta, formalmente, obrigava a Grã-Bretanha a correr em defesa das nossas colónias, quando atacadas;

2º Ordenar às nossas guarnições indianas a atitude heroica de morrerem até ao último homem, com repúdio do procedimento cómodo da rendição”.

Sobre o primeiro ponto referem que “ninguém poderia conceber entre nós que a Inglaterra se resolvesse a entrar em luta com a Índia para garantir a manutenção da presença portuguesa nessas paragens”. No que concerne à recusa da força militar portuguesa ali destacada “de votar-se ao sacrifício máximo, como se fosse a ordená-lo a própria voz da Pátria”, os subscritores sublinhavam que “importa considerar que a convicção da existência dum erro básico de visão da parte dos governantes portugueses, em relação aos mais graves problemas nacionais, não predispõe, em boa verdade, os homens a oferecer as suas vidas com estoicismo”. Por outras palavras os signatários consideravam que “talvez por «sentirem» que assim é, esses governantes não se atreveram, ao contrário do que lhes cumpria, a chamar à responsabilidade os chefes militares que desobedeceram na triste conjuntura, às suas ordens formais de resistência e foi assim que, na era do Estado Novo, ressaltada a nobreza de raras excepções, se afundou na vergonha o caso português da Índia!”⁷⁶⁷

⁷⁶⁷ *Ibidem*, p. 157-169. No espólio de Cunha Leal no Arquivo Histórico Parlamentar consta um documento dirigido ao Presidente da República datado de fevereiro de 1962 com semelhanças ao nível do conteúdo com a Representação endereçada ao Presidente da República a 31 de agosto de 1962 in AHP/AFPCL/Cx. 7/Mç.5, n.º 21.

Neste último parágrafo, da Representação a Américo Tomás subscrita pelo grupo de 51 cidadãos opositores, no qual estava presente a ideia de que o Governo não havia apurado responsabilidades perante os principais responsáveis pelo comportamento militar das forças, teremos que ter em conta que esta representação foi dirigida a 31 de agosto de 1962 e somente, após cerca de sete meses, a 22 de março de 1963, foram tornadas públicas pela imprensa, em comunicado da Presidência do Conselho, as sanções aos militares. A 21 de março de 1963, o Conselho de Ministros aprovou as conclusões do parecer, elaborado em sessão conjunta pelos Conselhos Superiores do Exército e da Armada, relativo ao comportamento das forças em serviço no Estado Português da Índia e tomou conhecimento das sanções aplicadas ao abrigo do Regulamento de Disciplina Militar com base nas conclusões. As sanções sobre os oficiais da Índia foram desde a demissão das Forças Armadas de dez oficiais, (incluindo o general Vassalo e Silva); reforma compulsiva para cinco; seis meses de inatividade para nove, tendo os restantes militares que serviram no Estado da Índia sido ilibados de quaisquer responsabilidades. Sem a possibilidade de recurso e sem direito a defesa, no âmbito do Regulamento de Disciplina Militar, aplicado pelos generais do Conselho Superior de Disciplina (MORAIS, 1999: 399-403). Após o 25 de Abril de 1974, pelo Decreto-Lei 727/74, de 19 de dezembro, foram “anuladas as penas impostas aos militares em virtude dos acontecimentos ocorridos durante a invasão do Estado Português da Índia pelas Forças Armadas da União Indiana, em Dezembro de 1961”⁷⁶⁸.

Ainda sobre a Representação ao Presidente da República, não concordando os signatários com a política colonial de Salazar de “integração pura e simples” e mais recetivos a um movimento de descolonização num prazo mais ou menos curto, era importante para estes, que Portugal aderisse ao princípio da autodeterminação, o que não excluía a possibilidade dos povos escolherem em vez da independência preferirem uma “associação com a nação tutora ou até mesmo a integração dentro dela”. Partindo deste pressuposto, os signatários consideravam que as moções aprovadas na ONU, ao proclamarem que devia dar-se a Angola o direito à autodeterminação e à independência, estavam a fazer uma escolha prematura pois não se estava a dar verdadeiramente o direito a esse território de poder escolher. Na verdade os signatários defendendo a autodeterminação dos povos defendiam também empreender uma política que permitisse aos povos manterem-se associados a Portugal, caso estes quisessem, com a

⁷⁶⁸ “Decreto-Lei 727/74”, in *Diário do Governo*, I série, n.º 295, 19 de dezembro de 1974.

“criação de Estados bi-raciais” garantindo a continuação dos “interesses portugueses no conjunto ultramarino”. Percebendo os republicanos da necessidade de se adaptarem aos ventos que desde a II Guerra Mundial sopravam e que o tempo da colonização terminaria vão projetar um caminho no qual Portugal manteria ligações estreitas com os territórios ultramarinos através de laços federais.

Já em vésperas da intervenção indiana, no livro *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, Cunha Leal apontara que o art.º 73 da Carta das Nações Unidas não poderia “ter o alcance molieresco de independência à força, mesmo contra a vontade expressa dos que se quer empurrar para o separatismo” pois, segundo Cunha Leal, a autonomia administrativa não seria forçosamente “sinónimo de secessão” visto que seria “compatível com a confederação, a federação e a integração dentro de um regime descentralizado” (1961: 137-138) embora, pessoalmente se inclinasse mais para uma solução de federação ou confederação (LEAL, 1961: 145)

Seria fundamentalmente nos inícios dos anos sessenta, já quando a guerra em Angola havia começado, que à voz de Cunha Leal na defesa de teses federalistas para os territórios ultramarinos ouvir-se-ão outras. Apesar de abafada e posteriormente ignorada pelo seu autor, Marcelo Caetano, no *O Memorial para o Conselho Ultramarino*, defendia como solução para a questão Ultramarina a constituição de Estados Federados. Convocado o Conselho Ultramarino a 22 de setembro de 1962, por Adriano Moreira, ministro do Ultramar para revisão da Lei Orgânica do Ultramar, com sessões a decorrer entre 15 a 31 de outubro, foi dado a conhecer *O Memorial para o Conselho Ultramarino*, apesar de datado de 2 de fevereiro de 1962. Neste documento Marcelo Caetano defendia a transformação de um Estado unitário em um Estado Federal, considerada para este a “única modificação constitucional a tentar para encontrar uma solução”. A comunidade portuguesa seria composta por três Estados Federados: Portugal, Angola e Moçambique. Cabo Verde receberia o estatuto de Ilha Adjacente e Guiné, S. Tomé, Macau e Timor ficariam com o estatuto de Província. A criação da comunidade portuguesa partiria da elaboração de uma Constituição Federal que depois de aprovada pela Assembleia Nacional, logo lhe seria adaptada a Constituição Portuguesa e Angola e Moçambique passariam a elaborar as suas Constituições (Caetano cit. in CASTILHO, 2012: 397-400).

Anos mais tarde António de Spínola, no seu livro *Portugal e o Futuro*, editado em 1974, analisando a conjuntura nacional considerava, como escreve no início, que

“Portugal vive hoje, uma das horas mais graves, senão a mais grave, da sua História, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam à geração actual” (SPÍNOLA, 1974: 19). Como proposta de resolução do problema ultramarino e das guerras coloniais, António de Spínola mostrava-se atento às ideias federalistas de Cunha Leal, pois segundo Spínola: “à luz do rigorismo teórico da ciência política talvez sejamos levados a reconhecer que não somos uma nação, mas um complexo de nações, a que a descontinuidade geográfica confere uma individualidade demasiado nítida para que possa ignorar-se, quando se pretenda uma via integradora desse complexo numa Comunidade Lusíada”, defendendo a construção de “de um esquema do tipo «Estado plurinacional»” (SPÍNOLA, 1974: 158). Percebia António de Spínola que a “integração política de um país pluricultural e pluricontinental como o nosso só é possível, desse modo, no quadro de uma solução federativa cimentada na solidariedade, sendo inviável qualquer outra fórmula que se estruture sobre um atrofiante monolitismo orgânico”. Alertava para que “a manutenção dessa unidade de espírito novo e da integridade nacional dela decorrente impõe, por isso, no nosso caso específico, a adopção de esquemas abertos, liberalizantes e progressivos, onde não cabem ilusórios conceitos de igualdade perante leis que não se ajustam a comunidades que não as votaram, nem padrões retrógrados de inspiração paternalista” (SPÍNOLA, 1974: 160)

Mas, recordando ainda as palavras de Cunha Leal no almoço de homenagem ao coronel Hélder Ribeiro, em 1963, segundo informação da PIDE, Cunha Leal, teria relembrado a sua posição sobre o caso de Goa em 1949. Observando que havia “avisado o governo de que Nehru preparava uma cruzada para libertar os seus irmãos oprimidos”, questionava se “não poderia o governo dar-lhe a tempo a autonomia, estabelecer contratos vantajosos e formar com eles e outros (...) uma Federação e apresentá-los como livres a defenderem os seus direitos nas organizações internacionais”⁷⁶⁹. Ao abordar os acontecimentos em Goa questionava “como queria o governo que, sem canhões, sem armas anti-aéreas, sem aviões e quase sem outro material de guerra os soldados defendessem aquilo?” Sobre a situação criada pelo Governo sobre os militares, Cunha Leal teria considerado que era preciso salvar ainda a honra dos militares, pois “quando os mandam lutar para salvar a honra eles comparecem, mas se tem de lutar

⁷⁶⁹ Informação da PIDE - «Almoço de homenagem ao coronel Hélder Ribeiro na “Casa do Alentejo”», 30 junho de 1963, in ANTT/PIDE-DGS - Francisco Pinto Cunha Leal – SC/CI (2) 34 - NP 6949, pp. 113-114.

contra a própria sobrevivência, ele (Governo) manda mas eles não obedecem”. Era, por isso importante que os republicanos e democratas, levassem “por diante os seus ideais, não vergar, construir um futuro em que houvesse justiça, liberdade, autodeterminação e se evitassem futuras vinganças de que eles próprios poderiam ser vítimas (...)”.

Segundo o coronel Varela Gomes no seu depoimento no Tribunal Plenario, em 17 de julho de 1964, fruto da sua participação na revolta de Beja, “o desastre de Goa” foi “o choque emocional que trouxe à superfície, a repulsa e os receios que a maioria sã das Forças Armadas há dilatado tempo, nutre em relação aos desígnios e métodos do Estado Novo”⁷⁷⁰. Assim como anos mais tarde, após o 25 de Abril, Manuel Sertório recordou em carta para Gaitonde, a 18 de agosto de 1978: “ora o problema goês teve tão profundas repercussões em Portugal que podemos afirmar, sem hesitação, que o propósito de evitar um colapso militar semelhante em África foi um dos móbeis dos oficiais do exército colonial português ao derrubarem o regime fascista”⁷⁷¹.

⁷⁷⁰ Depoimento do Capitão Varela Gomes, in AHP/AFPC/L/Cx.7/Mç.5, n.º 19.

⁷⁷¹ Carta de Sertório a Gaitonde, Lisboa, 18 de agosto de 1978, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 1342.

CONCLUSÃO

Numa nova ordem internacional criada após a II Guerra Mundial, Salazar, incomodado com o domínio norte-americano e com os ventos de independência que sopravam da Ásia e ameaçavam as colónias portuguesas no Indostão, reconsidera a política externa portuguesa. Com reservas a uma relação bilateral mais estreita com os EUA, foi após um longo processo de decisão que Portugal aderiu à NATO em 1949, tendo já anteriormente participado nos diversos mecanismos destinados à concretização da ajuda americana concedida aos países da Europa Ocidental, como membro fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica, em 1948, e, mais tarde, em 1949, ao Plano Marshall. Apesar do veto da União Soviética à integração de Portugal na ONU, a divisão do mundo em dois blocos antagónicos permitiu que a política de Salazar tivesse o apoio dos países ocidentais no pós-guerra.

Unidos os diferentes movimentos oposicionistas em Portugal na luta antifascista no período do pós-guerra, a bipolaridade do mundo refletiu-se no seio da oposição após as eleições presidenciais de 1949. Ao atravessar uma fase de refluxo e divisão, as oposições adotaram na sua luta diferentes estratégias. A posição de subalternidade em que o Ato Colonial colocara os goeses, ao estabelecer duas unidades políticas distintas com valor cívico desigual - a Metrópole e as colónias -, ao reforçar a centralização administrativa, confirmando a falta de autonomia de todas as colónias, bem como a uniformização da administração das várias colónias, fez com que aumentassem as suas reivindicações. Das críticas à separação estabelecida entre a Metrópole e os territórios do Império Colonial, e confiante nas possíveis alterações na legislação colonial em resultado do pós-guerra, os autonomistas goeses, reiterando uma reivindicação de longa data, reafirmavam o seu desejo de um regime de maior autonomia para o Estado Português da Índia. Ao constatarem que não seriam ouvidos por um governo que legitimamente representasse a vontade popular, como ficou demonstrado pelo processo eleitoral para Assembleia Nacional de 1945, desvirtuado pela censura à imprensa, a existência de cadernos eleitorais manipulados e uma contagem de votos imprecisa, os goeses exteriorizaram a sua discordância face à política colonial do governo num comício convocado para o dia 18 de junho de 1946 em Margão.

Mas, como procurámos mostrar, se inicialmente o objetivo do movimento de 1946 em Goa se prendeu com a luta pelas liberdades civis, o aumento da repressão, das prisões, dos julgamentos pelo Tribunal Militar, das condenações e das deportações transformaram essa luta numa luta pela libertação, pela integração de Goa na “Mãe-Índia”. Salazar enviou tropas especiais africanas para aqueles territórios, considerando que os acontecimentos em Goa eram um possível perigo para a soberania portuguesa, atendendo ao momento de mudança política no território vizinho. Contrário à soberania portuguesa e encontrando na Índia a sua identidade, o movimento nacionalista goês, constituído maioritariamente por hindus, desmembrou-se em vários grupos que percorreram diferentes caminhos para alcançar o seu objetivo de integração, tendo a independência da Índia dado uma perspetiva mais concreta a esta vontade dos goeses. Longe deste projeto para o futuro político do Estado Português da Índia encontrava-se a elite católica goesa que, ao recusar, também ela, a política do Governo Central a que estava sujeita desde o Ato Colonial, empreendeu uma luta pela promulgação de um novo Estatuto Político para o Estado Português da Índia onde fosse consagrada uma maior autonomia administrativa e financeira.

Face aos acontecimentos em Goa, foi possível observar através da análise dos jornais que se, por um lado, o jornal *Bharat*, que fomentou o debate político sobre o futuro do Estado Português da Índia, considerava que a futura independência da Índia teria o seu reflexo nos territórios portugueses, o silêncio na Metrópole foi total nos órgãos de comunicação autorizados pelo Governo. As notícias da imprensa goesa não tiveram eco na imprensa metropolitana, nem sequer as palavras de preocupação que Froilano de Melo, deputado eleito pelo círculo do Estado da Índia, proferiu na Assembleia Nacional sobre a revolta “subterrânea” que acontecia então nas terras portuguesas do Oriente. Atento ao sentimento do povo goês, Froilano de Melo, apelou em várias intervenções parlamentares ao longo da IV Legislatura (1945-1949) para a publicação de um novo Estatuto Político para o Estado Português da Índia que lhe desse uma situação de perfeita igualdade com as províncias metropolitanas. A defesa de maior autonomia para o território português na Índia, causou-lhe adversidades no final da Legislatura, tendo emigrado para o Brasil, onde viria a falecer. A restrição à liberdade de informação, com os meios de comunicação a serem utilizados como meios de propaganda política, gerava uma população metropolitana afastada do que se passava em Goa. É importante sublinhar que terá sido do contacto com os presos políticos goeses deportados para Peniche em resultado dos acontecimentos de 1946, da

convivência com os goeses a estudarem em Lisboa e da rede de informações destes ativistas goeses, que a oposição em Portugal terá tido conhecimento dos acontecimentos em Goa. O Partido Comunista, com um aparelho reorganizado em 1941, em que a clandestinidade passou a ser a grande estratégia de resistência e com uma imprensa clandestina a dirigir a sua voz contra a exploração a que os povos coloniais estavam sujeitos, assumiu pela primeira vez, em março de 1947, uma posição sobre as reivindicações dos goeses. Na sua campanha de luta em defesa da Paz, o PCP declarou o apoio ao povo goês na luta pelo restabelecimento das liberdades essenciais, pelo fim da repressão salazarista e por uma amnistia. Antecipando-se ao que poderia vir a ser uma das reclamações dos goeses, o PCP delineou o seu caminho ao considerar legítimo o direito à livre separação.

A oposição fragmentou-se face à reivindicação da União Indiana sobre a soberania dos territórios portugueses no Indostão em 1950. Esta implicou, contudo, que, no contexto de um novo paradigma internacional fruto da Carta das Nações Unidas, a oposição colocasse a questão colonial na lista dos grandes problemas nacionais, juntamente com as suas reivindicações pela conquista dum sistema democrático, das liberdades fundamentais e da melhoria das condições de vida. Ocupando a ideia de “Império” um lugar central no ideário militante do republicanismo, foi possível demonstrar que o passado de defesa da integridade do território nacional enchia de hesitações as vozes da oposição perante a questão colonial, com o receio de perder o apoio daqueles que, anónima ou silenciosamente, discordavam da política do regime. Atenta a oposição republicana à evolução dos povos, ao desenvolvimento da população colonial de modo a “suprimir” o que pudesse separar colonizadores e colonizados, considerando-os a todos portugueses, ela alertava o regime para as necessárias alterações na política colonial de modo a evitar problemas futuros. Nesse sentido, seguindo a linha de pensamento colonial dos republicanos, Quintão Meireles, candidato à Presidência da República em 1951, manteve como princípios da sua candidatura a defesa da “pacificação” de todos os portugueses e a reformulação dos métodos de administração ultramarina que permitisse o desenvolvimento material, político e moral das populações sem que a integridade territorial e a unidade imperial fosse posta em causa. Esta fora já a posição do antigo candidato oposicionista à Presidência da República em 1949, Norton de Matos, e reforçada, em 1953, no seu livro *Nação Una*. Nas eleições de 1953 para Assembleia Nacional ocorreu situação similar. No esboço de Programa redigido por um grupo de oposicionistas afetos ao Diretório Democrato-

Social, publicado a 5 de novembro pelo jornal *República*, a defesa da manutenção dos territórios ultramarinos continuava presente. Se, por um lado, era apoiado o desenvolvimento económico e cultural tendente a suprimir os entraves para o usufruto por todos os cidadãos de iguais liberdades e direitos, por outro, condicionava-se o uso dos direitos políticos ao “grau de civilização” dos indivíduos.

Por seu lado, na oposição comunista, os artigos no *Avante!*, no ano de 1951, condenavam a repressão do regime de Salazar da vontade do povo goês se libertar da soberania portuguesa para se unir aos povos da União Indiana e recordavam que o envio de soldados da Metrópole só atrairia o ódio dos indianos e que este se poderia transformar num ato de justiça. Discordando da atitude política do regime, o PCP passou a defender, em maio de 1951, “o direito do povo dos domínios portugueses na Índia escolher livremente o seu destino”⁷⁷², posição que, mais tarde, ia resultar na defesa do direito à autodeterminação. Contudo, as posições assumidas pelo PCP não se reproduziram no manifesto eleitoral da candidatura de Ruy Luís Gomes à Presidência da República em 1951. Cuidadosamente escolhidas as palavras no que respeita à situação em Portugal e nas colónias, no manifesto criticava-se as despesas militares que significavam pesados sacrifícios sobre a população, sem que o povo pudesse debater livremente os problemas relacionados com a Paz e a Independência Nacional.

A retirada da missão diplomática da União Indiana em Lisboa, em 1953, em virtude da intransigência de negociação do regime português perante uma nova nota da União Indiana, assim como a prisão em Goa de Pundolika Gaitonde, a 17 de fevereiro de 1954, e a sua posterior deportação para Portugal por ter discordado publicamente de Goa ser terra portuguesa, evidenciou a hostilidade entre os dois Estados, o que determinou a viragem significativa da luta dos nacionalistas goeses pela libertação de Goa e da abordagem da oposição portuguesa ao problema de Goa. O despertar de novos movimentos *satyagraha* culminou, em julho de 1954, na ocupação dos enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli e na entrada em Goa de voluntários nacionalistas indianos em agosto, tendo sido hasteada a bandeira da Índia na Fortaleza de Tiracol durante cerca de 24 horas. Passado um ano, a 15 de agosto de 1955, perante novas incursões no Estado Português da Índia, Salazar reagiu violentamente. Desta forma, na sequência dos acontecimentos, foi relevante a alteração da oposição comunista que, ao reforçar os apelos ao povo à luta contra a atitude de Salazar, exigia que fossem aceites

⁷⁷² “Terror Salazarista na Índia Portuguesa. Que os soldados voltem para casa”, in *Avante!*, VI série, n.º 159, maio de 1951, p. 2.

as negociações propostas pelo governo indiano. Sem hesitações, em agosto de 1953, o PCP demonstrava o seu apoio, não só às reivindicações dos goeses, como o fizera até então, mas ao direito dos povos de Goa, Damão e Diu a poderem decidir os seus destinos. O direito à autodeterminação dos povos coloniais passava a fazer parte da orientação política do Partido. Para opositores republicanos como Moreira de Campos, Nuno Rodrigues dos Santos ou Sá Cardoso, a imprensa amordaçada privava a população da difusão de um conjunto alargado de notícias, afastando-a da vida pública, o que não permitia, por desconhecimento das situações, que todos fornecessem ideias para um debate público sobre o problema goês. Henrique Galvão, dissidente do regime e futuro apoiante de Humberto Delgado, denunciava a ausência de órgãos legítimos de expressão para os portugueses poderem decidir sobre a questão de Goa uma vez que a unanimidade de opiniões que o regime pretendia existir não era possível. Não podemos, contudo, deixar de destacar que a unanimidade de opiniões também não existia em cada uma das forças da oposição, uma vez que em sentido diferente caminhava Cunha Leal, desempenhando um papel determinante, mas inicialmente solitário, na mudança do pensamento colonial dos republicanos. Concordando em que havia necessidade de a população portuguesa manifestar a sua vontade de forma espontânea, a solução que ele propunha para o problema colonial era a da criação de um modelo federal, com um regime de ampla autonomia, mantendo a ligação a Portugal. Apesar de a sua posição ter afinidades com a dos autonomistas goeses, para o jornal *Free Goa*, apoiante da integração de Goa na União Indiana, a visão de Cunha Leal partia do pressuposto de que os goeses pretendiam manter a ligação com Portugal. Por outro lado, para os comunistas, o modelo apresentado por Cunha Leal era entendido desde logo como uma restrição à liberdade dos povos pois, como havia sido reafirmado na *Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954*, para a solução do problema de Goa impunha-se que se iniciasse negociações entre os governos de Portugal e da União Indiana e com liberdade plena para o povo goês expressar a sua vontade.

Nesse sentido, a CC do MND divulgou, em agosto de 1954, a *Nota Oficial do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*, que, ao reclamar a abertura de negociações com a União Indiana tendo em conta as vontades dos povos de Goa, Damão e Diu, estabelecia uma relação entre o problema goês e a falta de democracia em Portugal. Para o MND, só um Governo democrático poderia

resolver os problemas nacionais, “quer na metrópole quer no ultramar”⁷⁷³. O MND ultrapassava até o defendido em agosto de 1954 pelo PCP no *Avante!*, ao sugerir que o Presidente da República usasse dos poderes que a Constituição lhe conferia para formar um Governo democrático. Para João Madeira, os autores da Nota Oficiosa “acabariam por estabelecer essa reclamação bastante à revelia da orientação do PCP” (2011: 235). Já antes, em 1953, o MUD Juvenil numa carta de esclarecimento aos jovens coloniais, apesar de reconhecer o direito à independência nacional aos povos das colónias portuguesas, fazia depender a sua concretização da instauração dum regime democrático em Portugal.

Apelidados de “traidores” os que mostrassem discordância com a orientação governativa na defesa dos “legítimos” direitos de Portugal em relação ao Estado da Índia, os autores da Nota Oficiosa (Albertino Macedo, Virgínia Moura, Ruy Luís Gomes, José Morgado e Lobão Vital) foram presos. Mostrando solidariedade para com os presos foram ouvidos vários opositores de diferentes quadrantes políticos, como António Macedo, Mem Verdial, Alberto Saavedra, Mário Cal Brandão, Olívio França, todos ligados ao Diretório Democrato Social, e Luís Neves Real, Alberto Oliveira Vilaça, Maria Isabel Aboim Inglês, Humberto Pereira Diniz Lopes e António José Saraiva, próximos do Partido Comunista. Todos eles consideraram nos seus depoimentos que a *Nota* em nada punha em causa a Nação e a Independência Nacional, e defendiam a substituição do governo de Salazar por outro capaz de resolver o problema com a União Indiana por via de negociações, auscultando previamente a opinião pública. As diferenças políticas foram colocadas de lado aquando da campanha do MUD Juvenil de esclarecimento e mobilização popular pela “Paz em Goa” e em defesa dos dirigentes do MND presos, em que a oposição à esquerda publicou as cartas de António Sérgio dirigidas ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues. As cartas publicadas pelo MUD Juvenil demonstraram de novo a dificuldade de entendimento dentro da oposição republicana, pois para António Sérgio, sendo necessário suprimir as discriminações raciais na Índia Portuguesa e reconhecer aos Portugueses do Ultramar e da Metrópole as “liberdades cívicas fundamentais”, as negociações com os habitantes da Índia portuguesa visavam criar as condições de um “regime de autonomia” com o “auxílio de Portugal” para o progresso cultural e material, dentro da “Comunidade das

⁷⁷³ *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*, 11 de agosto de 1954, in ANTT/PIDE-DGS - Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, pp. 188-191.

populações portuguesas”⁷⁷⁴. Ao partir do pressuposto de que os goeses pretendiam manter a ligação com Portugal, Sérgio diferenciava-se no seio da oposição republicana por defender a abertura negociações com os goeses para a concessão de um regime de “ampla autonomia”. Caminhando no mesmo sentido de Cunha Leal na defesa da construção de um modelo federal para a resolução do problema de Goa, António Sérgio e Cunha Leal distanciavam-se do pensamento da oposição comunista, que, ao reclamar a abertura de negociações com a União Indiana, não colocava qualquer demarcação nas negociações, dado que estas tinham “em vista as legítimas aspirações dos Povos de Goa, Damão e Diu”, aceitando como vontade dos goeses a negociação para a autonomia, para a independência ou mesmo para a integração⁷⁷⁵.

Na defesa da presença portuguesa no Oriente, o regime exerceu uma forte pressão sobre a opinião pública ao lançar uma verdadeira campanha de repúdio da atitude do Primeiro ministro da União Indiana, Nehru, mostrando-o como um agressor e traidor das ideias de não-violência defendidas por Gandhi. Em agosto de 1954, Salazar, percebendo que situação nos territórios ultramarinos se tornara incerta com os acontecimentos em S. Tomé e Príncipe (1953) e no Estado Português da Índia, reforça, os poderes da PIDE e estende a sua ação repressiva a todos os povos do Ultramar. E se ao longo do ano de 1954 na oposição republicana se reconhecem divergências na defesa da manutenção dos territórios coloniais portugueses, Salazar acionou o seu aparelho repressivo contra a posição claramente anticolonialista da oposição comunista, conseguindo, em 1957, romper a linha de ação defendida pelo PCP de trabalho “legal”, com a condenação tanto dos membros da CC do MND como dos do MUD Juvenil. Ainda assim, apesar de mais diminuído na sua atuação política, o PCP clarificou, após os acontecimentos do 15 de agosto de 1955, que, para que o povo goês pudesse decidir do seu destino, inclusivamente a sua integração na União Indiana, era necessário um ambiente de liberdade com a supressão dos Tribunais Militares Especiais e libertação dos presos e retirada de Goa das tropas metropolitanas e coloniais. A palavra “integração” passava a ser usada de um modo mais claro nos documentos do PCP.

Apesar de ser escassa a documentação que permita esclarecer a rede de comunicação entre a oposição ao Estado Novo em Portugal e os nacionalistas goeses,

⁷⁷⁴ Carta de António Sérgio ao Ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, Lisboa, 6 de agosto de 1954, in *Casa Comum - Arquivos - Pasta - 0269.005.008*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_93835 (consulta realizada a 12 de maio de 2013).

⁷⁷⁵ *Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu*, in ANTT/PIDE-DGS- Ruy Luís Gomes - DEL.P. 56/54 – NP 3063, pp. 188-191.

uma outra dimensão que procurámos demonstrar foi que os goeses libertados pela amnistia de 1950, interditados de sair de Portugal, tiveram um importante papel nas ligações entre a oposição em Lisboa e a de Goa. Considerado inconveniente o seu regresso à Índia, impedidos de tomar parte de reuniões de carácter político ou que se dedicassem à prática de atos considerados como de “traição à Pátria” ou “atentatórios da segurança do Estado”, tornaram-se, através da correspondência, portadores de informação para Goa sobre o que se passava em Portugal, designadamente das ações da oposição, e deram a conhecer em Portugal as diferentes atividades dos grupos em Goa, com destaque para o papel do jornal *Free Goa*, de Bombaim, na divulgação dos acontecimentos em Portugal em paralelo com os movimentos nacionalistas.

Num contexto internacional em que a luta contra o colonialismo saía reforçada, com as decisões da Conferência de Bandung, de abril de 1955, na exigência do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e da solução dos problemas internacionais por meio da negociação, Salazar, numa autêntica manobra política concebida para a iludir a opinião pública mundial quanto ao fundamento das reivindicações dos goeses e das posições da União Indiana, promulgou o Estatuto Político para o Estado da Índia a 1 de julho de 1955. Criticado o novo Estatuto pelos goeses, a sua aprovação desvaneceu as esperanças que, ao longo de anos, acompanhavam o grupo dos autonomistas e colocou um fim às aspirações locais no projeto político português. Demonstrado que os interesses dos goeses na obtenção de maior autonomia não haviam sido ouvidos e que Salazar, mesmo após a admissão de Portugal na ONU, em dezembro de 1955, mantinha inalterável a sua política colonial, observou-se uma mudança no pensamento político de António Sérgio. Num parecer sobre a representação a ser entregue ao Presidente da República, Craveiro Lopes, dos motivos pelos quais a oposição não participava nas eleições legislativas de 1957, Sérgio considerava que, do mesmo modo que a oposição reclamava para a Metrópole “a solução por eleições livres”, devia, tendo em conta a realidade do momento, defender como solução para Índia a do “livre plebiscito”, respeitando a vontade dos povos. Visto que o Governo de então não tinha “competência” para tratar o assunto em nome dos portugueses, não só por não ter legitimidade e ter sido imposto pela força, como também por ter sido devido ao Ato Colonial promulgado pelo governo de Salazar que se havia iniciado os conflitos com os indo-portugueses, a melhor solução para resolver o conflito não seria, para António Sérgio, a criação de um modelo federal, como

defendido até então, mas a realização de um plebiscito promovido pela ONU, por ela fiscalizado, cumprindo-lhe assumir a responsabilidade da execução do seu resultado⁷⁷⁶.

Pouco determinada a oposição republicana em assumir uma posição em defesa do princípio da autodeterminação, a voz de António Sérgio não teria eco. Cunha Leal reafirmava a sua posição da construção de um modelo federal, não só em 1957, no artigo “Considerações de um abstencionista sobre os problemas nacionais”, como em 1961, na sua obra *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, tendo outros opositores, como Mário de Azevedo Gomes, manifestado o seu apoio. A maioria da oposição republicana, ainda que contrária à política colonial do Governo, insistia na defesa do “princípio Nação-Una”, na melhoria das condições de vida da Metrópole e do Ultramar, da necessidade urgente de formação de um governo legitimamente representativo da vontade coletiva, considerando que, no que respeitava à questão de Goa, deveria ser a Nação a decidir. Mas nem uma palavra sobre independência ou sobre autodeterminação.

Enquanto a oposição comunista seguia a linha de “transição pacífica”, defendendo a participação nos processos eleitorais de 1957 e de 1958 e a unidade de todas as forças da oposição numa ampla frente eleitoral, o Diretório Democrato-Social, decidiu abster-se da ida às urnas nas eleições de 1957 para a Assembleia Nacional, demonstrando a divisão da oposição, o que acabava por favorecer o regime. No seu manifesto, o CC do PCP lamentou, em outubro de 1957, que não tivessem sido postas de lado divergências políticas vistas como questões “secundárias”, e que não se tivesse agarrado o “fundamental” que seria a unidade. Com dificuldade em conciliar opiniões, foi perceptível que, em matéria colonial, a oposição na Metrópole tomava consciência, em ritmos diferentes, das transformações no mapa político mundial em resultado das conquistas dos movimentos independentistas. Ainda em 1957, no ano do V Congresso do PCP (III na ilegalidade) em que foi defendido o direito à independência dos povos das colónias portuguesas de África seguindo os princípios estabelecidos neste campo pelo movimento comunista internacional, a oposição republicana demonstrava, através dos seus comunicados, dificuldades de entendimento com outros movimentos políticos no que respeita à política colonial. Foi notório que quando as forças oposicionistas se uniam num só movimento se assistia, em prol da união, ao silenciamento das posições anticolonialistas assumidas pela oposição comunista, prolongando a resolução do problema colonial para depois do derrube da ditadura. Nas eleições de 1958 para a

⁷⁷⁶ Parecer de António Sérgio, 27 de setembro de 1957, in CASES – Cx. 3, separata 13.

Presidência da República, o candidato apresentado pelo PCP, Arlindo Vicente, ao considerar que o problema de Goa era um problema nacional e só ouvindo a Nação poderia ser resolvido, referiu-se à realização de um plebiscito, mas não definiu, no entanto, quais as opções que lhes seriam propostas (integração na União Indiana, união com Portugal ou a independência). No seu manifesto, Arlindo Vicente, reconhecia com palavras ambíguas a necessidade da modificação da política ultramarina e a reestruturação da política externa, fomentando o entendimento de todos os povos de acordo com a Carta das Nações Unidas. Por seu lado, Humberto Delgado, continuava a defender a unidade territorial, com as instituições alicerçadas numa política conjunta de coordenação económica. O princípio de autodeterminação presente na Carta das Nações Unidas não fazia parte do seu programa político. Após o *Pacto de Cacilhas*, representadas as candidaturas nas urnas por um só candidato, Humberto Delgado, a posição do PCP era ocultada em defesa da unidade da oposição na luta antifascista.

Na realidade a falta de preparação por parte das oposições relativamente à questão de Goa, manifestada numa linguagem vaga e imprecisa, dececionou os nacionalistas goeses, que consideravam os manifestos dos candidatos de 1958 à Presidência da República bastante conservadores em matéria colonial. Para os nacionalistas goeses, o apoio a Delgado demonstrado pelo grupo de Margão, defensor da autonomia, era ambíguo visto que, apesar de discordarem da política do regime de Salazar, não abordavam o movimento de libertação de Goa. De todas as maneiras, mesmo no exílio, sem as restrições existentes no território português, a posição assumida por Humberto Delgado no *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa* gerou reações. Apresentado a 5 de outubro de 1960, nele se previa a criação de uma “República Federal dos Estados Unidos Portugueses” constituída pela “federação dos povos sob a protecção da bandeira portuguesa, [reconhecendo-lhes] o direito à autodeterminação”, sendo a “Constituição da República Federal” promulgada por plebiscito, assim como a Constituição de cada “Estado”⁷⁷⁷. Apesar da figura simbólica de Humberto Delgado no seio da oposição, assim como a de Henrique Galvão, com o impacto mundial do assalto ao paquete português *Santa Maria*, seria, no entanto, desde o exílio que Manuel Sertório, ao discordar de soluções intermédias para o problema colonial, estabeleceria a coordenação entre os diferentes grupos de portugueses exilados e os representantes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, através da

⁷⁷⁷ *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, in ANTT/AOS/CO/PC 77, pp. 194-195.

Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU conhecida aquando da sua participação no Seminário de Nova Deli, em outubro de 1961.

Conforme o presente trabalho pretendeu evidenciar, a posição assumida por Sertório em nome dos exilados portugueses no Seminário realizado em Deli, defendendo o direito dos povos submetidos à soberania portuguesa a se autodeterminarem politicamente e assumirem, se a desejassem, a independência, e os contactos estabelecidos com os líderes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, pouco reflexo tiveram no caminho que a oposição republicana seguia. Nesse mesmo ano, a oposição republicana havia apresentado o *Programa para a Democratização da República*, no qual defendia a democratização nacional e das colónias, a supressão de qualquer género de discriminação, o fomento do desenvolvimento económico, social e cultural, mas, apesar de declarar que Portugal, como país membro da Organização das Nações Unidas, se vincularia ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Carta das Nações Unidas, continuava a permanecer a ideia da manutenção da soberania portuguesa sobre os territórios. Este era um programa impreciso e ultrapassado não tendo sido assinado por alguns oposicionistas, como foi o caso de Cunha Leal. No entanto, já o *Manifesto à Nação dos Candidatos Oposicionistas* para as eleições para a Assembleia Nacional de 1961, que se apoiou naquele Programa, assinala uma progressiva mudança de atitude perante a política colonial, consciente a oposição republicana que se estava em face de uma evolução mundial, o que obrigava à adoção de uma política adequada, como já haviam feito alguns oposicionistas. Os republicanos iniciavam o caminho para a construção de um modelo federal, sem colocar de lado a defesa da integridade territorial. Assim, no Manifesto, já se defendia que se preparasse uma solução democrática para o problema colonial com a aplicação de medidas destinadas à valorização material, cultural e moral dos povos coloniais tendo em conta a vontade dos povos que os conduza ao grau de autonomia que desejassem.

Nessa mesma época, antevendo as consequências da política colonial portuguesa, o PCP, alertava para que a repressão em Angola, Moçambique e Guiné, que tinha como objetivo esmagar a luta libertadora dos povos coloniais, provocaria uma guerra colonial e apelava a um levantamento em massa da Nação de modo a acabar com a guerra em Angola, que poucos julgavam, então, poder tornar-se uma guerra interminável. Com a invasão de Goa, a 18 de dezembro de 1961, o Partido Comunista responsabilizou o governo pelos acontecimentos, pois, após anos de negociações, o

recurso à força por parte da União Indiana teria sido entendido como a única alternativa para a libertação dos territórios de Goa, Damão e Diu do colonialismo português e a sua incorporação na “Mãe-Pátria”, aceitando o Partido que a libertação de Goa implicava a sua integração na União Indiana. Considerada a invasão de Goa uma pesada derrota para Salazar, esta deveria ser compreendida como uma ajuda e estímulo para a luta libertadora dos povos das colónias portuguesas, como também do próprio povo português, contra o regime de Salazar. Para o *República*, pelo contrário, as divergências com Salazar não afetavam em nada o seu “acrisolado amor à Pátria” e, discordando os republicanos da “agressão” da União Indiana pois sempre haviam sido pela “liberdade, a democracia e a paz contra a guerra”, defendiam o direito dos povos a seguirem o caminho que entendam, que queiram seguir, através do diálogo⁷⁷⁸.

A invasão de Goa forçou as oposições a tomar posições. Para o PCP, era urgente que o povo português se unisse e exigisse uma mudança política para evitar novos e mais pesados sacrifícios e, num artigo em fevereiro de 1962, no *Avante!*, sobre os massacres em Angola e a posição que os soldados portugueses deveriam tomar, apelava a que seguissem “o exemplo dos soldados de Goa que se recusaram a combater!”⁷⁷⁹ No exílio, foi redigido o programa para a *Plataforma para a II República Portuguesa* surgido em S. Paulo a 1 de junho de 1962. Redigido o documento por Manuel Sertório, mas com palavras de Humberto Delgado a anteceder o texto, era defendido para colónias portuguesas o imediato cessar-fogo nesses territórios, o reconhecimento por um futuro “Governo Provisório” do direito incondicional à autodeterminação imediata ou à independência se tal fosse a vontade dos povos e, para tal, o estabelecimento de negociações com os dirigentes das organizações nacionalistas das colónias portuguesas.

Os republicanos, contudo, mantinham a sua posição. Numa representação dirigida ao Presidente da República a 31 de agosto de 1962, um grupo de 51 cidadãos opositores, ao defenderem “a autodeterminação” dos povos, defendiam também que se empreendesse uma política que permitisse aos povos das colónias manter-se associados a Portugal, caso estes o desejassem, com a “criação de Estados bi-raciais” garantindo a continuação dos “interesses portugueses no conjunto ultramarino”⁷⁸⁰. Seguiam os signatários o que já Cunha Leal defendera, e que somente então, anos depois, era adotado pela maioria dos republicanos, ao se projetar um caminho no qual Portugal

⁷⁷⁸ “Pátria-Mãe!”, in *República*, n.º 11.122, 23 de dezembro de 1961, p. 1.

⁷⁷⁹ “Que cesse o massacre de Angola”, in *Avante!*, VI série, n.º 313, fevereiro de 1962, p. 5.

⁷⁸⁰ Representação ao Presidente da República, 31 de agosto de 1962, in ANTT/AOS/CO/PC 80, p. 156-169.

manteria ligações estreitas com os territórios ultramarinos através de laços federais, o que constituía o prelúdio às alterações na política africana que a oposição republicana seguiria no futuro. No interior do regime, Marcelo Caetano, numa das sessões do Conselho Ultramarino reunido em outubro de 1962, dá a conhecer *O Memorial para o Conselho Ultramarino*, datado de 2 de fevereiro desse ano, cuja autoria ele posteriormente negaria. Neste, Caetano defendia como solução para a questão ultramarina a transformação constitucional de um Estado unitário em um Estado federal. Anos mais tarde, António de Spínola, no seu livro *Portugal e o Futuro*, editado em 1974, mostrava-se atento às ideias federalistas de Cunha Leal, como proposta de resolução do problema ultramarino e das guerras coloniais, defendendo a construção de um “Estado plurinacional”. Para António de Spínola, com outra “visão dos factos [na qual se teria procurado uma solução política,] a Índia Portuguesa seria hoje, é certo, um Estado confederado da Comunidade Lusíada” (SPÍNOLA, 1974: 235).

Na questão de Goa ficaram demonstradas as dificuldades da oposição republicana em compreender a necessidade de mudança perante os ventos de independência que sopravam no pós guerra e os novos princípios de um novo modelo anticolonial baseado na Carta das Nações Unidas. Ela permitiu também demonstrar que as oposições portuguesas, sendo empurradas perante os acontecimentos a tomar posição, tardaram em assumir uma postura clara que lhes permitisse desenvolver uma luta conjunta com a oposição no exílio ou mesmo com os movimentos goeses – os nacionalistas e os autonomistas -, optando por se centrar no combate comum contra o regime, mas procurando que a abordagem ao problema colonial fosse realizada só após a transição da ditadura para um governo democrático.

O que aconteceu em Goa seria, contudo, um contributo para o desenvolvimento da luta na libertação dos outros povos coloniais e, como defendido pelo PCP, o fracasso que havia ocorrido em Goa seria uma antevisão do que aconteceria em Angola visto que “a guerra em África não é mais que a continuação em grande escala do «desastre» de Goa”, fruto da “insensatez” da política de Salazar⁷⁸¹. Da mesma forma, os acontecimentos em Goa seriam significativos na antevisão do futuro das Forças Armadas, uma vez que o impacto das sanções impostas aos oficiais da Índia esteve sempre presente na consciência dos militares da geração que fez o 25 de Abril, pois admitiam, perante o fracasso da resistência militar portuguesa, como que já havia

⁷⁸¹ “Relato da tomada de Goa”, in *Avante!*, VI série, n.º 333, setembro de 1963, p. 4.

ocorrido em Goa (1961) e mais tarde ocorreria na Guiné (1973), que o poder político viesse a responsabilizar os militares pela impossibilidade de uma solução política para o problema colonial.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1 - PORTAIS COM FONTES DIGITALIZADAS

- Assembleia da República, *Debates Parlamentares* - <http://debates.parlamento.pt/?pid=r1>
- Biblioteca Nacional Digital Brasil, *Hemeroteca Digital Brasileira, Índice de publicações periódicas digitalizadas* - <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- Biblioteca Nacional de Portugal, *Biblioteca Nacional Digital* – <http://purl.pt/index/geral/PT/about.html>
- Casa Comum, *Arquivos* - <http://casacomum.org/>
- Ephemera, *Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira* - ephemerajpp.com/
- Fundação Humberto Delgado, *Arquivo Digital* - <http://www.humbertodelgado.pt/>
- Fundação Mário Soares, *Arquivo & Biblioteca* - <http://www.fmsoares.pt/>
- Gazetteers Department, *Source Material for a History of the Freedom Movement - Goa Freedom Struggle Vis-A-Vis Maharashtra (1946-1960) Vol. VIII* - <https://cultural.maharashtra.gov.in/english/gazetteer/VOL-VIII-PART-I/Home.html>
- Hemeroteca Municipal de Lisboa, *Índice de publicações periódicas digitalizadas* – <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Indice/IndiceS.htm>
- Memórias de África e do Oriente, *Biblioteca digital* – <http://memoria-africa.ua.pt/Library.aspx>
- Partido Comunista Português, *Publicações periódicas digitalizadas* - <http://www.pcp.pt/avante-clandestino> e <http://www.pcp.pt/o-militante-clandestino>

1.2 - FONTES ARQUIVÍSTICAS

- Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares (A&B **FMS**)
- Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (**ACPC/BNP**)
 - Espólio Maria Lamas, 1893-1983 (**BNP- E28**)
- Arquivo da Defesa Nacional – Ministério da Defesa Nacional, Lisboa (**ADN/MDN**)
 - Fundo do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional 1944 – 1974 (**F1**)
- Arquivo de História Social - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa (**AHS/ICS**)
 - Espólio Pinto Quartim
- Arquivo Histórico Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, (**AHD/MNE**)
 - Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros
 - Política África-Ásia (**PAA**)
 - Política África-Europa (**PAE**)
 - Política Europa-América (**PEA**)
 - Fundo do Ministério do Ultramar – Gabinete do Ministro – Gabinete dos Negócios Políticos - Repartição dos Negócios Políticos (**MU/GM/GNP/RNP**)
- Arquivo Histórico Militar, Lisboa (**AHM**)
 - Fundo Colónias / Ultramar - 2ª Divisão (**Div/2**)
Índia - 05ª Secção
 - Fundos Orgânicos (**FO**)
 - 2ª Repartição/EME (**FO/32**)
 - Repartição de Gabinete do Ministro da Guerra / Exército (**FO/6**)
 - Repartição do Gabinete do Chefe do Estado Maior do Exército (**FO/7**)
 - Direcção dos Serviços do Ultramar (**FO/39**)
- Arquivo Histórico Parlamentar, Lisboa (**AHP**)
 - Fundo Assembleia Nacional – Comissão de Verificação de Poderes-
Círculo n.º 28 - Índia
 - Eleição de 1945
 - Eleição de 1949-11-16
 - Eleição de 1953-11-12
 - Eleição de 1957-11-07
 - Eleição de 1961-11-16
 - Eleição de 1965-11-07

- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (**AHU**)
 - Fundo do Ministério do Ultramar – Gabinete do Ministro – Gabinete dos Negócios Políticos (**MU/GM/GNP**)
 - Fundo do Ministério do Ultramar – Direcção Geral Administração Política e Civil (**MU/DGAPC**)
(Documentação da Repartição dos Negócios Políticos do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, transferida do AHU para o Arquivo Histórico Diplomático, na sequência do Despacho do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de 4 de Fevereiro de 2014).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Direcção Geral de Arquivos, Lisboa, (**ANTT**)
 - Arquivo Oliveira Salazar (**AOS**)
 - Correspondência Oficial (**CO**)
 - Interior (**IN**)
 - Negócios Estrangeiros (**NE**)
 - Presidência do Conselho (**PC**)
 - Ultramar (**UL**)
 - Correspondência Privada (**CP**)
 - Arquivo da PIDE-DGS (**PIDE-DGS**)
 - Processos Centro de Informação 1 (**CI/1**) - Informações Nacionais
 - Processos Centro de Informação 2 (**CI/2**) - Informações do Estrangeiro e das Colónias
 - Processos Gabinete Técnico (**GT**)
 - Processos-Crime (**PC**)
 - Serviços Reservados (**SR**)
 - Delegações (**DEL.**)
 - Angola
 - Coimbra
 - Porto
 - Cabo Verde
 - Boletim (**BOL**)
 - Registo Geral de Presos (**RGP**)
 - Arquivo Humberto Delgado (**AHD**)
 - Legião Portuguesa (**LP**)
 - Secretariado Nacional Informação (**SNI**)
- Arquivos Particulares
 - Espólio de Augusto Cerejeira de Faria⁷⁸²
 - Espólio de Jorge Ataíde Lobo⁷⁸³
 - Espólio de Pundolica Gaitonde⁷⁸⁴

⁷⁸² À guarda da família de Augusto Cerejeira de Faria (Quinta da Torre, Esmeriz, Vila Nova de Famalicão).

⁷⁸³ À guarda de Sandra Ataíde Lobo.

⁷⁸⁴ À guarda de Edila Gaitonde.

- Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, (**CD25A**)
 - Fundo António de Figueiredo (AF)
 - Fundo Comunidade Portuguesa em Inglaterra
 - Fundo Fernando Piteira Santos (PS)
 - Fundo Manuel Piteira Santos
 - Fundo Manuel Sertório (MS)
- Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (**CIDAC**)
 - Centro de Recursos – Documentação
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – Casa António Sérgio (**CASES**)
 - Espólio António Sérgio
 - Política
 - Correspondência
- Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português (**GES/PCP**)
- Historical Archives of Goa, Pangim⁷⁸⁵
Actas do Conselho do Governo, 1926-1933

1.3 - FONTES PERIÓDICAS

- *Avante!*, VI série, (Lisboa) –
 De 1942 a 1944⁷⁸⁶
 De 1945 a 1947
 De 1950 a 1962
 Disponível em <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>
 30 de março de 2000, n.º 1374 «Os Congressos do Partido - V Congresso
 “Uma realização vitoriosa”». Disponível em
<http://www.avante.pt/arquivo/1374/7403c7.html> (consulta realizada a 30 de junho de 2012).
- *Bharat*, (Nova-Goa) -
 De 1945 a 1949
- *Diário Carioca*, (Rio de Janeiro) -
 De 1961
 Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

⁷⁸⁵ A documentação do Historical Archives of Goa (Pangim) foi cedida por Sandra Ataíde Lobo.

⁷⁸⁶ N.ºs soltos.

- *Diário de Lisboa*, (Lisboa) -
1949⁷⁸⁷
De 1953 a 1957⁷⁸⁸
Disponível em http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/ano
- *Diário de Notícias*, (Lisboa) –
De 1945
- *Diário Popular*, (Lisboa) –
De 1957
- *Diário das Sessões – Assembleia Nacional, República Portuguesa* -
IV Legislatura - 1945-11-26 a 1949-07-26
V Legislatura - 1949-11-25 a 1953-04-26
VII Legislatura - 1957-11-25 a 1961-06-05
VIII Legislatura - 1961-11-25 a 1965-04-08
Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/>
- *Estrela do Minho*, (Vila Nova de Famalicão) -
De 1957
- *Free Goa*⁷⁸⁹, (Bombaim) -
De 1953 a 1961
- *Heraldo*, (Nova-Goa) -
De 1956 a 1961
- *O Herald*⁷⁹⁰, (Nova-Goa) -
De 1945
- *O Militante*, III série, (Lisboa) –
De 1950 a 1962
Disponível em <http://www.pcp.pt/o-militante-clandestino>
- *Portugal Democrático*, (S. Paulo) -
De 1956 a 1962
- *Portugal Livre*, (S. Paulo) -
De 1959 a 1961
- *Novidades*, (Lisboa) –
1945
- *República*, (Lisboa) –
De 1945 a 1962

⁷⁸⁷ N.ºs soltos.

⁷⁸⁸ N.ºs soltos.

⁷⁸⁹ Documentação cedida por Sandra Ataíde Lobo.

⁷⁹⁰ N.ºs soltos. Documentação cedida por Sharmila Pais.

- *Seara Nova*, (Lisboa) –
De 1951 a 1962
- *Tribuna Militar*⁷⁹¹ -
De janeiro de 1960 a agosto de 1961
- *Última Hora*, (Rio de Janeiro) -
De 1961
Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

1.4 - FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

ANTUNES, José Freire (1994). *Salazar e Caetano – Cartas secretas 1932-1968*. Lisboa: Difusão Cultural.

AZEREDO, Carlos (2004). *Trabalhos e dias de um soldado do Império*. Porto: Civilização Editora.

BOSSA, José (1965). *Estado da Índia: Relatório do Governador-Geral (28 de Maio de 1946 a 12 de Agosto de 1947)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

BRAGANZA, Berta Menezes (1992). *Landmarks in My Time: Selected Writings by Berta Menezes*. Margão: Berta Menezes Braganza.

CAETANO, Marcello (1967). *O Conselho Ultramarino – Esboço da sua História*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

CAETANO, Marcello (1981). *Constituições Portuguesas*. Lisboa: Editorial Verbo.

CAETANO, Marcello (2000). *Minhas Memórias de Salazar*. 4ª ed. Lisboa: Verbo.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1979). *Eleições sob o Regime Fascista*. Mira Sintra: Presidência do Conselho de Ministros, C.L.N.S.R.F.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1980). *A Política de Informação do Regime Fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, C.L.N.S.R.F.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1982-88). *Presos Políticos no Regime Fascista*, 6 vols. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, C.L.N.S.R.F.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1983). *Os Estudantes no Regime Fascista*. Mem Martins: Presidência do Conselho de Ministros, C.L.N.S.R.F.

CUNHA, T.B. (1961). *Goa's freedom struggle: selected writings*. Bombay: T. B. Cunha Memorial Committee.

⁷⁹¹ Documentação cedida por Pezarat Correia.

- DELGADO, Iva e FIGUEIREDO, António, (coord.), (1991). *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- FERNANDES, Vasco da Gama (1975). *Depoimentos inacabados*. Lisboa: Publicações Europa- América.
- GAITONDE, Edila (2011). *As maçãs Azuis: Portugal e Goa (1948-1961)*. Lisboa: Editorial Tágide.
- GAITONDE, Pundolica (1987). *The liberation of Goa: a participant's view of history*. Delhi: Oxford University Press.
- GAITONDE, Pundolica e SERTÓRIO, Manuel (1997). “A oposição face à questão colonial”, in *História*, ano XIX (Nova Série), n.º 30, pp. 48-57 (Transcrição de Edila Gaitonde e Elsa Sertório).
- GALVÃO, Henrique (1976). *Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo*, 2ª ed. Lisboa: Arcádia.
- GALVÃO, Henrique (2010). *Carta aberta a Salazar*. Lisboa: Esfera do Caos.
- GALVÃO, Henrique, SELVAGEM, Carlos (1953). *Imperio Ultramarino Português – Monografia do Império*, Vol. IV. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- GODINHO, José Magalhães (1983). *Falas e Escritos Políticos*. Lisboa: Moraes Editores.
- GODINHO, José Magalhães (1990). *Pela Liberdade*. Lisboa: Publicações Alfa, S.A.
- GODINHO, José Magalhães (1992). *Pedaços de uma Vida*. Lisboa: Pégaso Editora.
- GOMES, Matos (1953). *Política externa de Salazar*. Porto: Edições Além.
- GOVERNO CIVIL DE AVEIRO (org.), (2008). *Congresso Republicano - 50 anos: os novos caminhos e perspectivas de unidade democrática na luta contra a ditadura*. Aveiro: Governo Civil de Aveiro.
- INDIAN COUNCIL FOR AFRICA (org.), (1961). *Seminar problems of the portuguese colonies. Delhi, 1961*. Delhi: Indian Council for Africa.
- JESUS, José Manuel Duarte de (2006). *Casablanca, o início do isolamento português. Memórias diplomáticas: Marrocos 1961-1963*. Lisboa: Gradiva.
- KAMAT, Sharmila e KAMAT, Prabhakar (2011). *Short Takes, Long Memories*. New Delhi: Rupa Publications India Pvt. Ltd.
- LARA, Lúcio (2000). *Documentos e comentário para a História do MPLA (Até Fev. de 1961)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 566-570.
- LEAL, Cunha (1957). *As Minhas Razões e as dos Outros, Ecos de uma campanha eleitoral*. Lisboa: Edição do autor.
- LEAL, Cunha (1961). *Coisas do Tempo Presente: O Colonialismo dos Anticolonialistas*, 2ª ed. Lisboa: Edição do Autor.
- LEAL, Cunha (1962). *Coisas do Tempo Presente: A Pátria em Perigo*. Lisboa: Edição do Autor.
- LOBO, Jorge Ataíde (1971). *Liberation - A Novel*. Panaji – Goa: Casa J. D. Fernandes.
- LOYOLA, José Inácio de (2000). *Goa's foremost nationalist: José Inácio Candido de Loyola: the man and his writings*, ed. Charles J. Borges, (trad. inglesa). Nova Delhi: Concept Publishing Company.
- LOYOLA, José Inácio de (2008). *Passionate and unrestrained*, (trad. inglesa). Panjim: Broadway Book Centre.
- MACHADO, Bernardino (1983). *Pela Liberdade*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

MARTINS, Bastos [1962]. *Tempo de falar: Diário da Invasão de Goa*. Lisboa: Edição do Autor.

MATHIAS, Marcello, co-autor Maria José Vaz Pinto (1984). *Correspondência Marcello Mathias/Salazar: 1947/1968*. Prefácio do Prof. Joaquim Veríssimo Serrão; selecção, organização e notas de Maria José Vaz Pinto. Lisboa: Difel.

MATOS, Norton de (1948). *Os Dois Primeiros Meses da Minha Candidatura à Presidência da República*. Lisboa: Edição do Autor.

MATOS, Norton de (1953). *A NAÇÃO UNA, Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*. Lisboa: Paulino Ferreira, Filhos, Lda.

MELLO, Alfredo F. de (s.d. [19--]). *From Goa to Patagonia. Memoirs spanning times and spaces*. Panjim-Goa: Broadway Book Centre.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (MNE), (org.). *Vinte anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, 4 vols. [(1967a): vol. I; (1967b): vol. II; (1968a): vol. III; (1968b): vol. IV]. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MIRANDA, Sacuntala de (2003). *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*. Lisboa: Edições Salamandra.

MONIZ, Egas (1955). “A acção do General Norton de Matos em Angola”, in *Seara Nova* (julho-dezembro). Lisboa: Empresa de Publicidade Seara Nova, pp. 67-69.

MORAIS, Carlos Alexandre de (1999). *A Queda da Índia Portuguesa – Crónica da Invasão e do Cativo*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Estampa.

MOREIRA, Adriano (2009). *A Espuma do Tempo - Memórias do Tempo de Vésperas*. Coimbra: Almedina.

NOGUEIRA, Franco (1979). *Diálogos-Interditos: A política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, I vol. Braga: Editorial Intervenção.

NOGUEIRA, Franco (2000a). *Salazar: O ataque (1945/1958)*, vol. IV, 4ª ed. Porto: Livraria Civilização Editora.

NOGUEIRA, Franco (2000b). *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, vol. V, 4ª ed. Porto: Livraria Civilização Editora.

OLIVEIRA, Barradas de (1954). *Roteiro Oriente*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

PALLA, António Maria (2014). *Viver pela Liberdade*. Lisboa: Matéria-Prima.

RESENDE, Jorge (2005a). «"Ao Povo" - Manifesto eleitoral do candidato Ruy Luís Gomes, datado de 8 de junho de 1951», in *Ruy Luís Gomes*. Disponível em: <http://ruyluisgomes.blogspot.pt/2005/10/ao-povo-manifesto-eleitoral-do.html> (consulta realizada a 10 de dezembro de 2012).

RESENDE, Jorge (2005b). “Carta ao Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, escrita na Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, em 29 de Novembro de 1956 (o caso da Índia)”, in *Ruy Luís Gomes*. Disponível em: <http://ruyluisgomes.blogspot.pt/2005/11/carta-ao-bispo-do-porto-d-antnio.html> (consulta realizada a 29 de janeiro de 2014).

RIBEIRO, Orlando (1999). *Goa em 1956 - Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

RICARDO, José (1991). *Romanceiro do Povo Miúdo – Memórias e confissões*. Lisboa: Edições Avante.

RODRIGUES, M.M. Sarmento (1955). *Aos Portugueses da Índia*, 2ª ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

RODRIGUES, M.M. Sarmento (1956). *Unidade da Nação Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

- SALAZAR, António Oliveira (1943). *Discursos e Notas Políticas (1938-43)*, vol. III. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- SALAZAR, António Oliveira (1951). *Discursos e Notas Políticas (1943-50)*, vol. IV. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- SALAZAR, António Oliveira (1959). *Discursos e Notas Políticas (1951-1958)*, vol. V. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- SALAZAR, António Oliveira (1967). *Discursos e Notas Políticas (1959-1966)*, vol. VI. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.
- SAMARTH, Anil (1985). "Goa's struggle for freedom: Dr. Ram Hegde recollects aloud" in *Separata do Boletim do Instituto Menezes Bragança*, n.º 147. Bastorá, Goa: Tipografia Rangel, pp. 3-35.
- SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO CULTURA POPULAR E TURISMO (org.), (1962). *Invasão e ocupação de Goa: comentários da imprensa mundial*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação Cultura Popular e Turismo.
- SERTÓRIO, Manuel (1991). *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa.
- SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1988). *Goa's Struggle for Freedom*. Jawahar Nagar: Ajanta Publications.
- SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1991). *Trial of T.B. Cunha: source material for the history of the freedom movement of Goa (collected from Goa archives)*. Panaji – Goa: Government of Goa - Goa Gazetteer Department.
- SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1993). *Trial of Rama Krishna Hegde: source material for the history of the freedom movement of Goa (collected from Goa archives)*. Panaji – Goa: Government of Goa - Goa Gazetteer Department.
- SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1994). *Trial of José Inácio de Loyola: source material for the history of the freedom movement of Goa (collected from Goa archives)*. Panaji – Goa: Government of Goa - Goa Gazetteer Department.
- SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1996). *Trial of Purushottam Keshav Kakodkar: source material for the history of the freedom movement of Goa (collected from Goa archives)*. Panaji – Goa: Government of Goa - Goa Gazetteer Department.
- SILVA, Botelho (coord.), (1975). "Dossier" Goa. *Vassalo e Silva - A recusa do sacrifício inútil*. Lisboa: Edições Liber.
- SOARES, Aloysius (1971). *Down the corridors of time (recollections and reflexions, 1891-1948)* vol. I. Bombaim: Ed. do Autor.
- SOARES, Aloysius (1973). *Down the corridors of time (recollections and reflexions) - 1948-70*, vol. II. Bombaim: Ed. do Autor.
- SOARES, Mário (1974). *Portugal Amordaçado - Depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Editora Arcádia.
- SPÍNOLA, António de (1974). *Portugal e o Futuro*. Lisboa: Editora Arcádia.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. "Carta das Nações Unidas", in *Universidade de Coimbra*. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm> (consulta realizada a 14 de maio de 2015).
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. "Carta do Atlântico - 1941", in *Universidade de São Paulo – Biblioteca Virtual de Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html> (consulta realizada a 14 de maio de 2015).

2. BIBLIOGRAFIA

ABREU, António (1998). “Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958”, in *O Militante*, n.º 236 setembro/outubro de 1998, pp. n.d., anexo XVIII. Disponível em <http://www.pcp.pt/publica/militant/236/p45.html> (consulta realizada a 20 de novembro de 2014).

ALEXANDRE, Valentim (1996). “Política Colonial”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 754-757.

ALMEIDA, João Miguel (2008). *Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

ALMEIDA, Pedro Ramos (1979). *História do colonialismo português em África*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa.

ALMEIDA, Pedro Ramos (1991). “Notas e História sobre a unidade”, in *Vértice*, n.º 42. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 19-20.

ALMEIDA, Pedro Ramos (1997). “Salazar, o MUD Juvenil e a solidariedade ao povo português”, in *Vértice*, n.º 76. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 6-22.

ALMEIDA, Pedro Ramos (1999). *Biografia da Ditadura*. Lisboa: Edições Avante!

AMARAL, Manuel (s.d). “Francisco Pinto Cunha Leal” in *Portal da História-Biografias*. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/biografias/cunha_leal.html (consulta realizada a 10 de janeiro de 2013).

ANICETO, Afonso (2011). “Panfletos sobre Lisboa!”, in *Fio da História*. Disponível em <http://fiodahistoria.blogspot.pt/2011/11/panfletos-sobre-lisboa.html> (consulta realizada a 31 de maio de 2012).

ANTUNES, José Freire (2013). *Kennedy e Salazar - O Leão e a Raposa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

ARAÚJO, Sandra (2009). “O Conselho do Império Colonial/Conselho Ultramarino sob o signo do Estado Novo (1935-1974)” in Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=236&idi=15367> (consulta realizada a 3 de julho de 2016).

AVELAR, Pedro (2012). *História de Goa: de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*. Lisboa: Texto Editores.

AVILLEZ, Maria João (1996). *Soares: Ditadura e Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores.

BARROS, Joseph (2000). “Loyola: Goa’s Political Infant Terrible” in BORGES, Charles J. (Ed.) - *Goa’s foremost nationalist: José Inácio Candido de Loyola: the man and his writings*, XCHR studies series 9 (trad. inglesa). Nova Delhi: Concept Publishing Company, pp. xxxix-xlv.

BEBIANO, Rui (2002). “Actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial, Lisboa, Editorial Notícias – Universidade Aberta, 2002”, in *Fora do Lugar e Tempo*. Disponível em <http://foradolugaretempo.blogspot.pt/2010/10/as-esquerdas-e-oposicao-guerra-colonial.html> (consulta realizada a 31 de maio de 2012).

BÊGUE, Sandrine (2007). *La fin de Goa et de l'Estado da Índia: décolonisation et guerre froide dans le sous-continent indien (1945-1962)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), (2000). *História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998)*, vol. V. Lisboa: Temas e Debates.

BRANCO, João Maria de (1996). “A caminho para unidade efectiva e fraternal dos jovens portugueses e das juventudes das colónias portuguesas”, in *Vértice* n.º 72. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 15-22.

BRITO, Raquel Soeiro de (1998). *Goa e as Praças do Norte - revisitadas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

CARNEIRO, Gustavo (2013). *Paz, Palavra Proibida – o Partido Comunista Português e a Luta pela Paz (1950-1952)*. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CARVALHO, Frederico (1996). “Jovens à Solta”, in *Revista Expresso*, 3 de agosto, pp 46-57.

CASTAÑO, David (2005). “Os acordos dos Açores no quadro das relações Luso-Britânica no imediato pós-guerra”, in RODRIGUES, Luís Nuno; DELGADO, Iva; CASTAÑO, David (coords.). *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos Acordos dos Açores/Colóquio Internacional Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE, pp. 101-128.

CASTELO, Cláudia (1999). *O modo português de estar no mundo o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Lisboa: Edições Afrontamento.

CASTELO, Cláudia (2007). “Aquilino Ribeiro no Panteão Nacional”, in *Não Apaguem a Memória – movimento cívico*. Disponível em: <http://naoapaguemamemoria2.blogspot.pt/2007/09/aquilino-ribeiro-no-panteo-nacional.html> (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

CASTELO, Cláudia (2010). “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”, in *50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas* (7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010). Lisboa: CEA, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2244> (consulta realizada em 1 de novembro de 2012).

CASTILHO, José Manuel Tavares (2012). *Marcello Caetano: uma biografia política*. Coimbra: Almedina.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS INTERACTIVAS (s.d.). “Biografia - SARAIVA, António José”, in *Centro de Investigação para as tecnologias Interactivas* (C.I.T.I.) – FCSH – UNL. Disponível em: http://www.citi.pt/cultura/historia_cultura/a_j_saraiva/biografia.html (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

CHORÃO, Luís Bigotte (1999). “Direito Colonial”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento). Porto: Figueirinhas, pp. 542-547.

CORREIA, Pedro Pezarat (1999). “Descolonização”, in BRITO, J. M. Brandão de (coord.). *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 127-158.

CORREIA, Pedro Pezarat (2001). “A Guerra e os Militares”, in TEIXEIRA, Rui de Azevedo (coord.). *Guerra colonial: realidade e ficção* (Livro de atas - I Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial). Lisboa: Editorial Notícias, pp. 51-57.

COSTA, Mário Bruto [2013]. *Goa: A terceira corrente* (Discursos, artigos, cartas e defesas forenses de António A. Bruto da Costa). Goa: Pilar I.T.I.

COUTO, Maria Aurora (2012). *História de Uma Filha*. Lisboa: Fundação Oriente.

CRUZ, Manuel Braga (1980). *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Edições Presença.

CRUZ, Manuel Braga (1983). “Oposição Eleitoral ao salazarismo”, in *Revista de História das Ideias*, vol. V. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Coimbra, pp 701-781.

CRUZ, Manuel Braga (1986). *Os Monárquicos e os Republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

CRUZ, Manuel Braga (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.

CRUZ, Manuel Braga (1998). *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Publicações Bizâncio.

CUNHAL, Álvaro - «1992, Álvaro Cunhal, O Partido Comunista da “reorganização” dos anos 40 ao 25 de Abril - Conferência de Álvaro Cunhal no Seminário “Para a história da oposição ao Estado Novo”, Universidade Nova de Lisboa - 9 de abril de 1992», in *Partido Comunista Português – Organização regional de Lisboa*. Disponível em: <http://www.dorl.pcp.pt/index.php/obras-alvaro-cunhal-menumarxismoleninismo-107/5042-alvaro-cunhal-o-partido-comunista-da-reorganizacao-dos-anos-40-ao-25-de-abril> (consulta realizada a 8 janeiro de 2013).

DESAI, Anita A. Raut (2003). *Voices In The Liberation Struggle - The Case Of Goa - 1947-61*. Ph. D. thesis, Goa: Goa University, Goa. Disponível em: <http://library.unigoa.ac.in:8081/xmlui/handle/123456789/378> (consulta realizada a 8 de fevereiro de 2014).

DUARTE, Miguel Bruno (2013). “Invasão e ocupação de Goa pela União Indiana” in *Liceu Aristotélico*. Disponível em: http://liceu-aristotelico.blogspot.pt/2013/04/invasao-e-ocupacao-de-goja-pela-uniao_4.html (consulta realizada a 10 de janeiro de 2013).

ESTEVES, João (2014a). “Maria Helena Vinha Novais”, in *Silêncios e Memórias*. Disponível em: <http://silenciosememorias.blogspot.pt/2014/10/0816-maria-helena-de-vinha-novais-i.html> (consulta realizada a 11 de junho de 2015).

ESTEVES, João (2014b). “Maria Isabel Aboim Inglês”, in *Silêncios e Memórias*. Disponível em: <http://silenciosememorias.blogspot.pt/2014/01/0479-maria-isabel-aboim-inglez.html> (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

FARINHA, Luís (2003). *Francisco Pinto Cunha Leal – Intelectual e Político – Estudo Biográfico (1888-1970)*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FARINHA, Luís (2008). “Em Aveiro, uma nesga azul de liberdade”, in PAÇO, António Simões do (coord.). *Os anos de Salazar: o que se contava e o se ocultava durante o Estado Novo*, n.º 14. Lisboa: Planeta DeAgostini, pp. 54-61.

FEIO, Mariano (1979). *As Castas Hindus de Goa*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

FERNANDES, António Teixeira (1993). “Conflitualidade e movimentos sociais”, in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 787-828.

FERRÃO, Nuno de Sotto-Mayor Quaresma Mendes (1997). *O pensamento colonial de Sarmento Rodrigues enquanto ministro do Ultramar, 1950-1955*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade de Lisboa.

FERRÃO, Nuno de Sotto-Mayor Quaresma Mendes (1999). *Aspectos da vida e obra do Almirante Sarmento Rodrigues (1899-1979)*. Freixo de Espada-à-Cinta: Câmara Municipal.

FERRÃO, Nuno de Sotto-Mayor Quaresma Mendes (2010). “Norton de Matos – o seu pensamento colonial e as polémicas em volta da administração de Angola na I República - breves considerações históricas”, in *Crónicas do Professor Nuno Sotto Mayor Ferrão*. Disponível em: <http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/18868.html> (consulta realizada a 10 dezembro de 2012).

FERREIRA, José Manuel de Medeiros (1987). “As ditaduras ibéricas e a fundação da Aliança Atlântica”, in A.A.V.V. - *O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. II. Lisboa: Editorial Fragmentos.

FERREIRA, José Manuel de Medeiros (1990). *O comportamento Político dos militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no séc. XX*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FERREIRA, José Manuel de Medeiros (2006). “Portugal e os Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais: a procura do plano bilateral”, in RODRIGUES Luís Nuno (coord.). *Regimes e Impérios: As relações Luso-Americanas no séc. XX*, (I Conferência Internacional FLAD-IPRI, 2 e 3 de outubro de 2003). Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006, pp. 15-44.

FRAGA, Luís Alves (2010). “Augusto Casimiro: militar e escritor republicano”, in *Biblos - A República e as Letras*, vol. 8. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

GASPAR, Carlos (1999). “Organização das Nações Unidas (ONU)”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento). Porto: Figueirinhas, pp. 672-678.

GOAN OBSERVER PRIVATE LIMITED (2010). *Landmarks of Goa's liberation*. Panjim: Goan Observer Private Limited.

GONÇALVES, Constantino de Oliveira (1999). *O Partido Socialista nos primeiros anos da Ditadura*. Dissertação de Mestrado, Braga: Universidade do Minho.

GONÇALVES, Williams da Silva (2003). *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do tratado de amizade ao caso Delgado*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

GUINOTE, Pedro Miguel; FAIAS, Rui Miguel; NICOLAU Mário Rui (1997). “O Caso República - História do Jornal”, in *República – Histórias de uma luta*. Disponível em: <http://www.eusou.com/republica/hist.html> (consulta realizada 18 de dezembro de 2012).

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS (ISCSP). “Conferência de Bandung”, in *Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa*. Disponível em: http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/historia_do_presente/sec_xx/1956_bandung.htm (consulta realizada a 27 de novembro de 2014).

ISLANDS (2007). “Gentes do seu tempo”, in *Cunnus Reborn Azores*. Disponível em <http://cunnusreborn.blogspot.pt/search?q=Gentes+do+seu+tempo> (consulta realizada a 12 de novembro de 2013).

KOCHER, Henerik (s.d.). “Tertius gaudet”, in *Dicionário de expressões e frases latinas*. Disponível em http://www.hkocher.info/minha_pagina/dicionario/t03.htm (consulta realizada a 6 de fevereiro de 2016).

LEITÃO, Lino (2003). “Dr Julião Menezes (1909-1980)”, in *The Goan Forum*. Disponível em: <http://www.colaco.net/1/leitaoDrJuliao.htm> (consulta realizada a 30 de agosto de 2014).

LEMOS, Mário Matos (2003). “Goa, o princípio do fim do Império: alguns documentos”, in *Revista Estudos do séc. XX - Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, n.º 3. Coimbra: Quarteto Editora, pp. 271-287.

LEMOS, Mário Matos e TORGAL, Luís Reis (coord.), (2009). *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973) Um Dicionário*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores.

LEMOS, Mário Matos e TORGAL, Luís Reis (coord.), (2012). *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República.

LÉONARD, Yves (2000). “A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)”, in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*, vol. IV. Lisboa: Temas e Debates, pp. 536-548.

LIMA, Maria Guiomar (2010). *José Vieira Alvernaz: Patriarca das Índias e Arcebispo de Goa e Damão*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

LOBO, Sandra Ataíde (2009). “Índia Nova: nacionalismo e cosmopolitismo num jornal académico”, in *Cultura – Revista de História e teoria das Ideias*, vol. 26, II série. Lisboa: Centro de História da Cultura da FCSH/UNL e Edições Húmus, pp. 231-258.

LOBO, Sandra Ataíde (2012). “O reencontro da indianidade: o nacionalismo goês nos anos 20” in *Goa: Passado e presente*, tomo 1, Lisboa: CEPCEP/CHAM, pp. 271-279. Disponível em: <https://www.academia.edu/4249413> (consulta realizada a 15 de agosto de 2014).

LOBO, Sandra Ataíde (2013). *O Desassossego Goês: Cultura e Política em Goa do Liberalismo ao Acto Colonial*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10822> (consulta realizada a 31 de janeiro de 2014).

LOFF, Manuel (1997). “Portugal, Espanha e a questão colonial nas Nações Unidas”, in *História*, Ano XIX (Nova Série), n.º 30, abril de 1997, pp. 14-23.

LOFF, Manuel (2006). “Fim do Colonialismo, Ruptura Política e Transformação Social em Portugal nos anos setenta”, in *Portugal 30 anos de Democracia (1974-2004)*, Porto: Universidade do Porto, pp. 153-196.

LOFF, Manuel e FERREIRA, Sofia, “Biografias (2010). “BRANDÃO, Mário Cal”, in *Comissão Nacional para a Comemoração do Centenário da República – CNCCR*. Disponível em: <http://resistencia.centenariorepublica.pt/expo/index.php/bibliografias/64-brandao-mario-cal> (consulta realizada a 2 de julho de 2015).

LOPES, Filipa Sousa (2004). *Momentos da Oposição em Famalicão (1945-1958)*. Vila Nova de Gaia: Editora Ausência.

LOPES, Filipa Sousa (2009). *Momentos da Oposição em Famalicão, 1959-1973 (II Parte)*. Vila Nova de Gaia: Editora 7 Dias 6 Noites.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (1996). *Goa Setecentista Tradição e Modernidade (1750-1800)*. Braga: Universidade Católica.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires e FERRÃO Lúcia (2010). “O conflito Padroado/Propaganda na Índia. Contributos para a sua História (séculos XVII e XVIII)”, in Costa, OLIVEIRA, João Paulo e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, *O Estado da Índia e os desafios Europeus: actas do XII Seminário Internacional de História Indo- Portuguesa*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, pp. 347-360.

LOURENÇO, Gabriela; COSTA, Jorge e PENA, Paulo (2001). *Grandes planos: oposição estudantil a ditadura 1956-1974*. Lisboa: Ancora Editora.

MADEIRA, João (1996). *Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*. Lisboa: Editorial Estampa.

MADEIRA, João (2003). “O PCP e a Questão Colonial - dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”, in *Revista Estudos do séc. XX - Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, n.º 3. Coimbra: Quarteto Editora, pp. 209-243.

MADEIRA, João (2007), (coord.). *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*. Póvoa de Sto. Adrião: Esfera dos Livros.

MADEIRA, João (2011). *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo à vitória” (1949-1965)*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/6711> (consulta realizada a 10 de fevereiro 2012).

MADEIRA, João (2013). *História do Partido Comunista Português – das origens ao 25 de abril*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

MAGALHÃES, José Calvet de (2005). *A diplomacia pura*. Lisboa: Bizâncio, 2005.

MALEKANDATHIL, Pius e DIAS, Remy (2008). *Goa in the 20th century history & culture*. Goa: Institute Menezes Braganza.

MALTEZ, José Adelino – “José Moreira de Campos”, in *Centro de Estudos do Pensamento Político - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – ISCSP*. Disponível em: www.iscsp.utl.pt/~cepp/portugueses/letra_c/campos,_j_moreira.doc (consulta realizada a 10 de dezembro de 2012).

MANYA, Judith (2008). *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921-1974)*. Dissertação de Doutoramento, Bordeaux: Institut D'Études Politiques de Bordeaux - Centre D'Études D'Afrique Noire da Universidade Montesquieu-Bordeaux.

MARCOS, Daniel da Silva (2007). *Salazar e de Gaulle: a França e a questão colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MARTINS, José M. (2011). “Jornal Republicano – Carta de Carvalho Duarte” in *Almanaque Republicano*. Disponível em: <http://arepublicano.blogspot.pt/2011/07/jornal-republica-carta-de-carvalho.html> (consulta realizada a 18 de dezembro de 2012).

MARTINS, José M. (2013). “Rocha Martins – Contra o poder, escrever, escrever”, in *Almanaque Republicano*. Disponível em: <http://arepublicano.blogspot.pt/2013/06/rocha-martins-contr-o-poder-escrever.html> (consulta realizada a 18 de dezembro de 2012).

MARTINS, Susana (2005). *Socialistas na oposição ao Estado Novo*. Lisboa: Casa das Letras.

MASCARENHAS, Lambert (1982). “History of the freedom movement in Goa”, in SCHOLBERG, Henry with the collaboration of Archana Ashok Kakodker and Carmo Azevedo. *Bibliography of Goa and the Portuguese in India*. New Delhi: Promilla, pp. 396-400.

MASSANGO, Olívia (2012). “Entrevista a Fernando do Rosário Vaz”, in *O País on-line*, 8 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/20178-foi-uma-tarefa-gigantesca-por-a-funcionar-os-hospitais-deste-pais.html> (consulta realizada a 12 de novembro de 2013).

MATEUS, Dalila Cabrita (2004). *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar.

MATEUS, Dalila Cabrita (2006). *Memórias do Colonialismo e da Guerra*. Porto: Edições Asa.

MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro (2016). *Histórias Coloniais*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

MATOS, Luís Salgado (1999). “A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (setembro de 1958 - outubro de

1959)”, in *Análise Social*, Vol. XXXIV, n.º 150. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 29-90.

MATOS, Luís Salgado “Católicos e anticolonialismo”, in *Guerra Colonial (1961-1974)*. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/home> (consulta realizada a 10 de dezembro de 2014).

MENDES, Sushila Sawant (1989). “Dr. Lohia and Goa’s freedom struggle”, in SOUSA, Teotónio R. de, *Essays in Goan History*. Nova Delhi: Concept Publishing Company, pp. 173-184.

MENEZES, Dale Luís (2012). «“Enfant Terrible” or Goa’s foremost nationalist», in *The valley of World*. Disponível em: <http://daleluismenezes.blogspot.pt/2012/06/enfant-terrible-or-goas-foremost.html> (consulta realizada a 17 de agosto de 2014).

MOÇO, Diogo Manuel Simões Roque (2012). *Prisioneiros na Índia: 1961-1962*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Disponível <http://hdl.handle.net/10451/6914> (consulta realizada em 6 de abril de 2015).

MONTEIRO, Francisco, “António Bernardo Bragança Pereira (1883-1955)”, in *SuperGoa*. Disponível em: http://www.supergoa.com/pt/read/news_cronica.asp?c_news=411 (consulta realizada a 10 de agosto de 2014).

MONTOITO, Eugénio (2005). *Henrique Galvão ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio (1927-1962)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

MORAIS, Carlos Alexandre de (1999). *Cronologia Geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*, 3ªed. Lisboa: Editorial Estampa.

MORAIS, João e VIOLANTE, Luís (1986). *Cronologia dos Factos Económicos e Sociais – Portugal 1926/84*. Lisboa: Horizonte Económico.

MOTA, Francisco Teixeira da (2011). *Henrique Galvão - Um herói português*. Oficina do Livro, Alfragide.

NARAYAN, Rajan (2012). *Sampoorna Swaraj: The Story of Goa's Liberation Struggle 1928-1961*. Goa: The Directorate of Art and Culture.

NAZARETH, Yona Loyola (2000). “Loyola: A Man with Honour”, in BORGES, Charles J. (Ed.) - *Goa’s foremost nationalist: José Inácio Candido de Loyola: the man and his writings*, XCHR studies series. 9 (trad. inglesa). Nova Delhi: Concept Publishing Company, pp. xxxvi-xxxviii.

NEVES, José (2010). *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.

NOSTY, Bernardo Diaz (1988) *Mário Soares – Um combate do Socialismo*. Trad. Portuguesa. Lisboa: Lisgráfica.

Ó, Jorge Ramos do (1996). “Censura”, in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 139-141.

OLIVEIRA, António César Gouveia de (1986). *A Consolidação do Salazarismo e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (1979). *A descolonização Portuguesa: aproximação a um estudo*, vol I. Lisboa: Instituto de Democracia e Liberdade.

OLIVEIRA, Pedro Aires (2006). *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa.

PACHECO, Carlos (1998). “Movimentação política nas colónias”, in DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coords.). *Humberto Delgado e as Eleições de 58*. Lisboa: Ed. Veja, pp. 337-388.

PACHECO, Francisco do Carmo (1996). *Alberto Saavedra: médico, cientista, democrata*. S. Mamede Infesta: Sociedade Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar.

PAULO, Heloísa (1997). *Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Dissertação de Doutoramento, Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra.

PAULO, Heloísa (2010), (coord.). *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Coimbra.

PAULO, Heloísa (2013). «Uma abordagem do problema colonial pela oposição anti-salazarista: a “questão de indiana” e os exilados no Brasil», in ROLLO, Maria Fernanda; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; PIRES, Ana Paula e NUNES, João Paulo Avelãs (coords.). *Atas I Congresso de História Contemporânea*. Lisboa: IHC / CEIS20 / Rede História, pp. 615-622. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10684> (consulta realizada a 16 de janeiro de 2015)

PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto (coord.), (2010). *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949: 60 anos depois*. Lisboa: Edições Colibri.

PEARSON, M. N. (1987). *The Portuguese in India*. Cambridge University Press.

PEREIRA, José Pacheco (2001). *Álvaro Cunhal: uma Biografia Política, «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.

PEREIRA, José Pacheco (2006). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política – O Prisioneiro (1949-1960)*, Vol. 3. Lisboa: Temas e Debates.

PIMENTA, Fernando Tavares (2010). *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.

PIMENTEL, Irene Flunser (2006). *A Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança (PIDE/DGS), 1945-1974. História da polícia política do Estado Novo*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PIMENTEL, Irene Flunser (2014). *História da Oposição à Ditadura em Portugal (1926-1974)*. Porto: Ed. Figueirinhas.

PINTO, António Costa (1992). *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa.

PINTO, António Costa (2001). *O fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte.

PROENÇA, Maria Cândida (2010). “A questão colonial - O Império: mito e realidade”, in ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coords.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 205-228.

QUINTAS, José Manuel (1996). “Eleições para a Assembleia Nacional”, in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 288-291.

QUIVY, Raymonde e CHAMPENHOUDT, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (trad. Portuguesa). Lisboa, Edições Gradiva.

RABY, David Lander (1999). “Oposição”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento). Porto: Figueirinhas, pp 640-642.

RABY, Dawn Linda (1990). *A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974* (Trad. Portuguesa). Lisboa: Salamandra, D.L.

RABY, Dawn Linda (1994). “A Oposição no Exílio e a Guerra Colonial”, in *Vértice*, II série, n.º 58, janeiro/fevereiro de 1994, pp. 37-40.

REIS, Bruno Cardoso (2006). *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

RISBUD, Seema Suresh (2002). *Goa's struggle for freedom, 1946-1961: The contribution of national Congress (Goa) and Azad Gomantak Dal*. Ph. D. thesis, Goa: Goa University. Disponível em: <http://library.unigoa.ac.in:8081/xmlui/handle/123456789/224>. (consulta realizada a 8 de fevereiro de 2014).

ROCHA, Edmundo (2009). *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (1950-1964)*. Lisboa: Dinalivro.

RODRIGUES, Luís Nuno (1999). “Ventos de mudança”, in *Revista História*, Ano XXI, (Nova Série), n.º 19, novembro, pp. 18-26.

RODRIGUES, Luís Nuno (2002). “Os Estados Unidos e a questão de Goa em 1961”, in *Ler História*, n.º 42, pp. 61-90.

RODRIGUES, Luís Nuno (2005). “O acordo Luso-americano dos Açores de 1944”, in RODRIGUES, Luís Nuno; DELGADO, Iva e CASTAÑO, David (coords.). *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos Acordos dos Açores/Colóquio Internacional Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE, pp. 75-100.

RODRIGUES, Luís Nuno (2008). *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*. Lisboa: Casa das Letras.

ROLLO, Maria Fernanda (1994). “Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)”, in *Análise Social*, vol. XXIX (128). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 841-869.

ROLLO, Maria Fernanda (1996). “Plano Marshall” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 734-739.

ROLLO, Maria Fernanda (2004). *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa.

ROSA, Frederico Delgado (2008). *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*. Lisboa: Esfera do Livro.

ROSAS, Fernando (coord.), (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal*, vol. XII. Lisboa: Editorial Presença.

ROSAS, Fernando (1994). *Estado Novo (1926-1974)*, in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores.

ROSAS, Fernando (1995). “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”, in *Revista História das Ideias*, n.º 17, “Do Estado Novo ao 25 de Abril”. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras de Coimbra, pp. 19-32.

ROSAS, Fernando (1996). “Pereira, Pedro Teotónio” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 288-291.

ROSAS, Fernando; PIMENTEL, Irene Flunser; REZOLA, Maria Inácia; FARINHA, Luís e MADEIRA, João (coords.), (2009). *Tribunais Políticos - Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores.

ROSAS, Fernando (2012). *Salazar e o Poder - A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

ROSAS, Fernando e SIZIFREDO, Cristina (org.), (2013). *Estado Novo e Universidade: A perseguição aos Professores*. Lisboa: Tinta-da-China.

SÁ, Francisco Xavier Valeriano de (1999). *Vice-reis e governadores da Índia portuguesa*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SANTOS, Fernando Teixeira dos (1999). “Banca (1946-74)”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII (Suplemento). Porto: Figueirinhas, pp. 162-166.

SCHOLBERG, Henry (1982). *Bibliography of Goa and the Portuguese in India*, (collaboration of Archana Ashok Kakodker and Carmo Azevedo). New Delhi: Promilla.

SCHOLBERG, Henry (1985). “The literature of the independence movement in Goa a bibliographie” in *Actas do II Seminário internacional de história indo-portuguesa*, org. Luís de Albuquerque, Inácio Guerreiro. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 825-841.

SELECÇÕES READER’S DIGEST (org.), (1999). - *Enciclopédia da Historia Universal*. Lisboa: Selecções Reader’s Digest Lisboa, p. 580.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2003). *História de Portugal – Da II Guerra à morte do Marechal Carmona (1941-1951)*, vol. XV. Lisboa: Verbo.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2006). *História de Portugal – O Terceiro Mundo contra Portugal Ultramarino -: História Política, Administrativa e Ultramarina (1951-1960)*, vol. XVI. Lisboa: Verbo.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2007). *História de Portugal – O Terceiro Mundo contra Portugal Ultramarino - História Diplomática, Institucional, Económica e Cultural (1951-1960)*, vol. XVII. Lisboa: Verbo.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2010). *História de Portugal – A Governação de Salazar: Grandeza e Declínio (1960-1968)*, vol. XVIII. Lisboa: Verbo.

SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1986). *Who's Who of Freedom Fighters - Goa, Damann and Diu*, vol. I. Goa: Goa Gazetter Department, Government of the Union Territory of Goa, Daman, and Diu.

SILVA, Armando B. Malheiro da (2003). “General Norton de Matos (1867-1955) - Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico—o militar, o colonialista e o democrata”, in *Africana Studia*, n.º 6, pp. 173-200. Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_173.pdf. (consulta realizada a 10 dezembro de 2012).

SILVA, Armando B. Malheiro e GARCIA, José Luís Lima (1995). “Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar”, in *Revista História das Ideias - Do Estado Novo ao 25 de Abril*, n.º 17. Coimbra: Instituto de História e teoria das Ideias, Faculdade de Letras Coimbra, pp. 349-404.

SILVA, Cristina Nogueira da (2009). *Constitucionalismo e Império – A Cidadania no Ultramar Português*. Coimbra: Almedina.

SILVA, Douglas Mansur (2006). *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SILVA, Douglas Mansur (2010). “Jorge de Sena e o Portugal Democrático”, in *Ler Jorge de Sena*. Disponível em: <http://www.lerjorgedesena.letas.ufjf.br/ressonancias/pesquisa/verbetes/jorge-de-sena-e-o-portugal-democratico> (consulta realizada a 28 de julho de 2015).

SILVA, Duarte (1995). “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, in *Análise Social*, vol. XXX (130). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 5-50.

SILVA, Franco Santos Alves da (2010). *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, Rui Ferreira (1992). “Sob o signo do Império”, in ROSAS, Fernando (coord.) *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel e MARQUES A.H. Oliveira (dir.). Vol. XII de. Lisboa: Editorial Presença, pp. 355-387.

SILVEIRA, Joel (1990). “As guerras coloniais e a queda do Império”, in REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. IV. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 71-106.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da (2011). *Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos: de 1945 a 1965*. Dissertação de Doutoramento, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SIMPSON, Duncan (2014). *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lisboa: Publicações 70.

SIMPSON, J. A.e WEINER, E. S. (1989). *The Oxford English Dictionary*, 2º ed. Oxford: Clarendon Press.

SOARES, Francisco e CAVACO, Victor (1998). “As eleições que oficialmente nunca existiram”, in DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coords.). *Humberto Delgado e as Eleições de 58*. Lisboa: Ed. Veja, pp. 494-531.

SOARES, Mário (1996). “Socialismo”, in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 935-939.

SOUZA, Carmo d’ (2005). *Goa through the eyes of Fanchu Loyola: José Inácio Cândido de Loyola*, (Trad. inglesa). Calangute: Agnelo D’Souza.

SOUZA, Teotónio R. de (1989). *Essays in Goan History*. Nova Delhi: Concept Publishing Company.

SOUZA, Teotónio R. de (2010). “O 6º Concílio Provincial de Goa: Instrumentalização Política de S. Francisco Xavier”, in COSTA, João Paulo Oliveira e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (ed.), *O Estado da Índia e os desafios Europeus: actas do XII Seminário Internacional de História Indo- Portuguesa*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, pp. 381-400.

STOCKER, Maria Manuel (1999). “Índia, Estado da”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento). Porto: Figueirinhas, pp. 255-258.

STOCKER, Maria Manuel (2005). *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1995). “Portugal e a NATO:1949-1989”, in *Análise Social*, vol. XXX (133). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 803-818.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996). “Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) (NATO)” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 703-706.

TELO, António José (1987). *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Ed. Perspectivas e Realidades.

TELO, António José (1991). *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, 2 vols. Lisboa: Editorial Vega.

TELO, António José (1994). “As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 16. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Coimbra, pp. 347-370.

TELO, António José (1996a) “Política Externa”, in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 769-776.

TELO, António José (1996b) “Segunda Guerra Mundial”, in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 900.

TELO, António José (2006). “Portugal e os EUA e a NATO (1949-1961)”, in RODRIGUES, Luís Nuno (coord.). *Regimes e Impérios: As relações Luso-Americanas no séc. XX* (I Conferência Internacional FLAD-IPRI, 2 e 3 de outubro de 2003). Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 45-88.

TENGARRINHA, José (1999). “Imprensa”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento). Porto: Figueirinhas, pp. 245-247.

TOMBAT, Nishtha (1995). *Tristão de Braganza Cunha (1891-1958) and the Rise of Nationalist Consciousness in Goa*. Ph. D. thesis, Goa: Goa University. Disponível em: <http://library.unigoa.ac.in:8081/xmlui/handle/123456789/433> (consulta realizada a 8 de fevereiro de 2014).

TORGAL, Luís Reis (2002). “Muitas raças, uma nação ou o mito de Portugal multirracial na Europa do Estado Novo”, in *Estudos do Século XX*, n.º 2 “Europa-Utopia. Europa-Realidade”. Coimbra: Quarteto – CEIS20, pp. 147-165.

TORGAL, Luís Reis (2009). *Estados Novos Estado Novo*, 2 vols., 2º ed Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TOURAINÉ, Alain (1978). *La voix et le regard: sociologie des mouvements sociaux*. Paris: Nouvelle Édition.

VAZ, J. Clement (1997). *Profiles of eminent Goans, past and present*. Nova Delhi: Concept Publishing Company.

VENTURA, António (1993). “Resistências ao Regime Ditatorial: Oposição ao Estado Novo”, in MEDINA, João, (dir.). *História de Portugal*, Vol. XIII. Lisboa: Ediclube.

VILAÇA, Alberto (1998). *O MUD Juvenil em Coimbra: Histórias e Estórias*. Coimbra: Campo das Letras.

WIKIPEDIA:

Augusto Casimiro. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Casimiro_dos_Santos. (consulta realizada a 15 de agosto de 2014)

Domingos dos Santos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Domingues_dos_Santos (consulta realizada a 10 de dezembro de 2012).

Luís de Menezes Bragança. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_de_Menezes_Bragan%C3%A7a. (consulta realizada a 15 de agosto de 2014).

Nuno Rodrigues dos Santos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno_Rodrigues_dos_Santos, (consulta realizada a 10 de janeiro de 2013).

Swaminathan Sadanand, Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/S._Sadanand (consulta realizada a 15 de julho de 2015).

XAVIER, Constantino (2014) “Goa's forgotten third force: António A. Bruto da Costa (1902-1984)”, in *Goanet Reader*. Disponível em: <https://www.mail-archive.com/goanet-news@lists.goanet.org/msg03864.html> (consulta realizada a 10 de setembro de 2014).

ANEXO DOCUMENTAL

ANEXO 1:

“À Índia Portuguesa – Aos Excelentíssimos Eleitores”

“Diz com razão, o *Diário da Noite*: «Vamos às urnas. Eu também lá vou. Até ao dia solene havemos de ficar esclarecidos, pois que os candidatos que se propõem, delinearão certamente o seu programa – as suas idéas e os seus planos».

Quando concordei na apresentação da minha candidatura para deputado tive apenas um pensamento que constitue o meu programa. Ele pode ser expresso em poucas palavras, dividido em duas partes. Ei-lo:

1ª - Pôr-me desassombradamente e com o maior interêsse, tanto quanto as minhas fracas luzes o permitirem, ao serviço da minha terra na Assembleia Nacional.

2ª - Procurar criar meio propício, sem hesitar perante os sacrifícios necessários, para conseguir a satisfação das nossas justas aspirações e procurar acompanhar, em tempo oportuno, com a maior atenção, a legislação colonial a que o *post-guerra* há-de forçosamente dar lugar.

É nisto, a meu vêr, que deve consistir a acção predominante de um deputado.

Não tenho ilusões. Não possuo qualidades de um tribuno. São fracos os meus recursos oratórios e com eles, não poderei empolgar a Assembleia Nacional nem levar qualquer deleite espiritual aos seus membros.

Não é contando com estas qualidades que me dispus a apresentar a minha candidatura. Se as possuísse também só com elas eu não poderia ver satisfeitas as nossas aspirações.

Eu só posso oferecer ao eleitorado a minha firme e sincera boa vontade de fazer tudo, absolutamente tudo quanto me seja possível em prol da minha terra, imprimindo às minhas palavras na Assembleia Nacional não o brilho da frase mas o ardor da minha convicção e trabalhando também incansavelmente fora dela.

Se aos excelentíssimos Eleitores satisfazem estas poucas afirmações, que jamais poderão encontrar, na minha acção na Metrópole, qualquer contestação – então e só neste caso – lhes peço o voto para a minha lista.

Eleito, ficarei com uma grande responsabilidade e sempre a terei em vista. Não eleito estarei ao serviço do meu país sem esta responsabilidade.

Senhor eleitor, às URNAS! Às urnas para um voto por quem quer que seja mas leve uma só preocupação, bem servir o interesse público

Loutulim, 27 de Outubro
Vicente João de Figueiredo»⁷⁹².

⁷⁹² “À Índia Portuguesa – Aos Excelentíssimos Eleitores”, in *Bharat*, 8 de novembro de 1945, n.º 31, ano XXX, p. 1.

ANEXO 2:

Boletim do Congresso Goês “O COMISSIO DE ONTEM”

“Convocado prios Srs. V. J. de Figueiredo e J. I. LOYOLA, realizou-se ontem 8-7-46 [sic] um comissio dos habitantes de Goa que unanimamente aprovou uma proposta em que se pede ao Governo a autonomia política, administrativa e financeira mediante uma assembleia dos representantes do povo eleitos pelo sufrágio popular. O povo cõnsco dos seus direitos, exprimiu inequivocamente o seu anseio de reger os destinos próprios. Mas ninguém continue, na doce, ilusão de que só com os pedidos se ganha o que se quer. É preciso que se faça sentir a força que vai atras do pedido”⁷⁹³.

⁷⁹³ SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1996). *Trial of Purushottam Keshav Kakodkar: source material for the history of the freedom movement of Goa (collected from Goa archives)*. Panaji – Goa: Government of Goa - Goa Gazetteer Department, p. 37 (Maiúsculas no original).

ANEXO 3:

**“Boletim do Congresso Goês
Em protesto da injusta penalidade ao sr.
TRISTÃO BRAGANÇA CUNHA”**

“O próximo domingo, 4 de gosto, seja considerado o dia de Tristão B. Cunha. O programa para o dia seja; reuniões, procissões com slogans pedindo liberdade de T.B. Cunha e dando vivas a ele. Seja levado ao conhecimento do público como ele trabalhou durante tantos anos pelo bem da sua terra natal e como ele tem sido castigado simplesmente por te-la amado. Nas procissões sejam levadas bandeiras pretas em protesto da injusta e cruel penalidade de 8 anos de degredo que lhe foi imposta. Sabe-se que o Sr. Tristão B. Cunha, apesar de doente, esta alojado numa cela com condições péssimas de saúde. Concorrendo negligência de Governo para piorar o seu estado as consequências serão funestas.

Não está designado o dia do julgamento do Sr. Bascora Bandaric”⁷⁹⁴.

⁷⁹⁴ SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1996). *Trial of Purushottam Keshav Kakodkar: source material for the history of the freedom movement of Goa (collected from Goa archives)*. Panaji – Goa: Government of Goa - Goa Gazetteer Department, p. 37 (negrito e maiúsculas no original).

ANEXO 4:

“Nacional Congresso (Goa) – APELO”

“É de todos o movimento iniciado pelo Dr. Lohia. É o nosso primeiro passo que habilitara a marchar para a frente em direcção do nosso ideal. É o momento solene em que cada um de nos tem de vir à frente para afirmar alto e bom som que é intolerável o regime vigente e a nossa decisão acabar com ele. Ninguém pode ficar alheio a nossa luta a que todo o Goes em [sic] distinção de cor, casta e credo tem de, por força, prestar o seu contingente.

Toda a Índia interessa-se pelo sucesso da nossa causa. Abençoada em tão boa hora pelo Mahatma resecundada pelo Congresso Nacional Indiano.

É com o nosso sacrifício que nos temos de alimentar esse fogo que Dr. Lohia tem atizado nos nossos corações. Essa luta não visa a servir um punhado de homens. A sua finalidade é bem outra. Lutamos para afastar toda a miséria, toda a desgraça do nosso povo, para garantir o pão de cada dia aos milhares dos nossos irmãos, para dar asilo aos que vivem sem o conforto do lar.

Essa luta é afirmação solene de que somos homens e como tais temos de viver no mundo. Ela abrange sequazes [sic] de todas as religiões. Longe de nós toda a distinção de cor, casta ou credo.

O movimento tem que estender-se por todo o país. O nosso comércio, a nossa academia, o nosso funcionalismo tem de incorporar-se nesta luta com coragem, com decisão, com abnegação. Temos de provar que tanto nas nossas aspirações como no espírito do sacrifício levamos palmar a todos os outros povos.

Concidadaõs! Tende coragem. Vinde para a frente.

Em 18 do corrente às 4 horas de tarde os abaixo assinados, membros de comissão executiva e sócios do Congrso Nacional (Goa) vão oferecer o satyagraha, desafiando a lei das reuniões.

Belgão, 16-10-946

Dr. Rama Crisna Hegdo, Margão
Pr.. Loximonrau S. Dessai, Panjim
Dr. Naraina Bembro, Quepem
Sr. Nilconta Carapurcar, Margão
Sr. Bala Cacadocar, Margão

Dr. Vinaeca Maencar, Bicholim
Sr. Venctexa Verencar, Ponda
Sr. Maducar Mordecar, Mapuça
Sr. Gopal Naique, Margão
Sr. Vassanta Molio, Margão

Attention!Attention!

The following is the wire sent to the Governor General Nova-Goa

“No more precommunications of Satyagrahas as we used to do. Please take this as final notice of satyagrahas that will be hereforth offered at any moment any place.

Belgaum, 17-10-46

Secretary National Congresss (Goa)”⁷⁹⁵

⁷⁹⁵ SHIRODKAR, Prakashchandra Pandurang (1993). *Trial of Rama Krishna Hegde: source material for the history of the freedom movement of Goa (collected from Goa archives)*. Panaji – Goa: Government of Goa - Goa Gazetteer Department, p. 10 (maiúsculas no original).

ANEXO 5:

“Tradução da notícia do jornal *Anglo-Lusitano*, intitulada Council of Government Approves «Estatuto Político»”.

“O Governo aprova o «Estatuto Político» – O governo autónomo é ainda um grito distante – Estão ausentes os direitos fundamentais dos cidadãos (de um correspondente) de Nova Goa

«Estatuto Político» foi aprovado pelo Conselho do Governo durante uma reunião realizada em 14 do corrente. Aguarda agora a formal aprovação do Governo de Lisboa, e, logo que seja obtida, entrará em vigor a nova constituição. Esta deve ser considerada um triunfo pessoal do Governador Geral, Comandante Quintanilha de Mendonça e Dias, que a fez atravessar sã e alva a Conferência dos Cidadãos, o Comité de Estudo e o Conselho do Governo, e que segue agora a caminho de Lisboa para poder assegurar a sua aprovação por parte do Governo Central.

A nova constituição levou alguns meses a redigir, mas deve confessar-se que o resultado é desanimador. Não houve praticamente qualquer progresso no sentido de um governo autónomo. A administração do país continuará a ser o que era antes da nova constituição. Parece singular que uma conferência constituída por cidadãos, entre os quais se contava um grande número de nacionalistas de tipo extremista, tenha concordado com a nova constituição. O fim da constituição é transformar Goa numa parcela de Portugal. Com a admissão da soberania portuguesa e do direito de o Governo Central fazer nomeações para cargos públicos, tem forçosamente de ser posta de parte a pretensão de um governo autónomo. Tudo quanto se pode dizer a favor da nova constituição é que Goa fica definitivamente integrada na Nação portuguesa e os seus habitantes considerados cidadãos livres de Portugal, com os mesmos direitos e privilégios dos portugueses. O grito «Goa para os goeses» não foi tomado em consideração. Os portugueses terão direito de intervir na política de Goa como os próprios goeses. O comandante Quintanilha de Mendonça e Dias revelou possuir grandes qualidades de negociação. Não houve qualquer tentativa da sua parte para forçar a aprovação. Embora a conferência tivesse mostrado consideravelmente desfavorável às propostas do Governo, o Governador Geral, usando de grande persuasão e do seu espírito de conciliação, submeteu todas as oposições e conseguiu que, praticamente, todas as propostas fossem aprovadas por unanimidade. O principal problema era o do governo autónomo, que, no entanto, foi posto de parte. Os problemas da liberdade de expressão e de reunião não foram tratados,

possuindo o Governo a liberdade de veto a aplicar a ambas. Os autores da constituição deveriam ter na sua frente uma cópia da constituição dos Estados Unidos da América, que define os direitos fundamentais dos cidadãos como sendo a liberdade de expressão, de reunião e de religião. Os goeses aceitariam de bom grado uma constituição que se baseasse no modelo americano. Em compensação é-nos oferecida uma constituição que não passa de uma arzoada de palavras e frases e que não inclui nem salvaguarda os direitos mais elementares dos cidadãos”⁷⁹⁶.

⁷⁹⁶ Carta da Polícia Geral das Colónias para o chefe de Gabinete do ministro das Colónias, 14 de setembro de 1948, in AHU/186/2G/MU/GM/Mç.1939-1948 (sublinhados a vermelho no original).

ANEXO 6:

Humberto Delgado e as Eleições Presidenciais de 1958

“Portugueses!”

“A Oposição Independente e a Oposição Democrática, representadas pelos seus candidatos à Presidência da República, senhor General Humberto Delgado e senhor Doutor Arlindo Vicente, em face da necessidade de estabelecer, nas urnas, uma unidade de acção contra o Governo da Ditadura, verificaram ser útil, e até decisivo, proceder imediatamente a tal unidade e, para isso, estabelecer a actuação comum nos seguintes termos que se comunicam à Nação:

As Candidaturas prosseguirão, a partir desta data, a trabalhar em conjunto, e no final, representadas nas urnas por um só Candidato, o General Humberto Delgado, que se compromete, por sua honra, e salvo caso de força maior, a tornar efectivo o exercício do voto até às urnas e estabelecer, em caso de êxito, o seguinte:

- a) Condições imediatas de aplicação do Artº 8º da Constituição;
- b) Exercício de uma Lei Eleitoral honesta;
- c) Realização de eleições livres até um ano após a constituição do seu Governo;
- d) Liberdade dos presos políticos e sociais;
- e) Medidas imediatas tendentes à democratização do País.

Viva Portugal!

Viva a Liberdade!

Lisboa, 30 de Maio de 1958

aa. Humberto Delgado
Arlindo Vicente”⁷⁹⁷

⁷⁹⁷ ABREU, António (1998). “Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958”, in *O Militante*, nº 236 setembro/ outubro de 1998, pp. n.d., anexo XVIII. Disponível em <http://www.pcp.pt/publica/militant/236/p45.html> (consulta realizada a 20 de novembro de 2014).

ANEXO 7:

Telegrama de António Anastácio Bruto da Costa e de António Colaço de apoio à candidatura de Humberto Delgado [Goa, 1958]

“Considerando V. Exa, símbolo ordem nova distante dum lado velha anarquia e doutro regime sufocante ditadura que teve dolorosas repercussões também nesta Índia cuja voz ninguém procurou escutar virgula grupo de eleitores vários sectores opinião pública deste Estado vai publicar imprensa manifesto convidando eleitorado votar nome Vexa ponto Cópia manifesto será remetido Vexa ponto Não interessa momento vitória eleitoral em Portugal ou na Índia sabido que entre nós vigora sistema eleitoral pouco consentâneo com expressão verdadeira opinião eleitores ponto Interessa apenas vitória consciência povo procura através dificuldades afirmar a sua vontade de viver com dignidade e honra”⁷⁹⁸.

⁷⁹⁸ ANTT/PIDE-DGS - Relatório de deslocação às Províncias de Ultramar de Timor, Macau e Estado da Índia, 1959, Inspetor Mário Ferreira da Costa – SC/CI (2) – NP 9005, p. 133.

ANEXO 8:

Manifesto ao País de apoio à candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República [Goa,1958]

“A renhida luta que se está a travar, em Portugal, à volta das urnas, não se destina a escolher entre dois Homens. Ela visa mais alto. Ela visa a escolher entre dois ideais distantes, entre duas doutrinas antagónicas, que são representadas pelos dois candidatos à Presidência da República. É uma luta que se passa nos domínios da inteligência e da consciência humana. Encontram-se, frente a frente, dois regimes de vida. Dum lado, um regime de compressão de pensamento e de ideias, de cerceamento de regalias cívicas, de restrição dos mais fundamentais direitos humanos. Do outro, uma norma de vida dinâmica, mas serena, orientada pelos princípios essenciais duma existência livre e pacífica, nobre e verdadeira, donde a hipocrisia, o medo, a propaganda ardilosa, o oportunismo político sejam banidos. De um lado, um sistema de administração estreito e compressivo, cerrado no punho de uns poucos, que pela força do hábito já se julgavam infalíveis. Do outro, o governo do povo pelo povo, no mais elevado sentido da expressão, norteado por um princípio de carácter evolutivo e pacificador, mas tendendo organicamente para a restauração plena dos direitos humanos postergados.

É tendo presente este pensamento fundamental que nós, os signatários deste manifesto - não obstante sabermos bem que o sistema eleitoral vigente está estruturalmente viciado e a boca das urnas vem, mau grado seu, habituada a desvirtuar a expressão da vontade colectiva - propomos ao eleitorado consciente deste Estado a escolha do nome do GENERAL HUMBERTO DELGADO e, ao fazê-lo, não trazemos à luz da ribalta, de caso pensado, as velhas e justíssimas recriminações deste povo contra o actual regime, mas apenas a visão de um povo verdadeiramente restabelecido na posse dos mais sacrossantos direitos humanos e cívicos, pelos quais sempre nos batemos e nos bateremos diante de Deus e diante dos Homens – confiados em Deus.

Às urnas, pois, eleitores de Goa, Damão e Diu!
Às urnas pelo paladino dos Direitos do Homem!
Às urnas, pelo General Humberto Delgado!⁷⁹⁹.

⁷⁹⁹ ANTT/PIDE-DGS - Relatório de deslocação às Províncias de Ultramar de Timor, Macau e Estado da Índia, 1959, Inspetor Mário Ferreira da Costa – SC/CI (2) – NP 9005, pp. 131-133 (maiúsculas no original)

ANEXO 9:

Convite do *Indian Council for Africa* a Manuel Sertório (23 de setembro de 1961)

“Our Council is holding a seminar on the «Problem of Portuguese Colonies» in New Delhi and Bombay between the 20th and the 23rd October, 1961. The seminar will be inaugurated by Prime Minister Nehru and will be attended by representatives of political parties from most of the principal Portuguese colonies, such as Angola, Mozambique, Portuguese Guinea and Goa. It will be a great pleasure if you could attend the seminar as an observer. During your stay in India you will be our honoured guest. Kindly let me know if you can spare the time to come here and when you are likely to be here”⁸⁰⁰.

⁸⁰⁰ Correspondência do *Indian Council for Africa* para Manuel Sertório, 23 de setembro de 1961, in Centro de Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/95.

ANEXO 10:

“Goa’s Struggle for freedom

By

Dr. P.D.GAITONDE”

“Portuguese Opposition to Salazar

In the past, however, both the opposition parties in Portugal as well as the Portuguese people have secretly supported the Goan freedom movement and the policy of the Indian Government. They have done so not only because of the justice and legitimacy of the Goan movement, but also because they believed that the liberation of Goa would contribute a great deal to the fall of Salazar dictatorship.

Today the opposition parties are more effectively organized. Their resources are far greater than before and they have by now created sufficient confidence among their own members and also among the Portuguese public to remove the fear complex, which has, for years, dominated the Portuguese life. The last Presidential election was a clear proof of changed situation.

During 1954-55 before the election, there was a firm belief in the minds of the people that there was nothing that could be done to bring the fascist regime to an end, at least during the life of Dr. Salazar. The election, however, proved to be a turning point and events that followed convinced the people that dictatorship was not invincible and that, in reality, it was heading for a final collapse.

All these facts, combined with the recent happenings in Angola and other places, are leading to the natural solution of the Portuguese colonial problem as a whole. In this Goa too has an important part to play.

The most important factor, no doubt, is the might wave of nationalism which is sweeping over whole of Portuguese Africa and the glorious struggle of Angolan and other people being fought today against the Portuguese rulers. As the fight against Colonialism spreads over the African Continent, old empires crumble and new nations rise. Soon or after the independence of Guinea (1958) African leaders met at Accra and proclaimed the emergence of what is called the “African Personality”. The events that took place after this conference indicated clearly that the African people were determined to achieve their freedom at all cost and without further delay. Those who minimized the power of awakened Africa are today fighting in Algeria and other places a series of losing battles.

It is only Dr. Salazar who seems to have lost all sense of proportion and unable to face reality. He lives in a dream world alive with happy memories of a bygone age.

He, it is believed, is trying to make a pact with the Union of South Africa for military collaboration to crush the freedom movement in Portuguese colonies. While world opinion, by and large, today recognizes the right of every country to self-determination, liberty and human dignity, Dr. Salazar is fighting a colonial war, murdering innocent men, women and children by the thousand. But the organized might of African people seizes the dictator by the throat and in desperation his screams: «All Africa is burning because the fire is fed from outside».

Another event of momentous importance was the Casablanca Conference held in the middle of April this year. At this conference the representatives of various nationalist organizations of Portuguese colonies met together and resolved to co-ordinate and channel their efforts into one solid front against Portuguese colonialism. The importance of this conference lies in the fact that, for the first time, the exploited peoples of all Portuguese colonies met together and took a firm decision not to allow disruptive tendencies to weaken their united efforts to achieve their freedom from the Portuguese rule.

A third important factor during this period has been the statement made by Prime Minister Nehru in the Indian Parliament. Pandit Nehru said “I believe conditions are ripening for an advance being made... in the context of what is happening to Portuguese colonies abroad. What is happening in Goa today will produce new situation requiring a new approach”.

A fourth factor of international importance has been the declaration of the United Nations General Assembly that Goa should be considered a non-self-governing territory against the Portuguese claim that Goa was an integral part of Portugal. This was followed by another resolution of Security Council on the question of Angola, which made it clear that the civilized nations of the world were in complete agreement on the question of immediate independence for the Portuguese colonies.

In conclusion, it has to be admitted that there is enough evidence to show that the Salazar regime is now in process of disintegration. The opposition parties are gathering strength to deliver the final blow, while a war of independence is being fought in Angola.

The situation in Goa is also moving towards its climax. World opinion, which was for some time taken in by the misleading official Portuguese propaganda, is now fully aware of the true facts. In these circumstances how long will the Portuguese retain Goa is a big question”⁸⁰¹.

⁸⁰¹ *Seminar-problems of the Portuguese colonies, October, 1961* [organized by] Indian Council for Africa: Delhi, 1961, p. 61-63.